UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ELAINE DE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás.



Caminhos e Veredas, Pintura 01 - óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

(VOLUME I)

São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ELAINE DE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás.

(VOLUME I)

São Paulo
2021

ELAINE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do rio Fartura em Goiás.

(VOLUME I)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Linha de pesquisa: Arqueologia e Sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dr. ª Márcia Angelina Alves.

São Paulo
2021

ATA DE DEFESA

Autorizo a reprodução e divulgação integral ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação, MAE/USP, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Chaves, Elaine Alencastro

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás. / Elaine Alencastro Chaves; orientadora Márcia Angelina Alves. -- São Paulo, 2021.

384 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) -- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Cultura material. 2. Cayapó meridional. 3. Aldeamento Maria I. 4. Povos Jê. 5. Goiás. I. Angelina Alves, Márcia, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável:

Monica da Silva Amaral - CRB-8/7681

ELAINE DE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do rio Fartura em Goiás.

Tese submetida à avaliação da banca listada[1] a baixo, como requisito obrigatório a obtenção do título de Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo.

Profª. Drª. **Márcia Angelina Alves** (MAE-USP) Orientadora/presidente - 1º membro

Profº. Drº. **Vagner Cavalheiro Porto** (MAE-USP) - 2º membro

Profº. Drº **Marcos Rogério Ribeiro de Carvalho** - 3º membro

Profº. Drº **Jean-Jacques Armand Vidal** (FPA) - 4º membro

Profª. Drª. **Sandra Maria Christiani de La Torre Lacerda Campos** (MAE-USP) - 5º membro

Suplentes:

1º. Suplente: Profº. Drº. Eduardo Góes Neves (MAE-USP)
2º. Suplente: Profº. Drº. Camilo de Mello Vasconcellos (MAE-USP)
3º. Suplente: Profº. Drº. Alexandre Henrique Delforge (UFSJ)
4º. Suplente: Profª. Drª. Maria Aparecida de Menezes Borrego (Museu Paulista-USP)
5.º Suplente: Profª. Drª. Iris Kantor (FFLCH-USP)

[1] Banca titular e respectivos suplentes sugeridos para a Comissão de Pós-graduação do Mestrado de Arqueologia e Etnologia da USP- CPG-MAE-USP.

Á minha mãe Aldacyra de Alencastro (in memoriam). Sua alma de poeta me inspira; A vida só, não basta!

Ao Sr. Domingos Amâncio (in memoriam), que não acreditava em índio!

Saber Viver

Não sei… Se a vida é curta
Ou longa demais pra nós,
Mas sei que nada do que vivemos
Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
Colo que acolhe,
Braço que envolve,
Palavra que conforta,
Silêncio que respeita,
Alegria que contagia,
Lágrima que corre,
Olhar que acaricia,
Desejo que sacia,
Amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo,
É o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela
Não seja nem curta,
Nem longa demais,
Mas que seja intensa,
Verdadeira, pura… Enquanto durar

Cora Coralina, 1965.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que passaram pelo meu caminho e contribuíram na jornada do Doutorado, cada qual, da sua forma para que esse sonho fosse concretizado.

Agradeço a força maior do universo.

Agradeço a paciência e a benevolência dos meus amados filhos Albion de Barros Curado Neto e Filipi de Alencastro Curado, meu coração fora do peito! Por vezes me fiz ausente fisicamente, mas meu amor e pensamento sempre estiveram e estarão com vocês.

Ao Dr. Wagner Magalhães, pela troca de conhecimento; suas discussões e críticas sempre foram essenciais para que eu pudesse nortear minhas ideias. Eu sabia que você existia antes de te conhecer, e meu mundo ficou azul!

Às minhas irmãs Patrícia de Alencastro e Luciana de Alencastro, as duas pernas do meu tripé.

À toda a minha família, tias, tios e primos que estiveram presentes na minha vida.

A Profa. Dra. Márcia Angelina Alves, que aceitou o desafio de me conduzir a este mundo fantástico dos Cayapó Meridionais, por sua orientação verdadeira e presente.

A CAPES, por ter me concedido uma bolsa de estudos que foi fundamental para a conclusão desta pesquisa de doutorado.

Aos professores que fizeram parte dessa formação com quem tive o prazer de estudar: Fabíola Andrea Silva, Eduardo Goes Neves, Vagner Cavalheiro Porto, Agda Vilhena Vialou, Denis Jean Paul Vialou, Casimiro Jaime Alfredo Sepúlveda Munita e Maria Aparecida Menezes Borrego (FFLCH/USO).

Ao Prof. Dr. Vagner Cavalheiro Porto (MAE/USP), com quem tive o convívio, mesmo que diminuto, mas posso dizer que foi um prazer. Agradeço também as valiosas observações sobre o meu trabalho.

Ao Prof. Dr. André Menezes Strauss (MAE/USP), pela pronta disposição em participar da minha banca de qualificação e aos comentários sobre a mesma tão bem colocados.

À Profa. Dra. Iris Kantor (FFLCH/USP) pelo apoio e pelas indicações bibliográficas.

Ao Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos (MAE/USP), com quem fiz meu estágio de Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE).

Ao artista plástico Sr. Elder Rocha Lima e Sra. Maria das Graças Fleury Curado, e a fotógrafa Vanessa Bohn, responsáveis pelas ilustrações de capa e capítulos desta tese.

Á Sra. Milena Bastos Tavares, historiadora e arquivista da biblioteca do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás. Muitos dos arquivos aqui expostos se devem a ela.

A Sra. Maria Dulce de Faria da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ao Sr. Hélio Rosa de Miranda, da Biblioteca do MAE-USP.

Ao Sr. Domingos Amâncio (*in memoriam*) e Sr. ª Lurdes Amâncio, proprietários da Fazenda Boa Sorte; agradeço imensamente o acolhimento, as lembranças deste lugar são visitas constantes na minha memória; jamais esquecerei dos lanches da tarde que a Sr. ª Lurdes nos servia com um largo sorriso.

A toda a família da Fazenda Boa Sorte, em especial ao Sr. Clivaldo de Oliveira Pinto, pela parceria nas escavações.

Ao Sr. Murilo Cesar da Silva, Prefeito de Córrego do Ouro.

Ao Sr. Silvio Moitinha Marques, Secretário de Educação do Município de Córrego do Ouro.

Ao amigo de todas a horas Alex Sandro Alves de Barros (doutorando MAE/USP) a quem devo a confecção de alguns dos mapas deste trabalho.

À amiga Tatiângela Borges do Val (Mestranda MAE/USP) que esteve conosco na última etapa de campo.

Os voluntários deste projeto: Sra. Samira Gomes de Sousa, Sra. Patrícia Aparecida Melo, Sra. Thalita da Silva Morais, Sr. Vinícius Martins de Souza e Silva, Sra. Lainna Krislley França dos Santos Vicente, Sra. Ana Daydre Vargas Chaise.

A toda a população da cidade de Córrego do Ouro que nos recebeu com imenso carinho.

O meu muito obrigada!

Diante de tantas mortes pela qual os brasileiros estão passando, faço aqui Menção honrosa e presto minha solidariedade aos familiares das pessoas que morreram decorrente da pandemia da Covid-19. Aos que perderam seus entes queridos e não puderam se quer prestar sua última homenagem. Estamos isolados há mais de um ano, e a situação neste momento só piora. O isolamento traz grandes reflexões sobre o amanhã deste país. Eu costumava ser otimista, mas confesso que a visão do futuro se apresenta obscura.

RESUMO

A presente pesquisa procura trazer à tona a compreensão de alguns aspectos culturais inerentes ao povo Cayapó Meridional, que ocupou o sertão goiano, na bacia do rio Fartura, região onde foi criado na segunda metade do século XVIII o icônico Aldeamento Maria I que após sua desativação ocorrida em 1813, teria se perdido no tempo. Baseando-se em documentação histórica, foram identificadas cinco áreas potenciais com a provável localização do referido aldeamento. Cada uma dessas áreas foi investigada, mas em apenas uma foram encontrados vestígios que se assemelham ao material costumeiramente atribuído a povos integrantes da família linguística Macro-Jê, à qual pertencem os Cayapó. Tais vestígios estariam ligados ao antigo aldeamento? A luz das evidências encontradas não foi possível responder essa pergunta, no entanto, a cultura material do sítio arqueológico MI, certamente pertence ao povo Cayapó que em algum momento da história viveu a desventura do contato e dos aldeamentos impostos pelos colonizadores.

PALAVRAS CHAVE: CULTURA MATERIAL - CAYAPÓ MERIDIONAL - ALDEAMENTO MARIA I - POVOS JÊ - GOIÁS.

ABSTRACT

The present research seeks to bring to light the understanding of some cultural aspects inherent to the Cayapó Meridional people, who occupied the goiano hinterland, in the Fartura river basin, a region where the iconic Aldeamento Maria I was created in the second half of the 18th century, which after its deactivation occurred in 1813, it would have been lost in time. Based on historical documentation, five potential areas were identified with the probable location of the village. Each of these areas was investigated, but in only one were found traces that resemble the material usually attributed to peoples belonging to the Macro-Jê linguistic family, to which the Cayapó belong. Would such traces be linked to the old village? In light of the evidence found, it was not possible to answer this question, however, the material culture of the archaeological site MI, certainly belongs to the Cayapó people who, at some point in history, experienced the misfortune of contact and settlements imposed by the colonizers.

KEYWORDS: MATERIAL CULTURE - MERIDIONAL CAYAPÓ - ALDEAMENTO MARIA I - PEOPLES JÊ - GOIÁS.

ADENDOS

Adendo 1 - Registo de uma determinação com Antônio Pires de Campos, e provisão junta. 375
Adendo 2 - Registo de Provisão sobre a provação do Gentio Cayapó 377
Adendo 3 - Ofício do General a respeito da reunião dos Índios da Aldeia Maria em Mossâmedes. . 379
Adendo 4 - Datação por termoluminecência 381
Adendo 5 - Datação de C14 por AMS 384

ANEXOS

Anexo 1 - Mapa da Capitania de Goyazes. *368*
Anexo 2 - Mapa de Goiás elaborado por Tosi Colombina. *369*
Anexo 3 - Mapa Dos Julgados. Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás. *370*
Anexo 4 - Mapa do Estado de Goiás de 1918. ..... *371*
Anexo 5 - Carta Corográfica Plana de Mapa de Goiás. *372*
Anexo 6 - Mapa dos aldeamentos do século XVIII. *373*

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 - Projeto do Aldeamento Maria I. *162*
Figura 2 - Maquete da projeção do Sítio Água Vermelha. *181*
Figura 3 - Maquete da projeção da distribuição da ocupação Sítio Água Vermelha. *181*
Figura 4 - Formas do Sítio Água Vermelha. Ouroeste-SP. *183*
Figura 5 - Recorte do Mapa caminhos até a Aldeia Maria I. *196*
Figura 6 - Recorte do Mapa Geral de Toda Capitania de Villa Boa de Goyas. *196*
Figura 7 - Recorte do Mapa do Estado de Goyaz 1918. ..... *198*
Figura 8 - Detalhe do mapa elaborado por Cunha Mattos com a localização do aldeamento Maria. *199*
Figura 9 - Mapa de localização do Aldeamento Maria I. *203*
Figura 10 - Mapa de conversão de léguas em Km e delimitação da área de pesquisa. *205*
Figura 11 - Mapa de delimitação das áreas prioritárias de pesquisa. *209*
Figura 12 - Primeira casa de adobe de Córrego do Ouro. *232*
Figura 13 - Casa construída em 1938, povoamento de Córrego do Ouro *233*
Figura 14 - Igreja de Córrego do Ouro. Foto de 1920. ..... *234*
Figura 15 - Croqui da dispersão do material arqueológico E3. ..... *243*
Figura 16 - Tipos de queima *274*
Figura 17 - Fusos proveniente do sítio MI. *277*
Figura 18 - Perfil Fusos proveniente do sítio MI. *278*
Figura 19 - Fragmentos de cuscuzeiro proveniente do sítio MI. *278*
Figura 20 - Fragmentos de vasos geminados proveniente do sítio MI. *278*
Figura 21 - Fragmento cerâmico. Peça: 179. ..... *284*
Figura 22 - Fragmento cerâmico. Peça: 965. ..... *284*
Figura 23 - Fragmento cerâmico. Peça: 705 ..... *284*
Figura 24 - Fragmento cerâmico. Peça: 923. ..... *285*
Figura 25 - Fragmento cerâmico. Peça: 1049. ..... *285*
Figura 26 - Fragmento cerâmico. Peça: 927. ..... *285*
Figura 27 - Fragmento cerâmico. Peça: 927. ..... *285*
Figura 28 - Fragmento cerâmico. Peça: Bojo *291*
Figura 29 - Fragmento cerâmico. Peça: 477. ..... *295*
Figura 30 - Fragmento cerâmico. Peça: 763. ..... *295*
Figura 31 - Fragmento cerâmico. Peça: 1807 ..... *295*
Figura 32 - Fragmento cerâmico. Peça: 957 ..... *295*
Figura 33 - Fragmento cerâmico. Peça: 821. ..... *298*
Figura 34 - Fragmento cerâmico. Peça: 163. ..... *298*
Figura 35 - Fragmento cerâmico. Peça: 214 ..... *298*
Figura 36 - Fragmentos de cerâmica alisada proveniente do sítio MI. *308*
Figura 37 - Fragmento de cerâmica alisada proveniente do sítio MI. *308*

Figura 38 - Fragmento de cerâmica brunida proveniente do sítio MI. *309*
Figura 39 - Fragmentos de cerâmica com engobo vermelho proveniente do sítio MI. *309*
Figura 40 - Fragmentos de cerâmica com engobo negro proveniente do sítio MI. *310*
Figura 41 - Fragmentos de cerâmica com decoração plástica proveniente do sítio MI. *310*
Figura 42 - Fragmentos de cerâmica pintada proveniente do sítio MI. *312*
Figura 43 - Fragmentos de cerâmica pintada proveniente do sítio MI. *312*
Figura 44 - Exame de radiografia convencional de raios X realizado nos fragmentos do sítio MI. *315*
Figura 45 - Processo de manufatura dos vasilhames. *316*
Figura 46 - Adição de tempero na pasta: grãos de quartzo de média a alta esfericidade. *318*
Figura 47 - Adição de grãos de quartzo *318*
Figura 48 - Adição de cerâmica na pasta. *319*
Figura 49 - Adição de cariapé na pasta. Peça: 183. ..... *319*
Figura 50 - Fragmentos de Cupinzeiro associado a estruturas de combustão. *323*
Figura 51 - Fragmentos em madeira *324*
Figura 52 - Lítico. Núcleos de Quartzo leitoso. *325*
Figura 53 - Lítico. Fragmentos e lascas de arenito silicificado. *325*
Figura 54 - Líticos. Seixos diversos encontrados associado a estrutura de habitação do sítio MI. ... *326*
Figura 55 - Lítico. Fragmentos de material lítico polido. *326*
Figura 56 - Lítico. Fragmentos de lascas de quartzo leitoso. *327*
Figura 57 - Localização da área de Pesquisa na microrregião do “Mato Grosso de Goiás”. *329*

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1 - Mapa Etnohistórico de Nimuendajú. 18
Mapa 2 - Estado de Goiás e Bacia do Rio Fartura 22
Mapa 3 - Localização da Alta Bacia do Araguaia. 78
Mapa 4 - Localização da Sub-Bacia do Rio Claro. 79
Mapa 5 - Clima da Sub-Bacia do Rio Claro. 80
Mapa 6 - Geologia da Sub-Bacia do Rio Claro. 81
Mapa 7 - Solos da Sub-Bacia do Rio Claro. 83
Mapa 8 - Uso da terra da Sub-Bacia do Rio Claro. 85
Mapa 9 - Distribuição espacial do Bioma Cerrado. 90
Mapa 10 - Capitania de Goyazes. 111
Mapa 11 - Mapa elaborado por Tosi Colombina. 113
Mapa 12 - Mapa Dos Julgados. 116
Mapa 13 - Capitania de Goiás -1809. 125
Mapa 14 - Distribuição dos aldeamentos indígenas oficiais entre o século XVIII e XIX. 135
Mapa 15 - Mapa de delimitação da área de pesquisa. 206
Mapa 16 - Mapa de localização das 5 áreas prioritárias de pesquisa. 210
Mapa 17 - Mapa de localização das prioritárias de pesquisa 1 e 2. 211
Mapa 18 - Área 1 em relação as cidades circunvizinhas e o Rio Fartura 221
Mapa 19 - Área do Sítio MI. 223
Mapa 20 - Bacia Hidrográfica do Rio Fartura. 226
Mapa 21 - Escavação E1 desenvolvida na primeira campanha. 239
Mapa 22 - Escavações E2, E3 e E4 desenvolvidas na terceira campanha. 248
Mapa 23 - Escavação E5 e demais intervenções realizadas na quarta campanha. 253
Mapa 24 - Mapa do panorama de escavação do sítio MI. 255
Mapa 25 - Mapa de localização do sítio e panorama de escavação e intervenções realizadas. 256
Mapa 26 - Área estudada na Cidade de Córrego do Ouro 261

ÍNDICE DAS PRANCHAS

Prancha 1 - Perfis de escavação E2, E3 e E5 do sítio MI. *257*
Prancha 2 - Tipos de bordas evidenciadas no sítio MI. *287*
Prancha 3 - Tipos de bases evidenciadas no sítio MI. *296*
Prancha 4 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI. *302*
Prancha 5 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI. *303*
Prancha 6 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI. *304*
Prancha 7 - Tipos de formas com base plana evidenciadas no sítio MI. *305*

ÍNDICE DAS FOTOS

Foto 1 - Igreja da Cidade de Mossâmedes..... 152
Foto 2 - Fragmentos de bordas. Sítio Água Vermelha. 183
Foto 3 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha. 185
Foto 4 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha. 185
Foto 5 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha. 186
Foto 6 - Elaine Alencastro e Milena Bastos Tavares - Museu das Bandeiras Goiás – GO. 197
Foto 7 - Panorama da fazenda. Primeira etapa de campo. 213
Foto 8 - Igreja de Nossa Senhora no Distrito de Aparecida de Fartura- GO. 214
Foto 9 - Placa indicando a Fazenda Aldeia Maria, distrito de Aparecida de Fartura- GO. 214
Foto 10 - Sede da Fazenda Aldeia Maria. 215
Foto 11 - Placa indicando a localização da Fazenda Aldeia Maria. 215
Foto 12 - Área 2 da provável localização do aldeamento com base no modelo preditivo. 216
Foto 13 - Prospecção realizada na estrada de acesso existente na Área 2. 216
Foto 14 - Rancho abandonado na Área 3. 217
Foto 15 - Área 3 da provável localização do aldeamento Maria I com base na cartografia histórica. 217
Foto 16 - Placa da Ponte sobre o Rio Fartura. 217
Foto 17 - Rio Fartura 218
Foto 18 - Área 4 da provável localização do aldeamento Maria I. 218
Foto 19 - Único Fragmento de cerâmica identificado, sem indicação morfológica. 218
Foto 20 - Área 5 da provável localização do aldeamento Maria I com base na cartografia histórica. 219
Foto 21 - Área de pastagem onde localiza-se a área do sítio MI. 224
Foto 22 - Área de Cerradão localizada no entorno do sítio MI. 224
Foto 23 - Detalhe do solo do tipo latossolos vermelho- amarelo existente no local. 225
Foto 24 - Área de meia vertente localizada acima do Córrego do Ouro. 227
Foto 25 - Córrego do Ouro localizado abaixo da área do sítio MI. 227
Foto 26 - Cerâmica. Primeira etapa de campo. 237
Foto 27 - Cerâmica. Primeira etapa de campo. 237
Foto 28 - Cerâmica. Primeira etapa de campo. 237
Foto 29 - Cerâmica. Primeira etapa de campo. 237
Foto 30 - Cerâmica arqueológica dispersa no solo. 238
Foto 31 - Cerâmica arqueológica dispersa no solo. 238
Foto 32 - Lítico lascado encontrado no sítio da fazenda Boa Sorte. 238
Foto 33 - Cerâmica encontrada no sítio da fazenda Boa Sorte. 238
Foto 34 - Demarcação da área de escavação E2. 241
Foto 35 - Demarcação da área de escavação E2. 241
Foto 36 - Primeira decapagem da área de escavação E2. 241
Foto 37 - Detalhe da área de escavação E2. 241

Foto 38 - Primeira decapagem da área de escavação E2. 241
Foto 39 - Cerâmica encontrada na primeira decapagem da área de escavação E2. 241
Foto 40 - Trincheira aberta na área de escavação E2. Foto: Clivaldo Oliveira Pinto (Jan/2019). 242
Foto 41 - Trincheira aberta na área de escavação E2. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019). 242
Foto 42 - Limpeza da área de escavação E3 242
Foto 43 - Primeira decapagem da área E3. 242
Foto 44 - Detalhe da área de escavação E3. 243
Foto 45 - Detalhe da escavação E3. 243
Foto 46 - Detalhe da área de escavação E3 244
Foto 47 - Detalhe da área de escavação E3 244
Foto 48 - Detalhe da área de escavação E3. 244
Foto 49 - Detalhe da área de escavação E3. 244
Foto 50 - Perfil da escavação E3. 245
Foto 51 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 3ª decapagem (22cm), metro E4. 245
Foto 52 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E5. 245
Foto 53 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E6. 245
Foto 54 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 1ª decapagem (8cm), metro E6. 245
Foto 55 - Fuso de Cerâmica evidenciado na escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E1. 246
Foto 56 - Seixo e raspador evidenciado na escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E1. 246
Foto 57 - Placa de arenito evidenciada na pastagem no entorno da área de escavação E3 246
Foto 58 - Limpeza da área onde a placa de arenito foi evidenciada para a escavação E4 246
Foto 59 - Área de escavação E4, primeira pista do suposto calçamento. 247
Foto 60 - Área de escavação E4 calçamento evidenciado. 247
Foto 61 - Demarcação da área de escavação E5 249
Foto 62 - Demarcação da área de escavação E5 249
Foto 63 - Início das decapagens da área de escavação E5. 249
Foto 64 - Início das decapagens da área de escavação E5. 249
Foto 65 - Realização da primeira decapagem da área de escavação E5. 250
Foto 66 - Conclusão primeira decapagem da área de escavação E5. 250
Foto 67 - Realização da segunda decapagem da área de escavação E5. 250
Foto 68 - Conclusão da segunda decapagem da área de escavação E5. 250
Foto 69 - Intervenção de sub-superfície realizada na área do sítio Arqueológico MI. 252
Foto 70 - Intervenção de sub-superfície realizada na área do sítio Arqueológico MI. 252
Foto 71 - Delimitação da área do sítio MI. 252
Foto 72 - Delimitação da área do sítio MI. 252
Foto 73 - Reunião com o prefeito da cidade de Córrego do Ouro. 258
Foto 74 - Reunião sobre os achados de arqueologia com os moradores locais. 258
Foto 75 - Sr. Jovacy e suas moedas encontrada no subsolo durante a construção de sua casa. 259
Foto 76 - Moedas encontradas no quintal do Sr Jovacy no centro de Córrego do Ouro. 259
Foto 77 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro. 259

Foto 78 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro. 259
Foto 79 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro. 260
Foto 80 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro. 260
Foto 81 - Escavação no quintal do Sr. Jovacy 260
Foto 82 - Crucifixo encontrado no quintal do Sr. Jovacy. Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020). 260
Foto 83 - Prospecção realizada com detector de metal no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto. 261
Foto 84 - Prospecção no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto. 261
Foto 85 - Coleta de cerâmica na superfície do quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto 261
Foto 86 - Cerâmica arqueológica encontrada no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto 261
Foto 87 - Família do Sr. Domingos Amâncio. 262
Foto 88 - Detalhe de algumas das moedas e medalhas do Sr. Domingos. 263
Foto 89 - Detalhe de uma lâmina de machado encontrada na Fazenda Boa Sorte 263
Foto 90 - Detalhe de um almofariz e uma mão de pilão encontrados na Fazenda Boa Sorte. 264
Foto 91 - Curadoria do conjunto cerâmico. 275
Foto 92 - Desenho das formas cerâmicas 300

INDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de indicação morfológica dos fragmentos 277
Gráfico 2 - Porcentagem das diferentes de espessura medial 279
Gráfico 3 - Porcentagem dos diferentes tipos de bordas 283
Gráfico 4 - Porcentagem dos diferentes tipos de lábios 286
Gráfico 5 -Tipos de Tratamento de superfície. 307
Gráfico 6 - Tipo de alisamento dos fragmentos do sítio MI 311
Gráfico 7 - Porcentagem dos tipos de decoração plástica 311
Gráfico 8 - Porcentagem dos diferentes tipos de queimas 321

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de formas e imagens da Cerâmica Mossâmedes 30
Tabela 2 - Datações da fase Mossâmedes 37
Tabela 3 - Coordenadas UTM (22K) das áreas verificadas 208
Tabela 4 - Etapas de campo 236
Tabela 5 - Etapas da pesquisa de campo. 254
Tabela 6 - Quantificação total de fragmentos analisadas 272
Tabela 7 - Ficha técnica de análise cerâmica 272
Tabela 8 - Análise estatística da altura dos fragmentos analisados 280
Tabela 9 - Análise estatística da largura dos fragmentos analisados 281
Tabela 10 - Análise estatística do peso dos fragmentos analisados 281
Tabela 11 - Tabela de ângulos. Positivos e Negativos 282
Tabela 12 - Análise estatística da espessura das bordas 288
Tabela 13 - Análise estatística do ângulo de inclinação das bordas 288
Tabela 14 - Análise estatística do diâmetro da boca dos vasilhames 289
Tabela 15 - Análise estatística da altura dos bojos do sítio Maria I 290
Tabela 16 - Análise estatística da largura dos bojos do sítio Maria I 290
Tabela 17 - Análise estatística da espessura dos bojos do sítio Maria I 291
Tabela 18 - Análise estatística do Ângulo X e Y dos bojos 292
Tabela 19 - Tipos de base evidenciadas 293
Tabela 20 - Análise estatística da espessura das bases 293
Tabela 21 - Análise estatística do ângulo de inclinação das bases 294
Tabela 22 - Análise estatística do diâmetro estimado da base dos recipientes 294
Tabela 23 - Material Lítico 324
Tabela 24 - Idade média. 328

ÍNDICE DE SIGLAS

AP	– Antes do Presente
C^{14}	– Relativo ao método de datação por Carbono 14
CNPq	– Conselho Nacional de Pesquisa
CNSA	– Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CONAMA	– Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA-RIMA	– Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental
E1	– Escavação 1
E2	– Escavação 2
E3	– Escavação 3
E4	– Escavação 4
E5	– Escavação 5
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	– Instituto Brasileiro de Museus
ICMS	– Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPHAN	– Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAE	– Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
MI	– Refere-se ao Sítio Arqueológico MI
NARQ-UEG	– Núcleo de Arqueologia da Cidade de Goiás
OMS	– Organização Mundial da Saúde
PRONAPA	– Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
SAB	– Sociedade de Arqueologia Brasileira
SANEAGO	– Companhia Saneamento de Goiás
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPI	– Superintendência de Proteção ao Índio
TL	– Referente ao método de datação por Termoluminescência
UFVJM	– Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri-MG
UGRHI	– Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

VOLUME I

PROLEGÔMENOS **1**

INTRODUÇÃO **6**

Objetivo Geral: **8**

Objetivos específicos: **8**

Problemática, hipóteses **9**

CAPÍTULO I - O HOMO-CERRATENSIS E SEU MODO ESSENDI **16**

1.1 Os vestígios do passado sob o olhar da arqueologia de Goiás **23**

1.2 Um Balanço sobre a Teoria Arqueológica **38**
1.2.1 A noção de cultura no estudo arqueológico 46
1.2.2 Teoria de Longa duração 55
1.2.3 Cultura material 58
1.2.4 Habitus 61
1.2.5 Totalidade Social 63
1.2.6 Cadeia operatória e sistema tecnológico. 66
1.2.7 Arqueologia da paisagem 71

1.3 A paisagem natural como suporte para o Homem do Cerrado. **77**
1.3.1 Bacia do Alto Araguaia- Sub-bacia do Rio Claro 77
1.3.2 Clima 79
1.3.3 Geologia 81
1.3.4 Solos 82
1.3.5 Cobertura Vegetal 84
1.3.6 Ambiente 89

CAPÍTULO II - TERRITÓRIO CAYAPÓ: UM ESPAÇO USURPADO **102**

2.1 O Sertão dos Goyazes: contexto histórico **104**

2.2 Mapas e antigos caminhos **111**

2.3 As minas da "Capitania de Goyaz" **120**

2.4 Conflitos nos caminhos do sertão **127**

2.5 Os aldeamentos na Capitania de Goiás **133**
2.5.1 A política dos aldeamentos 136

2.5.2 As Aldeias em Goiás 142
2.5.3 Aldeias Quartéis 143
2.5.4 Aldeias das Missões (redução indígena) 147
2.5.5 Aldeamentos do Diretório dos índios 149
2.5.6 Aldeamento Mossâmedes 151
2.5.7 Aldeamento de Nova Beira ou Santa Anna 153
2.5.8 Aldeamento do Carretão ou Pedro III 154
2.5.9 Salinas ou Boa Vista 156
2.5.10 Aldeamento de Estiva 158

2.6 Aldeamento Maria I 160

2.7 Reminiscência Cayapó 166
2.7.1 Sítio Água Vermelha 179

VOLUME II

CAPÍTULO III - NO ENCALÇO DO ALDEAMENTO MARIA I: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E EMPÍRICA DE CAMPO 189

3.1 A busca pelo Aldeamento Maria I através dos mapas históricos. 194
3.1.1 Pesquisa empírica de campo 202
3.1.2 Verificação in situ 212

3.2 Contextualização ambiental e paisagem na área do Sítio MI 220
3.2.1 Geologia 224
3.2.2 Solo 225
3.2.3 Hidrologia 226
3.2.4 Clima 227
3.2.5 História do Município de Córrego do Ouro 228

3.3 Arqueografia pesquisa de Campo 235
3.3.1 Primeira etapa de campo 236
3.3.2 Segunda etapa de campo 240
3.3.3 Terceira etapa de campo 240
3.3.4 Quarta etapa de campo 249

3.4 Relato dos moradores 258

3.5 Contexto sistêmico do sítio MI 264

CAPÍTULO IV - DOS VESTÍGIOS ÀS POPULAÇÕES DO PASSADO: ANÁLISE DA CULTURA MATERIAL CERÂMICA 267

4.1 Análise e triagem do material cerâmico 271

4.2 Análises tecnotipológica do material cerâmico 276

4.2.1 Espessura 279
4.2.2 Dimensões e peso 280
4.2.3 Ângulo de inclinação 282
4.2.4 Bordas 283
4.2.5 Lábio 286
4.2.6 Espessura das bordas 288
4.2.7 Diâmetro das bordas 289
4.2.8 Bojo 289
4.2.9 Altura e largura dos bojos 290
4.2.10 Espessura dos bojos 291
4.2.11 Ângulo de inclinação dos bojos 292
4.2.12 Bases 292
4.2.13 Ângulo, espessura e diâmetro da base 293
4.2.14 Diâmetro das bases 294

4.3 Resultados da análise tecnotipológica e projeção das formas 297

4.4 Análise tecnológica 306
4.4.1 Tratamento de superfície 306
4.4.2. Técnica de manufatura 314
4.4.3. Pasta Cerâmica 317
4.4.4. Tipo de queima 320

4.5 Outros materiais arqueológicos 323

4.6 Datação 328

4.7 Resultados comparativos 329

CONSIDERAÇÕES FINAIS 334

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 343

ANEXOS 367

ADENDOS 374

PROLEGÔMENOS

Sempre tomados a caminhar em direção aos nossos desejos. Nesta jornada, seduzida pelas interpretações sociais que regem e moldam todas as ações humanas, que de forma marcante imprime sua cultura nos atos concretos. Prova de que o comportamento cultural, social, está enraizado na memória individual. Essa constatação veio a partir das análises das cerâmicas do Núcleo de Arqueologia da Cidade de Goiás (NARQ), que é mantida pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), onde conclui minha graduação em História. Esta análise, resultou na publicação, em 2003, de um catálogo de peças cerâmicas[2], característico dos povos (brancos, negros e índios) que viveram nesta cidade entre os séculos XVIII e XIX.

O estudo do comportamento humano, é algo sedutor. A motivação de suas expressões artísticas sociais e coletivas, me induziu ao mestrado na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Me encantei com pensadores que vinham de encontro as minhas percepções iniciais ingênuas. O que levou ao estudo no mestrado do comportamento social diante da alimentação, com o direcionamento para a carne na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX, a partir dos ossos exumados nas escavações das obras de saneamento e coleta de esgoto, desenvolvida pela empresa SANEAGO (Saneamento e Abastecimento de Água do Estado de Goiás), cujo material arqueológico se encontra resguardado na reserva técnica do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (NARQ-UEG).

Desde de então, as interpretações para descobrir porque as pessoas fazem o que elas fazem, ficaram cada vez mais envolventes. Foi quando em 2013, fui contratada para fazer um estudo para o licenciamento arqueológico de um empreendimento em Taipas, no Estado do Tocantins, Brasil; nesse interim, descobri um assentamento indígena, de curta duração, em uma gruta na área de influência do empreendimento. Nas buscas pela contextualização do material arqueológico encontrado, fui levada a estudar todo o histórico da região. A Área de Impacto Indireto (AII) desse estudo, abrangia além da cidade de Taipas do Tocantins a cidade de

[2] Título: A Cerâmica de Vila Boa de Goiás dos séculos XVIII e XIX, SEBRAE, 2003.

Dianópolis – TO; assim as interpretações do contexto arqueológico começaram a fazer sentido.

Dianópolis, foi um antigo aldeamento[3], Aldeamento São José, conhecido também como Aldeamento do Duro, fundado em 1751 pelos portugueses. Ao estudar sobre os aldeamentos, e as suas possíveis interpretações a respeito do contexto histórico das cerâmicas, a partir do contato dos indígenas com os europeus, que me veio a curiosidade de investigar os aldeamentos que se desenvolveram no estado de Goiás. Nesse estudo, foi constatado que a grande maioria desses Aldeamentos como o caso do Aldeamento do Duro, e tantos outros se transformaram em cidades nas quais, seus primeiros moradores, os índios, foram empurrados para as margens do centro urbano que as criou.

No entanto, um desses aldeamentos teve um destino completamente diferente dos demais e sucumbiu no tempo. Trata-se do Aldeamento Maria I que foi criado em 1781, no estado de Goiás, e após sua desativação em 1813, se perdeu no tempo e na paisagem do sertão goiano em algum lugar entre o rio Fartura e a Serra Dourada. De localização desconhecida até então.

O último relato dos Cayapó Meridionais, no estado de Goiás, tem ligação com o início do século XIX, que parte das interpretações da professora Dra. Irmhild Wüst[4], que escavou o Aldeamento São José de Mossâmedes, a última morada dos Cayapó[5] Meridionais vindos do Aldeamento Maria I. Desde então o meu anseio em encontrar a localização desse aldeamento "perdido" se manifestou numa busca incessante em livros, mapas e documentos históricos que pudessem me fornecer alguma pista sob sua provável localização. E a cada descoberta sobre este aldeamento, por menor que fosse a pista ou uma simples menção da localização, modo de vida ou qualquer outra informação passou a ser motivo de grande comemoração.

---

[3] Atento que neste trabalho quando for mencionado a palavra aldeamento, estou me referindo as reduções indígenas criadas a partir do contato do colonizador durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Em contraponto, usarei o termo Aldeia para caracterizar a área de morada dos índios, ou seja, os assentamentos indígenas sem a interferência e/ou a influência expressa do colonizador.

[4] De origem alemã, possuía graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Goiás (1973), especialização em Antropologia de Sociedades Complexas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1976), mestrado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1983) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1991). Foi Professora associada da Universidade Estadual de Goiás. http://lattes.cnpq.br/2717851740410317.

[5]. De acordo com Giraldin (1997), o termo aqui empregado para Cayapó, é compreendo como o Cayapó do Sul ou Cayapó Meridionais, em contraposição ao termo Kayapó/Kaiapó, utilizado para denominar os grupos classificados como Kayapó do Norte ou Kayapó Setentrionais. A distinção entre grupos do Sul e grupos do Norte se deu inicialmente pela proposta de Ehrenreich (1892), que dividiu as etnias brasileiras em Jê Orientais (inclui os Botocudo), Jê Centrais (inclui os Cayapó e os Xavante) e Jê Ocidentais (inclui os Suyá). E ainda dividiu os Kayapó em do Norte (inclui os Xikrin, os Gradaú, os Gavião, os Apinajé, os Krahô e os Timbira), do Sul (inclui os Cayapó e os Kaingang) e ocidentais (inclui os Suyá e os Akwe) (SIRICO, 2010).

Neste sentido, essa pesquisa remete a um sentimento de descobrimento, como o fausto da descoberta do "*El Dorado*", bem como uma tentativa de descortinar as janelas do passado em direção a uma interpretação arqueológica que pudesse identificar no material arqueológico uma parte da história do grupo extinto dos Cayapó do Sul, haja vista que, ali no Aldeamento Maria I só este povo teria habitado.

Assim, através dessas palavras tento colocar no papel aquilo que trago na alma. Uma pessoa costuma me dizer em forma de crítica que meus pensamentos são como cavalos selvagens e indomados, que saem rompendo todos os obstáculos e atropelando tudo que há na frente. De certa forma ele está totalmente certo, desconhece, no entanto, que cada pensamento está ligado ao sentimento, e este sim é um cavalo selvagem. E da mesma forma esse sentimento se exprime através de um ímpeto quase que feroz. Aqui a linguagem escrita torna meu caminho para que as barreiras do meu pensamento sejam ultrapassadas, e no papel em branco eu possa desenhar toda a expressão de um cavalo selvagem. Nas grafias feitas e desfeitas, meu desafio diante deste trabalho é traduzir a emoção de falar da minha terra, da minha gente.

Este trabalho foi alicerçado em bases femininas, o meu mundo foi cem por cento feminino, mulheres goianas que eu admiro e que me tornaram no que hoje sou, a elas dedico todo minha consideração, respeito e amor e é através delas, dos seus ensinamentos que hoje chego até aqui. Infelizmente durante esta jornada algumas cumpriram sua missão neste mundo, minha mãe *(in memoriam*) a quem devo a vida, a educação desse jeitinho goiano, saudades eternas, minha querida avó *(in memoriam*) que me afagava no seu colo terno, devota de Santo Antônio, não raro me deixava promessas feitas por ela em meu nome, as quais eu cumpria com muita fé e devoção. As minhas tias que são minha inspiração de vida, mulheres de inteligência emocional rara, fortes e persistentes, Magali de Alencastro e Izabel de Fátima de Alencastro. As minhas irmãs que hoje fazem parte de um tripé que me sustenta e permite que eu continue de pé. A querida Monica Becker *(in memoriam*) que trouxe magia para meu mundo e a inspiração de que tudo é possível.

Sou fruto de mulheres fortes, que como muitas foram discriminadas, subjugadas social e moralmente devido a sua condição de gênero e conjugal; condenadas pelo seu tempo, vilaboenses que tomaram a responsabilidade de conduzir sua família. Mulheres donas de si e da sua individualidade há décadas antes da emancipação feminina, mulheres que fizeram negócios na praça e ousavam emitir

opinião, estavam à frente do seu tempo, tiveram voz ativa sobre o que lhes pertencia e sobre sua família. Sem saber abriram o caminho para a emancipação de outras mulheres vindouras. Esse trabalho também é dedicado a elas essas mulheres que não se deixam abater e nos dão lição de vida:

Leodegária Brazília[6], negra, primeira escritora a publicar livros em Goiás; Cora Coralina[7], poetisa, doceira, fugiu na calada da noite para viver uma história de amor; Benedita Chaves Roriz[8], ativista e militante política primeira eleitora não só do Brasil, mas da América do Sul; Damiana da Cunha[9], mestra, missionária, mediadora de conflitos, mulher de fronteira e cabeça de expedições, neta do cacique Angraí-oxá, índia Cayapó, mulher forte, guerreira heroína na vida real, como tantas outras anteriores e posteriores a ela.

Damiana, é em uma pessoa só todo o processo histórico ao qual o povo Cayapó foi conduzido. Foi batizada, cresceu sobre auspício de uma doutrina cristã, e casou-se sucessivamente com dois militares não indígenas. A ação de mestiçagem cultural e social, levou o povo Cayapó a sua extinção no estado de Goiás, seus grandes feitos são lembrados pelos viajantes de forma respeitosa e de grandes atos de bravura.

Esse passado indígena recriado em minha mente, é ao mesmo tempo tão concreto e presente. As pedras que calçam Vila Boa, e que hoje piso, são as mesmas que Damiana outrora pisou. As igrejas de Batismo, ainda estão lá. Sua cultura está sobre a terra em toda a parte desse sertão, testemunhos de um passado valente, confirmando as evidencias, que tanto busquei nos documentos, em mapas, em histórias.

As longas jornadas em busca desse passado valeram a pena. Saíamos antes do sol raiar e voltávamos após que o mesmo se ia no horizonte atrás da Serra Dourada. Depois de tantos dias de procura, passando por caminhos tortuosos,

[6] Leodegária Brazília de Jesus (1889-1978) destacou-se, no entanto, principalmente na poesia, com a publicação de dois livros. Um de seus maiores reconhecimentos foi a fundação e redação do jornal A Rosa, ao lado de Cora Coralina em 1907.

[7] Cora Coralina- de Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (1889 - 1985), poetisa e contista brasileira. Considerada uma das mais importantes escritoras brasileiras, publicou seu primeiro livro com quase 76 anos de idade, apesar de escrever seus versos desde a adolescência. Mulher simples, doceira de profissão.

[8] Benedita Chaves Roriz: (1905-1990). Poeta, foi também ativa militante política e mulher intelectualizada, foi a primeira mulher goiana a requerer título de eleitor em 1927.

[9] Damiana da Cunha (1779-1831), indígena Cayapó exerceu em Goiás uma atuação notável na política luso-brasileiras na atração dos indígenas enquanto povoadores e mão de obra, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

debaixo de muito sol e o longo percurso percorrido todos os dias sem cessar, encontramos em fim o desterro, fragmentos de uma vida Cayapó.

A partir desse achado as paisagens figuraram para mim e passaram a fazer muito sentido. Era como se eu fizesse parte das excursões dos antigos desbravadores desta terra. Paisagens estas tão bem descritas por August Saint Hilaire que quando por elas eu passei, foi como se recriasse um quadro fotográfico das suas narrativas sobre o cerrado e a Serra Dourado. Tive a oportunidade ao longo desta pesquisa, de vivenciar a importância de uma pesquisa empírica de campo. Foi através dela que eu pude perceber as matas, os cenários das expedições, com toda a sua forma, tal como descrito nos livros que eu tive o prazer de ler.

Por vezes, dominada pela ambiência do sertão, me peguei imaginando sentir o vento que Damiana deixava ao passar em seu cavalo galopando alto e feroz com seus cabelos negros esvoaçantes, correndo mais que o vento por sobre a Serra Dourada, para que pudesse, enfim, chegar em sua aldeia, sua casa e se despir das roupas dos seus trajes formais e se vestir como os seus; nua, ela andava entre seu povo.

Espero que de alguma forma essas palavras possam demonstrar a minha emoção de trazer à tona a história desse povo. E de algum modo fazer com que a força do povo Cayapó, que aprendi a respeitar e admirar esteja viva, viva em toda Damiana, em toda Maria, em toda gente!

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se estabelece no Cerrado Goiano, Estado de Goiás, Brasil nas margens da Bacia do Rio Fartura, localização esta, que foi ocupada, durante muitos anos pela sociedade indígena dos Cayapó Meridional. Região que segundo a historiografia, recebeu ao longo da segunda metade do século XVIII um dos núcleos de povoamento mais emblemáticos do Brasil Colônia, o Aldeamento Maria I, onde apenas indígenas do povo Cayapó teriam sido aldeados.

A construção do Aldeamento Maria I, partiu de uma política Inaciana[10], instaurada no Brasil a partir de 1690/1700. Esta política é decorrente do movimento mercantilista que se instalava na Europa a partir do Século XVI e que repercutiu na colônia portuguesa, na América do Sul, promovendo a arrancada da mineração nas Gerais, tornando esta, a principal Colônia do Império Português, sobre as prerrogativas concedidas pela Santa Sé, o Padroado[11] (BOXER, 2002; MACEDO, 2011).

O Aldeamento Maria I foi erigido em 1781, sob a habena da política pombalina, a sudoeste de Vila Boa de Goiás (atual Cidade de Goiás). Os índios aldeados em Maria I eram exclusivamente Cayapó. Baseando-se no mapa etnográfico de Nimuendaju (1981), o aldeamento teria sido erigido em território anteriormente ocupado pelo povo Cayapó do Sul. Na historiografia esses povos são retratados como belicosos e muito perigosos, de muita resistência ao aldeamento, por esse motivo a exclusividade no aldeamento. Segundo Alencastre (1864) os habitantes do aldeamento em questão, eram provenientes de quatro aldeias Cayapó do Sul de Goiás[12], reunindo mais de seiscentos guerreiros. Estudos afirmam que o cálculo que se pode concluir para essa população é de um guerreiro para seis pessoas, nesse sentido teria se instalado neste aldeamento cerca de três mil e seiscentas pessoas (CHAIM, 1983).

[10] Referente ao Santo Inácio de Loyola (1491-1556) – Companhia de Jesus, cujo o patrono é Santo Inácio de Loyola (1491-1556).
[11] De um modo simplista o Padroado refere-se às ações dos papados dos séculos XV e XVI, não quiseram ou não puderam arcar com o ônus para a implementação das atividades eclesiásticas no Brasil, assim concedendo à coroa de Portugal, direitos sucessivos em bulas, benefícios que dentre outros, dava direito a coroa de receber dízimos, organizar as Missões, devendo manter as mesmas (BOXER, 2002, págs.: 242-285).
[12] Local onde era predominante a ocupação desses povos, notadamente representada a partir do mapa etnográfico de Nimuendaju (1981; 1944).

Com o abandono dos aldeamentos, por decorrência de divergência dos interesses da Coroa, naquele período, muitos se perderam no tempo, transformados em ruínas, e outros tantos ficaram apenas na memória não restando nenhuma estrutura que pudesse indicar sua existência, como foi o caso do Maria I, tudo que se sabia a seu respeito se deve a relatos e documentos no período do Brasil Colônia. A localização exata do aldeamento era até então desconhecida. O último relato que se tem sobre o mesmo foi feito pelo viajante naturalista austríaco Johann Emanuel Pohl que por que por ocasião de sua viagem a Goiás entre 1817 e 1822 relatou ter encontrado o aldeamento em ruínas pouco tempo depois de seu abandono, ocorrido em 1813 (POHL, 1976).

São inúmeros os documentos que sugerem uma possível localização do Aldeamento Maria I (CHAIM, 1983; GIRALDIN, 1997; REIS, 2000; LOURENÇO, 2005; ATAIDES, 2006), e todos os apontamentos baseiam-se em relatos e documentos históricos, sem apresentar as coordenadas exatas de sua localização.

Com base na documentação de antigos historiadores Chaim (1983) apresenta um mapa cujas descrições apontam a locação do Aldeamento Maria I a exatas 12 léguas a sudoeste de Vila Boa. Ataides (2006) acrescenta a informação que sua referida localização estaria às margens do rio Fartura, local escolhido pelo então governador de armas da capitania, o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, supostamente elaborado por ele, o projeto apresentado em Reis (2000).

Esses relatos imprecisos no que se refere a localização do antigo aldeamento, serviram de motivação para se realizar uma pesquisa prévia junto ao acervo do Museu das Bandeiras localizado na cidade Goiás/GO. Ocasião onde foi acessado uma à ampla documentação, dentre as quais, cabe destaque a Carta Corográfica Plana elaborada por Cunha Mattos em 1826 (Mattos, 1836), que apresenta uma localização muito mais elaborada e precisa da localização do aldeamento Maria I.

Foi com base nessa documentação inédita e muito mais detalhada apurada junto ao Museu das Bandeiras[13], que foi realizado um levantamento cartográfico

[13] O museu das Bandeiras (MUBAN), abrigava a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Ela foi construída no ano de 1766, durante o reinado de Dom José I e administração do governador goiano João Manoel de Melo. O prédio se manteve em funcionamento como presídio até o ano de 1950. Suas atividades foram reduzidas gradativamente. No ano de 1937, o prédio deixou de abrigar a Casa de Câmara porque a capital do estado de Goiás passou a ser Goiânia e não mais a Cidade de Goiás. O acervo do Museu das Bandeiras é constituído por 380 peças identificadas e um arquivo documental da Fazenda Pública da Província de Goiás. Esse conjunto de documentos representa uma das fontes de informação mais importante sobre a administração pública da região Centro-Oeste no período

preliminar com o auxílio da ferramenta digital Google Earth Pro, a fim de possuir uma situação atualizada da provável localização do Aldeamento Maria I. Levando em consideração aspectos como relevo, hidrografia e distâncias conhecidas, foi possível identificar e estabelecer a área prioritária dessa provável localização, estando à mesma situada nas coordenadas UTM: 22K 548558E 8198212S, ponto exato onde se encontra atualmente instalada a Fazenda Boa Sorte, no município de Córrego do Ouro/GO. Localizada em relevo de meio vertente, entre o atual ribeirão Canabrava e córrego do Ouro em área destinado a pastagem, evidenciou-se uma grande quantidade de cerâmica arqueológica dispersa numa área de até 35 ha.

Objetivo Geral:

Centra-se na compreensão do processo de ocupação ocorrida no Aldeamento Maria I, com vistas a registrar a sua interação com a paisagem local, com ênfase na investigação do modo de vida, bem como na dinâmica sociocultural decorrente do contato com o elemento colonizador, a partir de relatos históricos e pesquisa arqueológica.

Objetivos específicos:

- Realização de pesquisas intensivas de campo, com campanhas de prospecção e de escavação na área da fazenda Boa Sorte;
- Promoção das datações absolutas do material evidenciado;
- Análise dos atributos técnicos e morfológicos da produção cerâmica, com vistas a detectar um sistema tecnológico do povo ceramista que ocupou a área;
- Entendimento da interação com o meio ambiente local e os padrões de consumo pela identificação e quantificação das evidências faunísticas, florísticas do assentamento, e fontes históricas;

colonial, Império e República, sendo enriquecido por aquisições e doações de móveis, utensílios e equipamentos, pratarias e outros objetos dos séculos XVIII, XIX e início do XX.

- Compreensão da organização espacial do sítio a partir da observação da disposição das estruturas e artefatos;
- Observação, ou não, do registro na cultura material cerâmica de "interação" decorrentes do contato com o elemento colonizador;
- Comprovação de que o aldeamento em questão se trata do aldeamento Maria I, através dos prováveis objetos que fossem encontrados neste local, como restos de construção e utensílios históricos.

Problemática, hipóteses

O estudo dos povos indígenas pelas ciências sociais, quase sempre se viu ofuscado na construção da história da sociedade lusa brasileira, de maneira que, muito recentemente é que tal temática tem sido objeto de estudos sistemáticos por parte da Etnoarqueologia, bem como da Antropologia e da História. Tais considerações foram possibilitadas, dentre outras coisas, pelo movimento da *Escola dos Annales* que abriu novas vertentes para o estudo das Mentalidades, do Cotidiano e da Vida Privada que passaram a desmarginalizar, dentro da historiografia, pessoas, lugares e recortes temporais antes deixados à margem dos enfoques históricos que não abordavam uma perspectiva de longa duração (BURKE, 1991).

Nas análises do material arqueológico que foram feitas até o presente, tais trabalhos embora tenham contribuído muito para a arqueologia na sua época, não respondem questões mais abrangentes como, por exemplo, aspectos relacionados à dinâmica sociocultural. Os trabalhos que se fazia na década de 60 tinham como objetivo resgatar e compreender a cultura material através do método comparativo, com a atenção voltada às semelhanças para, a partir delas, serem criadas tipologias e seriações que pudessem definir tradições e fases, assim como para a explicação de migrações dos povos da pré-história. Segundo Oliveira & Viana:

> *"A reconstituição do passado arqueológico, portanto, foi feita a partir de uma visão linear de cultura, na qual as diferenças eram interpretadas como mecanismos de difusão e migração, sem necessariamente implicar na*

compreensão dos processos culturais inerentes a eles" (OLIVEIRA & VIANA, 2000:02).

As construções do conhecimento arqueológico, direcionado a fim de verificar tipologias, levou a um campo muito limitado, associado ao objetivo da primeira escola da arqueologia. As análises que se fazia até então no Brasil, (ou especificamente voltados ao nosso campo de estudo: o centro-oeste brasileiro) a partir do paradigma histórico-cultural, buscou, essencialmente, entender fenômenos de origem e dispersão dos povos humanos pelo território, atentando para a difusão de aspectos culturais. O conceito de "tradição cultural" surge neste sentido, partindo das características de semelhanças e diferenças, agrupando os povos territorialmente contíguos ou distantes que refletiam em uma gênese comum.

Este conceito tem início nos primórdios das pesquisas sistemáticas realizada no Brasil trazido pela escola norte-americana, com a pretensão de caracterizar padrões que pudessem ser reconhecidos pela comunidade de arqueólogos brasileiros. Assim a seriação baseada na "moda", resume as especificações acima mencionadas e que servem de base, ou um sistema particular usado amplamente desde a época do PRONAPA[14], como forma de avaliar a relação relativa de cada sítio, uma região, ou uma atividade, levando em conta também as análises quantitativas, pela porcentagem de ocorrência de cada um dos estilos ou outra tipologia. Gerando desta forma os tais sistemas de classificação (PROUS, 1992).

De acordo com a literatura arqueológica, os povos horticultores ceramistas no Planalto Central Brasileiro estão enquadrados em quatro tradições tecnológicas: a Tradição Aratu/Sapucaí (Fases Mossâmedes e Itaberaí); a Tradição Uru (Fases Aruanã, Itapirapuã, Uru, Jaupaci e Uruaçu); a Tradição Una (Fase Una e provavelmente Palma); a Tradição Tupi-guarani (Fase Iporá e São Domingos); além da Fase Pindorama que até o momento não foi incluída em nenhuma tradição. Tais classificações se fazem presentes na grande parte dos trabalhos de arqueologia (CALDERON, 1969; CALDERON, 1971; CALDERON, 1974; DIAS JUNIOR, 1971; MARTIN, 1997; MEGGERS & EVANS, 1969; PROUS, 1992; ROBRAHN-GONZALEZ,

[14] Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA).

1996; SCHMITZ, 1976/1977, 1978/1980, 1980, 1981/1982; SCHMITZ *et al*, 1982; ATAÍDES, 1998).

Há ainda o exemplo das escavações realizadas entre as décadas de 1980 e 1990 pela Dr.ª Irmhild Wüst[15]. Ela pesquisou boa parte do território onde foi erigido o Aldeamento Mossâmedes, aldeamento este que fica bem próximo ao Aldeamento Maria I, foco deste estudo. Os fragmentos analisados foram atribuídos a sítios da Tradição Aratu e/ou Fase Mossâmedes. Essa tradição é costumeiramente relacionada aos povos integrantes da família linguística Macro-Jê, à qual pertencem os Cayapó e povos como os Krahô, Apinajé, Akroá, Xacriabá, Karajá, Xavante, Xerente, dentre outros, portanto, não fazendo relação direta da cerâmica aos povos pretéritos. Dando margem interpretativa, de modo a compreender que os povos acima relatados tivessem uma mesma cultura material.

Interessante de nota é a associação imediata da cultura material a povos indígenas, quando não a suposta tradição "Neobrasileira", sem levar em conta as possíveis mudanças decorrentes do contato com o elemento colonizador, seja por meio do conflito com as bandeiras Paulistas, seja pelo processo de aldeamento realizado em diferentes áreas do Centro Oeste brasileiro (MANO 2010; MAGALHÃES, 2015).

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se não só pela possibilidade de se estar diante daquele que possivelmente foi o Aldeamento Maria I, mas também pela possibilidade de lidar com o registro material, que nesse caso, estaria genuinamente associado aos índios Cayapó Meridionais. Esta pesquisa traduz uma singularidade ímpar, na possibilidade de relacionar povos historicamente conhecidos, com a cultura material estudada pela arqueologia. Caso tal hipótese se confirme, aventa-se a possibilidade de compreensão por meio do sistema tecnológico da cultura material, não só a identidade e traços culturais que definam fortemente esse povo, mas também as marcas dessa interação conflituosa com a sociedade branca, em prol de uma dominação europeia, num processo recíproco de identidade onde a continuidade e a mudança andam de mãos dadas.

A problemática se liga diretamente a ausência de estudos arqueológicos que abordem a cultura material dos povos Cayapó no centro oeste Goiano. Abordagens estas que ficam a cargo de disciplinas como a História e a Antropologia,

[15] Professora associada da Universidade Estadual de Goiás (UFG).

que por sua instância são respondidas dentro das quais as mesmas se propõem, contudo, na arqueologia, estudos sobre essa temática são bastante raros, com exceção aos trabalhos desenvolvidos na região do Triângulo Mineiro por ALVES (1982, 1988, 2013b); MAGALHÃES (2015; 2019); MORI (2015); RASTEIRO (2015); DENARDO (2018); MOREIRA (2019).

Portanto, esta pesquisa, bebeu na fonte da arqueologia sociológica contemporânea, que por sua vez centra-se nos processos fundamentais da *Antropologia das técnicas* (MAUSS, 2003b), do conceito de *Habitus* (BOURDIEU, 1983c, 1994), e *trocas culturais* (BOAS, 2007), buscando sempre que possível, considerações fundamentais acerca da *totalidade social* e *abordagem sistêmica* (MAUSS, 2003a), *cadeia operatória* (LEROI GOURHAN, 2002a e 2002b; BALFET, 1991; LEMONNIER, 1976 e 1992), *Sistema Tecnológico* (LEMONNIER, 1976 e 1986) e *representações sociais* relacionadas com as escolhas das matérias-primas e das técnicas (DIETLER & HERBICH, 1998).

O método empregado nas escavações empreendidas durante as etapas de campo foi o de "*Superfícies Amplas*" associado a técnica de "*Decapagens por Níveis Naturais*" proposto por Leroi-Gourhan (1950; 1972; [1964] 2002a e [1965] 2002b), com base no conceito de "*Totalidade Social*" de Mauss (2003b) que foi adaptado ao solo tropical brasileiro por Pallestrini (1975).

O universo empírico é composto de um total de 5.656 fragmentos de cerâmica que foram coletados no sítio arqueológico MI localizado na Fazenda Boa Sorte, município de Córrego do Ouro-GO, se constituindo de material remanescente do povo Cayapó que ali habitou. Entende-se que ao analisar essa cultura material encontrada, obtém-se várias informações de acordo com a totalidade social. Assim, se considera o conceito de "*fato social*" de Durkheim, ampliado para "*fato social total*" por Marcel Mauss através de sua obra, "*O Ensaio sobre a Dádiva*" escrito na década de 1920 e que teve como ponto de partida o conceito de "*fato social*" de seu tio e mestre, Emile Durkheim. (MAUSS, 2003a) como ponto chave nessa pesquisa.

Se apropria também das teorias de Bourdieu (1983c, 1994), para os processos de confecção do objeto norteando os processos das cadeias operatórias e os atores sociais envolvidos na confecção do objeto arqueológicos em um processo de "*agência e estrutura*", bem como o conceito de "*hábitos".*

Assim, se compreende a cultura material como um fenômeno social, incluindo o processo de continuidade e transformações dentro de trajetórias visíveis

na cultura material, e os fatores que condicionam tais escolhas, suas inter-relações e os efeitos recíprocos decorrentes de novas escolhas. Partindo da hipótese de que a cultura material evidenciada na fazenda Boa Sorte (sítio arqueológico MI) esteja de fato associada ao aldeamento Maria I, tendo sido, portanto, produzida exclusivamente por índios Cayapó, surgiram algumas questões que foram tratadas como princípios fundamentais enquanto pontos chave de nossos estudos:

- Foi encontrado algum traço indenitário exclusivo dos povos Cayapó a partir da sua cultura material?
- Quais as semelhanças e/ou diferenças dessa possível cerâmica Cayapó com a cerâmica regional associada à tradição Aratu?
- A cerâmica em termos de morfologia, pasta e acabamento de superfície são semelhantes às cerâmicas encontradas no Aldeamento de Mossâmedes?
- O contato sistemático decorrente do aldeamento produziu manifestações de interação na cultura material, tais como a adoção de bases planas, apliques ou bordas?

Dessa forma, a presente pesquisa se mostra de extrema relevância visto que a mesma se propôs a lançar luz a um povo historicamente marginalizado, abrindo um caminho para a compreensão do comportamento material dos índios Cayapó, bem como procurou responder questões que nos permitiu propor de fato o que devemos esperar de uma cerâmica de "contato" no que diz respeito a sua morfologia, técnica de manufatura, superfície, emprego social, entre outras questões culturais.

Enfim, esta tese demonstra cada uma das etapas desenvolvidas ao longo de 48 meses ininterruptos de pesquisa. Foram realizadas buscas de fontes históricas em instituições como o Museu da Bandeira de Goiás, Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, acervo digital do Museu Ultramarino de Lisboa, Prospecções de campo, Escavação, Análise de material arqueológico, Análise radiométricas e datações.

Assim, a tese se organiza em dois volumes, o primeiro contendo além desta introdução, os capítulos 1 e 2, e o segundo os capítulos 3 e 4, além das considerações finais, referências bibliográficas e anexos e adendos produzidos ao longo desta pesquisa. De modo geral a tese se organiza da seguinte forma:

O Capitulo I intitulado o "*Homo-cerratensis e seu modo essendi*" procura contextualizar de forma etnohistórica quem foram os primeiros habitantes que

ocuparam o sertão Goiano, representado pelo bioma Cerrado, um dos mais importantes e complexos biomas do Brasil. Aborda ainda através de subcapítulos informações importantes como: "*1.1. Os vestígios do passado sob o olhar da arqueologia de Goiás*" onde é apresentada uma síntese das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no estado de Goiás; "*1.2. Um balanço sobre a teoria arqueológica*" adotada desde as primeiras pesquisas realizadas no estado, até os conceitos empregados no âmbito desta tese; por fim é discutido em "*1.3. A paisagem natural como suporte para o Homem do Cerrado"* os aspectos tanto teóricos como ambientais que fazem do sertão Goiano o lugar de vida desses "Homens do Cerrado", representados majoritariamente pelos Cayapó meridionais.

O Capítulo II "Território Cayapó: um espaço usurpado" contextualiza com base em dados históricos, os sujeitos, e as estratégias que foram utilizadas para inserir efetivamente o sertão goiano no mundo da história ("civilizado"). O tema é desenvolvido ao longo dos seguintes subcapítulos: O sertão dos Goyazes: contexto histórico; Mapas e antigos caminhos; As minas da Capitania de Goyaz; Conflitos nos caminhos do sertão; Os aldeamentos na capitania de Goiás; Reminiscência Cayapó.

O Capítulo III intitulado "No encalço do aldeamento Maria I – pesquisa bibliográfica e empírica de campo" apresenta a pesquisa de campo propriamente dita, abarcando desde o apanhado de pistas obtidas junto a dados históricos até os trabalhos de prospecção e escavação empreendidos ao longo de quatro campanhas desenvolvidas na área prioritária definida no âmbito da pesquisa.

O Capítulo IV "Dos vestígios às populações do passado – análise da cultura material cerâmica" apresenta os aspectos teóricos envolvidas na análise do material e apresenta os resultados da análise tecnotipológica da cultura material cerâmica do sítio arqueológico MI.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, seguida das referências bibliográficas, adendos e anexos.

Sempre que possível, foi premissa apresentar o recorte de mapas e imagens ao longo do corpo da tese, afim de garantir uma maior fluidez da leitura. Adendos constituídos por mapas e pranchas ilustrativas foram apresentados preferencialmente ao final de cada seção ou capitulo. Nos anexos apresentados ao final da tese, constam documentos, transcrições, laudos laboratoriais e cópias de mapas históricos importantes e que integram a presente pesquisa.



CAPITULO I

Caminhos e Veredas, Pintura 18 - óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

CAPÍTULO I - O HOMO-CERRATENSIS E SEU MODO ESSENDI

A expressão *Homo-cerratensis* (Homem Cerratense)[16] foi utilizada pelo pesquisador Paulo Bertran, para nomear simbolicamente a descoberta feita pelo Dr. Altair Sales Barbosa de um dos fósseis humanos mais antigo das Américas. O esqueleto[17] pertence a um indivíduo do sexo masculino e foi encontrado na região de Serranópolis-Goiás, com a idade aproximada de 13.000 anos antes do presente (A.P.), contemporâneo portanto ao fóssil de Luzia encontrada pela arqueóloga francesa Annette Laming-Emperaire, em escavações na Lapa Vermelha, uma gruta no município de Pedro Leopoldo (MG).

Com o passar do tempo, a expressão *Homo-cerratensis* passou a designar também o habitante tradicional do Cerrado, fruto ou não de miscigenações e troca de conhecimentos entre populações indígenas, portuguesas e africanas, ou seja, se aplica a todo aquele que no sentido literal desenvolve um *modo essendi* (jeito de ser) que lhe é peculiar as condições impostas pela natureza. O título desse capítulo é uma homenagem a valorização desse bioma Cerrado que acolheu e acolhe os mais diversos povos do período pré-colonial e colonial.

Os primeiros relatos que se tem notícias sobre a população tradicional na região do Centro Oeste brasileiro surgem com os desbravadores sertanejos. Segundo consta, os grupos pretéritos, os indígenas, que ocupavam as extensas áreas do cerrado pertenciam aos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê, os Jê eram conhecidos pelos primeiros jesuítas e viajantes, como *gentio da "língua travada"*.

Chaim (1974), infere que os povos Jê com a sua partida para a região do Centro Oeste, com certa homogeneidade geográfica, imprimiu nesses povos as características físicas e culturais comuns e que permanece até os dias de hoje. Por esse motivo, tendo uma mobilidade menor que os Tupi. Segundo ela:

[16] O cerradeiro ou cerratense – Homo cerratensis – ia desde o Século XVIII. Algumas gramáticas portuguesas do tempo do neocolonialismo salazarista traziam frequentemente um mapa-múndi mostrando as modificações e expansão do idioma de Camões pelo mundo, estampando, nos sertões do centro do Brasil, uma interrogação com os dizeres: "O ente inominado: o jardim de cerrados das Oréades". Depois surgiram Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Mário Palmério, Carmo Bernardes..., e junto a eles emerge a linguagem cerratense, surpreendente, inovadora, atônita em sua riqueza barroca e sertaneja (BERTRAN, 2011:20).

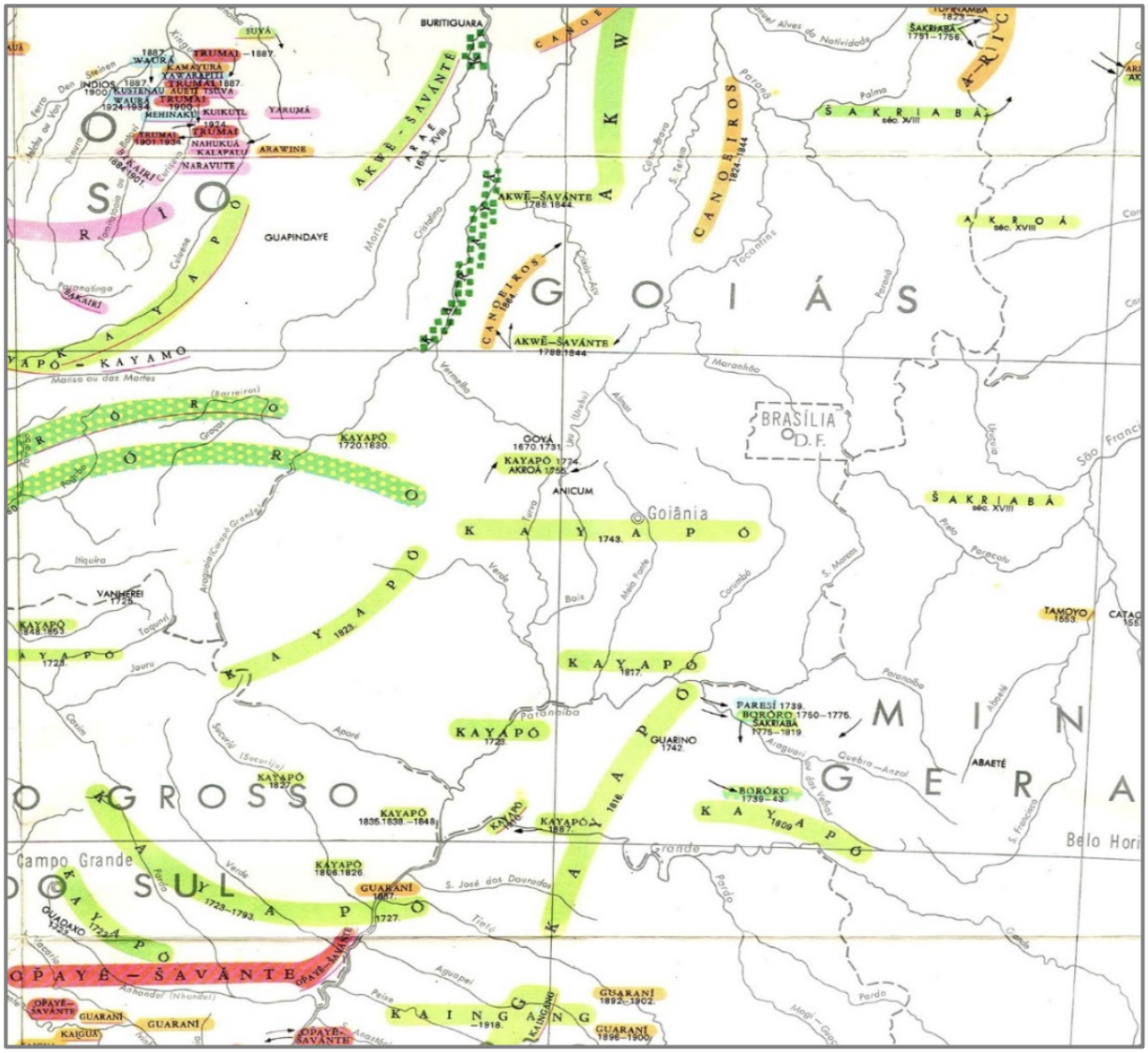
[17] Embora o esqueleto seja de um Homo-sapiens-sapiens, um dos ancestrais dos índios do Brasil, isso não o configura como o vestígio mais antigo da ocupação humana americana, existem outros vestígios associados a material lítico, que acusam a presença do homem no Continente Americano em épocas mais antigas.

> *"Não se conhece o seu ponto de origem, nem os focos iniciais de dispersão. Sabe-se que migraram a princípio do Oeste para leste, tendo ocupado o litoral, de onde foram expulsos posteriormente pelos Tupi. A pressão Tupi e depois a colonização portuguesa, causaram uma nova migração, esta agora de leste para oeste. (...) mantiveram-se no seu habitat com pequenos deslocamentos que pouco ultrapassam os limites do planalto brasileiro. A este grupo pertence a maioria das tribos goianas, e no século XVIII destacavam-se entre os mais hostis; os Akroá, Xacriabá, Xavante, Kaiapó [e Cayapó], Javaé e outros" (CHAIM, 1974: 51).*

Ao tratar dos grupos indígenas que em tempos históricos ocuparam a região centro sul da Capitania de Goiás, tem-se como ponto de partida os dados etnográficos deixados pelos viajantes, que versam sobre os diversos grupos indígenas que habitavam, aquela porção do atual estado de Goiás. Esta breve exposição, tem como objetivo fornecer alguns subsídios para correlações etnográficas, que podem contribuir de maneira significativa para a reconstrução histórica da ocupação dessas áreas, no período pré-colonial. No entanto, ressalta-se que foi limitado para esse trabalho, basicamente aos dados referente à classificação linguística e as áreas ocupadas por estes grupos apresentados no mapa anexo que foi confeccionado principalmente a partir do mapa de Kurt Nimuendajú.

De modo geral, os mapas antigos registram a ocupação do Gentio Cayapó em todo interior do Brasil. Os Cayapó são representados no Sul da capitania de Goiás; os Akroá no Nordeste; os Xavante no Noroeste; e os Curumaré na atual Ilha do Bananal. De acordo com Pohl (1951), não existiam fontes exatas indicando o número de diferentes grupos indígenas existentes durante o século XVIII, estimando uma média de mais de 50.000 indivíduos.

O Mapa Etnohistórico de Nimuendajú onde estão indicados na Área da Bacia do Rio Meia Ponte a presença dos grupos indígenas Cayapó em 1749, próximo a cidade de Goiânia e 1817 próximos a cidade de Itumbiara.



Mapa 1 - Mapa Etnohistórico de Nimuendajú.
Fonte: NIMUENDAJÚ (1981).

Silva e Souza (1967) chega a enumerar vinte grupos que habitavam a região de Goiás. A partir de dados agrupados por viajantes e cronistas, foi possível identificar a área de ocupação de grupos indígenas no centro-oeste, assim a região do sudoeste goiano teria abrigado os grupos indígenas Anicum, Goyá, os Bororo, e os Cayapó (LOWIE, 1946a; LOUKOTKA, 1968; NIMUENDAJÚ, 1981).

Os Anicum estavam localizados na microrregião do Vale do Rio dos Bois e adjacências, mais precisamente entre as cabeceiras do Rio dos Bois e do Rio Uru (Loukotka, 1968; Nimuendajú, 1981; Wüst, 1983). Martius (1867) durante suas viagens, já não encontrou mais vestígios dos Anicum, o nome surgiu como homônimo para definir a região onde provavelmente viria a se tornar a atual cidade de Anicuns (WÜST, 1983).

Os Goyá foram citados pela primeira vez durante o século XVII e teriam como áreas de ocupação os territórios entre a Serra Dourada e as imediações de Vila Boa, atual Cidade de Goiás, estando próximo ao antigo Aldeamento São José de Mossâmedes atual cidade de Mossâmedes. De acordo com o mapa de Nimuendajú (1981) o limite geográfico para a região dos Goyá seria a Serra Dourada. Posteriormente, quando entram em contato com os Cayapó, os Goyá foram empurrados em direção a oeste e as disputas entre os dois grupos acelerou o processo de desaparecimento do grupo Goyá. (LOWIE, 1946A; CHAIM, 1974; NIMUENDAJÚ, 1981; WÜST, 1983).

A área ocupada pelo grupo Bororo teria alcançado os limites de São José de Mossâmedes e o Rio Claro. Segundo Wüst (1990) os Bororo ocuparam a região num período mais tardio, já que os Cayapó eram predominantes nessa área até meados da segunda metade do século XIX, e as disputas entre esses dois grupos eram frequentemente relatadas pelos bandeirantes, cronistas e pesquisadores da região (WÜST, 1990).

Segundo Giraldin (1997) e Lowie (1946) a localização dos Cayapó do sul se dá entre as os paralelos 20° latitude sul e 50° longitude Oeste do Paralelo de Greenwich, sendo conhecidos desde o século XVII em uma área imensa: no sul de Goiás ao longo do Alto Araguaia e dos afluentes do Paranaíba; todo o território compreendido pelo sul de Goiás, sudeste do Mato Grosso, Triângulo Mineiro e noroeste de São Paulo, ao Sul seu limite era o Rio Pardo, a Leste, desde o Rio das Velhas até no Triangulo Mineiro, até Anápolis; a Norte, a Serra Dourada, próximo a cidade de Goiás, e a Oeste as cabeceiras do Rio Piquiri e Taquari no Mato Grosso de Sul e Norte do estado de São Paulo (LOWIE, 1946B; NIMUENDAJÚ, 1981; WÜST, 1983).

Seu limite setentrional se daria na área das nascentes do Rio Claro e Rio Vermelho afluentes do Araguaia, consta a sua presença nas áreas do Sul de Mossâmedes até a região dos cursos superiores do Rio Turvo, Rio Corumbá a Oeste de Mossâmedes se estendem até o Rio Araguaia, porém somente na margem esquerda do Rio Vermelho. Nimuendajú (1981), destaca que a presença deste grupo na área ao sudeste de Mossâmedes entre os anos de 1726 a 1830 correspondendo ao aldeamento destes índios em São José de Mossâmedes, fato que será melhor exposto nessa tese posteriormente.

Os Cayapó Meridionais ou do Sul, eram conhecidos no período colonial brasileiro como Bilreiros ou Ubirajaras (Caceteiros na língua Nhehen-Gatú), devido a maestria no uso de armas como a borduna na abertura de crânios do inimigo colonizador, onde "*agiram com ações guerreiras que os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos e, em decorrência, mais intensamente combatidos durante o século XVIII e XIX em todo o Brasil Central*" (GIRALDIN, 2000: 163).

Mário Neme (1968) descreve que pouco se sabe da história dos índios Cayapó nos dois primeiros séculos do povoamento. Em 1607, o sertanista Belchior Dias Carneiro, comandava uma expedição no rumo de sertões desconhecidos. Na bibliografia paulista, essa seria a primeira referência por ordem cronológica aos Cayapó em relação com sertanistas de São Paulo. Depois disso, pouco aparecem na documentação até cerca de um século mais tarde, quando passam a ser continuamente citados, em razão das proezas que praticavam contra viajantes de Cuiabá e também por causa da guerra implacável que os brancos lhes movimentam.

A maior soma de informações a respeito dos Bilreiros (como os Cayapó era comumente chamados), começa a aparecer a partir de 1720, marcando o início de um período em que eles são a todo momento apontados como índios guerreiros. Não obstante, essa disposição de ânimo dos Cayapó era já denunciada desde 1671, mas relatado pelo padre Antônio Raposo em 1676, noticiando a invasão, que sucederam em várias mortes, de uma bandeira que estava acampada em uma das cabeceiras do Tocantins, pelos gentil Cayapó, já com fama de cruel e belicosos (NEME, 1968).

Segundo Wüst (1983) no ano 1722, meio século decorrido depois das últimas notícias dos Cayapó, volta a aparecer nas descrições das expedições de Bueno da Silva no descobrimento das minas de Goiás, ele expõe: *"Nesta viagem tiveram diferentes ataques do Cayapó, e em um lugar que lhe chamaram Lenções lhe aprisionaram algumas mulheres das quase uma, por nome Thereza"* (SILVA e SOUSA, 1849:434).

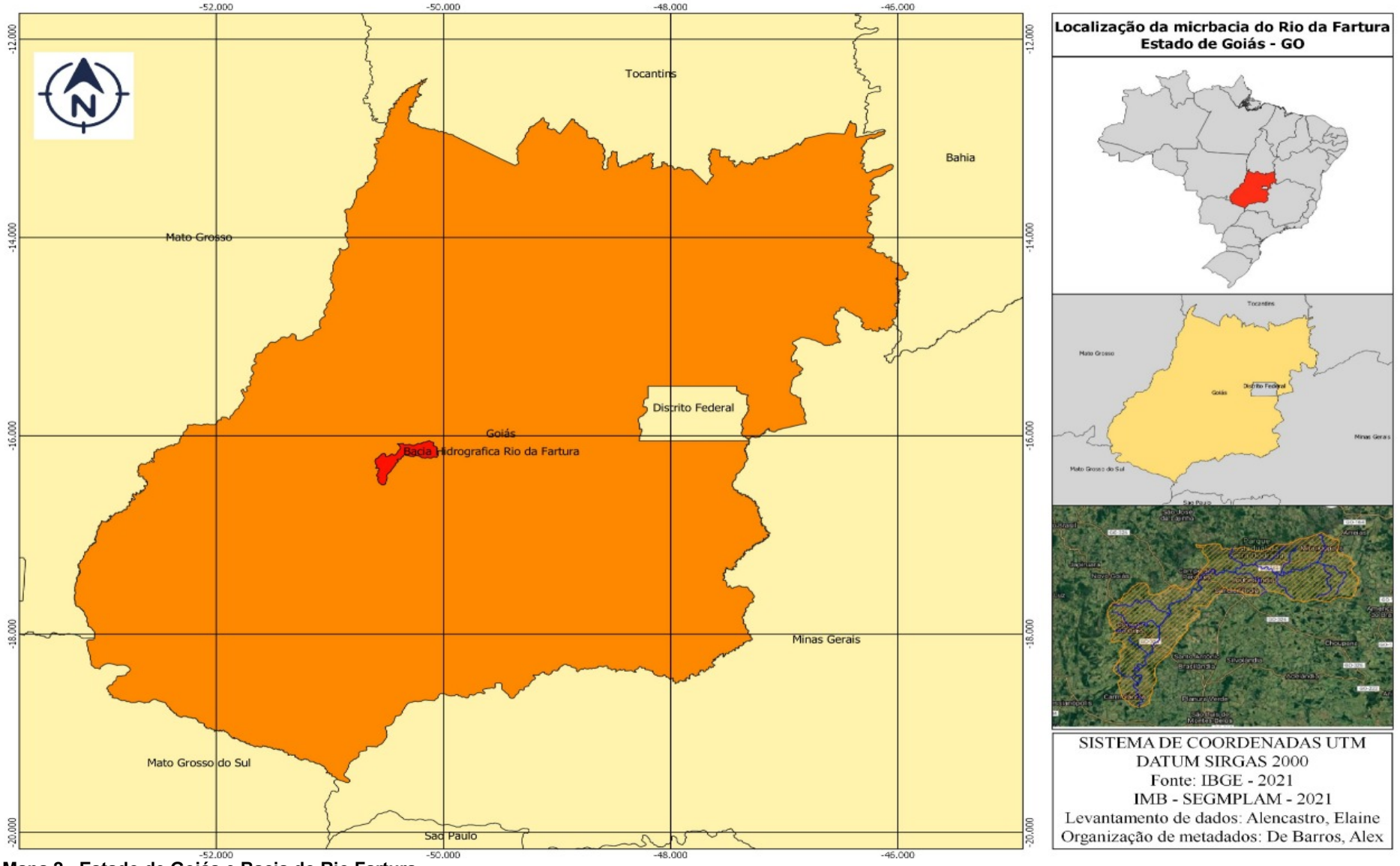
Em 1723, Antônio Pires de Campos (pai) expõem uma breve notícia sobre "*o gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuiabá*". Em 1727, as notícias a acima de tudo as advertências sobre as terras ocupadas pelos Cayapó e os perigos que poderiam ocorrer no encontro desses povos já era notícia entre os bandeirantes mais destemidos.

Segundo Campos; *"Por todos esses maiores rios costumam andar os Cayapó"*. E no prosseguimento da viagem, ao entrar no Camapuã, não deixará de

advertir que o riacho é de navegação difícil e perigosa, mas que o maior risco é o dos Cayapó. "*Êste gentio - escrevia o Pai-Pirá*[18] *- é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o Mesmo que governador, a que no Estado do Maranhão chamam principal, (...)*" (NEME, 1968: 105).

Assim a região onde se insere a área desta pesquisa é sabidamente um território que foi ocupado majoritariamente por povos Cayapó. Os dados obtidos ao longo dessa análise, pretendem contribuir para uma maior compreensão do modo de vida desses povos que habitaram o Centro-Oeste brasileiro, Bacia do Rio Fartura, no Vale do Rio Vermelho entre a Serra Dourada e Serra dos Pilões.

[18] Pai-Pirá (pai de todos), nome atribuído ao bandeirante Antônio Pires de Campos pelos índios Bororo. (NEME, 1968).



Mapa 2 - Estado de Goiás e Bacia do Rio Fartura

1.1 Os vestígios do passado sob o olhar da arqueologia de Goiás

O estudo do Centro-oeste brasileiro foi percebido pelos primeiros arqueólogos da década de 60, a partir dos estudos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), como uma área que podia explicar alguns problemas encontrados nas pesquisas arqueológicas que foram desenvolvidas no litoral. Os conhecimentos buscados nos estados litorâneos, referiam-se a tecnologia desenvolvida pelos habitantes pré-coloniais em confronto com o ambiente, suas técnicas de abastecimento, as formas de assentamento. Buscavam também o motivo das mudanças e das migrações; objetivos históricos que marcavam fortemente esta pesquisa que se preocupava com a distribuição temporal e espacial das transformações (SCHIMITZ *et al*, 1982).

Dentro dessa perspectiva, surgiu o Programa Arqueológico de Goiás, vislumbrando o encontro de dados comparáveis e complementares aos conseguidos nos demais estados. As primeiras contribuições para a região do Brasil Central foram implantadas no ano de 1972, com a colaboração entre a Universidade Católica de Goiás, o Instituto Anchietano de Pesquisa e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sendo os financiadores principais o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Governo do Estado de Goiás e as instituições participantes. O programa iniciou com cinco projetos que deveriam durar sete anos, de 1973 a 1979. As atividades foram coordenadas por Pedro Ignácio Schmitz, que contou com o apoio dos pesquisadores: Altair Sales Barbosa, Ítalo Irene Brasil Becker e Irmihild Wüst.

No período que corresponde entre maio a junho de 1973, foram localizados por Altair Sales Barbosa e Mario Arruda da Costa, 49 sitios cerâmicos em uma parte da área estabelecida compreendendo os municipios de Mossâmedes, Heitoraí, Uruana, Carmo do Rio Verde, Jaraguá, Itapaci, Hidrolina, Petrolina, Taquaral e Itaguaru (SCHMITZ, *et al*., 1982).

Nas pesquisas de Schmitz (Schmitz, 1976, 1980 e Schmitz *et al*., 1982) sobre as antigas ocupações dos "*caçadores coletores das savanas tropicais*", na região de Serranópolis, discorre que foi encontrado uma indústria lítica da Tradição

Itaparica, com as mesmas taxonomias definida por Valentim Calderón, na década de 1960 para sítios nos estados da Bahia e Pernambuco.

A Tradição Itaparica, portanto, foi dividida em duas fases líticas: A fase Paranaíba, considerada a mais antiga, com datações que abrangem um período de 10.750 a 9.000 anos A.P. A fase subsequente, Serranópolis, que apresenta datas a partir de 9.000 anos A.P. e indícios de abandono a partir de aproximadamente 6.000 A.P., mas com possível continuidade até cerca de 1.350 A.P. (SCHMITZ,1976/77).

Os sítios da fase Paranaíba, em Goiás estão distribuídos em ambientes onde atualmente predomina o cerrado e o campo limpo, com vestígios de ocupações no vale do rio das Almas (cabeceira do rio Tocantins), vale do rio Verdinho (afluente do rio Paranaíba) e vale do rio Cayapó (afluente do Araguaia). Estão localizados, predominantemente em abrigos, como os sítios de Serranópolis/GO, Chapada dos Guimarães (vale do rio Manso), Rondonópolis/MT e Centralina/GO, embora também ocorram a céu aberto como ocorre em Cayapônia (VIANA, *et al*. 2016).

Desta forma, o histórico de ocupação da região Centro-Oeste do estado de Goiás, remonta a no mínimo 10.000 anos de história A.P. compreende desde grupos com modo de subsistência caçadores-coletores, do período Holoceno Inferior até grupos associadas ao período da colonização, a partir do século XVI (SCHMITZ *et al*., 1982).

Dentro deste lapso temporal pode-se inferir, de forma genérica, dois grandes horizontes culturais. Os grupos mais antigos, representando o horizonte cultural dos caçador-coletores, relacionados às Tradições Itaparica, que tinham sua subsistência nas atividades de caça, em especial de animais de pequeno porte, de pesca em geral, de coleta de vegetais, sementes e mel; e Serranópolis, que sucedeu a anterior perdurando até cerca de 1.000 AP, e desenvolvia uma intensa atividade de coleta de moluscos (SCHMITZ, 2004). O segundo grande horizonte cultural é formado por grupos horticultores-ceramistas.

Os grupos horticultores ceramistas no Planalto Central Brasileiro estão enquadrados em quatro tradições tecnológicas: a Tradição Aratu/Sapucaí (Fases Mossâmedes e Itaberaí); a tradição Uru (Fases Aruanã, Itapirapuã, Uru, Jaupaci e Uruaçu); a Tradição Una (Fase Una e provavelmente Palma); a Tradição Tupi-guarani (Fase Iporã e São Domingos); além da Fase Pindorama que até o momento não foi incluída em nenhuma tradição (ATAÍDES, 1998:151).

> *"Os sítios da tradição Aratu se estendem desde a costa de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo até o interflúvio do Araguaia-Tocantins, e no Sul até o Paranaíba. Os sítios da tradição Uru situam-se predominantemente no vale do Araguaia, sendo que as prospecções no sudoeste do Mato Grosso demonstraram sua continuidade pelo menos até o rio São Lourenço. Sítios da tradição Tupi-guarani, subtradição Pintada encontram-se dispersos sobre praticamente toda a área, ocorrendo algumas concentrações no sudoeste de Goiás e a oeste da Bahia nas proximidades do rio São Francisco, enquanto os sítios da subtradição Corrugada, foram localizados apenas no sul de Minas Gerais" (Wüst, 1990, p. 67-68).*

As tradições cerâmicas Uru, Aratu, Una e Tupi-guarani, provavelmente são originárias da região Amazônica, de datas entre os séculos VIII e IX de nossa era (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996:53). Nas Pesquisas arqueológicas e Etnohistórica, feitas por Roosevelt (1991), é ressaltado que durante o primeiro milênio antes e o primeiro milênio depois da era cristã, ocorreram na Amazônia mudanças significativas nas atividades, escala e organização das sociedades indígenas. Essas mudanças teriam sido favorecidas por contatos com sociedades sócio-políticas bastante desenvolvidas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996:53).

Discordando de Roosevelt (1991), Meggers atribui a difusão de grupos Amazônicos a períodos de grandes mudanças ambientais provocados pela passagem do "*EL NIÑO*", causando episódios áridos por volta de 450, 950 e 1250 D.C. (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1996:54).

No entanto, não cabe aqui discutir os motivos que levaram a dispersão desses grupos, mas apenas caracterizar os caminhos trilhados por grupos que ocuparam o Brasil Central e que evidências arqueológicas indicam que seja proveniente da Amazônia, informação que só se confirmará a partir de estudos mais aprofundados.

Na área do suposto Aldeamento Maria I, no estado de Goiás, abrange a região onde nota-se a existência de sítios das tradições Aratu/Sapucaí e Tupiguarani (SCHMITZ, 1982:49). Estas constatações chamadas de Tradições Aratu/Sapucaí estariam relacionadas aos povos Jê. Evidências cerâmicas encontradas desde o médio Tapajós para leste (região dos Cayapó Setentrionais) parecem estar associadas às mesmas da Tradição Aratu, principalmente com a dos Cayapó Meridionais (BROCHADO, 1984: 155).

A Tradição Aratu foi divulgada pela primeira vez no terceiro volume do PRONAPA, publicação avulsa do Museu Emílio Goeldi n°13 (1969), pelo prof. Valetin Calderón, pesquisador ligado à Universidade Federal da Bahia. Ele identificou e definiu 24 sítios no Recôncavo Baiano. O nome foi dado em atenção à cidade industrial de Salvador, na qual foram encontrados sítios representativos (Brochado *et al.* 1969). Dos 24 sítios registrados ele recolheu 27 coleções cerâmicas; destaque para três destes sítios: Guipe, Beliscão e Piratacase.

Segundo Calderón, a partir do estudo desses sítios foi possível caracterizar a cerâmica e os padrões de sepultamento dessa tradição, sendo que a alta quantidade de sepultamentos encontrados e a profundidade da camada de material orgânico decomposto, apontam para uma população sedentária ou semipermanente, possivelmente praticante de uma agricultura incipiente do tipo floresta tropical (CALDERÓN, 1969, p.167). Segundo Calderón (1971) existe uma certa similaridade sobre a escolha dos ambientes de implantação dos sítios Aratu:

> "(...) *no que se refere à constituição dos solos e quantidade de água disponível, elementos essenciais ao desenvolvimento da agricultura incipiente da qual tirava, provavelmente, grande parte do necessário para sua subsistência" (CALDERÓN; 1971, p.171).*

Em estudos paralelos realizados em Minas Gerais por Dias Júnior (1971, 1974, 2009), foi concebida a criação da tradição Sapucaí; posteriormente foi notado a semelhanças entre as duas tradições, Aratu e Sapucaí, sendo então, acolhidas em uma única tradição a tradição Aratu-Sapucaí, tendo a mesma sido apresentada no "II Seminário Goiano de Arqueologia", ocorrido no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, de 24 a 29 de março de 1980, na cidade de Goiânia (SCHMITZ, 1978/79/80; ALVES, 2009).

As pesquisas que foram feitas sobre essa tradição são cada vez mais vastas e aprofundadas, cita-se as pesquisas feitas na Bahia por Calderón (1969, 1971, 1974); Fernandes (2003), no Espírito Santo, Perota (1971, 1974), em Minas Gerais, Dias Jr. (1971) com os estudos da tradição Sapucaí. No Tocantins, os trabalhos de Oliveira (2005) e Morales (2005); em Goiás: Schmitz (*et al*.1982); Wüst (1983); Schmitz & Barbosa (1985), Robrahn-González (1996); Viana (1996; 2004); em São

Paulo: Maranca, Silva & Scabello (1994); Alves & Cheuiche Machado (1995/96); Alves & Calleffo (1996); Robrahn-González (*et al*. 1998); Caldarelli (1999, 2003); Gomes (2003); Alves (2003, 2004); Afonso & Moraes (2005/2006), entre outros.

De modo geral os grupos da tradição Aratu implantavam suas grandes aldeias nas proximidades de córregos perenes, sendo que elas podiam ter até 400m de diâmetro. O povoamento é aglomerado, e as habitações apresentavam uma disposição circular ou elíptica ao redor de um espaço vazio (SCHMITZ, 1982). Já os sítios menores, provavelmente ligados as grandes aldeias, podem ser encontrados próximos aos rios maiores. Ainda de acordo com Schmitz (1982:258), esses grupos se estabeleciam dentro ou próximo à mata e geralmente em áreas de cerrado, que forneciam vegetais em época de chuvas e caça em época de escassez.

A cerâmica é composta de tigelas, de panelas para cozinhar e de jarros para preparar líquidos ou sólidos (SCHMITZ, 1982:258). As mais antigas utilizavam predominantemente o antiplástico mineral, que é gradativamente substituído pelo tempero Cariapé B. *"Caracteriza-se por ter vasilhames predominantemente simples, produzidos com antiplástico mineral de formas esféricas e ovoides grandes, geralmente não associadas a transformações de mandioca tóxica em alimentos humano"* (SCHMITZ, 1982: 49).

São recipientes quase sem decoração, apresentando, às vezes, uma borda acanelada, uma asa, um aplique, um entalho ou um banho de tinta vermelha ou preta. Tais vasilhas tinham formas ovoides, esferoides ou elipsoides, com bordas sem reforço e as bases arredondadas ou levemente aplanadas. São comuns pequenos vasilhames de forma geminada e recipientes com capacidades para dezenas de litros de água, os grandes recipientes poderiam ser utilizados para enterrar seus mortos. Encontram-se ainda fusos de forma variada, o que indica o cultivo do algodão e a pratica da tecelagem. E ainda carimbos cilíndricos, aparentemente destinados a pintura corporal, além de cachimbos tubulares (Calderón, 1969, 1971, 1974; Dias Júnior, 1971; Martin, 1997; Meggers e Evans, 1969; Prous, 1992; Robrahn-González, 1996; Schmitz *et al*., 1978, 1979, 1980; Schmitz *et al*., 1982; Alves, 2009).

Quanto à demografia, foi estimada para uma grande aldeia sítio (GO-RV-66), composta por dois anéis concêntricos, uma população entre 1214 e 2024 indivíduos, enquanto que um sítio menor (GO-RV-31), com poucas manchas, teria uma população entre 145 e 242 indivíduos (WUST, 1983:251).

Sobre o abastecimento alimentar, pode-se fazer algumas inferências no que se refere às plantas cultivadas, relacionando-as com os vasilhames utilizados na sua preparação. O que parece é que esse grupo se alimentava de inhame, batata doce, feijão e milho. Embora os cultivos fossem básicos, a caça complementava a dieta alimentar (ATAIDES, 1998:163).

No Sudeste e Centro Sul do estado de Goiás a fase Aratu é subdividida em Cachoeira, Itaberaí e Mossâmedes. A fase Mossâmedes definida por Wüst (1983), foi encontrada nas Microrregiões do Mato grosso do Sul de Goiás, sudoeste de Goiás, Meia Ponte, Alto Araguaia Goiano. Morales (2008) citando Schmitz, Wüst, Cope e Thies (1982), acreditam que a fase Mossâmedes possa estar associada aos grupos Cayapó do Sul.

Durante o Programa Arqueológico de Goiás foram levantados na região centro-sul do estado 27 sítios similares no que concerne à tipologia dos vestígios, às características morfológicas e concentração do material. As ocorrências foram reunidas na fase Mossâmedes, nome homônimo a um município da região que abrigou o aldeamento indígena São José de Mossâmedes durante o século XVIII. Dos 30 sítios associados a fase Mossâmedes, 5 aparecem descritos na publicação "Arqueologia do Centro Sul de Goiás - Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil": GO-RV-06, GO-NI-23, GO-JU-04/05, GO-JU-36 e GO-CP-02.

Os sítios cerâmicos da fase Mossâmedes estão localizadas em uma extensa área abrangendo o centro-sul e sudeste do estado de Goiás, entre os meridianos de 48°10' e 51°25' de longitude oeste de Greenwich e os paralelos de 15°25' e 17°30' de latitude sul. Abarca um grande número de municípios, se estendendo por uma área que vai do Oeste até Montes Claros de Goiás até Caiapônia no Leste e de Orizona em Ipameri no Sul até Edéia no Norte até Heitoraí. Corresponde a terrenos da borda inferior da Serra do Cayapó, Serra Dourada e Serra dos Pirineus e de outras menores; pertencendo a três grandes Bacias hidrográficas: Bacia do Araguaia através dos rios Claro, Almas e Cayapó; Bacia do Paranaíba através dos Rios Claro, Turvo, Rio dos Bois, Rio Meia Ponte e Rio Corumbá, Rio Meia Ponte e Corumbá, com Tocantins através dos rios Uru / Almas e o Rio Sucuri (SCHMITZ *et al*; 1982, p.49-50).

Quanto ao seu padrão de ocupação, estes se localizam mais densamente a parte alta de cursos de água e nos interflúvios correspondentes. Schmitz *et al* (1982), relatam que nenhum sítio foi encontrado na borda dos rios, mas sobre córregos de

águas perenes ou eventualmente ribeirões dos quais distanciam entre 70 e 500 m. Estão localizados em colinas ou Chapada mas quase sempre é utilizado para implantação da aldeia um declive suave e largo em direção ao córrego, raramente o topo da Chapada ou da colina é utilizado; a altitude predominante vai de 600 a 800m, segundo Wüst (1983), acima destas alturas os solos são bastante pedregosos e apresentam pouca fertilidade, fator que motivaria a não ocupação das áreas mais altas (WÜST, 1983: 11; SCHMITZ *et al*; 1982, p.49, 50).

Geologicamente encontram-se predominantemente sobre os solos pré-cambriano e sua geomorfologia apresenta terrenos ondulados na proximidade de cristais e escarpas onde os solos são predominantemente latossolos com pequenos trechos de brunizem e avermelhadas. Preferindo, portanto, áreas com a cobertura de matas tropicais subcaducifólias e solos férteis. Mas também alguns sítios estão situados em área de cerrado e preferencialmente na faixa de transição para a mata. As áreas de deposição arqueológica variam de 120 por 140 m a 360 por 400 m (WÜST, 1983: 137; SCHMITZ *et al*; 1982, p.49, 50).

Segundo a morfologia dos sítios encontrados foi possível a percepção de duas tendências principais, a distribuição dos vestígios em forma anelar e as concentrações cerâmicas distribuídas de maneira simples ou alinhadas. A respeito da forma anelar, pode variar, ocorrendo às vezes uma simetria ao longo dos dois eixos da elipse e, em outros casos, esta pode ocorrer em apenas um dos eixos. Indica que o eixo maior dos sítios está voltado para o leito do rio mais próximo, permitindo, segundo a interpretação da autora, que um maior número de unidades residenciais tivesse acesso facilitado ao recurso de água (WÜST, 1983).

Nos 27 sítios arqueológicos qualificados da fase Mossâmedes, foram recolhidas em 56 coletas sistemáticas um total de 12.146 fragmentos. Há também um número bastante grande de cacos provenientes de coletas assistemáticas. A cerâmica coletada foi separada em 4 variedades de antiplástico, o cariapé A, cariapé B, areia média e areia grossa. Inicialmente, tais elementos foram usados como diagnóstico base para conseguir uma cronologia relativa através da seriação (WÜST, 1983).

As camadas positivas para material arqueológico, nunca ultrapassaram 30 cm (SCHMITZ, *et al*., 1982). Outra ocorrência observada no caráter de distribuição dos recursos é a existência de concentrações de material dentro e fora da deposição anelar, demonstrando haver locais de atividades ligados a sítios de habitação. Wüst (1983, p.92) observa ainda a existência de uma regularidade nas concentrações

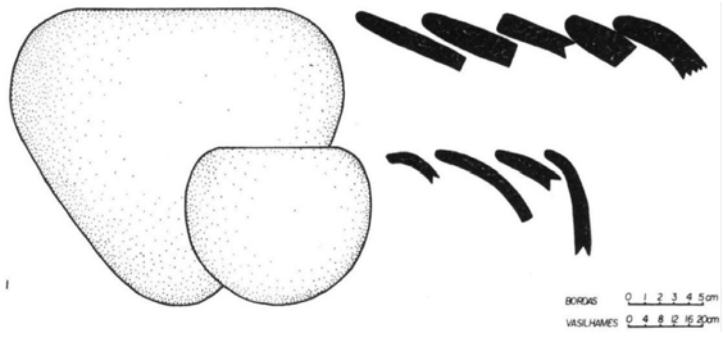
cerâmicas de um mesmo anel, apresentando um padrão nas ocorrências; utilizando-se de diversos cálculos de diâmetro. Sugere assim que as primeiras ocupações destes grupos ceramistas em Goiás poderiam ter se iniciado no século IX de nossa era, chegando até os séculos XVIII e XIX, admitindo-se desta forma um milênio de ocupações para a região estudada (WÜST, 1983, p.06).

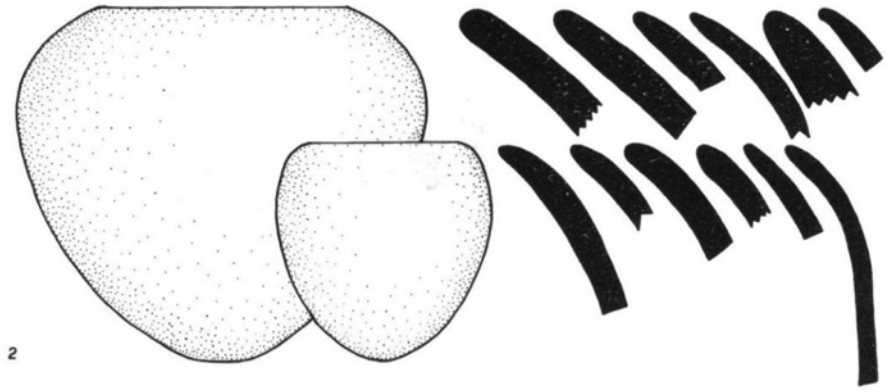
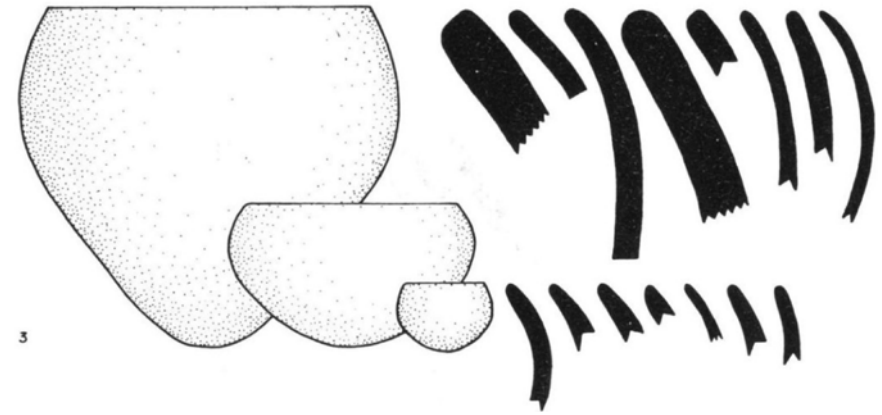
Quanto à cultura material, o lítico é identificado por material não trabalhado (percutores, polidores e quebra-cocos); pequeno número de material lascado (lascas de debitagem, raspadores laterais) e, maior quantidade em material picoteado, polido e semi-polido (percutores, alisadores, lâminas de machado, mãos de pilão, pratos, pilões) (SCHMITZ *et al*. 1978,1979,1980; SCHMITZ *et al*., 1982; WÜST, 1983).

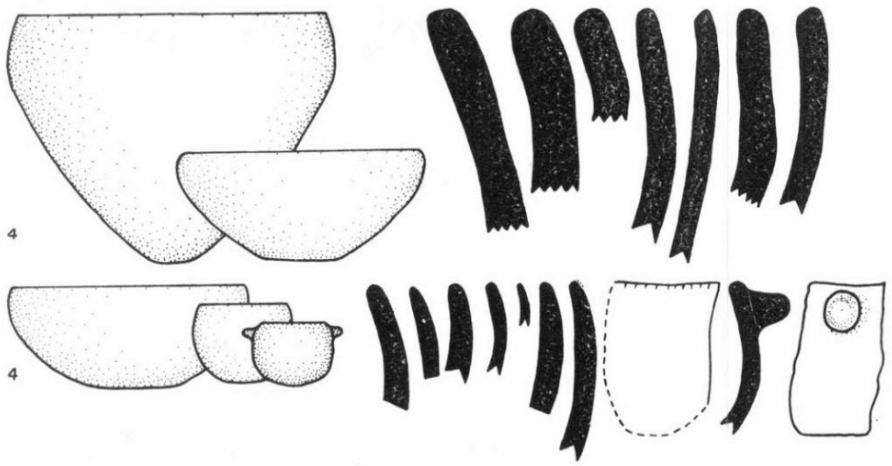
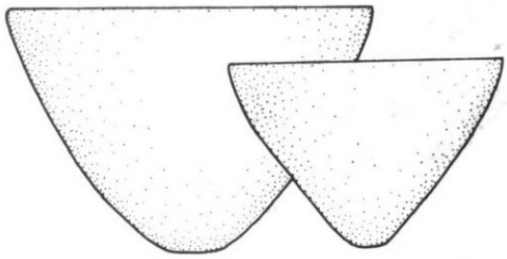
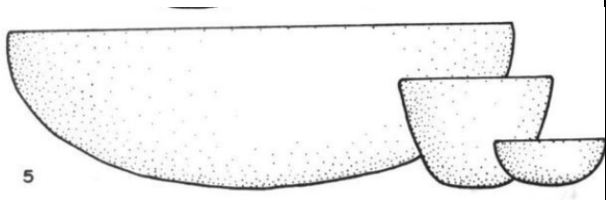
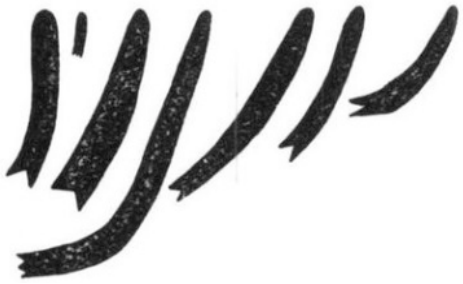
Os vasilhames são grandes e piriformes, globulares e hemisféricas, tigelas rasas (semelhantes à pratos), são bem alisadas, sem pintura e sem decoração plástica; somente poucos cacos têm uma decoração incisa, cuscuzeiras e engobo vermelho, as bordas são diretas, inclinadas internamente e externamente, os lábios são arredondados ou apontados. As bases são em sua maioria arredondadas, e as bordas podem ser diretas ou infletidas, sendo que as primeiras em maior número. É marcante também a presença de vasilhames de bojo duplo, rodelas de fuso, cachimbos tubulares. A técnica é a acordelada de montagem do artefato cerâmico (SCHMITZ *et al*. 1978,1979,1980; SCHMITZ *et al*., 1982; WÜST, 1983).

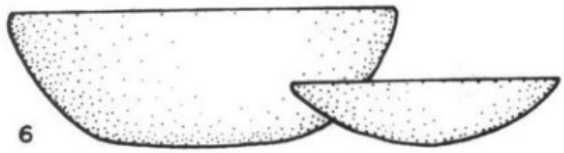
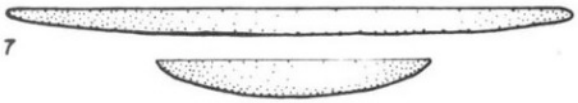
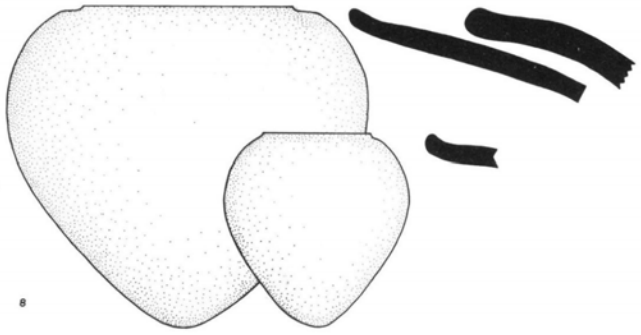
As formas presentes na fase Mossâmedes estão representadas em forma de tabela abaixo:

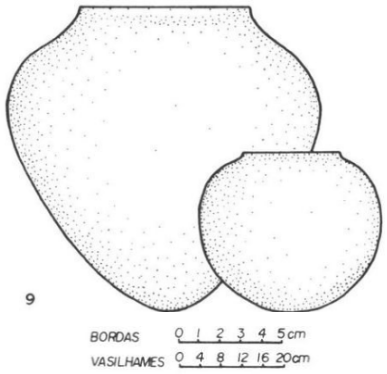
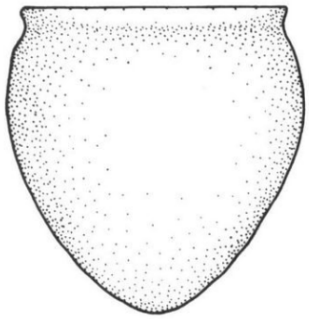
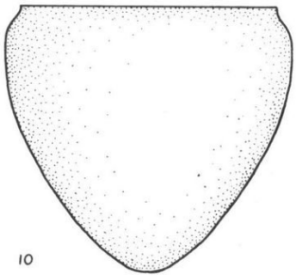
Tabela 1 - Tabela de formas e imagens da Cerâmica Mossâmedes

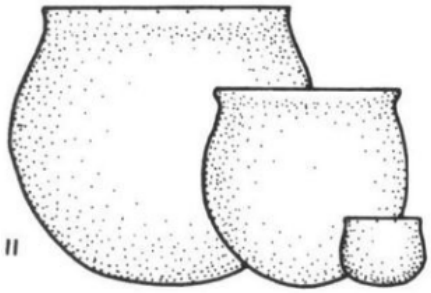
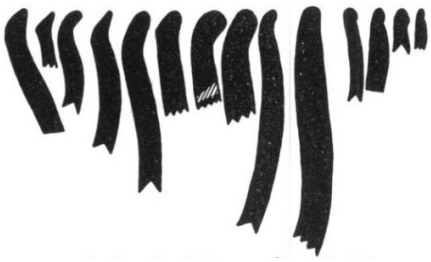
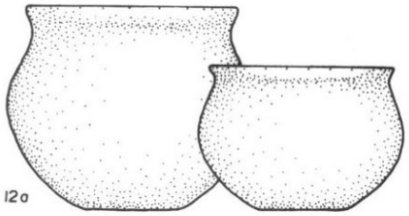
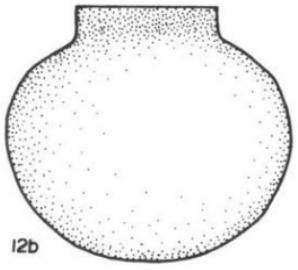
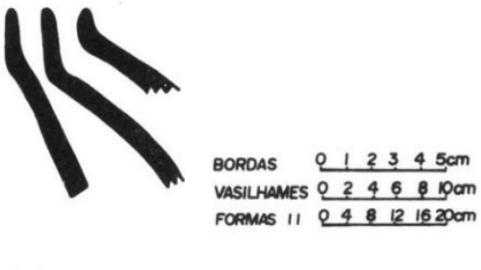
N. 1 Contorno: simples/ Restrição: presente/ Forma do corpo: ovoide, elipsoide Ângulos: 180-157°Espessura da parede (cm): 0,6 – 2,0	Bordas: não reforçada Bases: A, B, C4 Abertura (cm): 10-58 Lábio: Arredondado, aplanado
	

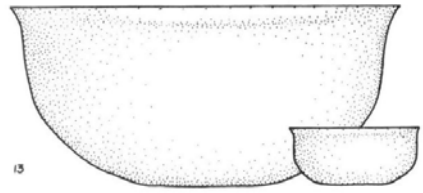
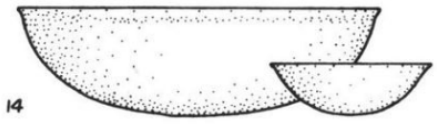
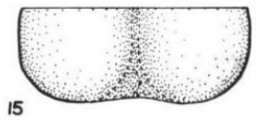
N. 2 Contorno: simples Restrição: presente Forma do corpo: ovoide, elipsoide Ângulos: 157-135° Espessura da parede (cm): 0,6 – 2,5.	Bordas: Não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 6-68 Lábio: Arredondado, aplanado
 2	
N. 3 Contorno: simples Restrição: presente Forma do corpo: ovoide, elipsoide Ângulos: 135-113° Espessura da parede (cm): 0,5-2,7	Bordas: Não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 6-68 Lábio: Arredondado, aplanado e apontado
 3	
N. 4 Contorno: simples Restrição: presente Forma do corpo: ovoide, elipsoide Ângulos: 113-90° Espessura parede (cm): 0,5-3,0	Bordas: não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 8-74 Lábio: arredondado, aplanado Obs.: possui formas com entalhes/incisão no lábio bem como apêndice

<table>
<tr><td colspan="2">  </td></tr>
<tr><td>N. 5
Contorno: simples
Restrição: ausente
Forma do corpo: ovoide, elipsoide
Abertura (cm): 6-68
Espessura da parede (cm): 0,5-2,2</td><td>Ângulos: 90-67°
Bordas: não reforçada
Bases: A, B, C, C’
Lábio: arredondado, aplanado</td></tr>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>  </td><td>  </td></tr>
<tr><td>N. 6
Contorno: simples
Restrição: ausente
Forma do corpo: ovoide, esferoide, elipsoide
Ângulos: 67-45°
Espessura da parede (cm): 0,5-1,4 cm
Obs.: possui formas com entalhes/incisão ao redor do lábio.</td><td>Bordas: não reforçada
Bases: A, B, C, C’
Abertura (cm): 6-44
Lábio: arredondado, aplanado, apontado</td></tr>
</table>

	
N. 7 Contorno: simples Restrição: ausente Forma do corpo: elipsoide, cilíndrico Ângulos: 45-0° Espessura da parede (cm): 0,7-1,1,41	Bordas: não reforçada Bases: B, C Abertura (cm): 10-32 Lábio: arredondado, aplanado, apontado
	
N. 8 Contorno: infletido Restrição: independente Forma do corpo: ovoide, esferoide Ângulos: 180-157° Espessura da parede (cm): 1,0-2,2	Bordas: não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 30-60 Lábio: arredondado
	
N. 9 Contorno: infletido Restrição: p. Independente Forma do corpo: ovoide, esferoide Ângulos: 157-135° Espessura da parede (cm): 0,7-2,0	Bordas: não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 12-52 Lábio: arredondado, aplanado

	
N. 10 Contorno: infletido Restrição: independente Forma do corpo: ovoide Ângulos: 135-113° Espessura da parede (cm): 1,0-2,3	Bordas: não reforçada Bases: A Abertura (cm): 24-64 Lábio: arredondado, aplanado
	
	
N. 11 Contorno: infletido Restrição: independente Forma do corpo: ovoide, esferoide, elipsoide Ângulos: 113-90° Espessura da parede (cm): 0,5-2,2	Bordas: não reforçada Bases: A, B, C Abertura (cm): 10-74 Lábio: arredondado, apontado

	
N. 12 A Contorno: infletido Restrição: p. Independente Forma do corpo: esferoide, elipsoide Ângulos: 135-90° Espessura da parede (cm): 0,5-1,2	Bordas: não reforçada Bases: B, C, C' Abertura (cm): 6-34 Lábio: arredondado, apontado
	
N. 12 B Contorno: infletido Restrição: p. Independente Forma do corpo: esferoide Ângulos: 135-90° Espessura da parede (cm): 0,8	Bordas: não reforçada Bases: B, C, C' Abertura (cm): 12-22 Lábio: arredondado
	
N. 13 Contorno: infletido Restrição: ausente Forma do corpo: esferoide, elipsoide Ângulos: 90-67° Espessura da parede (cm): 0,6-1,7	Bordas: não reforçada Bases: B, C, C' Abertura (cm): 6-52 Lábio: arredondado e apontado

	
N. 14 Contorno: infletido Restrição: ausente Forma do corpo: esferoide, elipsoide Ângulos: 67-45° Espessura da parede (cm): 0,5-1,1	Bordas: Não reforçada Bases: B, C, C' Abertura (cm): 8-46 Lábio: arredondado, apontado
 	
N. 15 Contorno: simples Restrição: ausente, presente Forma do corpo: duplo	Bordas: não reforçada Bases: B
 	

Fonte: SCHMITZ *et al*., 1982: 75-84.

No tempero da cerâmica predomina a adição de areia grossa, níveis mais antigos e tempero de grafite na parte superior e um pouco de tempero com areia fina com a utilização de antiplástico mineral e, em casos mais raros, de antiplástico vegetal (este encontrado em duas formas distintas, sendo um em menor proporção) (SCHMITZ *et al*. 1978,1979,1980; SCHMITZ *et al*., 1982; WÜST, 1983).

Os antiplásticos de origem mineral, areia média e areia grossa, estão ligados a processos mais antigos de manufatura; a partir da metade do gráfico sequencial aumenta gradativamente a utilização dos antiplásticos vegetais, o cariapé, que substituem os minerais, fazendo parte de um momento mais recente que denota

uma modificação na técnica de elaboração da pasta. Para confirmação da sequência elaborada foram utilizadas as datações absolutas em C14, que corroboraram a posição cronológica dos sítios (SCHMITZ *et al*., 1982, p.60).

As datas mais antigas para a tradição Aratu, são encontradas na fase Mossâmedes, sugerindo que os sítios acunhados desta fase seriam mais antigos, que por sua vez foram se alastrando a partir do seu núcleo inicial.

Tabela 2 - Datações da fase Mossâmedes

Sítio	Idades	
GO-CA-01	895 +/- 90 A.P.	1.055 A.D.
GO-CP-02	1.140 +/- 90 A.P.	810 A.D.
GO-CP-02	1.070 +/- 105 A.P.	880 A.D.
GO-JU-04	960 +/- A.P.	990 A.D.

Autor: Schmitz, 1976:8

1.2 Um Balanço sobre a Teoria Arqueológica

Nas linhas anteriores, foi apresentado de forma descritiva os achados arqueológicos da forma como foi interpretado a sua época pelos arqueólogos que encontraram os sítios no Centro-Oeste. Nota-se, no entanto, que a grande maioria dos pesquisadores da década de 60, associavam os artefatos encontrados a uma determinada fase ou tradição arqueológica. Mesmo que ainda tão criticada essa forma de atribuição do sítio arqueológico (DIAS,1994, 1995; MORAIS, 2005; ARAÚJO, 2007, dentre outros), essa classificação tipológica e descritiva, ainda se faz presente na arqueologia brasileira, salvo raras exceções. Muito embora, não se advoga em causa do abandono dessas premissas, mas sim sua inserção a fim de poder caminhar em direção de uma maior interpretação dos vestígios do passado.

O conceito de Fase e Tradição difundidas no Brasil através dos arqueólogos norte-americanos Betty J. Meggers e Clifford Evans, originou-se de pesquisas teóricas desenvolvidas pelos arqueólogos Gordon R. Willey e Phillips Philip (1953) em sua obra intitulada "*Method and Theory in American Archaeology*", onde apresentam uma síntese dos métodos desenvolvidos pela abordagem histórico-cultural, interpretados à luz dos enfoques funcionalista e da ecológico-cultural, objetivando criar uma postura científica para a arqueologia norte-americana guiada, até então, pelo histórico culturalismo, de “característica empirista”.

O conceito de Tradição, era amplamente utilizado e discutido pela arqueologia americana da década de 1940. Com base nos trabalhos dos arqueólogos Max Uhle, de 1913 e Kroeber, de 1944 (dentre outros), em busca da sistematização deste conceito, Willey e Phillips definem tradição arqueológica como uma continuidade temporal representada por configurações persistentes em tecnologias únicas ou outros sistemas de formas relacionadas. Ou seja, o conceito de tradição subentende uma unidade ou uma série de unidades arqueológicas básicas (fases) relacionadas entre si, que são socialmente transmissíveis e persistentes no tempo. Portanto, uma tradição seria caracterizada principalmente pela profundidade

temporal, enquanto um horizonte[19] teria por marca distintiva a amplitude geográfica (WILLEY E PHILIPS, 1953).

Com base em seus estudos Willey e Philips, formalizam um programa para a integração de dados arqueológicos do Novo Mundo sobre o nível de organização descritiva, e podem ser resumidos como se segue:

> *"1. A ênfase principal deve continuar a ser colocado sobre a formulação de unidades básicas de componentes e de fase, em sequências locais e regionais sob controle estratigráfico;*
> *2. Fases devem ser intensamente estudada nos seus contextos culturais e naturais;*
> *3. Suas externas dimensões espaciais e temporais devem ser mantidas dentro de limites razoáveis de magnitude;*
> *4. Seus relacionamentos externos devem ser estudados e expressa por meio da integradora unidades horizonte, e tradição;*
> *5. Sínteses em larga escala de integração deverá ser mantida dentro dos limites da "área", tal como aqui definido, e correlação horizontal de fases em tais sistemas devem ser efetuado, tanto quanto possível, por meio de dados independentes extra cultural;*
> *6. Na base destes estudos integrativos, as fases devem ser combinadas, sempre que possível, para formar as unidades máximas cultura e civilização;*
> *7. Constante esforço deve ser feito para investir todas as unidades de qualquer magnitude com a maior inteligibilidade possível, tanto no cultural e os aspectos sociais (WILLEY E PHILIPS, 1958: 631. Tradução da autora).*

[19] O termo horizonte foi definido por Willey e Phillips como "uma continuidade espacial, representada principalmente por traços ou conjuntos de traços culturais, cuja natureza e modo de ocorrência permitem a suposição de uma vasta e rápida dispersão" (WILLEY E PHILIPS, 1953).

No Brasil, com o desenvolvimento das atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) entre os anos 1965 e 1970 sob coordenação de Clifford Evans e Betty J. Meggers foram discutidos métodos de pesquisa arqueológica, sobretudo para o estudo da cerâmica, defendida por Betty Meggers como o principal elemento cultural para investigações arqueológicas (MEGGERS, 1979).

As tendências empiristas evolucionistas e empirista histórico culturalista postularam a ênfase das análises nos artefatos e possuíam como objetivo recolher uma quantidade significativa de objetos em um grande número de sítios (COPÉ e ROSA, 2008). Fato de que no Brasil não seria necessárias pesquisas intensivas de campo, exceto no caso dos sambaquis. Postura que se justifica, segundo os seguidores do PRONAPA, devido aos sítios arqueológicos apresentarem estratigrafia natural limitada e não possuírem restos arquitetônicos. Para tanto, Evans e Meggers publicaram seu *"Guia para prospecção arqueológica no Brasil*" em 1965, onde propunham a padronização dos procedimentos de coleta de dados durante trabalho de campo (respeitando suas limitações).

Um manual de orientação de trabalho laboratorial para cerâmica intitulado *"Como interpretar a linguagem cerâmica"* também foi publicado pelo casal em 1970. Neste último, é defendida a seriação Fordiana como forma de tornar "mais científica" e simplificada a análise quantitativa da cerâmica. Nesse manual também, Meggers e Evans, que defendiam o Evolucionismo Cultural, valeram-se da utilização da distinção de diferentes "complexos evolutivos" cerâmicos, que juntamente com outros elementos (líticos, arquitetura, etc.) determinariam os diferentes complexos culturais ou "fases" arqueológicas (COPÉ e ROSA, 2008).

Apesar da publicação dos manuais de Betty Meggers e Clifford Evans, os conceitos "tradição" e "fase" foram expostos de forma definida por Schmitz em 1966, na obra intitulada "*Terminologia arqueológica Brasileira para a cerâmica*", na qual "tradição" se define como um "grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal" e "fase" como *"qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios"* (SCHMITZ, 1966).

Meggers e Evans (1970) atentavam ao fato de que os pesquisadores deveriam agir com cautela para a determinação de novas fases durante seus trabalhos, porém, é sabido que durante os cinco anos de atuação da equipe do

PRONAPA, diversas tradições e fases foram definidos. Dessa forma, a determinação de “tradição” e “fase” passou a ser posicionada como objetivo último das pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo Programa, o que acabou por divergir do ideal traçado originalmente por Willey e Philips em 1953, de acordo com o qual, os conceitos deveriam ser utilizados como instrumentos para a organização da pesquisa arqueológica, ou seja, apenas como um ponto de partida.

A arqueologia no Estado de Goiás obedeceu às regras de sistemas de classificação da cultura material, valendo-se de fases e tradições (estabelecidas pelos parâmetros dos seguintes autores: Ford, 1957; Aires, 1957; George, 1961; Meggers e Evans, 1970; Schmitz *et al*. 1966,1964 e 1976). Qualificando a sociedade pretérita a partir dos estudos do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), responsável pela definição de inúmeros parâmetros da Arqueologia Brasileira seguidos até atualidade.

O PRONAPA no Centro-oeste durou apenas cinco anos, de 1965 a 1970. Tinha como idealizadores e coordenadores os arqueólogos norte-americanos Betty J. Meggers e Clifford Evans e contava com a participação e o patrocínio do Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em especial pelo Museu Goeldi, que se responsabilizou pelas publicações das pesquisas científicas e reuniões dos arqueólogos, onde expunham cada qual o seu “achado”; e pela *Smithsonian Institution* (SCHMITZ, 1966*).*

Os fragmentos cerâmicos encontrados no Estado de Goiás foram coletados de forma amostral. O procedimento de escavação (quando acontecia) ocorria por meio de níveis artificiais de 10 em 10 cm; foi escolhido regiões dentro do estado, locais dentro das regiões, sítios dos locais e amostras dentro do próprio sítio. O objetivo era coletar amostras indicadoras da variação cultural da área, com vistas a estabelecer tradições e fases tecnológicas ou culturais, dentro de uma reconstituição histórica dos antigos grupos indígenas, sua distribuição espacial, sua posição cronológica, seus limites de inter-relações, bem como do contexto geológico, geográfico e ecológico dos sítios e sua formação de implantação, traçando um quadro de cronologia relativa confirmado por datações absolutas (SCHMITZ, *et al.*, 1982).

A metodologia para os trabalhos de campo foi orientada com o intuito de cobrir no território goiano, em áreas bastante amplas (estabelecidas dentro do perímetro das bacias hidrográficas brasileiras) em um curto espaço de tempo, estabelecendo projetos de 20.000 km^2. Cada projeto foi dividido em pontos distantes

entre si de 30 a 50 km, onde foram pesquisados uma média de 8 a 15 sítios. Em alguns sítios foi possível sua delimitação completa, com marcação da extensão, da morfologia e das concentrações cerâmicas, já em outros casos, o adensamento da vegetação original ou a intensa intervenção antrópica impediram um maior avanço neste sentido (SCHMITZ, *et al*., 1982).

As coletas sistemáticas de superfície se realizaram dentro de uma área não maior que 10 por 10 m, de modo que as amostras fornecessem de 100 a 150 fragmentos cerâmicos, quantidade necessária para um tratamento quantitativo devido a abundância de material arqueológico na maior parte dos sítios, realizavam em geral duas coletas sistemáticas de superfície, a fim de captar elementos culturais importantes como lítico e material cerâmico e materiais com pouca representação como rodelas de fuso, cachimbo, apêndices dentre outros. Quando encontravam uma área ainda intacta, realizaram cortes estratigráficos, nos quais foram empregados níveis artificiais. Foi coletado também amostras de carvão para a datação pelo método do carbono 14 (SCHMITZ, *et al*., 1982).

Caso fosse encontrado uma simples ponta de projétil entre centenas de outras peças líticas, isto era uma situação suficientemente explicativa, dentre os evolucionistas, para uma rápida associação intuitiva para o uso para atividades de caça, concluindo-se que o fragmento pertenceu a sociedades caçadoras e coletoras de vegetais. As pontas eram consideradas o fóssil-guia ou o elemento diagnóstico, e o seu uso e seu estilo tecnológico definiriam o tipo e o nível de desenvolvimento que pertencia a sociedade investigada. Com pouquíssimas exceções, o restante do material encontrado no mesmo contexto e restos de debitagem não eram considerados, e muitas vezes somente quantificados. Neste enfoque, "*os artefatos tinham uma natureza passiva, eram vistos como consequência da ação humana ou, ainda, como um mero reflexo do seu comportamento"* (COPÉ e ROSA, 2008: 23).

De acordo com a metodologia de classificação desenvolvida no Brasil pelo PRONAPA, o material encontrado no sítio deveria ser filiado a uma tradição cultural facilitando sua compreensão. Sendo assim, após a limpeza e numeração dos artefatos, os mesmos eram classificados em fases e tradições culturais, a partir das suas características, levando em consideração também a localização, a implantação e a morfologia dos sítios através dos métodos e técnicas elaborados por Ford (1962) que foram aperfeiçoadas por Meggers e Evans na década de 1970.

Os vestígios arqueológicos, depois de recolhidos, eram analisados em laboratório, cujos dados resultantes, seriam submetidos às técnicas interpretativas propostas pela abordagem metodológica americana, que tratam o sítio do particular para o geral, a partir do o Método Ford, de James A. Ford em *"Método Cuantitativo para Estabelecer Cronología Culturales. Manuales Técnicos, III" de* 1962. Desta forma, os sítios eram agrupados pelas suas semelhanças e diferenças, dentro de uma forma peculiar de definição – a tradição cultural. Os artefatos recolhidos em diversas localidades do país foram utilizados como "fósseis-guias" para a formulação de inúmeras Fases e Tradições Arqueológicas, as quais, na maioria das vezes, tinham como objetivo apenas "nomear coisas" (ARAÚJO, 2007: 12).

Como se tratava de uma cerâmica simples, em geral não decorada, buscaram critérios para o estabelecimento de uma sequência seriada a partir dos diversos antispásticos utilizados. Empregando um esquema quantitativo, para obtenção de uma cronologia relativa, a partir do desenho das bordas e bases em tamanho natural. Assim reconstituíram os modelos e o formato dos vasilhames, sendo que estes também foram submetidos a diversos tratamentos quantitativos. A descrição das formas foi baseada no esquema proposto por Shepard (1961). Quanto ao tratamento do material lítico utilizou-se o vocabulário e esquema classificatório proposto por Laming-Emperaire (1967) (SCHMITZ, *et al*., 1982).

Segundo Copé e Rosa (2008), o alcance interpretativo da aplicação desta abordagem era limitado aos fatores econômicos e sociais definidos a partir dos artefatos:

> *Quando eram achados somente artefatos líticos tratava-se de sociedades de caçadores e coletores, quando aparecia cerâmica, os grupos humanos eram detentores da horticultura ou agricultura. Através do uso da analogia etnográfica com sociedades de caçadores e coletores e agricultores do período colonial inferiam a forma de organização social e associavam as culturas arqueológicas a grupos étnicos específicos. O meio ambiente físico era semelhante ao atual e servia como cenário ou determinava as ações humanas" (COPÉ e ROSA, 2008: 23)*

O principal objetivo era alcançar uma sequência de espaço-temporal dos

artefatos para definir culturas arqueológicas e procurar as suas origens, através de preceitos externos como difusão e migração para explicar as mudanças no registro arqueológico. A prioridade eram os dados baseado na experiência (empíricas) e as reflexões teóricas estavam implícitas.

Adriana Schmidt Dias (2007), trabalhando na região sul do Brasil, afirma que embora os conceitos de tradição e fase correspondam a expediente de classificação que diagnosticam variabilidade entre conjuntos artefatuais, estes não permitem explicar como esta variabilidade se relaciona a comportamentos culturais no passado. Ressalta que a avaliação da procedência dos conceitos de tradição e fase só pode ser feita a partir de estudos específicos, de caráter regional, que respeitem a contextualização espacial dos sítios em suas características internas e externas.

Devendo estes aspectos contextuais, estarem associados a estudos de coleções que compreendam os artefatos enquanto resultados de escolhas tecnológicas e, portanto, produto de uma tradição cultural, que sinalizam, em última instância, fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. Na sua visão, as aplicações dos conceitos de fase e tradição, não acompanharam os debates teórico-metodológicos sobre tecnologia produzidos ao longo dos últimos 40 anos, através das técnicas e dos estudos de estilo tecnológico (DIAS, 2007).

Na mesma linha, Denise Pahl Schaan (2007), trabalhando no outro extremo do país, a região amazônica, a autora questiona a correspondência entre indústria cerâmica (fase) e grupo social, argumentando a sua inadequação no que tange ao entendimento da variabilidade ou mudança na cultura material. Afirma que as semelhanças tecnológicas e iconográficas entre conjuntos de artefatos podem corresponder a sociedades totalmente distintas em organização sociopolítica e modo de subsistência; a identificação de variabilidade estilística dentro de uma mesma fase pode significar o reconhecimento de limites políticos e identidades socioculturais importantes; e a variabilidade tipológica (principalmente quanto à decoração), utilizada para definir fases distintas, pode mascar a continuidade cultural e mudanças sociopolíticas dentro deum mesmo território.

Schaan (2007) assinala ainda que ao tratar a “fase” como uma entidade homogênea não passível de transformações, fossilizando o registro arqueológico e deixamos de utilizar o estudo dos artefatos para entender processos de mudança

cultural de longo termo, um dos objetivos maiores da arqueologia, com o seu trabalho ela buscou:

> *[...] "a necessidade de problematizar a classificação de conjuntos tipológicos em fases e tradições, assim como a tendência de tratar 'fase' e grupo etnolingüístico como entidades homólogas. Ao tratar a 'fase' como uma entidade homogênea e não passível de transformações, fossilizamos o registro arqueológico e deixamos de utilizar o estudo dos artefatos para entender processos de mudança cultural de longo termo, um dos objetivos maiores da arqueologia" (SCHAAN,2007:87).*

É evidente na ampla literatura que mesmo depois de 40 anos, o PRONAPA e alguns de seus conceitos plantados na ocasião, se constituem ainda hoje um signo poderoso e polissêmico de nossa cultura, fato que preocupa não só os veteranos, mas também a nova geração de futuros arqueólogos brasileiros. Não se pode, portanto, perder de vista que as categorias e tipologias são instrumentos de análise que visam a reconstituição dos contextos históricos, sujeitos a mudanças culturais e transformações sociais. "*Neste sentido, categorias e tipologias são apenas meios para se alcançar um fim e não podem, elas mesmas, substituir a necessária descrição e estudo de processos sociais dos quais são atores os seres humanos, nunca os artefatos"* (SCHAAN,2007:88).

Cabe ressaltar que cada pesquisador trouxe uma contribuição importante para o entendimento do passado, sendo impossível não voltar a tais referências. Neste sentido, as classificações arqueológicas criadas pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) é vista aqui como um ponto de partida para as análises arqueológicas. Partimos, portanto, dos estudos já feitos e direcionados para a área de nossa pesquisa, suas características gerais da cultura material, para que possamos, em um segundo momento, associar os vestígios encontrados aos grupos linguísticos e culturais as quais pertenceu.

Atualmente, as discussões acerca desta problemática e os usos destes conceitos têm sido relativizados, e o estudo da cultura material transcende a perspectiva puramente tipológica e classificatória. Assim, outros elementos, como a

compreensão das dinâmicas do uso e ocupação do espaço, por exemplo, têm sido abordados (DIAS & HOELTZ, 1997). Inúmeros trabalhos (WÜST, 1990; 2000; SILVA, 2000; DIAS, 2003; NOELLI, 2003; RODRIGUES, 2007; MORAES, 2007; dentre outros) têm relativizado o uso da Tradição Cultural.

Os estudos que são empreendidos, nos dias atuais, acerca da cerâmica encontrada com o tipo de padrão Aratu, que remetem aos povos que ocuparam a tais regiões, fazem uso não só da análise da cultura material, mas também o uso de pesquisas etnográficas e relatos etnohistóricos de viajantes do período colonial ou cartas como o mapa etnográfico de Nimuendajú, para inferir comportamento cultural.

Pesquisas recentes têm atribuído a essa cerâmica associada a territórios de ocupação Cayapó meridional a noção de padrão sócio cultural Cayapó, considerando dentro desses estudos uma diversidade de comportamentos sociais que as enquadra em uma cultura determinada e especifica, diferente daquela praticada por outros povos Jê, tais como os Kaingang que também incorporam várias características daquilo que um dia foi tratado como padrão Aratu (MAGALHÃES, 2019).

A Arqueologia nesse sentido vem apropriar-se de aparatos teórico e metodológicos tanto da Antropologia, quanto da História e Geografia. Usando de analogias com os grupos contemporâneos, elucubramos projeções etnográficas e etnohistóricas, para fomentar hipóteses a despeito do homem no passado.

1.2.1 A noção de cultura no estudo arqueológico

O estudo da cultura material ampliou consideravelmente nos últimos anos, abarcando as atitudes subjacentes à vida cotidiana. Nelas são abordadas desde pequenas estruturas comportamentais até mesmo noções acerca de políticas, instituições, sociedades, economias, religiões e aspectos relativos à paisagem. Independente da época ou da escola teórico-metodológica vigente, o objetivo maior da arqueologia continua sendo o mesmo: compreender e explicar o passado humano, mas além disso, procura-se investigar a inter-relação dialética entre o passado / presente e o indivíduo / objeto.

Dessa forma, a arqueologia tem-se voltado constantemente para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos visando entender o comportamento humano no presente e, assim, ampliar o conhecimento sobre as pessoas e seu passado. Nota-se que na pesquisa arqueológica contemporânea ganhou uma amplitude de interpretações e pressupostos que se fortificam por influência das diversas teorias do pensamento arqueológico.

Entender a relação das coisas com o ser humano sempre foi um dilema para a arqueologia. São vários os olhares para a construção do entendimento do que viria a ser cultura através da História de vida da Teoria Arqueológica. Desde o seu aparecimento no século XVIII, a ideia de cultura sempre suscitou debates acirrados, subsistindo inúmeros desacordos sobre o sentido dado a palavra, diante de sua aplicação a esta ou aquela realidade, percorrendo um longo caminho até ao conceito atualmente aceito, que remete aos modos de vida e de pensamento, apesar de ainda apresentar certas ambiguidades. Noção esta necessária para “pensar a unidade da humanidade na diversidade além dos termos biológicos” (CUCHE, 1999).

Ainda segundo Cuche (1999), para a compreensão do sentido atual do conceito de cultura e seu uso, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito cientifico que dela depende (Cuche, 1999). No entanto, toma-se apenas os aspectos que esclareçam a formação do conceito, tal como é utilizado nas ciências sociais, enquanto pressuposto teórico para a Arqueologia, uma vez que a palavra “cultura” foi, e continua sendo aplicada as mais diversas realidades (cultura da terra, cultura microbiana, cultura física...).

Durante o período do Iluminismo na França, a palavra “cultura”, em seu sentido figurado, foi consagrada pelo Dicionário da Academia (1798), considerando a cultura como soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, ou seja, sendo sempre associada às ideias de progresso, evolução, educação e razão; muito próxima de “civilização”, evocando principalmente os progressos individuais enquanto “civilização”, progressos coletivos; isto é, a noção universalista de cultura (Cuche, 1999).

“Kultur” no sentido figurado aparece na língua alemã no século XVIII e parece ser a transposição exata da palavra francesa. A forte influência do pensamento iluminista e da adoção da língua francesa por parte burguesia intelectual alemã, justificam este empréstimo linguístico. Porém, ao longo do tempo, Kultur evolui muito

rapidamente em um sentido mais restritivo que sua homóloga francesa e obtém, desde a segunda metade do século XVIII, um sucesso de público que “cultura” não teria ainda, já que “civilização” era a preferida no vocabulário dos pensadores franceses (CUCHE, 1999).

No século XIX então, “cultura” converte-se a marca distintiva da nação alemã, sendo esta glorificada; os valores “espirituais” passam a ser considerados especificamente alemães, surgindo então a noção particularista de “kultur” (KAPLAND; MANNERS, 1975). Em 1774, de maneira relativamente isolada, o filósofo e escritor alemão, Johann Gottfried Herder publicou um livro intitulado “*Outra filosofia da história”* que lhe rendeu o título de precursor do conceito relativista de “cultura”. Nesse livro, o autor aponta que cada povo, através de sua cultura própria, tem um percurso específico. Pois cada cultura exprime, à sua maneira, um aspecto da humanidade, tornado a compreensão de cultura caracterizada pela descontinuidade, que não excluía, no entanto, uma possível comunicação entre os povos (TRIGGER, 2004).

Ao longo do século XIX, surgem a sociologia e a etnologia como disciplinas científicas. No entanto, os iniciantes da pesquisa científica, não escapam completamente das ambiguidades e ficam sujeitas aos julgamentos de valor ou de implicações ideológicas. Situação que faz com que a introdução do conceito de cultura sofra com o desigual sucesso nos diferentes países onde nasce a etnologia. Um dos principais desentendimentos entre as diferentes “escolas” deve-se a uma acepção universalista ou particularista (CUCHE, 1999).

A noção universalista de cultura foi adotada pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, em “*Primitive Culture*” (1871), desta forma, surge a primeira definição etnológica de cultura e civilização. Em seu sentido etnológico mais vasto; cultura, seria um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade, postulando-a como sendo a “expressão da totalidade da vida social do homem”, uma definição puramente descritiva. Tylor, partilhava do legado evolucionista de seu tempo, embora percebe-se que o seu evolucionismo não excluía certo sentido da relatividade cultural, rara na sua época (CUCHE, 1999).

Ele considerava também, em certos casos, a hipótese difusionista, assim, ele tentou conciliar a evolução da cultura e sua universalidade, através de seus

estudos, utilizando o método comparativo, ele preocupou-se em estabelecer ao menos uma escala grosseira dos estágios da evolução da cultura, a fim de provar a continuidade entre a cultura primitiva e a mais avançada, demonstrado o inevitável trajeto do selvagem em direção ao civilizado. Assim, Tylor é considerado o fundador da antropologia britânica, enquanto Taylor é o "inventor" do conceito cientifico de cultura, o alemão Franz Boas será o primeiro antropólogo a fazer pesquisas *in situ* para observação direta e prolongada das culturas primitivas. Se constituindo não só como o inventor da etnografia, mas também um adepto da noção particularista de cultura (kultur) (CUCHE, 1999).

Influenciado pela noção particularista, do século XIX, Boas defendia cada cultura como única e específica, representando uma totalidade singular. Ele adotou o conceito de cultura para explicar a diversidade humana, constatando, através de seus trabalhos etnológicos de campo, promovia o pensamento de que não existia diferenças biológicas entre "primitivos" e "civilizados", somente diferenças culturais não inatas (BOAS, 2004).

Para Boas, em oposição ao pensamento evolucionista, os elementos de qualquer cultura, eram produtos de processos históricos complexos, envolvendo a difusão e o empréstimo de traços de culturas vizinhas, desta forma as similaridades culturais poderiam ser produto de diferentes fatores históricos, ambientais e psicológicos (Trigger, 2004). Segundo ele através do estudo cuidadoso e detalhado de fenômenos locais, em áreas bem definidas e geograficamente pequenas, poderia ser identificado a história cultural desses grupos. Ainda a seria possível a comparação dessas histórias, através das "leis gerais" do desenvolvimento humano (KAPLAND & MANNERS, 1975).

O termo cultura caiu no esquecimento no início do século XX em função da primeira Grande Guerra, fato que se estende por um longo período mesmo após o fim da Guerra. No limiar da passagem do século XIX para o XX, os arqueólogos evidenciaram diversas culturas particulares, no entanto, somente no período entre guerras, mais precisamente em 1929, que o arqueólogo britânico Vere Gordon Childe define o conceito de cultura como um "certo tipo de vestígios-vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação –que aparecem associados de forma recorrente" (TRIGGER, 2004).

Para Childe as culturas eram reflexos da Etnicidade, e as diferenças na cultura material correspondiam as diferenças de ordem étnica na cultura arqueológica.

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração. De modo que através da análise e descrição individualizada dos vestígios materiais remanescentes de cada cultura, era possível a identificação das culturas e a espacialidade dos povos pré-históricos (TRIGGER, 2004).

Childe (1966), ainda argumentava que o significado histórico de um dado objeto só poderia ser verificado se considerássemos sua função, ou seja, o papel que este desempenhou em sua cultura de origem. Fazendo uso dos registros arqueológicos, ele demostrou que determinados avanços técnicos marcantes da história do homem, induziram mudanças revolucionárias em toda estrutura da vida cultural humana. O objetivo de seu trabalho era não só identificar, mas reconhecer as origens, interações e movimentos dos povos pré-históricos.

O modelo histórico-cultural passa a ser adotado nos Estados Unidos logo depois de 1910, como resposta a uma crescente familiaridade com o registro arqueológico. A antropologia boasiana tinha popularizado o conceito de cultura etnográfica como unidade básica de estudo, e a difusão como causa principal da mudança cultural (TRIGGER, 2004).

Adotava-se a concepção histórico-particularista boasiana, na qual as culturas eram vistas não como sistemas integrados, mas como coleções de traços que vinham a combinar-se em consequência de acidentes históricos (Boas, 2004). A cultura material, nesse sentido, seria um desses traços, um elemento cultural por si próprio. A noção de cultura arqueológica dizia respeito aos conjuntos materiais (artefatos, habitações, sepultamentos, etc.), temporal e geograficamente circunscritos, que teriam sido produzidos por povos específicos do passado (TRIGGER, 1989, p. 161-173).

Tais ideias eram condizentes com a noção de cultura arqueológica, que estava se desenvolvendo tanto na arqueologia europeia quanto na norte-americana nessa época. Os arqueólogos americanos não adotaram simplesmente o enfoque histórico-cultural dos europeus; em grande parte o reinventaram, a partir do momento que o conhecimento crescente das variações cronológicas no registro arqueológico veio a somar-se ao reconhecimento anterior das variações geográficas (TRIGGER, 2004).

Não se discutia o comportamento humano, o significado funcional de diferentes classes de artefatos, o significado ecológico dos achados, ou sua

variabilidade estilística. Ao mesmo tempo, evitava-se a utilização do termo cultura, pois a maioria dos estudiosos acreditava estar vinculado, em arqueologia, a uma série muito ampla de fenômenos (KAPLAND & MANNERS, 1975).

Segundo Trigger (2004), a arqueologia americana permaneceu colonial em espirito, ao tempo em que adotava a metodologia histórico-cultural. O preço que os arqueólogos americanos pagaram por seu conservadorismo foi uma crescente desilusão com sua disciplina, reconhecida como carente de interesse teórico ou histórico. Conscientes de sua falha em relação a estabelecimento de cronologias, os norte-americanos passaram a dedicar-se a seriações e estratigrafias locais, e em consequência disso, muito lentamente os arqueólogos passaram a atribuir a mudança cultural à difusão (porém com extremo conservadorismo, devido ao racismo em relação aos povos nativos), deu-se menos importância à reconstrução de modos de vida pré-históricos e passaram a preocupar-se com tipologias de artefatos e de culturas, assim como com o estabelecimento de cronologias culturais (TRIGGER, 2004).

Esse enfoque norte americano, foi o modelo usado para o início da arqueologia brasileira, como descrito anteriormente, criando métodos nas ciências exatas para que pudesse validar seus estudos comparativos entre culturas distintas. O principal instrumento metodológico foi a seriação, de forma que os vestígios fossem ordenados a partir da presença ou da ausência de determinado artefato ou atributo. A aplicação do conceito em coleções de superfície foi feita por Spier (1917) indicavam, que os padrões teriam um significado cultural. Childe denominou as coleções ou conjuntos de artefatos de “culturas”. Desta forma o método da seriação passou a ser utilizado para criar cronologias culturais, baseadas em cálculos matemáticos (Ford 1938, 1952, 1962 *apud* Robrahn-González, 2000) (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Destaca-se nessa época o trabalho do etnólogo Julian Steward, que procurou evidenciar de que modo os fatores ecológicos poderiam influenciar na formação dos sistemas socioculturais pré-históricos, defendendo que não só os etnólogos, mas também que os arqueólogos buscassem a compreensão dos agentes causadores da mudança cultural, através do estudo das interações existentes entre a cultura e o ambiente, visando uma análise ecológica do comportamento humano. Porém, o enfoque ecológico só recebeu um maior destaque após a Segunda Grande Guerra (KAPLAND & MANNERS, 1975).

Steward, que foi um dos primeiros etnólogos norte-americanos a adotar uma concepção explicitamente materialista do comportamento humano, elevou a consciência do papel desempenhado por fatores ecológicos na conformação de sistemas socioculturais pré-históricos. Steward também inspirou o surgimento da arqueologia dos assentamentos, inaugurada pela obra de Gordon Willey intitulada *Prehistoric Settlement Pattern in the Virú Valley, Peru* (Padrões de assentamento no vale de Viru, no Peru) de 1953, um estudo arqueológico e antropológico realizado por antropólogos americanos e peruanos em um pequeno vale costeiro do Peru (TRIGGER, 2004).

Willey não negava que fatores ecológicos desempenhavam um papel significativo na configuração dos padrões de assentamento, mas observava que muitos outros fatores, de natureza cultural e social, também refletiam no registro arqueológico, portanto a cultura não seria um simples reflexo dos padrões gerais de adaptação ecológica, ele tratava os padrões de assentamento como uma fonte de informação sobre muitos aspectos do comportamento humano (TRIGGER, 2004: 277).

Embora Willey visse os padrões de assentamento como um ponto de partida estratégico para a interpretação funcional das culturas arqueológicas, usou o conceito de cultura principalmente para distinguir fases sucessivas no desenvolvimento nos seus estudos no Vale do Viru e, portanto, para agrupar sítios que estiveram em uso simultâneo durante o mesmo período de tempo. Em vez de considerar os fenômenos sociais e políticos como atributos culturais, ele os interpretou como um sistema evolutivo de relações sociais conformador de um contexto de comportamento no qual se integram outros aspectos da cultura. Assim, além de reconhecer a organização social como um legítimo objeto de estudo arqueológico, como Childe havia feito em *A pré-história da Sociedade Europeia* (1958), Willey criou um esquema analítico para estudar a organização social pré-histórica.

No contexto da arqueologia dos assentamentos, os sítios individuais deixaram de ser estudados como fins em si mesmos e de ser considerados representativos de uma cultura, ou de uma região em particular (TRIGGER, 2004). Dentro deste âmbito de pesquisas regionais, surgem a partir da década de 1970, discussões que buscam problematizar a noção de “sítio arqueológico”, entendido como uma marca específica e restrita na paisagem. Conceito este que irá desencadear uma série de olhares para a paisagem natural a fim de estudar o sitio

arqueológico em meio ao seu lugar na paisagem, considerado como um todo natural possível de se refazer com os vestígios do passado, métodos que serão estudados neste trabalho, em tópico específico na Metodologia da Paisagem.

A ascensão econômica norte-americana pós Segunda Guerra levou-os a predisposição a acreditar que há um padrão na história humana, o que refletiu na antropologia, com o ressurgimento do interesse pelo evolucionismo cultural. Os neo-evolucionistas argumentavam que o comportamento humano era naturalmente conservador. Os etnólogos Leslie White e Julian Steward foram os maiores expoentes do neoevolucionismo (TRIGGER, 2004). Defensores de que o progresso é uma característica da cultura em geral, Leslie White ignorava a influência não só do ambiente, mas de uma cultura sobre a outra, e concentra-se em explicar a principal linha do desenvolvimento cultural.

Para White, o homem era capaz de representar simbolicamente o mundo para si, transcendendo suas próprias experiências sensoriais, tornando suas experiências parte de uma tradição cumulativa e progressiva, o que envolve economia, organização social e ideologia, sendo a interação desses elementos a cultura, com a qual o homem adapta-se e explora o mundo ao seu redor (KAPLAND & MANNERS, 1975).

Fica evidente que White adotava uma visão universalista de cultura, na qual a mesma se refere a experiências cumulativas e coletivas da humanidade, ou seja, sua preocupação era mais voltada ao sentido amplo de cultura do que com as suas manifestações locais (CUCHE, 1999). Para White, por influência da cultura, o homem acomoda-se à natureza e a natureza a ele, ao aproveitar a energia livre e ao colocá-la a seus serviços e nesse processo, tecnologia, organização social, política e ideologia contribuem para sua efetivação, sendo o principal desses fatores o sistema tecnológico. Isso ocorre porque é através da tecnologia que o homem se articula mais de perto com a superfície do planeta, sendo então o principal elemento causal da evolução cultural (TRIGGER, 2004).

A Nova Arqueologia que surge nos Estados Unidos da América na década de 1960, através dos seus principais teóricos; Lewis Binford, que lançou os preceitos da nova corrente em seus clássicos livros *Archaeology as Anthropology*, de 1962, e *New Perspectives in Archaeology*, de 1968, onde apresentou o entendimento dos processos culturais ocorridos no passado e de que forma eles se manifestam no registro arqueológico (TRIGGER, 2004; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

Os processualistas entendem a cultura enquanto um sistema constituído por vários subsistemas, como tecnologias, subsistência e comunicação. Estes subsistemas são entendidos por Binford (1972: 105), como um meio de adaptação ao ambiente e que se modificavam de acordo com este último, possuindo, portanto, uma visão relativista do passado, bem como pela convicção de que ele é algo socialmente construído. As teorias utilizadas para as generalizações e explicação dos dados eram oriundas da antropologia, principalmente do neoevolucionismo de Leslie White e Julian Steward (Ecologia Cultural) (TRIGGER, 2004).

No final dos anos 1980 deu-se mais importância para a vida social dos objetos e o sentido simbólico que este assume dentro das sociedades estudadas. A arqueologia contextual focalizou no entendimento da cultura material como um texto que requer interpretação por parte do pesquisador, como um texto a ser lido, já que as interpretações dos arqueólogos são alcançadas como discursos relativos. Desta forma, as culturas do passado deviam ser entendidas em seus aspectos simbólicos e não somente em questões adaptativas ao ambiente. A arqueologia contextual *"baseia-se na convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma de suas partes"* (TRIGGER, 2004: 426).

A arqueologia interpretativa vem somar-se as diferentes arqueologias e entre as influências recebidas por essa corrente podemos citar o neomarxismo, o pós-positivismo e a hermenêutica. A mudança ocorre principalmente com os novos conceitos introduzidos pelos princípios básicos da arqueologia contemporânea, substituindo a preocupação apenas com os processos e comportamentos para também considerar contingência e agência. O entendimento do homem no passado busca a interpretação do seu objeto decorrentes de várias instancias do pensamento humano. Para tanto a arqueologia veio se aproximar das multidisciplinas disponíveis no campo cientifico, bem como nos processos fundamentais da Antropologia e da história.

Busca-se, portanto, a soma dos dados da história e a etnohistória para responder a questões de interesse para a arqueologia. Não só usando a analogia que pode ser feito dentro da trajetória histórica de determinado grupo, mas também constituindo uma ferramenta para verificar possíveis diferenças e mudanças culturais ao longo do tempo (SILVA, 2009).

1.2.2 Teoria de Longa duração

Arqueologia enquanto história indígena pressupõe aportes de outras áreas do conhecimento como a linguística histórica, antropologia, etnografia e a etnohistória de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelos sobre as origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança, ou seja, processos históricos de longa duração.

Existia um distanciamento entre arqueologia americana e a história iniciada no século XIX, e que segue até o período pós Segunda Guerra Mundial. A arqueologia brasileira herda esta concepção, reforçada pelo conceito francês de pré-história, aplicado ao contexto de populações ágrafas que são excluídos como os grupos protagonistas da história nacional e, mesmo quando foram descritos, era feito de forma romancista, considerando apenas os grupos extintos e idílicos, nunca conectando historicamente esse "passado glorioso" aos índios viventes (CORRÊA, 2014).

Essa concepção de isolar a trajetória das comunidades indígenas a um patamar a-histórico reflete uma "rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional" condenando tais povos a não terem uma história, essa situação levou e conduziu a uma dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, como se não fosse possível realizar nenhuma conexão entre estes e os seus antepassados responsáveis pelo registro arqueológico existente para o período pré-colonial (CORRÊA, 2013).

Situação que começou a mudar recentemente com o uso da antropologia pela arqueologia, de teorias da história, bem como, com a introdução (no começo bastante tímida) de referências em livros de história. Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos com antepassados das sociedades atuais, envolvendo a história dos grupos indígenas como integrantes da história americana. (CORRÊA, 2013).

Nesse sentido, o conceito de longa duração para abordar a cultural do índio Cayapó Meridional, estudados no âmbito do Aldeamento Maria I, segue-se segundo os preceitos de Hodder (2009 [1987]), que para as observações de estudos na

perspectiva de continuidade e mudança cultural (tradição/inovação) é preciso adotar uma perspectiva de longa duração, visto que desta forma permite-se pensar estrutura e ação, e avaliar essa relação como mais dialética e antagônica do que propriamente sistêmica (CORRÊA, 2014).

Mais uma vez sobrevém da História o conceito "*longue durée"* de Fernand Braudel, desenvolvido em seu livro *"O Mediterrâneo"*, que na arqueologia este conceito começa a ser utilizado a partir da década de 1980, destacando-se por meio de uma coletânea reunida por Hodder ((2009 [1987]), que apresenta diversas pesquisas realizadas sob a ótica da longa duração. Hodder (2009) enfatizou o papel da arqueologia na construção de uma história mais profunda e detalhada, pois os objetos da arqueologia continuam a permear entre a cultura material e o universo simbólico.

O fundamento básico do conceito de longa duração é o pensamento de mudanças estruturais lentas e cautelosas, mas essas mudanças são derivadas de eventos específicos ou eventos de curta duração, eventos esses que são uma combinação de várias ações separadas, oriundas da conjunção de atos dos indivíduos (Langebaek, 2005; Hodder, 2009 [1987]). Isso envolverá estruturas maiores com mudanças significativas, chamadas de história social ou duração média e eventos menores que essas mudanças somadas, criaram uma história de longo prazo[20] (BRAUDEL, 2011).

Braudel trata do ponto de partida da perspectiva globalizante, para além deste caráter multifocal e interdisciplinar das ciências humanas (que em realidade formaliza-se na França, desde a *Revue de synthèse*), a primeira dimensão da história total de Braudel é aquela que considera que "*tudo é história*", assim a totalidade deve ser apreendida numa pesquisa articulada das diversas atividades humanas ocorridas em um mesmo contexto, em um trabalho conjunto de diversos pesquisadores (PERUZZO, 2009).

[20] Interessante de nota no livro "História e memória" de Jaques Le Goff a ideia da multiplicidade dos tempos sociais, elaborada por Maurice Halbwachs [1925; 1950],que foi o ponto de partida da reflexão de Fernand Braudel [1958], concretizada num artigo fundamental sobre a "longa duração", que propõe ao historiador a distinção de três velocidades históricas, as do "tempo individual", do "tempo social" e do "tempo geográfico" – tempo rápido e agitado do *événementiel* e do político, tempo intermediário dos ciclos econômicos ritmando a evolução das sociedades, tempo muito lento, "quase imóvel", das estruturas. Ou, ainda, o sentido da duração expresso numa obra literária como a de Marcel Proust, que alguns filósofos e críticos propõem para a reflexão do historiador [Jauss, 1955; Kracauer, 1966]. Esta última orientação subentende uma das tendências atuais da história, a que se ocupa de uma história do vivido (LE GOFF, 1990:47).

Emerge em Braudel o desenvolvimento de outras “dimensões” da proposta totalizante, que compreende a totalidade braudeliana, seria a temporal, que Peruzzo (2009: 49-51) conceitua de “*estrutural-diacrônica*”, em contrapartida ao que poderíamos definir como “*conjuntural-sincrônica*” para a primeira, já que a “*história de tudo*” na realidade procura-se levar em conta os fatos concomitantes; Isto porque dentro de sua perspectiva estruturalista que valoriza sobretudo as “*prisões de longa duração*”, Braudel apresenta uma totalidade que não é só uma soma articulada das diversas atividades do homem, mas o próprio desenrolar das estruturas num tempo “quase imóvel” em que transcorre a longa duração (PERUZZO, 2009).

Desta forma, Côrrea (2013) destaca que a relação de interdependência entre a história de curta duração e a de longa duração é de extrema importância para a análise arqueológica e “*envolve coligir um grande número de disciplinas”*. No Brasil, o uso de conceitos de longa duração é mais utilizado por pesquisadores que buscam esclarecer registros arqueológicos com populações indígenas, como no caso deste trabalho.

As conclusões e descrições sobre os grupos indígenas presentes nos trabalhos antropológicos e etnológicos têm permitido maior relacionismo / dialético no estudo tanto da cultura material presente no registro arqueológico, como para explicar a sua variabilidade/continuidade e dispersão/concentração. Permitindo entendê-los como oriundo de características socioculturais específicas, também oriundas de processos específicos (CÔRREA, 2013).

> *Entendemos que este continuum histórico, entre o passado recuado e a realidade atual dos grupos indígenas, possa ser melhor alcançado ao se considerar os resultados das pesquisas arqueológicas, linguísticas, etnológicas e históricas. Consorciar os resultados dessas disciplinas é o desafio perseguido nas pesquisas que almejam uma construção histórica de longa duração para as populações indígenas (CÔRREA, 2013:27).*

Os trabalhos que utilizam os pressupostos da “*longue durée”* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns

como *história indígena*. Este movimento se origina por esforço e mérito das comunidades indígenas que, nas décadas de 1970 e 80, se organizaram nacionalmente, o que levou a sensíveis alterações no texto da Constituição de 1988, e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, que se configura em primeiros donos da terra e determina a sua posse.

Como o resultado da pesquisa de Ângelo Alves Correa (2014), que permitiu compreender a distribuição dos povos Tupi no espaço e suas diferenças, possibilitando estabelecer uma cronologia da migração, suas especificidades regionais, trocas de elementos com outros povos e levantar hipóteses onde antes havia somente suposições. Cruzando dados arqueológicos, linguísticos e etnohistóricos, Correa criou um quadro sintético onde apresenta as complexidades e possibilidades do entendimento da história dos processos históricos, continuidades e mudanças que levaram a formação dos povos Tupi da forma que conhecemos hoje (CÔRREA, 2014).

As interpretações e conclusões da arqueologia (Noelli,1993; 2004; Noelli e Dias 1995; Neves, 1999; entre outros), também têm contribuído com alguns trabalhos antropológicos, assim as disciplinas se ajudam mutualmente; do mesmo modo, abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (REDE, 1996). Assim como ilustrou Braudel (2014, p. 53) "*a história é a soma de todas as histórias possíveis-numa relação de mister e pontos de vista de ontem, hoje e amanhã".*

1.2.3 Cultura material

A aproximação da arqueologia com a história mudou o entendimento da cultura material, especificamente no florescer da Escola dos Annales. Os estudos da História até então privilegiavam grandes momentos históricos, quem escreve não se detém com certeza naquilo que consideraria trivial, aspectos do cotidiano, a representação do estudo da cultura material da arqueologia representa a vida trivial, os gestos, os hábitos. Ligado à história, o estudo da cultura material teria uma vida breve, caso tivesse limitado à exploração das fontes propriamente históricas, isto é,

aos documentos escritos. Os documentos tornam-se cada vez mais raros à medida que se recua no tempo (BUCAILLE e PESEZ, 1989).

Desta forma, a arqueologia não possui limites de documentação no espaço e no tempo; só ela, por conseguinte, pode fornecer informações bastante precisas, numerosas e bem repartidas topográfica e cronologicamente, aptas a elaborar sínteses gerais e particularizadas. O arqueólogo da cultura material tem, portanto, à sua disposição uma base epistemológica e metodológica ampla e bem fundamentada, e os historiadores contemporâneos não se enganam ao terem cada vez mais confiança na documentação que os arqueólogos lhes oferecem; por outro lado, historiador e arqueólogo fundem-se muitas vezes numa mesma pessoa (BUCAILLE e PESEZ, 1989).

> *Estes objectos não são, no entanto, apenas um meio cómodo de análise a que estas ciências poderiam ou não recorrer; a sua própria existência, a sua presença são vinculantes, visto que as ciências tiveram rapidamente — e têm sempre — de explicar todos estes objectos, de introduzi-los de modo satisfatório nas suas sínteses socioculturais, onde encontram o seu lugar e o seu significado. Para isso é indispensável o conhecimento simultâneo dos objectos materiais — as suas dimensões, formas, matéria e, indirectamente, os seus modos do fabrico — e a sua proveniência exacta, de modo a reconstruir ou explicar o ambiente que os originou (BUCAILLE e PESEZ, 1989:17).*

Segundo Apadurai, (2010), temas relacionados à cultura material são recorrentes no campo da história, priorizando em todos os momentos e em todos os lugares temas relacionados à arte, tecnologia, sentido social cotidiano, vida familiar ou privada, comportamento empresarial, processamento de alimentos, consumo humano, etc. Concerne que a cultura material é o repertório do que os homens são capazes de produzir, objeto de trocas, representações que circula, tomando não apenas em um processo de técnicas e estilos, mas dotados de diferentes significados

atribuídos a um dado artefato por uma comunidade e/ou sociedade ao longo do tempo; e enfim distanciando-se do conceito primeiro de Cultura ("Kultur), chamando a atenção para os aspectos simbólicos das atividades produtivas dos homens, para os produtos e os utensílios, bem como para os diversos tipos de técnica. "*As coisas existem e exigem gestos"* (*BUCAILLE e PESEZ, 1989;* APADURAI, 2010: 397).

Braudel (1996:303), ao pensar elementos materiais na construção das culturas, expressa que "*tudo é técnica*" e "*as técnicas nunca andam só*". As relações humanas nos usos de seus objetos de sobrevivência e de produção, são mais que os artifícios técnicos, assim, tudo é ação humana e as técnicas são indissociáveis das ações/relações. Como quer André Leroi-Gourhan, "*Nunca se tinha pensado que quem possui o fuso conhece também o movimento circular alternado e que quem utiliza a roda de fiar utiliza também o moinho e o torno do oleiro".*

O relato dos viajantes europeus o uso das burdunas pelo povo Cayapó. Tamanha sua destreza que um único índio combatia mais de meia dúzia de inimigos. Assim no estudo das técnicas de luta que faz do objeto (a cultura material, embora o registro se faça somente através da oralidade), no caso a burduna, uma extensão do seu braço, como, segundo Gallay (1986: 41), que apesar de uma enorme perda do registro arqueológico; ela pode efetivamente reencontrar uma parte dos gestos através das marcas de utilização e determinar o funcionamento do objeto à luz da literatura etnológica.

Como conclui Bucaille e Pesez, (1989), o homem também faz parte da cultura material; o seu corpo, enquanto transmissor semiótico é igualmente importante para recompor o quadro geral de uma cultura ou de uma civilização, os objetos materiais trazem consigo marcas inerentes às artes, ao direito, à religião, ao parentesco, um quadro de conjunto que pode individualizar uma sociedade. A cultura material tende a lançar uma ponte para a *imaginação* do homem e para a sua *criatividade* e a considerando seus três componentes fundamentais: o espaço, o tempo e o emprego social dos objetos. Assim como descrito no início deste subtítulo.

A contextualização é a força motriz da análise, inclusive proposta nesse trabalho: se existe um contexto conceitual, que remete ao universo mental do criador (à manipulação tecnológica de materiais; às escolhas de produção, entre outros processos de escolha e formação do objeto), existe igualmente um contexto físico, que se refere a uma nova ordem espacial e temporal em que o objeto se associa a outros objetos e a um mundo social. Centralizar a análise em objetos em movimento

em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo (GALLAY, 1986; REDE, 1996).

Assim, "padrões culturais relevantes são reconstruídos em vários momentos ao longo de um "*continuum histórico-cultural*" ('fatias de tempo'), isto é, compreendendo o 'sistema' (ou partes significativas deste) em diferentes pontos do tempo e do espaço, e ligando-os concretamente para revelar traços comuns, que refletem não apenas a existência de uma continuidade entre aspectos desarticulados da cultura, mas fundamentalmente os princípios estruturais ou a ordem cultural subjacente – uma unidade de sentido organizada em torno de esquemas culturais típicos produzidos e representados na mente do indivíduo, processos duradouros, que são chamados de *Habitus*.

1.2.4 Habitus

O conceito de *habitus* tem uma origem antiga dentro das ciências humanas que já foi utilizado por Aristóteles e, posteriormente, por Durkheim, mas foi a partir dos estudos de Pierre Bourdieu que a arqueologia passa a explora-la. O trabalho teórico de Bourdieu (1983) oferece um meio de situar à cultura material. Segundo ele, as cadeias operatórias e atores sociais são responsáveis pela produção e transformação dentro de uma estrutura de mediação entre agência e estrutura.

Argumenta que as pessoas desenvolvem "predisposições" para agir de determinadas maneiras através da influência das estruturas das condições materiais em que vivem. Este sistema de disposições duráveis, chamados de "*habitus*", pode gerar ações padronizadas que aparecem reguladas como resultante de regras, mas que, de fato, operam sem referência, ou de domínio simbólico (BOURDIEU, 1983).

> *[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente*

> *diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983b, p. 65).*

Essa "matriz" ou o conjunto de disposições, nos fornece os esquemas necessários para a nossa intervenção na vida cotidiana. Essas seriam disposições fixas essas disposições móveis não diz respeito a personalidade nem a identidade dos indivíduos: "*habitus é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa*". Sendo assim, o *habitus* é um sistema de disposições abertos, permanentemente rígido ao contato de novas experiências, mas que é permanentemente influenciado por elas. Sendo um processo durável, mas não imutável (BOURDIEU, 2002:83)

O conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. Compreendido como o resultado dialético da interação entre a estrutura social, o sistema de disposições, ou "*habitus*", e as condições materiais das práticas cotidianas. Em outras palavras, os processos de escolha resultam da necessidade biológica, sistemas simbólicos, estrutura social e forças político-econômicas, combinadas ou sobrepostas pelos atores sociais através das práticas e condições contextuais do cotidiano (BOURDIEU, 1983b).

O *habitus* é um fenômeno dinâmico relacional que é tanto um produto histórico quanto um agente. Isto se deve a um conjunto de disposições apreendidas que permitem a solução dos problemas técnicos e sociais, através de um processo natural de práticas executadas no dia a dia. Este condicionamento usual pode ser alterado gradualmente sem consequência marcada. E ainda podem continuar a ser um ajuste entre as condições objetivas e subjetivas do sistema organizacional das disposições, tendo a sua origem na economia, ou na política, enquanto outros residem no nível dos relacionamentos pessoais. Estes agentes modificadores podem operar em menor ou maior grau dentro de uma estrutura (BOURDIEU, 1983).

Nesse sentido a cultura material é compreendida como um fenômeno social, incluindo o processo de estabilidade e inovação dentro de trajetórias históricas. Torna-se uma questão de compreender os fatores que condicionam essas escolhas, suas inter-relações e os efeitos recíprocos decorrentes de novas escolhas feitas em várias etapas da cadeia operatória. O trabalho deve levar em conta tanto a estrutura e agência, mostrando como os dois são mediados através da prática: isto é, tanto

como a prática está condicionada pela estrutura e como ela remodela estrutura no processo de reproduzi-la. Nesse sentido, para que uma interpretação se aproxime do real, ou do seu autor, é necessário que de se ter em conta as formas com que as coisas foram criadas e utilizadas na prática diária (DIETLER & HERBICH, 1998).

1.2.5 Totalidade Social

As evidencias aqui apresentadas possuem um rigor científico levando em conta todos os aspectos da cultura material, tanto simbólicos, religiosos, sociais, para que possamos de fato abordar todas as interpretações que os vestígios arqueológicos são capazes de nos fornece, levando em conta sua totalidade, com a tentativa de reproduzi-la integralmente, assim fazemos uso do *Fato Social Total*.

Consideramos o conceito de "fato social" de Durkheim, ampliado para "fato social total" por Marcel Mauss através de sua obra, "O Ensaio sobre a Dádiva" escrito na década de 1920 e que teve como ponto de partida o conceito de "fato social" de seu tio e mestre, Emile Durkheim. Como coloca Mauss: "*nesses fenômenos sociais totais exprimem-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais, políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas (...) sem contar os fenômenos estéticos*" (MAUSS, 2003a).

As peças representativas do cotidiano expressam uma identidade comum percebida como totalidade social, que, por conseguinte, considerada a partir do conceito de "*fato social total*" por Marcel Mauss que;

> *"tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas. Nesses fenômenos [...] exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas - estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição -; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam" (MAUSS, 2003a, p.41).*

O Fato Social Total de Mauss (2003a), baseado no entendimento acerca das trocas de objetos nas sociedades que praticam o *kula* e o *potlach*, na Polinésia e no Noroeste da América do Norte, se torna essencial para a compreensão desses grupos. A atividade de troca e o próprio objeto da troca estabelecem uma conexão entre o doador e o receptor. A obrigação de dar, receber e devolver é criada, mesmo que nunca seja especificada, e a reputação do próprio grupo está relacionada ao quanto ele dá, reciprocidade simbólica.

Por outro lado, os presentes trocados e outros itens estão intimamente relacionados com o imaginário do grupo, integrando também o mundo psicológico de cada pessoa e a relação que esta estabelece com a prática, com os demais membros do grupo e com ela mesma. Portanto, por meio desse sistema de dádiva, os objetos participam tanto como meio de contrato quanto como sinal de prestígio entre diferentes grupos, assim, participam ativamente do estabelecimento de normas sociais. (MAUSS, 2003a).

Segundo Setton (2013) Mauss postulou uma analogia entre o fenômeno das trocas dessas sociedades e a socialização como um fato social amplo e complexo, ou seja, ele analisa as práticas socializadoras nas suas dimensões econômica, moral, estética e política de forma a contextualizá-las nas realidades históricas. Trata-se ainda de uma construção reflexiva no processo de socialização numa perspectiva relacional, tendo como eixo central a participação do sujeito social em seu processo educativo, propõe pensar as instâncias em sua dimensão econômica, moral, estética e política, dimensões responsáveis pela formação de um *habitus*, um sistema de disposições de cultura (MAUSS, 1974a).

Considerando ainda um espaço plural de múltiplas dimensões de socialização, uma ambiência em que o indivíduo desenvolva campos específicos de atuação, lógicas, valores éticos e morais distintos, trazendo a compreensão de que são os próprios indivíduos que tecem as redes de sentido que os unificam em suas experiências de socialização e se articulam nas suas múltiplas dimensões da vida ao longo de sua trajetória. Dando diferentes sentidos as suas ações e na multiplicidade de sua existência, interagem sentidos particulares e diferentes (SETTON, 2013).

O tema da totalidade cultural, retomada através da perspectiva de Lévi-Strauss (1988), que segundo ele, está na natureza do homem viver em sociedade, e esta organização da vida social depende da cultura, que implica em organização das regras sociais. Considerados sistemas simbólicos criados pela mente formando

processo de acumulação “as estruturas mentais inconscientes”, seriam universais e subjacentes a todas as culturas. Assim o caráter tridimensional do fato social se manifesta através das seguintes esferas: sociológica (sincronia); histórica (diacronia); fisiopsicológica. Essas esferas estariam intimamente ligadas e ao passo que se houvesse uma interferência tal qual que mudasse uma dessas instâncias, mudaria em efeito cadeias as demais esferas.

Mauss também nos lega o conceito de uma abordagem sistemática, cujo cerne é reconstruir toda a sociedade que é concebida como realidade, na qual as partes estão desconectadas, de modo que a abordagem sistêmica do fato social total, do social como sistema é possível pela reconstrução do todo pelo estabelecimento de conexões, equivalências e solidariedades do sistema de troca entre grupos primitivos, por meio de dar, receber e retribuir (MAUSS, 1974a).

Parte-se das questões organizacionais entre a infraestrutura e a superestrutura e, em seguida, passa para uma visão da relação estabelecida e das forças em ação em uma dada realidade. Isso pode ser alcançado por meio de uma abordagem sistemática, que conecta diferentes partes da realidade social de uma pessoa, porque há uma complementaridade dinâmica entre a psicologia e a sociedade, que vem de “*de que o psíquico é ao mesmo tempo simples elemento de significação para um simbolismo que o ultrapassa, e único meio de verificação de uma realidade cujos aspectos múltiplos não podem ser apreendidos em forma de síntese fora dele*” (LÉVI-STRAUSS, 1988, p. 25).

Com base nessa perspectiva, buscamos todo tipo de variabilidade para que pudéssemos entender melhor os mecanismos de transmissão e manutenção dos conhecimentos entre as gerações, como se processa a ocupação, exploração e transformação dos territórios e a continuidade e mudança nas tecnologias de produção dos artefatos (MAUSS, 2003a).

Nathan Wachtel (1971 *apud* Le Goff, 1990:57) faz uma reflexão importante sobre a racionalidade em história, e cabe bem para os preceitos da arqueologia nos propósitos desse trabalho: Quando se fala de uma lógica ou de uma racionalidade da história, estes termos não implicam que pretendamos definir leis matemáticas, necessárias e válidas para todas as sociedades, como se a história obedecesse a um determinismo natural; mas a combinação dos fatores que formam *o non-*

événementiel[21] do acontecimento designa uma paisagem original e distinta, que sustenta um conjunto de mecanismos e de regularidades, isto é, uma coerência muitas vezes subconsciente nos contemporâneos, cuja reconstituição se torna indispensável para a compreensão do acontecimento.

1.2.6 Cadeia operatória e sistema tecnológico.

Assim admitimos que a ênfase na construção ritmada e compassada das técnicas como o fator de mediação entre objetos e a sociedade, sobre a compreensão das escolhas em vários estágios de cadeia operatória, é uma promessa muito maior na produção de uma perspectiva realista da complexidade de padronização da cultura material. O trabalho de Bourdieu (1983b), pode nos permitir situar técnicas dentro de seu contexto social, como produtos e produtores de *habitus*. Ele oferece uma abordagem "temporal" às técnicas que liga estrutura e agência como forças mutuamente geradora. As respostas às práticas são mais bem abordadas a partir de uma perspectiva que considera a cultura como um processo histórico social dentro de um mundo maior de relacionamento social e econômico.

Marcel Mauss a partir de seu texto “As Técnicas do Corpo”, ([1872-1950] 2013: 399) reconhece o corpo humano como o primeiro elemento técnico. Inserida até onde não havia objetos materiais, tornando o corpo como parte do sistema técnico Capacidade que o sujeito possui de memorizar e incorporar condutas motoras, perfeitamente adaptadas à dinâmica da relação com os objetos e com o meio, as condutas, ou seja, conjuntos de ações motoras finalizadas. Fatores comuns do cotidiano e essenciais como caminhar, nadar, correr, passa por uma concepção dinâmica de tecnologia (MAUSS, 2013: 401).

Se o objeto é um condutor e potencializado das intenções humanas, tanto no nível material como das representações, ele guardará traços de sua integração com o corpo, refletindo a estabilidade ou não dessa interação (MAUSS, 2013: 401). E se por algum motivo houver um erro ou acidente, inviabilizando que o objeto opere

[21] *Non-événementiel* relaciona-se com as interpretações a partir de modelos metodologicamente pré-estabelecidos, suprimindo a singularidade do acontecimento em detrimento aos registros de leis e modelos explicativos, determinações orientadas pelos estudiosos dos Annales.

sua performance, nesse caso, opta-se pelo descarte ou pela aplicação consciente de uma nova estratégia produtiva (BALFET *et al*., 1991).

O pensamento de Mauss influenciou diversos pesquisadores, dentre os quais seu discípulo André Leroi-Gourhan, principal responsável intelectual do que viria a ser denominado “cadeia operatória” no campo dos objetos pré-históricos e emulou a prática introduzindo o conceito nas análises tecnológicas. Buscava entender todos os processos técnicos no âmbito da produção do homem. Baseado em o homem total segundo o qual o homem deve ser visto de três formas, segundo ele: o ser humano em si mesmos; em relação às pessoas que deles se serviram e em relação à totalidade do sistema observado (MAUSS, 2013: 405).

Lemonnier (1992), também levava em consideração os aspectos não materiais associados ao objeto tomando o próprio corpo como o sujeito produtor e seus gestos como parte do sistema técnico. Para ele o corpo se constitui em uma ferramenta e o uso de um determinado objeto está ligado a psique humana a partir das técnicas corporais, aprendidas educacionalmente definindo a produção material. Assim o gesto e a técnica serão aprendidos culturalmente a partir do das técnicas do corpo definindo o processo produtivo. Todo o processo da cadeia operatória inicia com o gesto. Os gestos por sua vez se configurando em um fator sociológico, de valores étnicos cheios de significados, são aprendidos e transmitidos de geração para geração, logo a tecnologia se expressa em um fator cultural.

Uma cadeia operatória se interliga a outras cadeias, formando uma rede que abrange outros objetos e suas dimensões naturais. Questões envolvendo a proveniência da matéria-prima, reaproveitamento, escolha, dentre outros fatores. Essa reconstrução vem, em primeira ordem, dos objetos e de seus estigmas, consequência das técnicas empreendidas. São os traços que as pedras guardam e a fase que elas indicam que possibilitarão o encaixe e a observação das intenções dos artesãos (PELEGRIN, 1995).

Os fatores que levam a escolha na cadeia comportamental estão relacionados às características de performance e podem envolver a busca pela matéria prime, transporte, distribuição, uso e reuso, função, estocagem, utilização de um objeto artefatual. A fim de mapear a diversidade de fatores que determinam as escolhas destacam-se os seguintes fatores: fatores ambientais; sistemas de assentamento e mobilidade; fatores sociais; e questões de ordem pratica e ou funcional.

O conceito de cadeia operatória se assenta sobre uma sequência de uma série de operações que transforma uma matéria-prima em um produto de consumo, instrumento ou um objeto da vida cotidiana. Segundo Balfet (1991), o objetivo da adoção desse conceito como ferramenta analítica recai na tentativa de o observador ordenar os fatos técnicos, apreendendo desde um fato isolado até uma série deles, que tomam sentido técnica e social. Por conseguinte, tomemos a sequência de Lemonnier (1983), para o Sistema Técnico que perpassa pela Interação entre elementos que intervêm em uma técnica, a interação entre as diversas técnicas utilizadas por uma sociedade (sistema técnico) e a interação entre o sistema técnico e os outros componentes da organização social.

Entende-se que a concepção de tecnologia é a base essencial para se apreender aspectos relacionados à variabilidade artefatual, não sendo vista, por si só, como começo e fim de um trabalho mecânico voltado à obtenção de função para garantir necessidades básicas cotidianas, mas também, como aborda Lemonnier (1992), devendo a tecnologia ser entendida como um corpo de conhecimentos dentro de uma matriz social; ela está imbuída de ações, negociações, poder e identidade.

Segundo Lemonnier (1986,1992), os sistemas tecnológicos estão compostos por uma séria de conjuntos técnicos, que, por conseguinte seguem uma cadeia operatória específica, dentro das etapas dessa cadeia operatória os agentes fazem diversas escolhas, é a essa combinação, das escolhas se caracteriza os conjuntos técnicos, e ao final, os sistemas tecnológicos. Pensando que essas escolhas são sempre culturais que podem serem motivadas por fatores simbólicos, práticas adaptativas ou ainda por diversas outras razões.

Por técnicas, apreende-se, que é a ação efetiva sobre a matéria que envolve a própria matéria, energia, instrumentos, gestos e conhecimentos., por conseguinte a cadeia operatória é a sequência de operações para a realização da matéria prima em artefato. Os pilares essenciais de uma produção refletem o conhecimento apreendido pelos métodos e técnicas que se ajustaram às estratégias/escolhas/necessidades do grupo em determinados contextos espaços-temporais. Os pesquisadores se guiarão pela realidade contextual em que estão inseridas as coleções, adaptando a suas problemáticas, em maior ou menor grau, conceitos que procurem, em última instância, investigar o *modus vivendi* do grupo (LEMONNIER, 1986,1992).

Conforme Bleed (2001), o uso do conceito etnográfico de cadeias operatórias se tornou extremamente popular entre a comunidade científica (sobretudo a francesa), isto por oferecer uma metodologia mais concreta que permitiu ultrapassar análises unicamente tipológicas e, sobretudo, porque permitiu compreender o mundo material enquanto sistema, avançando nas discussões sobre os aspectos cognitivos das técnicas.

Para Lemonnier (1986, 1992), o estudo de cadeias operatórias é, antes de tudo, a base material da antropologia das técnicas, um meio pelo qual, permite-se compreender não apenas a cultura material, mas as técnicas como sistema, nesse caso, buscando o entendimento dos processos mentais e materiais envolvidos na tecnologia propriamente dita.

Durante muito tempo arqueólogos e historiadores associavam vasos, e potes de cerâmica a partir das pinturas expressas na peça; tendendo a dar menos atenção às técnicas, de fabricação, tentado inferir, ou ler a informação social e cultural diretamente do que é chamado de estilo. O pensamento estrutural que percebe estilo como um reflexo passivo do comportamento social, foca seus estudos na detecção indenitária e de formas de comunicação dos grupos. Uma ligação entre o uso da cultura material para sinalizar limites étnicos e a presença de stress econômico e social, adotam uma visão passiva da compreensão de estilo dentro da cultura material. O conceito de estilo de cerâmica tornou-se sinônimo de decoração, estudando desassociados da função e de técnicas (DIETLER & HERBICH, 1998).

Contudo, Dietler & Herbich (1998) argumentam que uma interpretação que se aproxima do real, ou do seu autor, é aquela que leva em conta as formas que as coisas estão criadas e utilizadas na prática diária, onde a técnica usada na escolha e preparo da peça é a chave para a compreensão do processo de mediação entre as coisas e a sociedade.

Partindo da premissa dos conceitos da cadeia operatória (LEROI GOURHAN, 2002a e 2002b; BALFET, 1991; LEMONNIER, 1976 e 1992), desenvolvido na Escola Francesa de Tecnologia, que todo o sistema técnico é incorporado em processos e relações sociais, seguindo o sistema de escolha feitas em todas as fases de produção e utilização, e que são aspectos da ação social e cultural resultam na produção do estilo do material.

Adota-se os padrões estilísticos como uma manifestação superficial de profundas estruturas cognitivas, que também geram estruturas de organização social,

mito, ritual, e outros aspectos culturais. A cultura é vista como um reflexo, ou um efeito, de modo uniforme compartilhada, como um texto a ser lido, e não como um processo histórico social, focando os estudos em padrões em vez de processos (MILLER, 1985, 1987).

Para Lemonnier (1992) a seriação das operações técnicas que perfazem a cadeia operatória se estabelece através de um processo onde a matéria prima bruta se transforma num artefato finalizado. Este processo pode não ser linear, mas também pode se tratar de situações diacrônicas ou que sobrepõem. Estas fases são apreendidas como operações interligadas à confecção do material, como a escolha da matéria prima, seu transporte, manufatura, uso e descarte, onde; matéria a ser utilizada, que perpassa por escolhas (tanto funcionais quanto culturais); A energia utilizada; Os objetos que fazem parte do inventário tecnológico do grupo; Os gestos técnicos, culturalmente aprendidos, que marcam a manufatura de uma dada cultura material; Conhecimentos específicos do grupo: como fazer? O que fazer? Para que fazer? (LEMONNIER, 1992).

As etapas dessas sequências seguidas demonstram os processos que compuseram a manufatura do artefato, funcionando como indicadores das ações e escolhas realizadas no período entre a aquisição da argila, no caso de artefatos cerâmicos, até a finalização do artefato. O estudo da cadeia operatória permite a identificação e entendimento dessas etapas concernentes à construção do objeto, indicando diferentes materiais e ferramentas utilizadas, vida útil do objeto, local onde foi confeccionado e escolhas culturais das populações que manufaturaram os vasilhames.

As reconfigurações culturais a partir do processo de colonização, por certo trazem respostas diferentes, uma vez que a incorporação de novos produtos e tecnologias em contextos coloniais teve que se adequar em relação ao espaço e do que nele dispunha. É possível adotar tecnologias e estilos europeus, enquanto reter outros aspectos tradicionais, como é possível rejeitar o novo, ou ainda novos elementos se combinarem com outras tradicionais (ALENCASTRO, 2014), práticas de manufatura, etc., envolvido na concepção do artefato assim como no seu processo de deposição a partir dos gestos envolvidos, dos padrões mentais, da base cognitiva, dos produtos e subprodutos relacionados, enfim dos processos levados a cabo pelo ator depositante de acordo com os padrões culturais da sociedade no qual este se inseriu, permitindo por vezes a identificação de cenários de continuidade e mudança.

1.2.7 Arqueologia da paisagem

> *"Se o universo é definido como um conjunto de possibilidades, estas pertencem ao mundo todo e são teoricamente alcançáveis em qualquer lugar, desde que as condições estejam presentes. O lugar é o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas. Estas limitam a concretização das ocasiões" (SANTOS, 2002).*

No que concerne ao arcabouço teórico sobre os aspectos da Paisagem Arqueológica, várias pesquisas têm sido norteadas por diferentes conceitos que figuram dentro do campo da Ecologia Humana. Nessa conjuntura a despeito do espaço, o trabalho de Santos (1978), nos situa no espaço geográfico enquanto espaço ocupado por agentes transformadores, em uma relação de contínua construção. O autor (*Ibidem*), argumenta que "*a utilização do território pelo povo cria o espaço*"; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede ao espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações.

Segundo ele, *"o espaço não é uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional de coisas e relações juntas".* Portanto, o espaço ocupado por uma sociedade tem uma gama de significados que determinam suas escolhas de ocupação. Embora posteriormente e paulatinamente ele seja transformado e principalmente usado para sua comodidade de uso de lar. Milton Santos (2002b: 147) nos informa que a classificação dos eventos se daria em agrupá-los como *naturais* ou *sociais* (ou *históricos*). Os *eventos naturais* resultam das movimentações presentes na natureza, resultado da diversificação energética. Os *eventos históricos* ou *sociais*, por sua vez são resultados das ações humanas promovidas pelo uso diversificado do trabalho, das técnicas e da informação sobre a natureza e a sociedade.

Bertrand (1972) sugere que a ocupação do espaço geográfico se transforma em paisagem, assim a paisagem seria, portanto, o resultado da combinação dinâmica, logo instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que,

reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Os modelos de subsistência gerados têm a pretensão de entender a dinâmica dos grupos humanos de acordo com a obtenção de recursos que garantam a sua adaptabilidade e transformação em prol do seu bem-estar no contexto ambiental em que estão inseridos ou espaço que ocupam. Dando o início ao que Paulo Bertran viria classificar como Homem Cerratense[22] (uma sociedade diferenciada aclimatada ao ambiente em que viviam, no caso o Cerrado) (BERTRAN, 2011).

Clark (1940), afirmava que a arqueologia deveria ser o estudo de como os seres humanos viveram no passado. E que para alcançar esse objetivo os achados arqueológicos deveriam ser estudados na sua forma funcionalista, argumentava ainda que a função básica de uma cultura ou o seu modo de vida é assegurar a sobrevivência da sociedade, portanto todos os aspectos da cultura são influenciados até certo ponto por condições ecológicas. O objetivo do arqueólogo deveria ser determinar como os homens viveram no passado, reconstituindo tanto o quanto for possível, sua economia, sua organização política e social, seus sistemas de crenças e valores, e entender como os diferentes aspectos da cultura se inter-relacionam, uma vez que fazem parte de um sistema funcional.

A partir das respostas que o conjunto interpretativo da natureza oferecia que os arqueólogos compreenderam a necessidade de se estudar o homem envolvido com o seu meio ambiente. O homem pré-histórico dispunha dos aspectos naturais que o cercava, modificando-os para a sua sobrevivência, deste modo, pode ser citada as contribuições de Clark (1940), que buscou usar o registro arqueológico para transcorrer sobre ações específicas de subsistência do homem. Assim, a partir da década de quarenta do século XX, com os estudos de Taylor (1848) e Steward (1955), os arqueólogos começaram a desenvolver uma maior consciência das informações sobre a cultura e antigos modos de vida fornecida através dos artefatos, propondo uma abordagem conjuntiva.

[22] O cerradeiro ou cerratense – *Homo cerratensis* – ia desde o Século XVIII nascendo, a par de frequentes crises de extinção. Algumas gramáticas portuguesas do tempo do neocolonialismo salazarista traziam frequentemente um mapa-múndi mostrando as modificações e expansão do idioma de Camões pelo mundo, estampando, nos sertões do centro do Brasil, uma interrogação com os dizeres: “O ente inominado: o jardim de cerrados das Oréades. Depois surgiram Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Mário Palmério, Carmo Bernardes..., e junto a eles emerge a linguagem cerratense, surpreendente, inovadora, atônita em sua riqueza barroca e sertaneja (BERTRAN, História da Terra e do homem no Planalto Central:2011).

Os resultados dos estudos de Clark (1948) e Steward (1955) deram incentivos a grandes empreendimentos arqueológicos envolvendo equipes multidisciplinares voltadas para os estudos direcionados em relacionar os grupos humanos e os seus respectivos ambientes naturais tentando verificar através dos detalhes, reconstituindo todas as partes da sociedade, como era o ambiente em que as sociedades pré-históricas viviam, sobre o aspecto da Ecologia Cultural. Os estudos passaram a tratar vertentes diferentes para o entendimento existente entre os registros da fauna e os distintos processos que as originam, levando a ancorar nestas evidências, o reflexo de organizações políticas, sistemas de crenças, construção de identidades e da sociedade.

Os estudos sobre a espacialidade da conduta humana e seus reflexos nos registros materiais encontram novas reflexões a partir da década de 1980, com a gênese da Arqueologia da Paisagem. Sob este novo enfoque, busca-se um novo fôlego para se pensar as formas como se dão a interação das sociedades com o ambiente.

Os comportamentos sociais, transmitidos de uma geração para outra, envolvendo o balanço entre escolhas socialmente definidas pelo saber-fazer e por toda uma teia de relações intra e intergrupos, deveriam estar em equilíbrio com as opções oferecidas pelo meio ambiente. Gordon Childe assinalou que os grupos se adaptam aos seus ambientes não como estes se apresentam na natureza, mas como são percebidos pelos grupos, através da cultura, de seu conhecimento social; entretanto, se a percepção for muito distinta da própria realidade, a seleção natural eliminará o grupo (TRIGGER, 2004, p. 368).

Nesse sentido, o equilíbrio entre o mundo material e o homem teria certamente a mediação das técnicas. Boëda (2000, p. 3), concorda com Childe quando assevera que o equilíbrio depende do modo de apreensão e de representação do mundo material de cada grupo humano. Do ponto de vista empírico, a mediação de outrora, que se deu pelas técnicas, é percebida através dos instrumentos que foram produzidos.

A paisagem pode ser observada e compreendida sob a perspectiva de fato social total (Mauss, 1974b, 1974c), enquanto uma construção social, uma vez que nessa ótica ela assume distintas dimensões como sociológica, assumindo um caráter sincrônico em uma perspectiva espacial e fazendo parte da rede de significações de um dado grupo cultural, integrando-se a sua morfologia social (Mauss, 1974c).

Histórica desta forma diacrônica, sendo percebida e compreendida em longa duração pelos grupos que ocuparam a área; e fisiopsicológica – uma vez que a paisagem é incorporada ao sistema social, enquanto signo, dentro do que Hitchcock & Bartram (1998) classificaram como ancestralidade ou apego sentimental ao local dos antepassados.

Criado Boado (1991) ponta, uma estreita relação entre o espaço, o pensamento e a sociedade, onde a construção do espaço é parte da constituição de uma sociedade e de sua organização socioeconômica, implicando em admitir os aspectos históricos e políticos do mesmo. Assim, o espaço não seria uma realidade física prévia, dada e externa ao corpo social, mas sua constituição teria íntima relação com os aspectos socioculturais e simbólicos da população que o ocupa.

Os sítios arqueológicos como entendidos tradicionalmente seriam os locais onde os elementos e atividades se agrupam. Contudo, este cenário representa apenas parte da conduta humana. O ser humano se move por todo os ambientes, seja na busca da matéria prima, ou para a alimentação, o fato é que que sua ação se desenvolve ao longo de todo o ambiente, e cujo comportamento deve ser investigado tendo em vista a forma holística e inter-relacional que se dá entre as pessoas e seu meio e entre elas mesmas.

Portanto, os componentes físicos da paisagem, como uma cascalheira de litologia diversificada, um dique de arenito silicificado, um barreiro (um barro bom para a cerâmica), são espaços ocupados e usados. Assim Scheinsohn (2001, p. 286) salienta o que representa uma "*continuidade espacial da conduta humana*", seria justamente essas áreas de recursos e o trânsito por distintas áreas determinando o ambiente espacial do grupo. O que Morais (1999) denomina de *Fator-Geo,* uma abordagem interdisciplinar que objetiva caracterizar o ambiente a partir da articulação com os conhecimentos da Geografia, da Geomorfologia e da Geologia (MORAIS, 1999).

Desta forma se torna uma premissa o entendimento além do sítio arqueológico, onde são encontrados o material arqueológico usado pelos homens do passado. As informações ambientais procuram englobar todas as atividades permitindo pensar em conjunto com estes ambientes as estratégicas e a dinâmica de ocupação territorial ocupado por determinado grupo.

São nesses pressupostos que este trabalho se assenta, refletindo sobre a forma como o homem utilizou a natureza, perpassando por uma escolha cultural,

focada não somente por predisposições alimentares, ou de sobrevivência, embora consideramos esse fator de extrema valia. Os processos de escolha ambiental resultam da necessidade biológica, sistemas simbólicos, estrutura social e forças político-econômicas, combinadas ou sobrepostas pelos atores sociais através das práticas e condições contextuais do cotidiano (BOURDIEU, 1983).

Outra questão que nos traz uma reflexão seria a delimitação desse espaço ocupado. Santos (1978, p. 122) sugere que a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar conforme as relações e a necessidade de cada grupo social. Aqui o espaço é entendido por uma porção de terra que é usado pelos grupos pretéritos para sua sobrevivência que estaria além do espaço de moradia, seria o espaço de caça, pesca, agricultura, coleta de produtos naturais, dentre outras atividades que não possuem sua marca expressa na natureza.

Nesse sentido, a biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é produto da ação das sociedades e culturas humanas, como foi afirmado anteriormente, ela é também uma construção cultural e social. As espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES, *et. al*, 2000).

No Brasil, estudos de ecologia humana sobre populações indígenas ocorrem especialmente na Amazônia e incluem, em particular, ecologia cultural, Etnobiologia e, em menor escala, em modelos de subsistência. Exemplos relativamente recentes são encontrados em Neves (1989). Estudos sobre outras populações da Amazônia, como caboclos, pescadores ou migrantes estão em Moran (1983) e Fearnside (1986). Dentre as linhas expostas de ecologia humana, a de etnobíologia é bem representada no Brasil, com estudos sobre populações indígenas. Estudos sobre populações litorâneas, como as de caiçaras e de outros pescadores-agricultores incluem aspectos ecológicos como territorialidade (FORMAN, 1970), diversidade e modelos de subsistência (BEGOSSI, 1993), etnoictiologia (MARQUES, 1991) e tabus alimentares. Num contexto mais social, embora ambiental e conservacionista, encontram-se estudos em Diegues & Sales (1988) e Diegues (1989,1990).

Assim as estratégias de manejo dos povos que ocuparam os cerrados, através dos conceitos da Arqueologia da Paisagem, da Etnobiologia, Etnohistória e

seus conceitos associados entendendo os aportes elencados a partir de Diegues *et al* (2000)[23], onde se pode considerar:

- A dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;
- O conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- A noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- A moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para outras áreas e voltado para a terra de seus antepassados;
- A importância das atividades de subsistência;
- A reduzida acumulação;
- A importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- A importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- A tecnologia utilizada, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- A auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

[23]O trabalho a que me refiro estuda a Ecologia Humana de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia representa estudos na forma de aptidão e sobrevivência dos pescadores caiçara e de áreas de Mata Atlântica e ribeirinhos Caboclos da área da Amazônia.

1.3 A paisagem natural como suporte para o Homem do Cerrado.

Dada a visão sistêmica-holística na qual o ambiente é concebido de forma interligada, conforme explicitado anteriormente, a compreensão das dinâmicas de escolhas diante dos fatores dos ambientes não mais pode ser compreendida separadamente de uma análise integrada e integral, da paisagem natural. Assim, a distribuição e correlação espacial dos elementos que formam o sistema da área em análise dependem do bioma, da fauna e da flora, bem como dos recursos de minério e hídricos que garantissem a sobrevivência e o bem-estar da população que ocupou estas áreas.

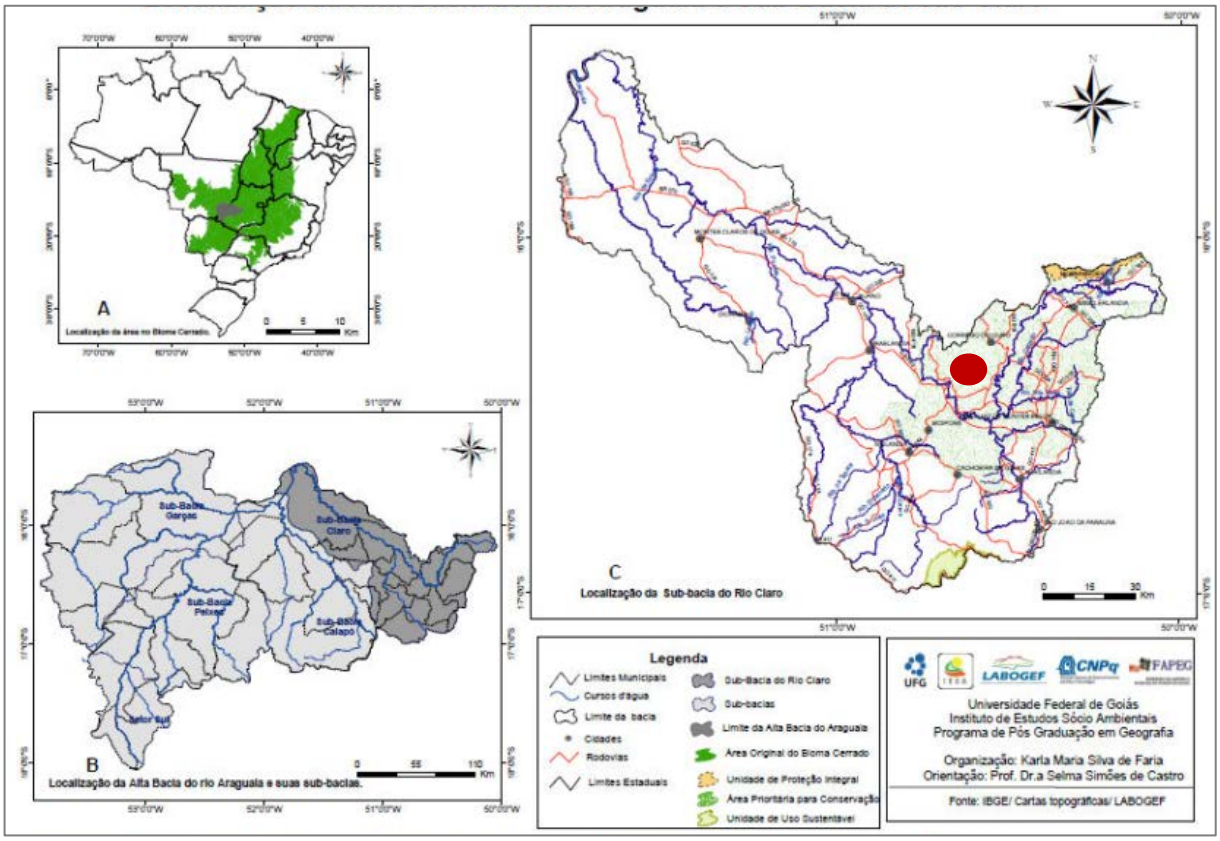
Nesta perspectiva, o estudo de Bacias Hidrográficas se faz coerente enquanto categoria de análise sistêmica, no qual o espaço se dá ao meio ecológico. Botelho e Silva (2012) tratam da evolução do uso da bacia hidrográfica como célula natural de análise, uma visão geossistêmica. Dentro desse panorama, levando em consideração a localização do sítio arqueológico Maria I, torna-se inevitável o estudo da bacia Hidrográfica do Alto Rio Araguaia.

A Bacia do Rio Araguaia, apresenta um comportamento que reflete as influências de um conjunto de condicionantes, tais como as condições morfoestruturais, tipos de solos, cobertura vegetal e clima. É uma área drenada por um conjunto de rios delimitados, sendo dessa forma vista como um conjunto de ecossistemas que se integram e dialogam entre si. As condições e características específicas com condições mais específicas da mesorregião sul goiano, pode ser considerada um subsistema, estudada a seguir:

1.3.1 Bacia do Alto Araguaia- Sub-bacia do Rio Claro

A alta bacia do rio Araguaia, situada na porção sudoeste do Bioma Cerrado. A bacia nasce na Serra do Cayapó, na divisa dos estados de Goiás com o Mato Grosso, drena uma área de 385.060 km², e é dividida conforme a Agência Nacional

das Águas (ANA) em três segmentos: Alto Araguaia; Médio Araguaia e Baixo Araguaia. A Alta Bacia do Rio Araguaia (ABA) está situada na porção sudoeste dos Estados de Goiás e Mato Grosso, respectivamente, entre as coordenadas 53º 58'27" e 50º 01'53" O e 18º03'53" e 15º21'46" S, e abrange 62.384,41 km² e, o Estado de Goiás, o Estado de Mato Grosso, e o Estado de Mato Grosso do Sul. Subdivide-se em cinco Sub-bacias: de Cachoeira Alta (situada a sul), rio Peixes (localizada na porção centro-sul), rio das Garças (situado na porção noroeste), rio Cayapó (localizada na porção central) e rio Claro (situada a leste) (FARIA, 2011). Sendo esta ultima (sub-bacia do rio Claro) a área prioritária no âmbito desta pesquisa, já que os rios fartura e seus afluentes compõe essa porção hidrográfica do estado Goiano.

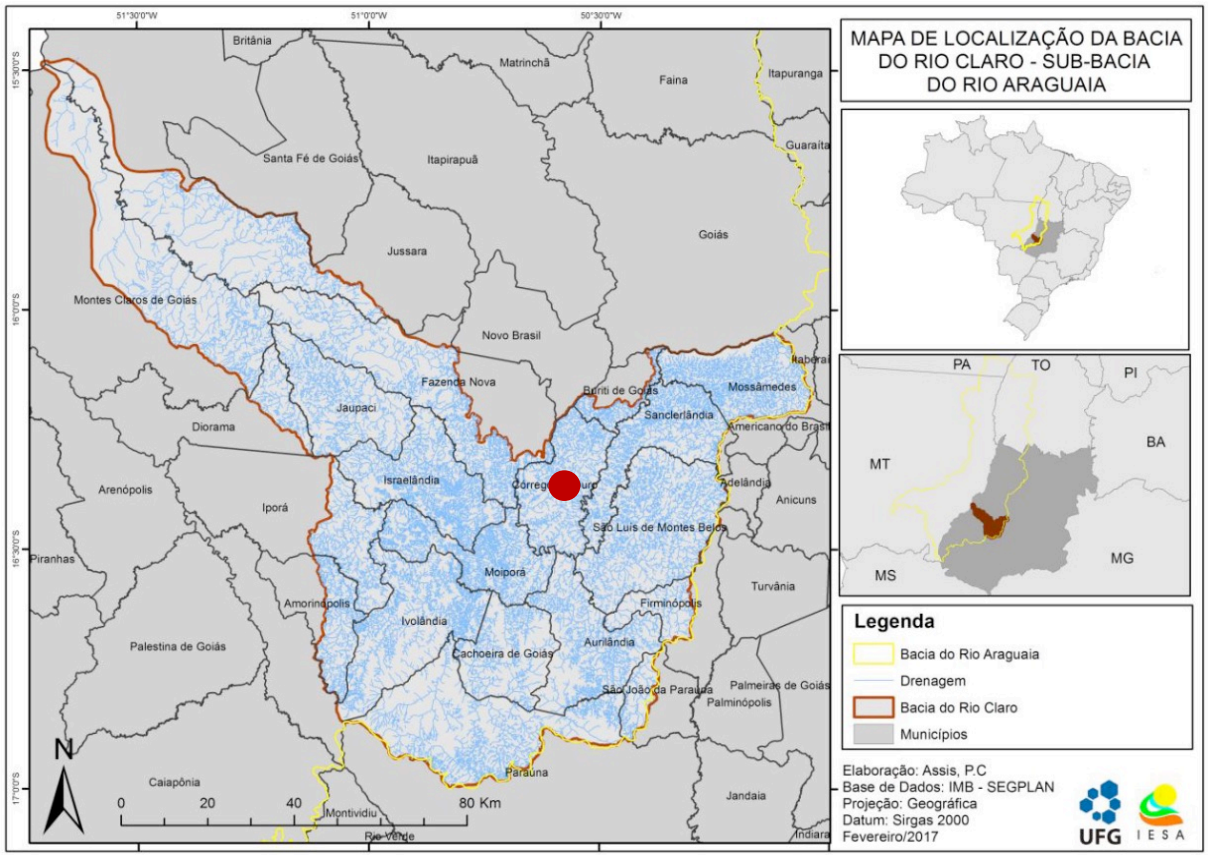


Mapa 3 - Localização da Alta Bacia do Araguaia.
Fonte: FARIA (2011:38)

Córrego do Ouro

A Alta Bacia do Rio Araguaia, na sub-bacia do Rio Claro que se localiza a leste do estado de Goiás, caracteriza-se por ser um dos mais importantes afluentes do Rio Araguaia, com uma área de 10.245,16 km^2. A Bacia do Rio Claro compreende, além do município de Córrego do Ouro, os municípios de Montes Claros de Goiás, Jussara, Diorama, Jaupaci, Fazenda Nova, Iporá, Israelândia, Amorinópolis,

Ivolândia, Moiporá, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Aurilândia, São João do Paraúna, Firminópolis, São Luis dos Montes Belos, Sanclerlândia e Mossâmedes, conforme o mapa abaixo:



Mapa 4 - Localização da Sub-Bacia do Rio Claro.
Fonte: ASSIS (2017).

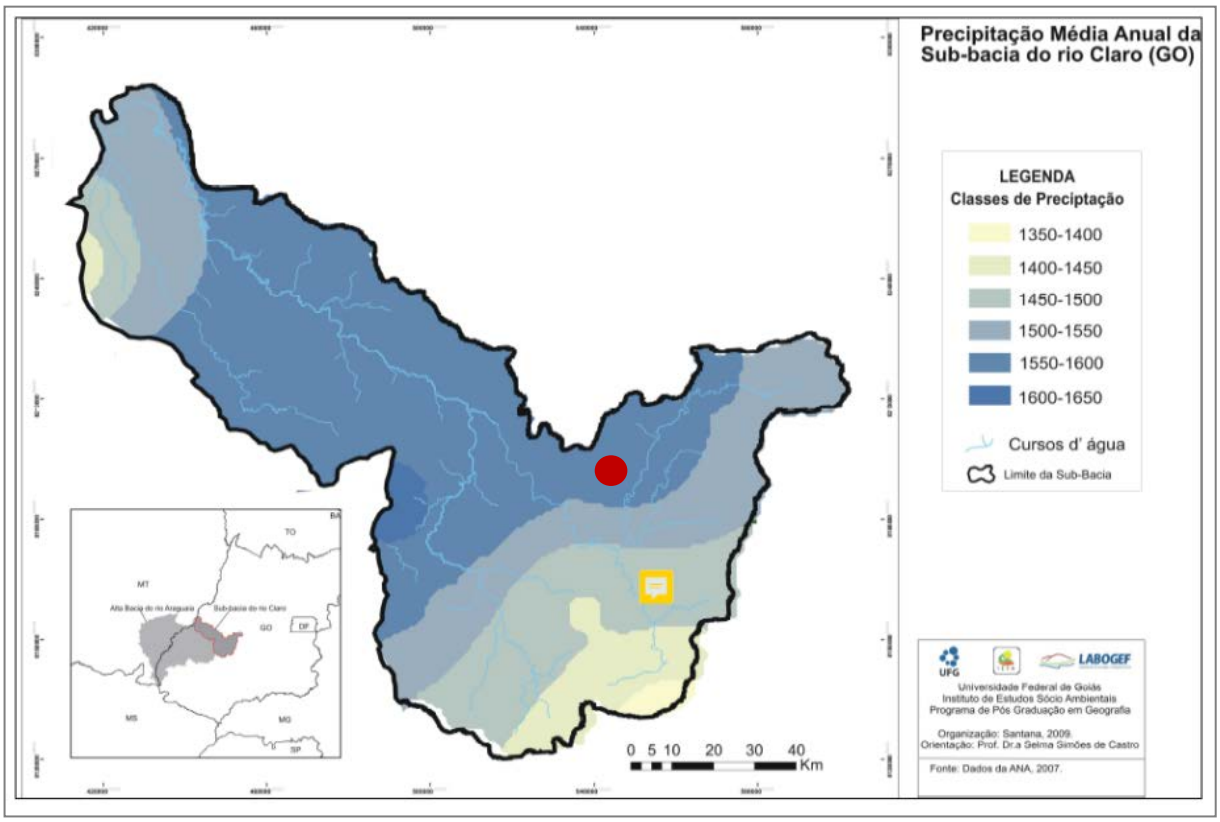
● Município de Córrego do Ouro.

1.3.2 Clima

O clima da maior parte da região se enquadra no tipo climático tropical estacional quente e úmido. A temperatura, de maneira geral, varia pouco durante o ano (20-26º C). No que se refere à pluviosidade, a região é marcada por duas grandes estações: um período chuvoso (novembro a abril), com 80% das chuvas caindo neste período; e um período seco (maio a outubro). A variação no período seco, pode se alongar de 4 a 7 meses no ano, quanto a possíveis veranicos observados durante a estação chuvosa (DINIS, 2006).

A variação climática no bioma cerrado está ligada as massas de ar que deslocam sobre a região que caracteriza a sazonalidade que rege o clima neste bioma. No verão, período que corresponde a estação chuvosa a o predomínio da massa equatorial continental, intensifica as chuvas com elevadas temperaturas. No inverno é o período da estiagem, o bioma está sob a influência da massa tropical atlântica, época de muita seca e índices alarmantes com baixa umidade relativa. Neste mesmo período ocorre a penetração da massa polar atlântica com as frentes frias. Que deixa a temperatura mais baixa (MALHEIROS, 2016).

A sub-bacia em estudo apresenta dois epicentros de maior pluviosidade (entre 1700 e 1730 mm a oeste da bacia) e três de média (1350-1400, encontradas a sul, próximas à área das nascentes do rio Claro. As médias máximas de temperatura oscilam em torno de 30ºC, com máximas absolutas podendo atingir 40ºC em setembro e outubro e as médias mínimas distribuem-se entre 16ºC e 19ºC, com mínimas absolutas podendo chegar a 0ºC (FARIA, 2011).

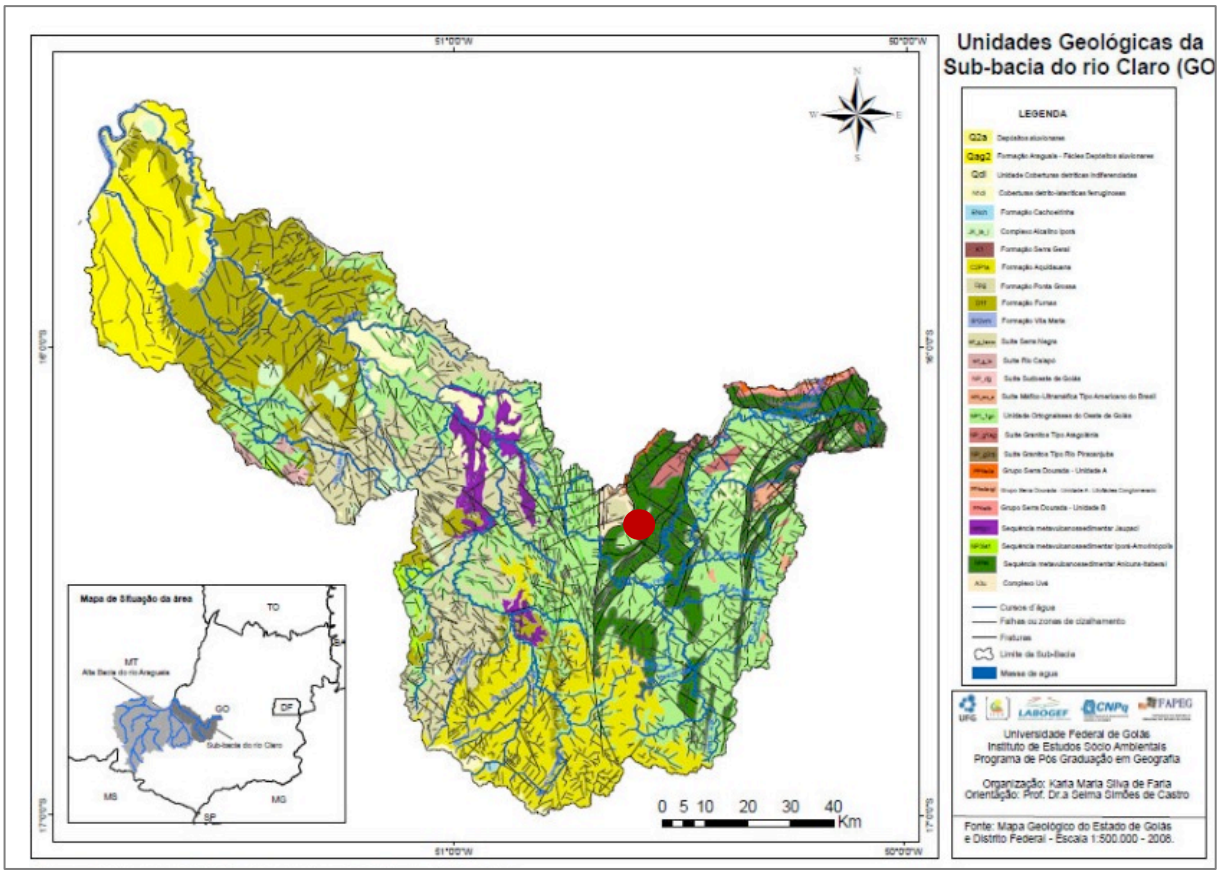


Mapa 5 - Clima da Sub-Bacia do Rio Claro.
Fonte: FARIA (2011:38)

● Município de Córrego do Ouro.

1.3.3 Geologia

A alta bacia do Araguaia e a sub-bacia do rio Claro apresentam substrato geológico bem diversificado, representado por litologias da Província do Tocantins, Bacia Sedimentar do Paraná e ainda sobre coberturas recentes inconsolidadas de texturas argilosas a médias, de idade Cenozoica (FARIA, 2011).



Mapa 6 - Geologia da Sub-Bacia do Rio Claro.
Fonte: FARIA (2011: 40)

● Município de Córrego do Ouro.

As unidades geológicas dominantes na bacia do Rio Claro destacam-se a Formação Botucatu constituída por quartzo-arenito. As rochas de idade neoproterozóicas são representadas pelo Grupo Cuiabá composto porfilitos e quartzitos, pelas supracrustais metamorfisadas da Sequência Bom Jardim, constituídas essencialmente por metavulcânicas básicas e ácidas e metassedimentos diversos e pelos granitos dos tipos Serra Negra (Granito Piranhas) e Serra do Impertinente (FARIA, 2011).

As coberturas recentes são representadas pelas: Cobertura Arenosa Indiferenciada, identificada próxima à Cuesta do Cayapó, é composta de sedimentos aluviais ou coluviais associados a uma fase de sedimentação do período Pleistocênico; pelas Coberturas Terço-Quartenárias que se originaram através de aplainamento pós-triássico e contêm uma capa sedimentar Terço-Quaternária de origem Fúlvio lacustre semelhante aos sedimentos do Grupo Bauru que é correspondente aos depósitos aluviares que são caracterizados por sedimentos inconsolidados, representados por areias, com níveis de cascalhos e lentes de materiais silto-argilosos e turfas. Estão distribuídos nas planícies de inundação e ao longo das drenagens de maior porte situadas a norte da bacia (LACERDA FILHO *et al*., 2000 *apud* FARIA, 2011).

Apesar da escassez de informações disponíveis sobre a região, há indicações da existência de aquíferos de extensão regional, livres ou confinados com permeabilidade geralmente média abaixa nas principais unidades geológicas, destacando-se os arenitos da Formação Furnas e as zonas fraturadas dos Granitos-Gnaisses (FARIA, 2011).

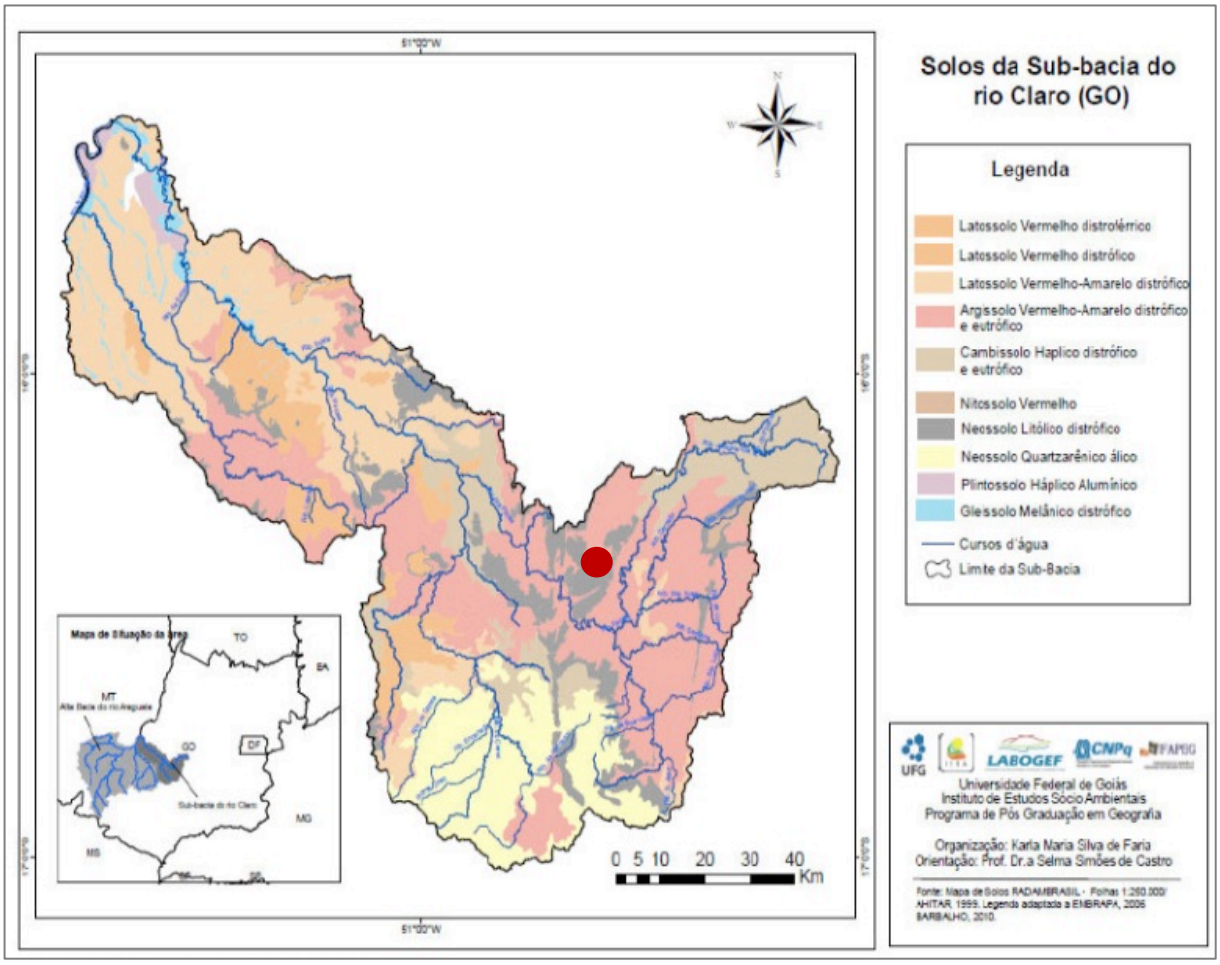
A bacia hidrográfica do Rio Claro possui cotas altimétricas bem variáveis, com valores mínimos de 340 m na confluência com o Rio Araguaia, e valores máximos de 1060 m e tendo como altitude média equivalente a 700m. De acordo com Castro e Lopes (2001) *apud* Assis e Bayer (2017), a altitude média é um importante fator de análise, devido a sua capacidade de influir na quantidade de radiação que ela recebe, controlando assim, a evapotranspiração, temperatura e precipitação.

Com relevo dissecado e aplainado, com declividades que variam de 0 a 12% e predomínio de rochas cristalinas, se desenvolveram principalmente os Neossolos Quartzarênicos (12,1%) e Litólicos (9,7%), os Argissolos (30,7%) e em bem menor proporção os Latossolos (22,6%) (FARIA e CASTRO, 2010).

1.3.4 Solos

Os solos dos Cerrados são caracterizados por manchas, ou porções de terra que hora se apresentam com maior fertilidade e outras representam solos menos

férteis como as piçarras. Os Latossolos[24], seguem com cerca da totalidade das características do Cerrado cerca de 45,7% seguido pelo Neossolo Quartzarênico (RQ) que perfazei-a cerca de 15,2% da região de Cerrados (DINIS, 2006; ADÁMOLI *et al*. 1986; SILVA, 1989; REATTO *et al*. 2008).



Mapa 7 - Solos da Sub-Bacia do Rio Claro.
Fonte: FARIA (2011:48)

● Município de Córrego do Ouro.

Os latossolos são derivados de rochas básicas, como basalto e gabro, e, de um modo geral, são argilo-arenosos e profundos. Os Argissolos geralmente estão em áreas de ocorrência de calcário e são rasos e de textura arenosa. Os Neossolos flúvicos são originários de deposições de detritos pelos rios e podem ou não sofrer

[24] Latossolo Vermelho (LV) 22,1; Latossolo Vermelho Amarelo (LVA) 21,6; Latossolo Amarelo (LA) 2,0. Argissolo 15,1; Argissolo Vermelho (PV) 6,9; Argissolo Vermelho Amarelo (PVA) 8,2; Solos Plínticos (Plintossolo) 9,0; Plintossolo Argilúvico (FT) e Háplico (FX) 6,0. Plintossolo Pétrico 3,0; Solos Hidromórficos (Gleissolo) 2,5; Gleissolo Háplico (GX) 2,1; Gleissolo Melânico (GM) 0,2; Neossolo Flúvico (RU) Menos de 0,1; Organossolo Mésico ou Háplico (OY) Menos de 0,1; Solos Litólicos (R) 7,3; Cambiossolo (C) 3,1; Terra Roxa Estruturada (TR) 1,7; outros 0,4; Total 100. O nome das classes está de acordo com Embrapa (1999). Fonte: Adaptado de Correia *et al*. (2004) *apud* Dinis (2006).

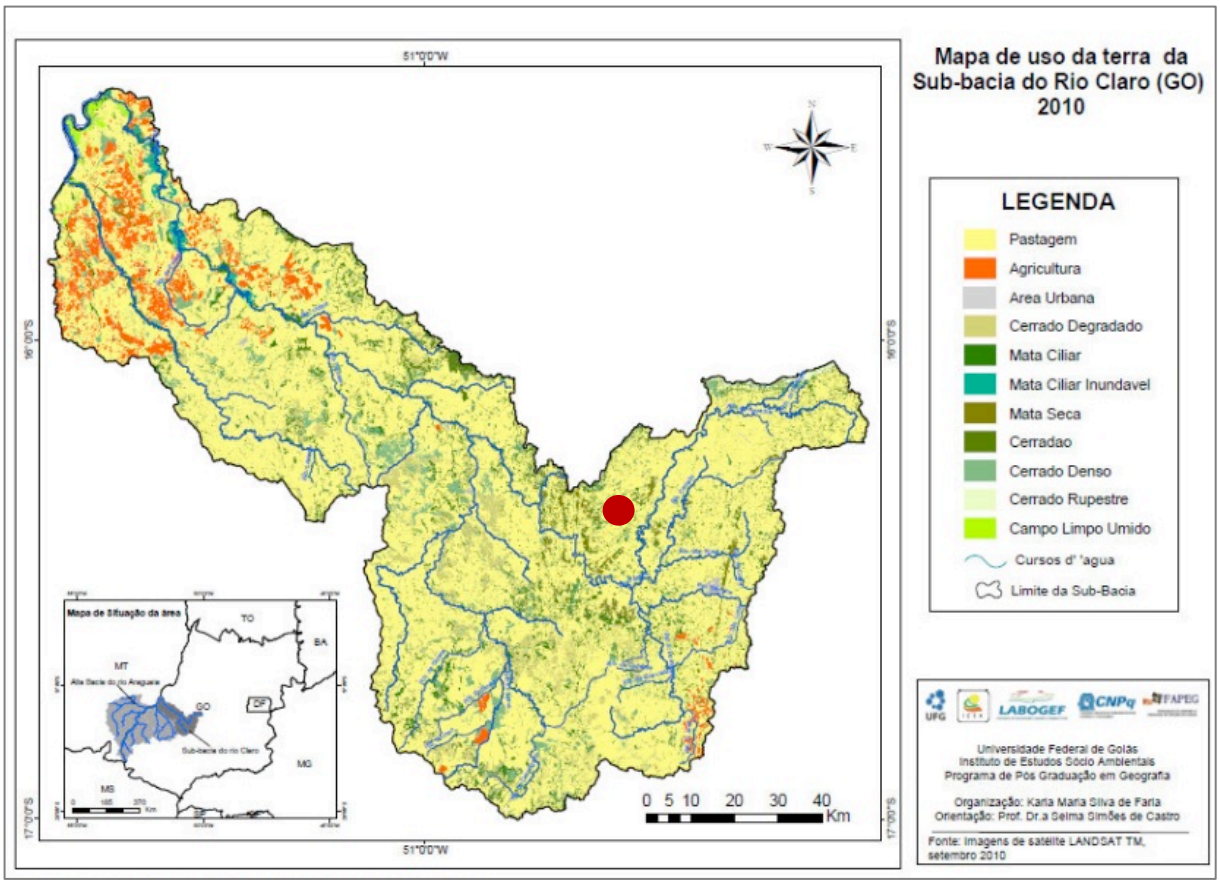
inundações periódicas (DINIS, 2006; ADÁMOLI *et al.* 1986; SILVA, 1989; REATTO *et al.* 2008).

Os Neossolos litólicos geralmente estão relacionados a afloramentos de calcário, são muito rasos e extremamente secos, no período de estiagem, constituindo-se em meio adverso para muitas espécies de plantas, mas são neles que estão as mais importantes disjunções de florestas decíduas no Cerrado, devido à natureza das espécies desta formação (DINIS, 2006; ADÁMOLI *et al.* 1986; SILVA, 1989; REATTO *et al.* 2008).

1.3.5 Cobertura Vegetal

A cobertura vegetal predominante na região é o cerrado, embora bastante descaracterizado pela ação antrópica para dar lugar à agricultura e à pecuária. Mas ainda existem áreas com vegetação nativa modificada, como é o caso do capim Jaraguá, que muitas vezes aparece em lugar de cobertura baixa, de gramíneas e ciperáceas (FARIA, 2011).

As formações florestais do Cerrado apresentam Matas Secas decíduas ou semi-decíduas, que consistiriam de árvores de porte mediano que vegetam em "regiões áridas. Estão classificados em: Campos limpos que são áreas sem estrato lenhoso, com presença de gramíneas e livre para o deslocamento de animais; Campo sujo: marcado pela predominância do estrato herbáceo. Também é conhecido como cerrado ralo, a Mata de Galeria, que consistem em florestas esporádicas que nunca alcançam a altura e o vigor da mata-virgem, elas ocupam as baixadas dos vales, os leitos dos riachos, abrigando as fontes da maior parte dos rios; as várzeas, que seria uma vegetação mais suave, mais modesta e Veredas que incluem "Buritizais", a sua ocorrência são comuns nas baixadas úmidas, como se fossem bosques de palmeiras. Quanto aos campos, destacando as queimadas anuais realizadas pelos habitantes locais nos meses secos (GOODLAND & FERRI, 1979; WALTER, 2006).



Mapa 8 - Uso da terra da Sub-Bacia do Rio Claro.
Fonte: FARIA (2011:60)

● Município de Córrego do Ouro.

Segundo Projeto de Cooperação Técnica coordenado pela Embrapa Cerrados tendo como participantes a Universidade de Brasília (Departamentos de Engenharia Florestal e de Botânica), IBAMA, Royal Botanic Garden de Edimburgo – Reino Unido, DFID – Reino Unido, com apoio da FINATEC e ABC Itamaraty (2005), que buscou informações básicas sobre o bioma Cerrado para servir de subsídios para a tomada de decisão para a conservação e o manejo da biodiversidade deste bioma. Foram obtidas informações regionais a respeito do bioma Cerrado; caracterizando o ambiente no que diz respeito aos principais aspectos físicos, à vegetação e fauna e os aspectos políticos, sociais e econômico do bioma. O mosaico fisionômico vegetal pode ser dividido nas seguintes classificações e características:

- Campo Limpo: fitofisionomia herbácea, poucos arbustos, nenhuma árvore, encontrada junto às veredas, olhos d'água e em encostas e chapadas, a presença de arbustos e subarbustos é insignificante, sendo uma fitofisionomia predominantemente herbácea;

- Campo Sujo: fisionomia é composta por ervas, herbáceo-arbustiva - arbustos e subarbustos espaçados, onde muitas vezes os arbustos e subarbustos são indivíduos menos desenvolvidos das espécies arbóreas do Cerrado sentido restrito, os solos são rasos e os afloramentos rochosos ou solos mais profundos pouco férteis;
- Campo Rupestre: apresenta-se predominantemente com ervas e arbustos e com a presença eventual de árvores pouco desenvolvidas (até 2m de altura), diferenciando-se tanto pelo substrato, topografia acidentada e grandes blocos de rochas, solo raso, ácido e pobre em nutrientes orgânicos, ocorrência espécies vegetais restritas geograficamente (endêmicas); composto por afloramentos de rocha, quanto pela composição florística, que inclui muitos endemismos, ocorrendo em locais com altitude superior a 1100 metros;
- Cerrado: no sentido restrito caracteriza-se pela presença dos estratos arbóreo e arbustivo herbáceo definidos, com as árvores tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas distribuídas aleatoriamente sobre o terreno em diferentes densidades, sem que se forme um dossel contínuo. Os troncos das plantas lenhosas, em geral, possuem casca com cortiça grossa e folhas rígidas e/ou coriáceas (textura de couro). As espécies arbóreas mais frequentes, são: araticum (*Annona crassiflora*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), Gonçalo Alves (*Astronium fraxinifolium*), jacarandá (*Machaerium acutifolium*), jatobá (Hymenaea stigonocarpa), lixeira (*Curatella americana*), muricis (*Byrsonima coccolobifolia e B. verbascifolia*), pau-terra-liso (*Qualea grandiflora*), pau-terra-roxo (*Qualea parviflora*), sucupira preta (*Bowdichia virgilioides*), mama-cadela (*Brosimum gaudichaudii*), pequi (*Caryocar brasiliense*), copaíba (*Copaifera langsdorfii*), mangaba (*Hancornia speciosa*), pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), pacari (*Lafoensia pacari*), curriola (*Pouteria ramiflora*), pau-terra (*Qualea multiflora*), fruta de papagaio (*Salvertia convallariodora*), ipê amarelo (*Tabebuia aurea*), ipê-amarelo (*Tabebuia ochracea*), jenipapo bravo (*Tocoyena formosa*), pimenta de macaco (*Xylopia aromática*). As espécies arbustivas e herbáceas mais frequentes são: bate-caixa (*Palicourea rigida*), breu-docerrado (*Protium ovatum*), bolsa-de-pastor (*Zeyheria digitalis*), canela-de-ema (*Vellozia flavicans*),

coco-do-campo (*Syagrus flexuosa*), coco-de-vassoura (*Syagrus petraea*), fruto-da-ema (*Parinari flexuosa*), o capim-flexinha (*Echinolaena inflexa*), e a aveia do cerrado (*Tristachya leiostachya*). No Parque de Cerrado a ocorrência de árvores é concentrada em locais específicos do terreno e, em alguns locais este agrupamento pode ocorrer em pequenas elevações do terreno conhecidas com “murundus” ou “monchões”. As espécies arbóreas mais comuns nestes agrupamentos são as mesmas encontradas no Cerrado sentido restrito, destacando-se: lixeira (*Curatella americana*), marmelada-de-bezerro (*Alibertia edulis*), pequi (*Caryocar brasiliense*) e o pau-terra (*Qualea grandiflora*) (EMBRAPA, 2005);

- Cerradão: caracteriza-se composição mista espécies Cerrado, Mata de Galeria e Mata Seca, a maioria das espécies estão sempre com folhas (perenifólias), solos profundos, menor concentração de alumínio no solo em relação a outras fisionomias. O Cerradão apresenta aspectos xeromórficos, caracterizando-se pela presença de espécies que ocorrem no Cerrado sentido restrito e também por espécies de Mata Seca. As espécies arbóreas mais frequentes, são: canzileiro (*Platypodium elegans*), carvoeiro (*Sclerolobium paniculatum*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), escorrega-macaco (*Vochysia haenkeana*), faveiro (*Dimorphandra mollis*), jacarandá-do-cerrado (*Dalbergia miscolobium*), jacaré-da-folha-grande (*Callisthene fasciculata*), mangaba-brava (*Lafoensia pacari*), maria-preta (*Siphoneugenia densiflora*), pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), sucupira-branca (*Pterodon emarginatus*), sucupira-preta (*Bowdichia virgilioides*) (EMBRAPA, 2005);
- Matas secas: formação florestal não associada a cursos d'água, apresenta diferentes índices de deciduidade, estrato arbóreo - altura entre 15 e 25 metros estão incluídas as formações florestais no bioma Cerrado que não possuem associação com cursos de água, caracterizadas por diversos níveis de caducifólia durante a estação seca.; A Mata Seca relaciona-se às florestas caracterizadas por diversos níveis de perda de folhas pelas árvores durante a estação seca (caducifolia). Esses níveis de perda de folhas dependem do solo, principalmente das condições químicas, físicas e da capacidade de retenção de água que está ligada também com a sua profundidade. As espécies mais

frequentemente encontradas nas Matas Secas são: angico (*Anadenanthera colubrina*), cedro (*Cedrela odorata*), imburana (*Amburana cearensis*), ipês (*Tabebuia spp*), jequitibá (*Cariniana estrellensis*), jurema (*Chloroleucon tenuiflorum*), maminha-de-porca (*Zanthoxylum rhoifolium*), mutamba (*Guazuma ulmifolia*); sendo em alguns locais bastante frequente a presença de barriguda (*Chorisia sp*) (EMBRAPA, 2005);

- Matas ciliares: entende-se a vegetação florestal que acompanha os rios de médio porte da Região do Cerrado, em que a vegetação arbórea não forma galerias, Mata densa e alta - acompanha rios de médio e grande porte, copa das árvores não encontram sobre a água, árvores altura entre 20 e 25 metros, solos variam de rasos a profundos ou aluviais (com acúmulo de material carregado pelas águas) refere-se à uma floresta que acompanha os rios de médio e grande porte da região do Cerrado, onde a vegetação forma corredores abertos, ou seja, as copas das árvores de ambas as margens, não se tocam. As espécies de árvores mais frequentes nessa fisionomia são: os angicos (*Anadenanthera spp*), os ingás (*Inga spp*), os ipês (*Tabebuia spp*), as perobas (Aspidosperma spp), a aroeira (Myracrodruon urundeuva), o xixá (*Sterculia striata*), o grão-de-galo (*Celtis iguanaea*), o pajeú (*Triplaris gardneriana*), o pau-de-jangada (*Apeiba tibourbou*), tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*), dentre outras (EMBRAPA, 2005);
- Matas galeria: é a vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos dos planaltos do Brasil Central, formando corredores fechados (galerias) sobre o curso d'água, sempre-verde (não perde as folhas durante a estação seca) copas árvores encontrando sobre o curso d'água, árvores altura entre 20 e 30 metros, solos variam em profundidade, fertilidade e umidade; acompanha pequenos rios, ribeirão ou córrego onde árvores formam corredores fechados (galerias) sobre o curso d'água. Geralmente localizam-se nos fundos dos vales ou nas nascentes onde os cursos de água ainda não escavaram um leito definitivo. Espécies florestais de ampla distribuição, tanto em locais mais secos ou úmidos, são comuns nesta fisionomia como almécega (*Protium*

heptaphyllum), cuia-do-brejo (*Styrax camporum*), pau-pombo (*Tapirira guianensis*), ucuuba (*Virola sebifera*) (EMBRAPA, 2005);

- Veredas: vegetação caracterizada presença do Buriti (*Mauritia flexuosa*), solos hidromórficos e circundadas por Campo Limpo, geralmente úmido, pode ocorrer tanto em áreas bem drenadas quanto em áreas mal drenadas, há a presença marcante de determinada espécie de palmeira arbórea, sendo comumente encontrados nas porções mais baixas de vales no Brasil, onde o solo e permanentemente brejoso; se caracteriza pela presença de uma única espécie de palmeira, o buriti, mas esta ocorre em menor densidade que em um Palmeiral; sendo circundada por um estrato arbustivo-herbáceo característico, não havendo a formação de dossel como ocorre no Buritizal. Em alguns locais também pode ser observada a presença de vários indivíduos de várias espécies do gênero Trembleya sp. Geralmente são encontradas próximas às nascentes (olhos d'água) ou na borda de Matas de Galeria, circundadas por Campo Limpo. Pode se apresentar como babaçual, formado pelo babaçu (*Attalea speciosa*), buritizal pelo buriti (*Mauritia flexuosa*), macaubal pela macaúba (*Acrocomia aculeata*) e o guerobal pela gueroba (*Syagrus oleracea*), por isso muitas vezes o bioma é chamado de Palmeiral, Buritizal (EMBRAPA, 2005).

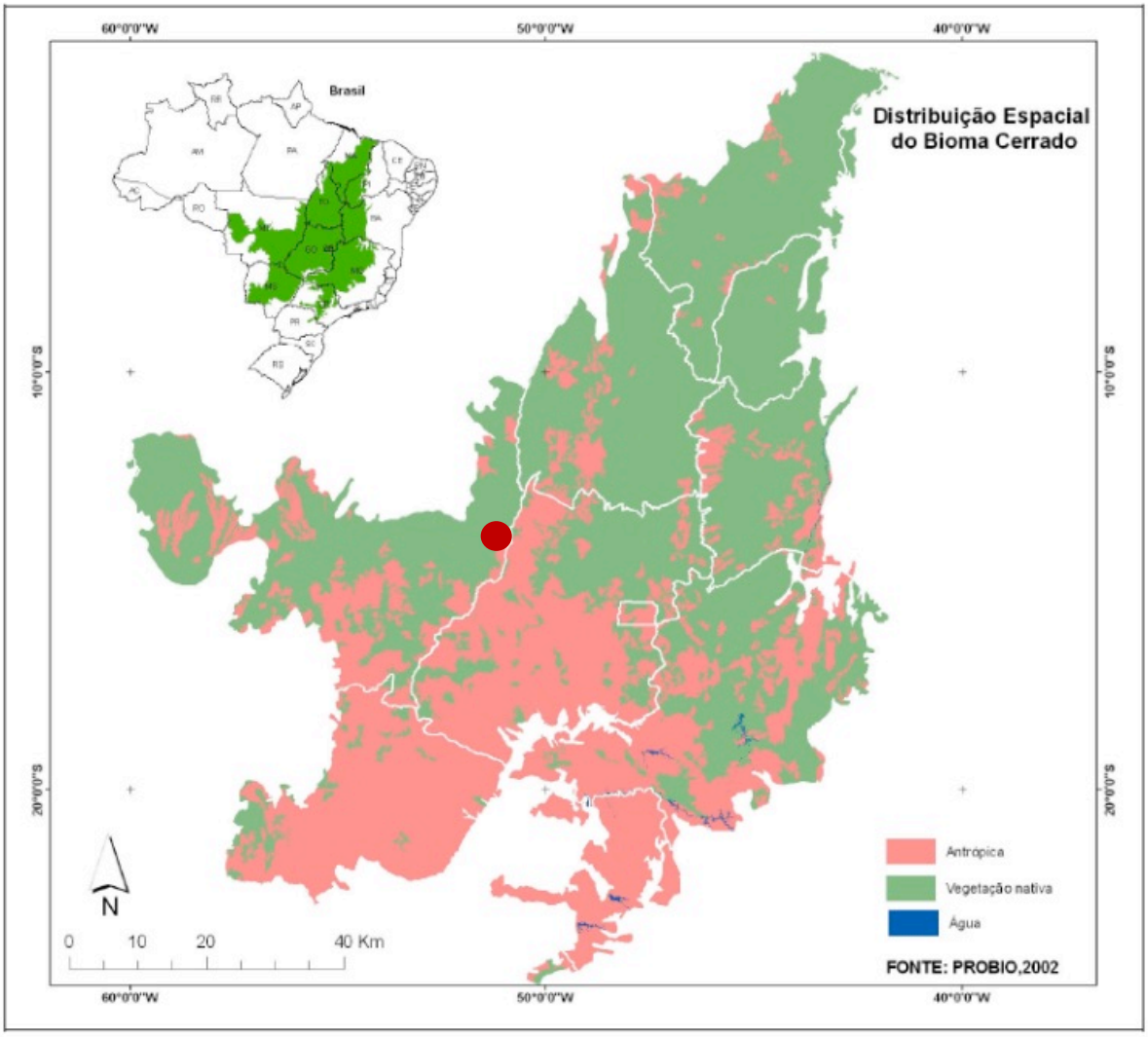
1.3.6 Ambiente

A história do cerrado, está intimamente relacionada à história geológica, e às diversas variações climáticas de caráter mundial que afetaram o continente sul-americano. O espaço temporal compreendido entre o Terciário Médio (23,5 M.a) até o final do Pleistoceno (11 mil anos) foi importante para que o Cerrado conseguisse alcançar suas definições paisagísticas, estabelecendo os seus limites atuais sob a influência de fenômenos climáticos variados (BARBERI e RIBEIRO, 2008).

A grande região central do Brasil definida pelo Cerrado, compreende quase totalidade dos estados do Centro-oeste brasileiro (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal) e do estado de Tocantins, parcelas expressivas dos estados

de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí e pequenas parcelas dos estados de São Paulo, Paraná, Rondônia, Roraima e Amapá (DINIS, 2006). Segundo Ferri (1983) é no estado de Goiás onde se tem a maior proporção do cerrado brasileiro com uma área de distribuição de 55,5 milhões de alqueires equivalendo a 30 por cento de todo o cerrado Brasil.

É no Cerrado que se situa as cabeceiras dos principais rios brasileiros, como o Xingu, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Parnaíba, Tapajós, afluentes da margem direita do rio Paraná e todos os rios que formam o Pantanal. Além disso, seis das oito grandes bacias hidrográficas no Brasil, a rede hidrológica do Cerrado fornece cerca de 14% da produção de água superficial do Brasil (SAWYER, 2017).



Mapa 9 - Distribuição espacial do Bioma Cerrado.
Fonte: PROBIO (2002) *apud* FARIA (2011:35).

● Município de Córrego do Ouro.

O Cerrado foi caracterizado por antigos viajantes como Sertões. Eles não referiam somente às grandes extensões abertas do planalto central, mas indicava áreas não ocupadas ou que não apresentam sinais de ocupação na vasta província. Muito embora, já tinham a perfeita ciência que estas áreas eram ocupadas pelos povos da terra, conferindo ao Sertões uma conotação ainda mais pejorativa. Saint-Hilaire reduz a paisagem a dois tipos de formação: que se contrapõem às florestas anteriormente percorridas, aquele formado por árvores "mirradas" e os campos nos quais predominam gramíneas e subarbustos, restringindo, assim, as diversas fitofisionomias que apresenta o bioma cerrado (BICALHO E MIRANDA ,2015).

Se a princípio Saint-Hilaire parece fascinado pela paisagem, logo é dominado por uma "*fatigante monotonia*", pela *"imensidão sem fim*" do Sertão. Nesse sentido, o "Sertão" surge não apenas como paisagem física, mas como conceito ligado à produtividade e à cultura. Diferentemente de biomas Florestais que sempre se destacaram pela exuberância e imponência da vegetação arbórea, desde o século XIX a paisagem natural do Cerrado chamava a atenção dos viajantes pelo aspecto exótico e árido das plantas (BICALHO E MIRANDA, 2015).

Na medida em que, ignorava as populações dessas vastas regiões e os Cerrados, fortificava um dos principais mitos da ideologia colonial – o vazio demográfico – que, por trás de uma pretensa objetividade calcada na densidade demográfica (relação população/área), justificavam a autorizar da ocupação, já que a região estaria vazia.

A viajem de Saint-Hilaire foi detalhadamente descrita em seu caderno de campo, e constantemente se vê a descrição da paisagem. Embora seus relatos para o Sertão muitas vezes replicadas ao olhar do viajante europeu, quando ele chega a Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, seu testemunho sobre a paisagem se modifica; segundo ele:

> *[...] a paisagem que a cerca [Vila Boa] nada tem de melancólica. Os morros não são altos, e as matas que os cobrem mantêm-se permanentemente verdes. Não sendo muito fechadas, elas não dão ao lugar a aparência tristonha e severa das regiões das florestas virgens. Além do mais a cor do céu, mesmo no mês de junho, quando geralmente não é tão bonita em*

> *outros lugares, mostrava-se ali de um azul luminoso. Para os lados do Sul os morros são mais baixos, deixando ver no horizonte a Serra Dourada. Seu cume, por assim dizer nivelado, e suas encostas nuas e acinzentadas dão uma pitoresca aparência à paisagem. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50).*

O Cerrado, descrito por antigos viajantes possui hoje uma área de quase dois milhões de quilômetros quadrados, cerca de 22% do território nacional, com área *core*[25] localizada no Planalto Central Brasileiro. O bioma Cerrado é um complexo vegetacional, de modo geral, de árvores e arbustos formando uma camada descontínua, e de gramíneas e outras herbáceas formando a camada contínua. As plantas herbáceas só vegetam na época chuvosa, enquanto as plantas arbóreas e arbustivas lenhosas são permanentes. São, em geral, de baixo porte, tortuosas, de ramos retorcidos, cascas espessas, muitas vezes mostrando sinais de queimadas, de folhas grossas, brilhantes ou revestidas de densa camada de pelos às vezes na face superior, outras em ambas as faces (FERRI, 1977).

Sabe-se que a fisionomia se modificou bastante após a chegada do colonizados no Centro-oeste, ainda sim, estima-se que o Cerrado contenha aproximadamente 12.000 espécies de plantas, 34,9% (4.208) das quais são endêmicas. O Cerrado contém 13,4% de todas as espécies de plantas na região neotropical e 1,5% de todas as espécies de plantas do mundo (SAWYER, 2017).

A nível da escala paisagística observável diretamente pelo homem, o domínio dos cerrados apresenta os cerrados e cerradões predominantemente nos interflúvios e vertentes suaves dos diferentes tipos de planaltos regionais. Possui drenagens perenes para os cursos d'agua principais e secundários, ocorrendo o desaparecimento temporário dos caminhos d'agua de menor ordem de grandeza, por ocasião do período seco do meio do ano (AB' SÁBER, 1958).

O ritmo marcante do clima tropical regional, com estacoes muito chuvosas alternadas com estacoes secas, implica em uma preservação extensiva dos padrões de perenidade dos cursos d'agua regionais. Mesmo nos canais de escoamento

[25] Refere-se a porção territorial onde predominam as características principais de um determinado bioma; ou seja, é a área onde os conjuntos faunísticos e florísticos de um dado ecossistema formam uma paisagem homogênea e que reúne as principais Características Fisionômicas Deste Bioma.

laterais aos chapadões de pequena extensão, permanece uma espécie de linha de molhamento d'agua subsuperficial, durante toda a estação seca. Desta forma, coexiste uma perenidade geral para a drenagem dos cerrados, com um efeito descontinuo de intermitência sazonal para os caminhos d'água das vertentes e interflúvios (AB' SÁBER, 1958).

Segundo Scariot *et al* (2005), o cerrado em sua múltipla morfologia, mesmo quando é recoberto por grandes chapadas e chapadões tabulares, sua homogeneidade é quebrada frequentemente por vales, estreitos e profundos, pelo afloramento do lençol de água ou pela mudança dos componentes minerais e orgânicos dos solos, a vegetação modifica-se inteiramente, ora para o tipo florestal ora para os campos limpos com buritis, constituindo esses últimos as paisagens das veredas.

Ao se estudar a ecologia dos cerrados, observa-se que uma das características mais marcantes da sua biocenose é a dependência de alguns de seus componentes dos ecossistemas vizinhos. A paisagem do cerrado por vezes se apresenta em um tabuleiro de mistos de ambientes, onde a forma vegetativa dos cerrados se constitui em uma ambiência do todo, o uso do solo, e por vezes refúgio para os animais de caça, e ambiente natural de diversos recursos vegetativos de remédios ou/e matéria prima (SCARIOT *et al* 2005).

Sobre o uso das plantas do Cerrado, Brandão[26] (2015) reuniu informações históricas extraídas de acervos bibliográficos, nas descrições feitas por botânicos e naturalistas que viajaram pela Província de Goiás, no século XIX, além de A. de Saint-Hilaire (1779-1853), foram fonte de informação: A.F.M. Glaziou (1828-1906); A. D'Orbgni (1802-1875); C.J.F. Bunburry (1808-1866); Conde de Castelnau (1810-1864); George Gardner (1812-1849); R. Burton (1821-1890); W. J. Burchell (1781-1863). O estudo é relativo a 90 espécies nativas de Minas Gerais e Goiás, utilizadas para diversos fins. Embora a maior parte das espécies tenha utilidade como medicinal, outras foram também incluídas, como plantas produtoras de madeira, frutos comestíveis, usadas como ornamentais ou na tinturaria.

A autora (Ibidem) descreveu as plantas de acordo com seu nome científico, nome popular, sua recomendação de uso e administração, as propriedades e região encontrada, conforme descrito nos relatos dos viajantes acima mencionados. Esta

[26] Plantas úteis de Minas Gerais e Goiás: na obra dos naturalistas, 2015.

lista de plantas nos dá uma dimensão clara dos produtos que poderiam ser consumidos pelos grupos autóctones. Por certo, o aprendizado das atribuições das plantas pelos novos habitantes dos cerrados foi aprendido com os índios que já dominavam as estratégias de cultivo da região, conforme a descrição de Saint-Hilaire a respeito do algodãozinho-do-campo (Nome Científico: *Cochlospermum regium*), parece ser um exemplo claro de um aprendizado indígena de algumas ervas medicinais:

> *"Os habitantes de Paracatu usam a decocção das raízes dessa planta contra as dores internas, principalmente contra as que se originam de quedas ou de outros acidentes: assegura-se que essa decocção cura os abcessos já formados." (A. de Saint-Hilaire. Plantas Usuais dos Brasileiros, 1824, apud BRANDÃO, 2015:12).*

Ou em outros relatos como descrito sobre a Aroeira (Nome Científico: *Schinus terebinthifolius* Raddi), "*Os índios usavam o suco verde dos ramos novos para moléstias dos olhos"* (*A. de Saint-Hilaire. Plantas Usuais dos Brasileiros, 1824, apud BRANDÃO, 2015: 14).*

> *"Encontramos neste dia a bela palmeira buriti (Mauritia vinifera), cujas folhas, semelhantes a um vasto leque, têm muitas vezes 3 metros de diâmetro. Os pecíolos destas folhas servem, entre os habitantes, para fazer rolhas. (F. Castelnau Expedição às regiões centrais da América do Sul" (1850 apud BRANDÃO, 2015:17*).

Outros nomes populares: Imbaúba, ambaúva, ambaitinga, umbaúba, embira, imbaíba, árvore-da-preguiça.

> *"Os selvagens fazem diferença entre a Cecropia palmata e a Cecropia peltata, especificando a última*

> *como “ambaitinga”, ou “a branca”, porque suas folhas velhas são cobertas por uma lanugem esbranquiçada, frequentemente voltadas pracima, como se tivessem sido alvejadas, emancham de branco a copa da árvore”. (R. Burton Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho, 1869 apud BRANDÃO,2015: 27).*

Em meio a outras plantas, descritas nesse estudo ainda se cita uma grande quantidade de Malpiguiáceas de flores douradas e frutos vermelhos, várias, compostas debelas cambiantes róseas e purpurinas, amarantáceas de capítulos prateados ou citrinos. Encontravam-se também em toda a região grande número de frutos silvestres; listei aqui algumas plantas mais comum e abundante em Goiás descrita nesse estudo: Cagaiteira, Cajueiro, Casca D’anta, Chá-de-Pedestre, Chichá, Embaúba, Goiabeira, Jatobá, Língua-de–Tiú, Lobeira, Macaúba, Mangabeira, Murici ou Guiné, Mutamba, Pata-de-Vaca, Pau-Santo, Pequizeiro, Pitombeira, Quaresmeira, Sucupira, Urucum, entre outras.

Ainda existem outros estudos para o aproveitamento da biodiversidade do Cerrado, grupos de plantas úteis no universo vegetal dos Cerrados, a saber: Plantas forrageiras - cerca de 39% da área do bioma dos Cerrados é utilizada no universo vegetal dos Cerrados como pastagens nativas além de 83 espécies de árvores, arbustos e ervas consumidas pelo gado; Plantas madeireiras - material lenhoso; Plantas alimentícias - cerca de 80 espécies dos Cerrados fornecem frutos, sementes ou palmitos saborosos e nutritivos ao homem; Plantas condimentares, aromatizantes e corantes como as pimentas-de-macaco, a canela-batalha, a baunilha, o açafrão do cerrado; Plantas têxteis (fibras); Plantas corticeiras - cerca de 20 espécies conhecidas; Plantas taníferas - com alto teor de tanino no lenho, na casca ou nos frutos, como o barbatimão, o angico; Plantas com exsudatos no tronco (resina, goma, bálsamo e látex) como os jatobás, a aroeira, o pau d’óleo, a mangaba e outras; Plantas produtoras de óleo e gordura como o babaçu, a macaúba e o pequi; Plantas medicinais - mais de 100 espécies dos Cerrados são empregadas neste sentido; dentre outras (PORTO-GONÇALVES, 2019: 34)

Por certo além da coleta da abundante flora do cerrado, existe também o relato do plantio de roças. Em Saint-Hilaire, e a indicação da compra de maquinas de

descaroçar algodão, e maquinas para fiar, tendo a indicação de que os indígenas cultivavam também o inhame e batatas. Em Brandão e Ramalho (1986), tem-se a seguinte notícia para a agricultura em Goiás:

> *"A lavoura arada, tal como existe hoje, é muito recente. No tempo antigo só se ouvia falar de terra arada em Minas Gerais. Lá se fazia assim. Na região, era só mato. O arroz tinha que ser plantado na roca de toco. Não se arava a terra, as matas eram derrubadas e queimadas e, então se aproveitava o terreno" (*BRANDÃO E RAMALHO, 1986: 91)

Interessante de nota é que Saint-Hilaire (1975) já havia mencionado a prática da roça de toco em seus relatos e à prática das queimadas como meio de preparar o solo para plantar, o naturalista propõe o uso do arado e de fertilizantes para, desse modo, cultivar a terra aproveitando os terrenos já limpos sem a necessidade de destruir novas florestas.

Esse processo de preparação do solo para o plantio, processo que até hoje é prática comum entre os índios Xavantes no Mato grosso, começava justamente na época de seca ainda citando o botânico acima acrescenta que a vista dos campos crestados pelo fogo lhe provoca sentimentos sombrios "*à medida que avançava a estação, a seca se fazia sentir mais duramente, e a vista dos campos era de uma melancolia mort*al". Ele lamenta ainda a destruição de espécies vegetais úteis à medicina por meio das queimadas (MARTINS, 2017).

Contudo, faz-se necessário mencionar que o fogo é um agente abiótico perturbador na vegetação do bioma, com grande impacto na dinâmica das populações vegetais. A flora do Cerrado é adaptada ao fogo natural e muitas espécies são dependentes deste agente. Assim, o fogo é um elemento-chave na presença de cerrado ou floresta em determinadas áreas e na formação do bioma, especialmente para aquelas plantas cujas sementes precisam do calor do fogo para saírem do estágio de dormência (BICALHO E MIRANDA, 2015).

Como demonstrado anteriormente o bioma cerrado é marcado por duas estações climáticas bem definidas, uma seca outra chuvosa, as espécies que vivem neste bioma no decorrer da história evolutiva, se adaptaram segundo a sazonalidade

da regia garantindo sua sobrevivência. Segundo Malheiros (2016) essas adaptações ocorreram a nível morfológico e fenológico das espécies vegetais, reprodutivo e alimentar por parte dos animais. O ciclo vegetativo das plantas do cerrado ocorre sob influência de fenômenos climáticos naturais.

Ao se tratar da sazonalidade e a dinâmica da vida no bioma cerrado, apesar de parecer contraditório no senso comum, não se pode negar a importância do fogo, que ocorre naturalmente no início do período chuvoso, proveniente de faísca de raio, principalmente em áreas abertas. Este fenômeno pela importância capital que se costuma atribuir-lhe merece um tratamento particular, em um primeiro momento, imputou a ideia de que as queimadas fossem uma das causas primordiais da existência do cerrado. O fogo é um fator que acentua o oligotrofismo no solo, influenciando na propagação e conservação das paisagens abertas de cerrado (MALHEIROS, 2016).

Muitos animais têm seu nicho distribuído entre o subsistema do cerrado propriamente dito e das matas. Podem, por exemplo, passar grande parte do dia no cerrado e abrigar-se, à noite, nas matas e vice-versa. Esta diversidade de paisagens determina uma grande diversidade florística, que coloca a flora do bioma Cerrado como a mais rica entre as savanas do mundo, com 6.429 espécies já catalogadas, possuindo um total de 44% para plantas, 30% para anfíbios, 20% para répteis, 12% para mamíferos e 1,4% para aves (SCARIOT, *et al* 2005). Em números, o cerrado abriga mais de 12 mil espécies vegetais catalogadas cientificamente: 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 180 espécies de répteis, 150 espécies de anfíbios, 90.000 espécies de insetos, 1.200 espécies de peixes e 500 espécies de moluscos. Isso corresponde a 5% da biodiversidade de todo planeta (MALHEIROS, 2016).

Esses animais mantém uma interdependência com relação à flora, portanto evoluíram e se adaptaram aos aspectos da sazonalidade, que influencia em toda a dinâmica da vida no bioma, desde os aspectos alimentares, reprodutivos e de abrigos. A maior concentração dessas espécies em seus nichos alimentares se dá nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Esta época coincide com a rebrota das gramíneas, que geralmente secam durante os meses sem chuvas, nesses meses também acontece à maturação dos frutos e a brotação de folhas novas e macias (MALHEIROS, 2016).

Alguns mamíferos carnívoros vão estar mais concentrados entre os meses de setembro a janeiro, acompanhando a concentração dos mamíferos onívoros, aves

e répteis. Os mamíferos que têm seus *habitats* registrados no ambiente ribeirinho estarão mais concentrados durante os meses da estação seca (IHERING, 2002 *apud* MALHEIROS, 2016). A maior parte da avifauna tem o período de postura durante a estação seca, principalmente entre os meses de junho, julho e agosto. Portanto, a eclosão dos ovos se inicia no começo das chuvas (MALHEIROS, 2016).

Os répteis de áreas campestres têm sua maior atividade registrada durante o período chuvoso, pois coincidem com a maior oferta de alimentos, principalmente de insetos, aves e roedores. As espécies maiores, que vivem em ambientes de mata ripária, veredas e alagadiços, podem ser visualizados durante a estação seca, época em que os répteis aquáticos põem seus ovos. A espécie *Eunectes murinus* (sucuri), réptil aquático de grande porte, pode ser encontrada em ambientes secos durante a estação chuvosa, pois nessa época a umidade atmosférica esta alta, não permitindo a desidratação do animal, a saída do ambiente úmido acontece principalmente, pela busca de alimentos, pois muitos animais de pequeno e médio porte, estão se alimentando em ambientes abertos, principalmente pela grande oferta de frutos e gramíneas verdes (GANS, 1980 *apud* MALHEIROS, 2016).

Os anfíbios do cerrado são mais facilmente encontrados, durante a estação chuvosa, nesta época os insetos estão em plena atividade e acabam sendo a principal fonte de alimento dos anfíbios, que estarão distribuídos por todos os ecossistemas de cerrado. No início da estação chuvosa acontece o fenômeno da revoada de insetos, principalmente mariposas (cupins alados), tanajuras (formigas aladas) e cigarras, o que torna fartos os recursos alimentares para mamíferos insetívoros, aves, répteis e outros insetos, ocorrendo principalmente em áreas abertas de cerrado. Grande parte dos animais do cerrado está se acasalando durante os meses correspondentes à estação seca. Isso significa que no período chuvoso vão estar com filhotes. Essa dinâmica da natureza revela a estreita relação entre o clima, à flora e a fauna (MALHEIROS, 2016).

A existência de aves grandes, como a ema (*Rhea americana*), seriema (*Cariamachristata*) e outras de porte médio, como a perdiz (*Rhinchotus rufescens*), codornaburaqueira (*Nothura maculosa*), jaó (*Crypturus noctivagus*), dentre outras. Entre os cervídeos, destacam-se o veado-do-campo (*Mazama americana*) e o veado catingueiro (*Mazama simplicicornis*). Dentre os tatus, estão o tatupeba (*Eupharactus sexinctus*), tatu-veado (*Dasypus septemcinctus*) e o tatu-galinha (*Dasypus novemcinctus*). A diversidade de animais leva a crer que, a principal dieta humana

neste subsistema provinha da caça de aves e mamíferos, acompanhada com menor intensidade pela coleta de ovos. A maior parte da avifauna tem o período de postura durante a estação seca, principalmente entre os meses de junho, julho e agosto. Portanto, a eclosão dos ovos se inicia no começo das chuvas. As aves que vivem em formações vegetais abertas vão estar mais reunidas nessa época do ano (ANTAS, 1988).

Os grupos humanos que habitaram inicialmente as terras do cerrado eram de caçadores e coletores. A economia dessas populações se baseava na caça e na coleta generalizada, ou seja, exploravam todos os ambientes do cerrado, tanto as áreas abertas (campestre e cerrado S*trictu sensu*) como as fechadas (florestas estacionais e Matas ripárias), consumiam os mais variados tipos de recursos animais e vegetais disponíveis na natureza. Os animais eram caçados o ano todo, variando apenas as espécies, no período chuvoso aumentava o consumo de moluscos que eram abundantes em função da umidade. Dos vegetais aproveitavam os frutos, fartos durante os meses de chuva na região. No período mais seco eram consumidos raízes, folhas, algumas ervas e mel silvestre (MALHEIROS, 2016; FELIPPE & SOUZA, 2006).

Estudos demonstram que os grupos mais antigos de caçadores e coletores que ocuparam os cerrados Brasileiros foi marcada pelo modelo de planejamento ambiental e normas adaptativas desenvolvidas em áreas do bioma cerrado com base na distribuição dos recursos. Com isso todas as necessidades do grupo eram supridas de acordo com a disponibilidade de recursos naturais ao longo do ano.

Muito antes dos índios horticultores ceramistas, os caçadores/coletores Pré-cerâmicos haviam se esparramado pelo território, utilizando os recursos de acordo com suas necessidades e em conformidade com sua tecnologia. Não se tem ainda nenhuma ideia de quando e como se instalaram os cultivos. A tecnologia de cultivos pode ter chegado através da migração de grupos horticultores, ou pela aculturação dos caçadores/coletores anteriormente aí presentes, que os poderiam ter recebido de vizinhos. É possível que ambos os fenômenos tenham ocorrido (MALHEIROS, 2016).

A intensificação do novo modelo de sobrevivência, apoiado no plantio de roças, leva as comunidades indígenas a modificarem o estilo de organização dos seus espaços, deixando as antigas moradias e a vida seminômade e passando a levar uma vida sedentária, nas aldeias, instaladas em locais que apresentam manchas de solo de boa fertilidade natural (BARBOSA *et al*, 2014).

As influências da sazonalidade no cerrado na vida cotidiana das populações pré-coloniais foram comprovadas por meio de estudos arqueológicos. Como o trabalho de Alves (2009), no sítio arqueológico Água Limpa em Monte Alto – SP, onde foram encontrados junto às fogueiras e próximo a elas, inúmeros vestígios faunísticos e malacológicos distribuídos de maneira irregular, registrados como restos alimentares. O contexto que sugere a hipótese que os animais foram consumidos após serem cozidos.

Dentre os fragmentos coletados foram registrados: cuíca, gambá, tatu-galinha, tatu-de-rabo-mole, tatupeba, macaco-prego, ratos do mato, porco espinho, preá, cotia, lebre/tapiti, cachorro-do-mato, mão pelada, uati/coati, irara, gato-do-mato, jaguatirica, queixada, porco do mato, cateto, veado, teiú, jiboia, sucuri e ainda vértebras de peixe de água doce e conchas (ALVES, 2009).

Para as populações de colonizadores que chegaram durante o ciclo da mineração e do gado, não se encontrou relatos sobre a influência da sazonalidade na vida dessas pessoas, sabe–se, no entanto, que as roças de subsistências eram cultivadas no início das chuvas. O gado na estação seca era deslocado das áreas campestres para o pastejo em varjões e próximos as veredas, onde se encontravam gramíneas nativas sempre verdes.

As populações pretéritas dos Cerrados desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares para este tipo de bioma. Os processos culturais indígenas que se seguiram neste modelo trouxeram pouca modificação para a fisionomia sociocultural, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existentes no domínio dos cerrados, a caça e a coleta, principalmente a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades (BICALHO E MIRANDA, 2015).

A partir do século XVII, o panorama regional começou a sofrer sensíveis modificações, com o incremento da colonização que se embrenha pelo interior do País em busca de ouro, pedras preciosas e índios escravos. Nesse contexto, e a partir dessa data, surgiram os primeiros aglomerados urbanos voltados a exploração mais intensa dos recursos minerais, que começava a se incrementar, provocando assim os primeiros desajustes em relação ao território indígena e sua mudança sistemática na produção de alguns elementos e necessidades (BICALHO E MIRANDA, 2015).



CAPITULO II

Caminhos e Veredas, Pintura 17 - óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

CAPÍTULO II - TERRITÓRIO CAYAPÓ: UM ESPAÇO USURPADO

Várias sociedades de caçadores viviam ainda no sertão do Brasil quando os europeus penetravam nas mais longínquas áreas do planeta. A etnologia que se desenvolveu em paralelo as conquistas coloniais desenhadas pelos naturalistas e pesquisadores, bem ou mal permite, hoje o mergulho nesse mundo, mesmo que a profundidade histórica estivesse ausente. Não os interessava uma narrativa profunda da sociedade que os trazia total repulsa. Como bem pontua Gallay (1986).

> *"Talvez os investigados, se acaso estivesse aberto a uma tal questão e liberto de alguns preconceitos, pudesse recolher, ao redor de uma fogueira, da boca de um ancião, uma narração sobre migrações antigas, sobre encontros e conflitos com outras populações, as conquistas, alegrias e sofrimento do bando" (GALLAY, 1986:13).*

Durante muito tempo a ideia dos povos agrafos produziu senso comum na história brasileira e norteou a representação e compreensão de hipóteses de que os povos indígenas se comportam como povos estáticos, ausentes e não históricos. Em muitas narrativas do domínio ocidental, as vítimas indígenas aparecem como novos humanos sem história: uma vítima de várias injustiças ocorridas no passado; no momento em que os europeus inundaram a cena, suas ações mais ou menos desapareceram com a cultura (SAHLINS, 2000, p. 536).

O resultado dessa afirmação é que os indígenas foram eliminados como sujeitos históricos. Essas considerações, por fim, fizeram com que esses povos não tivessem um papel importante na história do país, ignorando sua trajetória e o extraordinário papel que desempenharam nos diversos enredos narrativos. Os próprios Cayapó Meridionais são exemplos disso, uma vez que "barraram" a expansão das frentes sertanistas de expansão por cerca de um século e são praticamente invisíveis na História. O fato é que uma variedade de sistemas coloniais operou (e opera) simultaneamente e em diferentes escalas ao redor do mundo.

A motivação para buscar novas terras pode vir de vários fatores, como desenvolvimento territorial, oportunidades econômicas, expansão religiosa, ambições imperiais ou simplesmente imigração. A relação colonial entre estrangeiros e indígenas pode estar ligada à organização social dividida entre grupos, que pode ser vista por meio de trocas, exploração do trabalho e de recursos, divisão de terras e alianças políticas. As políticas do grupo governante ditaram certas trocas entre colonos e habitantes locais, muitas vezes com consequências devastadoras. Normalmente, essas mudanças são mantidas em menor escala por meio de mudanças na prática social, formando assim novas formas de interação social.

Há de se questionar até onde as classes "minoritárias" como mulheres, operários, e outros marginalizados, foram capazes de fazer sua própria História e assim constituir um "domínio autônomo". Estudos[27] que tem por objeto enaltecer a classe minoritária, sem voz, buscando recuperar as experiências marginais através dos documentos coloniais, produzindo uma crítica à modernidade e suas narrativas se mostram, portanto, de extrema relevância (GUHA, 1982).

Aqui as interpretações históricas são vistas como agentes doadores e receptores culturais, assim, entendo que esses são dotados de uma história, que determina seu ritmo específico de mudança e persistência. Compreendo a noção de que os objetos deixados por eles como forma de escrita, não são apenas resquícios da interação social, mas também agentes ativos de construção de identidade e comunidade. Dos artefatos mais simples aos mais nobres, soma-se, mesmo que em parcas interpretações, o valor dos documentos históricos para compreender as relações sociais estabelecidas entre os grupos ao longo do tempo.

Portanto, levando em consideração que os povos indígenas possuem culturas, historicidades, organizações e expressividades diferentes, e tendo em conta que quando se estuda o ser humano não se deve restringir a uma disciplina apenas, a Etnohistória se apresenta como uma metodologia potencialmente favorável atentando para as construções narrativas do povo Cayapó.

Assim, nas próximas linhas busco apontar através dos dados históricos, os sujeitos, e as estratégias que foram utilizadas para inserir efetivamente o sertão goiano no mundo da história ("civilizado"), num momento que a posse de terras entre Portugal e Espanha ainda se encontrava em litígio.

[27] Estudos Subalternos, liderada pelo historiador Ranajit Guha (1982), a partir da década de 1970.

2.1 O Sertão dos Goyazes: contexto histórico

O estado de Goiás no século XV fazia parte do domínio espanhol, firmado pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, que dividia em hemisférios por um meridiano traçado a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, atribuindo-se a Espanha tudo o que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se encontrasse no Oriente. Separado por uma linha imaginária, pois nunca foi possível saber com exatidão a divisa exata das duas porções de terras (FAUSTO, 2015).

O domínio das terras recém-descobertas e divididas entre Espanha e Portugal, a partir das expedições das Entradas e Bandeiras, invadiu e ampliou o domínio das terras Portuguesas, no interior do Brasil, não se importando com a linha imaginária que dividiam e dava posse aos espanhóis, em fins do século XVI (ABREU, 1998; VARGAS, 2017).

Segundo Richard Konetzke (2007: 20), o direito de posse de terras estava ligado a fundamentos jurídicos derivadas do direito romano e do canônico, convertidas em direito consuetudinário geral na tardia Idade Média, usurpados pelas potências marítimas europeias para justificar os descobrimentos, sua expansão ultramarina e a colonização, não raro cumulando-se e sobrepondo-se uns com os outros conforme o caso:

> *"i) restauração de domínio anterior, apresentando-se títulos Fronteiras na América Latina dos descobrimentos à descolonização ancestrais sobre a terra descoberta, com base em certa tradição jurídica europeia; ii) expansão da fé cristã sobre os mouros e os gentios, negando-se-lhes a humanidade e, em consequência, direitos, de modo a permitir a apropriação física de seus corpos e de seus bens; iii) res nullius, mediante a apropriação de coisa sem dono, que no caso eram terras desabitadas ou habitadas por gentios; iv) primeiro descobrimento, baseado na expectativa de que a mera passagem por um território, ainda que cercada de rituais tradicionais juridicamente vinculantes à luz do Direito Romano e do Direito Medieval Europeu, fosse reconhecida como título suficiente para*

> *assegurar o domínio sobre a terra descoberta; v) celebração de tratados com potências rivais com vistas a assegurar o reconhecimento mútuo do domínio sobre as novas terras; vi) recurso ao papa para a criação de normas dirigidas a toda a cristandade; vii) tomada de posse efetiva, por meio do assentamento de colônias, da construção de fortificações e do exercício de jurisdição sobre o território, o que mais tarde viria a caracterizar o uti possidetis, ou posse útil, e as chamadas "efetividades" (VARGAS, 2017: 100-101).*

Elucido o papel da igreja no processo de conquista, exploração e expansão dos territórios além-mar, pleiteados por portugueses e espanhóis. Em 1455, Portugal recorreu ao papa Nicolau V, para que este expedisse uma bula destinada à cristandade, autorizando os portugueses a conquistar os países dos infiéis desde o cabo Bojador até a Guiné, a escravizar seus habitantes e a despojá-los de seus pertences, ameaçando de excomunhão de quem entrasse sem autorização nos novos domínios lusitanos. A Coroa Espanhola seguiu os mesmos passos dos portugueses e obteve cinco bulas do papa Alexandre VI, no ano de 1493, que reconheciam seu domínio sobre as ilhas descobertas por Colombo no Atlântico obstando, assim, o argumento dos portugueses (KONETZKE, 2007: 24; VARGAS, 2017: 98).

Com o tempo, os princípios que deram origem a expansão marítima anteriormente, baseando-se em procedimentos formais, ritualísticos, remanescentes do Direito Romano e da experiência jurídica germânica [28], logo se estabeleceu que o primeiro descobrimento não garantiria direitos se não fosse seguido de uma efetiva tomada de posse, por meio do estabelecimento de colônias ou fortificações. Além disso, a tomada de posse precisaria ser reconhecida pelas outras potências em expansão. Ficou claro, então, que era preciso recorrer a expedientes formais para assegurar suas posses e a estabilidade das relações. Foi assim que passaram a

[28] Esses atos consistiam em gravar inscrições em árvores, tomar um punhado de terra, cortar a mata com a espada, beber a água do lugar, ou ainda instalar pedras com o escudo nacional e com inscrições acerca dos direitos de soberania, tudo à vista de nativos incrédulos sem consciência de que tais atos comprometeriam sua vida, sua liberdade e o futuro de seus povos. Quando a expedição de um explorador europeu aportava em terra desconhecida, faziam-se erigir cruzes de madeira, rezava-se missa, enunciavam-se fórmulas verbais ante testemunhas e registrava-se todo o feito em ata lavrada por escrivão, evocando o caráter formal, solene e ritualístico dos Direitos Romano e Medieval Europeu, tudo com o objetivo de caracterizar a celebração de atos juridicamente vinculantes, que conjuntamente fundamentariam o chamado "primeiro descobrimento"" (KONETZKE, 2007: 24; *apud* VARGAS, 2017: 98.).

adotar a prática da celebração de tratados internacionais entre si e com terceiras potências coloniais europeias com vistas a assegurar e reconhecer sua soberania sobre as terras do Novo Mundo, que neste caso, deram origem ao Tratado de Tordesilhas (KONETZKE, 2007).

Com efeito, os limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas entre Portugal e a Espanha não foram respeitados, o que desencadeou alguns conflitos por disputas territoriais. Tantos portugueses invadiram terras espanholas como vice-versa. Com perdas e ganhos territoriais de ambos os lados em 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri. Esse Tratado, fundamentou-se no princípio jurídico do direito romano *uti possidetis*, o qual assegurava o direito à posse das terras ainda não reivindicadas ou conquistadas por guerra para aqueles que delas se apossassem e as utilizassem, cujo acordo redefiniu os limites fronteiriços entre as referidas coroas. Neste sentido, Portugal obteve a posse dos territórios que colonizou a oeste da linha de Tordesilhas (FAUSTO,2015; VARGAS, 2017).

As terras, além do tratado de Tordesilhas, embora tenham sido povoadas a partir do começo do século XVIII, antes, porém, no século XVI já existia o movimento dos portugueses que se embrenharam, cada vez mais nos sertões brasileiros chegando até as terras peruanas. As incursões sertanistas de São Paulo se voltavam para o apresamento de índios e a descoberta de metais preciosos. Segundo Holanda, neste momento estavam mais preocupados em aprisionar índios, já que era um negócio lucrativo. Consolidado os termos do contrato, os contratantes "*aliciavam bandos de aventureiros, por vez cinquenta ou sessenta homens, com armas, índios de arco em grande número, livres ou cativos, e todo o aviamento preciso para a expedição*" (HOLANDA, 1964: 87; KOK, 2004: 45).

No início das incursões a captura dos selvícolas, se faziam principalmente nas Missões espanholas, aos índios que já se encontravam "mansos", seus dois principais núcleos de colonização, o Nordeste açucareiro e a Capitania de São Vicente, no Sul, demandavam mão de obra escrava para o trabalho no engenho e na roça, o que era fornecido por essas expedições de entradas ou jornadas, o nome Bandeira[29], segundo Capistrano de Abreu foi dado a partir do século XVII, devido ao

[29] Capistrano de Abreu (1963), relata que as expedições das bandeiras eram dirigidas por um chefe supremo com amplos poderes, de vida ou de morte de seus subordinados. O capelão era figura obrigatória no grupo, responsável pela vida religiosa do grupo, que naquela época a hora da morte era também de confissão dos pecados e da salvação da alma. Os escravos, "índios mansos", eram os carregadores que levavam pólvora, bala, machado e outras ferramentas, cordas, sal, sementes e alguns mantimentos. O trajeto era feito a pé, se encontravam algum rio propício para a navegação, eram improvisadas canoas, fáceis de desviar e suportar os saltos. (ABREU, 1963).

"*costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra"* (ABREU, 1982:108; KOK, 2004:44).

Posteriormente, diversos foram os roteiros que fizeram parte das incursões pelos bandeirantes paulistas, incluindo em seu trajeto as vias fluviais dos rios Tietê e em menor escala o Rio Paraíba. Isso foi caracterizando uma precedência portuguesa na descoberta, o traçado de caminhos terrestres ou fluviais (as chamadas monções), além das grandes expedições exploratórias do interior, as entradas e as bandeiras, mas também para o intercâmbio das populações que se estabeleciam no planalto e certa ocupação e posse do território, configurando as fronteiras Sul e oeste com a América espanhola, desta forma salienta o trajeto usado pelas bandeiras avante aos sertões:

> *"Os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiaí e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaiará, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnaíba, as de Goiás e Mato Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins" (CAPISTRANO, 1998: 109-110).*

Estas expedições varreram todos os "Sertões" da colônia brasileira, principalmente nos séculos XVII e XVIII. A ordem do reinado era de abrir caminhos, assegurar a navegação dos rios, proteção às fronteiras, povoação. Esses artifícios

Sobre a sociedade das bandeiras, Fausto (2015), argumenta que se tratava de um grupo de origem portuguesa ou mestiços, se diferenciavam por sua coragem e rusticidade, construíram uma sociedade com menos distinção entre brancos e mestiços, influenciados pela cultura indígena em muitos momentos desafiaram a corte considerados gente que "*não conheciam a Deus, nem a Lei, nem a Justiça*" (FAUSTO, 2015: 85).

iniciais provocaram a viabilização do trajeto para as minas de Mato Grosso, às de Cuiabá e das Minas Gerais. A decisão se estendeu a todos os rios navegáveis de importância na ligação entre os sertões das riquezas que deveriam ser controlados, possibilitando a comunicação, a viagem e o domínio do território (RIBEIRO, 2008, 2009).

Segundo Americano do Brasil (Súmula de História de Goyaz, 1932) em pesquisa na documentação do arquivo paulista fez-se assim o conhecimento das expedições dos bandeirantes que adentraram os sertões dos Goyazes. Segundo ele, o descobridor de Goiás foi Sebastião Marinho em 1592. Taunay, em um curtíssimo parágrafo, também menciona essa bandeira, que deixa a entender que das suas expedições teria gerado um mapa castelhano localizado onde hoje seria o território goiano, conclui que nada se sabe ao certo desta jornada ou o seu comandante (TAUNAY, 2012: 24). Palacin (2001) menciona que a primeira bandeira que partiu de São Paulo rumo aos sertões de Goiás-Tocantins foi a de Antônio Domingos Grau (1590-1593), que chegou à região leste do rio Tocantins.

A primeira grande bandeira que percorreu o território goiano em 1596, foi a expedição de João Pereira de Sousa Botafogo, a bandeira de Botafogo era vultosa, mas cheia de conflitos, ele teria sido executado, assumindo a bandeira o capitão mor Domingos Rodrigues Velho, cujo rumo parece incerto, cortando talvez terras de Goiás, no sertão do Tocantins, chegando à região do Bico do Papagaio pelo rio Araguaia (AMERICANO DO BRASIL,1932: 20; TAUNAY, 2012: 25).

Segundo Americano do Brasil, ainda em 1607, a bandeira do Capitão Mor Belchior Dias Carneiro, que combateu os índios Cayapó. Em seu livro ainda consta a bandeira do capitão mor Antônio Pedroso de Alvarenga, que atingiu os sertões de Parapuava, nome este dado pelos bandeirantes ao rio Tocantins, permanecendo entre os anos de 1661 a 1618, ano em que retornou para São Paulo. Nas últimas décadas da primeira metade do século XVII, até os primeiros anos da segunda metade, Americano do Brasil (1832), afirma que nenhuma entrada se fez nas terras dos Goyá. Mas continua os seus breves relatos sobre as bandeiras, asseverando que em 1665, a bandeira do capitão mor Francisco Lopes Buenavides, levariam os paulistas até os sertões. Lourenço Castanho, chega a Goiás em 1668. Luiz Castanho de Almeida, visita as terras ao norte do Rio Paranaíba em 1671 e morre devido a ataques dos índios. A bandeira de Sebastião Paes de Barros (1673) foi a maior das que saíram de São Paulo para Goiás, partem de São Paulo duas bandeiras famosas nos registros

dos anais: a de Bartolomeu Bueno da Silva filho e Antônio Pires Campos Bueno. Sebastião Paes de Barros, entra em Goiás no séc. XVII (no ano de 1675), chegando ao Tocantins é morto por índios bilreiros.

Nas últimas décadas do século XVII, torna-se tão comum as partidas de bandeiras para o descobrimento de metais preciosos, que se perdeu a importância de registrar as crônicas das suas viagens. Os jesuítas que em 1625, já visitavam as regiões do Tocantins, entrando pelo Norte. A primeira expedição jesuítica contou com a liderança espiritual de frei Christóvão de Lisboa e neste mesmo ano Manuel Brandão e Gonçalo Paes navegaram o Tocantins além da confluência do Araguaia. Em 1672 o governador do Maranhão enviou uma expedição sobre o comando do padre Antônio Raposo Tavares, nos sertões do Tocantins onde Paschoal Paes de Araújo, anunciara a existência de ouro. Desta forma passou quase um século até que o Anhanguera filho descobrisse as ricas minas de ouro (AMERICANO DO BRASIL, 1932:20)

Segundo Taunay, as bandeiras têm referências quase lacônicas. Taunay, em pesquisa na documentação paulista descreve algumas entradas nas duas primeiras décadas do século XVII, segundo ele:

> *"... como sejam as de Diogo de Quadros (1604) aos carijós, Manuel Preto (1607) ao Guairá, Belchior Dias Carneiro ao sertão dos bilreiros (1607) onde faleceria em 1608, tendo como sucessor Antônio Raposo, o velho, Martim Rodrigues Tenório de Aguilar (1608) Anhembi abaixo, Clemente Álvares e Cristóvão de Aguiar, aos biobebas do oeste (1610). Em 1611 dá-se a grande entrada de Pedro Vaz de Barros ao Guairá por instigação de D. Luís de Sousa. Contemporânea parece ser a de Diogo Fernandes aos Pés largos. De 1612 datam-se as de Sebastião Preto ao Guairá, e Garcia Rodrigues Velho aos bilreiros" (TUNAY, 2012:28).*

Muito embora Palacin (1997) não citasse essas bandeiras arroladas por Americano do Brasil, ele salienta que muitas bandeiras, entre grandes e pequenas, oficiais e não oficiais procedentes tanto de São Paulo, como também de Belém, através do rio Tocantins, já haviam percorrido nos sertões do Brasil. Em fins do século XVI, com base no estudo sobre a lenda do ouro dos Martírios de Manoel Rodrigues

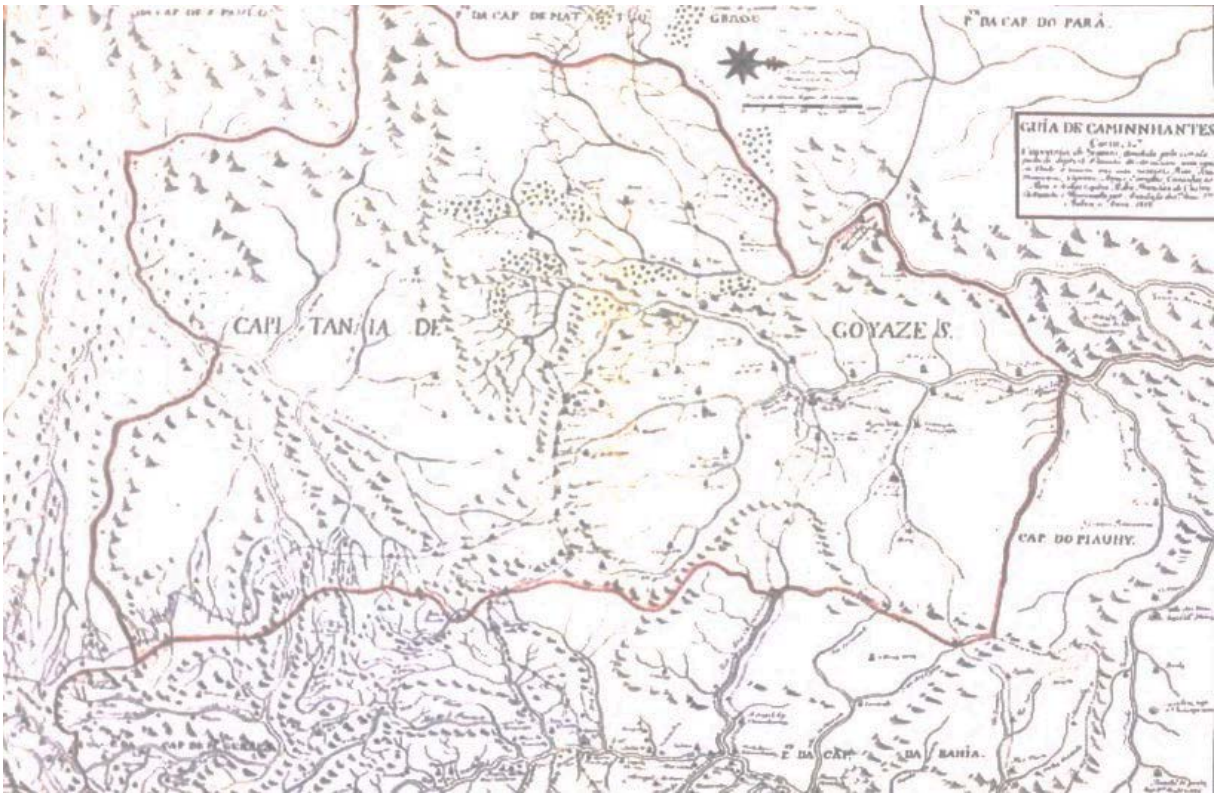
Ferreira, aponta pelo menos uma dezena de bandeiras importantes que percorreram os sertões dos Goyazes antes da Bandeira do Anhanguera. Até mesmo os jesuítas, se embrenharam pelos sertões e deixaram documentos descrevendo como se faziam as viagens fluviais, com o caso de uma carta do padre Antônio Vieira que mesmo não tendo percorrido o território goiano, aconselhava como era devido fazer o percurso da viagem para o sertão (PALACIN, 1997:16-18) [30].

Fica claro que na visão das autoridades portuguesas, o Sertão foi concebido como um espaço para a ampliação e também como o objeto de um movimento expansionista que buscou incorporar o novo ambiente. Considerado um lugar inóspito, ausente de civilização e que deveria ser ocupado e incluso no sistema colonial, tal qual ocorria no litoral com ordens e regras explicitamente elaboradas.

[30] Apesar dos descompassos entre datas e o itinerário dessas empresas serem bastante vaga, não me atentarei para este caso, já que não faz parte do objetivo deste trabalho. E explanação sobre os estudos das bandeiras no centro-oeste foi uma forma de demonstrar que há tempos antes da colonização de fato dos sertões já haviam bandeirantes que iriam em direção a essas terras para pelear e aprisionar os índios. De forma tal que possamos no capítulo posterior, aventar sobre os índios que foram encontrados e capturados pelos bandeirantes a fim de reconstituir o quadro histórico dos selvícolas que antes habitaram essa região.

2.2 Mapas e antigos caminhos

A região genericamente chamada de "*Goyazes"* recebeu este *nome* em referência aos pacíficos índios Goyá, tronco linguístico Macro-Jê, que foram totalmente dizimados logo no início dos contatos com os Bandeirantes, no começo do século XVII. Esta região abrangia um território de fronteiras e posses indefinidas entre as Capitanias de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo. A seguir o mapa da "Capitania de Goyazes" (**Anexo I**), dividido pelo círculo de cor carmim mais vivo. O mapa foi feito para o senhor capitão Pedro Francisco de Castro, e delimitada por Anastásio de St. Anna Plor, na Bahia e anno 1816.



Mapa 10 - Capitania de Goyazes.
Fonte: Guia de caminhantes carta 10ª - IBN- fotografia Vicente de Mello: 166.

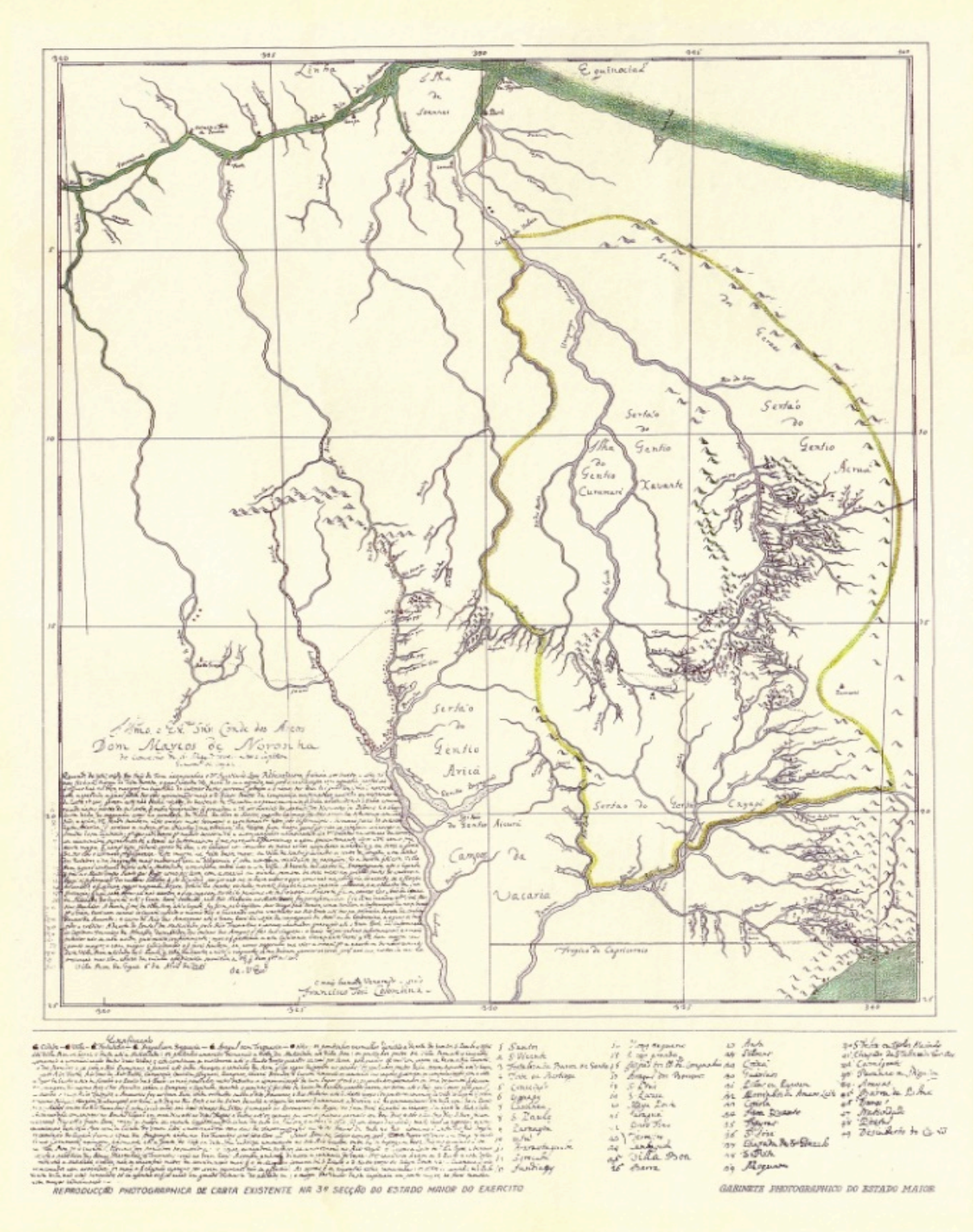
Em meados do século XVIII, Dom Marcos de Noronha, o oitavo conde dos Arcos e o último vice-rei do Brasil, contratou o cartógrafo italiano Francisco Tosi Colombina para elaborar o *Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás.* Na elaboração do documento o cartógrafo reuniu e organizou informações dos mineiros, sertanistas e bandeirantes que percorriam as regiões de Cuiabá e Mato Grosso. Esses acabaram por funcionar muitas vezes como os olhos dos 'desenhadores' dos mapas,

que vieram por complementar o conhecimento adquirido nas viagens e experiências pessoais. Em seu mapa, Tosi Colombina citou as fontes de cada trecho desenhado, em notas iniciais, desculpou-se por erros que poderiam surgir e ao mesmo tempo afirmou a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes, ainda cobrou a autorização para a abertura do novo caminho de Vila Boa até a cidade de São Paulo e a Vila de Santos (VIEIRA JÚNIOR, SILVA e OLIVEIRA, 2014; SILVA e VIEIRA JÚNIOR 2018).

O **Mapa 11** apresentado adiante demonstra uma reprodução fotográfica do mapa de Tosi Colombina a partir do original (**Anexo II**) é a versão mais utilizada na historiografia. Tal reprodução foi realizada pelo Gabinete Fotográfico do Estado Maior do Exército Brasileiro, em 1909 ano de criação da unidade.

Portanto, pela Provisão Real de 2 de agosto de 1748 foram "precisados" os limites da Capitania de Goiás, cujo limites estavam assim definidos, no dizer de Silva e Souza (1812): "Ribeirão Arrependidos seria o limite de Minas Gerais, Rio Grande limitando-a ao Sul e o rio das Mortes a oeste, que a separa do Mato Grosso. Desta forma, pelo documento: AHU, 1750, as fronteiras da Capitania de Goiás com a Capitania do Mato Grosso seriam constituídas por um alinhamento norte-sul formado pelos rios Araguaia, das Mortes, Taquari, Cachoeiro (Coxim), Camapuã e Pardo. O rio Grande a separaria de São Paulo. Com Minas Gerais, pouca coisa havia mudado com relação aos antigos limites desta última com a Capitania de São Paulo (a quem Goiás pertencia): grosso modo, a Serra Geral de Goiás e outras serras menores, que levavam os limites até à confluência do rio Sapucaí no rio Grande. Na parte norte da Capitania, em que, por falta de informações mais precisas, Dom Marcos de Noronha informava que os limites "*deveriam ser os antigos limites da Capitania de São Paulo com as Capitanias do Pará e do Maranhão*" (TEIXEIRA NETO, 2003).

Para facilitar a compreensão dos limites territoriais, foi amplamente usado as fronteiras naturais – espaços facilmente percebidos, principalmente montanhas e rios – tornando-se um aspecto instituído na descrição geográfica e na discussão política. Não raro os primeiros mapas históricos incluíam características físicas, eram mais ilustrativas ao invés de descritivos. Rios e montanhas, eram bem marcados e delineados destacavam-se fortemente nos desenhos dos mapas, no sentido e na percepção que as pessoas tinham acerca do terreno e eram características importantes nos itinerários, porque isso possibilitava uma melhor localização dos lugares, principalmente povoados que estavam mapeados (BLACK, 2005 *apud* BARBO, 2015: 260).



Mapa 11 - Mapa elaborado por Tosi Colombina.
Fonte: Veiga Júnior (2015:86-87).

Para Holanda (1959), o fato de as bandeiras paulistas terem encontrado o caminho mais apropriado desde suas primeiras incursões no sertão demonstrava que elas contavam com a orientação indígena, voluntária ou não. Aos poucos as rotas

terrestres, mais numerosas e frequentadas, passaram a se ligar em pontos estratégicos às vias regulares de trânsito fluvial Segundo Orville Derby (1889:343) *apud* Holanda (1994:25), os sertanistas em suas viagens pelos Sertões "*apenas seguiam caminhos já existentes pelos quais se comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos de uma mesma tribo*". Eram caminhos e trilhas, que não permitiriam, em sua largura, duas pessoas caminhando lado a lado ao mesmo tempo, razão pela qual ainda hoje se fala em "*fila indiana*" para referir-se a essas enormes filas imposta pela exiguidade das trilhas.

Estes caminhos, posteriormente autorizados pela Coroa, mantiveram o caráter de vias oficiais e se tornaram *estradas reais* de passagem obrigatório para mercadorias e pessoas, onde eram tachados. As estradas reais, mesmo com a expansão da rede viária, era o controle oficial onde se fazia os inúmeros de registros e contagens espalhados ao longo do percurso. Ainda hoje o traçado de muitas estradas oficiais absorvera o contorno dos velhos caminhos dos índios e bandeirantes. O percurso fora dessas estradas era comumente chamado de descaminho, onde podiam driblar a fiscalização do ouro, o contrabando de escravos, o garimpo clandestino dentre outras situações (BARBO, 2015).

A localização geográfica de Goiás em relação ao litoral brasileiro resultou no estabelecimento de uma rede de estradas ancestrais, que pela ausência de tecnologia adequada para superar alguns obstáculos naturais, nem sempre seguiram o trajeto mais curto. Era árdua a comunicação da capital de Goiás, Vila Boa com as outras Capitanias, pois além de ser distante do litoral era também afastada de quase todos os rios que podiam ser navegáveis (BARBO, 2015).

No século XVIII, uma rede de caminhos irradiava-se em cinco direções distintas a partir de Vila Boa de Goiás:

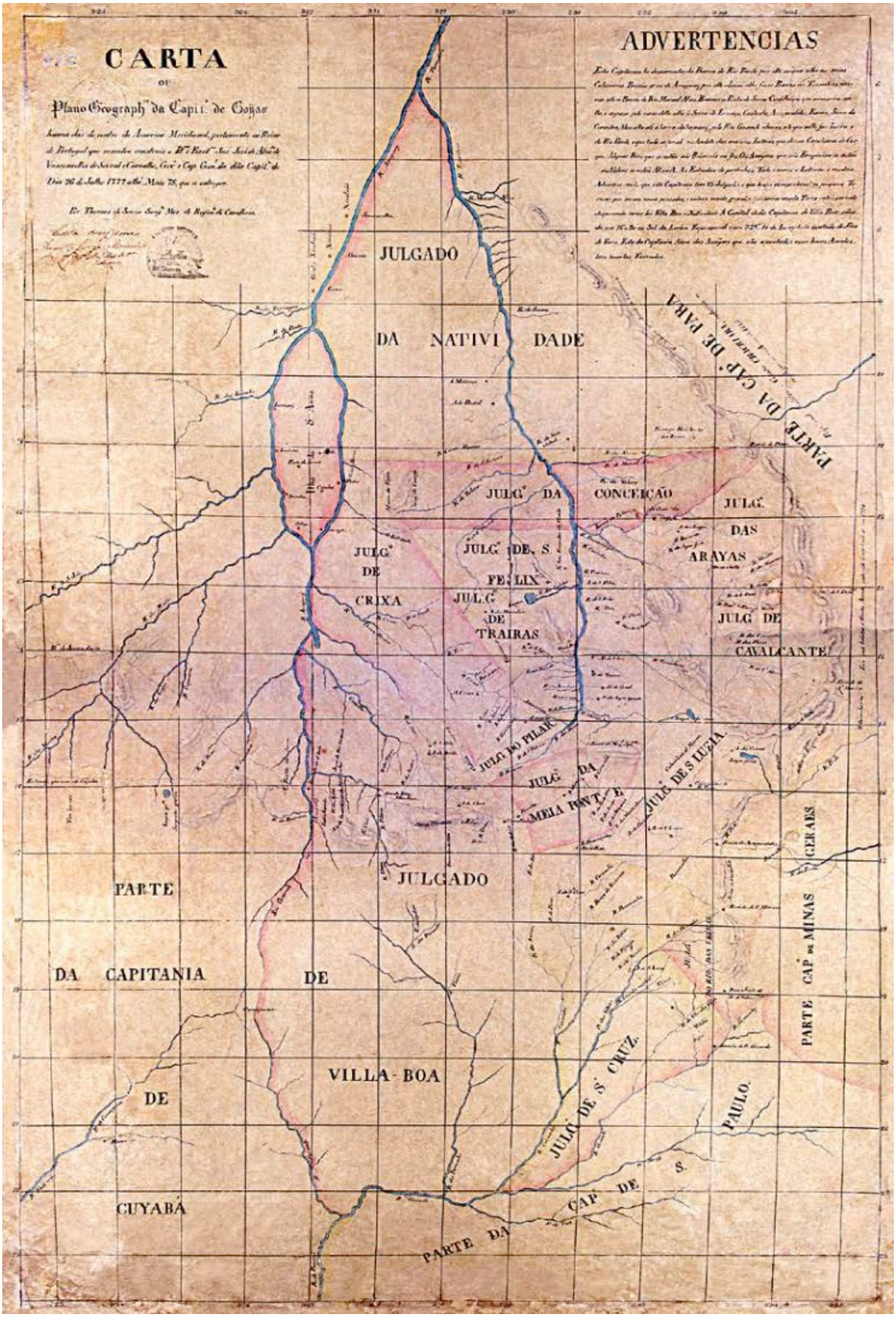
> *"o primeiro caminho dirigia-se para o leste e depois para o Sul, passando por Paracatu, em Minas Gerais, até a Capitania do Rio de Janeiro, era conhecido como Picada de Goiás; outro seguia na direção oeste, passava por Cuiabá e seguia até Vila Bela, na Capitania de Mato Grosso, era a Estrada do Cuiabá.; o terceiro, também conhecido como a Estrada da Bahia ou Caminho dos currais e Bahia, dirigia-se para o leste e depois para o*

> *norte, passando por Couros e São Domingos até Salvador; o quarto caminho levava a todos os arraiais do norte de Goiás, chamado de Estrada do Norte; e, por fim, o quinto seguia na direção Sul-sudeste, passava por Mogi e fazia a ligação com São Paulo, sendo, na verdade, o primeiro caminho oficial da região, mais conhecido como Caminho de Goyazes" (BARBO E RIBEIRO, 2015:441).*

Em carta Dom Marcos de Noronha pediu para que Colombina e outros sócios abrissem às próprias expensas, um caminho muito "*plano e com tais comodidades que possam transportar por ele em carros ou carretas as carregações",* o percurso até então, eram feitas em tropas de cavalos. Em troca pediam o privilégio da concessão da estrada por dez anos e doação de sesmarias a cada três léguas. O Conde dos Arcos argumentou a favor de Colombina, e defendeu que o projeto era conveniente para a Coroa (MOREIRA, 1984).

Além de assinalar o *Caminho de Goyazes*, o mapa confeccionado por Colombina registrou informações e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, à Cuiabá e à cidade do Mato Grosso, às margens do Rio Madeira – *Estrada do Cuiabá*; e a rota terrestre que, subindo ao norte, chegava ao Descoberto do Carmo – *Estrada do Norte.*

Posteriormente, outro mapa foi confeccionado, por Tomás de Souza, o Mapa dos Julgados, confeccionado em 1776 (**Anexo III**). Tomás de Souza, possuía formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro, em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa bem como pelo desvio das águas do Rio Maranhão. Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de "*Caminho das Águas*", visitando toda a hidrografia goiana. Em seu mapa além dos recursos hídricos, apresentava uma hierarquia para classificar os povoamentos conforme sua inserção na economia da mineração: Vila Boa, arraiais com freguesia, arraiais sem freguesia e as aldeias (estas por último, representando onde a sociedade mineira e Goiás enxergava o índio). Seu mapa definiu as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificado sem coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época (SILVA e VIEIRA JÚNIOR, 2018).



Mapa 12 - Mapa Dos Julgados.
Fonte: SILVA & VEIGA JUNIOR (2015: 48).

O *Mapa dos Julgados*, que reproduziu as fronteiras da Capitania de Goiás, dividiu a capitania em 13 Julgados, confeccionado em 1776 representou o relevo e a rede hidrográfica da região a capital, os arraiais com freguesia, os arraiais sem freguesia, as aldeias e as estradas que cruzavam a região. Representados na Carta, três caminhos distintos que se entroncavam em Meia Ponte onde eram unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás e seguiam rumo a Cuiabá (*Estrada do Cuyabá*). A primeira estrada, mais ao Sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte (*Caminho de Goyazes*). A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrependidos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do Distrito Federal –, Santo Antônio dos Montes Claros, Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte (*Picada de Goiás*). A estrada que vinha da Bahia chegava ao atual Distrito Federal pelo extremo nordeste – Couros – cortava a região da Vila do Mestre d'Armas, seguia por Sobradinho, passava por São João das Três Barras, pela Chapada da Contagem (SILVA e VIEIRA JÚNIOR, 2018).

Em 1826 foi elaborado outro mapa do pelo Brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz, o "Cunha Matos", a partir dos levantamentos feitos por ele em suas viagens como Governador das Armas de Goiás das quais escreveu um relato, cujo título: "*Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais, seguido de huma descripção chorográphica de Goiaz, e dos roteiros desta província as de Mato Grosso e São Paulo*" (mapa IV em Anexo). Acompanhado ao mapa, foi publicada no ano de 1836 a "*Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes*" para relatar os seus itinerários escritos (SILVA e VIEIRA JÚNIOR, 2018).

A respeito desse mapa que organizou "para acompanhar seus Itinerários", o autor relata:

> *"A maior parte do que escrevo foi por mim visto e examinado: fadigas extraordinárias, perigos iminentes são a moeda quem e custou esta minha obra. Não afianço a perfeição dela, porque na mesma França e Inglaterra não há perfeição absoluta em matérias geográficas; eu fiz quanto pude, e ainda mais faria se tivesse quem me auxiliasse. [...] Os meus Itinerários e o Resumo Corográfico da Província de Goiás vão acompanhados do*

mapa geral dela, e dos Termos dos Julgados do Araxá, e Desemboque, a Província de Minas Gerais, em três grandes folhas, e da carta de marcha desde o Rio de Janeiro até a Serra da Marcella da dita Província de Minas Gerais".

"... devo pedir aos Srs. que se acham à testa da Administração Pública de Goiás, que continuem e aperfeiçoem os meus escritos: eu emendei os antigos mapas da Província em mais de três mil pontos diferentes, por onde transitei, e daqueles de que recebi informações em que podia de certo modo confiar. Ninguém pense que os meus mapas são absolutamente exatos: eu o declaro nos Itinerários. Se eu fiz mais de três mil emendas nos antigos mapas manuscritos, agora pelos Itinerários e mapas impressos, proporciono os meios convenientes de se procedera novos exames e às correções inumeráveis que será necessário praticar. Eu apenas transitei pelas estradas gerais de Goiás; não fiz explorações pelas terras desertas e ainda nas povoadas que ficavam fora de minha linha de marcha: só afianço aquilo que eu mesmo observei; e deixo a outros melhores do que eu, o mais que entenderem ainda faltar. A Província de Goiás não podia ser explorada em dois anos por um homem quase desacompanhado, e que, além dos entretenimentos geográficos, tinha muitas outras coisas em que cuidar" (MATTOS, Tomo I, 1836: Introdução: X).

Assim, a partir do século XIX, a capitania de Goiás, toma novos contornos: limitava-se ao norte com o Grão-Pará em São João das Duas Barras, a leste, com a capitania do Maranhão, Piauí, Pernambuco e Minas Gerais, através das terras que se estendem longitudinalmente para o Sul, pelas terras de Tabatinga, Marcela e Canastra. Ao Sul com a capitania de São Paulo, separadas ambas pelo Rio Grande, a oeste, seus limites com a capitania de Mato Grosso coincidiam com o Rio das Mortes, fronteira posteriormente deslocada para o Rio Grande, tal como era denominado o Rio Araguaia (POHL, 1951: 292; CHAIM, 1983:15).

Em 1816 Goiás perdeu os julgados de Araxá e Desemboque para a província de Minas Gerais. Esta região era conhecida por Sertão da Farinha Podre, localiza-se entre os Rios Paranaíba e Grande e hoje conhecido como o Triângulo Mineiro. Embora o litígio de fronteiras entre Goiás e Minas Gerais, Pará, Baía e com o Maranhão, tivessem se delineado neste período, as fronteiras de Goiás como o Mato Grosso, só foram se estabelecer em 1991 (TEIXERA NETO, 2003). E em 5 de outubro de 1988, o norte do estado de Goiás foi emancipado, passando a se chamar Tocantins.

2.3 As minas da “Capitania de Goyaz”

A descoberta do ouro em solo goiano, ocorreu em 1726, pelo Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera Pai). As notícias do descobrimento se espalharam rapidamente, propiciando um intenso fluxo populacional de migrantes e imigrantes que se instalam na Capitânia dos Goyazes em busca de enriquecimento rápido. A região genericamente chamada de “*Goyazes*” no início do século XVIII compreendia um território de fronteiras e posses indefinidas entre as Capitanias de Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo e que, a depender da proximidade das diferentes dinâmicas regionais, ganharia fisionomias específicas, como visto anteriormente.

As jazidas de ouro, com variações de escala produtiva, atuaram como fio condutor de uma dinâmica contínua de migrações e atividades que se desdobravam em outras, além do ouro, originando lavouras de abastecimento e pastos criatórios - práticas mais perenes que forneceram lastro para a configuração de uma região produtiva ao findar o ouro. Oriundas de outras paragens, estas dinâmicas complementares encontraram na mineração condições e perspectivas importantes de desenvolvimento, transformando pouco a pouco as frágeis áreas do sertão num macro complexo minerador de proporções extensas e intensas.

Muito embora a região de Goiás tenha se constituído devido ao fausto do ouro, sabe-se que a região “Norte” de Goiás, mais próxima da Serra Geral (área de Natividade, Arraias, Almas, Carmo, São Domingos, Cavalcante, na altura das Capitanias de Pernambuco e Bahia na Chapada das Mangabeiras), desde o final do século XVII começou a receber criadores de gado provenientes das fazendas do rio São Francisco. Esta mesma dinâmica de penetração se estabelecia pela face leste do território, junto às fronteiras da Bahia e Minas Gerais, levada por comerciantes de gado, de gêneros de primeira necessidade e artigos diversos que passaram a penetrar pelo território atrás dos núcleos mineradores no século XVIII. Bertran (1997: 60) cita informações de que: *“quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido, escreve Silva e Souza em sua narrativa”.* Confirmando, o historiador Americano do Brazil, ao referir-se aos

conflitos enfrentados pela administração de Bartolomeu Bueno da Silva na região das minas, afirma que:

> *"... estas contendas tiveram início com achegada às minas de Meia Ponte do celebre contrabandista Pantaleão Ferreira Torres, vindo dos curraes da Bahia, caminho prohibido e ponta larga do comercio clandestino com o novo descoberto (AMERICANO DO BRAZIL,1932: 45).*

A presença de diferentes frentes de ocupação nos "*Sertões dos Goyazes*", desde o início do século XVIII, permitiu a descoberta de veios auríferos em diversas áreas e levou o Governador do Pará a invadir e pleitear a posse de parte do território norte de Goiás em 1731 (BRAZIL,1932: 51), assim como o Governador do Maranhão em 1734 (SALES, 1992: 110), estes movimentos, por sua vez, fizeram com que a Metrópole, delimitasse melhor os contornos desta região aurífera na intenção de preserva-la como unidade territorial sob o controle direto da Coroa Portuguesa (1736). Segundo Bertran (1997):

> *"Dos caminhos que por terra punham em comunicação o Grande Oeste com outras regiões brasileiras, sabe-se que em 1733 já a Câmara de São Paulo solicitava ao Rei de Portugal medidas para se vedarem as picadas que "certos homens ambiciosos" haviam feito das Minas Gerais, dos Currais da Bahia, do Piauí e do Maranhão para as minas dos Goiases, causando notável prejuízo, pela evasão do ouro. Por outro lado, em 1736, se estabeleceu comunicação regular entre os dois centros dos novos eldorados brasileiros – Goiás e Cuiabá – por picada que vencia cem léguas, aberta por Teodósio Nobre, seu sobrinho Ângelo Preto, Antônio de Pinho Azevedo e outros sertanistas. O território goiano se ligava com o mineiro por um caminho que passando por Paracatu e São João del Rei, prosseguia para o Rio de Janeiro pelo chamado Caminho Novo"* (*BERTRAN, 1997: 40).*

As novas terras estavam sob julgo do governador de São Paulo, que confiou a Bueno na qualidade de Capitão-mor, a distribuição das sesmarias, as seções de terras auríferas aos novos colonos. De 1728 a 1748, a administração política das minas era regida pela provisão real de 1728, que criou a Superintendência das Minas. O primeiro superintendente das minas de Goiás foi Bartolomeu Bueno da Silva e o primeiro guarda-mor seu genro, João Leite Ortiz. O primeiro aglomerado urbano formado fundado por Bueno foi em Sant' Ana em 1726, próximo às margens do Rio Vermelho, elevado em arraial em 1729, tornou-se vila em 1736, com o nome administrativo de Vila Boa de Goyaz, ainda pertencente a Capitania de São Paulo (PALACIN, 1997).

Em 1732 sobre a administração do Capitão General de São Paulo, Conde de Sarzedas, que entre suas diversas atribuições constava a de redefinir as condições de circulação na Capitania de Goiás. Nesse sentido, o Capitão General de São Paulo, restringiu as vias de escoamento de ouro inicialmente a um único caminho, o das bandeiras paulistas, conforme Carta Régia, de 10 de janeiro de 1730. Foi a seguir, proibida a navegação do Tocantins, já singrado por canoas desde o século XVII. De outubro de 1732 a 1734, o Capitão General de São Paulo, Conde de Sarzedas, expediu um bando, um Alvará em forma de Lei, e um Regulamento para a casa de Registro do Caminho dos Guaiazes, na barreira do Jaguary Grande. Para Cuiabá foi enviado outro bando, "*proibindo-se picadas para as Minas dos Guaiazes"* (SALLES, 1992: 145).

Portanto, toda a via de acesso teve como ponto de passagem o registro de Jaguary, ficando proibida a circulação de mercadores e mercadorias de qualquer espécie, através de picadas não permitidas, determinou-se o confisco de todas as mercadorias introduzidas ilegalmente, com prisão dos condutores que seriam enviados a São Paulo, "*à custa das fazendas confiscadas e levadas à praça para serem arrematadas"* (SALLES, 1992 :146).

No ano de 1734 o Conde de Sarzedas solicitou ao Rei o deslocamento do Registro das Entradas das Minas, do rio Jaguary para as margens do rio Corumbá, situado em Meia Ponte (hoje, Pirenópolis). Tal solicitação levou o arraial de Meia Ponte a assumir um papel estratégico de controle deste eixo viário, sendo o ponto de intercessão da via São Paulo-Goiás, e de onde partiram mais tarde, os caminhos para Minas Gerais, ao Leste, via Santa Luzia e a seguir Paracatu, ao nordeste para

Pernambuco, via Arraias, São José do Duro, São Domingos e Taguatinga, e mais tarde para o extremo Oeste, em direção a Cuiabá (BERTRAN, 1997).

Segundo Gilka Salles (1992), com a abertura dessas vias de acesso, é provável que tenha ampliado a rede de comunicação para outros pontos da colônia que passou a compreender quatro vias principais, ocorrendo inclusive a abertura do caminho do Arraial de Santana-Cuiabá. Mas com a proibição da Coroa depois de 1750 nenhuma outra via de comunicação surgiu, nem mesmo com a fundação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1755, não se pensou na multiplicação de comunicações com os portos do Norte. É certo pensar que que picadas e pontes foram construídas entre os arraiais. O caminho de Vila Boa a Crixás foi aberta em 1750.

Os caminhos fluviais foram permitidos pelo lado Norte do estado, contudo não eram muito utilizados em razão das proibições régias anteriores. A liberação somente se deu a partir de 1782, quando o ciclo do ouro findava, com a total desilusão com as minas auríferas, foi necessário abrir as fronteiras e caminhos para o transporte de outros gêneros, movimentando o comércio. Pelo Araguaia a navegação iniciou em 1791, partindo do rio do Peixe, próximo ao arraial de Santa Rita. Parte do Rio Vermelho até sua confluência com o Araguaia foi também navegado (SALLES, 1992: 148-150).

Com os problemas constantes, o descaminho do ouro, o abuso excessivo do poder dos civis e do clero, demonstravam a necessidade de criar um governo autônomo em Goiás. Então em 1748, tomava posse o primeiro governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha o Conde dos Arcos. Governou sobre a rigorosa execução das ordens do Marques de Pombal, o que desta forma "*poude arrancara província de Goyaz do estado pavoroso de anarchia em que se submergira, e o temor da punição, é doloroso dize-lo, operou uma mudança, que nem as leis da moral, nem o hem comprehendido interesse de todos, puderam produzir em tantos annos"* (SAINT-HILAIRE, 1975:285).

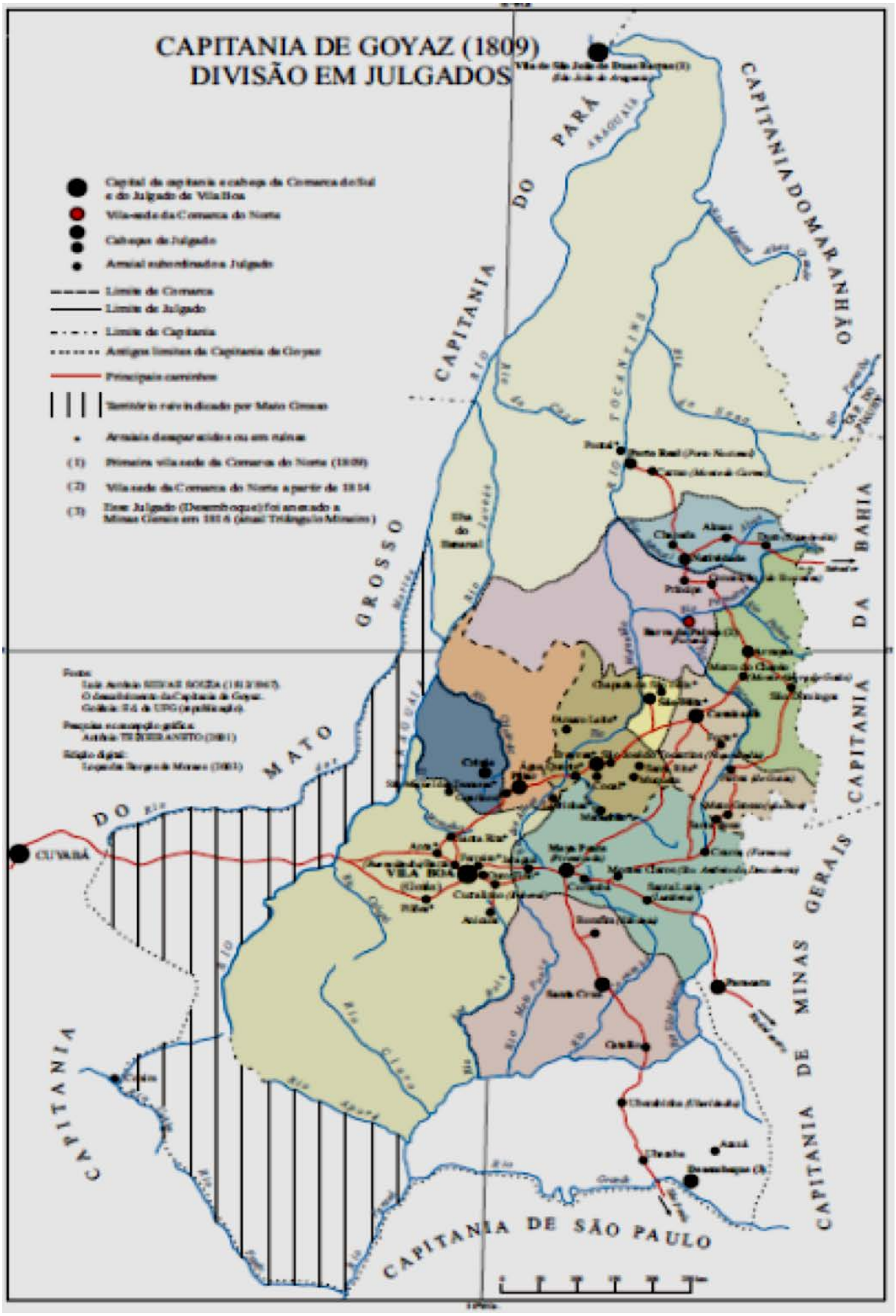
Dom Marcos de Noronha, transformou a antiga Vila Boa em Comarca de Goiás, construindo então vários prédios públicos, dentre eles a cadeia, a Casa de fundição do ouro e o Palácio, que levaria o seu nome: Palácio Conde dos Arcos. A Cidade de Goiás, foi a capital do estado de Goiás até 1933 (PALACIN, 1997). A Capitania, mesmo desmembrada, ainda tinha que responder à São Paulo. Só em 1794 a Capitania recebe sua autonomia (CHAIM, 1974).

Sob as ordens do império, D. Marcos de Noronha, fundou duas repartições destinadas a fundição do ouro (casas de fundição); uma para a parte meridional da província, com Villa Boa por capital, e outra, para a parte setentrional, na povoação de São Felix. Mesmo não podendo ter uma ideia exata da quantidade de ouro que era retirado das minas de Goiás, já que parte da extração do ouro, passava por acessos de estradas clandestinas, vislumbrando uma noção da era do fausto do ouro e sua decadência a partir do controle dos impostos, contabilizado em diferentes épocas. Em um prazo bastante curto, a extração do ouro diminuiu gradativamente (CHAIM, 1983; SALLES, 1992).

Entre 1730 e 1740 foram descobertas consideráveis minas de ouro, os garimpos se espalharam por uma grande região que favoreceram a fundação de vilas, formadas de pequenos grupos de casas que na medida em que o ouro se exauria, eram abandonadas, e as pessoas deslocavam-se para ocupar as mais novas regiões onde se davam a descoberta do ouro (PALACIN, 1997).

Uma sequência cronológica do encontro do ouro indica que os núcleos mineradores dos primeiros anos de ocupação situaram-se nas proximidades de Sant'Ana, às margens do rio Vermelho, entre 1725 e 1731. Desta forma, os demais núcleos de povoamento foram surgindo através dos achados das minas de ouro. A intenção não era o povoamento e sim a exclusiva extração do ouro. Assim foram criados ao Sul de Ferreiro e Anta, ambos criados em 1733, Ouro Fino em 1729, Santa Rita do Pontal em 1736, hoje Pontalina, Barra em 1727, hoje é a cidade de Buenolândia, Águas Quente (atual Caldas Novas), surgiu em 1733, Santa Cruz em 1729, hoje é a cidade de Santa Crus de Goiás e Meia Ponte atual Pirenópolis, descoberto, em 1731 (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; BERTRAN, 1997, PALACIN, 2001).

Entre os anos de 1730 a 1750, surgiu um grande número de povoados em consequência da descoberta do ouro, na parte Norte, começando por Traíras, 1735, que mais tarde se transformou em cidade e São José do Alto Tocantins que hoje é a atual Niquelândia, Cachoeira em 1736, Crixás 1734, Natividade no mesmo ano, hoje também se transformou em cidade permanecendo com o mesmo nome, São Felix em 1736, Pontal, 1738, Arraias e Cavalcante 1740, Papuam, atual Pilar, em 1741, Santa Luzia em 1746, que se constituiu a atual Luziânia, Carmo, e Cocal em 1746 (CHAIM, 1983; SALLES, 1992; BERTRAN, 1997; PALACIN, 2001).



Mapa 13 - Capitania de Goiás -1809.
Fonte: TEIXEIRA NETO (2017:11).

O surto do ouro findava-se com o esgotamento das minas a partir de 1750, apesar de aparecer novas minas como a de Anicuns e Bonfim, não foram suficientes para manter o fausto do ouro como no início do descoberto das minas. Em 1753 o quinto rendeu, em Villa Boa, 169.080 oitavas e, em 1755, produziu 59.569 oitavas. Em São Felix; em 1805 não produziu mais de 3.300, e em 1807, 12.308 em Villa Boa. Enfim, em 1819, não se recolheu, em todo o território, mais de 36 marcos de ouro (SAINT-HILAIRE, 1975:285).

Os habitantes sazonais, mudavam-se ao findar o ouro, algumas ocupações deste período, acabaram como ruinas, completamente abandonados. No final do século XVIII e início do XIX, a capitania, passa por uma evasão da população branca, que representava somente um sétimo do montante populacional (PALACÍN, 1922). O censo de 1808 indicava a existência de uma população escassa de 50.365 habitantes (BRASIL, 1920). Segundo Saint-Hilaire (1975) a Capitania de Goiás era a que mais possuía indígenas. Seu nome, Goiás, deriva do grupo que vivia anteriormente nesta região, o grupo Goyá, que foi totalmente dizimado pela guerrilha com os brancos.

A partir da metade do século XVIII, a ocupação do estado de Goiás toma nova configuração, com a criação de gado no Sul da capitania, onde o espaço foi ocupado por latifúndio. Desta forma e em decorrência das rotas do comércio que se fazia para o abastecimento de gêneros, surgiram, entre os anos de 1730-1737, os arraiais de Curralinho, Campo Alegre, Ipameri, Catalão, Posse, Porto Real, São Pedro de Alcântara, e Araguacema. Na década posterior, surge, na Capitania de Goiás, as minas de Bonfim, Tesouras, e somente em 1809, casualmente surge o núcleo aurífero de Anicuns, próximo à Capital (CHAIM, 1983; SALLES, 1992).

A confirmação da descoberta de ouro, gerou uma corrida pelos espaços “vazios”. A princípio, os aventureiros em busca de ouro que vieram para Goiás não tinham qualquer interesse em se fixar, contudo necessitavam das terras para a exploração do ouro. Neste momento o conflito entre indígenas e colonos eram uma constante. Segundo o mapa etnográfico de Nimuendaju, a Bacia do Rio Paranaíba, onde situa hoje o Sul do estado de Goiás, estava amplamente ocupado pelos povos Cayapó, Bororo, Goyá, Paresi, Xacriabá, Guarany e Akroá. Na visão das autoridades, o Sertão era por excelência o espaço habitado por índios ferozes. Nada dispostos a aceitar o contato com o europeu, assim devendo serem levados aos bons costumes e a eleva-los a civilização. A ocupação colonial consistiu, paradoxalmente, em núcleos de população indígena instituídos pelo colonizador.

2.4 Conflitos nos caminhos do sertão

Entre os séculos XVIII e XIX, quando os primeiros homens brancos chegaram até o solo goiano, os selvícolas, eram imediatamente capturados e levados como escravos para a fazendas de açúcar no litoral brasileiro. De tal maneira brusca que ocorreram os ataques, que muitos grupos indígenas desapareceram rapidamente como o caso dos Goiá e Araxá, que foram dizimados, não só pelas lutas injustas com os brancos, mas também pelo confronto com outros índios, devido a disputa pelo espaço territorial, que se tornava cada vez diminuto, levando os índios a serem empurrados cada vez mais para o sertão, e induzidos a entrar em confronto uns com os outros.

Com o descobrimento de ouro nos sertões, os conflitos aumentaram ainda mais. A disputa pela terra que então se fazia pelos índios, tomou força com a posse de terras entre os colonizadores, garimpeiros. Estes disputavam com os nativos os recursos naturais (água, caça, serras e ilhas fluviais) que garantiriam a sobrevivência em uma terra semiárida. Quando o ouro se tornava escassos em suas minas, logo os colonos iam a procura em terras cada vez mais distantes. Mesmo os índios se afastando dos seus antigos lugares de morada, suas terras eram novamente invadidas pelos garimpeiros, a procura de ouro em locais mais distantes, onde as tribos tinham se refugiado (RAVAGARNI, 1996).

Além disso, havia uma intensa movimentação que se fazia no sertão, no sentido de construir a estrutura necessária para a exploração do ouro. Assim, vilas foram se constituindo e estradas foram abertas, de forma que o ouro fosse escoado para o litoral e os produtos básico alimentar e ferramentas necessárias a atuação dos mineiros chegassem até as minas[31]. Essa importante estrada, por onde se transportavam mercadorias do litoral para o interior e ouro em sentido contrário, trouxe problemas para as autoridades em relação aos ataques dos índios. Sérgio Buarque nos livros “Monções” e “Ao extremo Oeste”, relata os conflitos da sociedade colonial

[31] Interessante de nota é que esse movimento estabelecido nas paisagens das minas de ouro beneficiou largamente os fluxos e movimentos comerciais constituído entre as regiões voltadas para o comércio ultramarino, via Oceano Atlântico, e as rotas que ligavam as vilas e cidades localizadas no interior da América portuguesa. Tratava-se de verdadeiras correntes comerciais integradas por vias de comunicação terrestres e fluviais, por onde trafegavam tropeiros, mercadores e boiadeiros dos mais diferentes pontos do Brasil dando origem a estudos dentro dessa gênese como Tropas e Boiadas de Hugo de Carvalho Ramos e tantos outros que se dedicaram ao estudo do comércio nos sertões.

com os gentios que apresentavam um problema constante para a realização das viagens. Os Cayapó atacavam principalmente na travessia entre o rio Pardo e Taquari, na fazenda Camapu, ou então nas margens do rio Pardo, nos acampamentos dos navegantes durante a viagem (HOLANDA, 1964; GIRALDINI, 1997).

Com tanta movimentação, o sertão acabou se tornando um palco de conflitos, envolvendo colonos, padres seculares, missionários e índios. No Sul da capitania de Goiás a maior ameaça, segundo os colonos portugueses, vinha dos grupos Cayapó, que eram a nação mais hostil e belicosas da época, temidos até por outros grupos indígenas. Foi o grupo que realizou os maiores e mais prolongadas disputas contra os colonizados, tentavam por todo meio, impedir que se estabelecessem em suas terras e que fossem capturados, escravizados e executados. No Norte as ameaças aos colonos vinham dos grupos: Akroá, Xacribá, Xavantes e os Canoeiros, os mais bravos segundo a historiografia. Os três primeiros foram aldeados, à custa da Fazenda Real, e o último, não foi possível sua redução (CHAIM,1983; RAVAGNANI, 1986).

Os ataques dos índios, eram tantos e tão constantes, que parecia sem solução, e várias juntas foram feitas para que pudessem deliberar qual a melhor forma de combatê-los. Não raro, a população colonial pedia ofensiva contra os Cayapó, alegando a sua intensa barbárie cometida através dos seus ataques; matando mulheres, escravos, crianças, animais e ainda queimavam tudo que podiam. O argumento exposto serviu para influenciar o conselho ultramarino a se posicionar em “guerras justas” contra os Cayapó visto o trato violento contra os brancos. Foi então que o governador da capitania, D. Luiz de Mascarenhas, criou duas Companhia de Soldados de Matto, dirigida por dois alferes para promover o patrulhamento e a caça ao índio. Em vão, foram tomados outras providencias em relação ao índio, apelando para a contratação de sertanistas com o apoio dos “índios mansos”, medida preferida durante o século XVIII (CHAIM,1983; RAVAGNANI, 1996; TAUNAY, 2012).

> *“As bandeiras se reformularam no sentido de atacar os grupos indígenas, para que o caminho ficasse livre para que pudessem explorar suas terras a procura do material precioso. As bandeiras incumbidas de descobrir novas minas eram organizadas por particulares. Começaram a partir daí a ser financiadas e organizadas pelo governador,*

> *mas "a vã procura se estenderá ainda por muitas décadas, declinando acentuadamente após 1780, mas não se extinguindo totalmente. Também não partem mais da província de São Paulo. As expedições são organizadas nos próprios arraiais goianos" (RAVAGNANI, 37:10-1).*

Os grupos Cayapó atacavam estrategicamente comboio de viajantes que fazia o percurso de Goiás a São Paulo, não o bastante eles também atacavam as vilas e povoados no Sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Leste de Mato Grosso e Norte de São Paulo (SILVA E SOUZA, 1874). Suas ações guerreiras os tornaram conhecidos como um dos grupos mais temidos do Brasil Central, e, em decorrência disso foi o grupo que mais sofreu baixas durante o século XVIII e XIX.

Em outro registro de um Bando que versava sobre a guerra que se pretendia fazer aos Cayapó do sul, datado de 1745, o mesmo Dom Luís Mascarenhas mostrava-se preocupado com os *"repetidos insultos, continuas mortes, estragos e roubos q.' Gentio bárbaro de nação Cayapó, e os mais q.' infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goyaz [...] commetterão*".[15] O caminho citado pelo governador e capitão-general era a estrada que ligava São Paulo até Vila Boa, o Caminho dos Goiases. O que é importante salientar é que Dom Luís apontou não somente os Cayapó do sul, mas também outros índios como os autores dos ataques, evidenciando a existência de grupos indígenas na área de ocupação Cayapó do Sul.

Desta forma, grandes expedições foram formadas contra os Cayapó, realizadas durante o século XVIII, a primeira Bandeira a entrar em confronto com os Cayapó foi realizada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho[32], convém salientar que a bandeira do Anhanguera enfrentou os Cayapó em vários combates e tantos morreram de ambos os lados, e aprisionaram alguns índios.

O trabalho dos bandeirantes, era basicamente o extermínio dos povos, os sobreviventes eram aprisionados, levados para os aldeamentos onde continuava a sua submissão. Obrigados a trabalhar de forma gratuita para os processos da colonização e agora titulados de "civilizados", usados também na luta e conquista de outros selvícolas. Desta forma, em 6 de janeiro de 1742, sobre a comando de Dom

[32] Bartolomeu Bueno da Silva (filho), conhecido como segundo Anhanguera, apelido dado pelos índios devido a sua crueldade e caráter genocida que significa em língua tupi *"Diabo Velho".*

Luís de Mascarenhas foi estabelecido um Regimento para regular a ação dos Capitães de Cavalos da Conquista dos Cayapó. A ordem era de extermínio aos índios que não se rendessem. Os índios que aceitassem a submissão seriam levados para Vila Boa, onde o destino seria decidido por uma Junta com o governador (RAVANGARNI, 1996).

Antônio Pires de Campos[33] foi um outro bandeirante que também fez várias campanhas contra os Cayapó, inclusive financiados pela coroa, para que pudesse garantir a segurança da população. Assim foi montado estratégias onde os Bororo, chefiados por Pires, ficariam alocados, designando que os mesmos sempre andassem armados. Aqui já se vê a primeira formação dos Aldeamentos, seriam os Aldeamentos Quarteis, que será melhor delineado no capítulo referente aos aldeamentos apresentado a seguir.

Em 15 de julho de 1748, o regimento de Antônio Pires de Campos, com seus 500 índios bororo, rivais dos Cayapó, foi contratado, por uma arroba de ouro para retirar os índios da região (**Transcrição no Adendo I**). Sua expedição era composta por quinhentos Bororo, que dizimaram inúmeros índios Cayapó, chegando até a "grande aldeia Cayapó", que ficava situada nas imediações de Camapuã.

Contudo, mesmo que não fizessem mais os ataques nas estradas, os Cayapó continuaram a aterrorizar e agredir outros índios e as populações que se instalavam mais distante das estradas. Os ataques constantes dos índios Cayapó eram tantos, que Antônio Pires, se beneficiou com isenção de impostos, perdão de dívidas, para que fizesse os trabalhos de proteger a população e pelear contra os índios. O rei Dom José I aprovou o empréstimo a favor da provisão de 07 de março de 1752 **(Transcrição no Adendo II**). Em 1752, as incursões contra os Cayapó se intensificam, o que não logrou em êxito (SILVA E SOUZA, 1812/1849; CHAIM,1983; TAUNAY, 2012; RAVAGNANI, 1996).

O Capitão Antônio Pires de Campos falece entre os anos de 1751 e 1760, de uma flechada dentro do barco, em um encontro com os Cayapó (CASAL, 1945: 160)[34].

---

[33] Conhecemos a importância histórica das ações promovidas pelo Bandeirante Antônio Pires de Campos contra o povo Cayapó, que verte para um movimento sangrento de extermínio e tomada de terras do povo Cayapó. Terras essas, que posteriormente se transformariam em grandes latifúndios, pelas mãos dos geralistas, movimento este, que já se fazia após a baixa do extrativismo do ouro, como bem pontua Giraldin (1997), Lourenço (2005, 2010), entre outros.

[34] *O terreno médio entre os dois Uberaba e uma planície de 10 léguas de largura, sem a menor elevação acima do horizonte, e absolutamente destituída de mato, onde andam veados e emas. No meio do século passado vivia, entre o Paranaíba e Rio Grande, uma horda de Bororo, cujo cacique era então um paulista chamado Antônio Pires*

Nos anos de 1759 e 1770, uma expedição comandada por Victo Antônio, atacou duas grandes aldeias, dizimando todo o grupo, não poupando nem os índios que se rendiam (MATTOS, 1874; SILVA E SOUZA, 1874; WÜST, 1983).

Nos anos entre 1772 a 1778, duas expedições violentas contra os Cayapó foram realizadas pelo capitão Bulhões, sendo a primeira sem sucesso e a segunda pouco descrita. A principal informação que nos interessa é que o capitão encontrou as aldeias Cayapó. Embora elas estivessem abandonadas, nelas, estimavam que deveriam ter mais de quatrocentos indivíduos (MATTOS, 1874; SILVA E SOUZA, 1874; WÜST, 1983).

Nos anos de 1778 a 1783, período do governo de Luiz da Cunha Menezes, foram feitos contatos com o objetivo de pacificação definitiva dos Cayapó. A expedição comandada por José Luiz Pereira em 1780, resultou na criação do Aldeamento Maria I, datado de 16 de julho de 1781, como descrito anteriormente (ALENCASTRE, 1979; WÜST, 1983; GIRALDIN, 1997).

A solução para conter os constantes ataques indígena aos arraiais e nos caminhos tanto terrestres como fluviais, foi a criação de aldeamentos para que pudessem se apropriar do território Cayapó. Essa política foi aplicada na segunda metade do século XVII e aconteceu até o início do XIX, numa tentativa de pacificação desses povos após várias tentativas para dizima-los (CHAIM, 1974). Os aldeamentos eram compostos por populações indígenas oriundas de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, e localizavam-se estrategicamente ao longo da estrada, que ligava a capitania de São Paulo às minas goianas.

> *"A zona centralizada por Vila Boa foi reedificada em 1774 com a construção do aldeamento de São José de Mossâmedes e Maria I. A mesma época (1774), na área do sudoeste, foi fundada por mineradores que haviam abandonado as minas esgotadas de Santa Luzia, o arraial de Bonfim, atual Silvânia, que logo*

de Campos, moco de muita esperteza, habilidade, e gentio para fazer deste povo quanto dele se pretendesse por sua intermediação. Este homem, a quem seus crimes fizeram procurar tal sociedade, morreu entre os anos de 1550 e 1560 duma flechada num braço, em um encontro com os Cayapó. Seus camaradas lhe medicaram por muitos dias com toucinho assado quente, até o porem numa povoação de cristãos em Minas Gerais, para ver se o curavam. Choraram-no por espaço dum mês como a pai comum (CASAL, 1945:160).

> *depois foi abandonado devido aos ataques dos Cayapó [Cayapó] e na região centro oriental formou-se em 1769, o arraial de Santo Antônio do Morro do Chapéu, mais tarde Monte Alegre de Goiás" (CHAIM, 1974: 28).*

Uma teia de interesses estava imbuída nos aldeamentos nos quais se aponta sucintamente: conter os ataques dos índios aos colonizadores que chegavam para a exploração da terra; a utilização do indígena como mão de obra; a desapropriação de suas terras; a proteção não só das estradas, mas do território brasileiro a partir dos aldeamentos já instalados, assim promovendo a rápida expansão territorial aumentando seu território e consolidando o domínio territorial da coroa Portuguesa, conforme descrito no item a seguir.

2.5 Os aldeamentos na Capitania de Goiás

Os sertões mais cobiçados no século XVIII correspondiam aos territórios entre Minas Gerais, Minas do Cuiabá e as Minas de Goiás. A Capitania de Goiás fazia parte de um imaginário que envolvia a conquista de amplas riquezas. Dentro deste contexto, não raro, as grandes incursões pelos sertões de terra áspera, envolvia vultosos perigos. O sertão era definido como um lugar ocupado por povos diferentes, exóticos, a terra dos selvagens e de índios ferozes. Foi assim que concomitante à formulação do conceito e da imagem de sertão, serviu a imagem do Tapuia[35], como palco da barbárie, do exótico, do medo, enfim da alteridade, representando tudo que era contrário à ideia de civilização.

Para Kalina Silva (2003), a conquista do Sertão da Capitania ganhou diferentes significados para os grupos envolvidos. Para a Coroa significava alargar os seus domínios para além do litoral e assegurar a defesa interna contra possíveis invasões; para as elites coloniais a possibilidade de aquisição de terras e títulos; para os paulistas a busca de terras, títulos e escravos; para a Igreja a abertura de novas fronteiras para a catequese; para os pobres e vadios das vilas açucareiras a possibilidade de ascender socialmente e aquisição de terras "desocupadas" (SILVA, 2003:188, 234 e 311).

Pizzarro (1822) *apud* Chaim (1983) assevera que não existiu um só lugar na capitania de Goiás por onde não exista as hostilidades do gentio. Seus habitantes se viam presos pelas "*nações bárbaras"*[36] que os circundavam, impedidos, portanto, de estender a povoação, a cultura da terra, e o descobrimentos de novos veios de ouro. Com as grandes terras no litoral do país destinado ao plantio de cana de açúcar, o plantio da lavoura ficava em segundo plano no interior do Brasil, pois os braços brancos eram insuficientes para o esse fim e se viam constantemente em escassez de outros alimentos[37], deste modo a escravidão dos índios foi uma alternativa já que no sistema de escambo contribuía com a formação econômica do país (CHAIM, 1983).

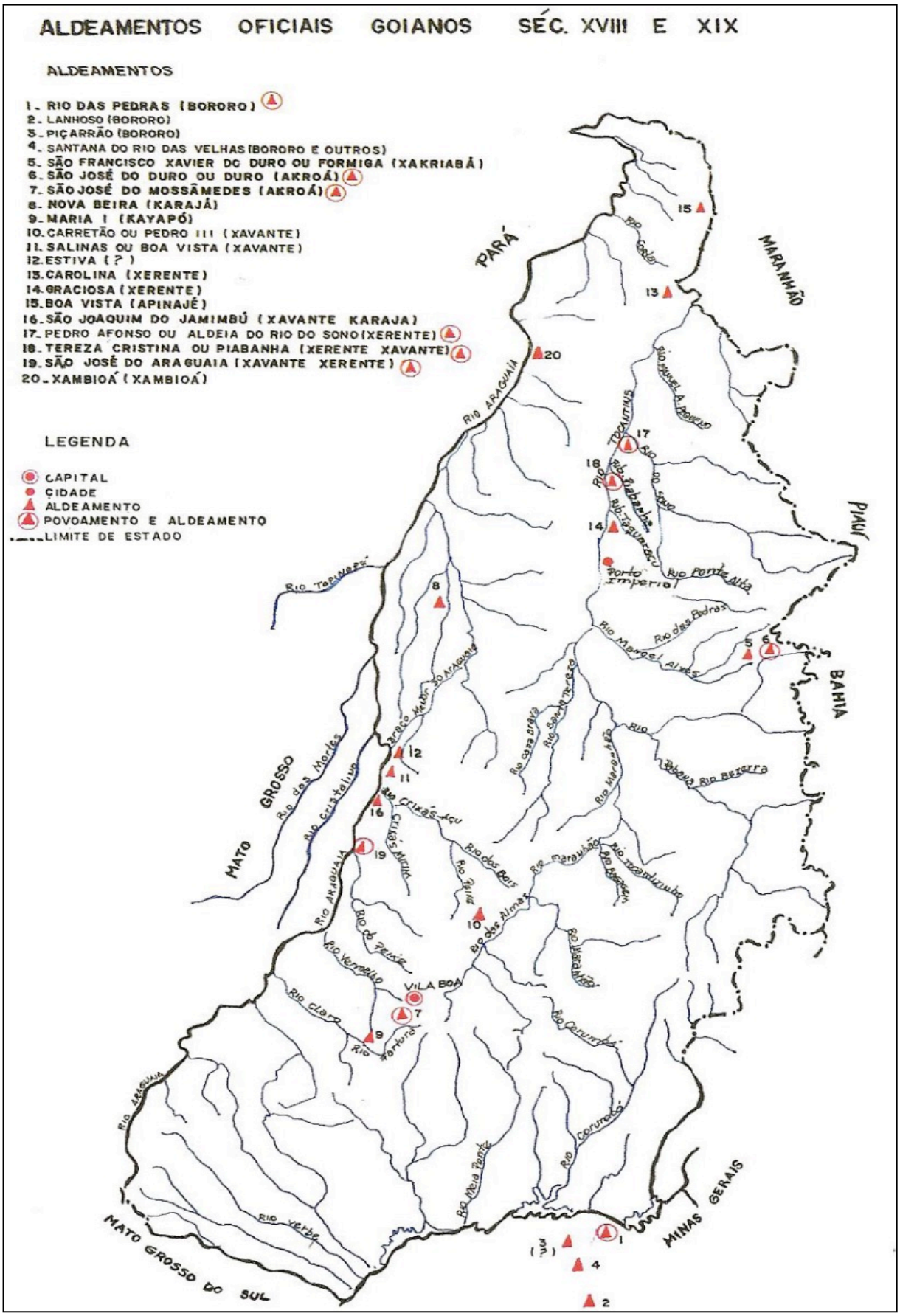
[35] Os colonizadores, mesmo reconhecendo diferenças e a existência de diversos grupos indígenas, em termos linguísticos, físicos e de seus ritos, os classificavam grosseiramente de Tupis, os aliados a eles e Tapuias, que eram os índios que não se sujeitaram a submissão e as ordens dos colonos. O termo tapuia, serviu para determinar de forma genérica por parte dos colonizadores, os índios que eram violentos e usados na condição de inferioridade.
[36] Na fala da autora, que não representa a minha opinião expressa.
[37] Para mais diálogos sobre a escassez de produtos em Goiás, ver ALENCASTRO, Elaine, A Carne na dieta alimentar: Preferência ou Necessidades em Goiás no século XVIII e XIX. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade federal de Sergipe- UFS, Laranjeiras- SE, 2014.

Os primeiros aldeamentos oficiais criados na província de Goiás, tiveram início em 1741 com a instalação de três alojamentos para os guerreiros Bororó trazidos de Cuiabá pelo sertanista Antônio Pires de Campos. Foi criado a Aldeia do Rio das Pedras – 1741; Lanhoso – 1748; Piçarrão – data desconhecida. Ficavam próximos uns dos outros e se localizavam na região Triângulo Mineiro[38], área mais conflitante, construídos ao longo da estrada com o objetivo de conter os ataques do gentio Cayapó. Sant'Ana do Rio das Velhas, construído em 1750. Os outros dois aldeamentos erguidos nesse período localizavam-se na região norte e fazia parte da Missão do São Francisco Xavier conhecidos como São Francisco Xavier do Duro, também chamado de Formiga – 1750, e São José do Duro ou Duro – 1751 no atual estado do Tocantins (CHAIM, 1983; RAVAGNANI, 1987).

Nos anos de 1755-1788, começa a decadência da mineração e a atuação pombalina no Brasil, assim os aldeamentos passaram a serem erguidos e administrados segundo os princípios do Diretório, a partir de medidas governamentais para a promoção da agricultura. Sob o julgo do governo desse período, foram construídos em Goiás, além do Aldeamento Maria I (1781), os aldeamentos de São José de Mossâmedes (1774); Nova Beira (1774-1775); Carretão ou Pedro III (1788); Salinas ou Boa Vista (1788); Estiva (sem data conhecida) (CHAIM, 1983; RAVAGNANI, 1987; STIVAL, 2015).

Um mapa com a localização dos aldeamentos do século XVIII e XIX é apresentado a seguir:

[38] Triângulo Mineiro que em 1916 se desligou da província de Goiás e se anexou à de Minas Gerais.



Mapa 14 - Distribuição dos aldeamentos indígenas oficiais entre o século XVIII e XIX.
Fonte: ARAUJO *et al* (2012).

2.5.1 A política dos aldeamentos

A presença do indígena no Brasil Colônia se tornou um grande problema para a política portuguesa, devidos aos constantes empecilhos colocados aos brancos para o desenvolvimento do comércio, da navegação fluvial, da exploração dos recursos minerais e do povoamento regional. Por outro lado, ainda havia a questão da persistência dos missionários, que enxergavam nos povos indígenas uma certa cosmovisão a respeito dos dogmas da igreja adicionando mais um problema a invasão da Coroa portuguesa nas terras da colônia e no combate contra o índio.

Os processos de aldeamento estavam sobre a régia de uma legislação canônica que serviu de justificativa para o aprisionamento e escravização dos índios, os maus tratos e tantos outros abusos cometidos. A violência marcou profundamente o processo dos aldeamentos. Muito embora, os diálogos de como se procederiam à colonização partissem também de um discurso humanitário de defesa do índio, o que prevaleceu de fato foi às conquistas abruptas sobre o comando das “Guerras justas” (CHAIM, 1983).

A construção dos Aldeamentos, parte de uma política Inaciana[39], instaurada no Brasil a partir de 1690/1700. Esta política é decorrente do movimento capitalista que se instalava na Europa a partir do Século XVI e que repercutiu no Brasil, promovendo a arrancada da mineração nas Gerais, tornando este país a principal Colônia do Império Português, sobre as prerrogativas concedidas pela Santa Sé, o Padroado[40] (BOXER, 2002; MACEDO, 2011).

As reformas religiosas encontraram no Novo Mundo a conquista de novos fiéis, estratégia que foi conduzida através da catequese e das missões. Os jesuítas foram os principais protagonistas para a evangelização do índio Americano, logo, sua escravização, como suporte das campanhas de exploração, as Bandeiras (BOXER, 2002). As bandeiras adentravam o interior do Brasil a procura de aprisionar os índios, promovendo a tomada de suas terras para área de pastagens destinadas a criação

[39] Ao Santo Inácio de Loyola (1491-1556) – Companhia de Jesus.
[40] De um modo simplista o Padroado refere-se às ações dos papados dos séculos XV e XVI, não quiseram ou não puderam arcar com o ônus para a implementação das atividades eclesiásticas no Brasil, assim concedendo à coroa de Portugal, direitos sucessivos em bulas, benefícios que dentre outros, dava direito a coroa de receber dízimos, organizar as Missões, devendo manter as mesmas (BOXER, 2002: 242-285).

de gado, além da promoção de prospecções em busca de minérios ao longo dos rios (PALACIN, 1997).

Segundo Richard Konetzke (2007:21) a constituição jurídica e social do homem medieval está inspirada pela religião. Foi esse o movimento da conquista dos portugueses e espanhóis além-mar, e que continuou se inspirando até as conquistas das terras dos sertões pelos portugueses. Antes mesmo da vinda e estabelecimento dos portugueses para o Brasil, as políticas em prol do "descobrimento" e povoamento da nova terra já estava atrelado as ordens religiosas que não se desassociavam da lei imperial da conversão como condição da conquista. O laicismo político é coisa dos nossos dias, o "*homo politicus"* em estado de pureza não existia. As questões políticas eram totalmente vinculadas das questões doutrinárias, e eram acima de tudo, problemas de consciência, as ideias políticas e crenças mesclavam-se (FRANÇA, 1997:264).

Desta forma existiu uma influência das discussões iniciadas com os missionários da Companhia de Jesus sobre a questão indígena, a escravidão e/ou a liberdade restrita, castigos, tutela e a formação dos aldeamentos na América portuguesa. No Brasil, as definições de domínio que envolviam os indígenas foram estratégias elaboradas por Manoel da Nóbrega[41]. Essas diretrizes nasceram com o Plano Civilizador na Carta de Nóbrega ao Padre Miguel de Torres em 1558 e do Diálogo sobre a Conversão do Gentio 1556-1557. As palavras de Nóbrega ganharam dimensões dentro de um campo de debates e de significados, os quais serviram ao conjunto de leis na política do Estado (EISENBERG, 2000; RIBEIRO, 2008).

José Eisenberg (2000), assevera que as práticas políticas envolvendo os índios nos séculos XVIII e XIX, seguem um processo que para ele é chamado de "práticas de justificação". A tese sustentada por Eisenberg é a de que "*as missões jesuíticas do Novo Mundo formam o contexto histórico e intelectual do desenvolvimento do pensamento político-jesuítico do início da era moderna*", na medida em que uma primeira geração de missionários no Brasil buscava definir novas estratégias que lhes permitissem adaptar e alterar a doutrina religiosa para os fins práticos de seu empreendimento no Novo Mundo. Estas "práticas de justificação" elaboradas nas terras de missão teriam influenciado teólogos europeus. Eisenberg

[41] Manoel da Nóbrega foi um sacerdote jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica da América. Para mais informações a este respeito ver RIBEIRO, Núbia Braga; A companhia de Jesus e a instituição da escravidão no Brasil. História USP-SP, dezembro de 2003.

argumenta, de maneira bastante pertinente, que essas modificações conceituais são contribuintes, em última instância, do "*modus procedendi"* da Companhia de Jesus, "*uma dialética entre obediência e prudência resultante dos elementos voluntarísticos da doutrina espiritual de Inácio de Loyola*" (EISENBERG, 2000:14-19).

Assim Ribeiro (2009:322) mediante aos estudos de Eisenberg (2000), conclui-se sobre os planos de catequese e civilização indígena que os mesmos não devem ser pensados como algo externo ao Estado português e à religião, mesmo quando a jurisdição civil tenha passado, também, à administração dos índios, como tratado adiante, que trata sobre o Diretório dos Índios, demonstrando o quanto as leis sobre os índios oscilaram como estratégias e manobras incessantes de submete-los a todo custo.

A legislação no período colonial, permitiu a escravização dos indígenas principalmente nas seguintes condições: quando capturados durante as guerras justas; quando acusados de tentarem impedir a propagação do cristianismo; e quando encontrados na condição de cativos de outras tribos indígenas, ou quando surpreendidos amarrados a cordas para servirem ao canibalismo, um dos costumes que causava espanto e horror ao conquistador era o fato do gentio praticar a antropofagia, por isso foram qualificados como cruéis, bestiais e *"carniceiros de corpos humanos"* (EISENBERG, 2000: 239; PERRONE-MOISÉS, 2009: 123).

O índio era tratado de forma pejorativa e diminuta. Seu modo de vida e crenças foram tomadas por certo horror aos homens brancos. Esse horror ao diferente, foi a justificativa de incapacidade, e os jesuítas, e homens do governo se sentiam na obrigação maior em eleva-los em um estado de consciência cristã. Assim a tutela dos índios vem da concepção de incapazes e de instáveis, na concepção dos governantes do poder colonial (EISENBERG, 2000; RIBEIRO, 2008).

Para o índio pacificado, a legislação previa o trabalho remunerado, o que era feito após o pagamento de todos os gastos envolvidos na expedição de seu descimento e os custos com o seu aldeamento. O aldeamento se tornar o espaço ideal para que pudessem aprender a disciplina, convivendo com regras e horários, a conversão ficaria garantida pela tutela, permitindo a correção do gentio e o aldeamento serviria à incorporação dele à sociedade colonial, sob a égide dos administradores. No ideário era um dever do Estado expandir o cristianismo, zelar pela conduta espiritual dos habitantes da colônia, retirar o gentio da barbárie em que

vivia, transformando-o, assim em utilidade para a própria conquista no qual ele fazia parte (RIBEIRO, 2008; CUNHA, 2014).

Quando o efeito não era o desejado a redução dos índios e se instalava a resistência indígena ao propósito civilizador, mudava-se o jogo para o passo subsequente, no qual o índio era qualificado como inimigo. As guerras justas, que nada mais era um conceito teológico e jurídico com raízes no direito de guerra no período medieval. Estabelecia que eram lícitos a guerra e o cativeiro, como premissas à solução de pôr fim aos ataques dos gentios bravios e às constantes formas de resistências desses povos. A concepção de persuasão, por exemplo, significava o uso do medo e do castigo para converter os índios como método para mantê-los na doutrina. Juridicamente, decidiu-se pela escravidão aos pecadores, ou seja, os indígenas inimigos e pagãos, como maneira de aplicar-lhes uma punição (CHAIM, 1983; KONETZKE, 2007; RIBEIRO, 2009).

As medidas tomadas pelos jesuítas, de certa forma não servia ao uso da coroa. O Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), quando no cargo de Primeiro-Ministro de Portugal (1750-1777), encabeçou uma campanha que resultou na decisão de Dom José I em expulsar, por meio da Lei de 3 de setembro de 1759, os jesuítas das terras brasileiras. Pombal tinha como interesse integrar os indígenas à sociedade colonial para assegurar a posse do território conquistado pelo Tratado de Madrid, visto que nem Portugal nem o Brasil possuíam uma população adequada para realizar tal propósito (CHAIM,1983).

Entre essas medidas estava o “bom tratamento” a ser dispensado aos índios, visando torná-los súditos “civilizados” e “úteis”, que povoassem o território pertencente à Coroa desta forma compreende-se a necessidade de ter os índios como vassalos. Em Goiás, a legislação pombalina ganhará força mais tarde, quando a atração dos indígenas poderia auxiliar também na prosperidade da capitania, tendo em vista a decadência da mineração.

Essas aldeias cumpriram a intenção dos portugueses de expandir suas fronteiras e aumentar o número de súditos ao incluir os povos indígenas na sociedade colonial. A proposta do espaço rural é ensinar aos índios uma nova forma de vida, que lhes permita se integrar à sociedade do entorno e contribuir para a expansão e manutenção de seus territórios. Isso deve ser alcançado impondo a religião católica e realizando a educação para o trabalho.

Entre as mudanças do período pombalino, destacaram-se as leis emitidas no ano de 1755, entre elas: a Lei de 4 de abril, que incentivou o casamento entre indígenas e colonos; a Lei de 6 de junho, que instituiu a liberdade dos índios no Estado do Grão-Pará e Maranhão; e a Lei de 7 de junho, a qual anulou o Regimento das Missões no referido Estado e proibiu a administração dos aldeamentos por missionários. Com a implantação das Leis de 6 e 7 de junho de do mesmo ano, os indígenas obtiveram liberdade para se governarem, o que não vigorou de fato. As lideranças indígenas mal instruídas, até então pelos padres, não possuíam aptidão para se governar, sendo estes substituiu por diretores (CUNHA, 2009).

Por esse motivo, os aldeamentos passaram a serem erguidos e administrados segundo os princípios do Diretório, prerrogativas do ato português de tornar o índio um ser civilizado, e assim ter acesso à cidadania. Por certo esse era um dos significados dos aldeamentos iniciados no século XVIII. O Regimento instituído por um Diretor Geral dos Índios, onde estabelece as atividades que esse funcionário nomeado pelo Imperador o qual deveria desenvolver:

> *"Um diagnóstico social e econômico das aldeias existentes (parágrafo 1º), no sentido de entender as razões de seu sucesso ou sua decadência. Depois, propor ou não a "reunião de duas, ou mais, em uma só" (parágrafo 2º) por métodos não violentos e determinar o que será feito com as terras desocupadas nesse processo (§ 4). O diretor pode, ainda, sugerir a edificação de igrejas e moradias nas aldeias (parágrafo 9º), distribuir todos os objetos mandados pelo governo (parágrafo 10º), demarcar as terras aldeadas e arrendá-las, por até três anos, quando achar necessário (parágrafos 11º e 13º). Estas instituições seriam como um meio do índio chegar à civilização (STIVAL, 2015; 172).*

Pombal, além de ordenar o estabelecimento do Diretório dos Índios, as diretrizes apresentavam características novas em relação ao indígena. Saía da esfera do missionário e da situação do elemento segregada, através do incentivo à miscigenação, e das pretensões de tornar os aldeamentos em núcleos de povoamento. Tentando ainda fazer do índio um aliado, investiu na fixação das

fronteiras com tratados e comissões de demarcação. A construção de fortificações teve impulso nas regiões norte, Sul e na fronteira a oeste da colônia. Do mesmo modo, Pombal enviou Instruções ao vice-rei do Brasil, Conde da Cunha, na carta de 26 de janeiro de 1765. Apontava as finalidades de sua política com o estabelecimento de povoações civis com índios, onde dizia que o convívio com os brancos os levaria à aprendizagem dos costumes nos núcleos urbanos, cessando os assaltos nos caminhos e vilas. Pretendia-se propiciar a integração à civilidade dos índios com objetivos claros de apaziguá-los e, em seguida, usá-los, na defesa do território (CAIM,1983; RIBEIRO, 2008).

Mesmo com os aldeamentos, a dispersão dos índios não foi contida, fato que já era uma constante no litoral, foi ocorrer em Goiás. Muitos dos aldeamentos tão rápido quanto surgiram, foram abandonadas. A ideologia e a forma organizacional dos aldeamentos, bem como a falta de recursos e o tratamento de colonos e missionários dispensados aos nativos, acrescidos ao avanço do Estado colonial português e, a consolidação progressiva do Estado brasileiro sobre os territórios indígenas, estimularam a reação de alguns índios aldeados, fazendo com que os índios desertassem, fugindo para antigas aldeias na floresta (MOREIRA NETO, 2005).

Perante os resultados alcançados pelo Diretório, o então príncipe regente Dom João VI, por meio da Carta Régia de 12 de maio de 1798, determinou a extinção dos aldeamentos. Os índios aldeados foram colocados em liberdade e os índios independentes (não aldeados) submetidos ao regime tutelar, ficando estes passíveis de serem utilizados como cativos por particulares durante um período definido por juízes. Dessa maneira, novamente as guerras, o extermínio e o cativeiro dos indígenas continuaram (CUNHA, 2009: 147).

Com o fim do Diretório, os bens que compunham os aldeamentos foram colocados à venda. A ocupação dos aldeamentos pelos colonos foi permitida, e os indígenas foram distribuídos nos povoados para trabalhar para o governo, para os colonos e compor o serviço militar destinados aos índios. Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, por ocasião da invasão napoleônica na Península Ibérica, iniciou-se novamente um período de hostilidade contra os povos indígenas que se estendeu até 1831, quando D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro. Neste período, foram emitidas várias leis aprovando o cativeiro e atos de guerra contra determinados grupos indígenas (MOREIRA NETO, 2005).

2.5.2 As Aldeias em Goiás

Em análise aos aldeamentos que ocorreram em Goiás a partir do século XVIII, serviram ao mercantilismo português. O tratamento dado ao selvícola se modificou conforme seus interesses. Os aldeamentos datados entre os anos de 1747-1750 eram chamados pelo governo de Quartéis aldeamentos para abrigar a "guarda indígena", em especial os Bororo. O momento era de grande conflito entre índios, colonos e jesuítas. Muito embora a doutrinação ficasse a cargo das estratégias do cristianismo, esses aldeamentos eram destinados aos índios que já estavam pacificados e serviam ao governo no ataque contra outros índios (especialmente os Cayapó). Na mentalidade do governo esses aldeamentos serviam de proteção contra aos ataques indígenas, tanto que foram construídos perto da estrada de São Paulo para Cuiabá até Goiás (CHAIM, 1983).

Já os aldeamentos criados no período entre 1749-1752, tinham a configuração de uma prisão. Os índios eram contidos em um espaço, vigiados e ordenados pela guarda real sob a tutela eminentemente jesuítica. Esse período é marcado pelo auge do ouro nos sertões, e o começo do processo de urbanização. Neste momento, o território goiano estava sendo totalmente vasculhado a procura do metal preciso. Desta forma, os índios dificultavam ao acesso das terras (RAVAGNANI, 1996).

O governo e população se reuniam para colaborar, no sentido de financiar as ofensivas contra os índios e na manutenção dos aldeamentos. Na prática do dia-a-dia dos aldeamentos, não havia muita diferença do período anterior, pois eram obrigados a trabalhar, a serem produtivos, eram castigados e doutrinados na cultura cristã. Nesse sentido, ambos, governo e igreja já estavam em uma disputa para deter os trabalhos dos índios nas lavouras. Desse modo, durante a primeira fase de produção econômica, a mão-de-obra indígena na mineração foi desnecessária. A finalidade dos aldeamentos era manter o índio pacífico confinado. Dos índios hostis cuidavam os bandeirantes, matando, escorraçando, expulsando para regiões distantes, aprisionando os remanescentes e entregando-os aos aldeamentos em outras palavras; "limpavam o território" (RAVAGNANI, 1996).

A partir da 1774/1775 até o ano de 1787/1788, existiu o abandono dessa política indigenista. A mineração entrou em decadência, e inicia a transição da

economia minerária para a agropecuária e no comércio entre as províncias, ao mesmo tempo, a ruralização da sociedade. Diante desta nova realidade econômica as relações com os indígenas se alteram radicalmente, a política indigenista posta em vigor pelo marquês de Pombal, proibia a devastação das tribos. Era necessário a mão de obra gratuita para o trabalho com a lavoura. As ordens eram no sentido de ir à selva com padres e índios mansos buscar os irmãos para viverem em comunhão com os colonizadores (RAVAGNANI, 1996; CHAIM, 1983).

O método deveria ser através da persuasão e da dádiva. O objetivo era tornar todas as tribos amigas e aliadas. À coroa cabia tão somente despender dinheiro para a construção dos aldeamentos. E deles mesmos saíam os habitantes em busca de outros. Antes as bandeiras se armavam e partiam dos arraiais; agora as expedições se formavam e partiam dos aldeamentos. Coube aos indígenas contribuir para o aumento do número de povoados e engrossar a população, bem como auxiliar no comércio entre esses arraiais e as províncias (RAVAGNANI, 1996; CHAIM, 1983).

Os aldeamentos foram construídos perto de Vila Boa e deveriam, a partir delas, se tornarem futuras vilas. Os prédios e a disposição entre eles deveriam ser projetados de forma urbana, com uma praça central, igreja, quartel, ruas, ranchos para os viajantes, uma vez que deveriam auxiliar no comércio como pouso, fornecimento de alimentos, mulas e remeiros. Mesmo que na prática nem todos os aldeamentos seguiam as suas plantas originais. Quanto mais povoados surgissem, melhor para a agropecuária e a navegação. A própria suntuosidade servia como atração de novas tribos. A economia nestes aldeamentos era em parte semelhante à das missões jesuíticas. Era comunitária e os índios trabalhavam na agricultura e na pecuária sob a inspeção dos soldados pedestres indígenas (CHAIM, 1986; RAVAGNANI, 1986/87).

2.5.3 Aldeias Quartéis

A primeira fase dos aldeamentos em Goiás, datada de 1741 à 1751, coincidiu com o período de apogeu do ciclo do ouro. Ravagnani (1996) identifica os primeiros aldeamentos como quarteis-aldeamentos. Os Aldeamentos Rio das Pedras (Cascalho Rico), Santana do Rio das Velhas (Indianópolis) e Lanhoso foram constituídos para abrigar os índios Bororo trazidos de Cuiabá pelo sertanista Antônio

Pires de Campos. Ficavam próximos uns dos outros na região do Triângulo Mineiro, área mais conflitante, construídos ao longo da estrada. Serviam como soldados na defesa dos comboios que transportavam ouro para São Paulo, também na caça de outros índios, especialmente os índios Cayapó do Sul que ocupavam intensamente as duas margens do vale do Paranaíba. O papel defensivo foi a razão principal de implantação desses aldeamentos, junto ao único caminho de São Paulo para as minas goianas. Sendo também locais para pousos de tropas, contudo, não evoluíram para arraiais (LOURENÇO, 2005).

As informações sobre esses primeiros aldeamentos, se resumem nas descrições segundo os primeiros viajantes que passaram pela província de Goiás e as cartas de ordenamento, de modo geral alude-se que os primeiros aldeamentos se constituíram da mesma forma como descrito para o aldeamento Rio das Velhas. Segundo consta, neste aldeamento:

> *"Os índios eram mestiços e estavam subordinados a um capitão e oficiais subalternos, escolhidos entre eles e por sua vez submetidos ao comandante do Rio das Velhas. Este era diretor dos, diversos aldeamentos da região compreendida entre este rio e o Paranaíba. Os habitantes da povoação não pagavam dízimo, mas, se necessário, deveriam auxiliar o destacamento militar do Rio das Mortes. Prestavam serviço na balsa do Paranaíba ganhando 1500 réis por mês. Suas terras eram alienáveis, e com permissão deles os brancos podiam se estabelecer nelas, na condição de agregados. Ao se retirar eram obrigados a deixar as benfeitorias como indenização pelo uso da terra. Trabalhavam na agricultura, cada um cuidando da sua roça, sob a direção do capitão, que podia castigar os preguiçosos. De vez em quando o diretor enviava um militar para examinar as plantações. A localização do aldeamento na Estrada São Paulo - Goiás facilitava a venda de seus produtos. Em vista disso afirma Saint-Hilaire que andavam sempre bem vestidos. Não havia entre eles nenhum artesão especializado. Comprava dos tropeiros ou permutavam com seus vizinhos algodão, fiado pelas mulheres, e peles de veado. Eram analfabetos*

> *e não conservavam nenhum costume de seus antepassados. Falavam entre si em língua indígena que Saint-Hillaire diz ser a Língua geral ou da costa." (SAINT-HILAIRE, 1819 apud RAVAGNANI, 1996: 13/14).*

O Aldeamento Rio das Pedras (Cascalho Rico), foi fundado em 1741 por Antônio Pires de Campos (1862), foi construída numa região de bosque, duas léguas do Paranaíba, próxima ao ribeirão das Pedras, vem daí o seu nome. Atualmente a antiga Aldeia do Rio das Pedras está a cidade de Cascalho Rico, em Minas Gerais. Esta região era conhecida por Sertão da Farinha Podre, localizado entre os rios Paranaíba e Grande e hoje conhecido como o Triângulo Mineiro, onde também abrigava as Aldeias de Sant' Ana e Lanhoso. Esses aldeamentos eram conhecidos como aldeia dos índios Bororo (CHAIM, 1983; RAVAGNANI, 1996).

Sobre a Aldeia do Lanhoso, sabe-se que se localizava a uma distância de doze léguas do Rio das Velhas, nada consta nos documentos oficiais quanto a sua criação. Sabe-se da sua existência através das informações genéricas e superficiais mencionadas nos relatos dos sertanistas, documentos e cartas oficiais. Por duas vezes, Dom Marcos de Noronha se referiu ao local denominado Sítio do Lanhoso: na carta e no regimento. Os documentos afirmam que Antônio Pires de Campos, obedecendo ordens do governador, atravessou o Paranaíba e na Estrada do Anhanguera fundou as Aldeias de Rio das Pedras, Sant' Ana e Lanhoso, para abrigar seus guerreiros bororo (RAVAGNANI, 1996). Portanto, sua fundação poderia estar associada ao ano de 1748, com a transferência dos índios Bororo para o local, onde havia um destacamento desde 1745.

Saint-Hilaire em suas viagens (1819) afirmou que onde existia o aldeamento Lanhoso, havia um rancho e duas miseráveis choupanas habitadas por índios descendentes dos Bororo, contudo, esses informam que tinha parentes estabelecidos na vizinhança. Descreveu a região como de terreno não uniforme, montanhoso, cheio de pedras, com os morros cobertos de árvores e os vales de bosques, e nas depressões pantanosas e muitos buritis e erva espessa.

D' Alincourt (1823:2006) em sua viagem descreve que:

> *"...onde há um só morador carregado ali estabelecidos queimaram tudo quanto possuía, e ainda quando passei*

> *estava arranchado debaixo de uma copada árvore: o terreno até este pouso assemelha-se ao que fica entre a Posse, e a Farinha Podre. Junto ao Lanhoso está uma grande escavação feita pelas águas, onde a terra se desliga facilmente, e é toda misturada com cascalho grosso, e pequeno: disse o morador, que ali se tinham tirado pedras preciosas, e algum ouro" (D' ALINCOURT, 2006: 53/54).*

A aldeia do Piçarrão, encontrava-se a 25 léguas de Boa Vista. Pouca coisa se sabe, conforme Sousa (1843) a aldeia do Piçarrão, tratava-se de uma pequena aldeia, seus habitantes, alguns poucos casais, vieram da Aldeia do Rio das Pedras, que ficava em uma distância de seis léguas. Este aldeamento foi dirigido pelos jesuítas até a sua expulsão.

Em 1819 Saint-Hilaire localizou a aldeia do Piçarrão entre os aldeamentos de Boa Vista e Estiva, informa que possuía algumas casas, uma capela pequena e um rancho construído na margem do córrego Piçarrão. Segundo ele o lugar estava deserto, os habitantes, originários do Rio das Pedras, se retiraram uns para Estiva, outros para Boa Vista, alguns ficaram na região, mas não permaneceram no aldeamento se estabelecendo nas vizinhanças.

Quarenta léguas ao meio-dia de Santa Cruz está o Arraial de Sant'Ana, obra de duas milhas arredado da margem setentrional do Rio das Velhas, num sitio aprazível. O Lugar foi paroquia de todos os índios cristãos, que vivem na vizinhança da estrada de São Paulo naquelas paragens. Foi fundado em 1741 para habitação de 500 índios Bororos, vindos de Cuiabá em "socorro" dos colonizadores contra os Cayapó, que devastavam os novos estabelecimentos, e onde viveram até o ano de 1775, quando foram mudados para o Arraial de Lanhoso, ficando em seus lares um grupo de índios Xacriabás, trazidos das margens do Rio Preto, onde habitavam (atualmente terras do estado do Pernambuco). Cultivam mandioca, milho e legumes, proporcionadamente a necessidade da povoação (CASAL, 1945).

2.5.4 Aldeias das Missões (redução indígena)

Os aldeamentos que seguem a partir de 1750 foram constituídos na forma de redução indígena, aos índios pacificados, “subjugados”. Esses eram sustentados pela comunidade e pelo governo, comandado pelos padres jesuítas. Para conter os ataques indígenas a sociedade e governo se mobilizaram no sentido de financiar esses aldeamentos que ao fim ao cabo tinham mais cara de prisão do que de uma aldeia propriamente dita.

Em 1750 foi criado o Aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas (Indianópolis). No mesmo ano surgiu outro, o de São Francisco Xavier do Duro, conhecido também pelo nome de Formiga, nele foi alojado os recém-pacificados Xacriabás. Em 1752, foi erigido o Aldeamento de São José do Duro - ou Duro para receber os Akroá. Estes dois últimos formavam a Missão do São Francisco Xavier, edificada e dirigida pelos primeiros jesuítas que vieram à província em 1749 (RAVAGNANI, 1987).

O aldeamento Sant'Ana do Rio das Velhas, foi uma aldeia quartel, dirigido pelos jesuítas por um período bem curto. O Aldeamento Santa Anna do Rio das Velhas foi fundado pelo coronel Antônio Pires, habitada pelos bororo até o ano de 1775, ano que se mudaram para o Lanhoso estabelecendo-se aqui os Xacriabás. D’ Alincourt, (2006: 54), chama o Aldeamento de “*Destacamento do Rio das Velhas*”, e conclui: “*tanto o diretor desta, como os índios estão subordinados ao comandante geral. Toda a pessoa que não for indiana, e que se achando estabelecida em terras do distrito da aldeia, quiser depois retirar-se, só poderá vender os seus bens de raiz aos índios”.*

O Aldeamento de São Francisco Xavier do Duro, foi a primeira redução dos hostis índios Xacriabá. Essa redução foi justificada devido aos constantes ataques aos arraiais de Terras Novas, Paraná, Natividade e Remédios. Essa redução foi feita pelo sertanista Antônio Gomes Leite, em virtude se seu falecimento, tomou o seu lugar Wenceslau Gomes da Silva. Este foi construído próximo ao ribeirão formiga, por isso também chamado de Aldeamento Formiga. Tinham que plantar roças para seu sustento e a direção ficava a cargo dos padres jesuítas. Embora o valor para a construção deste aldeamento tivesse sido elevado, as despesas não condiziam com as precárias acomodações dos indígenas, feitas como se fossem senzalas, onde cada indivíduo tinha espaço apenas para seu corpo deitado (CHAIM, 1983).

A Aldeia de São José do Duro[42], fundada no ano de 1751 onde localizada a 200 léguas de Vila Boa, e a duas léguas do Aldeamento São Francisco Xavier do Duro. Nesta foi aldeada em 1753 cerca de 600 Akroá. Contudo, em um surto de sarampo, levou quase todos a óbito e os sobreviventes, em sua maioria retornaram para o mato, agravando os ressentimentos dos indígenas que culpavam os brancos pelas mortes de sua família. As hostilidades dos índios, não cessaram, desta forma o povo dos arraiais de Natividade e Terras Novas persuadidas pelo governador Dom Marcos de Noronha, em contribuição financeira para as empreitadas do sertanista Wenceslau Gomes da Silva, entraram em negociação para o aldeamento dos Akroá, o que ocorreu depois de um ano, em 1755. A administração temporária era de Wenceslau Gomes da Silva, a direção espiritual estava a cargo dos jesuítas, que era quem de fato dirigia o aldeamento.

O Aldeamento São Francisco Xavier do Duro deu origem ao município de Dianópolis, que é hoje é uma das mais antigas cidades do Tocantins (no século XIX este fazia parte do território goiano), cuja história se inicia com a migração de colonos para o vale do rio Paranã, a partir de 1750. O processo migratório para essa região foi impulsionado principalmente pela busca do ouro. A fazenda real sustentou o aldeamento até o ano de 1756. O que dele nunca obteve retorno, e se afundavam em dívida para a manutenção do aldeamento. De forma tal, que em 1760 esse aldeamento encontrava-se deserto. Os índios só se mantiveram aldeados porque obtinham alimento, não foi ensinado nenhum ofício. O destino desses índios foi a aldeia São José de Mossâmedes (RAVAGNANI, 1987).

A partir da metade do século XVIII, o governo de Marquês de Pombal objetivava assumir o controle da imensa população indígena até então sob o poder dos jesuítas. Disputavam, entre outras coisas, o domínio sobre a mão-de-obra e o exército em potencial que representavam alguns milhares de índios aldeados. A presença do Estado nos aldeamentos implicou no afastamento dos jesuítas. Segundo Ravagnani, (1987), o início dos atritos entre a Igreja e o Estado em Goiás se deu a partir de 1754 quando o primeiro governador Dom Marcos de Noronha elaborou um

[42] Pela Lei Provincial de 1854 criou o Distrito de São José do Duro sob a jurisdição de Conceição do Norte. "Duro" era uma simplificação de "D´ouro", justamente por ser uma região rica em ouro. Em agosto de 1884, foi elevada à categoria de vila, com o mesmo nome. E em 1938 foi emancipara, ocasião na qual recebe o nome de Dianópolis, em homenagem a algumas mulheres de grande prestigio na localidade, por nome de Custodianas, conhecidas como “Dianas”, portanto, Dianópolis quer dizer "Terra das Dianas". De acordo com a divisão administrativa de 1933 e as territoriais de 1936 e 1937 o município estava dividido em três distritos: São José do Duro, Matão e Missões. Muito embora a história da cidade esteja ligada à economia do ouro, a agricultura e a criação de gado propiciaram o desenvolvimento do município.

regimento para os aldeamentos Duro e Formiga deixando o controle nas mãos dos jesuítas (RAVAGNANI, 1987).

Os descontentamentos pela luta de poder dos trabalhos dos gentios, fizeram com que os padres se retirassem da Missão temporariamente. Foram ainda acusados de insuflar os índios que se sublevaram em 1757, mataram 17 guardas e fugiram. Os jesuítas acabaram sendo proibidos de missionar e foram expulsos da colônia em 1759. Os aldeamentos continuaram sob direção leiga e com a presença de sacerdotes de outras ordens religiosas. Os poucos Akroá e Xakriabá que os habitavam viviam em constantes assaltos e fugas (RAVAGNANI, 1987).

Desta forma até os anos de 1774-1775, não foi constituído em Goiás nenhum outro aldeamento, nem houve novas pacificações nos vinte e quatro anos que se seguiram, até a data acima mencionada. Essa situação só se modificou com a implantação do Diretório dos Índios, cuja intenção era construir aldeamentos para povoar a região, liberar os territórios ocupados por grupos indígenas não pacificados e utilizá-los como mão de obra na implantação da agropecuária e do transporte fluvial com o norte da colônia (CHAIM, 1983:88-91; RAVAGNANI, 1986-7:139).

A segunda fase dos aldeamentos, o Diretório dos Índios, regime que perdurou de 1774 à 1788, foi caracterizada, além da utilização de métodos brandos para a conquista das sociedades indígenas, pela construção de imponentes aldeamentos indígenas, tais como os de São José de Mossâmedes e Carretão, que serviam para atrair novas tribos para o convívio da sociedade regional (RAVAGNANI, 1986; KARASCH, 2009:400).

2.5.5 Aldeamentos do Diretório dos índios

Em meados do século XVIII, começa a decadência da mineração e a atuação pombalina no Brasil, assim os aldeamentos passaram a serem erguidos e administrados segundo os princípios do Diretório, a partir de medidas governamentais a implantação da agricultura que requeria braços para a sua sustentação. Com a decadência total da mineração, o empobrecimento dos arraiais e a acelerada ruralização da sociedade era necessário aumentar a população e para isso contava-

se com os indígenas. Daí a necessidade de redução pacífica e aldeamento para expandir os núcleos de povoamento.

Segundo relatos de Sant-Hilaire, que passou por várias aldeias em sua viagem, assevera que a forma administrativa que se empregava para os Aldeamentos Maria I e São José de Mossâmedes, foi replicado para os outros aldeamentos desta época, com mais ou menos interferência do estado. Segundo consta, a administração geral do aldeamento era confiada a um coronel que residia em Vila Boa e era o diretor de todos eles. Os índios que estavam em São José, estavam sob a tutela imediata de um destacamento militar que se compunha de um cabo, tendo o titulado de comandantes, um simples dragão, ambos da companhia de Vila Boa, e de quinze pedestres, dois dos quais são oficiais subalternos. Entre os simples pedestres contam um serralheiro, e um carpinteiro, o primeiro encarregado de reparar os instrumentos dos índios o ultimo em conservar os edifícios das aldeias. O cabo comandante tinha autoridade para castigar os índios, pondo os homens no tronco e dando férulas as mulheres e crianças (SAINT-HILAIRE, 1975:64).

Durante o primeiro ano a Fazenda Real fazia as despesas do aldeamento, a construção, bem como a alimentação. Depois deveriam se auto sustentar. Saint-Hilaire ainda comenta que essa forma de tratamento de trabalho para com os índios, foi adaptado com o que os jesuítas faziam anteriormente na sua administração. Quase sempre trabalhavam cinco dias por semana em áreas comuns. O produto do trabalho era armazenado sob o cuidado do comandante que fazia sua distribuição para as famílias de acordo com suas necessidades. O excedente era vendido nos povoados vizinhos. Com o dinheiro da venda dos produtos, era revertido para a compra de tudo aquilo que os índios não produziam no aldeamento como sal, fumo, instrumentos de ferro, dentre outros materiais e suplementos (SAINT-HILAIRE, 1819; CHAIM, 1986; RAVAGNANI, 1986/87).

Era um plano quase perfeito, contudo, devido à mobilidade da população (tribos que chegavam, outras que eram transferidas, índios que fugiam) nem sempre a economia dos aldeamentos funcionou, aliado a má administração, cobiça e ignorância dos diretores que frequentemente exploravam o trabalho. Assim, os aldeamentos foram lentamente abandonados (SAINT-HILAIRE, 1819; CHAIM, 1986; RAVAGNANI, 1986/87).

Entre os anos de 1774/1775 até o ano de 1787/1788, foram construídos seis aldeamentos sob a auspicia da lei do Diretório dos Índios. Esta política consistia em

aumentar a população da capitania integrando os índios no processo de colonização. Sob o julgo do governo desse período, foram construídos em Goiás, além do Aldeamento Maria I (1781), os aldeamentos de São José de Mossâmedes (1774); Nova Beira (1774-1775); Carretão ou Pedro III (1788); Salinas ou Boa Vista (1788) e Estiva (sem data conhecida).

2.5.6 Aldeamento Mossâmedes

O Aldeamento São José de Mossâmedes foi o aldeamento mais suntuoso da província: "*Mossámedes, e construio nella casas que mais parecem palácios"* (MATTOS, 28:243-4). E isto se explica porque D. José de Vasconcelos pretendia seguir à risca a política indigenista pombalina. Segundo CHAIM (1986) somente a partir da segunda etapa que se estende do Governo de D. José de Almeida Vasconcelos ao final do século, foi aplicada de forma efetiva e sistemática a política pombalina. A partir desse momento começa-se a insistir na necessidade de utilizar-se o indígena para ocupação efetiva do território. (...) *"D. José de Almeida Vasconcelos [foi um] fiel cumpridor das determinações de Pombal de cujas mãos recebeu o poder para governar".*

São José de Mossâmedes foi instalado bem próximo de Vila Boa, a cinco léguas em frente à serra Dourada. Foi formada em 1755, e posteriormente foi elevada à condição de freguesia, em 1780. Até aquele ano este aldeamento custou aos cofres reais 67.582$166 réis. Ele, fazia parte de uma política diferenciada, foi o mais importante aldeamento da capitania, tratado a época como um Aldeamento "modelo" (RAVAGNANI, 1986).

Este foi criado para abrigar os Akroás, contudo em 1780, o aldeamento abrigava também além dos Akroás, os Javés, os Karajás vindos do Duro, aldeamento que já haviam sido extintos. S. José de Mossâmedes, acolheu ainda os Xavantes, Karijó, Naudoz e Xakriabá, recebeu cerca de 800 índios entre Javaé e Karajá devido à extinção do aldeamento Nova Beira na Ilha do Bananal, abrigando cerca de aproximadamente 8.000 indivíduos de diferentes grupos: Akroá, Xavante, Karajá, Javaé, Karijó e Naudez. Em seguida, extinguiram-se os Javaé e os Karajá, resultando no esvaziamento do aldeamento. O Aldeamento Mossâmedes volta a funcionar com

a realocação dos Cayapó do Aldeamento de Maria I, em 1813, quando este foi extinto (CHAIM, 1983; WÜST, 1983; RAVAGNANI, 1986).

Cunha Mattos (1836:137) descrede o Aldeamento de São José de Mossâmedes da seguinte forma:

> *"A aldêa, agora denominada S. José, existia no anno de 1755 como habitação dos Indios Cayapó; foi reedificada rio anno de 1774 com a denominação de S. José, e elevada a Paroquia no anno de 1780. O Governador e Capitão General José de Almeida e Vasconcellos deu-lhe o sobrenome de Mossámedes, e construio nella casas que mais parecem palácios, do que lugares de vivenda de Índios"* (*CUNHA MATTOS, 1836:137).*

Embora a construção do Aldeamento consistia em várias casas destinadas a abrigar os índios, estes preferiram suas antigas casas, construídas no lado ocidental do Aldeamento e também nas plantações a uma légua de distância de onde se encontra a maior parte das suas moradas, em um local em frente da Serra Dourada que se alcança após uma légua e após ter atravessado quase sempre matas de pequenas alturas e pouco vigorosas foi neste local que os Cayapó construíram suas casas dispersas entre as árvores (SAINT HILAIRE, 1819).



Foto 1 - Igreja da Cidade de Mossâmedes.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2020).

A partir do século XIX, o Aldeamento São José de Mossâmedes, começa a decair, tanto que em 1828 restavam apenas 128 índios. Sendo extinto, oficialmente, em 1879. O que restou deste foi a Igreja Matriz de São José que foi construída em 1774 e alguns prédios. Hoje o Aldeamento figura na atual cidade de Mossâmedes (RAVAGNANI, 1986).

Não havia mais o interesse do governo de Portugal manter os índios como mão de obra, já que findava a mineração e a transferência de uma economia latifundiária o que necessitava de poucos braços para seu manejo. Entre os fatores para a decadência desse aldeamento se devem também as doenças como o sarampo e varíola que levaram a morte inúmeros índios, bem como o modo repressor pelo qual eram tratados, em decorrência disto, muitos desses índios fugiram para as matas. Alguns se estabeleciam em aldeias recém-formadas, mas que foram igualmente rechaçados pelos geralistas que ocupavam essas terras para transformarem em pastagens (GIRALDIN, 2000).

2.5.7 Aldeamento de Nova Beira ou Santa Anna

Fundada em 1778 na grande Ilha do Bananal e abandonada depois de se ter feito a despesa de 4.582$196 réis. Este aldeamento surgiu após as investidas de Dom José d'Almeida Vasconcelos. A partir de 1774 várias bandeiras saíram em busca de ouro e índios para pacificar. Era formada e custeada pelos habitantes do local e comandada pelo capitão José Machado. Seu destino eram as margens do Araguaia. Após alguns meses regressa sem ouro, contudo em amizade com alguns índios. Animado com o fato, o governador expediu nova bandeira no ano seguinte comandado pelo alferes de dragão José Pinto da Fonseca. Este entrou em contato com os Javaé e Karajá, trouxe alguns para Vila Boa e posteriormente os enviou para o aldeamento de Sant'Ana (RAVAGNANI, 1986).

Em 1776, outra bandeira partiu para as margens do Araguaia, e estava composta de 135 pessoas, entre as quais o ouvidor Antônio José de Almeida e o mesmo José Pinto da Fonseca. Tinha como objetivo descobrir o ouro do famoso Araés e Martírios e prosseguir contato com os índios. Visitaram o aldeamento e criaram um

presídio que recebeu o nome que José Pinto da Fonseca dera àquela região: São Pedro do Sul (RAVAGNANI, 1986: 128).

Em 1777 o ouvidor Antônio José Cabral de Almeida preparou em Traíras nova expedição. O povo contribuiu com mantimentos para a manutenção dos soldados e colonos nos primeiros tempos do presídio. Partiu por terra sob seu comando com 140 bestas carregadas. Ao chegar na ilha de Sant'Ana, maravilhado com sua beleza, trocou novamente o nome chamando de Nova Beira a parte habitada pelos Karajá, onde viviam em harmonia (CHAIM, 1983; RAVAGNANI, 1986).

As tribos Javaé e Karajá, aldeadas eram pacificadas, suas terras não possuíam riquezas, portanto não houve invasão, foram feitas visitas anuais que garantisse a permanência desses índios como forma de povoamento daquela região, pois pretendiam navegar pelo Araguaia e utilizar a mão-de-obra indígena (RAVAGNANI, 1986). Segundo CASAL (1945) os Karajá e Javaé após o restabelecimento da amizade com os brancos continuaram os primeiros estabelecidos em suas seis aldeias e os Javaé em três, quase todas agora com nomes de povoações portuguesas. A população destas duas tribos juntas era de 9.000 índios a época.

Pouco tempo durou o aldeamento. Tanto Americano do Brasil, como Alencastre, são unânimes em afirmar que a causa da decadência foi a transferência de 800 Karajá e Javaé para São José de Mossâmedes, no governo de D. Luís da Cunha Menezes. Alencastre (1879), diz que desse modo se destruiu "*um dos presídios que mais prometia prosperar pela sua vantajada localização e uma das futuras garantias da navegação do Araguaia".*

2.5.8 Aldeamento do Carretão ou Pedro III

Em 1784 o aldeamento do Carretão ou Pedro III foi construído para acolher os índios Xavante que vinha se constituindo em uma série de ameaças ao povoamento do norte da capitania. Foi o próprio governador Tristão da Cunha Menezes quem escolheu o local: na encosta da serra, denominado Carretão, próximo da margem esquerda do rio Carretão Grande. Este, custou aos cofres públicos 24:652$130 réis, assim o descreveu Cunha Mattos:

> *“A Aldêa do Carretão ou Pedro III é bastante extensa, possue varios quarteis, ranchos, officinas, grande engenho de assucar , vastos paióes. Na casa do Capellão Cura, o Padre Fleuri, existe uma capellinha ou oratorio. Os Indios que aqui habitão montão a 2oo, em lugar de 5ooo que já estiveram neste lugar. Tem hum Capitão Mór indigena, e quasi todos os seus subditos pertencem á Nação Chavante, e mui poucos Cayapó. A' excepção do Capitão Mór que he homem limpo, bem apessoado, e muito trabalhador, todos os mais andão em vergonhosa miseria, rotos ou esfarrapados, e as mulheres apenas se cobrem com huma saia passada pelo pescoço, deixando hum braço de fóra. Nada ha tão hediondo como as choças em que habitão estes miseraveis, que desacreditão o Governo, e servem de ludibrio aos olhos dos viajantes. Aqui ha hum Director da Aldêa, com hum destacamento de quatro soldados pedestres. Estes Indios são pacificos: fallão mal o portuguez, são baptisados, preguiçosos, embriagados, e por ora inuteis a todo o mundo. Como vivem nomeio de hum deserto, e em indolência completa, pouco malfazem aos habitantes das fazendas hum tanto remotas. Da Cidade ao Carretão pelos Bugres contão 22 legoas (MATTOS, 1836: 179/80)*

O Aldeamento Carretão estava constituído de um engenho de açúcar, um moinho de milho e, enfileiradas uma ao lado da outra, as moradas baixas do administrador e dos soldados. Do outro lado ao rio Carretão se acham as instalações dos índios, cerca de 30 barracas de barro cobertas de ervas, formando uma rua. Carretão, como ficou conhecido, atingiu cerca de 5.000 habitantes porque acolheu muitos aventureiros e garimpeiros que viviam junto dos indígenas (POHL, 1819).

Pohl, em 1819, encontrou no Carretão somente 227 habitantes, entre adultos e crianças, chefiados por um índio a quem chamavam de capitão. Porém, na realidade, quem dava ordens eram o administrador e seus soldados. Os índios sempre estavam reclamando dos trabalhos pesados e extorsões. Segundo ele, ficou admirado com o tratamento imprudente e grosseiro reservado aos índios pelos administradores desta aldeia, desolados pelas promessas não cumpridas e acrescido aos constantes

maus tratos, voltaram à sua antiga vida nômade nas brenhas; apesar de já batizados, desde então não confiavam mais em nenhum branco, fugiam sempre que era possível. Impetuosos, vingativos, dotados de memória muito fiel das ofensas e humilhações, como todos os povos selvagens, se tornaram inimigos perigosos.

Trabalhavam três dias por semana para o rei, das oito às onze horas da manhã. Os homens plantando milho, mandioca, tabaco, algodão e feijão e as mulheres fiando. Recebiam como pagamento feijão, farinha de milho e peças de vestuário. Chegavam do trabalho às 14 horas e de refeição comiam feijão preto e farinha de milho. Cada índio conduzia uma cuia e nela recebia sua ração de uma grande caldeira que ficava em frente da casa do administrador. Nos outros dias da semana trabalhavam para si, pescando, caçando ou plantando. Neste ainda era possível encontrar índios que possuíam vacas, galinhas e outros animais domésticos. O excesso de seus produtos era vendido e com o dinheiro recebido compravam espingardas, terçados, pólvora, chumbo, vacas, mantos, etc. (POHL, 1819).

As crianças no aldeamento, usavam roupa, falavam o português, frequentavam com regularidade a igreja e pouco se lembravam da sua cultura. Todos eram conduzidos a se reunirem todos os dias antes de partir para o trabalho em frente da casa do administrador. Aí rezavam pai-nosso, ave-maria, credo, salve-rainha, os dez mandamentos e a seguir tomavam a bênção individualmente ao administrador (POHL, 1819).

Em 1849 havia de 70 a 80 Xavante e Xerente no Aldeamento Carretão, sendo transferidos em 1855, com autorização real pelo governador para a margem direita do rio São Patrício (MATTOS, 1836).

2.5.9 Salinas ou Boa Vista

Durante a submissão dos Xavante, Tristão da Cunha Menezes mandou construir o aldeamento de Pedro III ou Carretão para alojá-los. Quando, porém, soube que eram mais de 2.000 índios foi feito a opção para dividi-los em dois grupos para evitar que a grande quantidade do grupo não viesse causar problemas. Então o outro grupo foi alojado na aldeia nas Salinas, margem do rio Araguaia, distante do Aldeamento Carretão 40 léguas (RAVAGNANI, 1986).

O governador enviou o capitão de dragões José Pinto da Fonseca para que ele tomasse as medidas necessárias para receber e aldear os Xavante, apressando o plantio e as construções a fim de assegurar sua subsistência. E ao sargento-mor da cavalaria Álvaro José Xavier, cabia esperá-los no lugar onde o caminho se bifurca para Salinas e lhes propor a divisão do grupo. Mas os indígenas não aceitaram. Diziam que Salinas era muito distante dos brancos, de clima ruim e infestado de mosquitos. Foram todos para o Carretão onde chegaram seis meses depois devido à marcha lenta que mantinham por causa dos velhos, crianças e doentes (FREIRE, 2017:8).

Em 1788 foi construído o aldeamento de Salinas ou Boa Vista, em uma região de campo, a quatro léguas de distância de Estiva. Tinha de vinte e cinco a trinta casas dispostas ao redor de uma praça quadrada. Ficava numa baixada próximo a um córrego, entre os rios Crixás e Araguaia. Além das casas existiam um engenho de açúcar, uma fazenda de gado, um quartel do destacamento da tropa de linha, uma igreja e um rancho para viajantes. As casas eram cobertas de folha de palmeira e algumas construídas inteiramente com esse material, com exceção do quartel que era coberto de telha. Inicialmente foi habitado por Xavante vindos do Carretão (SAINT-HILAIRE, 1819).

Saint-Hilaire (1819) encontrou o Aldeamento Boa Vista, com oito ou dez choupanas, e uma população mestiça de pretos e índias, com muitas crianças e jovens. As mulheres, segundo ele, eram muito férteis e se casavam cedo. Considerou a população mais feia e menos civilizada que a de Estiva. Eram agricultores e como a estrada atravessava o aldeamento facilitava o comércio de suas colheitas. Conta, que a agricultura era feita em forma de mutirão. Derrubavam o mato e posteriormente ateavam fogo. A vizinhança toda ajudava a preparar a terra e a plantar e colher. No término dos serviços eram oferecidos farto almoço com muita aguardente e termina ao som de batuques. Ele assistiu a um desses batuques e assim o descreveu: *"Os índios de Boa Vista dançaram toda a noite, acompanhando-se de palmas e cantos graves que podiam parecer a ouvidos europeus antes dignos de um enterro de que um regozijo."* Afirma que em 1821 habitavam neste local 11 homens, 14 mulheres e 30 crianças, num total de 55 pessoas. Cunha Mattos, descreve o Aldeamento Boa vista da seguinte forma:

> *“Aldeia da Boa Vista ou Salinas, com hum Ribeirão que corre á direita a entrar no Crixa-mirim. Esta Aldêa foi*

fundada no anno de 1788, para habitação dos Indios Chavantes e Javaés domesticos, separados da Aldêa do Carretão ou Pedro III e de alguns Bojorós que em 1 789 vierão da Aldêa do Rio das Pedras. Achãose reduzidos a 76 almas, e todos os habitantes do districto, não montaò a 200. Existe aqui hum destacamento de tropa de primeira linha, que guarnece o Registo da Piedade sobre o Rio Araguaia. No Quartel ha huma casa de oração, cujo orago he N. S. da Conceição, e he onde algumas vezes se celebra missa. Duas legoas ao N. O. da Boa Vista, achão-se as Salinas, onde hum grande numero de pessoas extrahe sal por vaporisação. Dizem que he impregnado de muriato de soda. Em todo o espaço de terreno desde a Boa Vista até as Salinas, não se encontra nenhuma torrente de agua" (MATTOS, 1836: 106-7).

Em 1844 Castelnau (1949) passou por Salinas. Disse que sua população era de 180 Xavante cristianizados e na sua maioria de sangue puro. Tinham cabelo negro, liso e comprido, aparado na testa e caindo atrás até os ombros. Durante sua estada um grupo Karajá do rio Araguaia visitou o aldeamento. As duas tribos mantinham boas relações e permutavam arcos, flechas, araras etc. Ao partir Castelnau levou uma canoa cheia de Xavante como remeiros. Ficou impressionado com a miséria que havia no lugar (CASTELNAU, 1949:197). Mattos (1836) diz que aí residiram Javaé junto aos Xavante, todos vindos do Carretão e que no distrito de Boa Vista fabricava-se muito sal de péssima qualidade, daí o nome do lugar. Em sua época existiam 76 índios aldeados (RAVAGNANI, 1986).

2.5.10 Aldeamento de Estiva

Este aldeamento foi construído há duas léguas do aldeamento do Rio das Pedras, quatro e meia de Boa Vista e meia ao norte de Salinas. Não se sabe em que época foi construído, ele possuía um rancho aberto em todos os lados destinado aos viajantes e 15 casas construídas sem ordem em torno de uma praça alongada.

Segundo Saint-Hilaire (1937), Estiva se originou do aldeamento do Rio das Pedras. Uma parte de seus habitantes se separou para dar origem a outro núcleo de povoamento no lugar chamado Piçarrão, oferecendo com isso mais um pouso aos viajantes. Ficava quatro léguas distante da estrada. Saint-Hilaire pernoitou no Aldeamento Estiva, e sobre essa aldeia ele disse:

> *"Desde muito tempo não vira nada tão belo como a posição desse povoado. O terreno em que foi construído se estende por um declive insensivel, por cima de um pequeno rio chamado regularmento de Rio da Estiva, e nas duas margens deste último há uma campina hunida que, após desenhar-lhe todas as sinuosidades, perde-se com ellle no horizonte longínquo" (SAINT-HILAIRE, 1937:257).*

Ao lado corria o riacho Estiva. Também D'Alincourt (1975) se impressionou com o local: "*O pouso da Estiva é lugar alegre e sadio, com vários moradores: há quintais em algumas casas com frondosas laranjeiras; todo o terreno aqui até ao rio Paranaíba é muito irregular".*

Ainda citando Saint-Hilaire (1937: 258), o viajante descreve que em Estiva os habitantes eram todos mestiços de negros com índias e fisicamente semelhantes aos do Rio das Pedras. Viviam do mesmo modo e falavam a língua geral. Eram agricultores. "*Achei-os com a mesma doçura, a mesma polidez, a mesma maneira de pensar que as dos mestiços do Rio das Pedras. Vivem do mesmo modo e falam também a língua geral e não estão absolutamente na indigência".*

Durante sua estada chegou um lavrador vizinho com alguns burros carregados de salsicha, carne de porco salgada, aguardente e rapadura. O que não vendeu trocou por fio de algodão e pele de veado. Em 1821 a população era de 20 homens, 23 mulheres, 31 crianças, num total de 74 pessoas. Bem mais tarde, em 1863, o governador Magalhães visitou o aldeamento. Nesta época estava sob a direção do capuchinho frei Segismundo de Taggia e contava com 200 habitantes entre Xavante, Karajá, dois canoeiros e alguns brancos. Escreveu que "*Os Karajá que aí existem estão ainda em toda a selvageria com que vieram do mato; conservam-se nus e vivem da caça e da pesca."* (RAVAGNANI, 1986:138).

2.6 Aldeamento Maria I

O Aldeamento Maria I foi erigido em 1781, a sudoeste de Vila Boa de Goiás (atual Cidade de Goiás). Os índios aldeados em Maria I eram exclusivamente Cayapó. Baseando-se no mapa etnográfico de Nimuendajú (1981), o aldeamento teria sido erigido em território anteriormente ocupado pelo povo Cayapó do Sul. Na historiografia esses povos são retratados como belicosos e muito perigosos, de muita resistência ao aldeamento, por esse motivo a exclusividade no aldeamento. Segundo Alencastre (1864) os habitantes do aldeamento em questão, eram provenientes de quatro aldeias Cayapó do Sul de Goiás, reunindo mais de seiscentos guerreiros.

Cunha Mattos (1836:139) assevera que a "*Aldêa Maria ou de D. Maria I"* foi fundada para a habitação de alguns Índios Cayapó transferidos da Aldeia de S. José, "*afim de povoarem e desinfestarem a estrada para o Rio Claro"*. Custou ao cofre Nacional a soma de 13.684$021 réis, sem utilidade até o ano de 1810.

> *"Obra de 8 léguas ao sudoeste de São José, e 13 da capital está Aldeia Maria, junto à margem do Rio Fartura, num terreno plano e lavado dos ventos, fundada em 1781, para estabelecimento de quase 300 índios cayapó, aos quais se agregaram no ano seguinte mais 200 da mesma nação, convidados pela fama do bom tratamento e estimação, de que gozavam os primeiros. Depois chegaram ainda várias malocas, ou ranchadas". (CASAL, 1976:154)*

O aldeamento Maria I, foi o primeiro núcleo a receber muitos índios Cayapó a partir do ano de 1781, quando alguns desses grupos aceitaram viver em aldeamentos, viviam de forma recolhida, não eram muito amistosos. Apesar das providencias tomadas para conter os ataques do gentio Cayapó, suas hostilidades continuaram até quando no governo de Luís da Cunha Menezes, e graças a ação do soldado Luís, os Cayapó foram alojados no aldeamento Maria I. Segundo Silva e Souza (1849), o pedestre José Luiz, que tinha por vezes guerreado com os índios Cayapó...

> *"[...] foi eleito para comandar a expedição, e tendo recebido instrucções para seu governo, partiu da aldêa de S. José com cincoenta companheiros, um índio que tinha criado, de nação Cayapo', Feliciano José Luís, e dois casaes de índios, que estavam na mesma aldêa em 15 de Fevereiro de 1780. Chegaram ao Rio Claro, e se entranharam tres mezes de marcha pelo sertão, sustentados de mel e de caça como os primeiros aventureiros, e encontrando alguns indios, por meio de língua os afagou e lhes deu os presentes que levava, persuadindo-os a virem ver o capitão grande que os enviava. E de facto vieram um indio idoso, seis homens de guerra com suas mulheres e filhos, que chegaram por todos ao numero de trinta e seis, e entraram na villa a 21 de Setembro de 1780" (SIVA E SOUZA, 1849:460).*

O soldado Luís persuadia os índios com presentes e sua expedição conseguiu atrair em 1780, 36 índios que viviam na região do Rio Claro e que foram solenemente recebidos em Vila Boa. Depois de se passarem 8 meses chegariam mais 237 índios. Assim foi erguido o Aldeamento Maria I. Em consequência desta primeira expedição vieram depois oitenta índios Cayapó, e depois conduzidos pelos pedestres João Ribeiro e Antônio Lopes mais duzentos, que foram batizados, sendo o governador Luís da Cunha Menezes, padrinho de todos os filhos dos caciques, e convidando para os outros as pessoas mais qualificadas. No mesmo ano, chegou em Maria I a aldeia do cacique Cananpuaxi, e um ano depois chega a aldeia do cacique Pupuare, reunindo um total de seiscentos e oitenta e sete indivíduos de quatro aldeias diferentes (SIVA E SOUZA, 1849; ALENCASTRE, 1979).

O Plano do projeto do Aldeamento Maria I é apresentado na planta baixa, a seguir e sugere que Aldeamento era constituído de:

1. Casa do Regente;
2. Casa do Vigário;
3. Paiol de Mantimentos;
4. Casa da Roda e da Prensa de Farinha de Mandioca;
5. Telheiro ou casa dos Carros e
6. Quarteis dos índios.

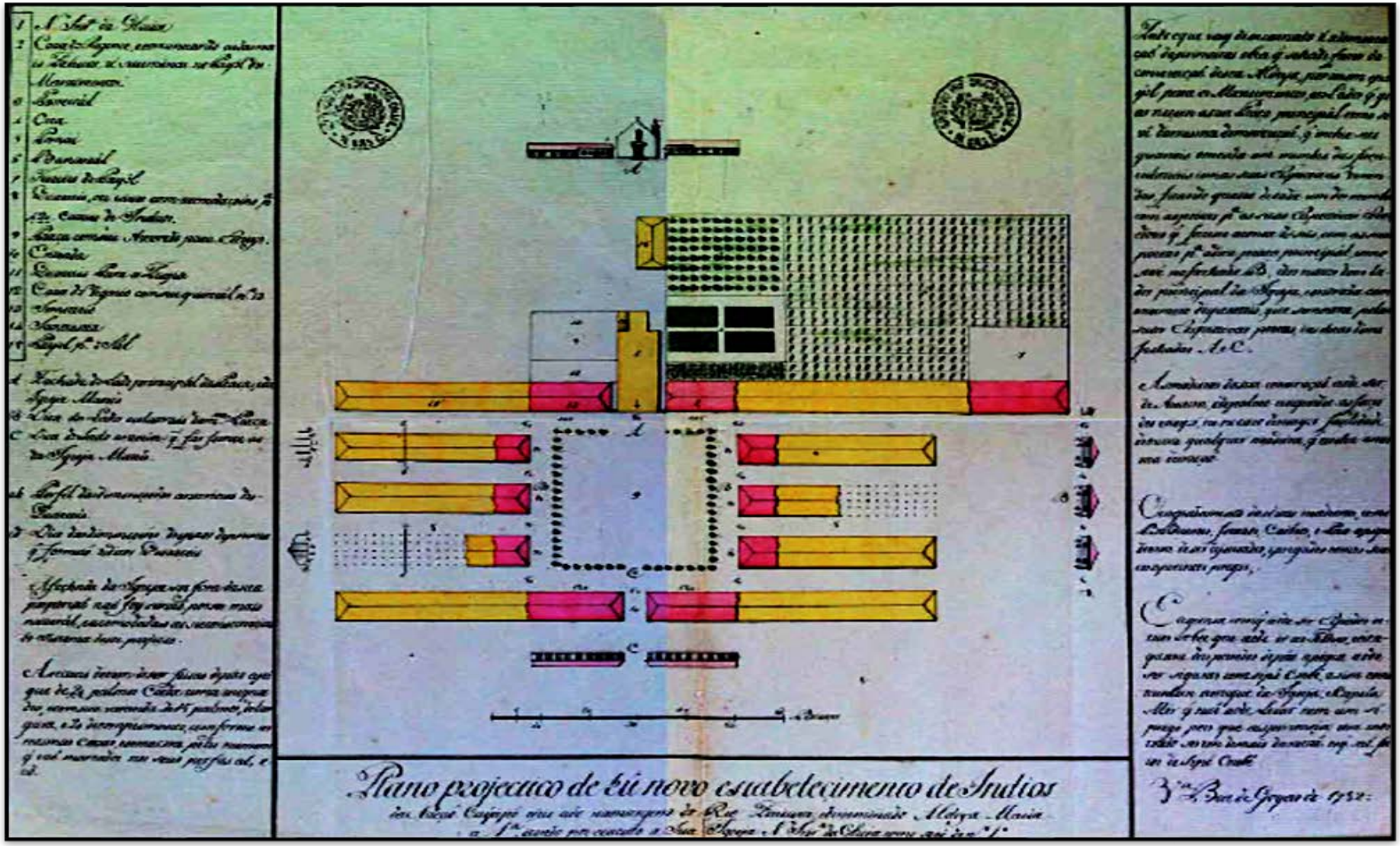


Figura 1 - ***Projeto do Aldeamento Maria I.***
Fonte: VIEIRA JÚNIOR (2015).

Embora a planta[43] esteja em quase toda a descrição sobre o Aldeamento Maria I, atento que na época da edificação deste Aldeamento, os recursos do governo estavam escassos, e essas estruturas não foram construídas de acordo com a planta oferecida acima. Ainda com base nos relatos dos viajantes, que não revelam nem as estruturas, nem suas ruinas. Johann Emanuel Pohl (1976), quando passou pela Aldeamento Maria I, em 1819, ela já se encontrava abandonada e relata da seguinte forma:

> *"A antiga povoação se encontrava coberta por silveiras bravas por onde tiveram que abrir caminho com facão e machado a aldeia encontrava-se abandonada há seis anos se hospedaram em uma das suas melhores casas que já se encontravam em parte de ruinas. Esta povoação foi erigida em 1780, e seu nome foi dado em homenagem a Rainha Dona Maria mãe do Rei D. João VI, em 1812, foi abandonada. Consiste de duas casas térreas, de 43 passos de comprimento e 16 de largo, construída em madeira e barro e cobertas por telha. Uma delas era a morada do governador e sua comitiva a outra pertencia ao administrador e seus soldados, onde também se destinava a servir a igreja. As portas e as janelas forma roubadas e o teto dos quartos caídos e por alguns lugares de encontravam o simples mobiliário. Havia anteriormente em frente a casa do governador um galpão de dança coberto para os índios, coberto de palha, mas com a queima anual dos campos nas secas, este também foi consumido pelas chamas, juntamente com todas as cabanas. A uns cem passos ao Sul está o paiol para guardar as colheitas. E um grande edifícil que havia caído recentemente. Ainda se ve a forja de alguns edifícios começados, mas inacabados. O engenho de açúcar encontrava-se em ruinas á margem do regato a uma centena de passos de distancia a pilação do*

[43] "*Plano projectico de hú novo estabelecimento de Índios da Nação Cayapó situado na margem do Rio Fartura e denominado Aldeya Maria 1ª, e tendo por oráculo a Sua Igreja N. Snr.ª da Glória como se vê do nº 1,* guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Bibliografia: Arquivo Público do Distrito Federal. Coordenação de Arquivo Permanente Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso Goyaz: Guia de Cartografia Histórica. Organização: ELIAS MANOEL DA SILVA, WILSON VIEIRA JÚNIOR BRASÍLIA – DF, 2018. P 164.

> *milho e a fábrica de água ardente. As cabanas dos índios eram toscamente construídas de madeira e fibra de palmeira, formavam um círculo em volta do paiol, ficando enfileiradas uma do lado da outra. Não restando delas nenhum vestígio" (POHL, 1976: 152-156).*

No Aldeamento Maria I, outrora habitada pelos Cayapó e que se encontra completamente abandonadas serviram de asilo a morcegos e insetos daninhos o que restava das construções que ainda se viam da casa do governador e do celeiro dispostas sem nenhuma simetria e foi-se por trás desses edifícios que as choupanas dos índios foram construídas (SAINT-HILAIRE, 1975:64).

O aldeamento sobreviveu até o ano de 1813, quando houve a ordenação para reunir os índios do Aldeamento Maria I com os da Aldeia de São José de Mossâmedes já que em 1813 pelos interesses da Real Fazenda aquele aldeamento estava em grande decadência pois dos milhares de índios que teriam ali habitado, restavam apenas 138 pessoas. Dentre as justificativas para a transferência, consta que os índios em ambos os aldeamentos, pertenciam a mesma nação Cayapó, eram parentes e faziam trocas entre si.

Mossâmedes tinha uma estrutura que cabia mais pessoas as quais a mesma se originou e foi criada para abrigar, diminuindo os custos de manter os dois Aldeamentos, seria para manter apenas uma, inclusive em ralação à diminuta força braçal para o plantio do milho necessário para o municiamento da Tropa, o que seria difícil obter de ambas os aldeamentos no estado em que se encontravam, tanto pelo diminuto número de braços uteis. Inclusive, facilitando a administração, ficando assim mais fácil a sua inspeção visto que São José ficava mais perto da Capital Vila Boa. Ainda consta que tudo que havia em Maria I deveria ser transferido para Mossâmedes; mantimentos, utensílios, ferragens, portas e portões, inclusive as mesmas telhas se podem utilizar, e transportar (27 de fevereiro de 1813. Sessões da Junta - Atas, vol. II, 1808-1820, 04.02.013, cx. 194, p. 73v-75. Fundo Real Fazenda, Museu das Bandeiras. Transcrição: Milena Bastos Tavares) (**Transcrição no Adendo III***).*

Após o encerramento do Aldeamento Mossâmedes os sobreviventes Cayapó se estabeleceram em aldeias autônomas nas suas imediações, mas durante a metade do século XIX, a área de criação de gado se expande até a

região obrigando os grupos a se retirarem ou exterminando os mesmos (RIBEIRO, 1970; WÜST, 1983; GIRALDIN, 1997).

Entre os fatores para a decadência dos aldeamentos, cita-se também, as doenças, como o sarampo e varíola, que levaram a morte de inúmeros índios, bem como o modo repressor pelo qual eram tratados, em decorrência disto, muitos desses índios fugiram para as matas. Alguns se estabeleciam em aldeias recém-formadas, mas foram igualmente rechaçados pelos geralistas, que ocupavam essas terras para transforma-las em pastagens (GIRALDIN, 1997).

Com o abandono dos aldeamentos, muitos se perderam no tempo, transformados em ruínas, e outros tantos ficaram apenas na memória não restando nenhuma estrutura que pudesse indicar sua existência, como foi o caso do Maria I, tudo que se sabia a seu respeito se deve a relatos e documentos históricos da época da colônia.

Mais que entender os fatores da decadência desses aldeamentos, que se diga de passagem já nasceram mortos, o que nos intriga é saber o que teria motivado os indígenas a se cativarem por vontade própria?

2.7 Reminiscência Cayapó

No século XIX, foram recorrentes as viagens nos sertões do Brasil pelos cientistas europeus. Estes viajantes foram os responsáveis pelo estudo científico da então desconhecida biodiversidade brasileira e por confeccionarem relatos que depois foram transformados em livros. Homens de formação intelectual e cultural pouco encontrada em uma nação recém-criada, no qual foram os responsáveis por importantes relatos sobre a cultura da sociedade brasileira do século XVIII e XIX. Apesar de terem uma perspectiva ocidental eurocêntrica, esses viajantes conseguiram relatar assuntos do cotidiano que não fazia muito sentido no registro ou na descrição, mas nos dias de hoje se tornaram importante recurso de pesquisa nas áreas de história, antropologia, arqueologia e áreas afins.

Nessas incursões pelo Brasil, muitos viajantes estiveram em contato com os Cayapó, antes ou após os Aldeamentos. Uns nos deram breves descrições, outros, forneceram descrições mais detalhadas dos aspectos históricos e culturais da sociedade indígena do Brasil. Além de detalhar grupos indígenas distribuídos em diferentes locais, o relato de certos grupos indígenas já extintos, se tornaram um dos recursos mais utilizáveis para que se possa acessar o passado desses povos.

Neste tenho a pretensão de lançar luz as observações etnográficas feitas Antônio Pires de Campos (1862) e Cunha Mattos (1825), bem como ao olhar dos naturalistas Johann Emanuel Pohl e August Saint-Hilaire que visitaram o aldeamento de São José de Mossâmedes em 1818 e 1819 respectivamente, de forma a descrever as relações desse povo com os europeus e de certa forma interpretar seus costumes, seus hábitos. E, por isso, suas obras servirão como principal suporte, mesmo que superficialmente, para compreender alguns aspectos da vida dos índios Cayapó.

Embora os viajantes Johann Emanuel Pohl, August Saint-Hilaire e o governador Cunha Mattos tenham ido até o Aldeamento Maria I, por ocasião da viagem de cada um deles, o Aldeamento Maria I não estava mais de pé, ainda assim, suas observações nos dão uma visão das edificações do aldeamento, e seus poucos utensílios reminiscentes. Compreende-se, contudo, que o relato que se faz dos índios Cayapó no Aldeamento Mossâmedes, trata-se dos índios que foram transferidos do Aldeamento Maria I, quando esse se findou. Naquela ocasião, o Aldeamento de São

José de Mossâmedes já estaria desativado, voltando a funcionar em 1813 exatamente por ocasião da realocação dos Cayapó vindos do Aldeamento Maria. Portanto os relatos que se fazem aqui retratam quem foram os índios Cayapó que viveram no Aldeamento Maria I.

A primeira descrição dos Cayapó do Sul é feita pelo capitão Antônio Pires de Campos em 1723. Percorrendo o Rio Tietê, passando o Rio Grande através do Paraná até o Rio Paranaíba, o sertanista afirmou que acima deste curso d'água, habita o gentio chamado Cayapó, área a qual corresponde ao atual sul de Goiás. Segundo ele esse povo povoava muitas terras e tinha muita gente, apresentando "*cada aldeia o seu cacique, que é o mesmo que um governador"* (CAMPOS, 1862:437).

Segundo ele os Cayapó usam arcos "muito grandes" e flechas "muito compridas e grossas", além do uso do que ele denominou de "garrotes", descritos como "*um pau de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem-feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça*". Embora tenha sido usado por outros grupos humanos, por exemplo, Kayapó do Norte (da família Jê), Tupinambá (do tronco Tupi) e o "ibirapema" que usavam para ritual antropofágico de cativos. Da mesma forma, o Alferes José Pesotto da Silva Braga descreveu o uso da Borduna com um desertor da Bandeira liderada pelo Anhanguera, que no momento das hostilidades foi atingido pelos índios Krixá com o arco e flecha e as duas jogadas do "porrete".

A arma em questão a Borduna, usada pelos Cayapó deu a esses índios o nome de "Bilreiros" (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998) até que nos séculos XVII e XVIII passou a ser associado diretamente a eles (NEME, 1969). Mesmo não sendo esse instrumento de guerra de uso exclusivo dos Cayapó do Sul, essa relação entre Bilreiros e os Cayapó vem de encontro ao termo que era usado genericamente trazendo um sinônimo de conflitos e guerras aos Cayapó. Tanto que Neme (1969) usa o termo Bilreiros como sinonimo dos índios Cayapó, codificando essa fala para demonstrar o quanto esse povo era hostil, temido e detentor de uma grande capacidade de guerrear.

O Capitão Antônio Pires de Campos fez um breve relato sobre os Cayapó que segundo ele, era um *povo bárbaro* e cada aldeia era chefiada por um cacique, praticavam a agricultura onde plantavam milho, batata e outros legumes, andavam nus e eram corsários de gentios de várias nações, como descrito nesse relato abaixo:

> *“Cayapo's. Nação bravissima e muito numerosa, que com os seus ataques obstou em principio ao surgimento da capitania, e hoje residentes nas aldêas Maria e S. José, ainda que existem muitos ao Sul de Villa-Boa tendo differentes aldêas, sendo a maior a que está nas visinbanças de Camapuam: alongam-se nas suas caçadas e correrias até os sertões de Curitiba, em distancia de trezentas leguas : são valentes e guerreiros: usam, além do arco e frecha, em que são destrissimos, de certos páos cortados e rijos, com que pelejam de perto: têm alguns ritos judaicos: admittem a polygamia e o divorcio: contam os mezes por luas: fazem festas e ajuntamentos nocturnos, em que em confuso procuram a propagação: fazem as exequias dos seus mortos com danças, e se tingem de negro em as occasioes do seu sentimento; nas visinhanças da Paschoa pintam em si com tinta de jenipapo botinas, peitos de armas, e fazem então com grande vozeria as suas festas o jogos, seu do o mais celebre o que chamam de touro, em que se disputam uns com os outros as forças na carreira, tomando uns do hombro de outros um grande tronco que empregam n'este ministerio.”(SILVA E SOUZA,1849:494-5).*

Cunha Mattos, no século XIX, também expõe o grande número das populações Cayapó. Sem dúvidas a resistência oferecida pelos grupos Jê ao longo dos séculos de confronto, bem como a grande extensão habitada por esses, não resta dúvida de que constituíam um amplo contingente populacional. Como descreveu Mattos:

> *“O número da tribo é sem dúvida mui grande, pois que foram encontrados arranchamentos deles de 400, ou mais campas pelo capitão Francisco Soares de Bulhões, na expedição feita por ordem do governador e capitão general José de Almeida Vasconcelos” (CUNHA MATTOS, 1979 apud ATAÍDES, 1998, p. 169).*

Desgenettes, nas décadas finais do século XIX, escrevendo a um amigo, comenta sobre a vasta população Cayapó Meridional:

> *"Se reunirem todas as aldeias dessa mesma nação, ellas forneceriam um contingente de 3000 arcos, o que elevam a 10 ou 12000 almas o número dos Cayapó. Creio esse cálculo exagerado. O que me parece exato é o seguinte: os Cayapó, que dominão os Rios Verdes, Rio Bonitos e Jatay, podem fornecer de 200 a 300 arcos e que incluí uma população de 1500 a 2000 almas" (DESGENETTES, 1882 apud ATAÍDES, 1998, p. 169).*

Embora Desgenettes escreve no século XIX quando o número de Cayapó Meridionais já havia sido bastante reduzido. Os dois relatos parecem muito interessantes, sendo que o de Cunha Mattos é mais plausível[44].

Em 1780, depois de décadas sem derrotar os grupos indígenas Cayapó, como visto nos capítulos anteriores, através da violência pública, o então governador Dom Luís da Cunha Meneses deu o primeiro passo com sucesso na aplicação da "atração pacífica" destes índios. Nesse ano, Dom Luís enviou uma expedição para pôr fim ao conflito armado entre os Cayapó e os colonos e para lhes dar presentes em demonstração de "amizade". Como resultado de negociações para o aldeamento "pacífico", os Cayapó foram instalados nos Aldeamentos de Maria I e São José de Mossâmedes. Uma vez aldeados, os Cayapó viveram sob o governo de administradores militares e do exército, que supervisionam seu trabalho na agricultura e outras tarefas relacionadas à economia do aldeamento.

Nos assentamentos, os indígenas deveriam passar por mudanças profundas, como o sedentarismo, praticar o catolicismo, aprender o português e o artesanato, seguir um sistema disciplinado de trabalho agrícola e adotar um modelo de família cristã. Porém, deve-se lembrar que este foi um "ideal" cristão, pois o processo de transformação dos índios não seguiu exatamente as condições esperadas pelos colonos.

[44] Se observamos os sítios arqueológicos que vêm sendo encontrados, principalmente na região de Goiás e que vem sendo associados a fase arqueológica Mossâmedes, que está relacionada aos povos Cayapó, podemos estabelecer alguns paralelos em relação a quantidade populacional.

O projeto dos Aldeamentos trazia a ideia de “civilização", ou seja, a criação de uma ordem espaço-temporal marcada por objetos, práticas e conceitos cristãos. Como o ritual do batismo, do ponto de vista do catolicismo, tinha como a finalidade de estabelecer conexões entre diferentes grupos sociais. Ao batizar esses indígenas havia o intuito de gerar um processo de “igualdade” como uma forma de aproximação entre as culturas de forma a influenciar outros índios e mantê-los como vassalos “úteis” de Portugal (JÚLIO, 2017).

No entanto, as práticas do catolicismo não significavam que os índios estavam integrados nesse processo de civilização através do cristianismo como na visão de Cunha Mattos que aponta que apesar de se reputarem estes índios, homens civilizados, não observava neles senão um complexo de costumes selvagens, e dos vícios que lhes ensinarão as pessoas que se julgam muito bem educadas: “*talvez se possam fazer cinco a seis exceções, me recendo muita consideração a índia D. Damiana, que tem nas tribos do Cayapó uma ascendência extraordinária”* (MATTOS,1836:139).

Saint-Hilaire (1975) também relata que o estado de meia civilização em que se acham atualmente esses índios se conservam vários dos seus antigos costumes. Em outras linhas descreve que os Cayapó possuem poucas as características, tanto quanto outros indígenas, *as qualidades necessárias para viver no seio da nossa civilização totalmente voltada para o futuro.* Teriam que ter a tutela constante de benfazejas. Ainda estão em estado selvagem não possuem nenhum culto religioso e não faziam a mínima ideia da divindade (SAIT-HILAIRE, 1975:69-70).

São vários os aspectos da vida na aldeia que os deixam insatisfeitos, levando a um grande número de fugas. Segundo Cunha Mattos, no caminho desde Goiaz até o Rio de Pilões os índios domésticos da “*Aldêa de S. José também fazem por aqui várias correrias disfarçados em Gentio bravo: nunca matão, mas rouba o que se acha mal guardado”* (MATTOS, 1836:99).

Embora nem todos os indígenas que permaneciam no aldeamento tivessem o interesse de viver uma vida “cristã”, vários permaneciam naquele lugar pela sua condição cerceadora. Não parecia ser tarefa fácil fugir dos aldeamentos, e a punição para tal feito era bastante severa. Os próprios administradores sabiam dessa condição de insatisfação dos indígenas. Pohl quando visitou São José de Mossâmedes em 1818, relata o temor desses índios argumentando que o administrador desse aldeamento era um mero cavaleiro, grosseiro, ignorante e cruel,

não saia de casa sem estar armado, pois temia muito os índios. Na missa os soldados faziam campanha para a proteção dos padres, já que um deles já havia sido vítima dos índios. Apesar de todos os índios serem batizados, não tinham nenhuma ideia do que era ser cristão, não sabiam rezar o pai-nosso mesmo estando, alguns deles, a mais de vinte anos na aldeia.

Os índios que deixassem de trabalhar ou que trouxessem quaisquer problemas para a administração do aldeamento podiam ser severamente punidos. O cabo comandante tinha a autoridade para castigar os índios, o castigo mais comum para os homens era ficar preso no tronco, sem comida ou água por vários dias, submetidos a insetos e ao calor do sol e levando palmatórias as mulheres e crianças, que causava bolhas dolorosas nas mãos (SAINT-HILAIRE,1976).

Uma questão se faz pertinente relativa a vontade dos índios se manterem cativos. Como exposto anteriormente, não foi as "boas condições" do aldeamento que os fizeram permanência nestes lugares. Segundo os estudos de Júlio (2017), pode-se afirmar que o que mantinha muitos Cayapó aldeados não era meramente a vigilância militar, nem muito menos a oferta de uma forma de vida superior no aldeamento. O que os mantinha ali era a busca por um mínimo de segurança, o acesso à alimentação garantida e a possibilidade de alguma negociação, ainda que não em termos totalmente satisfatórios.

Assim como mencionado em uma conversa de Saint-Hilaire e Damiana da Cunha[45] no qual ela relata sobre a permissão do capitão general a de se ausentar por três meses esperava partir em breve[46]. Ela empreendia esta viagem para ir à procura dos Cayapó que haviam fugido do aldeamento para as matas e também na persuasão de outros indígenas, seus irmãos, que segundo ela, seriam mais felizes na aldeia do que no amargo da floresta, ainda conclui o viajante:

> *[...] "as noções de cristianismo que os Cayapó recebem dos portugueses, por falha que seja, colocam-nos realmente bastante acima dos outros ainda selvagens,*

[45] Interessante de nota é que Pohl registrou o uso de símbolos Cayapó de autoridade por Damiana. Esta "*a quem os índios prestam cega obediência, andava na aldeia com pedacinhos de pau nas orelhas como sinal de sua elevada origem*".

[46] Foi no momento de preparação para a expedição que Damiana recebeu Saint-Hilaire e embora as suas dúvidas sobre esta nova empreitada a Cayapó foi seguida por quase setenta índios. Embora muitos desertaram pouco depois e a guerra na fronteira continuou. As diversas idas de Damiana ao sertão e a continuação das fugas, tanto dos que já viviam em Mossâmedes quanto dos recém-chegados, apontam para a necessidade constante de alimentar os acordos feitos com os índios, que não eram definitivos.

> *cuja existência é puramente animal. É possível que estes últimos são talvez mais livres, mas os primeiros usufruem de algumas das amenidades da civilização sua alimentação está garantida e não ficam expostos permanentemente as intempéries" (SAINT-HILAIRE, 1975:72).*

Por certo que as vontades dos Cayapó não faziam parte de um todo homogêneo, acredita-se que boa parte dos índios estavam extremamente descontentes, a ponto de fugir de modo definitivo, havia outras respostas possíveis, como a adaptação àquele novo modo de vida, a colaboração e a saída temporária, para ver parentes fora do aldeamento ou, quem sabe, avaliar se valia a pena ficar no sertão ou retornar. Sobretudo para aqueles que haviam sido criados desde pequenos no aldeamento, a vida no sertão não parecia uma opção vantajosa.

Embora não seja minha intenção se alongar nesse assunto, nem tão pouco o problematizar, é interessante de nota a forma com que os Cayapó são vistos antes e depois do aldeamento. A visão etnocêntrica por parte do europeu Saint-Hilaire, é de que esses índios possuem uma índole dócil, que se indispunha esporadicamente, mas por causa de mulheres. E que seu único defeito era de fugir para as matas. Que não se tivesse que queixar da sua presente condição não voltaria a vida primitiva. Complementa que esses índios são como os demais despreocupados e inteiramente imprevisíveis (SAINT-HILAIRE, 1975).

Na colheita de suas hortas particulares esperam o amadurecimento, não economizam, não pensam no dia seguinte, vivem apenas no presente, e sentem-se completamente felizes quando podem satisfazerem seu gosto pela carne, aguardente e tabaco. O autor acrescenta[47] que a brandura que se vê entre os Cayapó parece como um dom natural, tende a demonstrar que as crueldades atribuídas aos seus antepassados, não eram mais que represálias. Ainda argumenta que se os homens europeus tivessem procedido com astucia e persuasão desde o início do contato com esses povos, teriam tido menos ataques e conflitos (SAINT-HILAIRE, 1975).

Ainda citando esse viajante e conforme já relatado, durante sua estada no Aldeamento São José, Saint-Hilaire relata que a administração geral da aldeia é confiada a um coronel que reside em Vila Boa e é o diretor de todas as aldeias da

[47] Nota de rodapé 29 da página 69 em Saint-Hilaire (1975).

província. Os Cayapó estão em São José sobre a tutela imediata de um destacamento militar que se compõe de um cabo tendo o título de comandante, um simples dragão ambos da companhia de Vila Boa e de quinze pedestres, dois dos quais são oficiais subalternos. Entre esses simples pedestres contam-se um serralheiro e um carpinteiro o primeiro encarregado de reparar os instrumentos dos Cayapó e o último de conservar os edifícios da aldeia.

Os índios cultivam a terra cinco dias por semana, nos outros dois dias, os domingos e as quinta feiras, era dado a permissão para que eles pudessem caçar ou cuidar de pequenas plantações particulares de inhame e batata. A colheita da floresta de plantio era feita de forma comunitária (plantavam, feijão, milho, batatas, inhames, algodão) tudo que era colhido pertencia à comunidade e era guardada no armazém da aldeia, e depois distribuída às famílias indígenas pelo comandante de acordo com as necessidades de cada um. O restante era vendido na cidade, ou vendido a pedestres que guardam a vila. Com o dinheiro das vendas era usado pelo gerente geral para comprar sal, tabaco, tecidos de algodão e instrumentos de ferro que eram distribuídos entre os índios (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

Alguns aprenderam os ofícios, de que mais se carecia na colônia: as mulheres dentro de pouco tempo fiavam, teciam e cozinhavam. Na aldeia havia uma roda d'água que movia um imenso moinho destinado a moer o milho, uma máquina para retirar o caroço do algodão e vinte e quatro fusos. Uma mulata recebia por ano 500 réis para ensinar as mulheres a fiar e tecer o algodão e o resultado dos seus trabalhos também pertencia a comunidade.

Embora de uma maneira ou outra todos os viajantes relatam as mesmas impressões do aldeamento sobre suas plantações, cultura, e modo de vida em geral, salientei aqui dois trechos que falam da sua aparência física segundo Pohl:

> *"A cor desses índios é castanho avermelhado. Os cabelos são negros, duros, bastos, descendo até os ombros. Na testa seus cabelos, são cortados em linha reta na altura das sombrancelhas ou melhor dizendo, são queimados por carvão aceso. O rosto é redondo e largo, os olhos pequenos e o nariz achatado, os lábios grossos e a boca grande, os dentes brancos e bonitos. Existe pouca diferença entre seus traços nos rostos, podendo dizer de*

> *modo geral que são iguais. Seu corpo é regular, com forte musculatura, os pés são chatos e largos, seus dedos muito abertos, razão pelo qual se pode distinguir suas pegadas, dos demais índios, especialmente nas areias nas margens dos rios. As mulheres são de igual modo, muito feias, e seios pendentes. Trazem seus filhos junto ao corpo". (POHL, 1976: 152-156).*

Ao contrário de Pohl, Saint-Hilaire descreve-os como índios belos, tendo características iguais a todo os americanos, possuem a cabeça grande enterrada nos ombros cabelos lisos negros duros e bastos, tórax largo, pele parda, pernas finas e como nação distinguem-se principalmente pela redondeza da cabeça com uma fisionomia aberta e inteligente, possuem a estatura alta com pouca diferença entre os olhos e a cor carregada de sua pele (SAINT-HILAIRE, 1975: 67).

Os índios aprenderam com os portugueses a construir casas, cultivar a terra, tear o algodão e a fiação e tecelagem do algodão. Porém os da mesma nação que ainda vivem nos matos não conhecem outras indústrias além de fazer arcos e flechas e uma espécie de balaio, que se chama de Jacunus parece ter se conservado na aldeia. São feitos com folhas de Buriti formando uma espécie de cesta elíptica aberta dos lados na qual se acrescenta com alça uma longa trança flexível feita também de buriti podendo chegar a uma altura de 4 pés.[48] As mulheres os carregam passando uma alça pela cabeça. O uso das palhas do Buriti também se confeccionava esteiras, jiraus (SAINT-HILAIRE, 1975:70-71; POHL, 1976).

O uso das folhas das palmeiras também está descrito na composição de suas casas construídas de madeira e fibra de Palmeiras que formavam um círculo sendo enfileiradas uma ao lado das outras. Os índios não se acostumaram as casas que foram erguidas para eles acostumados nas florestas a dormir sobre choças onde não era possível entrar sem se abaixar, além de acharem as casas cobertas por telhas muito frias (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

As choupanas dos Cayapó se localizavam próximas aos aldeamentos e somente foram encontradas em meio as suas plantações, local onde se encontrava a maior parte delas. Não se tem a localização exata dessas cabanas, sabe-se apenas que se tratava de um local em frente da Serra Dourada e que se alcança após uma

[48] Aproximadamente 1.21 m

légua de caminhada e após ter atravessado quase sempre matas de pequenas alturas e pouco vigorosas. Suas casas estão dispersas entre as árvores e são cobertas de sopé, baixas e edificadas como as da aldeia (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

Quanto a construção das casas dos Cayapó, esta é descrida como segue: o teto dessas últimas é de sopé a estrutura é feita com espeques verticais fixas na terra e longos bambus presos transversalmente e esses espeques por meio de cascos flexíveis de embiras mas enquanto que os portugueses costumam encher com barro amassado os intervalos que ficam vazios entre essas taquaras os Cayapó contentam se em passar folha de palmeira, como o fazem outros índios que procuram imitar as construções europeias. As casas não têm janelas e a entrada é muito estreita e se fecha com folhas de palmeira. No seu interior possui pedras amontoadas que lhes serviam de fogão (SAINT-HILAIRE, 1975:66; POHL, 1976).

Se alimentam de toda as espécies de animais, comem cobras apesar de terem grande medo das mesmas e gafanhotos também fazem parte da dieta desses índios, tal como animais de caça como onças, taperés, tamanduás e macacos, mas tinham adoração pela carne de gado. Sobre bebidas, tem-se uma singela referência, de que faziam uma bebida forte com pimentas (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

Quanto à preparação da comida, usam uma espécie de forno de pedras. São colocadas no chão bem junto uns dos outros seixos de tamanho de um punho e sobre eles fizeram uma grande fogueira que foi alimentada até que as pedras ficassem cadentes então o fogo foi retirado rapidamente e a carne posta sobre as pedras aquecidas e cobertas com grandes folhas de árvores e terra. Após três horas retiraram essa cobertura cuidadosamente e a carne estava bem assada. O mesmo fato foi observado com algumas pequenas divergências também por Saint-Hilaire (1875: 71) que acrescenta que eram as mulheres que se encarregavam desse preparo, cavavam buracos na terra.

Dentre as práticas culturais, pode-se observar no relato desses viajantes a corrida de Tora, a dança da Onça e do Urubu, onde os dançarinos formavam um círculo e giravam compassadamente, posteriormente, se colocam no meio do círculo e continuou do sempre a dar as mesmos passos baixando se com 3 dedos de uma das mãos que mantinha reunidos batia repetidamente na terra endireitou se em seguida e pondo-se defronte dos outros bailarinos faziam contorções e fingiam querer bater lhe com os dedos, imitando os animais que representavam a dança. Pintam o corpo com o urucum e o jenipapo (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

Mesmo com os índios aldeados, Damiana da Cunha ainda realiza expedições para os Sertões afim de capturar os fugitivos do Aldeamento S. José e conquistar tantos outros para o mesmo. Foi no momento de preparação para a expedição que Damiana recebeu Saint-Hilaire em 1880 e embora as suas dúvidas sobre esta nova empreitada, a Cayapó foi seguida por quase setenta índios. Ainda que muitos desertaram pouco depois e a guerra na fronteira continuou. As diversas idas de Damiana ao sertão e a continuação das fugas, foram constantes.

Após a morte de Damiana, as fugas se intensificaram. Mesmo assim o presidente da província ainda enviou mais uma expedição formada por índios aldeados para reaver os fugitivos em 1832, mas parece não ter logrado êxito. Contudo, não foram todos os Cayapó que abandonaram o aldeamento. Alguns deles ali permaneceram, sobretudo velhos e deficientes, além de alguns em idade de trabalho, que ainda solicitaram do governo ferramentas para praticar a agricultura. O aldeamento foi extinto oficialmente em 1879. Mossâmedes "tornou-se uma paróquia contando de 2.000 a 2.500 habitantes, dos quais aproximadamente 200, agrupados ao redor da igreja, formam o arraial propriamente dito. Hoje Mossâmedes é um município do estado de Goiás.

Não bastasse a crueldade que esses povos foram tratados, as doenças venéreas trazidas pelo colonizador, e devida a sua parca resistência foram morrendo pouco a pouco ainda acometidos por uma crise de sarampo em meio à febre, banhavam-se na água fria, para cortar o estado febril, em vão, morreram mais de 80 índios dessa nação (SAINT-HILAIRE, 1975; POHL, 1976).

No relato feito para a Superintendência de Proteção ao Índio (SPI), em 1910 Curt Nimuendajú descreveu que existia um grupo Cayapó com pouco mais de 30 pessoas localizado na margem mineira do Salto Vermelho no Rio Grande. Para ele os Cayapó Meridionais desapareceram como tribo (NIMUENDAJÚ, 1952;427). Assim também afirmou Robert Lowie (1946:519) no livro *Handbook of South American Indians*, pensamento compartilhado na época também por Egon Schaden.

Porém recentes pesquisas de linguistas e historiadores têm apontado para a não extinção dos Cayapó Meridionais, conforme demonstrado em trabalhos de pesquisa Etnohistórica, linguística e antropológica (Heelas 1979, Schwartzman 1987, Rodrigues & Dourado 1993, Giraldin 1997), sendo a etnia Panará ou Kren-Akarore, localizados no Mato Grosso, um remanescente desse povo. Rodrigues & Dourado

(1993: 505) apresentaram elementos que indicam que o atual povo Panará, ou Kreen-Akarore, que segundo Dourado (2004) se trata de uma variante de palavra Cayapó que se refere ao corte tradicional de cabelo dos Panará, tornaram-se, à época da expansão para o centro-oeste, mundialmente conhecidos na mídia como os "*Índios Gigantes da Floresta*", relatado pelos irmãos Vilas-Boas no período de criação e implantação do Parque Indígena do Xingu entre as décadas de 1950-60. Assim o povo Panará, seria do ponto de vista etnolinguístico os descendentes dos últimos Cayapó Meridionais encontrados na região da Cachoeira Vermelha[49] por Alexandre de Souza Barbosa na primeira década do século XX (BARBOSA, 1918).

Estes pesquisadores compararam quatro vocabulários encontrados: dos Kreen-Akarore (Panará do Alto Xingu), registrado por Luciana Dourado em 1990; nas listas de palavras coletadas pelos naturalistas J. E. Pohl e A. de Saint-Hilaire no século XIX no Aldeamento de São José de Mossâmedes, Goiás; em outras duas listas publicadas por P. Ehrenreich em 1894, mas coletadas por Nehring e Kupfer em Santana de Paranaíba (na confluência do rio Grande e Paranaíba); e na extensa lista, com cerca de 700 palavras, encontrada por Odair Giraldin no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, de autoria de Alexandre de Souza Barbosa, coletada em 1911, nas proximidades de Uberaba, Minas Gerais (DOURADO, 2004).

A conclusão foi que "*a língua Panará registrada por Barbosa em Minas Gerais é a mesma dos Panará atuais, que viviam em 1972 no rio Peixoto de Azevedo, a oeste do alto Xingu, ao passo que a língua registrada por Pohl e Saint-Hilaire em 1819 em São José de Mossâmedes, Goiás, também é a mesma, mas possivelmente uma leve variante dialetal" (RODRIGUES & DOURADO,1993:505).*

A conexão entre os Cayapó do Sul e os Panará, hipótese inicialmente levantada por Heelas (1979) e Schwartzman (1987), foi também comprovada pela pesquisa Etnohistórica de Giraldin (1997), a partir da comparação de traços culturais descritos por Saint-Hilaire e Pohl, demonstrando a similaridades entre a tecnologia de cestaria e aspectos da cosmologia. Giraldin compara a mitologia Panará com fatos históricos ocorrido com esse povo na época da invasão colonial nos sertões, devido aos combates com os bandeirantes de séculos passados no Cerrado brasileiro nas

[49] Localizada no Rio Grande, onde hoje se situa a divisa de estado entre a cidade mineira de Iturama (MG) e a cidade paulista de Ouroeste (SP), a antiga aldeia encontra-se submersa devido a instalação do reservatório da usina hidrelétrica de Cachoeira Vermelha. Ambas as cidades possuem museus que guardam parte da história desses últimos Cayapó que ali viveram. Uma síntese dos estudos arqueológicos do Sítio Água Vermelha é apresentada no item 2.7.1 desta Tese.

regiões do Noroeste Paulista, Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Leste Mato-Grossense, no qual teria levado a sua migração para a Amazônia. Na mitologia dos Panará acreditam "*que seus ancestrais vieram do Leste, de uma área de campo aberto, para a área de floresta fechada do Rio Peixoto de Azevedo e que os inimigos estão no Leste e não no Oeste"* (GIRALDIN, 2000:175).

Os Panará ocuparam uma imensa região que compreendia toda a bacia do Rio Peixoto de Azevedo, a serra do Cachimbo e as cabeceiras do Iriri e do Ipiranga, uma região de floresta fechada cortada por muitos rios, córregos e igarapés. Os Panará são índios agricultores, famosos por suas roças circulares, caçadores, pescadores e coletores., mantiveram-se isolados arredios em seu novo território enquanto foi possível. Os irmãos Villas Boas em uma expedição visando estabelecer contato com estes índios, em 1967, relataram que existiam a época algo entre 350 e 600 índios distribuídos em nove aldeias Panará (DOURADO, 2004).

Em 1970, o governo brasileiro deu início ao projeto de construção das grandes estradas na Amazônia e em 1972, os Villas Boas foram chamados a organizar uma nova expedição para prevenir os efeitos de um contato iminente com os Panará, contudo, o contato descontrolado com os "brancos" trouxe a doença, a morte e a desorganização social. As doenças, ao se espalharem pelas aldeias, acarretaram conflitos entre os próprios índios. A FUNAI tentou remediar esta situação transferindo todo o grupo para a aldeia Korokoko, antes do contato, os Panará eram 600 indivíduos, no final do ano de 1974, eram apenas 82 (DOURADO, 2004).

Depois de várias expedições de reconhecimento e localização de uma área remanescente do seu antigo território, os Panará, com o auxílio da FUNAI e de organizações não governamentais, puderam retornar ao que sobrou do seu antigo território, uma área de 840.000 ha, encaminhada em dezembro de 1994 ao Ministério da Justiça, pela FUNAI, para que seja reconhecida e demarcada (DOURADO, 2004).

Em 1997, o grupo todo se reuniu de novo na aldeia Nãsepotiti, depois de quase 20 anos de êxodo. Dourado em seu artigo de 2004 conclui que atualmente, a população Panará é de 230 pessoas. De acordo com Giraldin (1997), depois da segunda metade do século XVIII, as bandeiras organizadas contra os Cayapó do Sul tinham por objetivo não mais capturá-los, mas matá-los. Assim, tidos como extintos nas primeiras décadas do século XX, os Cayapó do Sul ressurgem de forma mítica como os Panará do Norte, na região da bacia do rio Peixoto, afluente da margem direita do rio Teles Pires, formador do rio Tapajós.

O estudo realizado por Heelas (1979) apontou a hipótese de uma ligação entre os Panará e os Cayapó como sendo um único grupo. Os Panará, eram conhecidos anteriormente como Kren-Akarore, sendo encontrados no início da década de 1970 do século XX, na região do norte do Mato Grosso, na margem do rio Peixoto de Azevedo. A população havia sido estimada em setecentos indivíduos, mas após dois anos do contato, o grupo foi reduzido para cem indivíduos, que foram transferidos posteriormente para o Parque Nacional do Xingu, na época totalizando setenta e nove pessoas (GIRALDIN, 1997).

Assim, partindo da proposição de Heelas (1979), Rodrigues & Dourado (1993:505) apresentaram elementos que indicam que o atual povo Panará, ou Kreen-Akarore, alcunhados de “índios gigantes” pelos irmãos Vilas-Boas no período de criação e implantação do Parque Indígena do Xingu nas décadas de 1950-60, são os mesmos os descendentes dos Cayapó do Sul.

Em acordo com esses estudos etnolinguísticos e relatos etnográficos que apontam os Panará ou Kreen-Akarore atuais, como descentes dos Cayapó meridional, pesquisas arqueológicas recentes desenvolvidas na região do Alto Paranaíba em contexto associado aos povos Cayapó (Magalhães, 2015; 2019) tem enxergado na cultura material arqueológica, traços culturais dos Panará que foram amplamente descritos por Schwartzman (1987), tais como a utilização de fornos de terra associado ao uso de restos de cupinzeiro para construção das estruturas de queima.

2.7.1 Sítio Água Vermelha

Em acordo com as discussões etnolinguísticas dos povos Cayapó-Panará, encontrados na região da Cachoeira Vermelha por Alexandre de Souza Barbosa na primeira década do século XX, pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região entre os anos 1997 e 2002 evidenciaram parte da cultura material daqueles que segundo a historiografia (Nimiendajú, 1952; Schaden, 1954) teriam sido os últimos Cayapó de quem se teve notícia.

Em visita ao Museu Arqueológico de Ouro Oeste (SP) e a Casa da Memória de Iturama (MG), foram coletadas diversas informações que vieram a se somar com as que se constroem para essa tese. Apesar de Iturama (MG) dispor de uma série de

documentos históricos tais como fotos e certidão de óbitos daqueles que teriam sido os últimos índios Cayapó que viveram na região é o Museu de Ouroeste que possui o acervo mais relevante. Tal museu foi criado especificamente para abrigar o material arqueológico proveniente do resgate desse sítio que teria sido a última morada dos Cayapó Meridionais. As pesquisas de salvamento que deu origem ao acervo, se deram por ocasião da instalação da Usina Hidrelétrica da Água Vermelha e tiveram a Coordenação Científica da Prof. Dra. Érika Marion Robrahn-González.

O sítio da Água Vermelha está localizado em uma área inundada do rio Grande próximo a antiga Cachoeira Vermelha, ou antiga Cachoeira dos Índios como é conhecida na região e que foi completamente inundada por decorrência da implantação da usina hidrelétrica.

Antes da construção da barragem no rio Grande e sua consequente inundação, moradores da região relatavam que naquele trecho, ficava a passagem entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, local onde vivam esses últimos índios Cayapó que foram contados por Barbosa no inicio do século XX.

As pesquisas arqueológicas no sítio Água Vermelha, tiveram início em 1997 na margem paulista, onde hoje situa-se o munícipio de Ouroeste, ocasião em que a queda de uma árvore trouxe à tona uma grande quantidade de material arqueológico. Desse modo, entre os anos de 1997, 1999 e 2002, foram executadas três etapas de escavação arqueológica. A ocupação encontrava-se na jusante do eixo da Usina Hidroelétrica homônimo ao sítio, no baixo Rio Grande, limite dos estados de São Paulo e Minas Gerais, cerca de 80 km a montante da confluência dos rios Grande e Paranaíba. Dista em linha reta 550km aproximadamente de São Paulo, na direção noroeste. As cidades mais próximas são Indiaporã no Estado de São Paulo e Iturama em Minas Gerais. O sítio está localizado em Ouroeste, em uma pequena elevação que da origem a uma ilha fluvial situada entre os cursos d'água que compõe o Rio Grande. A projeção de ocupação do sítio é apresentada nas Figuras 2 e 3 que retratam a maquete exposta no museu de Ouro-Oeste.

Segundo o relatório acima descrito, o sítio possui 15 sepultamentos, uma variedade imensa de restos faunísticos e de material lítico, além da cerâmica. Os trabalhos arqueológicos em Água Vermelha forneceram uma coleção total de 431 fragmentos cerâmicos, entre bordas, bases, ombros e fragmentos de parede. De um modo geral, as peças estão em mau estado de conservação quebradas em pedaços muito pequenos (geralmente menos de 5 cm) e erodidas. Dificultando, segundo os

pesquisadores, a observação de uma série de atributos, em especial a reconstituição das formas das vasilhas, restringindo o alcance de nossas análises.



Figura 2 - Maquete da projeção do Sítio Água Vermelha.



Figura 3 - Maquete da projeção da distribuição da ocupação Sítio Água Vermelha.

Segundo o relatório do resgate (Robrahn-González, 1998), o sítio Água Vermelha ocupava na paisagem uma leve elevação entre as águas. O sítio possui 15 sepultamentos, uma variedade imensa de restos faunísticos e de material lítico, além da cerâmica. Os trabalhos arqueológicos em Água Vermelha forneceram uma coleção total de 431 fragmentos cerâmicos, entre bordas, bases, ombros e fragmentos de parede. De um modo geral, as peças estão em mau estado de conservação quebradas em pedaços muito pequenos (geralmente menos de 5 cm) e erodidas. Dificultando, segundo os pesquisadores, a observação de uma série de atributos, em especial a reconstituição das formas das vasilhas, restringindo o alcance de nossas análises.

O elemento antiplástico empregado na argila tem a presença de cariapé, caco moído e antiplástico mineral. A técnica de manufatura empregada por excelência é a de roletes. A espessura das paredes varia entre fina (0.4-06cm) a média (0.2-0.cm). Quanto à queima, as vasilhas teriam sido processadas em formos a céu aberto, o que é atestado pela presença de camadas escuras na secção transversal das peças. Estas camadas podem ocorrer na parte central das seções (formando núcleos), tanto na face externa como na face interna. Os fragmentos apresentam suas superfícies internas e externas alisadas indicando um bom tratamento de superfície. Por vezes estas finas camadas estavam bastante danificadas (erodidas), devido ao estado de conservação das peças.

Com relação à decoração, a indústria cerâmica de Água Vermelha não apresenta qualquer indicio de pintura ou elementos plásticos. Uma única observação deve ser feita para um fragmento que apresenta um possível apêndice fragmentado; quanto às características morfológicas, consta que dentre os lábios, predomina o tipo arredondado, havendo raros planos e apontados. O contorno das vasilhas varia de simples a complexo, este último atestado pela presença de alguns ombros. Foram observadas as seguintes formas de borda: direta inclinada externa, direta vertical, extrovertida vertical, extrovertida inclinada externa e extrovertida inclinada interna (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998).

Quanto às formas da base, temos os tipos arredondado e plano. As bases planas apresentam ângulos bastante fechados. A partir dos fragmentos de borda foram reconstituídas as formas das vasilhas. Dessa forma foram identificadas 6 formas, cujas principais características são apresentadas a seguir:

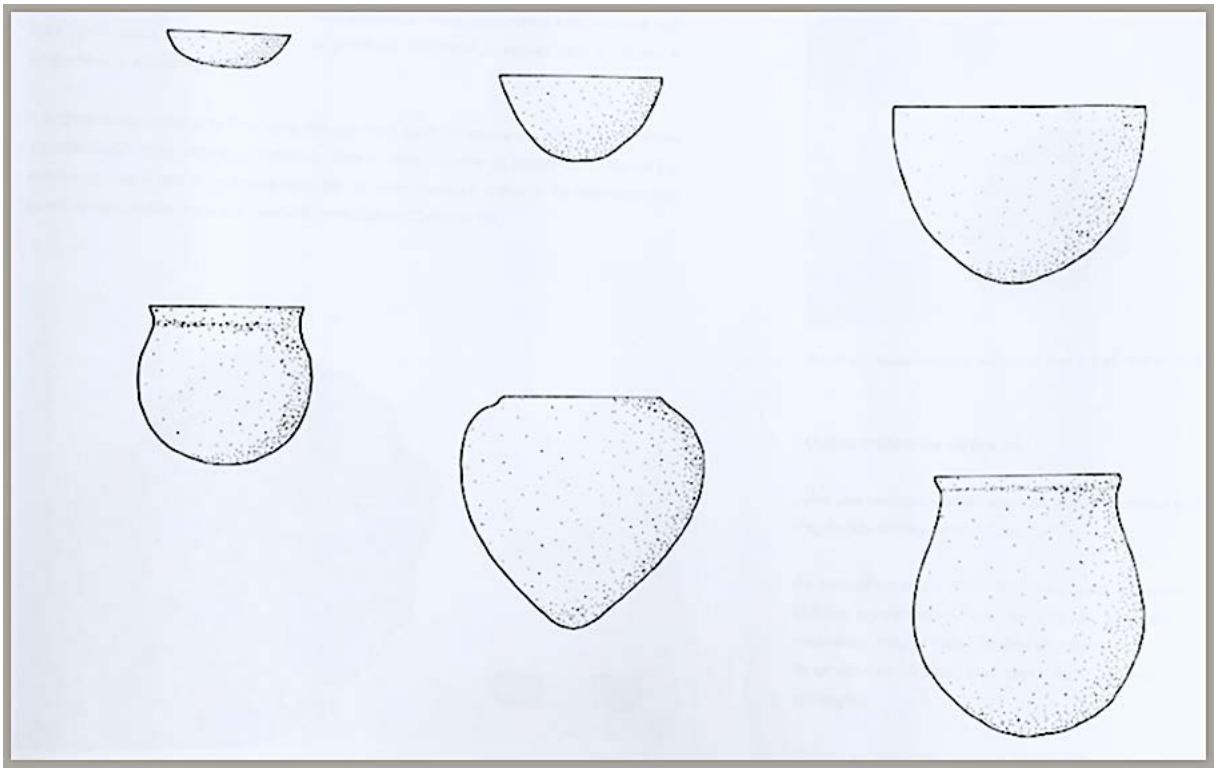


Figura 4 - Formas do Sítio Água Vermelha. Ouroeste-SP.
Fonte: ROBRAHN-GONZÁLEZ (1998: 51).



Foto 2 - Fragmentos de bordas. Sítio Água Vermelha.
Foto: Elaine Alencastro (Mar/2021).

Segundo as formas pode-se obter:

Forma 1: Vaso simétrico de boca ampliada, contorno simples e forma de meia elipse. A altura da peça é sempre menor que a metade do diâmetro da boca ("tigelas rasas");

Forma 2: Vaso simétrico de boca ampliada, contorno simples e forma cônica. A altura do vaso igual ou maior que a metade do diâmetro da boca, mas menos que 3/4 desta medida ("tigela");

Forma 3: Vaso simétrico de boca ampliada, contorno simples e forma semiesférica a cilíndrica. A altura da peça é igual ou maior que 3/4 do diâmetro da boca;

Forma 4: Vaso simétrico de boca constrita, contorno infletido, pescoço constrito, alto e curto forma esférica;

Forma 5: Vaso simétrico de boca constrita, contorno infletido, pescoço constrito, alto e curto, enforcando a peça, Forma esférica;

Forma 6: Vaso simétrico de boca constrita, contorno infletido, pescoço constrito e longo. Forma oval a cilíndrica; Embora ainda não tenham sido feitos os cálculos de volume das vasilhas, as análises até o momento indicam uma presença predominante de peças com pequena capacidade (menos de 5,0 litros) e raramente de média capacidade (até 10 litros);

Por outro lado, existe um predomínio no número de vasilhas do tipo "tigela" em relação as demais (vasilhas de contorno infietido fechado). Tradicionalmente estas últimas são mais apropriadas para a estocagem de produtos enquanto as tigelas para o preparo e consumo dos alimentos (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1998: 50-52).

Abaixo, algumas fotos ilustram as formas reconstituídas à partir da cerâmica encontrada no Sítio Água Vermelha. As peças encontram-se em exposição no Museu Municipal de Ouroeste:



Foto 3 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha.
Foto: Elaine Alencastro (Mar/2021).

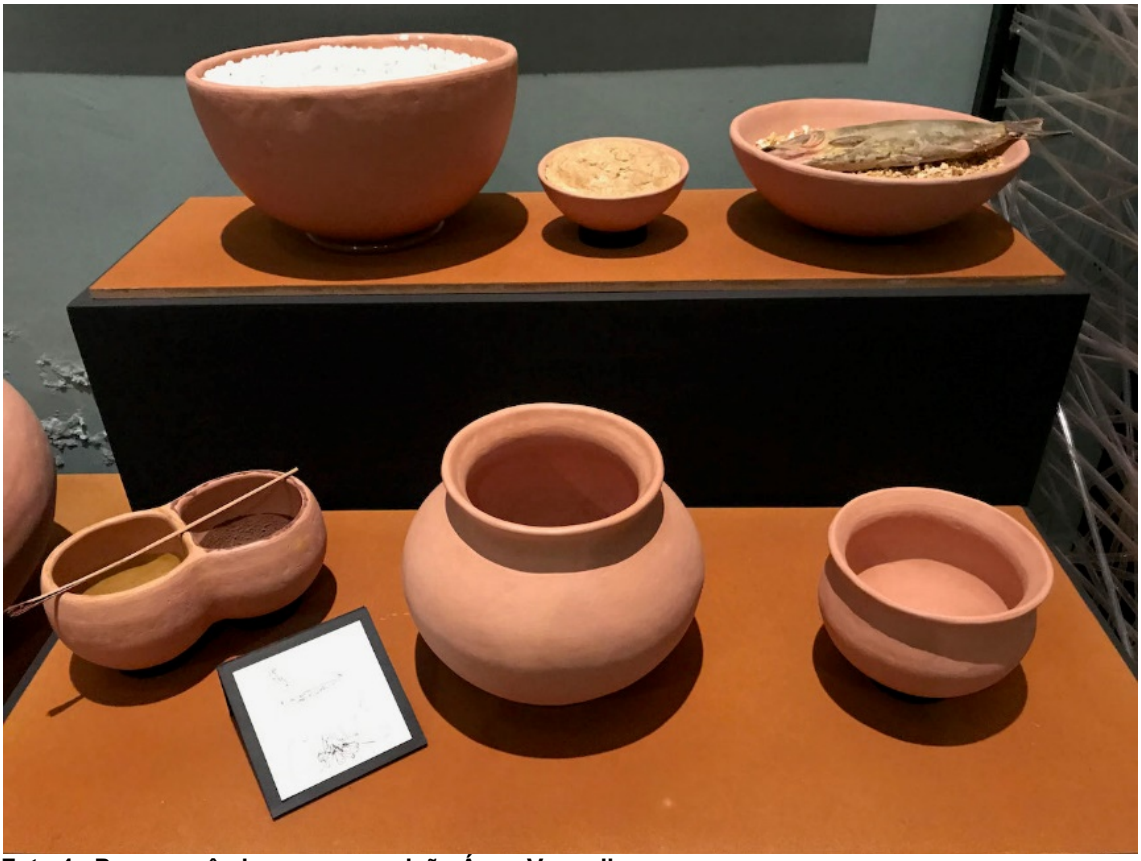


Foto 4 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha.
Foto: Elaine Alencastro (Mar/2021).



Foto 5 - Peças cerâmicas em exposição Água Vermelha.
Foto: Elaine Alencastro (Mar/2021).

Realizando uma interpretação notadamente influenciada pelos ideais Pronapianos peculiares ao seu tempo e sem fazer uso dos relatos etnográficos que apontam o local como área de ocupação Cayapó, Robrahn-González (1998), sugere com base nas evidencias arqueológicas que os grupos ceramistas que ocuparam o sítio Água Vermelha apresentam do ponto de vista morfológico e tecnotipológicos tanto características da denominada tradição Tupi-guarani, manifesta na presença de caco moído como antiplástico, como características da denominada tradição Uru, já que teria identificado o emprego sistemático de antiplástico cariapé mesmo estando esse grupo geograficamente distante dos grupos portadores desta tecnologia e que ocupavam principalmente o vale do Araguaia no atual Estado do Mato Grosso.

Enfim, embora Robrahn-González (1998), tenha sugerido tal classificação, parece que as descrições técnicas e morfológicas dos vasilhames associados a tradição Aratu, especialmente os da fase Mossâmedes muito bem descrita por Wüst, não foram levadas em consideração. Tal associação, se feita a época, poderia quiçá, estabelecer as relações que ligam essa típica cerâmica Jê a cultura Cayapó a exemplo do que os estudos contemporâneos tem feito, como veremos ao longo dessa tese.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ELAINE DE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás.



Caminhos e Veredas, Pintura 07 - óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

(VOLUME II)

São Paulo
2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ELAINE DE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás.

(VOLUME II)

São Paulo
2021

ELAINE ALENCASTRO CHAVES

Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do rio Fartura em Goiás.

(VOLUME II)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Linha de pesquisa: Arqueologia e Sociedade.

Orientadora: Prof.ª Dr. ª Márcia Angelina Alves.

São Paulo
2021

SUMÁRIO

VOLUME I

PROLEGÔMENOS **1**

INTRODUÇÃO **6**

Objetivo Geral: **8**

Objetivos específicos: **8**

Problemática, hipóteses **9**

CAPÍTULO I - O HOMO-CERRATENSIS E SEU MODO ESSENDI **16**

1.1 Os vestígios do passado sob o olhar da arqueologia de Goiás **23**

1.2 Um Balanço sobre a Teoria Arqueológica **38**
1.2.1 A noção de cultura no estudo arqueológico 46
1.2.2 Teoria de Longa duração 55
1.2.3 Cultura material 58
1.2.4 Habitus 61
1.2.5 Totalidade Social 63
1.2.6 Cadeia operatória e sistema tecnológico. 66
1.2.7 Arqueologia da paisagem 71

1.3 A paisagem natural como suporte para o Homem do Cerrado. **77**
1.3.1 Bacia do Alto Araguaia- Sub-bacia do Rio Claro 77
1.3.2 Clima 79
1.3.3 Geologia 81
1.3.4 Solos 82
1.3.5 Cobertura Vegetal 84
1.3.6 Ambiente 89

CAPÍTULO II - TERRITÓRIO CAYAPÓ: UM ESPAÇO USURPADO **102**

2.1 O Sertão dos Goyazes: contexto histórico **104**

2.2 Mapas e antigos caminhos **111**

2.3 As minas da "Capitania de Goyaz" **120**

2.4 Conflitos nos caminhos do sertão **127**

2.5 Os aldeamentos na Capitania de Goiás **133**
2.5.1 A política dos aldeamentos 136

2.5.2 As Aldeias em Goiás 142
2.5.3 Aldeias Quartéis 143
2.5.4 Aldeias das Missões (redução indígena) 147
2.5.5 Aldeamentos do Diretório dos índios 149
2.5.6 Aldeamento Mossâmedes 151
2.5.7 Aldeamento de Nova Beira ou Santa Anna 153
2.5.8 Aldeamento do Carretão ou Pedro III 154
2.5.9 Salinas ou Boa Vista 156
2.5.10 Aldeamento de Estiva 158

2.6 Aldeamento Maria I 160

2.7 Reminiscência Cayapó 166
2.7.1 Sítio Água Vermelha 179

VOLUME II

CAPÍTULO III - NO ENCALÇO DO ALDEAMENTO MARIA I: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E EMPÍRICA DE CAMPO 189

3.1 A busca pelo Aldeamento Maria I através dos mapas históricos. 194
3.1.1 Pesquisa empírica de campo 202
3.1.2 Verificação in situ 212

3.2 Contextualização ambiental e paisagem na área do Sítio MI 220
3.2.1 Geologia 224
3.2.2 Solo 225
3.2.3 Hidrologia 226
3.2.4 Clima 227
3.2.5 História do Município de Córrego do Ouro 228

3.3 Arqueografia pesquisa de Campo 235
3.3.1 Primeira etapa de campo 236
3.3.2 Segunda etapa de campo 240
3.3.3 Terceira etapa de campo 240
3.3.4 Quarta etapa de campo 249

3.4 Relato dos moradores 258

3.5 Contexto sistêmico do sítio MI 264

CAPÍTULO IV - DOS VESTÍGIOS ÀS POPULAÇÕES DO PASSADO: ANÁLISE DA CULTURA MATERIAL CERÂMICA 267

4.1 Análise e triagem do material cerâmico 271

4.2 Análises tecnotipológica do material cerâmico 276

4.2.1 Espessura 279
4.2.2 Dimensões e peso 280
4.2.3 Ângulo de inclinação 282
4.2.4 Bordas 283
4.2.5 Lábio 286
4.2.6 Espessura das bordas 288
4.2.7 Diâmetro das bordas 289
4.2.8 Bojo 289
4.2.9 Altura e largura dos bojos 290
4.2.10 Espessura dos bojos 291
4.2.11 Ângulo de inclinação dos bojos 292
4.2.12 Bases 292
4.2.13 Ângulo, espessura e diâmetro da base 293
4.2.14 Diâmetro das bases 294

4.3 Resultados da análise tecnotipológica e projeção das formas 297

4.4 Análise tecnológica 306
4.4.1 Tratamento de superfície 306
4.4.2. Técnica de manufatura 314
4.4.3. Pasta Cerâmica 317
4.4.4. Tipo de queima 320

4.5 Outros materiais arqueológicos 323

4.6 Datação 328

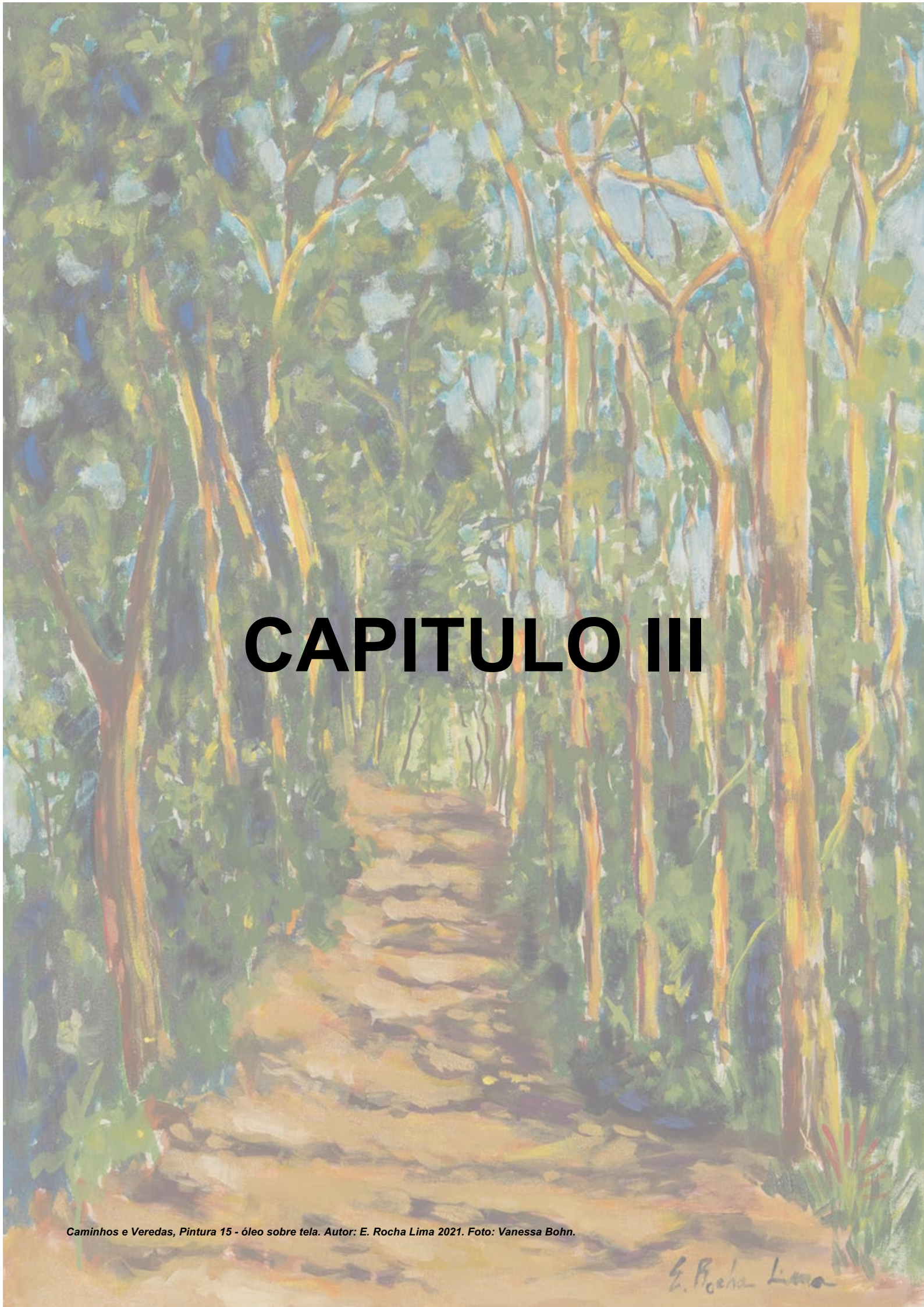
4.7 Resultados comparativos 329

CONSIDERAÇÕES FINAIS 334

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 343

ANEXOS 367

ADENDOS 374



CAPITULO III

Caminhos e Veredas, Pintura 15 - óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

CAPÍTULO III - NO ENCALÇO DO ALDEAMENTO MARIA I: PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E EMPÍRICA DE CAMPO

Para a realização deste estudo foi necessário fazer uma revisão bibliográfica abrangente acerca da história e da cartografia da época. Já que a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em março de 1808, e a consequente abertura dos portos às nações amigas, fato que possibilitou a entrada e certa permanência dos estrangeiros eruditos em nossas terras. Esses viajantes deixaram em textos ou produções iconográficas o que lhes chamava a atenção, seja a natureza com sua flora e fauna, o povo indígena, português ou mestiço, seus hábitos e práticas.

Em sua forma original esses registros visuais: crônicas, diários de viagens, pinturas, gravuras, desenhos, mapas, nos dão um testemunho de como o europeu viu o Brasil, a natureza e seu povo. Embora nem todos os relatos foram escritos *in loco*; existem relatos que foram elaborados somente após o regresso para a Europa, já com certo distanciamento do que foi visto e vivido aqui, e outros tantos, a partir do relato do que foi experimentado e historiado no Brasil a partir dos letrados da corte. Ainda que muitas vezes, dotados de um olhar extremamente colonialista, o resultado do trabalho desses viajantes muito contribuiu para a história, artes e as ciências.

Como abordado anteriormente, a acelerada penetração para o interior e a demarcação da fronteira com o avanço do domínio espanhol, exigiram um reconhecimento cartográfico geral. Desta forma, a cartografia de restrita ao regional e pormenorizada, foi sendo gerada demonstrando a necessidade de um conhecimento cada vez maior da América Portuguesa dividida por capitanias ou regiões. Goiás sofreu grandes alterações em seus limites territoriais ao longo do tempo, gerando vários mapas que pudessem de alguma forma ser úteis.

A ideia de fronteiras naturais (como descrito no item 2.2. Mapas e antigos caminhos), especificações geográficas facilmente compreendidas, principalmente montanhas e rios, tornou-se um aspecto instituído da descrição geográfica e discussão política, desta forma, os mapas históricos incluíam, em geral, características físicas, assim possibilitava uma melhor localização dos lugares, principalmente povoados, que estavam mapeados. Os rios e as montanhas destacavam-se fortemente no sentido e na percepção que as pessoas tinham acerca

do terreno, e eram características importantes dos mapas dos itinerários (BLACK, 2005:56; 143).

Todos esses atributos dos mapas do século XVII, elaborados para a Capitania de Goiás, demonstra o olhar do colonizador sobre os povos indígenas, e muitas vezes com o auxílio destes, tendo o intuito de destacar as aldeias indígenas, os rios e as províncias, para afirmar a dominação sobre os lugares e os povos autóctones que neles habitavam. Para o colonizador era de extrema importância ter o conhecimento geográfico das regiões, uma demonstração positiva do esforço humano para criar a pátria, desvendar os mistérios do espaço físico, impondo uma soberania e afirmando uma decisão firme do exercício, com isso se reconhecia o poder e domínios sobre as mesmas (REIS, 1963:13).

No início, os mapas tinham mais características ilustrativas ao invés de descritivas. O que trazia maior esforço de interpretação acerca do mapa em domínio das técnicas da pintura ou da métrica dirigida à época. Uma montanha era representada por pequenos semicírculos assombreados e muitas vezes com a aparência da letra B, a vegetação mais densa era representada por minúsculas árvores que se assemelham a pinheiros nos primeiros mapas, posteriormente as minúsculas árvores tomam formas mais arredondadas (como veremos, por exemplo, no mapa "*Mappa Topográfico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro*", adiante).

A representação dessas paisagens iniciais nos mapas, foram criadas a partir da paisagem natural europeia, em seguida, a paisagem ilustrativa se modifica a partir do que foi observado para o sistema ambiental brasileiro. As ilustrações a partir de então foi ficando com os contornos mais arredondados para se assemelhar a nossa flora (crenças da autora). As estradas eram representadas por linhas pontilhadas enquanto os rios por linhas contínuas e finas a partir de sua nascente, que vai se alargando conforme os contribuintes vão abastecendo o rio até formar um rio maior. Também as cidades, vilas, pousos e aldeamentos, eram frequentemente anotados como desenhos, posteriormente, esses elementos eram identificados por símbolos, claro que os mapas a partir disso, ganham legendas mais apuradas.

Muitos dos mapas antigos, tiveram como informante os povos indígenas, posteriormente os viajantes e bandeirantes também produziram informações na paisagem que deram subsídio para a confecção de outros mapas, e a partir deles foram surgindo tantos outros. Na perspectiva de Certeau (1998), as intervenções de fronteira, combinações de narrativas e transcrições de relatos, são fragmentos tirados

de histórias anteriores e “bricolados” num todo único. Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Embora descreva narrativas passadas, e a descrição se revela mais que uma fixação, a descrição é puramente um ato culturalmente criador.

Os mapas possuem uma temporalidade atribuídas a sua época, e uma criação especifica, essa iconografia espacial também projeta a imagem de quem o construiu. O discurso cartográfico é dotado de uma compreensão histórica e de mundo. O mapa é construído socialmente e é dotado de percepção e interpretação as quais dão sentido ao espaço conforme a visão do autor. E até aqueles espaços que não são preenchidos também são dotados de significados. Jeremy Black (2005:187), afirma que “*o julgamento histórico deve se apoiar no reconhecimento das relações fundamentais no espaço como também no tempo, e essas frequentemente se tornam inteligíveis por meio dos mapas*”. Portanto, o que difere a promoção do conhecimento por meio do mapa dos demais signos, é que os mesmos podem ser “*lidos*” por vários olhares, numéricos, descritivos, artísticos, antropológicos.

Segundo Robert David Sack (1988):

> *“El campo de la geografía tampoco resulta simplemente de la interacción entre fuerzas naturales y fuerzas sociales. Los geógrafos son conscientes del hecho de que los hombres hacen algo más que actuar y reaccionar. Los hombres piensan y crean un mundo del significado, y los geógrafos humanísticos han hecho su aparición para explorar el modo en que los seres humanos conciben el mundo natural y social”* (Sack,1988:226).[50]

As percepções de mudanças e permanências são fatores fundamentais na utilização dos mapas. Enquanto que um mapa mais antigo pode apresentar mais desenhos e muitas descrições, ou nenhuma, um mapa mais recente terá as mesmas informações, contudo dotado de símbolos e linhas cartográficas e dimensões mais

[50] “Nem o campo da geografia simplesmente resulta da interação entre as forças naturais e as forças sociais. Os geógrafos estão cientes do fato de que os homens fazem mais do que agir e reagir. Os homens pensam e criam um mundo de significado, e geógrafos humanísticos surgiram para explorar a maneira como os seres humanos concebem o mundo natural e social” (Sack,1988:226). Tradução da autora.

precisas. Um problema constante na tradução fidedigna dos mapas é que a grande maioria dos mapas antigos traziam suas distancias em léguas, dado esse que se tornam imprecisos quando transformadas em quilômetros, pois naquela época existiam ao menos quatro variações conhecidas para as medidas de léguas: 4,82km, 5,82km, 6,66km e 7,33km.

A partir dessa necessidade de um conhecimento técnico prévio de escala, orientação, localização, dentre outras especialidades, atrelado à disciplina de geografia, se faz necessário que o pesquisador se capacite de fato para poder decifrar os mapas, enquanto fonte histórica documental. Durante o trabalho de pesquisa, a dificuldade de reunir o material cartográfico necessário para que pudesse embasar as escolhas das prováveis localizações do Aldeamento Maria I, sempre nos deparávamos com inúmeras lacunas para o registro desse aldeamento. Além disso, os mapas se encontravam dispersos e não sistematizados e em várias ocasiões não passavam de meros recortes que faziam menção daquilo que estava sendo pesquisado no momento, não nos dando uma informação fidedigna e real do território cartografado.

Assim o estudo se deu com o levantamento e registro das peculiaridades apontadas no território de pesquisa a partir dos mapas produzidos ao longo dos anos, reconstituindo e descrevendo os rios e os caminhos percorridos, tanto os descritos na cartografia, quanto descritos por viajantes dos séculos XVIII e XIX, observando o relevo, o aspecto físico e geográfico da região, promovendo o levantamento dos caminhos e de rios relatados, bem como povoamentos e indícios da paisagem natural. Nesse sentido, o suporte das instituições detentoras desses acervos históricos foi indispensável para o desenvolvimento desta pesquisa, que abrangeu o arquivo Histórico e Geográfico Brasileiro, a biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Museus das Bandeiras da Cidade de Goiás, nesse último onde continha as maiores informações. De posse de tais informações foi feito uma sobreposição dos mapas, que verteu para as localizações descritas neste capítulo.

Nesse processo de pesquisa, foi usado o apoio tecnológico essencial oferecido pelo Software Google Earth Pro que se constitui de um sistema que permite elaborar o mapeamento de superfícies, sobre um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS (Sistema de Informação Geográfica) 3D.

Nos últimos anos, as imagens de satélite associadas a ferramentas cartográficas, têm oferecido uma infinidade de ações uma vez que permite tanto a sobreposição como a elaboração de mapas tradicionais. Com graus de precisão crescentes, essas imagens selecionadas, servem de base para análises e tomadas de decisão mais rápidas e precisas. Na arqueologia, ferramentas como o Google Earth, permitem que o arqueólogo conheça previamente a paisagem, mesmo nunca tendo estado presente nelas, permitindo por exemplo observar as configurações na paisagem que melhor indicariam uma ocupação pretérita ou intervenção antrópica que muitas vezes seriam difíceis de serem observadas estando em solo, como é o caso dos Pari[51], instalados pelos índios nos grandes rios para realização da pesca.

Mesmo a luz das distancias percorridas, não fazíamos ideia por qual caminho esses viajantes teriam seguido para chegar até o aldeamento e foi a partir da acumulação de pistas presentes nos relatos históricos e cartas com apontamentos diversos, que mesmo dotados da imprecisão peculiar de sua época, foi possível determinar a provável localização daquilo que partimos em busca, o Aldeamento Maria I.

[51] Técnica tradicional de pesca dos Índios Kaingang, Pari ou Pãri. Consistia em colocar pedras de margem a margem do rio, afunilando a passagem dos peixes nos rios e no seu final, uma sesta de palha onde eram capturados os peixes.

3.1 A busca pelo Aldeamento Maria I através dos mapas históricos.

São inúmeros os documentos que sugerem uma possível localização do aldeamento Maria I (CHAIM, 1983; GIRALDIN, 1997; REIS, 2000; LOURENÇO, 2005; ATAIDES, 2006), no entanto todos os apontamentos baseiam-se em relatos e documentos históricos (POHL, 1976; Saint-Hilaire, 1819), sem apresentar as coordenadas exatas de sua localização. Embora Saint-Hilaire descreva a localização da aldeia Maria a pouco mais de "11 quilômetros", ao Sul e depois de uma légua encontra-se o rio fartura. É possível acreditar que existiu algum erro de interpretação quando menciona quilômetros ao invés de léguas. Contudo, a numeração em quantidade em distância permanece correta, mesmo com alguma variação de uma légua, se compara aos outros relatos.

Com base nesta documentação histórica Chaim (1983:124), descreve que o Aldeamento Maria I ficava a onze léguas a sudoeste de Vila Boa, nas margens do Rio Fartura. O último relato que se tem sobre o Aldeamento Maria I, foi feito entre os anos de 1817 e 1821, período em que Johann Baptista Emanuel Pohl, renomado cientista austríaco, que viajou pelo interior do Brasil catalogando espécies nativas da região. Em sua comitiva também se encontrava o pintor de paisagens e desenhista de plantas Buchberger. Pohl (1976), por ocasião de sua viagem a Goiás relatou ter encontrado o Aldeamento Maria I em ruínas, pouco tempo depois de seu abandono, ocorrido em 1813, conforme consta:

> *"Tal carta situde 11 metros de largura, por onde passando por uma colina coberta de arbusto, no córrego água fria a vereda conduziu a duas cabanas, onde encontramos outro guia. A região é interiamente despida de árvores, e depois de fazermos três léguas completas, sobre a campina monótona e de escassa vegetação, armamos a nossa tenda junto a uma fonte cuja margens orladas de buritis de pouco mai de trinta m de altura. Na manha seguinte após caminhar três léguas, chegaram ao Aldeamento Maria está edificada sobre uma colina baixa por qual se estende a*

> *meia légua de distancia na direção leste para oeste, uma cordilheira e cujo sopé corre o rio dos pilões. [...[fomos embora no dia seguinte em direção a rio claro em uma trilha coberto por denso matagal chegaram depois de meia légua ao rio fartura (POHL, 1976: 152-156) ".*

Em pesquisas bibliográficas, voltada exclusivamente para mapas históricos, encontrei no livro "*Goyaz: Guia de Cartografia Histórica*". (Silva & Júnior, 2018) o fragmento do mapa abaixo, retirado do "*Mappa Topografico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos"* datado de 1805. Esta planta encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino. Região de ligação da antiga capital (Vila Boa) para as minas de Cuiabá. Nele apresenta diversos caminhos da região de Pilões, sudoeste da Capitania de Goiás. Não há referência de quem foi o cartógrafo, entretanto, é bem provável que tenha sido José Manoel da Silva Oliveira, conforme observa-se no título:

> *"Mappa Topografico da Campanha do Rio Piloens e Rio Claro diamantinos com todas suas vertentes pertencentes a Comarca de Villa Boa de Goyas, mandado tirar pelo Illmo. Exmo. Snr. Dom Francisco de Afsis Mascarenhas Gov.or Cap.m General desta Cap.nia sendo examinados todos ambos os Rios e suas vertentes pelo Min.o Don Manuel Joaquim de Ag.nor Mourao Ouv.or e Correg.or q foi desta Com.ca, e p.r Jozé Manoel da S.a Oliv.ra, que ambos correrão toda a Campanha abrirão picadas e Cam.os como mostra neste Mappa V.a Boa no anno de 1805." (FARIA, 2011:373 apud Silva & Júnior, 2018:169).*

O recorte do referido mapa, apresentado na **Figura 5** a seguir, indica a localização da "Aldea Maria" junto ao "caminho da Vila", às margens do Rio da Fartura. Podemos ver claramente os dois caminhos que chegam até a Aldeia Maria I. Do lado que se vai a esquerda, passa pelo aldeamento São José de Mossâmedes, e o outro caminho acima, passando no meio da Serra Dourado indo de encontro a Cidade de Goiás, antiga Vila Boa.



Figura 5 - Recorte do Mapa caminhos até a Aldeia Maria I.
Fonte: SILVA E JÚNIOR (2018:169).

O "*Mapa Geral de Toda Capitania de Villa Boa de Goyas*"[52] [1820], foi elaborado nos últimos anos do domínio português sobre o território brasileiro, por "Joaquim Cardoso Xavier", em 1820. "*Mandado Tirar pelo Il.mo Ex.mo Senhor Dom João Manoel de Meneses, Governador Cappitão General da dita Cappitania*".



Figura 6 - Recorte do Mapa Geral de Toda Capitania de Villa Boa de Goyas.
Fonte: SILVA E JÚNIOR (2018:175).

Está arquivado na mapoteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, sediada na capital de Portugal. O mapa apresenta as áreas territoriais de dois povos

[52] SILVA E JÚNIOR (2018:175).

indígenas: o Akroá (no norte da capitania) e o Cayapó (no Sul). Por fim, no centro da capitania, três aldeamentos estão presentes: “Aldeya Maria” e “Aldeya de S. Jozé”, ao Sul da Capital Vila Boa, como vemos na **Figura 6** anterior.

O “*Mappa do Estado de Goyaz”* [1918], passa a indicar as etnias indígenas localizadas no interior de Goiás, subindo o rio Araguaia, de norte a Sul, o mapa indica a presença dos seguintes povos: Cayapó, Carajá, Tapirapé, Javahé, Chavante, Canoeiro e Boróro. Também apresenta, ao Sul da capital Goyaz, o Arraial de S. José de Mossâmedes e a Aldeia Maria, inclusive a Serra do Cayapó na área do mapa apresentado na **Figura 7** adiante.

Durante as pesquisas empreendidas junto ao acervo do Museu das Bandeiras localizado na Cidade Goiás/GO, foi localizado uma ampla documentação, dentre as quais, cabe destaque, a *Carta Corográfi*ca, planta elaborada por Cunha Mattos[53] em 1826, que apresenta uma localização muito mais elaborada e precisa do Aldeamento Maria I, conforme detalha o recorte apresentado na **Figura 8**.



Foto 6 - Elaine Alencastro e Milena Bastos Tavares - Museu das Bandeiras Goiás – GO.
Foto: Wagner Magalhães (Fev/2019).

[53] Primeiro Governador das Armas, Raimundo José da Cunha Mattos, na Província de Goiás no período de 1823 a 1826.



Figura 7 - Recorte do Mapa do Estado de Goyaz 1918.
Fonte: SILVA E JÚNIOR (2018:181).

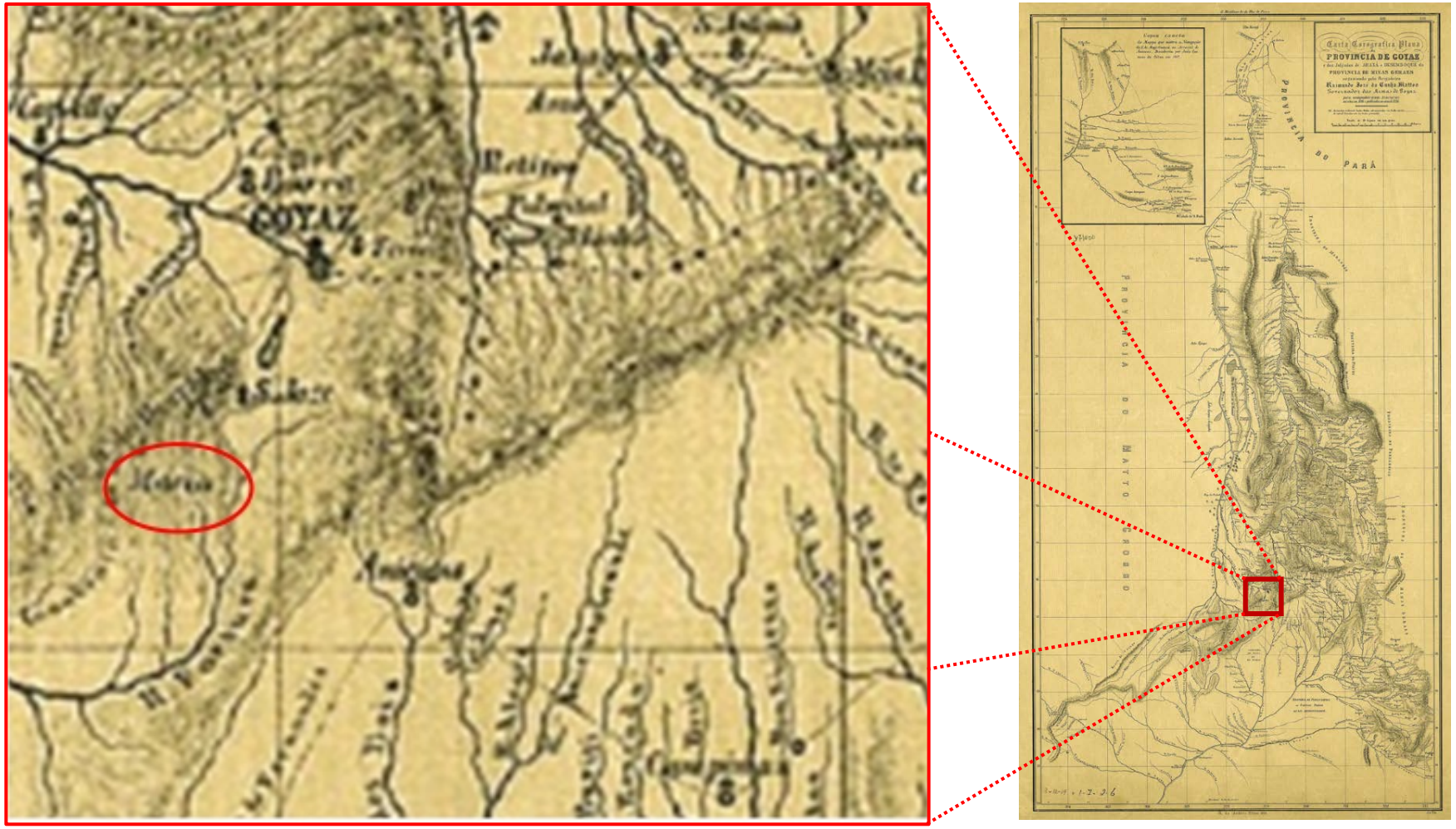


Figura 8 - Detalhe do mapa elaborado por Cunha Mattos com a localização do aldeamento Maria.
Fonte: Acervo do Museu das Bandeiras (Fev/2019).

Em Cunha Mattos, lê-se:

> *"Da cidade de Goiaz vai-se á Aldêa de S. José; 8 legoas. Nesta marcha segue-se o Itinerario desde a cidade até ao Corrego da Estiva cm das Lagoas no caminho para Santo Izidoriou para Auicuns; e entao toma-se o caminho da direita para aquella aldêa. Adiante de S. José atravessa-se o Ribeirão da Fartura, que nasce na Serra Dourada, e tem a sua cabeceira meridional perto das cabeceiras do Rio Uruhú. Continua-se a marcha, seguindo a margem esquerda do ribeirão, que vai acompanhando as abas meridionaes da Serra Dourada até chegar a Aldêa Maria, distante de S. José 6 legoas. Da Aldêa Maria em diante continua-se a seguir a margem esquerda do Ribeirão da Fartura, sempre ao rumo de Oeste, até ao lugar em que se atravessa o mesmo ribeirão, já unido ao Rio dos Pilões da outra estrada de Goiaz pelo lado septentrional da Serra Dourada; e entra-se no Arraial do Rio Claro, que dista da Aldêa Maria 7 legoas. Total 21 legoas (MATTOS, 1836:137).*

Em outra passagem, na sua viagem pelo *Itinerário da Cidade de Goiás para o Rio Claro*, Mattos (1836), descreve que existe outro caminho, de menor distância e que nele passa pela Aldeia de S. José, ele passa também pelo Aldeamento Maria. No itinerário nº 4:

> *"Este sábio Ecclesiastico não se enganou; mas elle talvez tivesse em vista a marcha pelas Aldêas de S. José e Santa Maria, por onde com efleito há só 18 legoas; mas essa estrada acha-se abandonada em consequencia do abandono da Aldêa Maria, dos sustos que incutem os Indios Cayapó da Aldêade S. José, e muito principalmente porque os negociantes e tropeiros que vão de Goiaz ao Cuiabá, encontrão pelo caminho ao Norte da Serra Dourada melhores pastos para assuas bestas de sella e carga. O certo he que a estrada que eu vou descrever não*

he agora frequentada senão por algum escoteiro (homem que marcha á ligeira), ou pelos Indios das Aldêas do Sul da referida Serra Dourada".

"Da cidade de Goiaz vai-se á Aldêa de S. José; 8 legoas. Nesta marcln segue-se o Itinerario desde a cidade até ao Corrego da Estiva cm das Lagos no caminho para Santo Izidorio ou para Auicuns; e entao toma-se o caminho da direita pata aquclln aldêa. Adiante de S. José atravessa-se o Ribeirão da Fartura, que nasce na Serra Dourada, e tem a sua cabeceira meridional perto das cabeceiras do Rio Uruhú. Continua-se a marcha, seguindo a margem esquerda do ribeirão, que vai acompanhando as abas meridionaes da Serra Dourada até chegar a Aldêa Maria, distante de S. José 6 legoas. Da Aldêa Maria em diante continua-se a seguir a margem esquerda do Ribeirão da Fartura, sempre ao rumo de Oeste, até ao lugar em que se atravessa o mesmo ribeirão, já unido ao Rio dos Pilões da outra estrada de Goiaz pelo lado septentrional da Serra Dourada; e entra-se no Arraial do Rio Claro, que dista da Aldêa Maria 7 legoas. Total, 21 legoas" (MATTOS, 1836: 139).

Atualizando esses dados, a provável localização do Aldeamento Maria I, está na margem esquerda do Ribeirão Fartura, nas proximidades da Serra Dourada e do Ribeirão Canabrava, bem como a 12 léguas (57,9364 KM) de Vila Boa (atual Cidade de Goiás) e 7 léguas (33,7962 KM) do Aldeamento São José de Mossâmedes (atual cidade de Mossâmedes).

Muito embora, os mapas anteriores ao de Mattos, indicarem visualmente sempre o lado esquerdo do Ribeirão Fartura, observamos certa peculiaridade no mapa de Cunha Mattos, o Aldeamento Maria I, encontra-se do lado direito da margem do Rio Fartura, e em seus relatos ele continua dizendo que o Aldeamento encontra-se na margem esquerda do Ribeirão Fartura provavelmente ao que ele se refere, está ajustado a posição do mesmo, levando em conta a representação cartográfica que ele elaborara e não necessariamente o sentido correto do rio.

Muitos desses historiadores citados acima, fizeram suas interpretações a partir do mapa e relatos textuais de Cunha Mattos. Portanto, esse mapa foi a referência para elaborar um mapa preditivo onde possivelmente estaria este Aldeamento.

Embora exista a consciência de que nenhuma construção de alvenaria tenha sido implantada conforme sugerido na planta com o projeto proposto para o Aldeamento, foi tomado como referência também o mapa descrito em Chaim (1983) para poder relacionar o plano que se encontrava construído o Aldeamento Maria com a paisagem que supostamente poderia estar alocado como veremos na **Figura 9**.

3.1.1 Pesquisa empírica de campo

As áreas preditivas para o local onde supostamente estaria o Aldeamento Maria I, foram escolhidas através do estudo da paisagem (Renfrew e Bahn, 2005; Boado, 1995, dentre outros). A análise perpassa pela abordagem da Paisagem Arqueológica, levando em conta, além do Mapa Cartográfico de Cunha Mattos, inúmeros relatos e descrições da morfologia do cerrado e outras informações pertinentes elaboradas por Pohl e Sant-Hilaire, por ocasião de suas visitas a área do Aldeamento Maria I a partir de São José de Mossâmedes e Vila Boa de Goiás.

Determinou-se de modo preditivo as áreas de maior potencial para a localização do Aldeamento Maria I. Nesta tarefa, foi imprescindível a colaboração do engenheiro e arqueólogo Dr. Wagner Magalhães que possui amplo conhecimento em estudos da paisagem, vindo em auxílio na elaboração de mapas digitais através da ferramenta Google Earth Pro, por meio da sobreposição da carta elaborada por Cunha Mattos e de cada um dos Hostspots descritos por Pohl e Sant-Hilaire, afim de obter uma situação atualizada da provável localização do aldeamento.

A delimitação da área de pesquisa tomou como base um perímetro de 12 léguas (aproximados 57 Km) a partir de Vila Boa (Cidade de Goiás). Para tanto é preciso esclarecer que trabalhar com distâncias indicadas em documentos antigos, sejam da época da Colônia, sejam da época do Império é uma atividade de risco, uma vez que não havia padronização das medidas e, quando explicadas, referiam-se a outras medidas igualmente não-padronizadas.

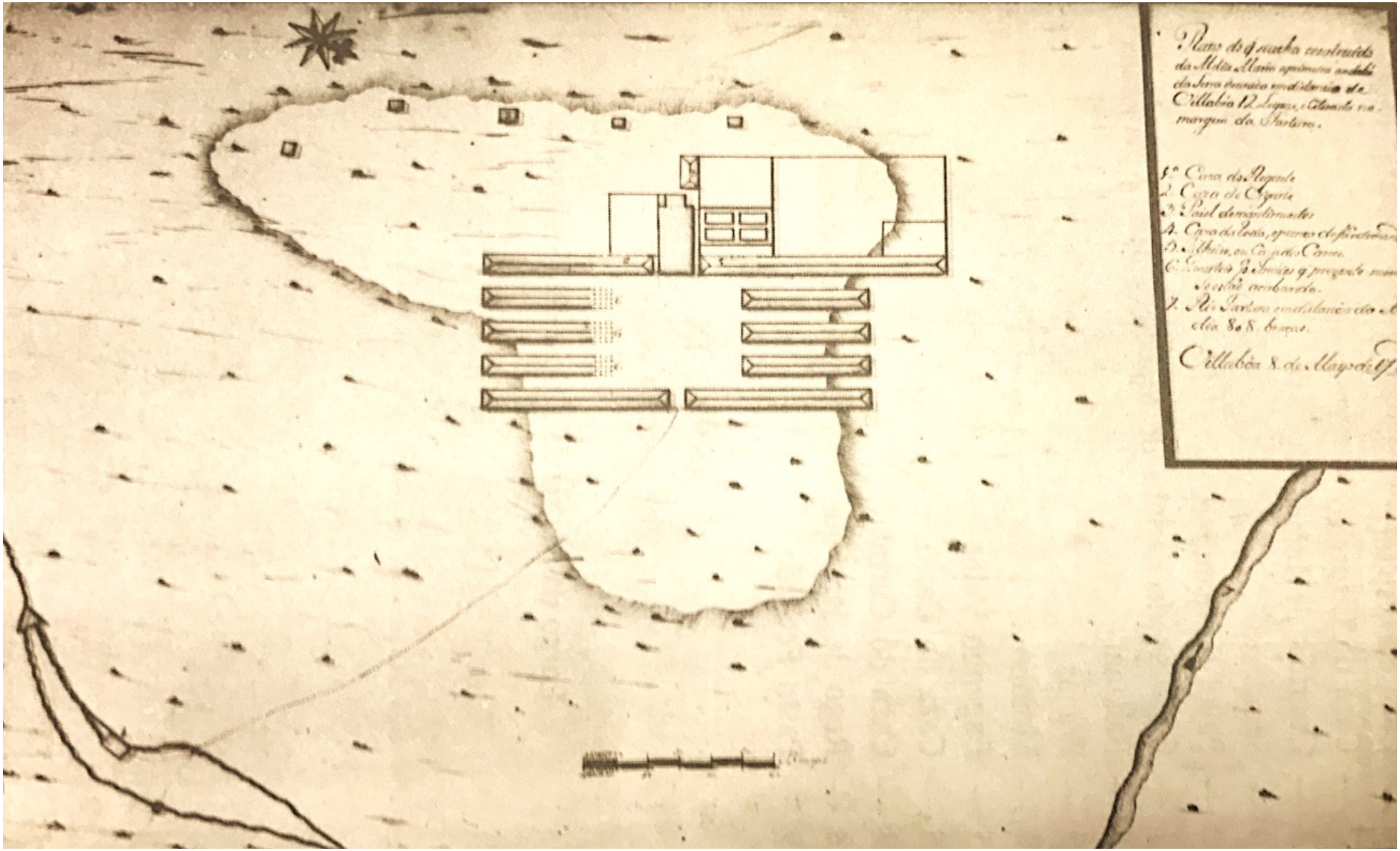


Figura 9 - Mapa de localização do Aldeamento Maria I.
Fonte: CHAIM (1983)

A légua e a braça, são as duas medidas mais comuns encontradas em leis, relatórios e outros textos dos séculos XVIII e XIX, que tratam da posse, demarcação e localização do território colonial. Sabe-se, no entanto, que naquela época existiam ao menos quatro variações conhecidas para as medidas de léguas, ou seja: 4,82km, 5,82km, 6,66km e 7,33km de modo que partindo dessa variação foi delimitado um perímetro de provável localização do Aldeamento Maria I. Esse perímetro ficou conformado pelas coordenadas P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7 e levou em consideração as distâncias oferecidas por Cunha Mattos abrangendo assim uma área de pesquisa de 162.383 ha, localizada na confluência das bacias dos Rios Fartura e Pilões. Os mapas apresentados na **Figura 10** e **Mapa 15** demonstram esse grid de pesquisa delimitado sob um polígono em vermelho.

Uma vez definido esse perímetro, passou-se a análise dos elementos da paisagem que apresentassem as características descritas nos relatos e cartas antigas acerca das escolhas preditivas dos índios Cayapó, tais como a proximidade e formato de corpo hídrico de menor ordem, existência de trilhas ou estradas de acesso, existência de interflúvios, localização da Serra Dourada e da Serra dos Pilões, etc.

Ao tratar do estudo da paisagem compreendida pela poligonal definida como área de pesquisa se buscou suporte nos conceitos de Arqueologia da Paisagem presentes nas obras de Milton Santos (1978; 2004; 2005; 2006 e 2008) e Felipe Criado-Boado (1991; 1995; 1997; 1998 e 1999), empregando ainda o método de investigação proposto por este último autor, constituído de três estágios, a saber:

1. Básico - levantamento de dados de georreferenciamento do sítio e mapeamento em nível de município, além de reconhecimento da paisagem com observações e informações orais junto à comunidade;
2. Avaliação - reconhecimento de terreno através de observações ou levantamento prospectivo com sondagens aleatórias a fim de se comprovar ou avaliar potencialidades arqueológicas. Em caso de necessidade, fazem-se coletas controladas de material arqueológico;
3. Manejo - prospecção e escavação arqueológica com sondagens, cortes, trincheiras e decapagens, além de coletas controladas de materiais arqueológicos georreferenciadas em três eixos.

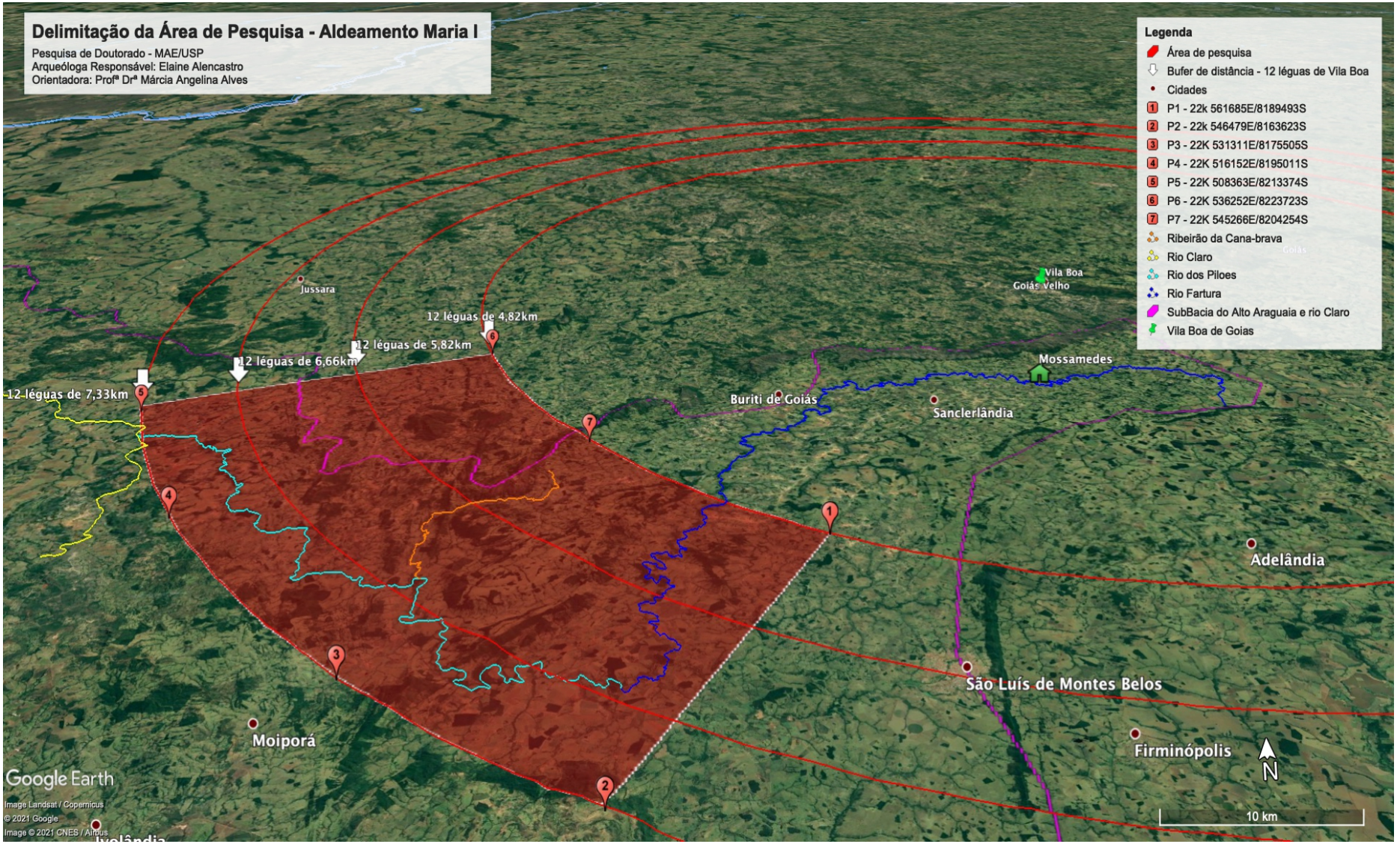
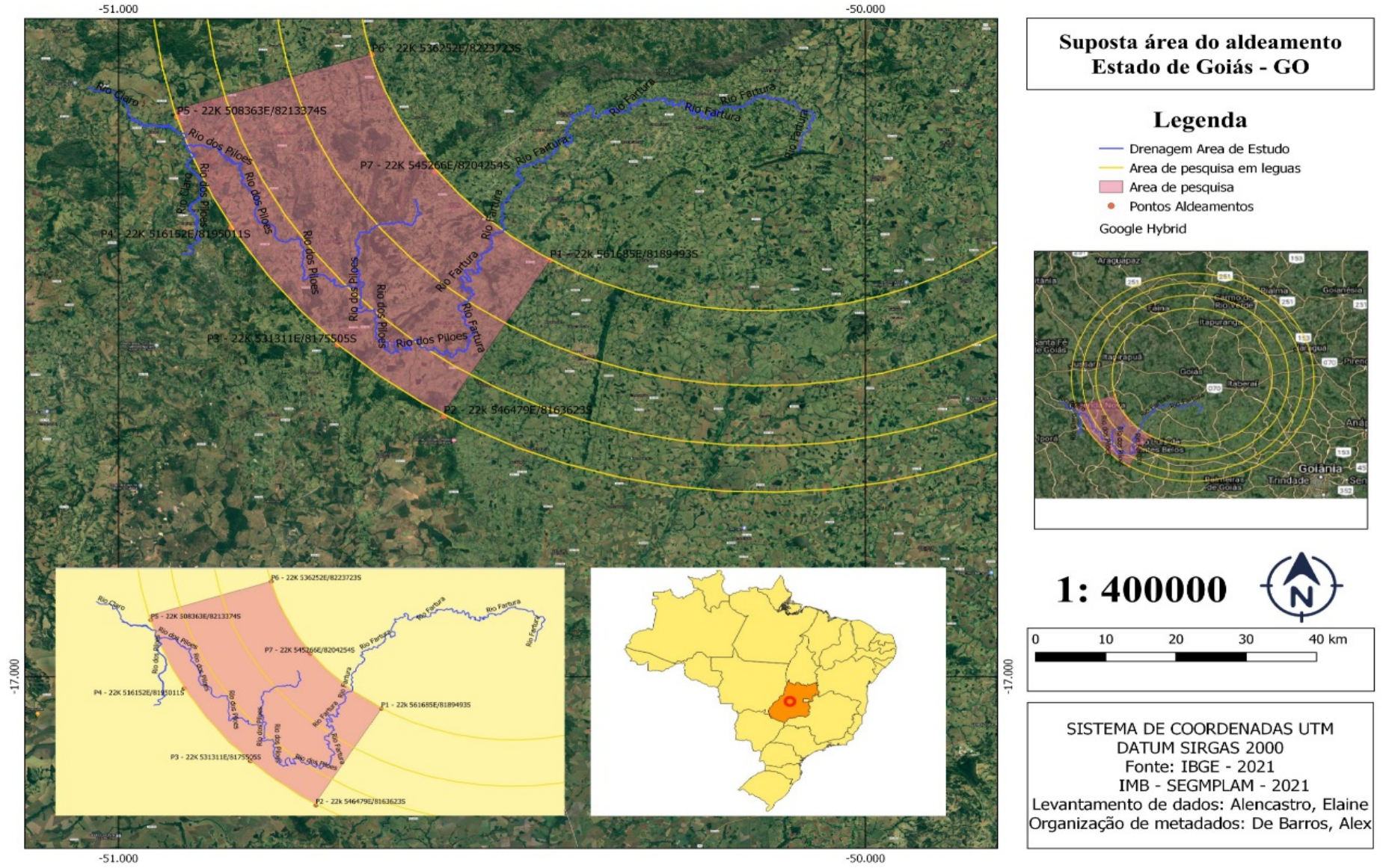


Figura 10 - Mapa de conversão de léguas em Km e delimitação da área de pesquisa.
Fonte: Wagner Magalhães (Jan/2017).



Mapa 15 - Mapa de delimitação da área de pesquisa.

Levou-se em consideração ainda o conceito de "*Lugares Persistentes"* proposto por Schlanger (1992), cujos pressupostos ilustram bem os métodos analíticos que abordam as teorias sobre lugares persistentes na paisagem, que, segundo ela, se constituem de lugares que foram repetidamente utilizados e ou ocupados por períodos de longa duração em uma determinada região. Um lugar persistente pode ter qualidades únicas que o tornam particularmente adequado para certas atividades, práticas ou comportamentos. Representando assim a conjunção de vários comportamentos humanos.

Exemplos de lugares que se encaixam nesta definição, trazendo para a realidade do Cerrado, incluem áreas de campo aberto, buritizais, planícies ribeirinhas, pastos para grandes animais e cobertura vegetal onde os animais de menor porte se abrigam, ambientes que possam fornecer algum tipo de matéria prima essencial para determinado grupo, como lugares que tenham abundância de madeira, lenha, pedras, argila (SCHLANGER, 1992).

Ainda, outras características mais claramente definidas, incluem córregos, intervalos topográficos que fornecem acesso a partir de uma área para outra, situações topográficas únicas, como interflúvios, cumes, topos, margens de penhasco. Lugares de rituais sagrados, ou de significado sagrado, e tantos outros lugares, que segundo a sua geomorfologia se tornam lugares persistentes a partir de características culturais pré-estabelecidas. De qualquer forma, uma vez que determinado o espaço começa a ser utilizado; pescando, caçando, ou sendo construído, instalando-se fornos, abrigos, dentre outras atividades do cotidiano, pois é assim que um determinado grupo cria seu próprio ambiente. É justamente a estruturação das atividades associadas a essas diversas ocupações e praticas cotidianas, que podem transformar uma paisagem em um lugar persistente (SCHLANGER, 1992).

É sabido que os grupos Cayapó do Sul edificavam suas casas em áreas abertas, quase sempre em interflúvios em meia vertente próximo a um leito de rio com águas perenes menos caudalosos, distantes entre 10-30 quilômetros de rios maiores e mais caudalosos (SCHMITZ *et. al*, 1982; ALVES, 2003; WÜST, 2019; FAGUNDES, 2014; MAGALHÃES, 2019).

Em observação ao que Pohl relatou sobre o ambiente que está localizado o Aldeamento Maria: "*está edificada sobre uma colina baixa por qual se estende a meia légua de distância na direção leste para oeste, uma cordilheira e cujo sopé corre*

o Rio dos Pilões" (POHL, 1976: 152-156). Nesse sentido, foi possível identificar a Serra Pilões devido ao rio que corre em seu paralelo, o mesmo Rio Pilões.

Por tanto, foi de posse do cruzamento dessas peculiaridades pertinentes ao universo da Arqueologia da Paisagem, associado aos relatos etnohistóricos de Pohl e Sant-Hilaire, bem como com as informações contidas na carta corográfica de Cunha Mattos que todo o polígono delimitado como área de pesquisa foi vistoriado de forma remota através do software Google Earth Pro. Durante essa vistoria "virtual" foram avaliados o potencial arqueológico conforme a morfologia do terreno, onde se avaliou aspectos da paisagem, tipo de vegetação, presença de plantações ou espécies que pudessem nos dar indícios de uma ocupação histórica antiga, além da proximidade com a água e principalmente as áreas de meia vertente inseridas na paisagem, de acordo aos relatos de achados arqueológicos explicitados no Capítulo I desta tese.

Com base nessas características foram definidas de forma preditiva e organizadas em ordem prioritária 5 áreas dispostos nas seguintes coordenadas:

Tabela 3 - Coordenadas UTM (22K) das áreas verificadas

ÁREA	UTM_E	UTM_S
1	548866.00	8198155.00
2	549173.00	8187497.00
3	549219.00	8182391.00
4	548455.00	8181592.00
5	549970.00	8176579.00

Munidos das coordenadas das supostas áreas deu-se início as verificações *in loco*, de modo que cada uma das cinco áreas prioritárias (**Figura 11** e **Mapa 16**) foram devidamente inspecionadas em campo.

Dentre as cinco áreas vistoriadas a que se mostrou como a mais provável não só pelas características da paisagem local, mas também pela presença de uma grande quantidade de material cerâmico comumente associado a tradição Aratu Sapucaí e/ou a povos Jê como os Cayapó meridionais, foi a Área 1, localizada no município de Córrego do Ouro, bem próximo ao limite estabelecido de 12 léguas de 4,82km a partir de Vila Boa, conforme demonstra o **Mapa 17** a seguir.

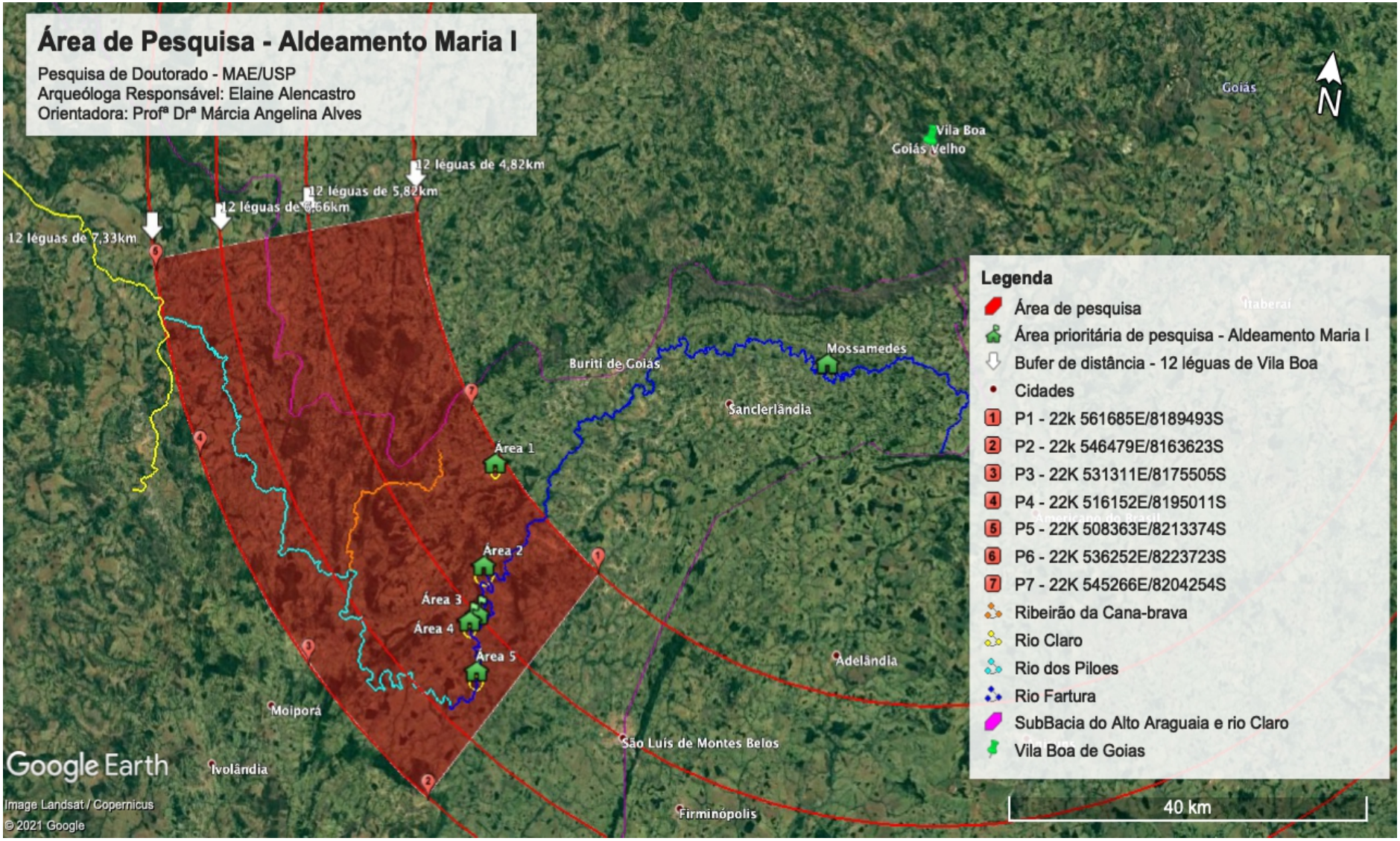
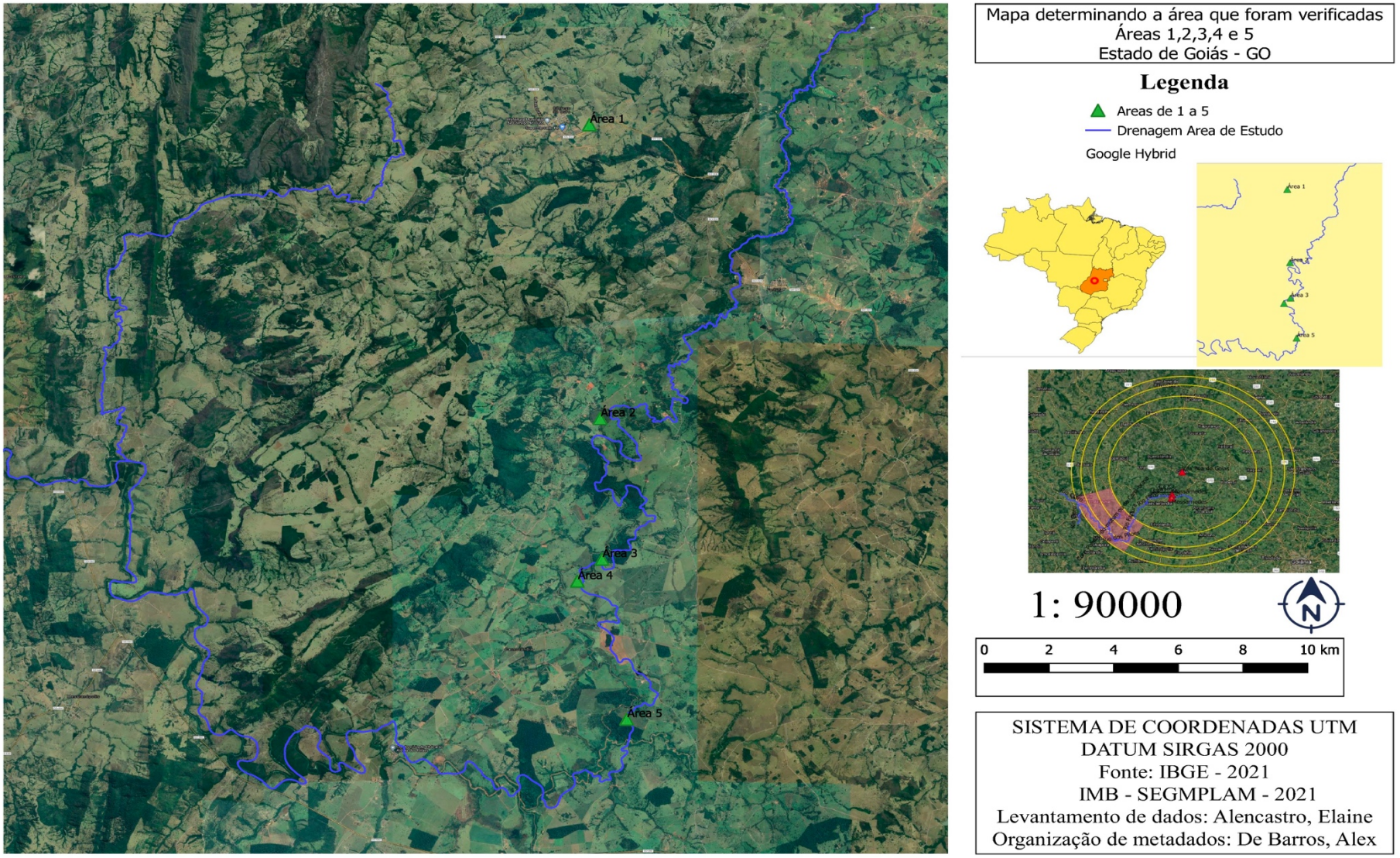
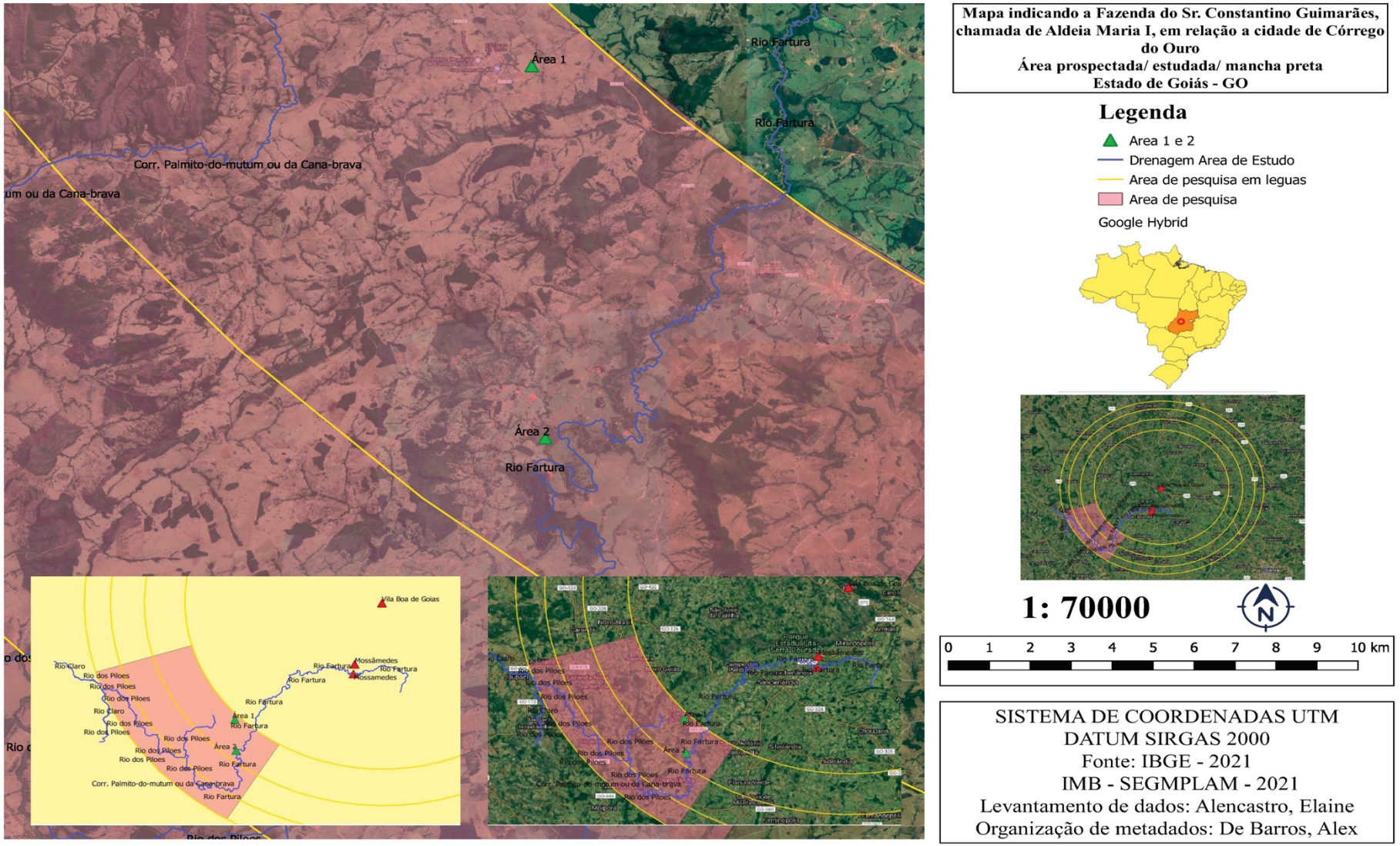


Figura 11 - Mapa de delimitação das áreas prioritárias de pesquisa.
Fonte: Wagner Magalhães (Jan/2017).



Mapa 16 - Mapa de localização das 5 áreas prioritárias de pesquisa.



Mapa 17 - Mapa de localização das prioritárias de pesquisa 1 e 2.

Definida a Área 1 como prioritária, foram planejadas pesquisas empíricas de campo pautadas no método “Indutivo e Intensivo de Pesquisa de Campo” concebido por Boas (2004), onde o empírico é quem domina a cena. Tal método foi concebido pelo antropólogo alemão Franz Boas que dentre outras coisas combateu as grandes sínteses dos evolucionistas/difusionistas do século XIX e foi patrono do particularismo histórico cultural.

Boas (2004), que afirma que para se compreender a raiz ou matriz cultural de uma dada sociedade o pesquisador precisa estudar a cultura como uma ligação entre as demais instituições culturais, dentro dessa sociedade. Assim, cada cultura representa uma totalidade singular, um costume particular, que só pode ser compreendido relacionado ao seu contexto cultural. Esse método tem como fulcro a ligação com as experiências e os estudos desenvolvidos em campo, permitindo o estudo de três conceitos fundamentais da antropologia: espaço, tempo e cultura numa perspectiva de dinâmica sociocultural que é perfeitamente inerente ao contexto que aqui se propôs trabalhar.

3.1.2 Verificação in situ

Ao longo da presente pesquisa foram desenvolvidas quatro campanhas de campo, duas dedicadas a prospecção das áreas prioritárias e duas dedicadas a escavação da área do sítio arqueológico MI encontrado durante a primeira etapa de campo. A descrição de cada uma das etapas é apresentada a seguir.

Grande parte de todos os percursos para se chegar as áreas previamente eleitas, foi feita de carro, nas áreas onde não havia o acesso para o carro o percurso foi feito a pé. Portanto, para alcançar a Área 1 alocado na entrada da cidade de Córrego do Ouro, o percurso se deu pela Rodovia GO-326, que passa pelo distrito de Buritis de Goiás. Este distrito originou-se de uma propriedade adquirida pelos Senhores Joaquim Costa e Ramilo Ramos, que doaram pedacinhos de terra para as primeiras construções[54]. Quanto ao nome dado ao novo povoado sabe-se que foi

[54] O Sr. José Onofre Ferreira, um dos membros da pequena comunidade, imbuindo pelo espírito de religiosidade e de liderança, manda fabricar um cruzeiro no dia 31 de agosto de 1949. Tal cruzeiro foi erguido em louvor a nossa Senhora Aparecida e este acontecimento marcou a fundação do novo povoado de Buriti de Goiás ou Buritizinho. IBGE (2020).

inspirado pela beleza dos buritizais existentes em pequena vereda na estrada velha que ligava Sanclerlândia e Córrego do Ouro, a aproximadamente 18km.

O distrito criado foi subordinado ao município de Mossâmedes em 1962[55]. Conforme já relatado, pela localização estratégica do Aldeamento Maria I, no sopé da Serra Dourada e pela distância e paisagem local, o distrito de Buritis de Goiás, pode vir a ser o local onde Pohl pernoitou antes de chegarem no Aldeamento Maria I. Conforme consta em seu relato: "*armamos a nossa tenda junto a uma fonte cuja margens orladas de buritis de pouco mais de trinta m de altura, na manhã seguinte após caminhar três léguas, chegaram ao Aldeamento Maria".*

Na Área 1, em local destinado a pastagem de gado, evidenciou-se uma grande quantidade de cerâmica arqueológica dispersa numa área de aproximado 35 ha. Com o consentimento do proprietário da área foi executado um caminhamento ao longo dos corredores de acesso da fazenda que permitiu constatar a ocorrência de uma grande quantidade de cerâmica dispersa na superfície. Abaixo a estrada em direção a sede da Fazenda Boa Sorte. A seta vermelha indica a localização da sede.



Foto 7 - Panorama da fazenda. Primeira etapa de campo.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

Dentre as cinco áreas apontadas inicialmente de forma preditiva com base em elementos da paisagem, apenas a Área 1 (que será descrita e contextualizada no item 3.2) apresentou evidências de ocupação arqueológica associada claramente a

[55] Distrito criado com a denominação de Buriti, pela Lei Municipal n. º 119, de 02-12-1962, subordinado ao município de Mossâmedes Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito figura no município de Mossâmedes. Pela Lei Municipal n. º 173, de 11-02-1966, o distrito de Buriti passou a denominar-se Campo das Perdizes. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o distrito já denominado Campos das Perdizes permanece no município de Mossâmedes. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Buriti de Goiás, pela Lei Estadual n. º 11.702, de 29-04-1992, desmembrado de Mossâmedes. Sede no atual distrito de Buriti de Goiás (ex-Campo das Perdizes). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2003, município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2018. Arquivo do IBGE (2020).

um assentamento Jê. Esse relato, associado ao sítio arqueológico MI, cuja cultura material evidenciada se associa claramente ao universo Macro-Jê, é sem dúvida um dos fatores que fazem da Área 1 localizada em Córrego do Ouro uma provável localização do então perdido no tempo Aldeamento Maria I.

Mesmo com o achado arqueológico da Área 1, havia de ser verificada as demais áreas: Área 2; 3; 4 e 5. Portanto, se deu a verificação das demais áreas. O percurso se deu em direção a cidade de Sanclerlândia que fica a 54 km da cidade de Goiás e 14 km de Mossâmedes (antigo Aldeamento São José de Mossâmedes). Entramos por uma estrada municipal até um distrito de Sanclerlândia chamada de Aparecida de Fartura, nas margens do Rio Fartura.



Foto 8 - Igreja de Nossa Senhora no Distrito de Aparecida de Fartura- GO.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Na saída desta pequena cidade, logo na primeira estrada de terra a esquerda, avistamos uma placa com o nome Fazenda Aldeia Maria[56].



Foto 9 - Placa indicando a Fazenda Aldeia Maria, distrito de Aparecida de Fartura- GO.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

[56] Fazenda Aldeia Maria, proprietário o Sr. Constantino C. Guimarães, Distrito de Aparecida de Fartura, Município de Sanclerlândia - GO, 76160-000.

Interessante de nota é o relato de Cunha Mattos (1826:139): "*Neste lugar ainda hoje permanece huma fazenda de gado vacum pertencente a Nação, a qual não deixa lucro senão ao Administrador, e aquellas pessoas a quem elle deseja obsequiar".*

A fazenda do Sr. Constantino pode estar relacionada a fazenda referida por Cunha Mattos. As terras eram devolutas em meados do século XIX, desta forma, sendo esse, mas um indício da localização do Aldeamento Maria I. Esta fazenda abarcava outras fazendas da região de enormes proporções. Sua construção retrata tempos antigos; possui a casa grande, conjugada com outras edificações antigas e outras mais recentes o curral posicionado de forma central em relação as demais edificações, a entrada da fazenda se faz por esse curral; A localização de alocação do curral se faz de maneira tradicional das antigas fazendas de gado dessa região.



Foto 10 - Sede da Fazenda Aldeia Maria.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Em uma das placas que apontava o sentido da fazenda, estava uma forma de um pote. Tudo levava a crer que poderíamos encontrar algo nas áreas seguintes.



Foto 11 - Placa indicando a localização da Fazenda Aldeia Maria.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

O ambiente da Área 2 **(A2)** se compunha por pastagem, onde ao longe se via a Serra Dourada. O caminhamento não verteu para material arqueológico de superfície, contudo foi alocado uma escavação de um metro por um, para a verificação de subsolo, o que nada verteu para registro de material arqueológico.



Foto 12 - Área 2 da provável localização do aldeamento com base no modelo preditivo.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

Mesmo caminhando pela estrada, onde o solo estava mais visível, não foi possível encontrar pistas para o Aldeamento Maria.



Foto 13 - Prospecção realizada na estrada de acesso existente na Área 2.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Em direção a terceira área **(A3)**, foi identificado ao longo do percurso vários pequenos retiros que margeavam a estrada, estes estavam completamente abandonadas. Não sendo possível nortear a pesquisa através do relato oral nesta área.



Foto 14 - Rancho abandonado na Área 3.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

A Área três **(A3)** possuía um cerrado sujo bastante fechado. O que nos impossibilitou chegar no KMZ indicado no Sistema de Posicionamento Global (Global Position System – G.P.S.) A imagem abaixo mostra a área três.



Foto 15 - Área 3 da provável localização do aldeamento Maria I com base na cartografia histórica.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Na volta para a Cidade de Goiás, a estrada se faz em cruzamento com o Rio Fartura. Na foto abaixo:



Foto 16 - Placa da Ponte sobre o Rio Fartura.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).



Foto 17 - Rio Fartura
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Na verificação da Área quatro **(A4)**, o acesso se deu em direção a São Luiz de Montes Belos, também acessível para a Área cinco **(A5)**. Na A4 o espaço estava bastante aberto e foi possível encontrar ali um único fragmento de cerâmica. No corte para a verificação de subsolo, nada verteu para material arqueológico.



Foto 18 - Área 4 da provável localização do aldeamento Maria I.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).



Foto 19 - Único Fragmento de cerâmica identificado, sem indicação morfológica.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Na área cinco **(A5)**, o espaço estava tomado por pastagem. Embora a caminhada tenha sido feita exaustivamente, nada foi encontrado, como verificado na foto abaixo:



Foto 20 - Área 5 da provável localização do aldeamento Maria I com base na cartografia histórica.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2019).

Após a vistoria de campo realizada *in situ* em cada uma das cinco áreas preestabelecidas inicialmente como área de potencial ocorrência de assentamentos, e/ou aldeamentos, com base na documentação histórica e cartográfica analisada, a única área com potencial se resume na Área 1. Assim, conforme já relatado, definida a Área 1 como prioritária, foram planejadas pesquisas empíricas de campo pautadas no método “Indutivo e Intensivo de Pesquisa de Campo” concebido por Boas (2004) que serão melhor explanadas ao longo deste capítulo.

3.2 Contextualização ambiental e paisagem na área do Sítio MI

A partir das evidências arqueológicas da A1, foi noticiado ao IPHAN a existência do referido sítio, sendo o mesmo intitulado **Sítio Arqueológico MI**, ou simplesmente **MI.** Nessa mesma ocasião foi requerido junto ao IPHAN-GO uma autorização de pesquisa da área[57], Tal solicitação se justificou por se tratar claramente de um assentamento lito-cerâmico a céu aberto, no qual podia se verificar, especialmente ao longo do carreador de acesso a sede da fazenda, uma quantidade significativa de material arqueológico, dentre os quais fragmentos cerâmicos com indicação morfológica (bordas, bases, bojos) e elementos líticos lascados (lascas, núcleos e um raspador) majoritariamente em quartzo leitoso e quartzo hialino evidenciados na superfície.

A área prioritária, A1, está situada nas coordenadas UTM: 22K 548558E 8198212S, onde hoje se situa a Fazenda Boa Sorte, localizada no município de Córrego do Ouro/GO, a mesma apresenta as seguintes características:

- A paisagem local sugere semelhança a representação do aldeamento constantes no mapa apresentado por Chaim (1983) (**Figura 09**), especialmente no que diz respeito a conformação do curso d'água próximo ao aldeamento;
- A paisagem local situasse 3 léguas de distância do distrito conhecido como Buriti de Goiás, localizado no sopé da Serra Dourada, local onde Pohl pernoitou por ocasião de sua viagem, antes de chegar ao Aldeamento Maria I;
- Próximo ao limite estabelecido de 12 léguas, aproximados 4,82km, a partir de Vila Boa,
- A paisagem local situasse 8 léguas de distância do aldeamento São José de Mossâmedes;
- A paisagem local situasse em um interflúvio entre o ribeirão Canabrava e o rio Fartura em área relativamente plana em perfeito acordo com os apontamentos de Cunha Mattos em sua carta corográfica.

[57] Portaria IPHAN n. º 76, Processo n. º 01496.002103/2017-07, publicada na página 75 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 07 de dezembro de 2018.

A imagem a seguir demonstra a localização da Área 1 (sítio MI) em relação as cidades circunvizinhas e o Rio Fartura.



Mapa 18 - Área 1 em relação as cidades circunvizinhas e o Rio Fartura
Mapa da autora com o auxílio do Google Earth

Além dos fatores de localização acima mencionados, que levam ao entendimento de uma associação clara do sítio encontrado com o Aldeamento Maria I do século XVIII, existem outros indícios revelados a partir do estudo da paisagem que determina uma ocupação de longa duração pelos índios Cayapó, os primeiros e únicos habitantes do Aldeamento Maria I. Nesta área foi escavado e contabilizado cerca de 5.980 fragmentos de cerâmica, evidenciando uma longa ocupação desse grupo.

Procurou se ter em mente durante as pesquisas a noção de que as operações técnicas que perfazem a cadeia operatória segundo Lemonnier (1986, 1992) podem ser estabelecidas através de um processo no qual a matéria prima bruta se transforma num artefato finalizado. Processo este que pode não ser alcançado de forma linear, já que pode vir a expor processos diacrônicos ou que se sobrepõem. Assim ao estudar a cerâmica encontrada na Área 1 considerou-se que aquilo que estava sendo evidenciado, fazia parte de um todo complexo, integrante de fases que são apreendidas como operações interligadas à confecção do material, envolvendo desde a escolha da matéria prima, seu transporte, manufatura e uso até o seu

descarte. De forma sintética esse processo pode ser organizado com base em noções que são inerentes ao comportamento humano e podem ser organizadas em cinco componentes:

1. A matéria a ser utilizada, que perpassa por escolhas (tanto funcionais quanto culturais): a escolha pela argila, por exemplo, pode estar vinculada a certo espaço na paisagem;
2. A energia utilizada;
3. Os objetos que fazem parte do inventário tecnológico do grupo;
4. Os gestos técnicos, culturalmente aprendidos, que marcam a manufatura de uma dada cultura material;
5. Conhecimentos específicos do grupo: como fazer? O que fazer? Para que fazer? (LEMONNIER, 1992).

Assim a cultura material evidenciada na Área 1 não se restringia em “meros cacos”, trata-se de um testemunho de etapas que são sequencialmente seguidas demonstrando os processos que compuseram a manufatura do artefato, fornecendo o entendimento das ações e escolhas realizadas no período entre a aquisição da argila, no caso de artefatos cerâmicos, até a finalização do artefato.

A partir desses preceitos, fatores na paisagem podem ter influenciado na sua permanência, como o córrego de água perene (Córrego do Ouro, homônimo da cidade) em pouco mais de 300m de distância da mancha de ocupação, o solo bastante fecundável, o curso de rio mais caudaloso, o Rio Fartura, propício para a pesca fica a 8.353 metros, fazendo o percurso pela Rodovia GO-324, entendendo que os mesmos faziam o percurso por dentro da mata a distância neste caso diminuiria consideravelmente; o recurso de alimentação era provavelmente bastante abundante e variado, no mapa por satélite, é possível verificar grandes massas verdes que ainda não foram desmatadas em volta do Sítio MI, o que indica, no que tange os recursos de alimentação que tanto a coleta de espécies vegetais como a caça de pequenos e grandes animais certamente se fazia presente.

No lado Sul do sítio MI, ao atravessar a Rodovia GO-324, existe uma jazida de argila, os primeiros moradores da cidade de Córrego do Ouro se utilizaram dessa fonte para a confecção de tijolos na construção de suas casas, embora não tenha sido comprovado o uso dessa argila na confecção da cerâmica encontrada no sítio arqueológico, segundo Lieberman *et al* (1993), os grupos humanos podem se

movimentar quando os custos diários do forrageamento em uma dada região tornam-se maiores do que os custos de se movimentar para outro lugar.

Conforme Binford (1980), diante desta perspectiva, as estratégias de mobilidade dos caçadores-coletores variam amplamente, podendo ser classificadas com base na distribuição e na disponibilidade de recursos disponíveis, além da matriz cultural, desta forma pode-se aludir o uso da jazida de argila encontrado próximo ao sitio, no seu uso para as atividades que requer este tipo de matéria prima, seja na confecção dos vasilhames, e instrumentos ou na construção de suas casas.

Considerando também, o padrão de assentamento recorrente para os índios Cayapó o sítio está posicionado em área de meia vertente (fator cultural dos Cayapó Schmitz *et al*., 1982).

As características morfológicas do sítio MI, podem ser observadas no mapa abaixo:



Mapa 19 - Área do Sítio MI.
Mapa da autora com o auxílio do Google Earth

Rio Córrego do Ouro Minério de Argila

Não obstante, a área de estudo encontra-se em intensa atividade rural, margeando a rodovia GO-324, e está bastante antropisada, pois tem servido a muito anos para o cultivo de lavoura, sendo utilizada atualmente como pastagem.



Foto 21 - Área de pastagem onde localiza-se a área do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

A paisagem retrata a fisionomia do cerrado tal como descrito anteriormente. No contexto da paisagem é verificado cerrado, cerradão, mata ciliar e veredas que estão ao redor do sitio arqueológico MI.



Foto 22 - Área de Cerradão localizada no entorno do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Fev./2017).

3.2.1 Geologia

Segundo o Laudo Geológico que integra o processo de licenciamento, elaborado pelo Engenheiro Civil Denner Rodrigo Londes (CREA – 12.174/D-GO) a área onde se insere o sítio MI situa-se dentro da subunidade do Planalto Rebaixado de Goiânia e possui uma morfologia particular definida por um ambiente morfológico especifico do tipo semi-plano em área de meia vertente com caimento na ordem de 4% na direção norte.

3.2.2 Solo

O ambiente geomorfológico é composto pela ocorrência de ortognaisses, gerando um solo areno argiloso que em condições ambientais de preservação oferece em sua morfologia uma área totalmente edificante do ponto de vista de ocupação do lugar. Na área observam-se solos definidos como Latossolos e solos areno argilosos com média coesão, boa plasticidade e coloração vermelho-amarelo. Verifica-se também a presença de solo argiloso médio com estrutura granular porosa e com níveis de maior concentração proporcionando uma melhor estruturação e contato difuso entre os horizontes e uma espessura na ordem de 5,0 metros, moderadamente drenados com horizontes B composto de latossolos e argila quase totalmente floculada.

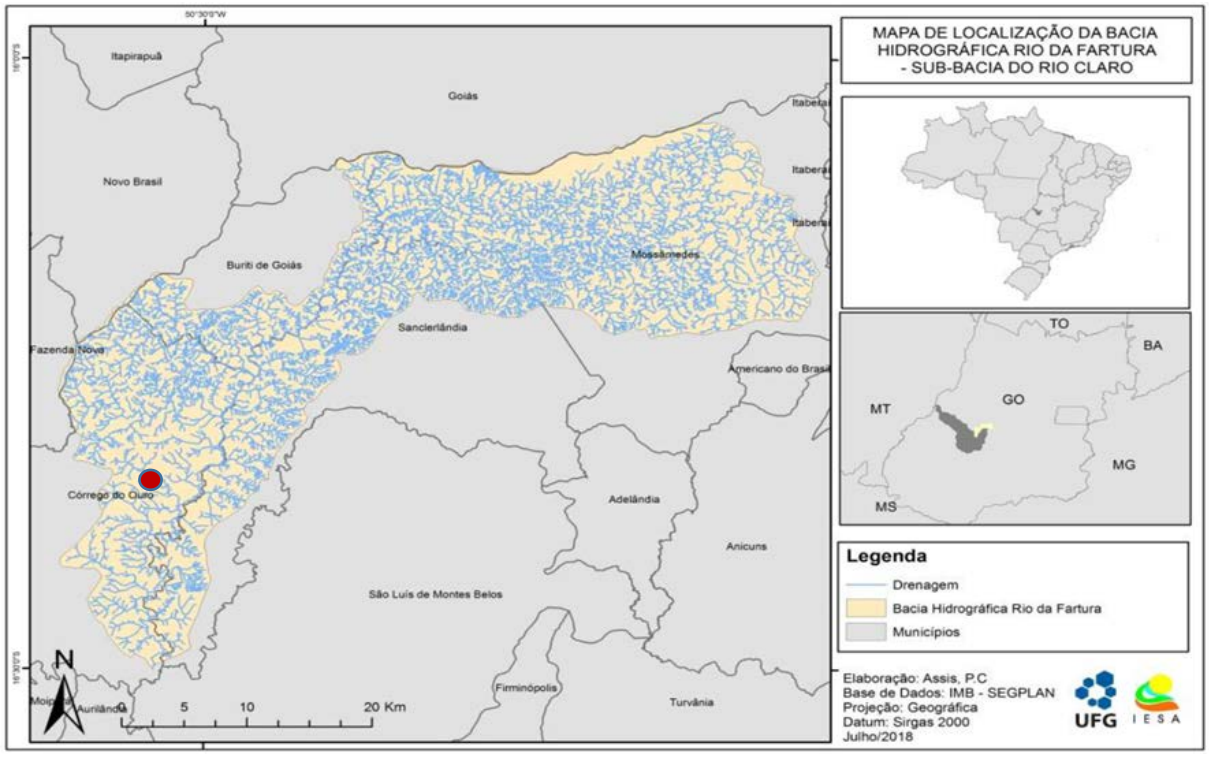
Os solos possuem algumas restrições físicas, sendo bem drenado e uma média disposição a atuação de processos erosivos. São distróficos, ou seja, com saturação de bases abaixo de 50%. Os solos encontram-se recoberto por uma capa de cascalho com espessura na ordem de 30 cm, distribuindo em uma estratigrafia de cor avermelhado a amarelo. Solos do tipo latossolos amarelo vermelho situam-se em uma faixa de transição entre solo e rocha gnaisse alterada. É muito variável quanto à fertilidade e textura e muito utilizado para agricultura, particularmente pela linearidade do solo (plano em meia vertente).



Foto 23 - Detalhe do solo do tipo latossolos vermelho- amarelo existente no local.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

3.2.3 Hidrologia

Em um recorte menor, a região de Córrego do Ouro situa-se dentro do contexto da Bacia do Rio Fartura, sub-bacia do Rio Claro (Bacia do Rio Araguaia), composto pelo Rio Fartura, Córrego do Ouro, pertence a bacia do Rio Araguaia, e tem diversos afluentes. As drenagens principais da região do município de Córrego do Ouro são: Córrego do Ouro, Córrego do Garimpo, Córrego Mutum da Cana Brava, Córrego Seco, Córrego da Serrinha, Córrego da Prata, Córrego do Bananal. Em relação às águas subterrâneas, o nível da lâmina d´água encontra-se na faixa de 08 (oito) metros da superfície.



Mapa 20 - Bacia Hidrográfica do Rio Fartura.
Fonte: ASSIS (2018).
● Córrego do Ouro

A cidade de Córrego do Ouro posiciona-se em um vale do córrego homônimo, Córrego do Ouro, cuja drenagem é considerada perene. Sendo que no sítio MI não ocorre nenhuma drenagem no interior da área, e o curso d'água perene mais próximo estão no entorno da fazendo a aproximadamente a 120 metros da área estudada.



Foto 24 - Área de meia vertente localizada acima do Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 25 - Córrego do Ouro localizado abaixo da área do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

3.2.4 Clima

A área de pesquisa enquadra-se na faixa de clima tropical úmido, AW pela classificação de Koppen, onde existem duas estações bem definidas quanto ao regime pluviométrico: Verão chuvoso, compreendido entre fins de setembro e meados de abril, com os maiores índices pluviométricos ocorrendo nos meses de dezembro a março, em que a média de precipitação pluviométrica se situa acima de 250 mm. As temperaturas mais elevadas ocorrem no período de setembro a outubro, com médias máximas entre 29ºC e 31ºC.

Inverno seco, compreendido no período entre os meses de abril a setembro, com os menores índices pluviométricos ocorrendo nos meses de junho a agosto, em que a média de precipitação pluviométrica fica abaixo de 10mm. As temperaturas mais baixas ocorrem no período de junho a julho com médias mínimas entre 13ºC e 18ºC.

3.2.5 História do Município de Córrego do Ouro

Sabe-se que a fundação de Córrego do Ouro enquanto povoado remonta o ano de 1934, onde por incentivos do Padre Alexandre Pereira, e graças a construção de uma ponte sobre o rio Fartura, muitas famílias da região se mudaram para lá em busca de suas terras excelentes para a pratica da agropecuária.

Para acelerar o desenvolvimento urbano da cidade, foi feita a doação de uma gleba para a formação do patrimônio, por Benedito Cordeiro de Paula, Benedito Cordeira da Silva, Benedito Abadia Monteiro, Antônio Jacó de Araújo, Augusto e Ivo Pires de Faria. Em torno de um rancho, improvisado em igreja, foram surgindo as primeiras moradias, com predominância de elementos ligados à agricultura e à pecuária, em ponto onde se encontra atualmente a igreja matriz da cidade. O topônimo tem origem no córrego do mesmo nome, que banha o município e no ouro, que teria sido largamente extraído dali ao longo do século XIX.

Em 2002, a prefeitura de Córrego do Ouro lançou um livro[58] sobre as memórias desta cidade, sobre autoria de Margarida Conceição Cunha Santana e Divina Maria de Souza Silva. Nele podemos ter algumas descrições interessantes desta cidade, elas descrevem sobre as paisagens, as primeiras famílias, o ambiente e outras passagens inerentes a história de Córrego do Ouro que descrevo a seguir:

No passado, para se localizar no espaço físico, os homens frequentemente se orientavam pelos pontos geográficos, que podiam ser uma montanha, um rio, um córrego, etc. Assim que um córrego era descoberto no meio da mata, era batizado, sendo que, na maioria das vezes, seu nome estava relacionado com a situação de

[58] Margarida Conceição Cunha Santana e Divina Maria de Souza Silva. Prefeitura de Córrego do Ouro GOIÂNIA 2002 João Theodoro de Rezende, Prefeito.

descoberta. Desta forma quando a cidade se desenvolve as margens desse rio, a cidade ganha também o nome de Córrego do Ouro.

Ainda há controvérsias, sobre a origem deste nome. Há, pelo menos, duas histórias. Na primeira, conta-se que um jovem, fugitivo da Justiça, garimpou no córrego enquanto esteve escondido na mata, com o objetivo de conseguir dinheiro para contratar advogados. Conseguindo meia garrafa de ouro em pó, o jovem dirigiu-se à cidade de Mossâmedes para comprar a liberdade e chamou o lugar onde ficara escondido de região do córrego do ouro. A segunda história (a qual seja a mais assertiva), sobre o nome remete aos primeiríssimos habitantes da região, os índios. Segundo consta, um grupo de índios Karajá que vivia às margens do córrego e nele garimpava ouro em pó chamava o curso d'água de "córrego do ouro". Parece ser consenso que a história mais coerente é a de que o nome do córrego foi dado pelos índios, por terem sido eles os primeiros habitantes dessa região e pelo fato de ainda se encontrar vestígios dos silvícolas no município até pouco tempo atrás.

Embora as autoras fizessem tal observação assertiva sobre a segunda hipótese do nome para a cidade, elas se enganam sobre os povos que viveram naquela região, já que tanto do ponto de vista arqueológico como etnohistórico a região foi amplamente ocupada pela nação Cayapó e não Karajá, como elas descrevem (SANTANA E SILVA, 2002:10).

Córrego do Ouro localiza-se a 164 quilômetros de Goiânia, capital do Estado de Goiás, no Centro-Oeste brasileiro. Faz parte da microrregião de Iporá, no Mato Grosso Goiano. O município possui uma área de 500 km², colocando-se entre os 35 municípios do Estado com área inferior a 1.000 km. O território municipal corresponde a 0,08% da área do Estado e é cortado pelas rodovias estaduais GO-324 (São Luís de Montes Belos - Novo Goiás) e GO-518 (Córrego do Ouro -Goiânia).

O município localiza-se no vale entre as serras Pilões e Dourada. Encontra-se nas coordenadas geográficas 16°21'de latitude Sul e 50°33' de longitude Oeste de Greenwich, aproximadamente. A sede do município fica a 676 metros de altitude, sendo que grande extensão do território municipal se encontra entre 600 e 800 metros. Córrego do Ouro faz limite (linha demarcatória entre um município e outro) com:

a) Fazenda Nova-começa no Rio Pilões, na barra do ribeirão, até a sua cabeceira; estende-se ao longo da Serra Dourada até a cabeceira do Córrego Cana Brava de Baixo, afluente do Rio Fartura.

b) Buriti de Goiás – começa na Serra Dourada, na cabeceira do Córrego Cana Brava de Baixo, daí, segue o contorno do córrego até a sua barra, no Rio Fartura.
c) Sanclerlândia - começa na barra do Córrego Cana Brava de Baixo, no Rio Fartura, e desce por este rio até a barra do Ribeirão Cerrado.
d) São Luís de Montes Belos-começa no Rio Fartura e segue até o São Domingos, onde este passa a chamar-se Rio Pilões.
e) Aurilândia - começa na barra do Rio Fartura, no Rio São Domingos, que passa a chamar-se Pilões, e segue o rio até a barra do Córrego Perpétua.
f) F) Moiporá começa na barra do Córrego Perpétua, no Rio Pilões, desce pelo Rio Pilões até o Córrego da Divisa.

As terras da região de Córrego do Ouro eram chamadas devolutas, isto é, terras desocupadas, desabitadas, que se encontravam em poder do governo do Estado. Quando uma pessoa desejava adquirir partes dessas terras, tinha que ir ao Cartório do 1° Oficio, na Cidade de Goiás, na época a capital do Estado, e requerer a posse da terra.

O primeiro a requerer a posse de parte das terras da região foi Alexandre Jacob de Araújo, conhecido por Chandico. Em 1919, ao chegar aqui, com apenas 18 anos, o jovem destemido, audacioso e trabalhador estava em companhia do pai, Antônio Jacob de Araújo. Observou o local, dele gostou, verificou a fertilidade do solo e decidiu que aqui iria morar. Voltando à sua fazenda de origem, em Mossâmedes, casou-se e, em 1920, veio para Córrego do Ouro com sua esposa, D. Idelfina Alves de Araújo, e uma filha. No mesmo ano, cultivou sua primeira roça, desbravando a mata (SANTANA E SILVA, 2002:15).

Esta região, como as demais de quase todo o Estado de Goiás, era de floresta fechada, com abundância de Alexandre Jacob de Araújo, a madeira de lei. Os riachos tinham água primeiro a chegar a região pura, límpida e com fartura de peixes. O solo propiciava grandes perspectivas para o futuro.

Em julho, como de costume, Chandico foi à festa de Trindade e lá encontrou Augusto Pires de Faria. Contou-lhe da posse da terra e convidou-o para morar na região. Aceito o convite, Augusto Pires de Faria requereu também duzentos alqueires de terra na cachoeira do Córrego do Ouro. Levantou seu rancho e começou o cultivo

das rocas. Logo depois vieram D. Tereza Pires, mãe de Augusto Pires, e seus outros filhos, entre eles Ivo Pires de Faria, que muito colaborou para o desenvolvimento da região. Em 1925, chegaram também à região Firmino Amâncio Pinto e família, que fixaram aqui sua morada. E, assim, os habitantes de Córrego do Ouro foram chegando aos poucos (SANTANA E SILVA, 2002).

O Sr. Firmino Amâncio Pinto é pai do Sr. Domingos Amâncio Pinto atual proprietário da Fazenda Boa Sorte, onde é hoje a área de estudo desta tese. O sr. Domingos relatou que ele herdou a fazenda do seu pai, e que inclusive parte de suas terras foram doadas para que pudesse ser instalada a atual cidade de Córrego do Ouro.

Em 1926, a família de Benedito Cordeiro da Silva saiu de Senador Canedo, em mudança em dois carros-de-bois. Saiu dia 1º de maio, e viajou 17 dias, trazendo a mudança em dois carros-de-boi. A mudança, ao chegar ao Rio Fartura, no município de Córrego do Ouro, tinha de ser atravessada no vau ou na pinguela, pois ainda não havia pontes. Essa travessia era feita com a ajuda das pessoas, especialmente dos homens, que já moravam na margem esquerda do rio. Isso virou costume. Toda vez que uma família tinha de atravessar a mudança, o mutirão era feito (SANTANA E SILVA, 2002).

O carro-de-bois era puxado pelos bois, que nadavam levando-o sem a mudança. Era içado por uma corda e os objetos da mudança, como rodas de fiar, tear, utensílios domésticos e pessoais, eram amarrados numa corda e deslizados por outra, por cima do rio. Encerrada a travessia, a mudança era recolocada no carro e a viagem continuava, lenta, difícil e cheia de riscos, tanto para os animais quanto para as pessoas (SANTANA E SILVA, 2002).

Essas famílias que chegaram moravam em ranchos feitos de pau-a-pique, cobertos com folhas de bacuri colhidas do outro lado do Rio Fartura. Os ranchos foram construídos em clareiras abertas no meio da mata fechada. Aos poucos, as primeiras famílias foram desenvolvendo a criação de galinhas e porcos e trazendo para a região as primeiras cabeças de gado leiteiro. A mata foi sendo derrubada para dar lugar às roças (SANTANA E SILVA, 2002).

As primeiras lavouras eram cultivadas como enxadão e a enxada. Um trabalho difícil e penoso, porque era um serviço pesado derrubar a mata e arrancar os tocos. Com trabalho duro e persistente, começaram a cultivar arroz, feijão, milho, algodão comum, mudas de café e cana-de-açúcar (SANTANA E SILVA, 2002).

Ainda na segunda metade da década de 1920, chegou a Córrego do Ouro Benedito Abadia Monteiro que, como os outros, comprou suas posses de Chandico e Augusto Pires de Faria. Em 1927, chegaram José Mineiro, Antônio Moitinha Vaz e João Doca.

O arraial foi crescendo. A primeira casa de adobe foi construída por Antônio Jacob de Araújo, no local onde funciona hoje a Marcenaria Lima (Rua Rui Barbosa, esquina com a Santa Luzia). Outras casas foram surgindo, formando a segunda rua do arraial (SANTANA E SILVA, 2002).



Figura 12 - Primeira casa de adobe de Córrego do Ouro.
Fonte: SANTANA E SILVA (2002:10).

Segundo relato de D. Noêmia Arrais Ferreira uma das pioneiras de Córrego do ouro, as primeiras empresas foram surgindo no final da década de 1930 e início dos anos 40. Ela e seu marido João Batista Ferreira, que chegaram à cidade em 1938, trouxeram consigo a primeira máquina de beneficiar arroz. Também foram responsáveis pela abertura da primeira loja de tecidos e da primeira funerária que ficou sobre a responsabilidade de José Arrais Ferreira (SANTANA E SILVA, 2002).

D. Noêmia lembra ainda a existência de um moinho, para moer milho, fazer o fubá e farinha. Ele era movido por uma roda d'água e foi muito útil à população no primeiro arraial. Foi nessa mesma época, segundo ela, que vieram aqui dois monsenhores: monsenhor Pinto e monsenhor Penico, dois homens que colaboraram

muito com os costumes e tradições religiosas do povo de Córrego do Ouro (SANTANA E SILVA, 2002).



Figura 13 - Casa construída em 1938, povoamento de Córrego do Ouro
Fonte: SANTANA E SILVA (2002:12).

O costume de rezar as novenas fez nascer a ideia da construção de uma capela junto ao cruzeiro que foi destruído em 1993, por uma desavença entro o pároco e o proprietário do terreno[59], onde o povo pudesse fazer suas orações. A comunidade passou, então, a fazer leilões para arrecadar dinheiro em prol da construção da casa de orações. Houve a colaboração de todos. Primeiro fez-se um rancho de folha de bacuri. A primeira igreja então foi construída em 1920, a Igreja de São Sebastião, por causa da devoção ao santo (SANTANA E SILVA, 2002: 23).

[59] As famílias Doca e Mineiro (que chegaram a Córrego do Ouro em 1927) levantaram seus ranchos na rocinha de Augusto Pires de Faria. Era outubro de 1927 e a estiagem se prolongava, ameaçando a plantação de milho. Dona Ambrozina Mineiro, mãe do ex-prefeito José Mineiro, pediu a seu marido, Antônio Moitinha Vaz, e a João Doca que construíssem um cruzeiro. Era o lugar onde acontecia as manifestações religiosas antes de ser construída a igreja. (SANTANA E SILVA, 2002: 21)

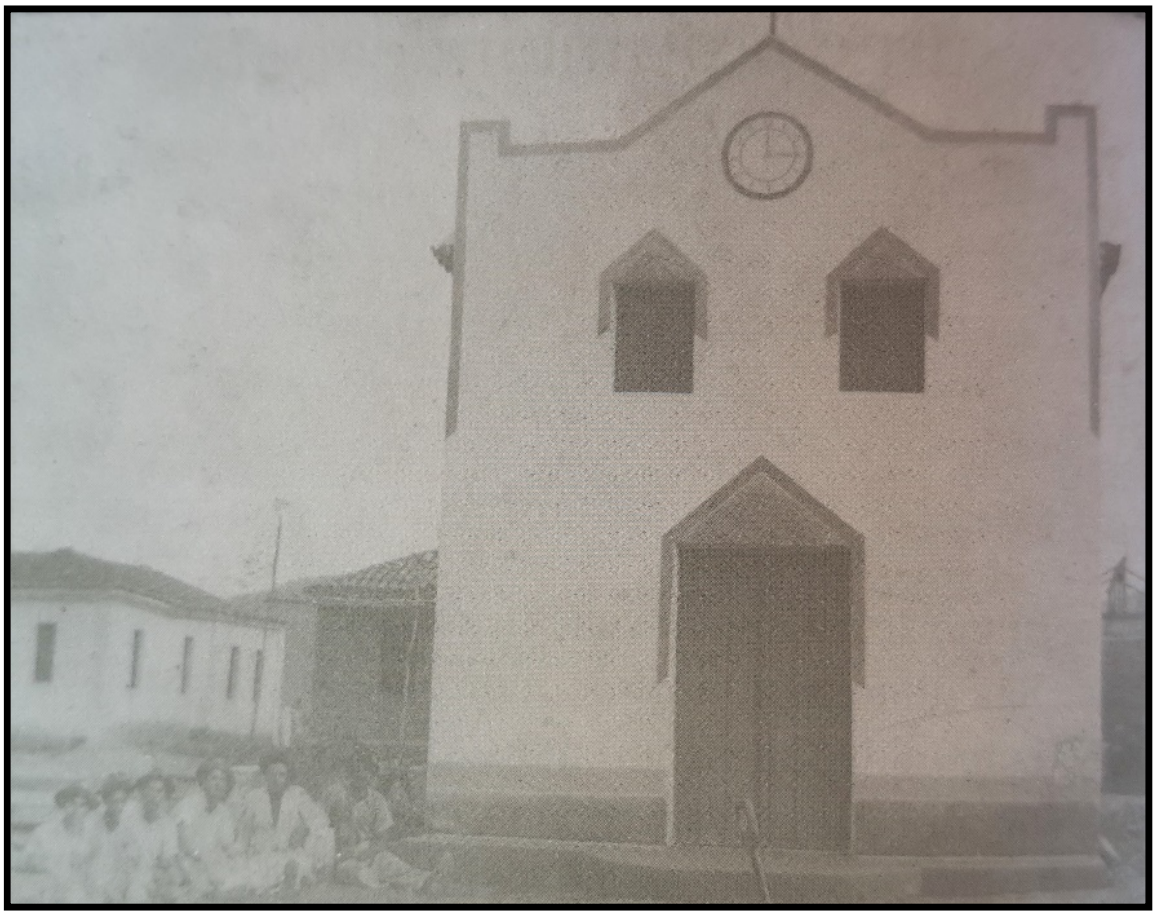


Figura 14 - Igreja de Córrego do Ouro. Foto de 1920.
Fonte: SANTANA E SILVA (2002:13).

O distrito foi criado com a denominação de Córrego do Ouro (ex-povoado), pela Lei Municipal n. º 21, de 06-10-1948, subordinado ao município de Goiás. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Córrego do Ouro figura no município de Goiás. Elevado à categoria de município com a denominação de Córrego do Ouro, pela Lei Estadual n. º 776, de 24-11-1953, desmembrado de Goiás. Sede no antigo distrito de Córrego do Ouro. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1954. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2018.

3.3 Arqueografia pesquisa de Campo

Definida a Área 1 como área a ser escavada, foram planejadas pesquisas empíricas de campo pautadas no método de *"Superfícies Amplas*" concebido por Leroi-Gourhan (2004), direcionado a totalidade social. Método arqueo-etnográfico tem por objetivo a escavação de forma horizontal, em áreas amplas cuja principal preocupação é a atividade humana.

No que diz respeito aos métodos adotados nesta pesquisa é preciso ressaltar que eles derivam de teorias já consolidadas e implantadas através de técnicas. Portanto, com base na aplicação das teorias acima descritas, e de outras que se mostraram necessárias no decorrer da pesquisa, o método que preferencialmente foi adotado durante as escavações, foi o método "Indutivo e Intensivo de Pesquisa de Campo" concebido por Boas (2004), onde o empírico é quem domina a cena, associado aos métodos de "*Superfícies Amplas*" acompanhado da técnica de "*Decapagens por Camadas Naturais*" elaborados por Leroi-Gourhan (1950; 2002a e 2002b) centrado no conceito de "*Totalidade Social*" de Mauss (2003b) e que foram adaptados ao solo tropical brasileiro por Pallestrini (1975), bem como nos procedimentos de campo inerentes a arqueologia da paisagem propostos por Morais (2012).

Leroi-Gourhan, propõe a escavação em grande superfície, a verificação tridimensional detalhada dos vestígios encontrados nos estratos e o uso da técnica da decapagem, ou seja, cada objeto é desprendido até sua base com a ajuda dos materiais necessários (espátula, pincel, dentre outros equipamentos que se fizerem necessários (LEROI-GOURHAN, 2004).

A decapagem sobre uma grande superfície, recupera uma visão do solo muito próximo deixada pelos seus habitantes no momento de sua partida, portanto, fornecendo uma visão etnográfica, sincrônica e cotidiana do sítio arqueológico. A principal premissa epistemológica da escavação de grandes superfícies refere-se à caracterização de cada unidade estratigráfica como resultante de uma ação social (PALESTRINI, 1975; LEROI-GOURHAN & BRÉZILLION, 1972; LEROI-GOURHAN, 1984).

Todas as evidências foram registradas de forma fotográfica e em caderno de campo. Ao longo da escavação e à medida que foram encontradas as evidências arqueológicas foi coletado amostras de sedimentos para análise sedimentológica, a fim de se calibrar a datação por Termoluminescência (TL), bem como de carvões para datação radiocarbônica (Carbono 14).

No sitio MI, ocorreu dois tipos de verificação de sub-superfície. A primeira, como relatado acima, de superfície ampla, que contou com a instalação de trincheiras e nove unidades de escavação que juntos totalizam 73 m2 de área escavada. Em complemento para definir a dimensão do sítio foi realizado de forma apriorística, 115 sondagens executadas de forma linear a cada 10 m, e em diferentes eixos do sitio MI. **A mancha de ocupação encontrava-se na Escavação 3 (E3).**

Nesse sentido, a tabela abaixo pode vir a fornecer uma melhor amplitude do que ocorreu em campo. O mapa das verificações de sub-superfície, estão no fim deste capítulo.

Tabela 4 - Etapas de campo

Etapas de Campo	Sup. Ampla	Apriorística	Quantidade de fragmentos cerâmicos
1	E1		325
2	-	-	-
3	E2, E3, E4. S1, S2, S3, S4, S5, S6		4.270
4	E5	115	1.386
Total de fragmentos cerâmicos			5.981

A seguir é apresentado um relato detalhado de cada uma das quatro etapas de pesquisa de campo.

3.3.1 Primeira etapa de campo

A primeira etapa de campo, ocorreu entre os dias 10 e 20 de fevereiro de 2017, antes mesmo do ingresso no Programa de Pós-graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPg Arq. MAE/USP), em companhia do arqueólogo Dr. Wagner Magalhães.

No caminhamento, foi possível identificar 196 fragmentos em superfície ao longo da estrada. Como a fazenda encontrava-se toda tomada pela vegetação para pastagem, foi roçado uma área de 6m^2 (2x3m), que nomeamos como Escavação 1 (**E1)** (vide **Mapa 21**), a fim de atestar a existência de material arqueológico, onde, após uma primeira decapagem foi possível evidenciar a presença de outros 129 fragmentos de cerâmica. O material dessa primeira campanha foi coletado na terceira campanha de campo.

Abaixo estão as primeiras imagens das cerâmicas encontradas, totalmente dispersas em toda a estrada e no campo aberto da fazenda do Sr. Domingos Amâncio, a Fazenda Boa Sorte.



Foto 26 - Cerâmica. Primeira etapa de campo.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 27 - Cerâmica. Primeira etapa de campo.
Foto*:* Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 28 - Cerâmica. Primeira etapa de campo.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 29 - Cerâmica. Primeira etapa de campo.
Foto*:* Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 30 - Cerâmica arqueológica dispersa no solo.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 31 - Cerâmica arqueológica dispersa no solo.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

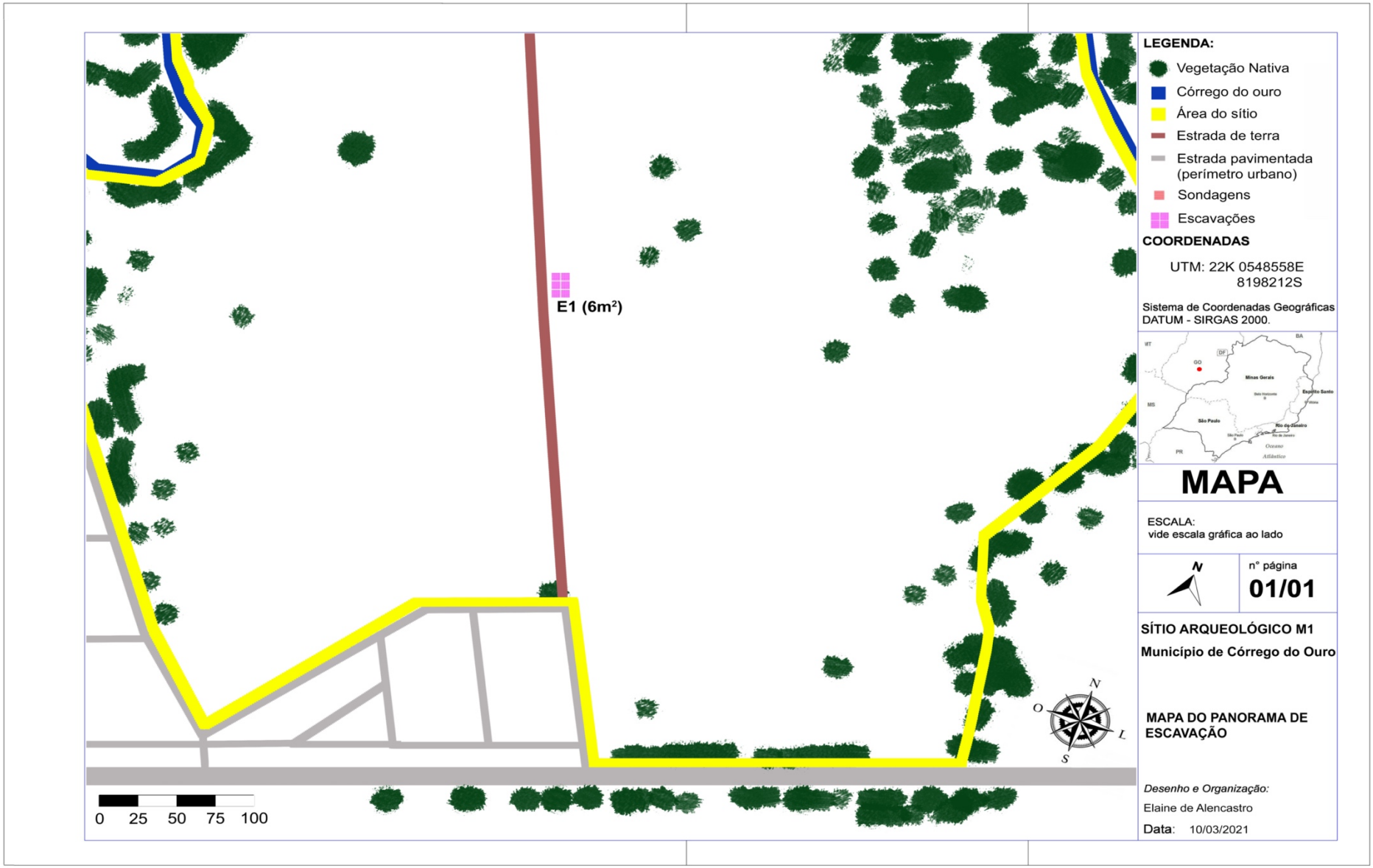


Foto 32 - Lítico lascado encontrado no sítio da fazenda Boa Sorte.
Lascas e raspador e quartzo leitoso.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).



Foto 33 - Cerâmica encontrada no sítio da fazenda Boa Sorte.
Fragmentos de bordas c/ lábio arredondado de vasos globulares.
Foto: Elaine Alencastro (Fev/2017).

O mapa a seguir, apresenta a localização exata da primeira escavação de superfície ampla (E1). Como relatado anteriormente.



Mapa 21 - Escavação E1 desenvolvida na primeira campanha.

3.3.2 Segunda etapa de campo

A segunda etapa de campo ocorreu com as verificações das áreas 2, 3, 4, e 5 como relatado anteriormente neste mesmo capítulo, no item 3.1.2. "*Verificação In Situ*". Um quadro programático das campanhas de campo encontra-se no fim deste capítulo.

3.3.3 Terceira etapa de campo

A terceira etapa de campo se deu entre os dias 20 e 30 de janeiro de 2019. O objetivo desta, foi prospectar a Área um (A1) localizada na Fazenda Boa Sorte que fica na cidade de Córrego do Ouro.

Com a ajuda dos familiares do proprietário da Fazenda Boa Sorte, (Sr. Clivaldo Oliveira Pinto e o Sr. João Divino da Silva) foi feito um caminhamento sistemático, seguido de intervenções no subsolo onde segundo relatos dos donos da fazenda havia grande concentração de fragmentos cerâmico, o intuito era encontrar a área com maior concentração de cerâmica, para que assim pudesse determinar onde seriam abertas as trincheiras.

Foram ministradas seis verificações de subsolo, onde foi encontrado a maior quantidade de material arqueológico em superfície. Fizemos sondagens de um metro por um. A escavação 2 (E2), verteu para a maior quantidade de material arqueológico, em um total de 34 peças em cerâmicas. Portanto, fizemos uma quadrícula de cinco metros por um de largura, em direção oeste, a partir deste local. E uma trincheira em direção ao Sul, saindo da mesma E2, com cinco metros de comprimento e meio metro de largura. Muito embora a escavação tenha sido positiva para o material arqueológico, o mesmo se encontrava na camada mais superficial do solo de 0-20 cm. Nos outros níveis, estavam estéreis para o material arqueológico, tendo a profundidade final de 50 cm, quando encerramos a escavação neste local.



Foto 34 - Demarcação da área de escavação E2.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 35 - Demarcação da área de escavação E2.
Foto*:* Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 36 - Primeira decapagem da área de escavação E2.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 37 - Detalhe da área de escavação E2.
Foto*:* Clivaldo Oliveira Pinto (Jan/2019).



Foto 38 - Primeira decapagem da área de escavação E2.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 39 - Cerâmica encontrada na primeira decapagem da área de escavação E2.
Foto*:* Clivaldo Oliveira Pinto (Jan/2019).



Foto 40 - Trincheira aberta na área de escavação E2. Foto: Clivaldo Oliveira Pinto (Jan/2019).



Foto 41 - Trincheira aberta na área de escavação E2. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

A partir das verificações de solo na parte oeste, anexo, área do lado esquerdo da estrada para quem está em direção a entrada da fazenda, foi verificada uma grande mancha de terra escura, que me chamou a atenção. A pouca quantidade de capim que crescia, fez-se revelar uma grande quantidade de material arqueológico em superfície. Portanto, limpamos a área para que ficasse mais evidente a mancha.

O Material arqueológico, estava concentrado em uma camada de terra intacta preta, verificamos os seguintes dados quanto a profundidade e a espessura da deposição arqueológica: a camada arqueológica atinge 40 cm de profundidade. A maior densidade de cerâmica estava entre 10 a 30 cm de profundidade. Não foi constatado nenhuma variação da cor do solo. Tanto quanto a ocorrência contínua dos fragmentos cerâmicos ao longo dos níveis, evidenciam que se trata de uma deposição única e contínua. Depois da profundidade de 40 cm, a camada é interrompida bruscamente por um sedimento altamente cascalhoso que vai até aos 60 cm de profundidade e depois disso começa uma piçarra bastante clara. O fim da escavação em alguns pontos se deu na profundidade de 80 cm.



Foto 42 - Limpeza da área de escavação E3
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 43 - Primeira decapagem da área E3.
Foto: Clivaldo Oliveira Pinto (Jan/2019).



Foto 44 - Detalhe da área de escavação E3.
Foto: João Divino da Silva (Jan/2019).



Foto 45 - Detalhe da escavação E3.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

Os cortes estratigráficos, indicavam devido a cor do solo diferenciado, uma estratigrafia bastante nítida. Nas concentrações de forma horizontal é também bastante contínua. Quando a escavação vai distanciando do núcleo de maior quantidade de material arqueológico a dispersão não se faz de forma brusca, ela vai se findando linearmente. Segundo a escala Munsell (1975) a cor do solo da parte central do sítio é de uma cor marrom escuro (Marrom, 0816 -7,5YR3/6). Na medida que diminuem os fragmentos cerâmicos, em direção a periferia o solo passa para um marrom avermelhado (Latossolo).

Era intensa a quantidade de cerâmica que estava no solo. Assim fizemos uma escavação, nomeada de E3, que foi escavado um total de 30 m de superfície, conforme o croqui da dispersão do material arqueológico abaixo:

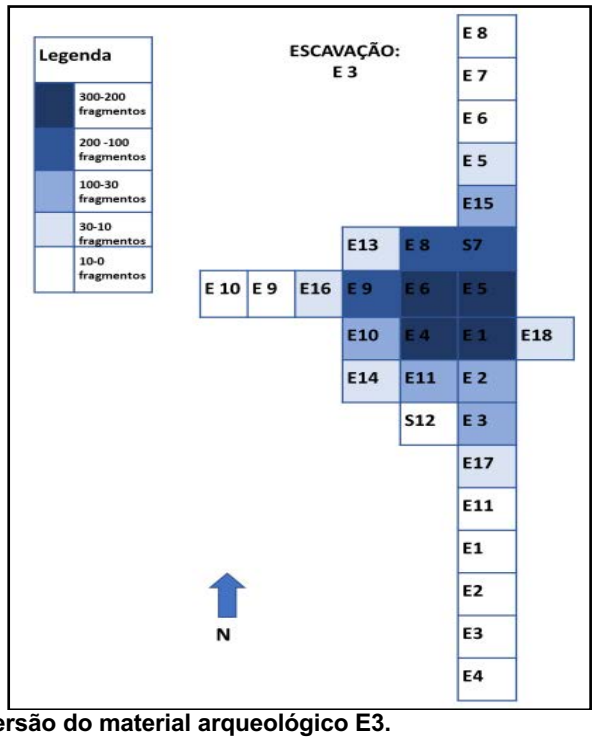


Figura 15 - Croqui da dispersão do material arqueológico E3.



Foto 46 - Detalhe da área de escavação E3
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 47 - Detalhe da área de escavação E3
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 48 - Detalhe da área de escavação E3.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 49 - Detalhe da área de escavação E3.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

Só na área de escavação E3 foram recolhidos 3.480 fragmentos, em tamanhos grandes e pequenos. Verificamos também a presença de alguns fragmentos de aproximados 20 cm, ou as vezes menores com cerca de 5 cm². Junto ao estrato arqueológico, foi evidenciado alguns fragmentos de barro de coloração alaranjada que após análise constatou se tratar de restos de cupinzeiros, como indicado na foto abaixo com a seta em vermelho. Ainda foi possível registral alguns fusos e baixíssima quantidade de material lítico.

Na foto abaixo, a escavação encontra-se com 50 cm de profundidade e podemos notar a grande quantidade de cascalho e o fim da camada arqueológica a leste.



Foto 50 - Perfil da escavação E3.
Foto*:* Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 51 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 3ª decapagem (22cm), metro E4. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 52 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E5.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 53 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E6. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 54 - Cerâmica evidenciada na área de escavação E3. 1ª decapagem (8cm), metro E6. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 55 - Fuso de Cerâmica evidenciado na escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E1. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 56 - Seixo e raspador evidenciado na escavação E3. 2ª decapagem (10cm), metro E1. Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

Mais a diante da escavação da mancha de terra, a 186 metros no sentido oeste, encontramos alguns fragmentos de placas de arenito dispostas sobre a pastagem. Fizemos assim uma sondagem de dois metros por um metro naquele local onde evidenciamos a uma profundidade de 20 a 30cm um pequeno calçamento realizado com essas pedras dispostas uma ao lado da outra, ocupando uma área diminuta de 60cm x 100cm, aparentando se tratar da soleira de algum tipo de habitação. No entanto, as prospecções realizadas no local e no entorno não evidenciaram nenhuma estrutura ou indícios que remetessem a processo de ocupação.



Foto 57 - Placa de arenito evidenciada na pastagem no entorno da área de escavação E3 Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 58 - Limpeza da área onde a placa de arenito foi evidenciada para a escavação E4 Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

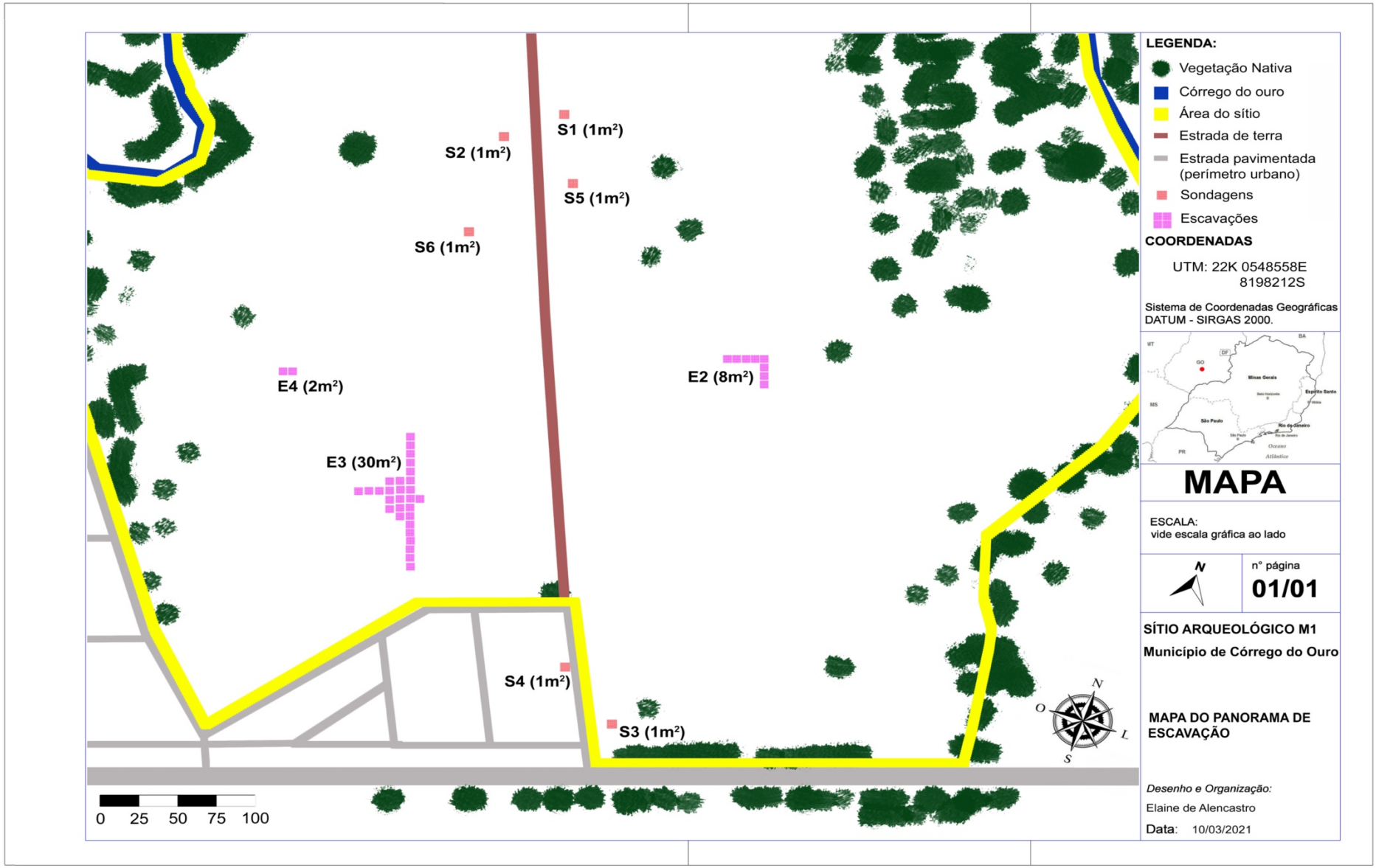


Foto 59 - Área de escavação E4, primeira pista do suposto calçamento.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).



Foto 60 - Área de escavação E4 calçamento evidenciado.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2019).

Esta terceira campanha possibilitou a coleta de um total de 4.270 fragmentos de cerâmica, sendo 155 bordas, 43 bases, 259 bojos, três fragmentos de cuscuzeiros, um fragmento de vaso duplo e uma grande quantidade (3.809) de fragmentos sem indicação morfológica. Foram coletados ainda um seixo e um raspador. No mapa a seguir são identificadas as escavações efetuadas nesta terceira campanha.



Mapa 22 - Escavações E2, E3 e E4 desenvolvidas na terceira campanha.

3.3.4 Quarta etapa de campo

A quarta etapa de campo se deu entre os dias 29 de junho e 10 de julho de 2020, e contou com a presença (além de mim), dos pesquisadores Dr. Wagner Magalhães (MAE/USP) e da Mestranda Tatiângela Borges (MAE/USP). O nosso objetivo geral para essa etapa foi a de expandir a pesquisa empírica de campo na área do sítio MI localizado na fazenda Boa Sorte em Córrego do Ouro.

Tivemos a ajuda de: João Divino da Silva, Vinícius Martins de Souza e Silva, Lester Lee de Moura Passos Filho e Muriel Henrique Fernandes Borges.

Iniciados os trabalhos de campo, realizamos a abertura de uma pequena quadrícula de verificação com 1m^2 que foi expandida para uma grande área que passou pelo processo de decapagem de superfície ampla num total de 18m^2 (3mx6m).



Foto 61 - Demarcação da área de escavação E5 Sítio Arqueológico MI.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 62 - Demarcação da área de escavação E5 Sítio Arqueológico MI.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 63 - Início das decapagens da área de escavação E5.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 64 - Início das decapagens da área de escavação E5.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 65 - Realização da primeira decapagem da área de escavação E5.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 66 - Conclusão primeira decapagem da área de escavação E5.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 67 - Realização da segunda decapagem da área de escavação E5.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).



Foto 68 - Conclusão da segunda decapagem da área de escavação E5.
Foto: Wagner Magalhães (Jul/2020).

Durante essa quarta campanha de pesquisa recolhemos aproximadamente 1.386 fragmentos de cerâmica dentre os quais bordas, bases e bojos, além de 2 fusos de cerâmica e alguns fragmentos de vaso duplos, nada diferente do que foi recolhido na mancha escavada anteriormente. O material arqueológico foi encontrado na superfície do solo chegando no máximo 30 cm de profundidade. O trabalho de escavação dessa campanha se mostrou penoso e bastante improdutivo em função do calor, do clima seco que é peculiar do cerrado durante o mês de julho, mas o principal limitador sem dúvida foi a compactação e dureza do solo.

Assim, a metodologia inicialmente definida para esta quarta campanha que previa a realização de escavações amplas através da instalação de trincheiras a partir da área de escavação pesquisada na campanha anterior, teve que ser alterada. Além das dificuldades relatadas esperávamos para esta campanha poder contar com o

apoio da prefeitura de Córrego do Ouro que até então iria realizar o fornecimento de mão-de-obra e toda logística necessária para a pesquisa. No entanto, em função da pandemia em curso e do diminuto tempo e recursos que tínhamos para realizar as escavações, diante da impossibilidade de ajuda por parte do município a metodologia de escavação teve que ser alterada, já que a quantidade de ajudantes que conseguimos viabilizar se mostrou insuficiente e improdutiva diante do calor escaldante e da dureza do solo. Assim, a prospecção de novas manchas de ocupação se deu de forma apriorística e sistemática, através da instalação de poços testes, tendo os resultados obtidos não se mostrado tão satisfatórios quanto esperados, justamente por não nos permitir uma maior compreensão da tridimensionalidade do contexto arqueológico ali depositado.

Dessa forma, definimos para esse estudo a delimitação de uma malha com 30x30m de extensão, cujos os eixos verticais foram devidamente identificados sequencialmente por letras (A, B, C, …, AA) e os eixos horizontais por números (1, 2, 3, …), de maneira que cada ponto de interseção recebeu um código alfanumérico (A1, A2, … B2, B3, B4, …) A área prospectava foi escolhida a partir da mancha de ocupação anteriormente verificada em um raio de 400 m a partir da mancha.

O eixo de alinhamento adotado para a malha foi o seguinte: Eixos Verticais alinhado com o Norte. Uma vez definido o eixo inicial da malha, os demais pontos foram locados ortogonalmente com auxílio da estação total e logo em seguinte foram realizadas cada uma das sondagens. Cada ponto prospectado teve sua coordenada definida através de um GPS profissional Garmin – Modelo GPSMAP 62sc, levando em consideração a distância e os graus de cada ponto de interseção definido pela estação total.

As sondagens foram realizadas com auxílio de cavadeira / boca de lobo que garantiram uma amostragem eficiente sem comprometer a integridade de achados fortuitos de pequena escala. O sedimento foi peneirado. As profundidades dos mesmos ficaram entre 40 a 60 cm, devido a imensa quantidade de cascalho que havia após essa profundidade.



Foto 69 - Intervenção de sub-superfície realizada na área do sítio Arqueológico MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 70 - Intervenção de sub-superfície realizada na área do sítio Arqueológico MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

Apesar da grande quantidade de material cerâmico exumado, não foram evidenciadas novas manchas de ocupação, gerando de certo modo um certo grau de frustração diante das expectativas inicialmente geradas.

Nesta ocasião o sitio também foi todo delimitado e georreferenciado por meio de uma estação total, como demonstram as fotos a seguir. O mapa do sítio encontra-se no fim desse capítulo.

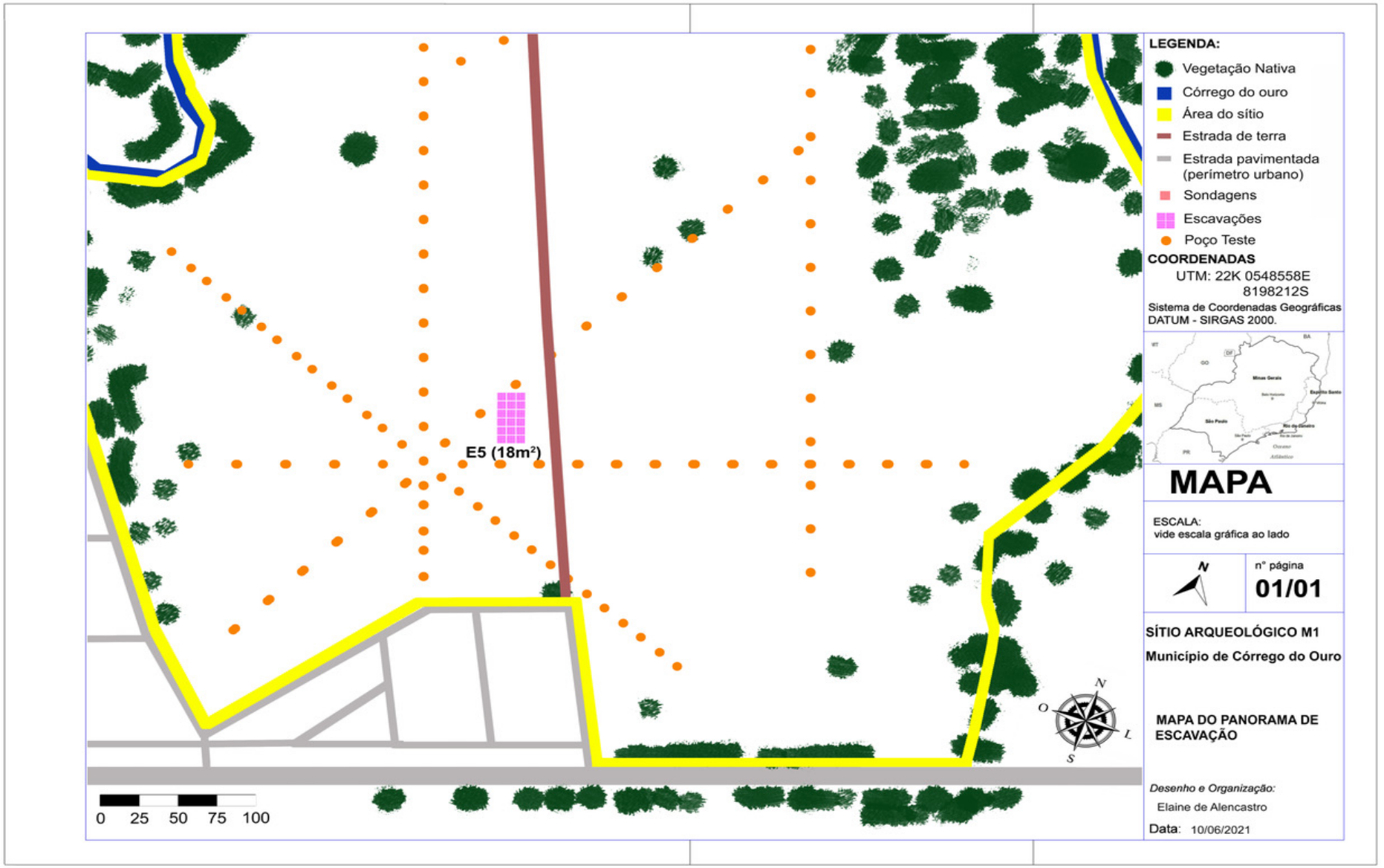


Foto 71 - Delimitação da área do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 72 - Delimitação da área do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

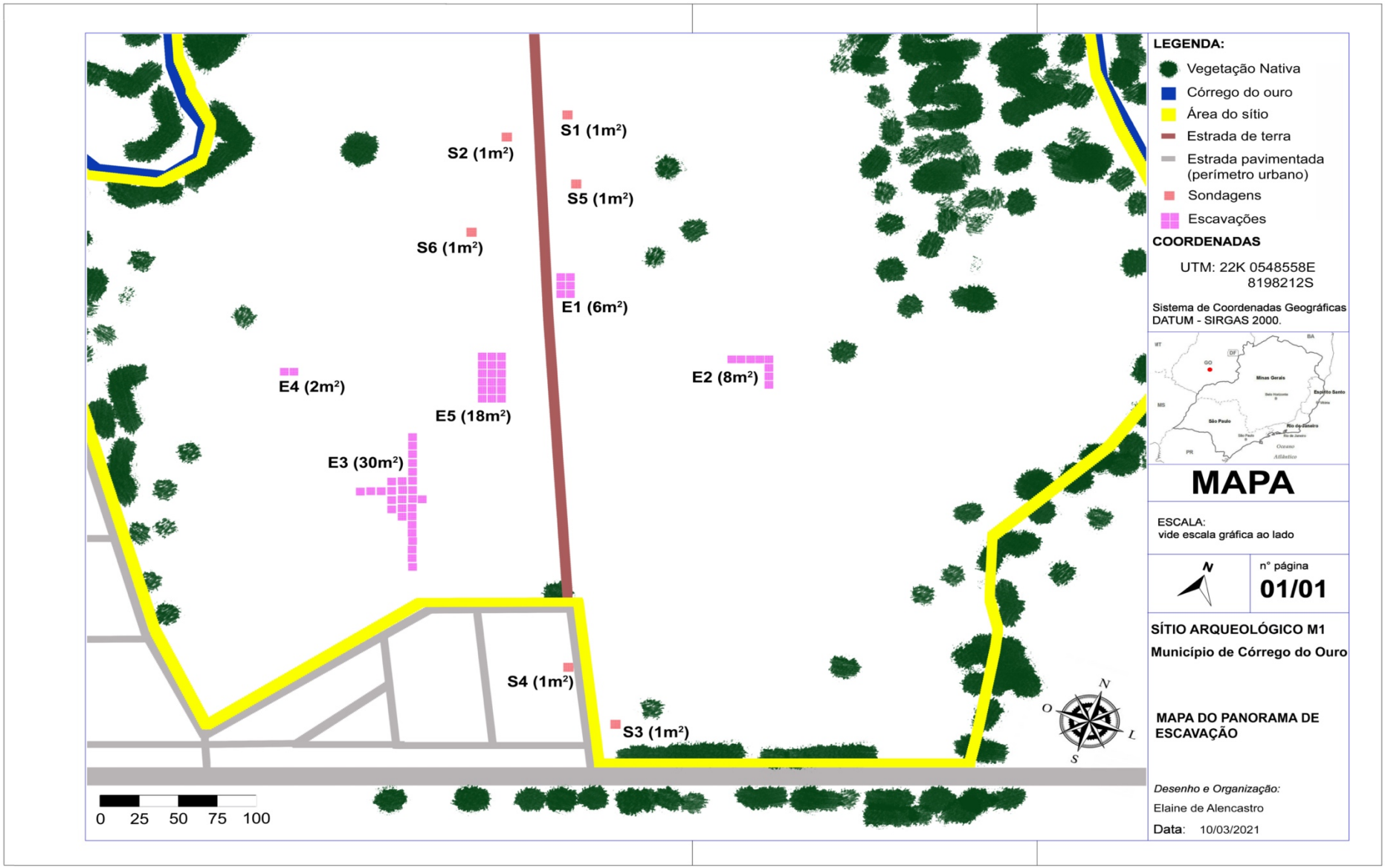
A seguir mapa das intervenções prospectivas e da escavação (E5), efetuadas na quarta e última campanha de campo.



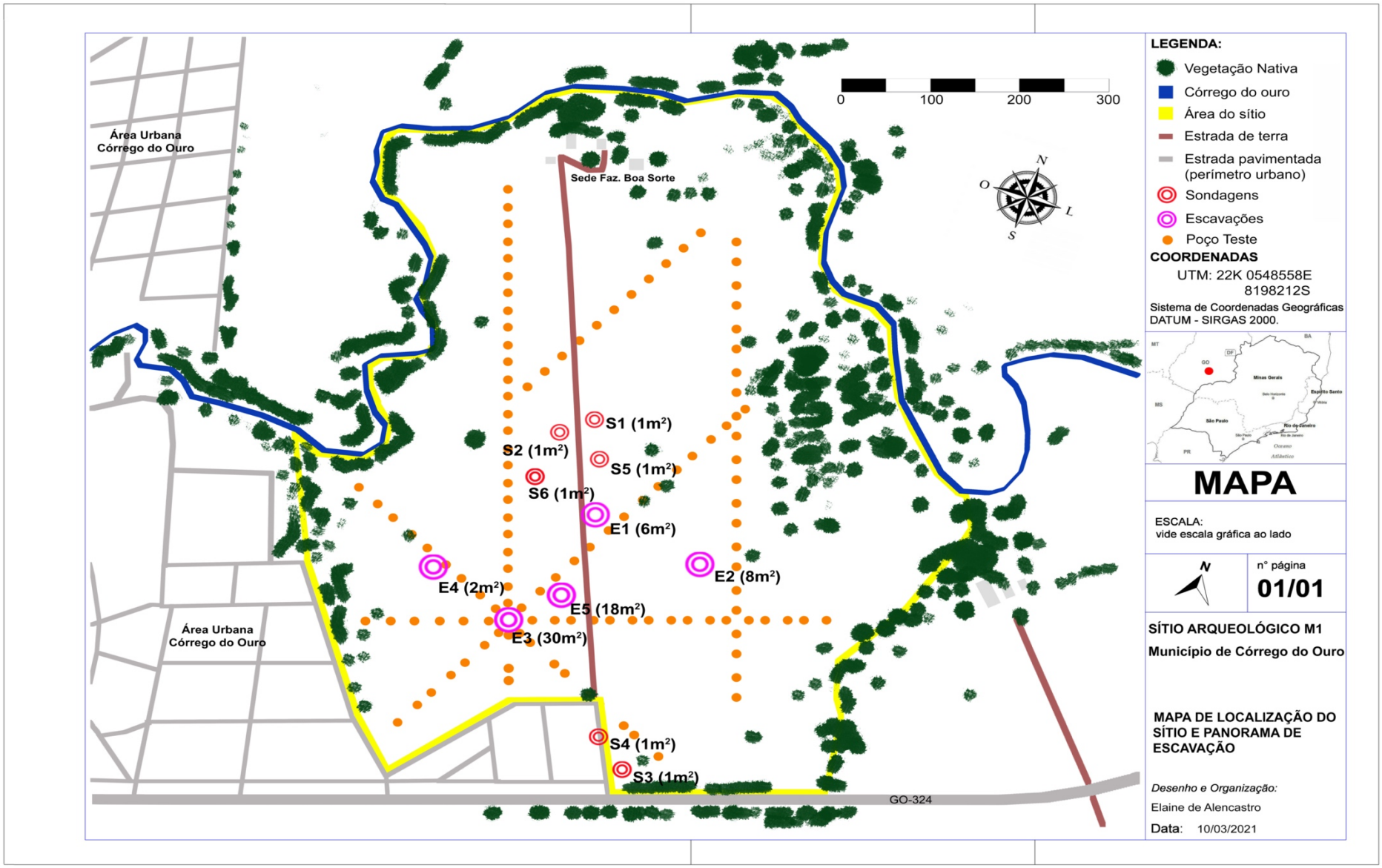
Mapa 23 - Escavação E5 e demais intervenções realizadas na quarta campanha.

Tabela 5 - Etapas da pesquisa de campo.

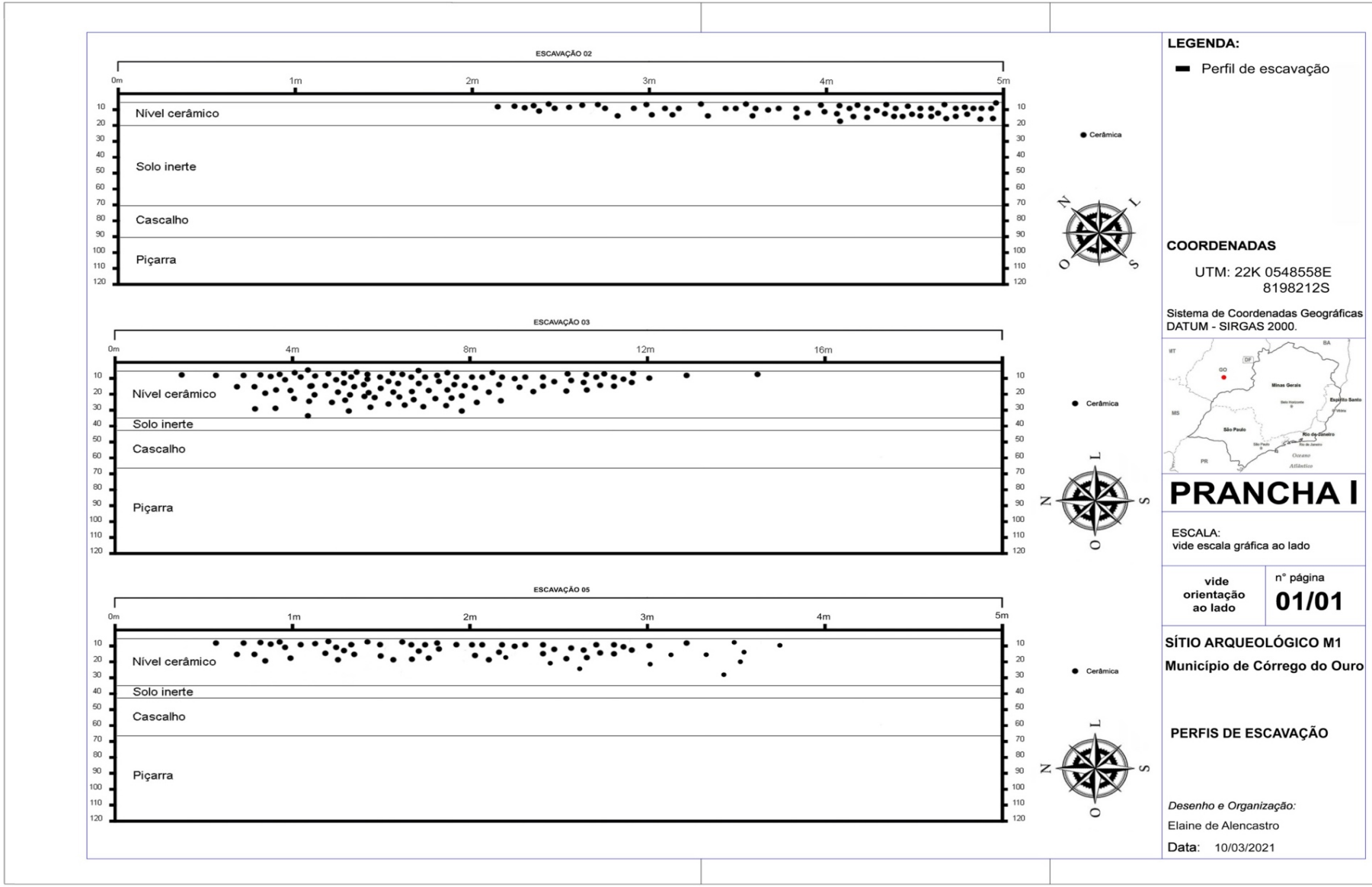
Etapa de campo	Data	Dias	Objetivo	Material	Área escavada	Cerâmica coletada	UTM 22K/ Área	Integrantes
1	03/2017	10	-Verificação *in loco* das áreas preditivas.	Cerâmica Lítico	S1, S2, S3, S4, S5	325 Recolhido na etapa de campo 3	Área 1 548558E 8198212S	Elaine Alencastro; Wagner Magalhães
2	01/2019	07	-Verificação *in loco* das áreas preditivas.	Cerâmico		1	Área 4 548455E 8181592S	Elaine Alencastro; Wagner Magalhães
3	01/2019	15	-Escavação da área 1. -Estudar o entorno do sítio em busca de deposições de argila e lugares persistentes.	Cerâmica Lítico	E1, E2, E3, E4	4.270	Área 1 548558E 8198212S	Elaine Alencastro
4	07/2020	15	-Encontrar mais manchas de ocupação na área da fazenda; -Delimitar a área do sítio arqueológico MI; -Instruir a população em relação a arqueologia; -Investigar os relatos de moradores.	Cerâmica Lítico	E5	1.386	Área 1548558E 8198212S	Elaine Alencastro; Wagner Magalhães; Tatiângela Borges do Val.



Mapa 24 - Mapa do panorama de escavação do sítio MI.



Mapa 25 - Mapa de localização do sítio e panorama de escavação e intervenções realizadas.



Prancha 1 - Perfis de escavação E2, E3 e E5 do sítio MI.

3.4 Relato dos moradores

Nas etapas anteriores, já tínhamos ouvido falas de moradores que haviam encontrado “panelas” inteiras em seus quintais. Essas eram encontradas quando os moradores abriam o solo para fazer horta, fossa, ou mesmo para a edificação da sua casa. Dentre os achados, figurava também entre os relatos a existência de material lítico polido, cachimbos de barro, resto de metal e moedas antigas, muitas moedas.

Segundo relatos do Sr. Domingos Amâncio Pinto, proprietário da área onde se situa o sítio arqueológico MI, quando da implantação da atual pastagem existente na fazenda, o mesmo encontrou, além de muito “*caco de panela*”, restos de pedras e ferramentas antigas de ferro, indícios que por si só sugerem uma possível interação decorrente do contato para área em questão.

Segundo o Sr. Domingos, foi o pai dele, o Sr. Firmino Amâncio Pinto quem desbravou aquelas terras no início do século XX, sendo ele inclusive o responsável pela doação das terras que deu origem a cidade de Córrego de Ouro. Dentre relatos das coisas encontradas pelo seu pai na região, figuram as “*coisas de índio*” além de uma série de moedas antigas (contos de réis) recolhidas no chão da região.

Assim na cidade, estivemos inicialmente conversando com o prefeito o Sr. Murilo César da Silva. Com o apoio da prefeitura, junto com a secretaria de Educação do Município na pessoa do Sr. Silvio Moitinha, fizemos um minicurso[60] baseado no trabalho já feito na Fazenda Boa Sorte e no que encontramos a nível da arqueologia.



Foto 73 - Reunião com o prefeito da cidade de Córrego do Ouro.
Foto: Wagner Magalhães (Jun/2020).



Foto 74 - Reunião sobre os achados de arqueologia com os moradores locais.
Foto: Wagner Magalhães (Jun/2020).

[60] A partir desse intuito de aproximação com a comunidade local, promovemos uma explanação do que seria arqueologia, seus métodos e objetos de pesquisa. Participaram do minicurso: Sra. Samira Gomes de Sousa, Sra. Patrícia Aparecida Melo, Sra. Thalita da Silva Morais, Sr. Vinícius Martins de Souza e Silva, Sra. Lainna Krislley França dos Santos Vicente, Sra. Ana Daydre Vargas Chaise.

Diante dos relatos anteriormente ouvidos de moradores desta cidade, dedicamos parte da campanha para realizar algumas entrevistas e conversas com moradores antigos da cidade para que pudéssemos fechar, ou pelo menos nortear o ciclo de raciocínio que tinha se formado até o momento para esse sítio.

Fomos atrás dessas histórias, e as narrativas a partir desse momento não cessaram. Vários moradores identificaram a cultura material encontrada na fazenda Boa Sorte. Grande parte dos moradores relatavam que havia no seu quintal abundancia de “cacos”[61].

Em uma delas o senhor Jovacy Rodrigues dos Passos nos contou sobre os inúmeros achados na cidade e nos mostrou uma caixa com várias moedas da época do império. Segundo ele, as moedas foram encontradas escavando na parte da frente da sua casa, relatou também que em toda parte que “furava” tanto em sua casa, como em toda a cidade havia muitos cacos.



Foto 75 - Sr. Jovacy e suas moedas encontrada no subsolo durante a construção de sua casa.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

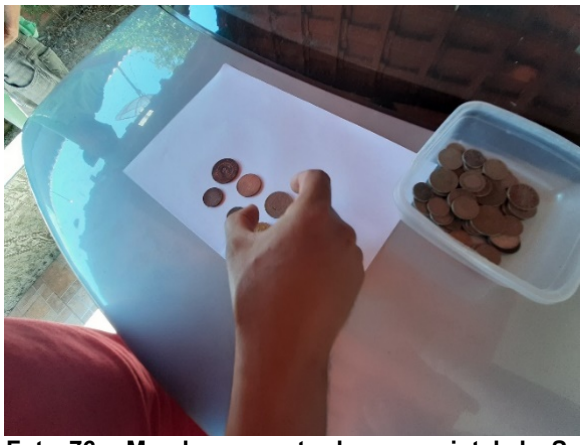


Foto 76 - Moedas encontradas no quintal do Sr Jovacy no centro de Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 77 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 78 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

[61] Devido as questões da Pandemia da Covid-19, e apesar dos nossos esforços, foi possível escavar o quintal de apenas duas casas na cidade, localizadas no entorno da igreja matriz.



Foto 79 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 80 - Moedas encontradas no quintal do Sr. Jovacy no centro de Córrego do Ouro.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

Com o apoio do detector de metais, fizemos uma abertura para a verificação de 1x1 m no quintal do senhor Jovacy. Inicialmente encontramos muita cerâmica, um pouco abaixo delas, o que havia despertado o "interesse" do detector foi para nossa surpresa um pequeno crucifixo de metal. O crucifixo encontrado estava em meio a uma grande quantidade de cerâmica, numa profundidade de 30 cm. O sr. Jovacy não reconheceu o crucifixo e disse brincando "*deve ser dos índios*".



Foto 81 - Escavação no quintal do Sr. Jovacy
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 82 - Crucifixo encontrado no quintal do Sr. Jovacy. Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

Na casa do Sr. Clivaldo de Oliveira Pinto também foi encontrado uma enorme quantidade de material arqueológico, as suas características são as mesmas encontrada por todo lugar. Diante do último achado, resolvemos utilizar um detector de metal. Mas que nada verteu para o material arqueológico de origem ferroso.



Foto 83 - Prospecção realizada com detector de metal no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 84 - Prospecção no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 85 - Coleta de cerâmica na superfície do quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Foto 86 - Cerâmica arqueológica encontrada no quintal do Sr. Clivaldo Oliveira Pinto
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).



Mapa 26 - Área estudada na Cidade de Córrego do Ouro

A imagem apresentada no **Mapa 26** demostra a localização das casas prospectadas na área urbana da cidade de Córrego do Ouro em relação a área de escavação do sítio MI.

Na Fazenda Boa Sorte onde está situado o sítio MI, o seu proprietário o Sr. Domingos Amâncio guardava consigo uma série de moedas como as do Sr. Jovacy Rodrigues. Ele nos relata que as tais moedas teriam sido encontradas na região por ocasião da abertura da fazenda no início do século XX. Estas moedas foram deixadas pelo Sr. Firmino Amâncio, pai do Sr. Domingos[62] que segundo consta já morava naquela fazenda desde 1925. Contudo, quando foi questionado a respeito dos índios que habitavam essa região, ele dizia que os índios ficavam na Aldeia, remetendo a Aldeia São José de Mossâmedes, hoje a cidade de Mossâmedes. Ele não concebia que nas suas terras, antigamente, era a morada daqueles povos, apesar da grande quantidade de cerâmica evidenciado por ele mesmo em suas pastagens.



Foto 87 - Família do Sr. Domingos Amâncio.
Sr. Clivaldo Oliveira Pinto, junto com sua mãe Sra. Lurdes Amâncio e Sr. Domingos Amâncio, donos da fazenda Boa Sorte, junto as moedas encontradas na fazenda pelo Sr. Firmino Amâncio, pai do Sr. Domingos. Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

[62] Nos foi dito que seu pai foi um dos primeiros moradores de Córrego do Ouro, ele que inclusive ajudou a fundar a cidade doando parte das terras que estavam sobre sua posse.



Foto 88 - Detalhe de algumas das moedas e medalhas do Sr. Domingos.
Ao lado da antiga lata de farinha láctea onde seguem guardadas.
Foto: Elaine Alencastro (Jul/2020).

Um dos nossos ajudantes e neto do dono da fazenda Boa Sorte o Sr. Lester Lee de Moura Passos Filho, comentou que teria umas "*coisas de índio*" encontradas lá na fazenda. Pedimos para ver, e para a nossa surpresa se tratava de um almofariz, duas mãos de pilão e uma lâmina de machado, como observado nas fotos a seguir:



Foto 89 - Detalhe de uma lâmina de machado encontrada na Fazenda Boa Sorte.
Foto: Imagem retirada da filmagem enviada por Lester Filho (Jul/2020).



Foto 90 - Detalhe de um almofariz e uma mão de pilão encontrados na Fazenda Boa Sorte.
Foto: Imagem retirada da filmagem enviada por Lester Filho (Jul/2020).

3.5 Contexto sistêmico do sítio MI

A partir da abordagem sistêmica de Mauss que era centrada na reconstrução do todo social, Leroi-Gourhan (1972) elaborou o conceito de "*estrutura*" enquanto um dado arqueo-etnológico pelo qual é possível interpretar contextos inequívocos dos diferentes tipos de ocupação, graças ao estudo da disposição dos vestígios coletados.

Segundo Pallestrini (1983:17) estruturas como essas identificadas ao longo desta pesquisa no sítio arqueológico MI representam *"os remanescentes de elementos que pertenceram a uma comunidade vida, dotada do dinamismo típico dos grupos humanos"* de modo que tal manifestação tem origem nas inter-relações que são provenientes de diferentes elementos de modo que não devemos nunca analisar o contexto de forma isolada.

Nesse sentido, as manchas de solo escurecido podem ser interpretadas como "*supra-estruturas*" representantes dos vestígios de cabanas decompostas, ou seja, estruturas de habitação, enquanto que todos os demais vestígios encontrados em profundidade representam as "*infraestruturas*" que compõe um todo social manifesto em vestígios com fins diversos, como processar alimentos; ralar, pilar,

descascar, moquear, assar, cozinhar, depositar, manufatura de objetos, tecer, lazer, mas podendo ser executado nas estruturas de habitação (PALLESTRINI, 1975).

Assim, as manchas de ocupação podem sinalizar a constituição de uma aldeia com várias habitações, dependendo da família que ocupou esse espaço. Famílias extensas, que englobavam um conjunto de famílias nucleares sob uma mesma liderança familiar, ligados por laços de parentesco ou reciprocidade, que absorvia a moradia tanto pais/mães e filhos/filhas, quanto genros/noras, cunhados/cunhadas, netos/netas, e demais aglomerados, estão ligados a esses espaços de ocupação. A mancha de terra escurecida, é proveniente da decomposição de material orgânico. Muitas vezes os fornos estavam relacionados a estas habitações (MAGALHAES, 2019).

No Sítio MI a mancha tem as condições ideais para uma ocupação de “casa”. O achado de peças de cupinzeiro associado a restos de cinza e carvão na mancha de ocupação associado aos fragmentos de cerâmica em seu interior, estariam associados à função de cozinhar, apresentando, em densidade proporcional às vasilhas utilizadas no cozimento dos alimentos. Outra finalidade também atribuída a combustão seria a função específica de aquecer, estando distribuídos sobretudo no interior das estruturas de habitação.

Arqueologicamente a mancha encontrada tem uma forma circular ou elipsoidal, de espessura de 30 cm, composta por carvões de diferentes dimensões, terra queimada, fragmentos de cerâmica e lítico. Ausência de resquícios faunísticos e ossos humanos. Apresenta blocos de cupinzeiro, que podem ter auxiliado o vasilhame no momento do cozimento.

Vários foram os focos de encontro de material arqueológico na cidade toda, contudo, não foi identificado nenhuma mancha de ocupação como a verificada na escavação E3, onde foi identificada uma grande mancha de terra preta, praticamente intacta. É provável que no passado, o local onde está instalado a cidade de Córrego do ouro, tivesse outras manchas de ocupação iguais a que foi encontrado na área do Sítio Arqueológico MI.



CAPITULO IV

Caminhos e Veredas, Pintura 41 – nanquim e aquarela sobre papel cartão. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

CAPÍTULO IV - DOS VESTÍGIOS ÀS POPULAÇÕES DO PASSADO: ANÁLISE DA CULTURA MATERIAL CERÂMICA

A referência a Arnaldo Antunes que em 1991 resumiu bem as relações e estados das coisas mentalmente isolados e representados como um objeto independente, no poema "*As Coisas*"[63], segundo ele:

> *"As coisas têm peso, massa, volume, tamanho, tempo, forma, cor, posição, textura, duração, densidade, cheiro, valor, consistência, profundidade, contorno, temperatura, função, aparência, preço, destino, idade, sentido. As coisas não têm paz!"*

O estudo da cultura ampliou-se consideravelmente, abarcando tanto as atitudes subjacentes à vida cotidiana como a chamada cultura material. Portanto o processo cultural é uma abstração, os indivíduos criam a sua cultura, a transmitem e a transformam. Desta forma a cultura seria como um sistema estrutural dotado de processos simbólicos que a mente cria formando assim um processo de acumulação "as estruturas mentais inconscientes", universal e subjacente a todas as culturas. Em outras palavras, os elementos que compõe uma dada cultura estão interligados por uma mutualidade de relações.

As disposições são adquiridas por uma série de condicionamentos próprios, por determinados modos de vida particular. O *habitus* é o que caracteriza um grupo, em relação aos outros que não partilham das mesmas condições sociais. Portanto o *habitus* é o que permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com a sua vinculação cultural.

Os avanços culturais se manifestam no processo de interação e organização de um determinado grupo na medida em que as modificações trazidas por uma geração passam a geração seguinte, de modo que a cultura transforma-se perdendo e incorporando aspectos mais adequados à sobrevivência, reduzindo o

[63] As Coisas (Iluminuras, 1991) Retrata a relação entre as coisas como signos e os conceitos representativos, colocando o "eu lírico" infantil ou como um perene aprendiz (FIGUEIRA, 2010).

esforço das novas gerações, num verdadeiro mecanismo cumulativo, essa é a cultura, antes de se transformar em cultura material. O processo de estudo de um arqueólogo passa pela percepção da construção do objeto deixado como um remanescente de todo o seu aprendizado de vida.

A cultura material é vista como pertencente de um processo coletivo de experiências cristalizadas confrontantes com o novo, passível de mudanças. O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo chamado enculturação ou socialização. Pessoas de raças ou sexos diferentes têm comportamentos diferentes por terem recebido uma educação diferenciada. O homem age de acordo com os seus padrões culturais, ele é resultado do meio em que foi socializado, moldando os indivíduos dentro do grupo social, condicionando a visão de mundo do ser humano, pois o molda segundo certos valores e crenças específicos passados de geração em geração (LARAIA,1986).

Dietler & Herbich (1998) leva em conta as formas que as coisas estão criadas e utilizadas na prática diária, onde a técnica usada na escolha e preparo da peça, é a chave para a compreensão do processo de mediação entre as coisas e a sociedade. Todo o sistema técnico é incorporado em processos e relações sociais, seguindo o sistema de escolha feitas em todas as fases de produção e utilização, e que são aspectos da ação social e cultural resultam na produção do estilo do material.

A partir do processo de colonização, o objeto material pode ter nova configuração, que traz respostas diferentes ao sistema lógico que antes se operava, incorporando novos produtos e tecnologias. Assim esta pesquisa buscou compreender a cultura material Cayapó encontrada e possivelmente associada ao Aldeamento Maria I, a partir do contato com o colonizador, como um fenômeno social que inclui os processos de permanência e mudança dentro de trajetórias históricas[64], portanto faz-se mister o entendimento dos fatores que condicionam tais mudanças levando em conta o processo de agência, e estruturas dentro da cadeia operatória.

O uso do conceito de cadeia operatória, possibilita compreender todo o comportamento, tais como os gestos, práticas de manufatura, etc., envolvido na concepção do artefato assim como no seu processo de deposição a partir dos gestos envolvidos, dos padrões mentais, da base cognitiva, dos produtos e subprodutos relacionados, enfim dos processos levados a cabo pelo ator depositante de acordo

[64] Leva-se em conta que tal processo se insere num contexto pautado por uma história de longa duração, que no seu cerne traz em si uma série de desdobramentos de hábitos e cultura decorrente do contato entre os povos.

com os padrões culturais da sociedade no qual este se inseriu, permitindo por vezes a identificação de cenários de continuidade e transformação.

Sob este viés, o estudo de cadeia operatória revela a dinâmica de um sistema técnico específico, bem como o papel que esse sistema ocupa dentro dos demais sistemas técnicos e dentro da própria tecnologia, sendo esta sua peculiaridade principal, a análise dos conceitos e conhecimentos envolvidos desde a manufatura ao descarte de uma dada cultura material (CRESWELL, 1996).

A partir das abordagens sistêmicas Leroi-Gourhan estabeleceu conexões entre a matéria-prima escolhida para a confecção de determinado objeto ao resultado final: o artefato; assim, elaborou os fundamentos da cadeia operatória: busca de matéria-prima, translado até o assentamento, lascamento, emprego social, reuso, etc.

Leva-se em conta que tal processo insere-se num contexto pautado por uma história de longa duração, que no seu cerne traz em si uma série de desdobramentos de hábitos e cultura decorrente do contato entre os povos.

Diante dessas perspectivas teóricas e metodológicas acima expostas, procurei respaldar este trabalho através de cada um desses conceitos em especial utilizando como pressuposto teórico-metodológico o conceito de *cadeias operatórias*, para mapear, os processos técnicos envolvidos na produção da cultura material cerâmica visando compreender a *tecnologia* como *fato social total*, e a adoção de *habitus* para embasar as questões fomentadas nesta tese, uma vez que o uso de tais conceitos tem refinado as observações dos artefatos e assentamentos, demonstrando que os estudos puramente tipológicos não respondem às questões básicas para compreender a dinâmica cultural no passado, da relação entre os sistemas técnicos.

Os métodos derivam de teorias já consolidadas e implantadas através de técnicas. Portanto, com base na aplicação das teorias acima descritas, o método que foi adotado durante as escavações, foi o de “Superfícies Amplas” acompanhado da técnica de “Decapagens por Camadas Naturais” elaborados por Leroi-Gourhan (1950; 2002a e 2002b) centrado no conceito de “Totalidade Social” de Mauss (2003b) e que foram adaptados ao solo tropical brasileiro por Pallestrini (1975), bem como nos procedimentos de campo inerentes a arqueologia da paisagem propostos por Morais (2012) e Criado-Boado (1991 e 1995).

Para um melhor suporte na análise da cultura material, foi empregado uma das técnicas de análises arqueométricas mais convencionais no estudo da cerâmica, a Radiografia de raios X, visando atestar se a técnica de manufatura do material

cerâmico seguia a forma tradicional, ou seja, o emprego do acordelamento na confecção do vasilhame. Contando com o suporte de análises laboratoriais, foram realizadas ainda quatro Datações Absolutas, sendo três através das técnicas de Termo Luminescência (TL) e uma através da análise de Carbono 14 (C14).

Depois da curadoria e acondicionamento, com base em Lorêdo (1994), foi realizado a análise de todo o material arqueológico. As análises das cerâmicas em geral, objetivam a caracterização da variabilidade formal dos artefatos a partir do conceito de Estilo Tecnológico, entendendo estilo como uma maneira de fazer algo em determinado tempo e lugar (SACKETT, 1977). Nesse sentido na análise e interpretação da variabilidade formal dos artefatos cerâmicos, são associado o conceito de estilo tecnológico à proposta de Schiffer & Skibo (1992, 2001), onde os autores enfatizam as razões e motivos das escolhas como ponto principal da geração da variabilidade formal, levando em conta as propriedades físicas do artefato, resultantes de escolhas técnicas determinadas por questões ordens práticas/funcionais, ambientais, sociais, ideológicas, pelo sistema de assentamento e mobilidade e por coerções.

Desta forma, para a escrita desta tese, optou-se por dividir as análises da cerâmica em três partes para uma compreensão mais fluida. A primeira constituiu-se em relatar a triagem dentro de todo o material arqueológico cerâmico, segundo sua indicação Morfológica e Tecnotipológica.

No segundo momento, fizemos uma análise tipológica e morfológica desses fragmentos, os quais foram divididos e analisados segundo sua forma entre Borda, Bojo e Base; Cada uma dessas indicações morfológicas foi analisada segundo sua especificidade. As bordas foram analisadas, nos seguintes itens: tipo de borda, tipo de lábio, espessura, diâmetro e ângulo. O Bojo foi identificado a partir da sua espessura, ângulo e tamanho. As bases seguiram a partir da análise do tipo de base, espessura, diâmetro e ângulo de inclinação.

Na terceira análise, foi realizado a análise tecnológica que se constitui em Tratamento de Superfície; Técnica de Manufatura; Pasta Cerâmica; Tipo de Queima.

4.1 Análise e triagem do material cerâmico

O estudo do material cerâmico envolveu dois níveis de análise, a partir de adequações da proposta metodológica oferecida por SINOPOLI (1990: 55):

- Análise qualitativa: aborda o material cerâmico integralmente (100%). Os fragmentos são separados de acordo com o local de coleta e acabamento de superfície, passando-se ao processo de remontagem e à separação de fragmentos com informações de morfologia e acabamento.
- Análise quantitativa: aborda os fragmentos diagnósticos, separados no nível anterior, os quais compõem unidades de análise. As unidades de análise passam por um estudo detalhado, envolvendo, no mínimo, 16 atributos. Essa análise quantitativa, onde as tipologias são "*constructed and evaluated using statistical techniques in the analysis of two or more variables*" (SINOPOLI, 1990: 55), permite o reconhecimento da variabilidade presente na indústria cerâmica.

Assim a análise tecnotipológica do material cerâmico que aqui se apresenta, foi precedida da análise individual de cada um dos fragmentos. Os atributos verificados em cada um dos fragmentos foram registrados numa ficha de análise e posteriormente, tabulado em uma planilha eletrônica que serviu de base para a elaboração de gráficos e tabelas aqui apresentados, bem como base de referência durante a elaboração dessa tese.

Diante da grande quantidade de cerâmica coletada ao longo das pesquisas de campo, foi realizado uma análise dos fragmentos que apresentaram atributos ou indicações morfológicas passíveis de análise, tais como base e borda ou ainda, fragmentos de bojo com angulações que nos permitisse dentre outras coisas a reconstituição das formas e função social dos vasilhames produzidos e abandonados na área de pesquisa.

Do total de 5.656 fragmentos resgatadas, foram analisados um total de 1.139 fragmentos cerâmicos, sendo 588 bordas, 147 bases, 394 bojos e outros 10 fragmentos de fragmentos como fusos, cuscuzeiros e vasos geminados. Todo material

foi analisado levando em conta 12 atributos (indicação morfológica, acabamento de superfície, espessura mesial, tipo de borda, tipo de lábio, medições das bordas; tipos de base, medições das bases, medições dos bojos, técnica de manufatura, tipo de queima e alterações tafonômicas).

A **Tabela 6** apresenta a quantificação total de fragmentos resgatadas[65] e analisadas, subdivididas por sítio arqueológico e ano de coleta.

Tabela 6 - Quantificação total de fragmentos analisadas

Sítio Arqueológico	Ano	Fragmentos Resgatadas	%	Fragmentos Analisadas	%
MI	2019	4.270	75,5%	462	40,6%
	2020	1.386	24,5%	677	59,4%
TOTAL		5.656	100,0%	1.139	100,0%

Tabela 7 - Ficha técnica de análise cerâmica

Indicação morfológica:

1. **Fragmentos de borda;**
2. **Fragmentos de base;**
3. **Fragmentos de bojo (parede);**
4. **Apliques/Alças;**
5. **Fragmento sem indicação morfológica.**
6. **Separar e quantificar o material em função de seu acabamento de superfície interna e externa:**
7. **Alisada / Lisa;**
8. **Polimento;**
9. **Engobo (Preto; Branco; Vermelho[66]);**
10. **Decoração:**
11. **Apliques;**
12. **Modelados;**
13. **Pintura (Policromica [vermelho, branco e preto] ou monocrômica);**
14. **Decoração Plástica:**
15. **Pressão (corrugado);**
16. **Incisão (Ungulado, escovado, ponteado, carimbado, inciso com pente).**

[65] 79,9% dos vestígios cerâmicos coletados se constituíam de microfragmentos de cerâmica, material sem relevância alguma para a análise tecnotipológica que aqui se propõe, razão pela qual foram descartados da análise que procurou se deter nos vestígios que apresentassem atributos ou indicações morfológicas passíveis de análise.
[66] Comum na região em cerâmicas da tradição Aratu.

Espessura medial da parede

1. **Muito fina – até 6mm;**
2. **Fina – entre 7 e 9mm;**
3. **Média – entre 10 e 14mm;**
4. **Grossa – entre 15 e 20mm;**
5. **Muito Grossa – acima de 20mm**

Tipo de Borda:

1. **Direta;**
2. **Entrovertida;**
3. **Extrovertida;**
4. **Reforçada externamente;**
5. **Reforçada internamente;**
6. **Reforçada dobrada;**
7. **Carenada;**
8. **Expandida**
9. **Cambada.**

Tipo de Lábio:

1. **Arredondado;**
2. **Apontado;**
3. **Plano.**

Medidas das Bordas/Lábios:

1. **Espessura;**
2. **Ângulo de inclinação;**
3. **Diâmetro da boca.**

Tipos de Bases:

1. **Plana;**
2. **Convexa;**
3. **Côncava;**
4. **Plana com pedestal.**

Medidas das Bases:

1. **Espessura;**
2. **Ângulo de inclinação;**
3. **Diâmetro da base.**

Medidas dos Bojos:

1. **Ângulos de inclinação (X e Y);**

Técnica de manufatura:

2. **Acordelada;**
3. **Torno;**
4. **Bloco.**

Tipo de Queima

1. **Oxidante;**
2. **Redutora.**

Exemplos: na imagem abaixo.

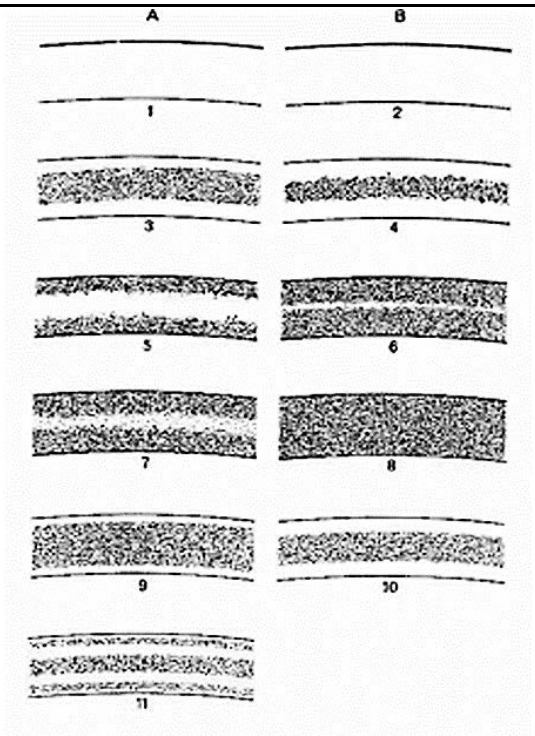
Imagem dos tipos de pasta	Coluna A Pastas Finas	Coluna B Pastas Grossas
	1-Oxidante, inexistência de materiais orgânicos originalmente. 3.- Oxidante, materiais orgânicos existiam originalmente. 5.-Redutoras, inexistência de materiais orgânicos originalmente 7-. Redutoras, materiais orgânicos que podem ter estado presentes originalmente. 9-. Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar – o núcleo da cerâmica aparece marcado a escuro. 11.- Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar seguido de um período de redução e de um novo arrefecimento rápido ao ar – núcleos bem definidos e por vezes duplos	2.- Oxidante, materiais orgânicos podem ter estado presentes originalmente. 4-Oxidante, materiais orgânicos existiam originalmente. 6.- Redutoras, inexistência de materiais orgânicos originalmente – preto ou cinzento podem apresentar-se até ao centro da secção. 8-. Redutores, materiais orgânicos que podem ter estado presentes originalmente. 10.-Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar – o núcleo da cerâmica aparece marcado a escuro.

Figura 16 - Tipos de queima
Fonte: Rye ,1981.

Alterações tafonômicas:

1. **Marcas de produção;**
2. **Desgaste pelo uso;**
3. **Marcas de fuligem.**



Foto 91 - Curadoria do conjunto cerâmico.
Foto: Wagner Magalhães (Jan/2021).

4.2 Análises tecnotipológica do material cerâmico

Antes de discorrer sobre as análises empreendidas é preciso argumentar que ainda que o conceito de cadeia operatória se constitua como a base do suporte teórico-metodológico desta tese, já que este conceito nos permite dar sentido aos objetos estudados, desvendando histórias e lançando luz sobre a interação vivida no passado entre sujeito e objeto, o método de análise aqui empregado na tentativa de melhor compreender às escolhas feitas pela (o) artesã (ão), buscou antes de qualquer coisa a separar as etapas de produção, analisando atributos técnicos, formais e decorativos e suas correspondentes variáveis.

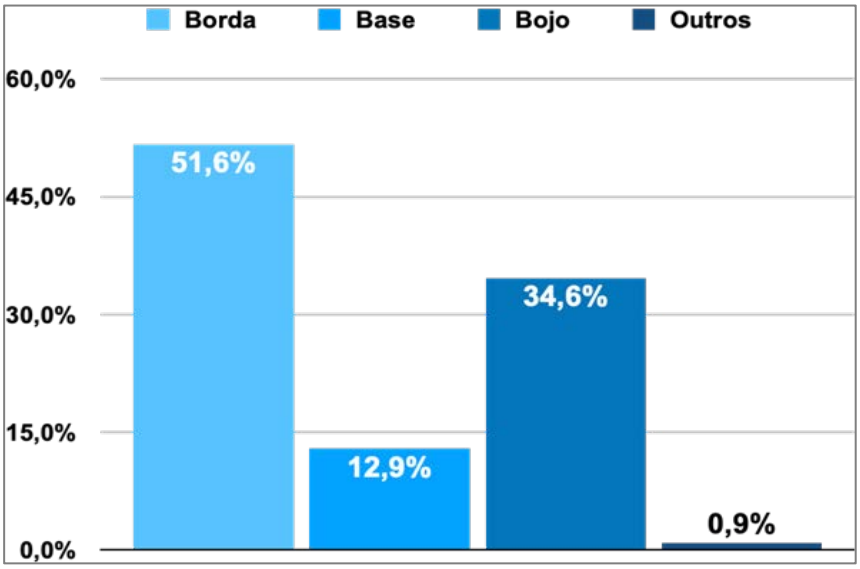
As análises aqui apresentadas fazem parte de todo o conjunto Cerâmico que foi analisado no Sítio Arqueológico MI. Assim as análises ocorreram conforme as estratégias para a identificação da morfologia da peça a fim de fazer as reconstituições dos formatos. Posteriormente analisamos a espessura de todo o conjunto analisado, a dimensão e peso, o ângulo de inclinação e posteriormente a análise está dividida em três partes, Borda, Bojo e Base, para que as especificidades de cada forma fossem contempladas, como diâmetro, e tipos específicos de morfologia.

Partindo das etapas da cadeia operatória da cerâmica, este visa a análise de forma a considerar a morfologia dos fragmentos em função de sua indicação morfológica, por exemplo: fragmentos de borda, base e bojo, apliques /alças e fragmentos sem indicação morfológica. Nesta sequência, ainda foram analisados o ângulo de inclinação das peças, a espessura, peso de cada fragmento e no caso de bordas e bases foi ainda medido o seu diâmetro.

As porcentagens dos diferentes tipos de indicação morfológica dos fragmentos analisados são apresentadas no gráfico abaixo[67].

[67] O arranjo da legenda se dá sequencialmente de forma horizontal da esquerda para direita, considerando a ordem hierárquica de dados apresentados no gráfico que apresentará sua distribuição sempre em sentido horário a partir do eixo superior (0º) do gráfico.

Gráfico 1 - Porcentagem de indicação morfológica dos fragmentos



Como demonstrado no **Gráfico 1**, do material com indicação morfológica analisado, a constância de Bordas com 588 fragmentos[68], seguida de 394 fragmentos de Bojo e 147 fragmentos de Bases. Além desses três tipos de indicação morfológica, a pesquisa junto ao sítio MI observou-se na categoria outros a presença de fusos inteiros e fragmentados, além de fragmentos de cuscuzeiros e vasos geminados.

As imagens abaixo são identificadas em suas legendas e representam esse material que não está na classificação de Borda, Bojo ou Base, classificados como "outros" no gráfico acima.



Figura 17 - Fusos proveniente do sítio MI.

[68] Deste total, 37 fragmentos apresentam além da indicação morfológica da borda a presença de indicação morfológica de base no mesmo fragmento. Sendo assim, por ocasião da análise das bases, esse número somar-se-á ao conjunto de 147 bases, totalizando, portanto, 184 fragmentos de base a serem analisados.



Figura 18 - Perfil Fusos proveniente do sítio MI.



Figura 19 - Fragmentos de cuscuzeiro proveniente do sítio MI.



Figura 20 - Fragmentos de vasos geminados proveniente do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2021).

4.2.1 Espessura

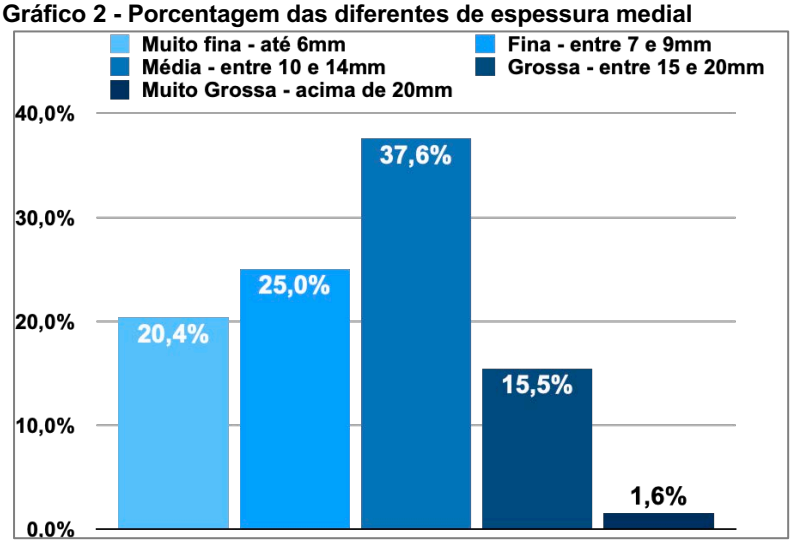
O próximo atributo analisado corresponde à espessura mesial da parede de cada um dos fragmentos, obtida através de um paquímetro digital, considerando uma escala que vai de muito fina (até 6mm) até muito grossa (acima de 20mm). Na análise foi considerado também a espessura de cada fragmento.

O conjunto cerâmico deste sítio é caracterizado em sua totalidade por vestígios fragmentados. Embora consciente das discussões acerca da problemática que há entre a correlação direta da espessura dos fragmentos com o tamanho do vasilhame, visto que a espessura varia ao longo das partes do mesmo. Avalia-se que a mensuração de sua espessura traz informações importantes acerca das dimensões dos vasilhames que compõe o conjunto artefatual, complementando as possíveis inferências.

Embora a variação da espessura esteja presente, a predominância de determinadas espessuras pode dar indícios da variedade de vasilhames no que diz respeito ao seu volume. Com efeito, ao pensarmos no contexto sociocultural que caracterizou a ocupação do sítio arqueológico, a predominância e recorrência de fragmentos de grande espessura indicaria um contexto em que vasilhames de grande porte estariam sendo usados, apontando para um contexto doméstico de habitação de várias famílias, e/ou vasilhames utilizados mais nos momentos cotidianos, e ainda, em contexto de coesão social, onde detecta-se o uso de vasilhames associados a festas e momentos ritualísticos (LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

O gráfico a seguir apresenta a porcentagem das diferentes espessuras mediais verificadas no conjunto de fragmentos analisados.

Gráfico 2 - Porcentagem das diferentes de espessura medial



4.2.2 Dimensões e peso

Além da espessura medial de cada fragmento, foram também verificados outros parâmetros tais como a altura, a largura e o peso[69] dos fragmentos. A análise estatística de cada um desses parâmetros é apresentada nas tabelas a seguir.

Tabela 8 - Análise estatística da altura dos fragmentos analisados

Sítio Arqueológico	Altura	cm
MI	Média dos fragmentos	5,16
	Mínima	< 5,00
	Máxima	27,00
	Mediana	5,00
	Desvio médio	2,16
	Desvio padrão	2,82
	Moda	4,00
	Variância	7,95

Majoritariamente a média da altura do conjunto de fragmentos do sítio MI é inferior a 5cm. Praticamente todo o conjunto de material sem indicação morfológica que foi descartado desta análise conforme já relatado, se distribui entre micro fragmentos de cerâmica e fragmentos com altura inferior a 5cm. O alto índice de fragmentação de cerâmica verificada na área do sítio se deve provavelmente ao fato da área ser explorada por agricultura intensa a várias décadas.

Dos fragmentos maiores coletados, são vários aqueles que apresentam marcas de alteração tafonômicas decorrentes do uso de implementos agrícolas como grades e arados. Ainda que dentre os fragmentos resgatados existam fragmentos que meçam no máximo até 27,00 cm a altura média dos fragmentos é de 5,16 cm, esses foram recolhidos exclusivamente na mancha de terra preta escavado na campanha 3 de campo.

[69] Ainda que não seja usual a tomada de peso nos estudos de vanguarda de análise tecnotipológica do material cerâmico, realizei com auxílio de uma balança digital de precisão equivalente a quatro casas decimais a coleta do peso de cada um dos fragmentos analisados, visando comparar estatisticamente a dispersão do índice de fragmentação dos fragmentos do sítio M1 com outros estudos de assentamentos a céu aberto cujo contexto analisado não difira significativamente do aqui verificado.

Tabela 9 - Análise estatística da largura dos fragmentos analisados

Sítio Arqueológico	Largura	cm
MI	Média das fragmentos	6,27
	Mínima	< 5,00
	Máxima	26,00
	Mediana	6,00
	Desvio médio	2,64
	Desvio padrão	3,42
	Moda	6,00
	Variância	11,70

Ao analisar o quesito largura dos fragmentos, nota-se que ainda que a diferença de fragmentação não difira estatisticamente do verificado para a altura dos fragmentos, existe uma variância de quase 3,75cm, ou seja 33% no padrão de fragmentação lateral versus altura do fragmento. Essa maior resistência se deve a técnica de manufatura utilizada (acordelada) uma vez que a disposição dos roletes promove uma maior resistência horizontal do que vertical ao artefato. Ainda que dentre os fragmentos resgatados existam fragmentos que meçam no máximo até 26,00 cm a largura média dos fragmentos é de 6,27 cm.

Tabela 10 - Análise estatística do peso dos fragmentos analisados

Sítio Arqueológico	Peso	Gramas	Kg
MI	Total do conjunto de fragmentos	85.347,00	85
	Média das fragmentos	74,93	0,075
	Mínima	<1	<0,001
	Máxima	955	0,955
	Mediana	43	0,043
	Desvio médio	61,11	0,061
	Desvio padrão	95,54	0,096
	Moda	9,00	0,009
	Variância	9.119,89	9,120

É sabido que a massa de cada fragmento é proporcional as suas dimensões, no caso dos fragmentos resgatados no sítio MI verificou que eles apresentam em média 74,93 gr. Dado interessante refere-se à ocorrência de fragmentos com quase 1 kg no sítio MI.

4.2.3 Ângulo de inclinação

O conhecimento dos ângulos de inclinação e curvatura dos fragmentos pode auxiliar o pesquisador no processo de triagem do material cerâmico, além de auxiliar o arqueólogo ou conservador no processo de remontagem do vasilhame. Do conjunto analisado a grande maioria (47,2% para o eixo X e 63,45% para o eixo Y) apresenta um ângulo de inclinação e curvatura igual ou menor a 5º.

Para se estabelecer uma relação com seu ângulo de inclinação, abertas, ou fechadas, desse modo as medidas em graus que for positiva o resultado será uma vasilha aberta, em contrapartida, os graus negativos teremos uma vasilha fechada. Esse processo se deu nos dois sentidos do fragmento, tanto horizontal, como vertical.

Assim segundo a tabela de La Salvia & Brochado (1989) teremos:

Tabela 11 - Tabela de ângulos. Positivos e Negativos

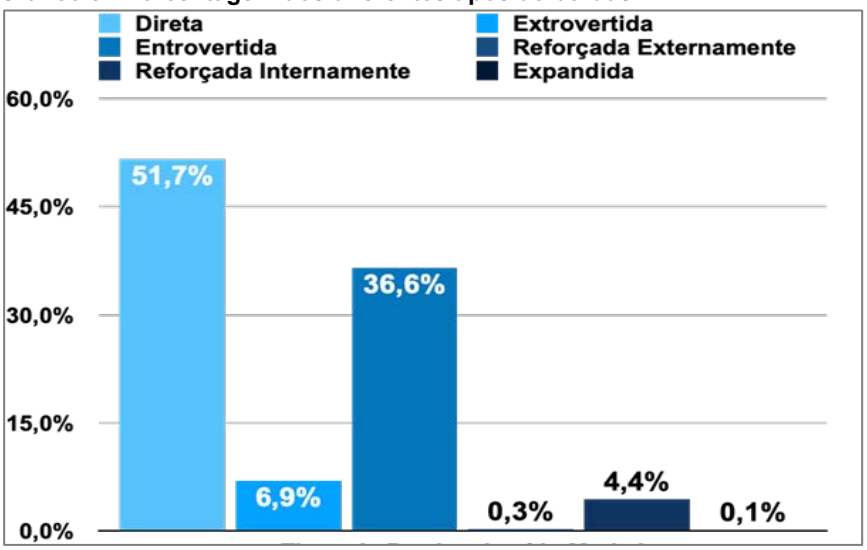
Ângulo positivo Aberto	Medição do angulo	Ângulo negativo Fechado
Vertical	Zero até 10°	Vertical
Ligeiramente aberto	10° até 30°	Ligeiramente fechada
Aberta	30° até 50°	Fechada
Muito aberta	50° até 75°	Muito fechado
horizontal	75° até 90°	horizontal

As possibilidades de utilização de uma vasilha estão na razão direta segundo sua abertura, profundidade e tamanho. Para isso foi executado uma combinação em relação ao entre o diâmetro e a profundidade. O diâmetro considerado o item que delimita a peça segundo a sua abertura. A determinação do diâmetro foi realizada através do uso de uma escala de círculos concêntricos (escala vessel) da marca Forestry Suppliers® que permite a inferência de fragmentos com até 1 metro de diâmetro.

4.2.4 Bordas

O quarto atributo analisado refere-se aos tipos de bordas evidenciadas no sítio, partindo da seguinte relação de variáveis: direta, entrovertida, extrovertida, reforçada externamente, reforçada internamente, reforçada dobrada, carenada, expandida e cambada. O gráfico abaixo apresenta a porcentagem dos diferentes tipos de borda verificadas no conjunto de fragmentos analisados.

Gráfico 3 - Porcentagem dos diferentes tipos de bordas



As bordas *Diretas* são maioria absoluta no conjunto de cerâmicas do sítio MI, com 373 fragmentos, ou seja 51,7% de ocorrência. O segundo tipo de borda com a maior frequência observada foi a do tipo *Entrovertida* com 264 fragmentos (36,6%), seguida de bordas do tipo *Extrovertida* com 50 fragmentos (6,9%), *Reforçada Internamente* com 32 fragmentos (4,4%) e dois fragmentos de borda do tipo *Reforçada Externamente* e apenas um fragmento de borda *Expandida*.

É importante de nota que durante as análises do material escavado, foi encontrado um fragmento que pode ser borda de cachimbo, ou pequeno fragmento como brinquedo. O acervo encontrado é bastante variável, os tamanhos dos fragmentos, apresentou-se vasos enormes de mais de 50 cm e fragmentos que dão indicação de pequenos vasos de 3 cm, como este encontrado. O pequeno fragmento é proveniente da unidade de escavação E3-S15 realizadas no ano de 2019 naquele sítio.



Figura 21 - Fragmento cerâmico. Peça: 179.



Figura 22 - Fragmento cerâmico. Peça: 965.



Figura 23 - Fragmento cerâmico. Peça: 705



Figura 24 - Fragmento cerâmico. Peça: 923.



Figura 25 - Fragmento cerâmico. Peça: 1049.



Figura 26 - Fragmento cerâmico. Peça: 927.



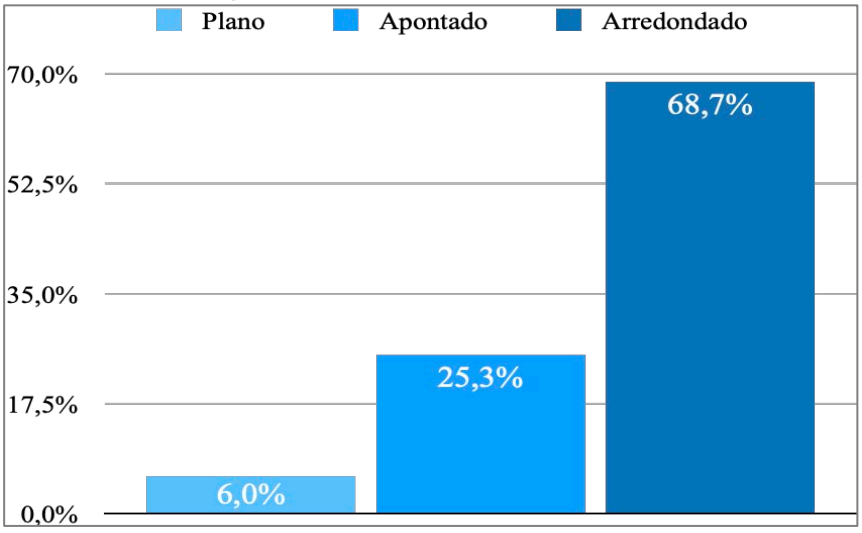
Figura 27 - Fragmento cerâmico. Peça: 927.

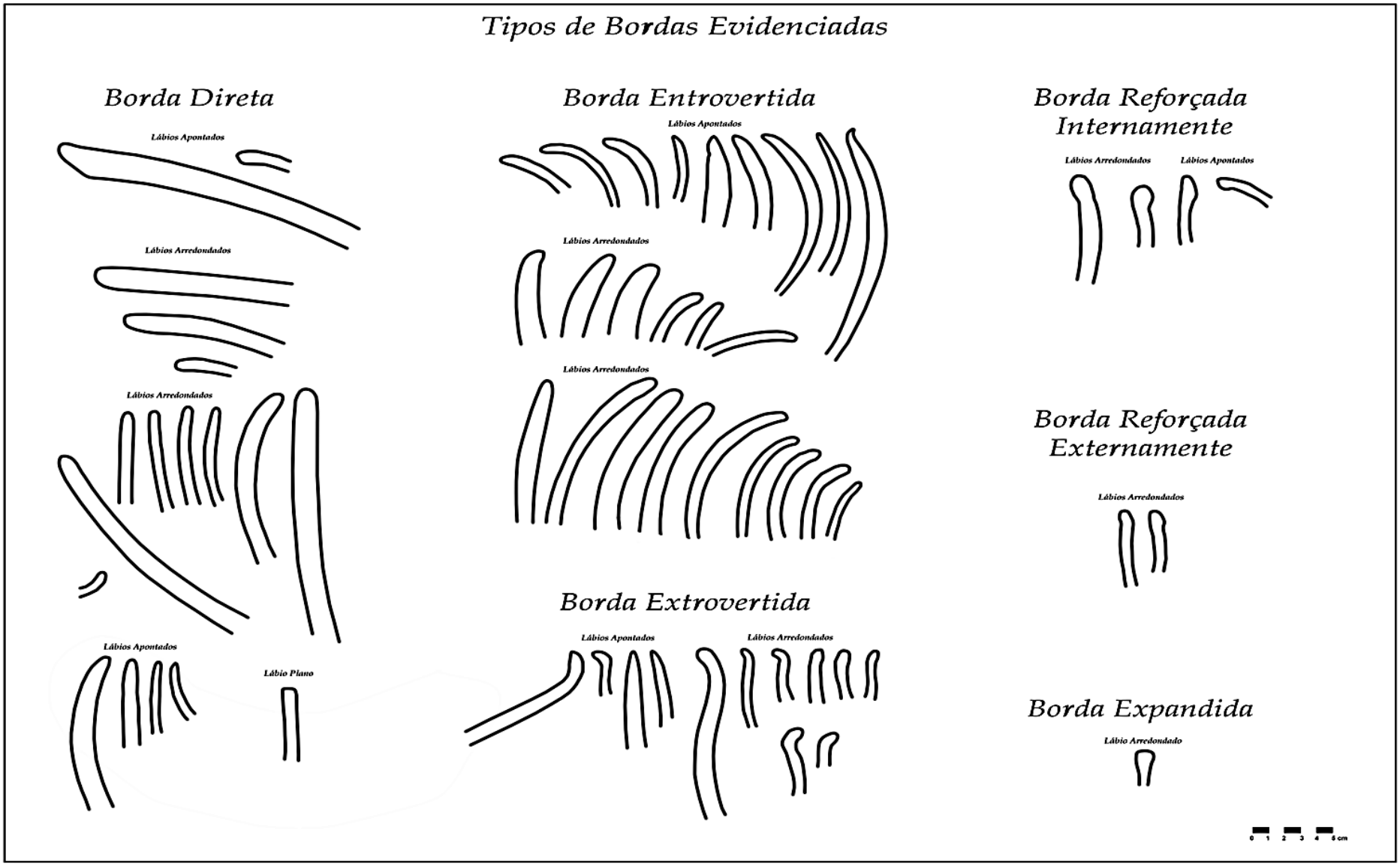
Os diferentes tipos de borda evidenciadas para o sítio MI no âmbito desta pesquisa são ilustrados na **Prancha 2**.

4.2.5 Lábio

Com relação aos tipos de lábios evidenciados, verificou-se a frequência de ocorrência dos tipos *plano, apontado* e a*rredondado* para o sítio. A maioria dos fragmentos (com borda) do sítio MI apresentam um lábio *arredondado* (496 / 68,7%), seguido do tipo *apontado* (183 / 25,3%) e *plano* (43 / 6,0%) como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 4 - Porcentagem dos diferentes tipos de lábios





Prancha 2 - Tipos de bordas evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).

4.2.6 Espessura das bordas

Além dos tipos de bordas e lábios, foram também verificados outros parâmetros tais como a espessura, ângulo de inclinação e diâmetro estimado da borda dos recipientes, obtidas a partir dos fragmentos. A análise estatística de cada um desses parâmetros é apresentada nas Tabelas 4 e 5 apresentadas a seguir.

Tabela 12 - Análise estatística da espessura das bordas

Sítio Arqueológico	Espessura Bordas	mm	cm
MI	Média das fragmentos	8,72	0,87
	Mínima	3	0,30
	Máxima	30	3,00
	Mediana	8	0,80
	Desvio médio	2,70	0,27
	Desvio padrão	3,42	0,34
	Moda	8,00	0,80
	Variância	11,70	1,17

Tabela 13 - Análise estatística do ângulo de inclinação das bordas

Sítio Arqueológico	Ângulo das Bordas	Graus
MI	Média das fragmentos	6,96
	Mínima	<5
	Máxima	60
	Mediana	5
	Desvio médio	6,97
	Desvio padrão	9,32
	Moda	5,00
	Variância	86,78

A espessura de bordas do sítio MI de modo geral é 1,52mm menos espessa que o verificado para a espessura mesial do conjunto de fragmentos analisadas. O ângulo de inclinação médio das bordas majoritariamente não ultrapassa 7º, sendo verificado, no entanto, alguns fragmentos de borda extrovertida com até 60º de inclinação. A frequência de bordas do tipo Direta com ângulo de inclinação verificado de até 5º se mostra extremamente elevado, impactando diretamente na definição da *moda*[70] nesta frequência de medição.

[70] A *moda* é o valor que detém o maior número de observações, ou seja, o valor ou valores mais frequentes, ou ainda "*o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum*" (SPIEGEL, 1976).

4.2.7 Diâmetro das bordas

A análise do diâmetro (Ø) estimado da borda dos recipientes foi obtida por meio da análise de 486 fragmentos de borda provenientes do sítio MI.

Tabela 14 - Análise estatística do diâmetro da boca dos vasilhames

Sítio Arqueológico	Diâmetro da boca	cm
MI	Média das fragmentos	25,54
	Mínima	4,00
	Máxima	50,00
	Mediana	24
	Desvio médio	7,80
	Desvio padrão	9,29
	Moda	24,00
	Variância	86,13

O sítio MI apresenta fragmentos (bordas) que sugerem vasilhames com diâmetros de boca distribuídos entre 4 cm e 50 cm de diâmetro, possuindo a maioria dos fragmentos um diâmetro entre 21 e 30cm. De modo geral os diâmetros de vasilhames verificados se distribuem da seguinte forma: 6,37% de vasilhames com Ø entre 4cm e 10cm; 27,98% de vasilhames com Ø entre 11cm e 20cm; 34,56% de vasilhames com Ø entre 21cm e 30cm; 28,18% de vasilhames com Ø entre 31cm e 40cm e 2,88% de vasilhames com Ø entre 41cm e 50cm.

4.2.8 Bojo

O bojo é entendido como o corpo do vaso. A grande maioria dos fragmentos de um sítio arqueológico é constituído pelo bojo devido realmente por ser a maior parte de um vasilhame se comparado a bordas e bases. Costuma ser altamente fragmentado e no sítio MI, foi encontrado de tamanhos diversos, desde fragmentos com mais de 40 cm até fragmentos muito pequenos com cerca de 1 cm. Fragmentos muito pequenos não fornecem muita informação relevante, salvo nos casos onde o fragmento apresente alguma indicação morfológica como apêndice ou tratamento de superfície. Assim os fragmentos de bojo que foram analisados e que não possuísse alguma característica para a compreensão do sítio, foram descartados da análise. Portanto além dos fragmentos que possuíssem algum atributo de análise, apenas fragmentos que possuíam acima de 5 cm, foram analisados.

Assim a análise estatística da altura, largura e espessura dos bojos, bem como os ângulos no sentido horizontal (x) e vertical (y) são apresentados a seguir.

4.2.9 Altura e largura dos bojos

Os tamanhos dos fragmentos cerâmicos, do Sítio, se apresentam de tamanhos variados. Como expresso anteriormente, havendo fragmentos que variam entre 40 e 1 cm, as vezes até menores. A fragmentação se deve pelo tipo de deposição, o próprio descarte do fragmento, atribuído ainda ao arado que foi utilizado no espaço. Isso justificaria o diminuto tamanho dos fragmentos encontrados, já que na mancha de terra preta, (mancha de ocupação) os fragmentos estavam maiores e as vezes completos, possuindo borde, bojo e base. A seguir a estatística da altura (y) e largura (x) dos fragmentos de bojos analisados:

Tabela 15 - Análise estatística da altura dos bojos do sítio Maria I

Sítio Arqueológico	Altura	cm	mm
Maria I	Média das peças	6,89	68,95
	Mínima	2,50	25,00
	Máxima	27,00	270,00
	Mediana	6,60	66,00
	Desvio médio	1,94	19,37
	Desvio padrão	2,72	27,24
	Moda	7,00	70,00
	Variância	7,40	74,02

Tabela 16 - Análise estatística da largura dos bojos do sítio Maria I

Sítio Arqueológico	Largura	mm	cm
Maria I	Média das peças	8,56	0,86
	Mínima	2,50	0,25
	Máxima	26,00	2,60
	Mediana	8,00	0,80
	Desvio médio	2,39	0,24
	Desvio padrão	3,22	0,32
	Moda	7,00	0,70
	Variância	10,32	1,03



Figura 28 - Fragmento cerâmico. Peça: Bojo

4.2.10 Espessura dos bojos

As espessuras da cerâmica são bastante variáveis. De acordo com que foi argumentado sobre a espessura mesial dos fragmentos, assim esse atributo de análise, se torna essencial na aplicação para o conjunto de Bojos identificados no Sítio MI. É a partir dessa espessura que podemos conferir do ponto de vista estatístico qual a frequência predominante dos diferentes tipos de espessura de fragmentos identificados, pois indiferente da forma, espessuras elevadas podem indicar a presença de vasilhames de grandes volumes tal como urnas silo utilizada para armazenar excedentes de produção, dentre outras coisas. Com base nas espessuras identificadas, a grande maioria dos bojos referem-se a vasilhames de pequeno volume apresentando uma espessura variando entre 1cm e 1,5cm, como vemos a seguir:

Tabela 17 - Análise estatística da espessura dos bojos do sítio Maria I

Sítio Arqueológico	Espessura medial	mm	cm
Maria I	Média das peças	11,11	1,11
	Mínima	3	0,30
	Máxima	30	3,00
	Mediana	10,5	1,05
	Desvio médio	3,20	0,32
	Desvio padrão	3,93	0,39
	Moda	10,00	1,00
	Variância	15,42	1,54

4.2.11 Ângulo de inclinação dos bojos

O atributo analisado constitui-se dos ângulos de inclinação e curvatura (X e Y) dos Bojos. Tais fragmentos correspondem a 34,6% do total de fragmentos analisadas e se constituem de parte importante do acervo.

É a partir desse atributo que podemos conferir o tipo e forma do vasilhame, dando a ele o contorno diante das variedades que se apresentaram no sítio MI. Como vemos na tabela a seguir o ângulo de inclinação X dos bojos gira em torno 12º enquanto o ângulo Y possui em média 9º. Um dado interessante que reflete o alto índice de fragmentação é que para ambos os casos a moda apresentada situasse com ângulos X e Y abaixo de 5º.

Tabela 18 - Análise estatística do Ângulo X e Y dos bojos

Sítio Arqueológico	Ângulo dos bojos	(X) Graus	(Y) Graus
Maria I	Média das peças	12,20	8,94
	Mínima	<5	<5
	Máxima	50	40
	Mediana	10	5
	Desvio médio	8,33	5,98
	Desvio padrão	10,45	8,05
	Moda	<5	<5
	Variância	108,91	64,71

4.2.12 Bases

Quanto ao estudo e análise das bases; entende-se por base o ponto de contato da vasilha com uma superfície no momento em que se mantém de pé. A análise dos tipos de bases evidenciadas no sítio MI se constituiu do oitavo atributo analisado no âmbito desta pesquisa. Partindo da seguinte relação de variáveis: plana, convexa, côncava e plana com pedestal a presente análise evidenciou fragmentos de base dos tipos *plana* e *convexa*, cuja frequência de ocorrência é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 19 - Tipos de base evidenciadas

Sítio Arqueológico	Tipo de base	Total de fragmentos	%
MI	Plana	112	60,9%
	Convexa	72	39,1%
TOTAL		184	100,0%

Do total de 1.139 fragmentos analisadas, apenas 184 fragmentos, ou seja, 16,15% do total, referem-se a fragmentos de base, dos quais 112 (60,9%) são do tipo "*base plana*" e outras 72 (39,1%) relativos a fragmentos do tipo "*base convexa*".

A análise desses diferentes tipos de bases evidenciadas na área do sítio MI, demonstra tanto a continuidade cultural, manifesta por meio do emprego das bases convexas, como demonstra também a mudança, resultante da interação decorrente do contato com o elemento colonizador e que se manifesta na cultura material, por meio da adoção de bases planas durante a manufatura de alguns vasilhames.

4.2.13 Ângulo, espessura e diâmetro da base

Além dos tipos de bases, foram também verificados outros parâmetros tais como a espessura, ângulo de inclinação e diâmetro estimado da base dos recipientes. A determinação desse último item (diâmetro estimado da base) se deu por meio da análise de 90 fragmentos provenientes do sítio. A análise estatística de cada um desses parâmetros é apresentada nas tabelas a seguir.

Tabela 20 - Análise estatística da espessura das bases

Sítio Arqueológico	Espessura Bases	mm	cm
MI	Média das fragmentos	13,69	1,37
	Mínima	4	0,40
	Máxima	30	3,00
	Mediana	14	1,40
	Desvio médio	3,87	0,39
	Desvio padrão	4,97	0,50
	Moda	15,00	1,50
	Variância	24,58	2,46

Tabela 21 - Análise estatística do ângulo de inclinação das bases

Sítio Arqueológico	Ângulo das Bases	Graus
MI	Média das fragmentos	11,91º
	Mínima	<5º
	Máxima	50º
	Mediana	5º
	Desvio médio	11,47º
	Desvio padrão	13,10º
	Moda	<5,00º
	Variância	170,50º

Com relação aos ângulos de inclinação das bases, nota-se a ocorrência de fragmentos com ângulos inferiores a 5º e outras que chegam a 50º de inclinação.

4.2.14 Diâmetro das bases

Tabela 22 - Análise estatística do diâmetro estimado da base dos recipientes

Sítio Arqueológico	Largura	cm
MI	Média das fragmentos	10,20
	Mínima	2
	Máxima	28
	Mediana	8
	Desvio médio	5,07
	Desvio padrão	6,24
	Moda	4,00

Da mesma maneira procedida na análise do diâmetro da boca dos recipientes, analisei o diâmetro estimado das “bases planas” através da escala de círculos concêntricos. A análise das bases do sítio MI sugere vasilhames com diâmetros de base distribuídos entre 2 cm e 28 cm de diâmetro, possuindo a maioria dos fragmentos um diâmetro da ordem de 10 cm. Os diferentes tipos de bases evidenciados no âmbito dessa pesquisa são ilustrados na **Prancha 3**.



Figura 29 - Fragmento cerâmico. Peça: 477.



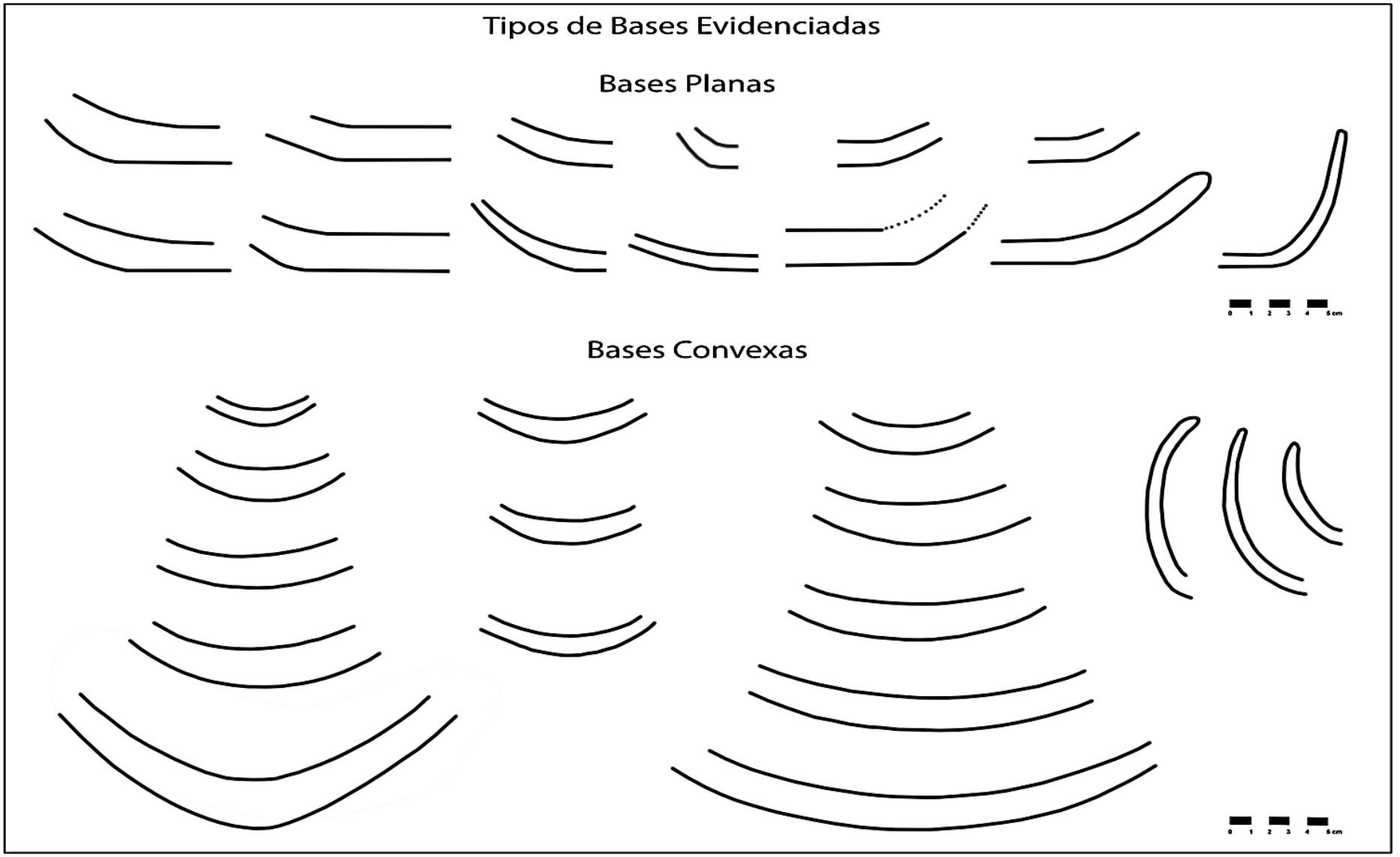
Figura 30 - Fragmento cerâmico. Peça: 763.



Figura 31 - Fragmento cerâmico. Peça: 1807



Figura 32 - Fragmento cerâmico. Peça: 957



Prancha 3 - Tipos de bases evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).

4.3 Resultados da análise tecnotipológica e projeção das formas

Assim como foi abordado as análises tecnotipológicas acima, a projeção da forma dos vasilhames também é uma análise importante para que se possa inferir a respeito do papel do sítio, com base nas formas dos vasilhames podem nos indicar o caráter mais prolongado ou um acampamento esporádico e/ou temporário. Lançando mão de dados etnográficos e históricos, sobretudo dos primeiros séculos de contato, verifica-se que há uma relação padronizada entre a morfologia dos vasilhames e a função à qual era destinado.

No universo amostral de possibilidades e combinações possíveis do artefato que pode compor um vasilhame a partir do perder criativo do artesão. A partir dos estudos de La Salvia & Brochado (1989), o modo de utilização, ou a destinação o fragmento arqueológico, a presença se deve a necessidade do grupo, assim, a classificação se dá da seguinte forma:

- Utilitários: São artefatos fabricados para atender as necessidades mais gerais e simples destinados ao uso do dia-a-dia; uso comum.
- Especiais: artefatos destinados para o armazenamento de difícil reposição e que por suas características e finalidade exigem formatos e uma decoração especial; uso individual.
- Exclusivos: artefatos para um uso definido em ritos religiosos ou sociais e as características definidas não podem ser utilizados para outro fim; uso exclusivo.

O reaproveitamento de um recipiente produzido para uma finalidade pera outra é possível, contudo, ficando impedido de retornar sua função original. Como exemplos comuns é a utilização de um depósito de água ou fermentação como urna funerária. O novo recipiente recebe uma nova finalidade, quer com alteração de decoração, quer com a aplicação de elementos distintivos da sua feição original, quer com alteração. No sítio MI, além do uso do fragmento moído para uso de antiplástico evidenciado anteriormente, identificou-se algumas peças e fragmentos que foi reutilizado de peças com outras funções (LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

Nas imagens abaixo, as peças receberam furos após a queima dos fragmentos. Embora o diminuto tamanho dos fragmentos, não podendo se confirmar sua reutilização, mas pode-se aludir que ambas tenham recebido uma alça vegetal, ou improvisado para um cuscuzeiro.



Figura 33 - Fragmento cerâmico. Peça: 821.



Figura 34 - Fragmento cerâmico. Peça: 163.

Abaixo, mais uma peça que teve seu uso inicial modificado. Provavelmente, esse fragmento era parte de um vasilhame de um cuscuzeiro, a perfuração na peça foi feita com a peça ainda crua, posteriormente, foi reutilizado para uso como um fuso, como pode ser verificado:



Figura 35 - Fragmento cerâmico. Peça: 214

A partir das análises dos fragmentos acima, de acordo com sua forma, Bojo, Base e Borda, bem como as seguintes análises de espessura, altura e largura, diâmetro, espessura da parede bem como a inclinação do ângulo, foi possível pensar em algumas combinações. Desta forma, foram reconstituídas nove formas para o sítio arqueológico MI (**Foto 92**).

É importante ressaltar que no processo de reconstituição de formas, deve haver uma ordem certa nas combinações, portanto, o sistema geral de classificação proposto por Sheppard comporta somente onze divisões agrupadas em três classes estruturais: 1 - Vasilhas não restringidas as quais podem apresentar contornos (1) simples, (2) composto, (3) infletido, ou (4) complexo; 2 - Vasilhas restringidas simples (5), dependentes, com contorno (6), infletido (7), composto ou complexo (8); 3 - Vasilhas restringidas independentes, com contorno (9), infletido (10), composto ou complexo (11) (LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

Segundo Noelli a partir dos estudos com os índios Guarani, (1999/2000, p. 256-257), ele identificou uma divisão dos vasilhames em dois conjuntos básicos segundo a sua utilização: aqueles utilizados para "transformar os ingredientes em alimentos (*yapepós*, *ñaetás* e *cambuchís*)" e aqueles usados "como pratos (*ñaembé*) e tigelas de beber (*cambuchí caguaba*)".

De forma que as principais características morfológicas e funcionais da cerâmica Guarani, foi readaptada para esse estudo e podem ser descritas da seguinte maneira (NOELLI, 1999/2000):

- Panelas utilitárias: Similar a uma caçarola de tamanho médio ou grande. Utilizada para cozinhar. Seu diâmetro variava entre 30 e 40 cm. Por ser um objeto de constante manipulação e contato com o fogo – o que provavelmente acarretava em frequente quebra e descarte –, sua confecção se dava de forma mais utilitária, sendo o tratamento de superfície preponderante o alisado de má qualidade;
- Pratos: usados para servir e consumir os alimentos, de maneira individual ou coletiva;
- Pratos rasos: Similar a pratos ou bandejas, muito rasos. Provavelmente era utilizado para torrar a farinha de mandioca;
- Botija: Utilizado para armazenar líquidos, bem como produzir e conter a bebida fermentada. Raramente vão ao fogo, tem como

tratamento de superfície polido ou engobo. Poderia servir secundariamente como urna funerária;

- Jarra: Servia como recipiente para o consumo de líquidos. Quanto ao tratamento de superfície, podem ser o polido, alisado, ou o engobo;
- Cuscuzeira: É facilmente reconhecido através dos furos na peça. Servia, como seu próprio nome sugere, para a confecção do cuscuz.

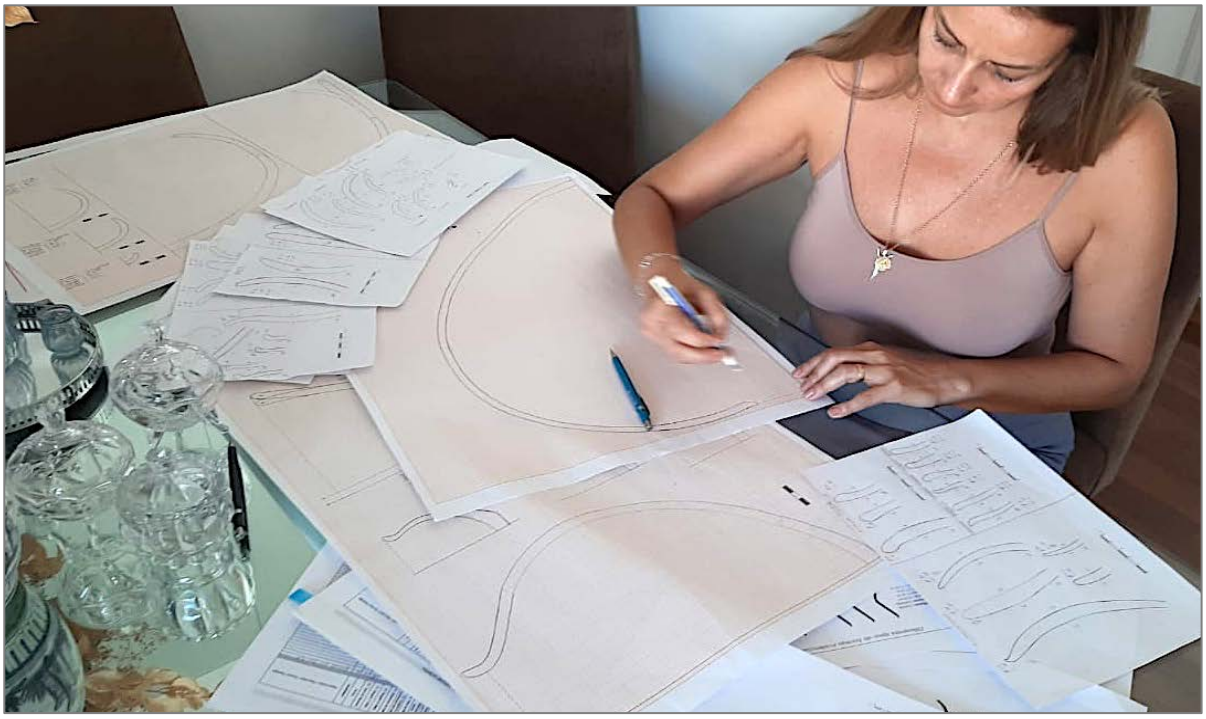
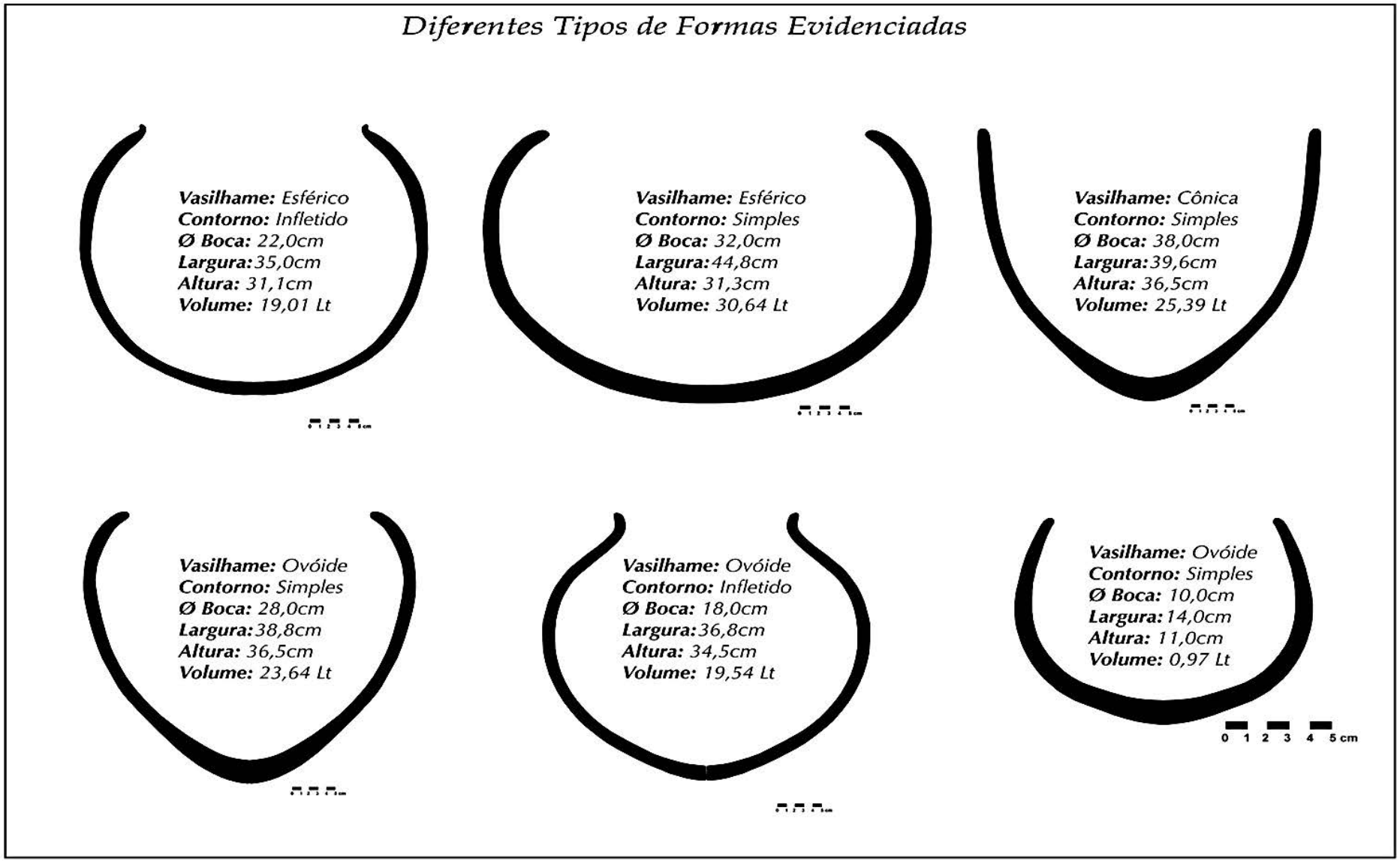


Foto 92 - Desenho das formas cerâmicas
Foto: Wagner Magalhães (Mar/21).

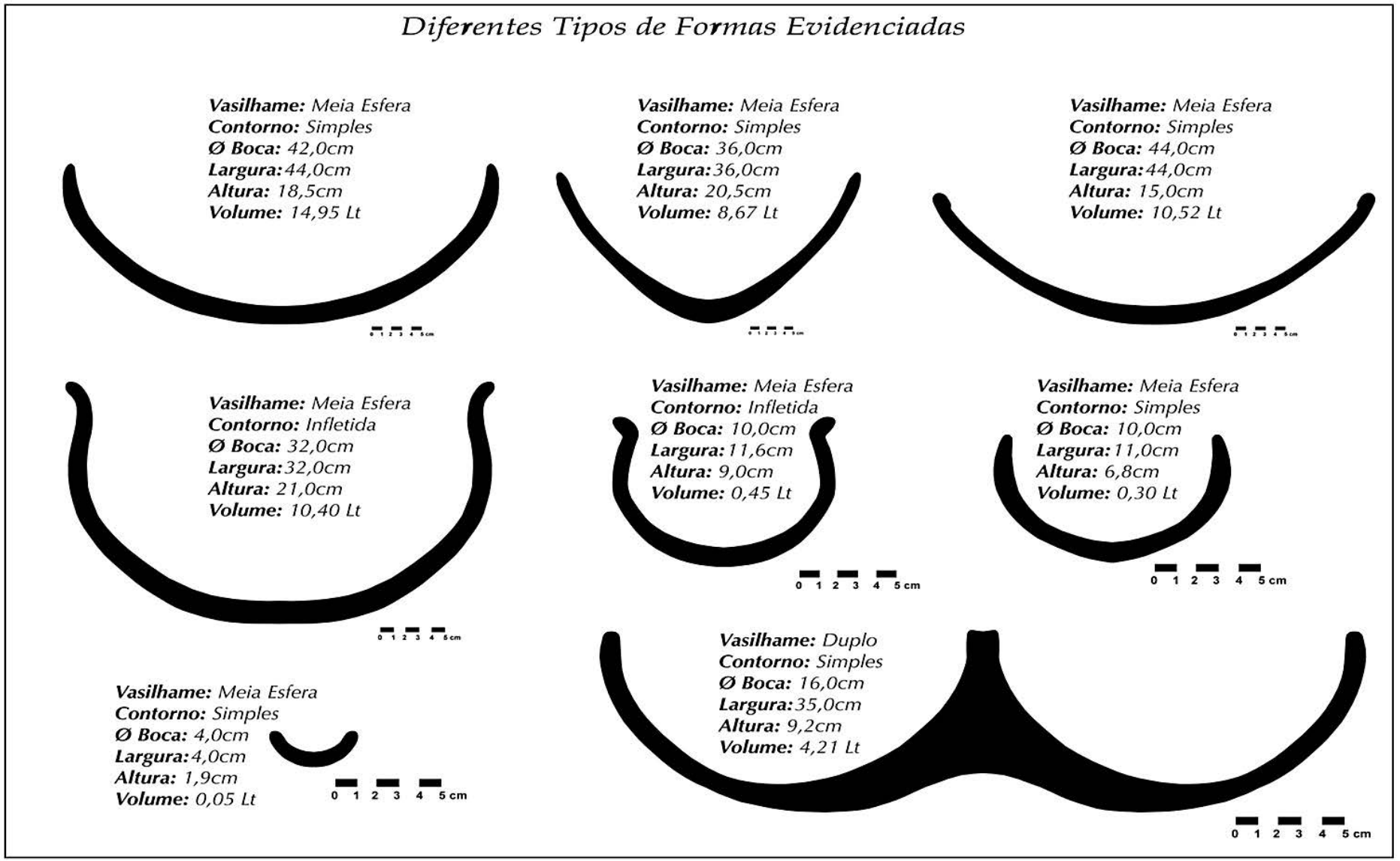
Das formas adquiridas através da análise (meia esfera, meia calota, esférico, prato plano, ovoide, vaso duplo, cilíndrica, cônica e piriforme), das quais, as seis primeiras foram obtidos por meio da remontagem parcial de fragmentos e as demais através da reconstituição digital hipotética por meio do uso de escalas de círculos concêntricos (escala vessel).

Os volumes determinados apontam o uso tanto de vasilhames utilitários de pequeno porte com capacidade de armazenamento de 0,30 litros, como grandes recipientes com até 127,00 litros, provavelmente utilizados para armazenagem de grãos e sementes. Os diferentes tipos de formas identificadas, tanto aquelas com base plana, quanto as de bases convexas, podem ver verificadas nas **Pranchas de 4** à **7**.

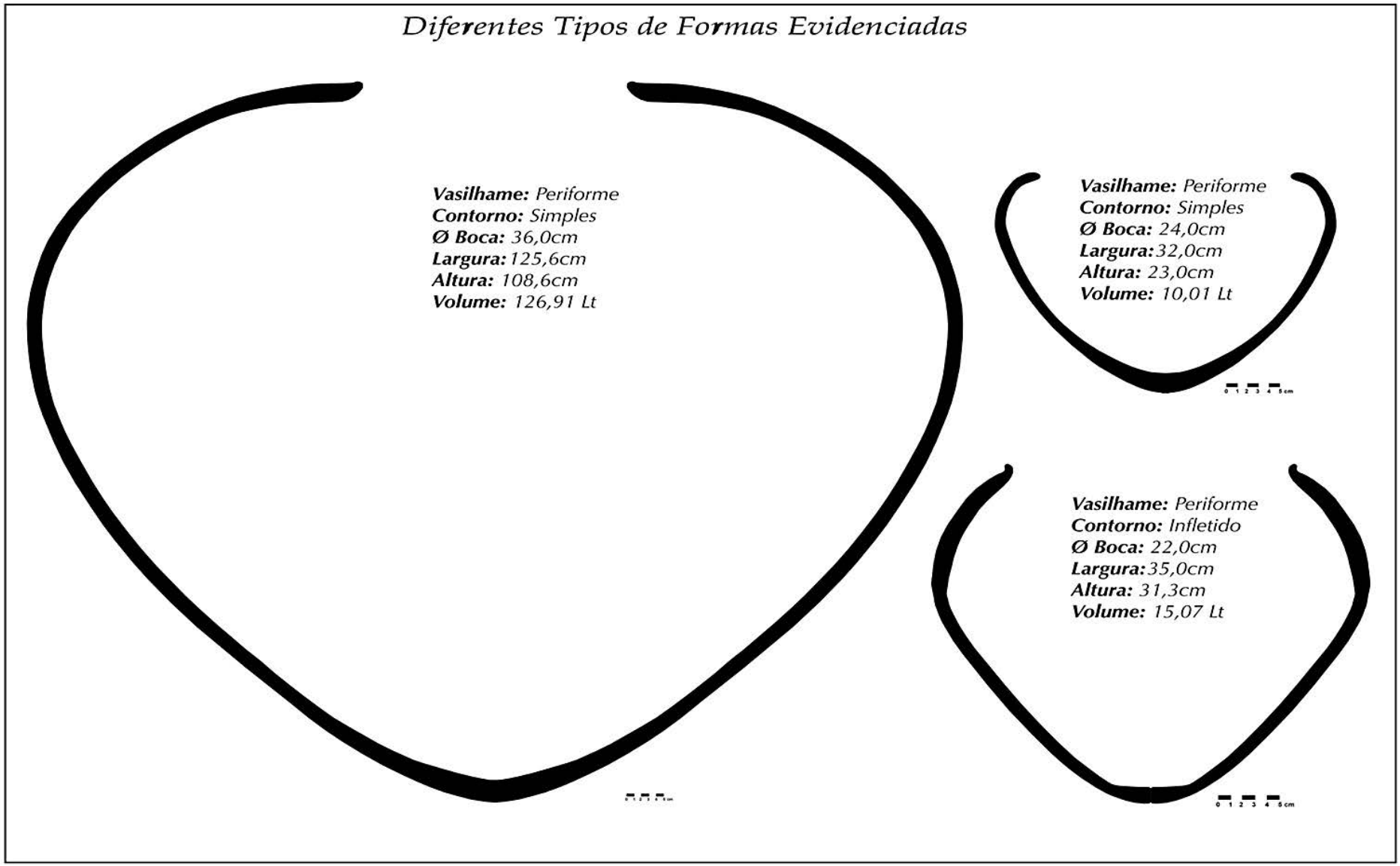
No que diz respeito ao emprego social dos artefatos cerâmicos, constatou-se o emprego utilitário vinculado ao preparo de alimentos, cozimento, contenção de líquidos e possível consumo em tigelas com função de pratos, assim como a estocagem de excedentes por meio de urna-silo representada por fragmentos de grandes vasilhames. A pesquisa desenvolvida no âmbito da presente tese, permitiu a coleta de fragmentos de vasos duplos, muito recorrente em sítios Jê e possivelmente relacionados ao universo simbólico dos povos Cayapó que ali viveram. A pesquisa identificou também vasilhames muito pequenos provavelmente associado a pratica de ensino do modo de fazer cerâmica para as crianças que integravam o grupo.



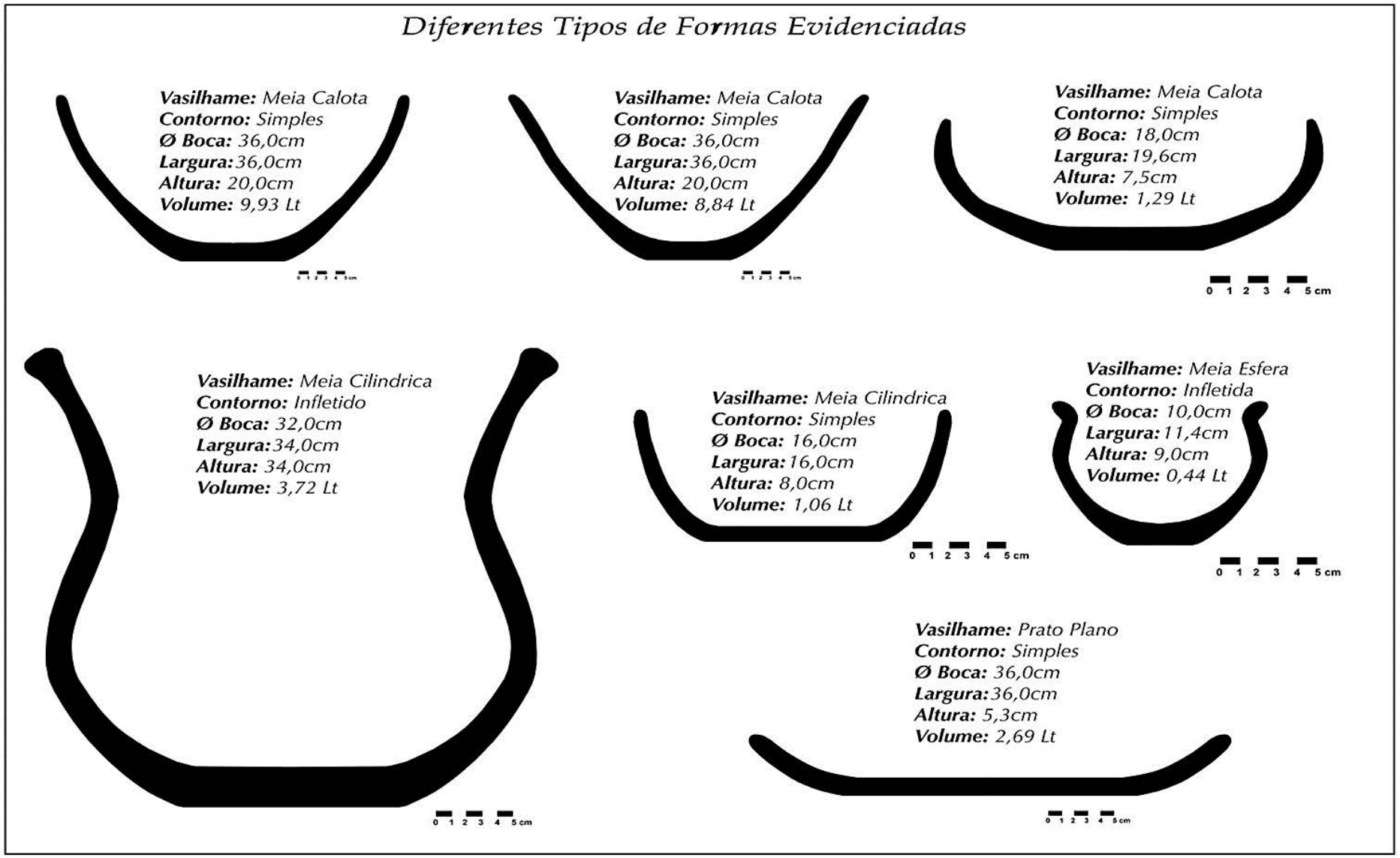
Prancha 4 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).



Prancha 5 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).



Prancha 6 - Tipos de formas com base convexa evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).



Prancha 7 - Tipos de formas com base plana evidenciadas no sítio MI.
Ilustração: Elaine Alencastro (Mar/2021).

4.4 Análise tecnológica

4.4.1 Tratamento de superfície

O tratamento da superfície diz respeito à funcionalidade do vasilhame cerâmico. Cruzando informações etnohistóricos e os vasilhames inteiros, encontrados segundo La Salvia & Brochado (1989), podem ser feitas correlações entre os tratamentos superficiais e as categorias funcionais dos vasilhames. Desta forma podendo registrar os vasilhames que serviriam para ir ao fogo e outros que não. Determinam como exemplo, os recipientes que tivessem modificações plásticas (como o corrugado, por exemplo), seriam aquelas que iam ao fogo nas atividades domésticas, já aquelas com superfície tratada por banho ou pintura estariam reservadas para conservar e servir bebidas e alimentos.

É notório, ainda, a partir das observações de coleções de cerâmica inteira, que um mesmo vasilhame pode comportar mais de um tratamento superficial. Podem ser alisados e ter brunidura. No caso do Sítio M I, embora não tenhamos uma coleção expressiva de fragmentos com decoração (como será constatado na análise abaixo), sabe-se que esse atributo pode ocorrer em conjunto como outros.

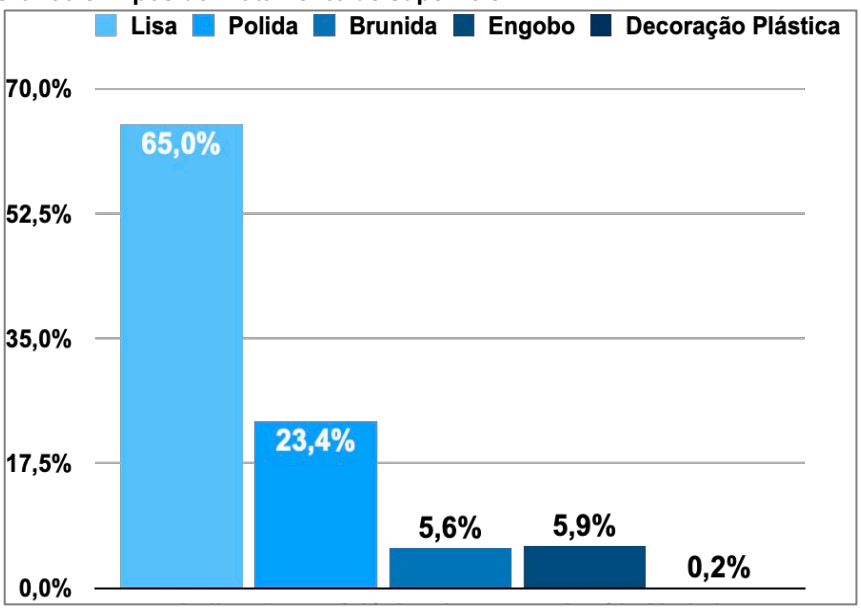
Seguindo as proposições de La Salvia & Brochado (1989) as problemáticas de análises, segundo a quantificação dos tratamentos superficiais externos diz respeito à sua eventual variabilidade. Caso seja constatado a predominância de uma quantidade de tipos de tratamentos, podem-se ser apontadas sugestões quanto ao uso do sítio do qual estes vestígios provêm. Assim, a ocorrência do tratamento corrugado estaria associada a contextos domésticos e práticos, ao passo que a ocorrência de tratamentos superficiais mais refinados denotaria a presença de momentos específicos, como rituais e festividades.

Desta forma, uma vez concluída a separação do conjunto de fragmentos analisados em função de sua morfologia, passou-se a análise do segundo atributo, ou seja, o padrão de acabamento de superfície. Durante a análise deste atributo verificou-se a frequência de ocorrência de fragmentos com a superfície lisa, polida, brunida, com ocorrência de engobo, calcinada e com a presença de eventuais decorações plásticas.

O gráfico apresentado adiante, demonstra a porcentagem dos diferentes tipos de tratamento de superfície verificado no conjunto de fragmentos analisados.

Como é possível observar a superfície alisada é predominante no conjunto de cerâmicas analisadas totalizando 740 fragmentos, seguido pelos fragmentos a superfície polida com 266 fragmentos e brunidas com 64 fragmentos. O polimento é nitidamente com fragmento lítica, um seixo, que forma um brilho na superfície do fragmento. Observou-se ainda a ocorrência de 67 fragmentos com engobo vermelho ou negro aplicado na superfície, além de seis fragmentos com decoração plástica.

Gráfico 5 -Tipos de Tratamento de superfície.



Abaixo, estão as imagens dos fragmentos que possuem algum tipo do tratamento de superfície indicado acima:



Figura 36 - Fragmentos de cerâmica alisada proveniente do sítio MI.



Figura 37 - Fragmento de cerâmica alisada proveniente do sítio MI.



Figura 38 - Fragmento de cerâmica brunida proveniente do sítio MI.



Figura 39 - Fragmentos de cerâmica com engobo vermelho proveniente do sítio MI.



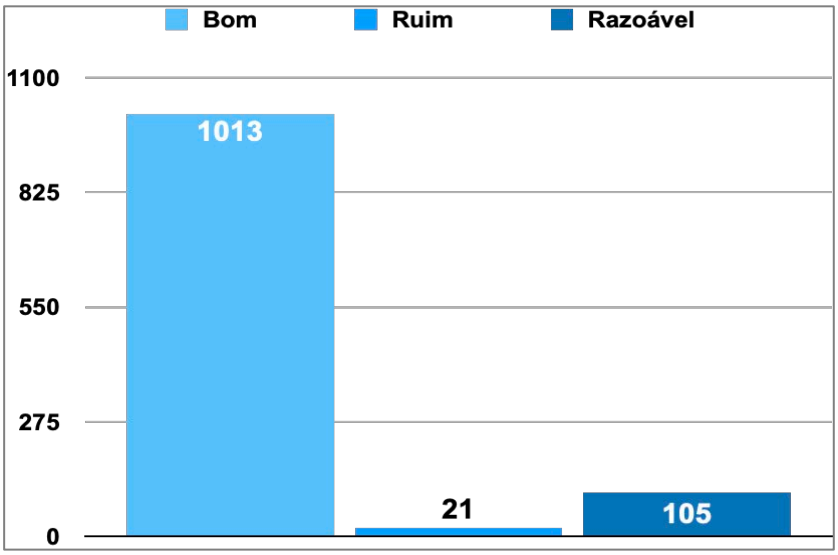
Figura 40 - Fragmentos de cerâmica com engobo negro proveniente do sítio MI.



Figura 41 - Fragmentos de cerâmica com decoração plástica proveniente do sítio MI.

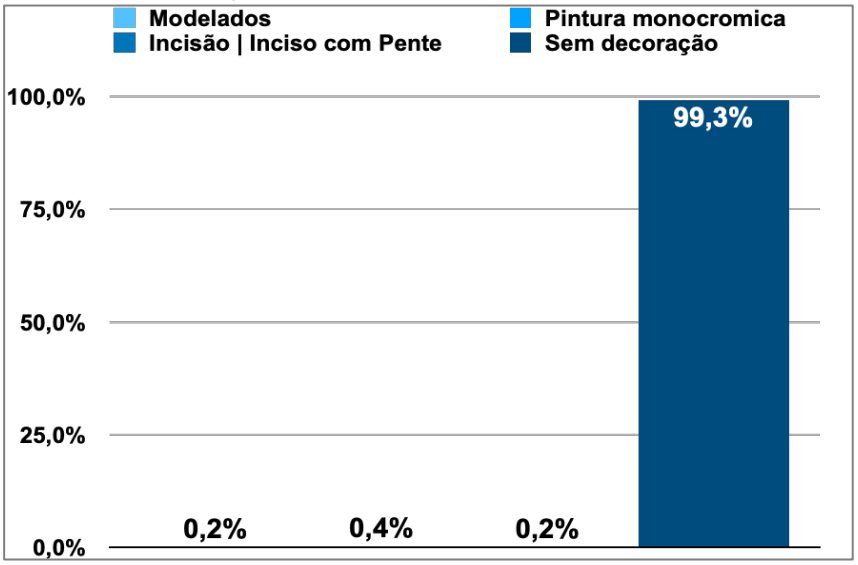
A condição de alisamento verificado para o sítio MI sugere a especialização na produção artefatual cerâmica tendo sido verificado uma condição de alisamento bom para 88,9% dos fragmentos de cerâmica analisados, seguido de um alisamento razoável (9,2%) e apenas 1,8% de fragmentos com alisamento ruim, como demonstram o **Gráfico 06**.

Gráfico 6 - Tipo de alisamento dos fragmentos do sítio MI



No que tange o conjunto de fragmentos de cerâmica decorada verificado durante as análises, constatou-se que apenas quatro fragmentos possuem pintura monocromática na cor vermelha na face externa do fragmento (vide **Figura 42**) e dois casos apresentam marcas de incisão junto a borda. Dentre o material analisado figura ainda 2 fragmentos de cerâmica que foram classificados como modelados, um relativo a um fragmento de Fuso e outro a um fragmento de cuscuzeiro (vide **Figura 17** e **Figura 19**).

Gráfico 7 - Porcentagem dos tipos de decoração plástica



A seguir foto das decorações encontradas no sítio arqueológico MI:



Figura 42 - Fragmentos de cerâmica pintada proveniente do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2021).



Figura 43 - Fragmentos de cerâmica pintada proveniente do sítio MI.
Foto: Elaine Alencastro (Jan/2021).

Ainda que em quantidade inexpressiva, esses padrões de decoração verificados no sítio MI, sejam ele pintados ou incisos, decorrem daquilo que Lemonnier (1992) chamou de “gestos técnicos”. Desta forma, tais gestos nada mais são que o resultado daquilo que é culturalmente apreendido e se manifesta na manufatura de

uma data cultura material, se constituindo, portanto, naquilo que representa o resultado de uma ação específica associada a um determinado instrumento, que por sua vez esta intrinsicamente relacionada ao gestual associado a cada uma das etapas de produção do artefato Lemonnier (1992).

É sabido que padrões de decoração incisa como este verificado no sítio MI são costumeiramente feitos com o auxílio de um objeto dotado de pontas aguçadas, produzindo linhas únicas ou paralelas perpendiculares a borda e dispostas em diferentes ângulos e formas sobre a superfície previamente alisada dos recipientes. Baldus (1961) atribui esse padrão de decoração incisa a um instrumento, cuja prática de uso é atribuída a povos Jê dentre os quais se destacam os RamKókamekra-Canela, Krahó, Xerente e Kaiapó.

Segundo a técnica de manufatura para a barbotina de acordo com La Salvia & Brochado (1989) pode-se descrever a mesma técnica para o engobo, que é barbotina em seu estado mais líquido, conforme a sequência abaixo:

1. Destronamento para conseguir uma argila de estrutura fina;
2. Utilização de qualquer barro diluído em água e por agitação:
    a. Diluir o barro e seus componentes mais endurecidos;
    b. Precipitação dos corpos pesados e não solúveis;
    c. Extração da "nata" ou "lodo" argiloso em suspensão para uso;
    d. Repouso da mistura e eliminação da água após toda precipitação;
    e. Novo, repouso para eliminar evaporação a água excedente;
3. Coleta da barbotina.

Podendo dessa mistura ser extraído um elemento mais denso ou mais líquido a depender da sua utilização.

No sítio MI, a presença de fragmentos com engobo, estava associado a um banho fino.

Na técnica da brunidura, as paredes recebem um revestimento (geralmente após a queima) de cera e fuligem para dar uma cor preta ou melhorar a impermeabilidade, resultando num brilho mais intenso que o polimento.

4.4.2. Técnica de manufatura

A etapa de análise da técnica de manufatura empregada prevê a avaliação de como se deu a construção dos vasilhames, ou seja, qual a técnica utilizada pela (o) artesã (ão) no processo de produção. Essa informação é importante pois reflete acima de tudo uma escolha que decorre de um comportamento social que reflete através do indivíduo um grande sistema simbólico que é transmitido de geração em geração.

A análise desse atributo permitiu constatar que a opção tecnológica adotada na construção dos vasilhames foi a da técnica *acordelada*, onde a (o) artesã (ão) promove a disposição de roletes de argila de forma sobreposta até que se obtenha a forma e dimensão desejada. Após essa etapa os roletes são alisados manualmente para que as paredes do vasilhame obtenham uma superfície uniforme. Esse modo de fazer a cerâmica segue o sistema "tradicional" indígena. Em nenhum dos 1.139 fragmentos analisados foi identificado o emprego de outras técnicas de manufatura, tais como o *torno* introduzido no país pelos europeus quando do início da colonização ou ainda a construção em *bloco*, comum nas culturas de origem africana.

Afim de validar esse resultado, submeti à análise de *radiografia convencional de raios X* um conjunto de 3 fragmentos de cerâmica do sítio MI. Os fragmentos foram submetidos a radiografia em um radiômetro[71] (equipamento de raios X) da marca TANKA, modelo TP-20, calibrado com uma tensão equivalente a 57kV, corrente de 100mA e tempo de 0,5seg, tendo sido obedecido o seguinte protocolo de análise:

- Disposição do material cerâmico sobre a mesa de raios X, acomodados sobre uma película radiográfica de 37x45cm, considerando o efeito anódico do equipamento;
- Regulagem da distância focal do equipamento e calibração da área de exame;
- Calibração da tensão, corrente e tempo de exposição do equipamento;
- Execução do disparo do radiômetro;

[71] As análises foram realizadas pela empresa especializada em radiologia Tecnix e foram executadas pelo responsável pelo setor de radiologia, o Sr. João Paulo Maranho, CRTR nº 16950T, supervisor de aplicação de técnicas radiológicas da empresa.

- Processamento e revelação da chapa radiográfica obtida.

O resultado obtido através das radiografias aplicadas aos conjuntos cerâmicos selecionados é apresentado a seguir:

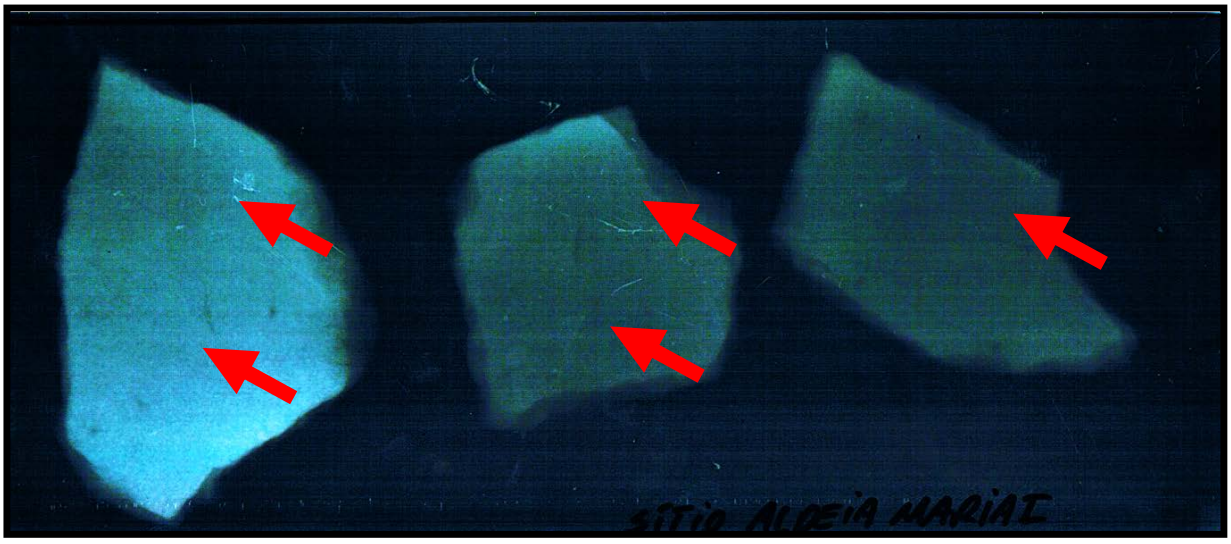


Figura 44 - Exame de radiografia convencional de raios X realizado nos fragmentos do sítio MI.

Os resultados obtidos através da análise de *radiografia convencional de raios X*[72] indicam uma similaridade entre todas as amostras analisadas, indicando que os fragmentos apresentam uma pasta de granulometria média com presença de inclusões com baixa densidade. Os resultados atestam aquilo que já havia sido constatado visualmente, ou seja, a prática de manufatura empregada na confecção dos artefatos, foi a técnica do acordelamento.

Foi identificada tanto pela fratura das vasilhas no local onde os roletes se juntam, como pela ondulação dos bojos, provocada pela adição dos consecutivos roletes. Em poucos vasilhames, e sempre naqueles de dimensões diminutas, tem-se também a modelagem, assim como nas bases.

Nas imagens abaixo, fica claro o processo de manufatura. Primeiro é feito o rolete, em seguido são sobrepostos dando a forma desejada pela ceramista e unindo os roletes, posteriormente com a técnica de alisamento, dá-se o acabamento na peça. A peça ainda pode ser finalizada com decoração ou polimento com seixo, por exemplo.

[72] O eixo dos “roletes” utilizados através da técnica de acordelamento é indicado pelas setas indicativas.



Figura 45 - Processo de manufatura dos vasilhames.
Foto: Elaine Alencastro (Mai/21).

Tal técnica segundo Alves (1988c), permite um domínio maior e mais apurado sobre a espessura e tamanho dos roletes a serem confeccionados, permitindo assim um maior controle sobre a homogeneidade da pasta.

Uma vez a (o) artesã (ão) tenha obtido a forma desejada, ela passa para o próximo passo que é o alisamento da superfície. É nesse momento que momento que eventuais inclusões ou imperfeições presentes nas paredes do fragmento são retiradas. Como visto no **Gráfico 6** a condição de alisamento verificado para o sítio MI sugere a especialização na produção artefatual cerâmica tendo sido verificado uma condição de alisamento bom para a grande maioria (88,9%) dos fragmentos analisados.

Para a preparação da pasta, segundo La Salvia & Brochado (1989), existe uma sequência lógica dentro do seu processo, no passo a seguir:

PREPARAÇÃO DA PASTA SIMPLES

1. Destruição dos torrões do barro através de bardas ou amassamento;
2. Eliminação das pedras e ou elementos não pertinentes à pasta desejada;
    a) Peneiramento;
    b) Decantação;
    c) Escolha manual;
3. Adição de água;
4. Amassamento da pasta para atingir uma plasticidade ideal;
    a) Transformar a água adicionada em água plástica;

b) Melhoria da textura;
c) Eliminação das bolhas de ar;
d) Adicionamento de antiplástico arenoso ou do chamote[73] para diminuir a plasticidade durante o amassamento e facilitar a produção do artefato através de uma pasta considerada ideal pelo artesão;
e) No caso de adicionar antiplástico a técnica sendo apurada haverá um amassamento para diluir dentro da pasta dando uma estrutura homogênea.

4.4.3. Pasta Cerâmica

Interessante de nota é que além dos fragmentos terem sido confeccionadas através da técnica acordelada, foi possível identificar durante a análise de alguns fragmentos a possível adição de tempero[74] (cariapé, grânulos de quartzo e caco de cerâmica moído).

A análise se deu de forma analógica com auxilio de lupa de aumento e iluminação artificial, permitindo assim a identificação de cada um dos elementos que foram agregados a argila e que eram perceptíveis a olho nu. De maneira geral, os elementos adicionados a pasta tiveram como objetivo controla a sua plasticidade e eram constituídos por grânulos de areia média e grossa, fragmentos de cerâmica moída, restos de cinzas e carvão além de alguma ocorrência de cariapé.

Ao caracterizar a pasta para este trabalho interessou-se por identificar apenas a presença ou não do antiplástico adicionado a argila. Desta forma a definição da pasta girou em torno da relação da argila e antiplástico visualizado. Na fotomicrografia obtida com ao auxilio de lupa permite identificar a presença de uma

[73] Chamote ou Grog: Argila já queimada e moída em vários tamanhos de grãos. Fornece estabilidade às massas cerâmicas e facilita a secagem por igual reduzindo o encolhimento e o empenamento (como já foi queimado, o chamote é inerte).
[74] Shepard (1968) define tempero como a inclusão de materiais não-plásticos (não argilosos) adicionados à massa cerâmica. Chmyz (1966) define tempero como sinônimo de antiplástico que por sua vez é definido como uma matéria introduzida intencionalmente ou não, na pasta cerâmica, visando a obtenção de condições favoráveis a uma boa secagem e queima.

série de inclusões de grânulos de quartzo com média a alta esfericidade, sugerindo que o tempero utilizado foi muito bem selecionado pela ceramista.



Figura 46 - Adição de tempero na pasta: grãos de quartzo de média a alta esfericidade.

A imagem a seguir demonstra como o antiplástico composto por grânulos de areia grossa a fina muitas vezes pode ser percebido a olho nu, mesmo nas situações em que a cerâmica apresenta um bom alisamento.



Figura 47 - Adição de grãos de quartzo

Nas imagens abaixo, pode-se verificar o reuso da cerâmica moída agregados a argila para a confecção dos vasilhames.



Figura 48 - Adição de cerâmica na pasta.

Em outras ocasiões também foi observado cariapé, que é uma espicula vegetal obtida pelo processamento de cascas de arvore, como se pode verificar no fragmento abaixo:



Figura 49 - Adição de cariapé na pasta. Peça: 183

As limitações impostas a esta pesquisa não comprometeram, no entanto, os resultados alcançados ao fim que foram propostos. Retomando os resultados passíveis de serem alcançados através da análise tecnotipológica do material cerâmico, um outro atributo analisado foi o tipo de queima.

4.4.4. Tipo de queima

Tal atributo foi definido a partir da análise da fratura dos fragmentos, onde foi observado a ocorrência ou não de núcleos que permitissem a visualização de queimas oxidantes (quando ocorre a entrada livre de oxigênio no ambiente de queima) e redutoras (quando se limita a entrada de oxigênio no ambiente de queima).

Afim de padronizar o processo de análise adotei na ficha de análise tecnotipológica do material cerâmico a escala gráfica proposta por Rye (1981), através da qual é possível classificar o processo de queima em 4 diferentes tipos para o parâmetro de queima *Oxidante* e 6 tipos para o parâmetro de queima *Redutora*.

Os tipos propostos por Rye para os parâmetros de queima *Oxidante* e *Redutora* são os seguintes:

- Tipo 1 – Oxidante, inexistência de materiais orgânicos originalmente;
- Tipo 2 – Oxidante, materiais orgânicos podem ter estado presentes originalmente;
- Tipo 3 – Oxidante, materiais orgânicos existiam originalmente;
- Tipo 4 – Oxidante, materiais orgânicos existiam originalmente[75];
- Tipo 5 – Redutoras, inexistência de materiais orgânicos originalmente;
- Tipo 6 – Redutoras, inexistência de materiais orgânicos originalmente – preto ou cinzento podem apresentar-se até ao centro da secção;
- Tipo 7 – Redutoras, materiais orgânicos que podem ter estado presentes originalmente;
- Tipo 8 – Redutoras, materiais orgânicos que podem ter estado presentes originalmente;
- Tipo 9 – Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar – o núcleo da cerâmica aparece marcado a escuro;
- Tipo 10 – Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar – o núcleo da cerâmica aparece marcado a escuro;

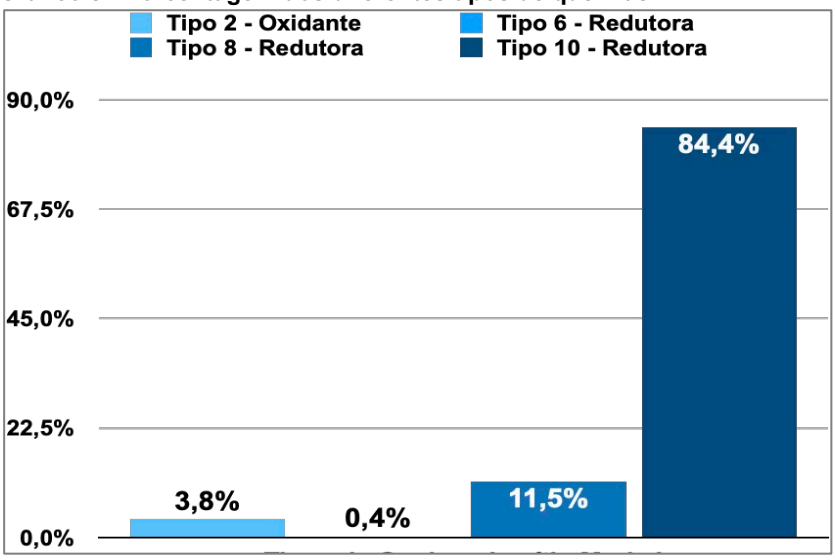
[75] A diferença entre os tipos de queima 3 e 4, assim como, entre os tipos 7 e 8 caracteriza-se exclusivamente pelo tipo de pasta (Pastas Finas X Pastas Grossas).

- Tipo 11 – Redutoras, com arrefecimento rápido ao ar seguido de um período de redução e de um novo arrefecimento rápido ao ar – núcleos bem definidos e por vezes, duplos.

De modo geral, as queimas oxidantes ocorrem quando existe um excesso de oxigênio na atmosfera de combustão, promovendo assim uma queima total da matéria orgânica (MO) presente na pasta, seguida de uma elevação do estado de oxidação dos óxidos de ferro (FeO), que por sua vez, resultarão numa coloração avermelhada para o núcleo da cerâmica. Já as queimas redutoras, produzem uma cerâmica com uma coloração que vai do cinza ao preto, que é decorrente da redução dos óxidos de ferro (FeO) associado a manutenção da matéria orgânica presente na pasta, quando submetida a atmosferas de queima onde predomina-se uma escassez do oxigênio necessário, para que ocorra uma combustão completa do combustível, e consequentemente do fragmento (SHEPARD, 1968; MAGALHÃES, 2019).

O gráfico abaixo apresenta a porcentagem dos diferentes tipos de queima verificadas no conjunto de fragmentos analisadas.

Gráfico 8 - Porcentagem dos diferentes tipos de queimas .



Os tipos de queima verificados para o conjunto de fragmentos provenientes do sítio MI foram os seguintes: 96,3% de queimas redutoras (Tipo 6 [0,4%], Tipo 8 [11,5%] e Tipo 10 [84,4%]) e 3,8% de queimas oxidante (Tipo 2 [3,8%]). Tais tipos de queima, sugerem tanto a ausência (Tipo 6), quanto a ocorrência (Tipo 2 e 8) de matéria orgânica presente na pasta de argila durante o processo de queima, além da

prática de controle apurado do processo de queima, uma vez que grande parte do material sofreu uma queima que foi submetida a um rápido arrefecimento ao ar (Tipos 8 e 10).

Os resultados obtidos que apontam a queima redutora como pratica majoritária no conjunto analisado do sitio arqueológico MI demonstram que a queima daquela cerâmica se deu em fogueira rasa, seguindo a pratica tradicional convencionalmente utilizada pelos povos antes do contato.

O último atributo analisado do conjunto artefatual cerâmico teve como objetivo verificar a eventual ocorrência de alterações tafonômicas junto os fragmentos do sítio. Tal análise justifica-se pelo interesse dos processos sociais envolvidos na produção, armazenamento e consumo de alimentos. Segundo Skibo (1992), o acesso ao uso real de um artefato pode ser verificado por meio da análise das alterações causadas pelo seu uso, tais como marcas de abrasão, além de registros físico-químicos deixados no fragmento. Deste modo, busca-se determinar a existência de marcas de produção, desgaste pelo uso, além de marcas de fuligem, associadas ao processo de produção de alimentos.

Na busca de marcas de produção, o registro mais interessante verificado durante o processo de análise tecnotipológica do material cerâmico, foi a ocorrência de fragmentos de cerâmica repletos de marcas de fuligem possivelmente associadas ao processo de cozimento de alimentos.

Foi possível notar que o conjunto de cerâmica escavada no sítio MI apresenta uma taxa de fragmentação bastante elevada, representada por um universo de 4.517 fragmentos que foram descartados da análise por serem muito pequenos (micro cerâmica) ou não apresentarem indicação morfológica passível de interpretações do universo social por trás do artefato. Assim, o fracionamento observado na cerâmica do sítio MI, sem dúvida alguma está associado a prática de agricultura mecanizada desenvolvida no local a pelo menos três décadas. Em muitos fragmentos a marca de arado se mostra presente na superfície.

4.5 Outros materiais arqueológicos

Juntamente com a cerâmica encontrada no Sítio arqueológico MI, evidenciou-se uma grande quantidade fragmentos de cupinzeiro, embora espalhados por toda a mancha de terra preta, a maior quantidade deles se encontrava no centro da mancha de ocupação e associado a restos de combustão.

Magalhães (2015, 2019) que escavou na Zona 2 no Sítio Inhazinha observa com base nos estudos etnográficos de Schwartzman (1987), desenvolvidos junto aos Panará do Alto Xingu, que o uso de restos de cupinzeiros era prática recorrente de povos Jê, na elaboração das pequenas estruturas de combustão, seja para cozer alimentos, seja para queima da cerâmica. Isso se deve pela excelente qualidade refrataria que eles possuem, absorvendo a temperatura e mantendo-a elevada por mais tempo. Demonstrando assim, um claro domínio tecnológico na forma de lidar com o fogo.



Figura 50 - Fragmentos de Cupinzeiro associado a estruturas de combustão.

Outros fragmentos de madeira esculpida também estavam no contexto da ocupação. Bem provável que tenham sido utilizados juntamente com os fusos, também encontrados no mesmo local.



Figura 51 - Fragmentos em madeira

As pesquisas na área do sítio arqueológico MI também evidenciaram a presença de material lítico, constituído majoritariamente por alguns seixos, núcleos, lascas e restos de debitagem, além de alguns raspadores fragmentos de peça polida (mão-de-pilão).

A matéria-prima predominante no material lascado é o quartzo leitoso, seguido de arenito silicificado, ou seja, material que é costumeiramente encontrado no entorno do sítio, sugerindo que a cadeia operatória da indústria lítica se vincula a disponibilidade de rochas locais. Já no que tange ao material polido, nota-se a preferência pelo gnaisse ou granito cinza encontrado facilmente ao longo do ribeirão no entorno do sítio.

Tabela 23 - Material Lítico

Biface	Núcleo	Raspador	Lasca	Seixo	Fragmento de mão de pilão
2	28	3	49	8	1



Figura 52 - Lítico. Núcleos de Quartzo leitoso.



Figura 53 - Lítico. Fragmentos e lascas de arenito silicificado.



Figura 54 - Líticos. Seixos diversos encontrados associado a estrutura de habitação do sítio MI.



Figura 55 - Lítico. Fragmentos de material lítico polido.



Figura 56 - Lítico. Fragmentos de lascas de quartzo leitoso.

4.6 Datação

Ao longo desta pesquisa foram financiadas quatro (4) datações; três delas pela técnica de termoluminescência (TL) sobre material cerâmico que ficou a cargo do Dr. Silvio Luiz Miranda Brito da empresa Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA e uma de carvão vegetal (C-14) submetida a técnica de espectrometria de massa com aceleradores (AMS) a cargo do laboratório norte-americano Beta Analytical Inc.

Datação de cerâmica por (TL)[76]: Foram datados 3 fragmentos de cerâmica pela técnica de Termoluminescência (TL), de três lugares diferentes; duas relativos a Escavação 3 (E 3), que é referente a mancha de ocupação e outra na E5. O resultado encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 24 - Idade média.

Código Datação	Amostra	Dose Anual (Gy/ano)	P (Gy)	Idade (anos)	Data da amostra
5213	Fragmento Cerâmico	2900 ±110	2,2	750 ± 85	08/19
5536	MIE5 1045	5.170 ± 130	4,2	810 ± 100	06/21
5536	MIE3S9	5.835 ± 100	4,6	790 ± 90	06/21

O fragmento MIS9, fazia parte de um vasilhame com base plana. Embora não seja esse o centro das discussões, futuros trabalhos que tratam da arqueologia pré-colonial, cuja os estudos centram-se em material arqueológico cerâmico, devem tomar certo cuidado ao correlacionar o tipo de ocorrência dos vasilhames com bases planas, ao contato direto com o colonizador. A datação por TL sugere, que os povos do sítio MI tinham a prática do uso de vasilhames com base plana antes mesmo do contato.

Datação de carvão por (AMS): A discussão bem como os resultados obtidos para esta análise será apresentado nas considerações finais desta tese.

[76] A datação foi feita na: Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA. Responsável pela análise: Dr. Silvio Luiz Miranda Brito. Os laudos com os resultados são apresentados nos Adendos IV.

4.7 Resultados comparativos

Comparando os resultados alcançados ao longo desta pesquisa com aqueles evidenciados por Irmhild Wüst que na década de 1970 estudou 80 sítios lito-cerâmicos numa área piloto que ela chamou de *"Mato Grosso de Goiás",* área na qual nossa área de pesquisa encontra-se adjacente é possível afirmar que do ponto de vista morfológico, o material evidenciado no sítio arqueológico MI se assemelha com o material evidenciado por Wüst (2019).

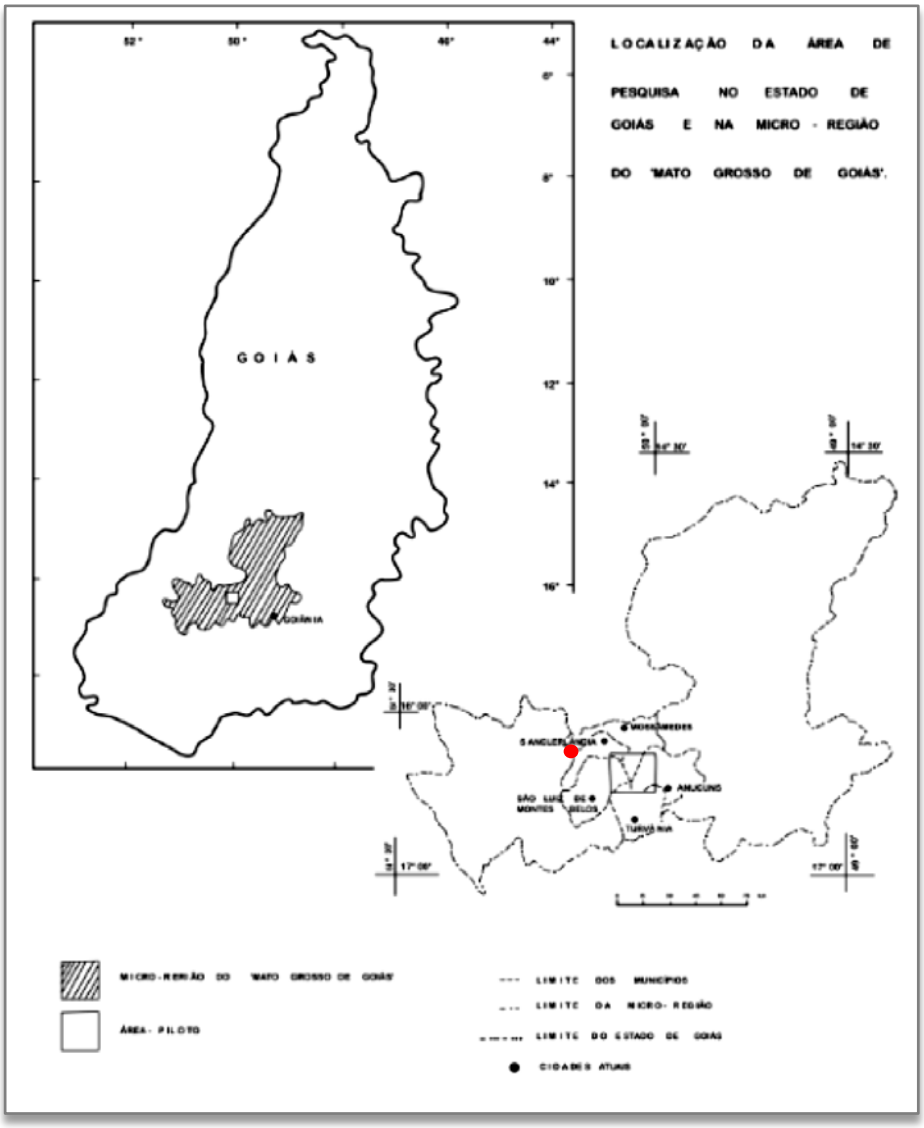


Figura 57 - Localização da área de Pesquisa na microrregião do "Mato Grosso de Goiás".
● Sítio arqueológico M I
Fonte: Mapa adaptado de Wüst (2019:65).

Pelo exposto até aqui, o sistema técnico da cerâmica proveniente do sítio MI pode-se resumido por meio das seguintes características.

A técnica de montagem dos vasilhames cerâmicos empregada pelas (os) ceramistas do sítio MI foi a acordelada, seguida do predomínio de um alisamento relativamente “Bom”.

O tratamento de superfície apresenta majoritariamente uma cerâmica alisada onde se verifica também a pratica do uso de engobo de coloração vermelha ou preta. A decoração plástica em forma de incisão é inexpressiva na medida que se manifesta em apenas dois fragmentos.

Quanto às bordas, predominam as do tipo direta, seguida da entrovertida e poucas extrovertidas. Verificou-se ainda uma pequena frequência de bordas do tipo reforçada internamente e expandida. Os lábios empregados foram majoritariamente os do tipo arredondado, seguido dos tipos apontado e plano.

Quanto ao tratamento de superfície no sítio MI, nota-se a maior ocorrência de cerâmicas com a sua superfície polida. O polimento de boa qualidade, onde era possível observar em alguns fragmentos a marca do uso do seixo, conferindo um brilho no fragmento. Também foi observado cerâmicas com alisamento bom, e alguns fragmentos em sua maioria bases com um alisamento ruim. A parte interna, possui em sua maioria um bom alisamento, em algumas pode-se encontrar um certo tipo de cobertura lisa, homogênea e brilhante de cor preta que mais parecia um “teflon” no fragmento, devendo se tratar de brunidura. O alisamento na cerâmica de Wüst, varia de tosco a bom, onde a maior parte da cerâmica apresenta um aspecto opaco. A superfície interna apresenta, em geral, um acabamento melhor, principalmente nos fragmentos com frequentes irregularidades na superfície externa.

No que diz respeito a técnica de manufatura, tanto o material proveniente do sítio MI como o material escavado por Wüst segue o sistema tradicional indígena, ou seja, o emprego da técnica acordelada.

No que tange aos tipos de borda, enquanto no sítio MI as bordas são em sua maioria as do tipo direta, seguida de bordas entrovertida, extrovertida, reforçada internamente, reforçada externamente e apenas um fragmento de borda expandida. No material da professora Wüst verifica-se o predomínio de bordas direta, reforçada internamente, reforçada externamente, expandida e acanelada.

Os lábios evidenciados no nosso material são majoritariamente os do tipo arredondado, seguido do tipo apontado e plano. No material em comparação a ocorrência é semelhante sendo os do tipo arredondado maioria, seguido do tipo apontado e plano.

Enquanto no sítio MI as bases do tipo “plana” são maioria, seguida de bases do tipo “convexa”, a cerâmica analisada pela professora Wüst são agrupadas em três categorias: convexas, planas e em pedestal. A base convexa é a mais frequente em todas as amostras. A base em pedestal caracteriza-se por ser plana e pela presença de um ponto de inflexão na transição para a parede.

O tipo de queima verificado na cerâmica do sítio MI decorre em sua grande maioria de queima do tipo redutora, com alguma ocorrência de queima oxidante. Já no material de Wüst, a queima da cerâmica ocorreu majoritariamente em um ambiente oxidante. Na quase totalidade dos fragmentos essa oxidação apresenta-se de forma incompleta, deixando um espesso núcleo não oxidado entre as duas finas camadas que sofreram alterações no processo da queima.

A despeito da ocorrência do engobo e/ou banho vermelho: consiste numa fina camada de um banho de origem mineral, de tonalidade vermelho escuro, aplicado antes da queima. No material de Wüst ocorre sobre toda a superfície interna e/ou externa. Segundo ela foi registrada maior frequência na parede interna dos vasilhames. No material do sítio GO-RV-66, onde foi observada uma maior incidência dessa decoração, o banho vermelho apresenta uma média de 1%. No MI, ocorreu com grande frequência o emprego do engobo, tendo sido verificado ainda a uma grande quantidade de fragmentos com brunidura, até o momento não identificado no trabalho de Wüst.

Enquanto no sítio MI registra-se a ocorrência de apenas três fragmentos com decoração incisa representada por uma linha reta perto da borda e dois fragmentos um uma pintura em tom vermelho, a professora Wüst relata a ocorrência de uma série padrões decorativos, representados por decorações como pintura preta; entalhado que consiste em pequenas impressões circulares, ovalóides ou triangulóides, enfileiradas. Ocorrência de asas tanto pequenas quanto grandes com a presença de uma perfuração em seu centro, bem como a ocorrência de apêndices, que são representados por pequenos apliques cheios, situados diretamente sobre a borda ou a parte superior da parede. Wüst distinguiu dez variações, mas numa frequência muito baixa dos seguintes padrões; Faixa aplicada: consiste na aplicação adicional de um rolete com decoração entalhada; Entalhado: consiste em pequenas impressões circulares, ovalóides ou triangulóides, enfileiradas; Inciso: consiste em um ou dois sulcos paralelos e contínuos. Em alguns fragmentos há incisões em forma de zigue-zague duplo sobre a parede externa; Ungulado: consiste em impressões finas.

Percebe-se que o material arqueológico do sítio MI, que possuía algum tipo de atributo listado na ficha de análise, soma pouco mais de 20 por cento de todo o material coletado. A grande maioria dos fragmentos cerâmicos, não possuem nenhuma decoração plástica ou engobo. Corroborando com as descrições dos sítios da Fase Mossâmedes estudada por Wüst e o Sítio da Água vermelha.

Wüst relata em suas pesquisas a ocorrência de cachimbos de dois tipos: o cachimbo com fornilho e o cachimbo tubular cuja origem provável seja europeia, na medida que parecem ser semelhantes aos daqueles encontrados em sítios do Alto-Tocantins (SCHMITZ *et al*., 1982).

Segundo as formas dos vasilhames, em ambos os sítios ocorrem o mesmo padrão: ovoide, elipsoide, esferoide e cilíndrico, ainda com a presença de vasos geminados e fusos de diferentes tamanhos reconhecidos para ambas pesquisas.

A ocupação se caracteriza pela mesma dispersão de fragmento cerâmicos e o mesmo tipo de ocupação, ou sejam instaladas a céu aberto localizadas predominantemente em áreas com altitude de 600m a 955m, e em áreas de transição de vegetação. Embora no sitio MI de não tenha sido encontrado mais manchas de ocupação que pudessem determinar se o sítio tinha a configuração de círculo ou meio círculo que são características da ocupação da microrregião do Mato Grosso Goiano, a ocupação em áreas de meia vertente se assemelha.

Segundo a datação, a fase Mossâmedes, considerada a mais antiga, representa a expansão ocidental mais distante da costa, com datações de 885 e 855 BP para sítios da fase Jaraguá (DIAS E CARVALHO, 1978; WÜST, 1990, p. 68).

Tomando como referência os resultados obtidos nesta pesquisa junto a cerâmica do Sítio MI é possível afirma a existência de similaridade do ponto de visto tecnotipológico dessa cerâmica com outros estudos que tem como fonte o povo Cayapó, além do que foi estudado por Wüst para o estado de Goiás. Assim, os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo projeto Quebra Anzol/MG nas regiões do Alto Paranaíba (ALVES 1982, 1983, 1988, 1992, 2009, 2013a, MAGALHÃES, 2015, 2019) convergem com os desta pesquisa na medida que associa a cerâmica dos sítios estudos a grupos Cayapó Meridionais. Do mesmo modo, guardadas as peculiaridades é possível afirmar que existe relação do ponto de vista cultural entre o sítio MI para com os demais sítios abordados nessa tese, sejam aqueles associados a fase Mossâmedes estudados por Wüst, ou o Água Vermelha de Robrahn-Gonzáles, bem como o Inhazinha e demais sítios estudados por Alves e Magalhães.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos e Veredas, Pintura 35 – aquarela sobre papel cartão. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de doutorado, intitulada “Os Cayapó de Maria? Um estudo da cultura material de um sítio Jê na bacia do Rio Fartura em Goiás”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo procurou trazer à tona a compreensão de alguns aspectos culturais inerentes ao povo Cayapó Meridional, que ocupou o sertão Goiano, na Bacia do Rio Fartura, região onde foi criado na segunda metade do século XVIII o icônico Aldeamento Maria I que após sua desativação ocorrida em 1813, teria se perdido no tempo.

Baseando-se em documentação histórica, foram identificadas áreas potenciais com a provável localização do referido aldeamento. Cada uma dessas áreas foi investigada, mas em apenas uma foram encontrados vestígios que se assemelham ao material costumeiramente atribuído a povos integrantes da família linguística Macro-Jê, à qual pertencem os Cayapó. Dessa forma a principal pergunta desta pesquisa foi, sem dúvida, se tais vestígios estariam ligados ao antigo aldeamento.

No entanto, é preciso ressaltar desde já que a luz das evidências encontradas não foi possível responder essa pergunta, no entanto, a cultura material do sítio arqueológico MI evidenciado ao longo da pesquisa, certamente pertence ao povo Cayapó que em algum momento da história viveu a desventura do contato e dos aldeamentos impostos pelos colonizadores.

Ao longo do processo de pesquisa, na tentativa de responder esta questão, fez-se o uso exaustivo de duas fontes principais de pesquisa, os resultados da pesquisa arqueológica aqui empreendida, bem como a documentação histórica cartográfica e relatos etnohistóricos deixados por alguns cronistas, visando validar ou refutar as hipóteses iniciais deste trabalho.

O fato é que na tentativa de encontrar o aldeamento perdido foi necessário lidar com alguns dos paradigmas que envolvem o passado do Aldeamento Maria I, bem como o modo de vida de seus habitantes, os povos Cayapó. Para tanto inicialmente foram lançadas as seguintes questões:

- Seria possível encontrar algum traço indenitário exclusivo dos povos Cayapó a partir da sua cultura material?

- Quais as semelhanças e/ou diferenças dessa possível cerâmica Cayapó com a cerâmica regional associada à tradição Aratu?

- A cerâmica em termos de morfologia, pasta e acabamento de superfície são semelhantes às cerâmicas encontradas no Aldeamento de Mossâmedes?

- O contato sistemático decorrente do aldeamento produziu manifestações de interação na cultura material, tais como a adoção de bases planas, apliques ou bordas?

Nesses termos, o ponto central, para responder cada uma dessas questões e a partir do que foi extensamente exposto nesse trabalho é justamente o da relação entre a tradição Aratu-Sapucaí, especificadamente a fase Mossâmedes e os grupos Cayapó meridionais descritos na documentação histórica a partir do século XVIII, do Aldeamento Maria I.

Conforme relatado, durante a realização da presente pesquisa, foi a partir da acumulação de pistas presentes nos relatos históricos e cartas cartográficas com apontamentos diversos, que mesmo dotados da imprecisão peculiar de sua época, foi possível determinar a provável localização daquilo que se partiu em busca, o Aldeamento Maria I. Para tanto foram definidas cinco áreas prioritárias, apenas na Área 1 localizada onde hoje se situa a Fazenda Boa sorte no município de Córrego do Ouro foi identificado abundância de fragmentos arqueológicos.

Definida a Área 1 como prioritária, foram planejadas pesquisas empíricas de campo pautadas no método “Indutivo e Intensivo de Pesquisa de Campo” concebido por Boas (2004) associado aos métodos de escavação por “Superfícies Amplas” acompanhado da técnica de “Decapagens por Camadas Naturais” elaborados por Leroi-Gourhan (1950; 2002a e 2002b) centrado no conceito de “Totalidade Social” de Mauss (2003b) e que foram adaptados ao solo tropical brasileiro por Pallestrini (1975), bem como nos procedimentos de campo inerentes a arqueologia da paisagem propostos por Morais (2012).

Ao apresentar a arqueografia das pesquisas de campo, onde estas se deram através de quatro campanhas, duas dedicadas a prospecção das áreas prioritárias e duas dedicadas a escavação da área do sítio arqueológico MI encontrado durante a primeira etapa de campo.

As pesquisas de campo desenvolvidas ao longo desta tese, permitiram além de evidenciar a localização do sítio MI, a coleta de um total de 5.656 fragmentos de cerâmica, dentre os quais alguns fusos de cerâmica e alguns fragmentos de vaso duplos.

A técnica de montagem dos vasilhames cerâmicos empregada pelas (os) ceramistas do sítio MI foi a acordelada, seguida do predomínio de um alisamento relativamente “Bom”. O tratamento de superfície apresenta majoritariamente uma cerâmica alisada onde se verifica também a pratica do uso de engobo de coloração vermelha ou preta. A decoração plástica em forma de incisão é inexpressiva na medida que se manifesta em apenas dois fragmentos.

Quanto às bordas, predominam as do tipo direta, seguida da entrovertida e poucas extrovertidas. Verificou-se ainda uma pequena frequência de bordas do tipo reforçada internamente e expandida. Os lábios empregados foram majoritariamente os do tipo arredondado, seguido dos tipos apontado e plano.

No total foram reconstituídas nove formas para o sítio MI (meia esfera, meia calota, esférico, prato plano, ovóide, vaso duplo, cilíndrica, cônica e periforme), cujos volumes determinados apontam o uso tanto de vasilhames utilitários de pequeno porte com capacidade de armazenamento de 0,30 litros, como grandes recipientes com até 127,00 litros, provavelmente utilizados para armazenagem de grãos e sementes.

Por fim, no que diz respeito ao emprego social dos artefatos cerâmicos, constatou-se o emprego utilitário vinculado ao preparo de alimentos, cozimento, contenção de líquidos e possível consumo em tigelas com função de pratos, assim como a estocagem de excedentes por meio de urna-silo representada por fragmentos de grandes vasilhames. A pesquisa desenvolvida no âmbito da presente tese, permitiu a coleta de fragmentos de vasos duplos, muito recorrente em sítios Jê e possivelmente relacionados ao universo simbólico dos povos Cayapó que ali viveram. Grosso modo, o contexto evidenciado no sítio MI se assemelha com o material evidenciado por Wüst (2019).

Com base na análise tecnotipológica da cerâmica do sítio arqueológico MI é possível afirmar que do ponto de vista morfológico ela se assemelha com as

características gerais da tradição Aratu-Sapucaí descritas por Schmitz (*et al*. 1982;) onde se verifica grandes urnas piriformes e vasilhas em forma ovoide, elipsoide, esferoide e cilíndrica de tamanhos variados. Embora tenhamos percebido a permanência no uso de vasos geminados, cuscuzeiro, fusos, vasos para estocagem, tigelas e pratos, indicando uma agricultura já consolidada, observamos uma pequena mudança no material do sítio MI no que diz respeito da presença de decoração e a adição de apliques como asas e alças, frequentemente verificada por Wüst (1983) na cerâmica associada a fase Mossâmedes.

Tomando como referência da documentação histórica analisada, tanto a localização proveniente do primeiro registro histórico feito sobre os Cayapó, pelo sertanista Antônio Pires de Campos em 1723 (na atual divisa do Triângulo Mineiro e o sul do estado de Goiás), quanto as descrições feitas anteriormente sobre a localização dos achados arqueológicos da fase Mossâmedes por Schmitz *et al*. (1982) parecem confirmar determinada correspondência entre as zonas ocupadas no período pré-colonial pela tradição Aratu-Sapucaí, com sítios sabidamente associados a povos Cayapó.

Posso elencar algumas semelhanças a partir do que foi descrito arqueologicamente sobre o padrão das aldeias. Schmitz já afirmava essa relação:

> *"(...) a coincidência positiva, da presença dos sítios da fase Mossâmedes na área atribuída etno-historicamente aos Kayapó do Sul, como a negativa, da ausência de sítios desta fase em áreas para as quais não há notícias desta tribo, nos leva à suposição, até qualquer comprovação em contrário, de que os Kayapó do Sul podem ser descendentes dos que nós arqueologicamente, identificamos como fase Mossâmedes (Schmitz et al. 1982: 266) ".*

Ademais, durante todo o período documentado historicamente desses povos, do início do século XVII até os meados do século XX, raríssimos são os relatos de suas lavouras e atividades ceramistas. Talvez devido ao fato de as aldeias não terem sido visitadas, na época, com a intenção de descrição ou observação. Os Cayapó, em sua maioria, foram descritos somente em situações de guerra ou quando

eles passaram a serem aldeados a partir do Aldeamento Maria I. Uma das raras informações está contida no registro dado pelo sertanista Antônio Pires Campos no século XVII, que descreve:

> *"(...) esses povos que povoam grandes territórios possuem grandes aldeias e tem uma população numerosa, inclusive possuindo organização social e de administração e agricultura* consolidada, com suas roças, suas cerâmicas e seus campos de caça e coleta" (CAMPOS, 1862:437).

O que podemos observar ao comparar o sítio MI com os dados etnohistóricos no que tange a forma e tamanho da aldeia, é possível afirmar que o sítio é compatível com as descrições dos sítios arqueológicos da região.

A partir desta afirmação, a relação do sítio arqueológico MI com as semelhanças das escolhas feitas por essa população e que deixou o registro arqueológico, que se assenta principalmente na escolha da localização ambiental, que, em sua maioria, os sítios Aratu-Sapucaí estão localizados sobre pequenas elevações e distam de 70 a 700 metros de córregos de médio e pequeno porte, embora não estivessem na beira dos rios mais caudalosos, fazem uso do mesmo orbitando a área de grandes rios que em nosso caso é o Rio Fartura.

Embora o sitio MI esteja numa área de meia vertente, a disposição na paisagem configura uma espacialidade diferente das grandes aldeias anelares pretéritas. O material arqueológico evidenciado na mancha de ocupação evidenciada na escavação E3 é de 7x12 m². Ainda que tenhamos identificado ao menos outras três grandes concentrações de cerâmica (E1, E2 e E5) infelizmente, não foi possível identificar mais manchas deposicionais preservadas tal como verificado na E3. Isso se deve, provavelmente, pelo fato de a área ocupada pelo sítio ser uma área agricultável, que a décadas vem sendo antropisada pela prática agrícola. A dispersão do material arqueológico situa-se num raio de 500 m da mancha E1 dentro da fazenda Boa Sorte, no entanto, se faz necessário ressaltar, que esse mesmo padrão de cerâmica é encontrado disperso por toda área urbana da Cidade de Córrego do Ouro, distante cerca de 1000 m do local onde foi encontrado a mancha intacta de ocupação (E3). A mancha evidenciada nos remete a uma ocupação de longa duração, que se trata de uma deposição única e contínua.

A presente pesquisa produziu quatro novas datas para a ocupação do sítio MI, três das quais através da técnica de termoluminescência (TL)[77] com datas que situam a ocupação entre **810+/-100 A.P**.; **790+/-90 A.P.** e **750+/-85 A.P.** que apesar de não relacionarem a área de pesquisa ao aldeamento Maria I propriamente, situa essa ocupação do ponto de vista cronológico ao mesmo período identificado por Wüst para os sítios associados por ela a tradição Aratu-Sapucaí e que aqui são entendidos como associados a grupos Cayapó que sabidamente ocuparam grande parte do sertão Goiano.

A quarta datação foi obtida através da análise de Carbono 14 por meio de uma amostra de carvão coletado junto a estrutura de combustão identificada na escavação E3. A amostra foi encaminhada para o laboratório Beta Analytic Inc. nos Estados Unidos, mas antes de tratar aqui do resultado obtido para esta amostra é preciso dizer que as evidencias encontradas até aqui apontam por si só para um contexto de ocupação Cayapó que seguramente esteve presente onde hoje situa-se a fazenda Boa Sorte ao menos desde o século XII conforme apontam essas datas obtidas por TL, demonstrando que a paisagem escolhida para instalação daquele assentamento, apresentava não só as características ambientais e de subsistência ideais para manutenção de um grande grupo, mas também inúmeras características que podem ser observadas na Carta Corográfica de Cunha Mattos.

Nesse sentido, vale lembra que a maioria dos aldeamentos criados entre os séculos XVIII e XIX se deram em áreas de antigas aldeias e ocupações indígenas. Pensando nessa perspectiva a morfologia do local onde si situa o sítio arqueológico MI se assemelha também com alguns relados de quando o Aldeamento Maria teria sido extinto, onde a necessidade de mudança se dava apesar de tudo pela dificuldade de acesso, constatada no ofício de 9 de abril de 1813 (anexo 10. Ofício assinado por Fernando Delgado Freire de Castilho).

A localização de Córrego do Ouro situa-se no vale entre as serras Pilões e Dourada, faz divisa com Buriti de Goiás – começa na Serra Dourada, na cabeceira do Córrego Cana Brava de Baixo, daí, segue o contorno do córrego até a sua barra, no Rio Fartura (CUNHA E SILVA 2002:12), locais que por vezes figuram nos relatos de

[77] As análises foram realizadas pela empresa Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA e ficaram a cargo e responsabilidade técnica do Dr. Silvio Luiz Miranda Brito. Os laudos são apresentados nos Adendos IV desta tese.

Pohl e Saint-Hilaire e cabe dizer, se não fosse a rodovia hoje existente, o acesso até ali não seria nada fácil.

Outras duas informações que coincidem com a localização do Aldeamento Maria I, são a descrição de que a cidade de Buritis de Goiás, seja o local onde Pohl pernoitou antes de chegar no Aldeamento Maria I, conforme consta em seu relato "*armamos a nossa tenda junto a uma fonte cuja margens orladas de buritis de pouco mais de trinta m de altura, na manhã seguinte após caminhar três léguas, chegaram ao Aldeamento Maria*". Esse fator, associado ao sítio arqueológico MI, corrobora com a distância da atual cidade de Buriti de Goiás, que faz divisa hoje com Córrego do Ouro.

Quando finda o Aldeamento Maria I, Cunha Mattos (1826: 139) descreve que: *"Neste lugar ainda hoje permanece huma fazenda de gado vacum pertencente a Nação, a qual não deixa lucro senão ao Administrador, e aquellas pessoas a quem elle deseja obsequiar*". Aludimos que a fazenda do Sr. Constantino situada na Área 2 que foi devidamente prospectada no âmbito desta pesquisa pode estar relacionada a fazenda de gado referido por Cunha Mattos como mencionado. As terras eram devolutas em meados do século XIX, desta forma, por mais que as prospecções empreendidas por lá não tenham encontrada nenhum indício de sítio naquele local, é possível que a localização do Aldeamento Maria I esteja em algum lugar entre a margem direita do Fartura (margem oposta da fazenda) e o município de Córrego do Ouro.

Um dado interessante no que diz respeito as semelhanças e/ou diferenças dessa possível cerâmica Cayapó encontrada no MI com a cerâmica regional associada à tradição Aratu, especialmente aquelas estudadas por Wüst (1983) é que quando observamos as datações para a cerâmica Jê associados a tradição Aratu-Sapucaí as datas se situam entre 1055 A.D. e 810 A.D., todas representadas pela fase Mossâmedes, cuja característica principal seria a presença além das bases planas a presença de apliques e/ou apêndices decorativos associados ao contato, no entanto, parece que a autora a propor tal classificação não levou em conta que alguns dos sítios associados a essa fase datam do século XI, num período onde seguramente não havia expansão europeia pelos sertões Goiano.

No que tange as manifestações de interação na cultura material decorrente de um eventual processo de contato e/ou aldeamento a única verificada e que é

passível de aventar tal hipótese é a presença de Bases Planas que no caso do sítio arqueológico MI representa grande maioria do material evidenciado.

A julgar pelos achados não só na área da fazenda Boa Sorte, mas ao longo de toda cidade de Córrego do Ouro, onde além de cerâmica indígena e outros utensílios como lâminas de machado, almofariz e mãos de pilão encontrados nos quintais e que por vezes são usados para segurar a porta das casas, brotam da terra centenas de contos de réis e símbolos de devoção como o crucifixo de metal encontrado no quintal do Sr. Jovacy que seguramente não fazem parte do universo simbólico do povo Cayapó que ali viveu, pelo menos até a chegada das primeiras Bandeiras em meados do século XVII.

Assim, a luz dos dados levantadas ao longo desta pesquisa não restam evidências suficientes que permitam atestar que o sítio MI seja o efetivo local onde no final do século XVIII o povo Cayapó viu sua população ser reduzida até se perder no tempo e na história, junto com aquilo que um dia foi o aldeamento Maria. Por outro lado, é fundamental observar que uma coisa é certa, o povo que viveu no sitio arqueológico MI carregou em sua veia o mesmo sangue que fez de Damiana uma mulher a frente do seu tempo.

Por fim, não se pode esquecer daquela quarta datação realizada na amostra de carvão que foi submetida ao Beta Analytic Inc., um dos laboratórios mais conceituados do mundo. Sem surpresa alguma obteve-se uma idade de **XXX+/-XX A.P.**[78], data esta que se não faz do Sítio Arqueológico MI um fragmento da história do lendário aldeamento Maria, faz dele sim um palimpsesto que merece muito seguir sendo estudado.

[78] A análise foi realizada pelo laboratório Beta Analytic Inc. O laudo é apresentado no Adendo V desta tese.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Caminhos e Veredas, Pintura 23 – óleo sobre tela. Autor: E. Rocha Lima 2021. Foto: Vanessa Bohn.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SÁBER, A.N., *O Domínio dos Cerrados: uma Introdução ao Conhecimento.* Revista do Serviço Público 40(111):41-55 [1983], 2017.

ABREU, C.J. *Capítulos de História colonial*: 1500 - 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasi*l*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ADÁMOLI, J. et al. Caracterização da região dos Cerrados. In: GOEDERT, W. J. (Ed.). *Solos dos cerrados*: tecnologias e estratégias de manejo. Brasília, DF: Embrapa-CPAC, 1986. p. 33-74.

AFONSO, M. C. *Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo*. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005a.

AFONSO, M. C. *Ocupações ceramistas no norte do Estado de São Paulo*: o sítio Água Branca. In: Anais do Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Florianópolis-SC, 2007.

AIRES DE CASAL, M. *Corografia brasílica: relação histórico-geográfica do reino do Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão Regia, [1817] 1945.

ALENCASTRE, J.M.P*. Estudos Históricos: Annaes da Província de Goyaz*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor. 3º trimestre de 1864.

ALENCASTRO, E. *A Carne na dieta alimentar em Vila Boa de Goiás: Necessidades e Preferências nos Séculos XVIII e XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Campus Laranjeira, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe.

ALVES, M. A. A arqueologia no extremo oeste de Minas Gerais. *Revista Espinhaço / Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)* - Diamantina, V. 2, n. 2, dez., p. 96-117, 2013.

ALVES, M. A. *Assentamentos e cultura material indígena anteriores aos contatos no sertão da farinha podre, MG, e Monte Alto, SP*. Tese (Livre-docência) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALVES, M. A. *Assentamentos e cultura material indígena anteriores aos contatos no Sertão da Farinha Podre, MG, e Monte Alto, SP*. Erechim/RS: Habilis, 2013.

ALVES, M.A. *Tradições arqueológicas ceramistas de dois povos jê: Kayapó meridional e kaingang da região centro-norte de São Paulo*, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia., 31: 1-21, 2018.

ANTAS, P. Z. et alli. *Aves comuns do planalto central*. Brasília: UnB, 1988. 238p

APADURAI, A. *Pensar sobre a materialidade e não apenas a cultura material é um bom ponto de partida*. Em entrevista concedida à Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.23, n. 45, p187-198, janeiro-junho, 2010.

ARAUJO, A. G. M. A arqueologia da Região de Rio Claro: Uma síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, 11: 125-140, 2001.

ARAUJO, A. G. M. *A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil.* Revista de Arqueologia, 20: 09-38, 2007.

ARAUJO, A. G. M. As propriedades físicas dos arenitos silicificados e suas implicações na aptidão do lascamento. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,* São Paulo, 2:63-74, 1992.

ARAUJO, A. G. M. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema,* Estado de São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARAUJO, A.G.M; CORREA, L. *First notice of a paleoindian site in central São Paulo state, brazil: Bastos site, Dourado county*. Palaeoindian Archaeology, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 04-14, 2016. ISSN 2500-980X. Disponível em: http://journals.kvasirpublishing.com/pa/article/view/17 . Acesso em: 27 oct. 2017.

ARAUJO, P.M.C. *Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas do Rio Meia Ponte*. Minas PCH, 2012.

ASSIS, P. C.; OLIVEIRA, A. E. L.; BAYER, M. *Diagnóstico de Uso e Ocupação das Áreas de Preservação Permanente (App's) dos Cursos D' água e Nascentes da Bacia Hidrográfica Rio da Fartura*. In: Congresso Nacional de Meio Ambiente de Poços de Caldas e II Simpósio de Apicultura., 2018.

ASSIS, P. C; BAYER, M. *Análise dos parâmetros morfométricos da Bacia do Rio Claro – Sub-bacia do rio Araguaia – Goiás*. XVII Simpósio Brasileiro de Geografia, física

aplicada. I Congresso Nacional de Geografia Física. Os desafios da Geografia Física na fronteira do Conhecimento. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, SP, 2017.

ATAÍDES, J.M. A chegada do colonizador e os Kaiapó do Sul. IN: MOURA, M.C.O. *Índios de Goiás*: uma perspectiva histórica cultural. Goiânia: Editor Kelps, 2006.

ATAÍDES, J.M. *Sob o signo da violência: colonizadores e Cayapó do Sul no Brasil Central.* Goiânia: Ed. da UCG, 1998.

BALDUS, H. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo: Brasiliana,1979.

BALFET, H. Des chaînes opératoires, pour quoi faire? In: BALFET, H. (Org.). *Observer l'action technique – des chaînes opératoires, pour quoi faire?* Paris, CNRS, p. 11-19, 1991.

BARBERI, M. e RIBEIRO, M. S. L, Evolução da Paisagem nas áreas de Cerrados. In: GOMES, H. (Org). *Universo do Cerrado*. Goiânia: ED.UCG. 2008. v. I, p. 15 – 78.

BARBO, L. C.; RIBEIRO, R.J.C. *Os Itinerários Da Rede De Caminhos De Vila Boa De Goiás No Século XVIII.* Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Braga, Portugal, 4 a 7 de novembro de 2015.

BARBO, L.C. *Cartografia Histórica: Território, caminhos e povoados em Goiás 1722-1889.* 2015. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Distrito Federal- Brasília.

BARBOSA, A.S. *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado.* Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

BARBOSA, A.S. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1918.

BARBOSA, A.S. *Peregrinos do cerrado.* Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5: 159-193, 1995.

BARBOSA, A.*; et al*. *O piar da Juriti Pepena – narrativa ecológica da ocupação humana do cerrado.* Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2014. 392 p.

BARBOSA, F. G.; *et al*. *O mato grosso de goiás: reconhecendo espaço e natureza sob o olhar de viajantes naturalistas*. In: VII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente. Anais Eletrônicos. Anápolis: UNIEVANGÉLICA. 2016.

BARBOSA, F. G. et. al. *O Mato Grosso de Goiás: reconhecendo espaço e natureza sob o olhar de viajantes naturalistas*. In: VII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente, 2016.

BARROS, J. D'A. *Fernand Braudel e a geração dos Annales*. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD – Dourados, 2012.

BEGOSSI, A. *Ecologia Humana: Um enfoque das relações homem-ambiente.* INTERCIENCIA 18(1): 121-132. URL: http://www.interciencia,1996.

BEGOSSI, A. *Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente.* Interciencia 18(1): 121-132. URL: http://www.interciencia.org.ve; 1993

BEGOSSI, A. *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*; Hucitec, Nepam/Unicamp, Nupau/USP: FAPESP, São paulo,2004

BEGOSSI, A; LEME, A. *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec/ Nepam: Unicamp: Nupaub/USP: FASPESP, 2004

BERTRAN, P. *História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal.* 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 2011.

BERTRAN, P. *Notícia Geral da Capitania de Goiás.* Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás, Solo Editora. Goiânia/ Brasília, Tomo I e II, 1997.

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global*. Tradução: *Caderno de Ciências da Terra.* Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, [1972] 2004.

BICALHO, P. S. S.; MIRANDA, S. C. *Biodiversidade do Cerrado: sustentabilidade e saberes indígenas*. Rev. Geo., Anápolis, v.4, n.1, 2015.

BINFORD, L. R. *Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation*. American Antiquity, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.

BINFORD, L. R. *Archaeological systematics and the study of cultural process*. American Antiquity, v. 31, n. 2, p. 203-10, 1965. In: LEONE, Mark P. Contemporary Archeology, p. 125-132. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1972.

BINFORD, L. R. *Archaeology as Anthropology*. American Antiquity, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

BINFORD, S. R.; BINFORD, L. R. *New perspectives* in Archeology. *Aldine Publishing Company*, Chicago. 1968.

BLACK, J. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção História)

BLEED, P. Trees and chains, links or branches: conceptual alternatives for consideration for stone tool production and other sequential activities. *Journal of Archaeology Method and Theory,* v. 8, n.1, p. 223-237, 2001.

BOAS, F. *A formação da antropologia americana: 1883-1911*. (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto – Editora UFRJ, p. 81-116, 2004.

BOAS, F. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOËDA, E. *Caractéristiques techniques des chaîne opératoires lithiques des niveaux micoquiens de Külna* (Tchécoslocaquie). Paléo, v. supplément, p. 57-72, 1995.

BOTELHO, R. G. M., SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. In: VITTE, A. C., GUERRA, A. J. T. (Org). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

BOURDIEU, P. *Esboço de uma teoria da prática*. IN: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1994.

BOURDIEU, P. *O Poder de Simbolismo*. Tradução de José de Tomaz, Lisboa: Difel, 1983c.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983a.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática. 1983b.

BOXER, C. *O Império Marítimo Português 1415-1825*.São Paulo: Editora Schwarcz. São, 2002.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. *Campesinato Goiano; Três Estudos.* Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986.

Brandão, M. G. L. *Plantas úteis de Minas Gerais e Goiás: na obra dos naturalistas*. Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, 2015.

BRASIL, A. *Súmula de História de Goyaz*. Goiaz: Imprensa Oficial, 1932.

BRAUDEL, F. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Fontes Editora Lida., São Paulo, 1996.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F; SILVA, R (Org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [1958]. p. 87-127.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 41-78.

BRAUDEL, F. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II (Prefácio). In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1969

BROCHADO J. P., *et al*. *Arqueologia brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, nº 12. Belém: MPEG, 1969.

BROCHADO, J. P. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America.* Tese (Doutorado) - University of Illinois at Urbana-Champaign, Illinois, 1984.

BROCHADO, J. P. *Expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica.* Dédalo, 27: 65-82. 1989 A

BUCAILLE, R e PESEZ, J. Homo Domesticação Cultura Material in: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, IN-CM, vol.16 - 1989, p.11-47.

BURKE, P. *A escrita da História.* São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CALDARELLI, S. B*. Lições da Pedra: Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do Rio Tietê*. 1983. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo,

CALDARELLI, S. B. *Os Caçadores do Tietê*. Ciência hoje, 4 (19), p.40-43.1985.

CALDERÓN, V. A fase Aratu no recôncavo e litoral norte do estado da Bahia*.* IN: PRONAPA III. *Resultados preliminares do terceiro ano, 1967-1968*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 13: 161-172 1969.

CALDERÓN, V. *Breve notícia sobre a arqueologia de duas regiões do Estado da Bahia*. PRONAPA, Resultados preliminares do 4o ano - 1968 - 1969, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém-PA, 197Z.

CALDERÓN, V. *Contribuição para o conhecimento da arqueologia do Recôncavo e do Sul da Bahia.* Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: resultados preliminares do quinto ano 1969-1970. Museu Pa. Emílio Goeldi. p. 141-56. (Publicações avulsas, 26). Belém. 1974.

CAMPOS, A. P. Breve Notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geographico e Etnográfico do Brasil.* Rio de Janeiro, Tomo XXV. Rio de Janeiro, 1862.

CASAL, *A. Corografia Brasílica*. Fac-símile da edição de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 [1817],

CASTELNAU, F. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano* 1: Artes de fazer. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAIM, M. M. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749 – 1811*. 2ª ed. São Paulo: Nobel/ INL, 1983.

CHAIM, M. M. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Cadernos de Arqueologia 1 (1), Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes populares 119-148. 1976.

CHILDE, V. G. *Man makes himself*. 4. Ed. London: Wats & Co.1966. pp. 66-104.

CHMYZ, I. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica.* Universidade Federal do Paraná, Departamento de Ensino e Pesquisas Arqueológicas: Curitiba, 1966.

COPÉ, S. M.; ROSA, C. A. D. A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas. In book: *Ciências Humanas: pesquisa e método*. (pp.97- 124) Edition: 1, Chapter: 7, Publisher: Porto Alegre: Editora da UFRGS Editors: Pinto, C. R. J. & Guazzelli, C. A. B. orgs. 2008.

CORREA, A. A. *Pindorama de mboîa s îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese de Doutoramento. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CORRÊA, Â. A. *Longue durée*: história indígena e arqueologia. Ciência e Cultura. *On-line version*, SSN 2317-6660 Cienc. Cult. vol.65 nº. 2. São Paulo, 2013.

CREMONTE, M. B. *Caracterizaciones composicionales de pastas cerâmicas de los sítios Potrero-Chaquiago e Ingenio del Arenal Médanos*. San Fernando de Catamarca: SHINCAL, 3 Tomo 1, p. 33-47,1991.

CRESWELL, R. *Prométhée ou Pandore? Propôs de ecnologie culturelle*. Paris: Kimé, 1996.

CRIADO-BOADO, F. *Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje*. Boletín de Antropología Americana, 24, pp. 5-29,1991.

CRIADO-BOADO, F. *Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisage*. Boletin de Antropología Americana. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, n. 24, 1991.

CRIADO-BOADO, F. The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality. In: HODDER, I *et al*., *Interpreting Archaeology*, Londres: Routledge, 1995.

CRIADO-BOADO, F. *Hacia un modelo integrado de gestión e investigación del Patrimonio Histórico: La cadena interpretativa como propuesta*, PH. Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 16, 73-78, 1996.

CRIADO-BOADO, F. Combining the different dimensions of cultural space: is a total archaeology os landscape possible? In: BOAD. F. C.; PARCERO, C. (Org.). *Tapa-Landscape*. Archaeology, heritage. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. n. 2, 1997.

CRIADO-BOADO, F. El grupo de investigacíon em arqueologia del paisaje. In: LÓPEZ, M. D. M. B. (Org.). *Memoria del Grupo de Investigación en arqueologia del paisaje, 1992-1997*. Tapa-Traballos en arqueoloxía da paisaxe. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, n. 10, 1998.

CRIADO-BOADO, F. *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueologia del paisage*. Capa-criterios y convenciones em Arqueología del Paisage. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, n. 6, 1999.

CRIADO-BOADO, F. Archaeologies of Space: an Inquiry into Modes of Existence of XScapes. In: KRISTIANSEN, K., SMEJDA, L., TUREK, J. *Paradigm Found.*

Archaeological theory – Present, Past and Future. Essays in Honour of Evzen Neustupny, pp. 61-83. Oxford: Oxbow Books. 2014.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, EDUSC, 1999.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, EDUSC, 1999.

CUNHA, E. M. C. *O Diretório dos Índios como projeto de "civilização" portuguesa para os sertões pernambucanos.* Revista Latino-Americana de História PPGH-UNISINOS, v. 3, nº. 12, 2014

CUNHA, M. *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras/SMC, [1992] 2009.

D'ALINCOURT, L. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá.* Belo Horizonte, São Paulo: Editora Itatiaia, 1975.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 69, 2006.

DIAS JÚNIOR, *O. Breves Notas a respeito das Pesquisas no Sul de Minas Gerais*. IN: PRONAPA IV, nº 15 – 133/144, Pub. Av. Mus. Goeldi, Belém. 1971.

DIAS, A.S; NOELLI, F. S. *Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guarani.* Revista do CEPA, v. 19, n. 22, p. 7-23, 1995.

DIAS, A.S. *Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 59-76, 2007.

DIEGUES, A. C.; et al. *Ministério do meio ambiente, dos recursos hídricos e da Amazônia legal -núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras*. São Paulo: Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil, 2000.

DIETLER, M.; HERBICH, I. *Habitus, Techniques, Style: An Integrated Approach to the Social Understanding of Material Culture and Boundaries.* IN: STARK, M. The Archaeology of Social Boundaries. Washington, DC: Smithsonian Press. 1998.

DINIS, B. P. C. *O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia*. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo São Paulo, 2006.

EISENBERG, J. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2000

EMBRAPA CERRADOS. *Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Bioma Cerrado (CMBBC) Relatório de Produtos Final*. FINATEC e ABC Itamaraty, 2005

EMPERAIRE, A. L. *Guia para estudo das indústrias líticas da América do Sul. Manuais de Arqueologia.* 2ª ed. Curitiba: Universidade do Paraná, 1967.

EVANS, C.; MEGGERS, B. *Guia para a prospecção arqueológica n o Brasil*. Instituto nacional de Pesquisas da Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1965.

FAGUNDES, M. *Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de Paisagem nas Ciências Humanas*. Tarairiú, Campina Grande-PB. 01 (07), p. 32-54, 2014. [online] URL: http://revistatarairiu.blogspot.com/2014/03/natureza-e-cultura-estudo-teorico-sobre.html

FARIA, K. M. S. DE; CASTRO, S. S. *Uso da terra e sua relação com os remanescentes de cerrado na alta bacia do rio Araguaia (GO, MT e MS).* Geografia (Rio Claro), 2007.

FARIA, K.M. S. *Paisagens fragmentadas e viabilidade de recuperação para a sub-bacia do Rio Claro (GO).* Universidade Federal de Goiás. Instituto de estudos socioambientais. Programa de pós-graduação em geografia. Doutorado em geografia (UFG) 2011

FAUSTO, B. *História do Brasil*.14ª ed. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2015.

FERNANDES, H.L.A. *Os sepultamentos do sítio Aratu de Piragiba – BA.* Dissertação de mestrado, Salvador: UFBA. 2003.

FERRI, M. G. *Ecologia dos cerrados*. In: Simpósio sobre o cerrado: bases para utilização agropecuária. Coord. Mário Guimarães Ferri; São Paulo, Ed. Itatiaia/EDUSP, 1977.

FERRI, M. G. *Os Cerrados, um grupo de formas de vegetação semelhantes as savanas.* Revista do serviço público. Imprenta: Brasília, Escola Nacional de Administração Pública ENAP, 1937.

FORD, J. A. *Método cuantitativo para establecer cronologias culturales*. Washington: Unión Panamericana, manuales técnicos n.3, 1961.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*: *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

GALLY, A*. Lá arqueologia de mãe*. Tradução de Emílio Fogaça. Paris Pierre Bel Fonte 324 PESBN2 7144-1883 trabalho publicado com o apoio do Centre National de Lettres Ed 1986

GIRALDIN, O. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central.* Campinas: Editora da UNICAMP. 1997

GIRALDIN, O. *Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos Cayapó-panara em Goiás e no triângulo mineiro.* Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, 2000, p. 161-184.

GOMES, F. S. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e comunidades de Fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX).* São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 2005.

GOTTSBERGER, G. & SILBERBAUER, G. *I. Life in the Cerrado*. AZ Drunk and Datentechnik GmbH, Kempten, Germany, 2006.

GUHA, R; SPIVAK, G.C. *Selected Subaltern Studies*. New York. Oxford University Press, 1988.

HEELAS, R. *The social organisation of the Panara, a Ge tribe of Central Brazil.* Thesis. (Ph.D.), University of Oxford, 1979.

HILBERT, K. "*Cave canem! ": cuidado com os "Pronapianos"! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira.* Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 117-130, 2007.

HITCHCOCK, R. K. & BARTRAM, L. E. *Social boundaries, technical system, and the use of space and technology* in the Kalahari. In: Stark, M. The Archaeology of Social Boundaries. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998, p. 12- 49.

HODDER, I. *The Contribution of the Long Term*. I. Hodder (ed.) – Archaeology as Long-Term History. col. New Directions inArchaeology. Cambrigde: C.U.P., 1987b - 2009, p. 1-8.

HOELTZ, S.E. *Artesãos e artefatos pré-históricos do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997.

HOLANDA, S. B. *Caminhos do Sertão*. Revista de História. São Paulo, v. 28, n. 57,1964.

HOLANDA, S. B. *Caminhos e Fronteiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S. B. *Visão do Paraíso*: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

KAPLAND, D; MANNERS, R. A. *A teoria da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975. p. 57-135.

KARASCH, M. *Catequese e cativeiro: Política indigenista em Goiás, 1780-1889.* In: CUNHA, M. A. História dos índios no Brasil*. São Paulo:* Companhia das Letras/SMC, [1992] 2009.

KOK, G*. O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII.* São Paulo: HUCITEC, 2004.

KONETZKE, R. *América Latina: La época colonial*. História Universal. México: Siglo XXI, 2007. v. II.

KROEBER, A. History and science in anthropology. *American Anthropologist*, Arlington, v. 37, n. 4, out. 1935, p. 539-569.

KROEBER, A. *Cultural and natural areas of native North America.* Berkeley: University of California Press, 1939.

LA SALVIA, F. e BROCHADO, J. P. *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte e Cultura, Porto Alegre 1989. 2ª edição

LARAIA, R. de B. *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar,1986 [2001]

LE GOFF, J. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEMONNIER, P. *Elements for anthropology of technology.* Michigan: Museum of Anthropological Research, University of Michigan, 1992.

LEMONNIER, P. *La description des chaînes operatories: contribuition a l'analyse dês systemes techniques.* Techniques et culture, n. 1, 1976, p. 100-151.

LEMONNIER, P. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems*. Journal of anthropological archaeolo*gy. Ivry, France, v. 5, 1986, p. 147-186.

LEROI-GOURHAN, A. *Les fouilles pré-historiques – technique et méthodes*. ET Picard: Paris, 1950.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra. V.1 Técnica e linguagem*. Lisboa: Edições 70, 240 p. 2002 a.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra. V.2 Memória e ritmo*. Lisboa: Edições 70, 248 p. 2002b.

LEROI-GOURHAN, *A. Vocabulaire. Fouilles de Pincevent: essai d'analyse ethnographique d'un habitat magdalénien. Gallia Prehistoire Supplément.* Paris: CNRS, 7, 1972.

LÉVI-STRAUSS, C. 1988. Introdução à obra de Marcel Mauss. IN: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIEBERMAN, D. E.; *et. all*. The Rise and Fall of Seasonal Mobility among Hunter-Gatherers: The Case of the Southern Levant. *Current Anthropology*, v. 34, n. 5, 1993, p. 599-631.

LIMA, S. C.; CHAVEIRO, *O. Cerrado goiano sob múltiplas dimensões: um território perpassado por conflitos.* Catalão: UFG-CAC, 12 v., 2010.

LORÊDO, W. M. *Manual de Conservação em Arqueologia de Campo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Dpartamento de Proteção, 1994.

LOUKOTKA, LOUKOTKA, C. 1939 Línguas indígenas brasileiras. *Revista do Arquivo Municipal*, 54:.1968; 147-174.

LOURENÇO, L. A. B. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro* (1750-1861)*.* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

LOWIE, R. H. Steward, J. H. (ed.) *Handbook of South American Indians*. Vol. 1: The marginal tribes. Part 3 p. 519-540. The Indians of eastern Brazil » The Southern Cayapó. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143 Washington: Government Publishing Office.1946

MACEDO, J. R. *A Idade Média Portuguesa e o Brasil*: Reminiscências, Transformações, ressignificações. Porto Alegre; Vidráguas; 2011.

MAGALHÃES, W. *Estudo arqueométricos dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/M*G: da argila à cerâmica. Possíveis conexões entre os vasilhames cerâmicos e as fontes argilosas. 2015. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

MAGALHÃES, W. *Continuidade e mudança dos povos Jê, um estudo acerca da paisagem arqueológica, cultura material e padrão de assentamento dos sítios arqueológicos Inhazinha/MG e Água Limpa/SP.* Tese (Doutorado) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

MALHEIROS, A *influência da sazonalidade na dinâmica da vida no bioma Cerrado.* Revista Brasileira de Climatologia Ano 12 – Vol. 19; 2016.

MANO, M. *Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Cayapó no Triângulo Mineiro*. Uberlândia: Cad. Pesq. Cdhis, 2010. 23 v. n.2.

MARTIN. G. *Pré-História do Nordeste do Brasil*. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996. P.395. 1997. p.450.

MARTINS, F. M. *Saint-Hilaire, em Goiás: Ciência, Viagem e Missão Civilizatória.* Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MATTOS, R. J. C. *Carta corográfica plana da Província de Goyaz e dos julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes*. 1826

MATTOS, R. J. C. *Chorographia histórica da província de Goyaz.* Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, [1824] 1979. 37 v. p. 213-298.

MATTOS, R. J. C*. Itinerário ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de huma descripção chorographicade Goiaz, e dos roteiros desta*

província as de Mato Grosso e São Paulo. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Vilaleneuve E. C., 1836. Tomo I. tomo II.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. IN: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 399-422, 4ª edição, 2013.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. IN: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 185-314, 4ª edição, 2013.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. IN: MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 185-314

MEGGERS, B. J. 1954. "*Environmental Limitations on the Development of Culture"*. American Anthropologist, 56(5):801-24.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. *Como interpretar a linguagem dacerâmica: manual para arqueólogos*. Tradução de Alroino B. Eble. Smithsonian Institute, Washington, D.C., 1970.

MEGGERS, B.; EVANS, C. *Speculations on Early Pottery Diffusion Routes Between South and Middle America.* Washington: Biotropica,.1 v., n. 1, p. 20-27, 1969.

MEGGERS, B J. *América pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

MILLER JR, T. O. *Teoria antropológica e arqueológica* [recurso eletrônico]: convergências e divergências / Tom O. Miller Júnior. – Natal, RN: EDUFRN, 2019.

MILLER, T. J. *O. Além das trevas: a antropologia do século das luzes*. Natal: UFRN, manuscrito, 1987.

MONTICELLI, G. *Regras práticas na reconstrução gráficadas vasilhas de cerâmica Guarani partir dos fragmentos*. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, V.XX, n.2, 1994; p. 107-118.

MORAES, C. A. *Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: estudo da variabilidade artefatual.* Dissertação (Mestrado) Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo; 2007.

MORAIS, J.L. A Arqueologia e o fator geo. Rev. do *Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 1999: 3-22.

MORALES, W. F. *A cerâmica "neo-brasileira" nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de*

Jundiaí do século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 77: 2001; 165-187.

MORALES, W. F. *Brasil Central: 12.000 anos de Ocupação Humana no Médio Curso do Rio Tocantins, TO.* São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2008.

MORALES, W. F.; MOI, F. P. *Índios e africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativeiro indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 18, 2008.

MOREIRA, T. G. Cartas dos Governadores in Registro do Caminho Novo do Paratí: 1750. *Revista do Arquivo Histórico Estadual*, Goiânia, n. 5, 1984; p. 51-71.

MORI, R. *Os aldeamentos indígenas no caminho dos Goaises: Guerra e Etnogênese no "Sertão do Gentio Cayapó" (Sertão da Farinha Podre)* – Séculos XVIII e XIX. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

NEME, M. *Dados para a História dos Índios Caiapó*. Dos Anais do Museu Paulista. São Paulo: Editora Gráfica Niamar Ltda., 1969. Tomo XXIII. P. 103-147

NETO, A. T. *Evolução histórica e geográfica das fronteiras do Estado de Goiás.* Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás, 2003.

NETO, C. A. M. *A política indigenista brasileira durante o sec. XIX*. Tese (Doutorado) - Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, Rio Claro, .2 v; 1971.

NEVES, E. Teorias de Determinismo Ecológico na Amazônia: um caso de marginalidade da comunidade científica nacional. In: Neves, W. A. (org.), *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*, Museu Paraense Emílio Goeld/SCT/CNPq, Belém. 1989; pp. 59-76.

NIMUENDAJÚ, C. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* [recurso eletrônico] / Curt Nimuendajú (1883-1945); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 16 megabytes). – Brasília, DF: IPHAN, IBGE, 2017.

NOELLI, F. S. *Repensando os rótulos e a história da Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar* Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 31, 1999/2000: 285-302.

NOELLI, F. S. *A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas1872-2000*. REVISTA USP, São Paulo, n.44, dezembro/fevereiro 1999-2000; p. 218-269.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. *A Presença Indígena na Formação do Brasil.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, J.E; VIANA, S. *O Centro-Oeste antes de Cabral.* Revista USP, São Paulo, n.44, 1999-2000; p. 142-189.

OLIVEIRA, J.E; VIANA, S. Pré-história da região centro-oeste do Brasil. In: *Segundo Congresso Virtual de Antropología y Arqueología.* Comunição. 2000. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/ Jorge_Eremites_de_Oliveira.htm, acesso em 17 de janeiro de 2017.

PALACIN, L. *Goiás 1722 – 1822: Estrutura e conjuntura numa capitania de minas.* Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1997.

PALACIN, L*. O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Ed. Universidade Católica de Goiás (UCG). 2001.

PALLESTRINI, L. *Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do estado de São Paulo*. 1975. Tese (Livre-Docência) - Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PALLESTRINI, L. Interpretação de estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. *Coleção Museu Paulista, Serie de Arqueologia*, 1. 208 p. 1975.

PALLESTRINI, L. *Sítio arqueológico Alves*. Revista do Museu Paulista*,* São Paulo, XXI: 47-96. 1974

PALLESTRINI, L. *Superfícies amplas em arqueologia pré-histórica no Brasil.* Revista de Arqueologia. Belém, v.1 n.1, 1983.

PALLESTRINI, L.; PERASSO, J. *A. Arqueología: Metodo y técnicas em Superficies Amplias.* Assunción: Biblioteca Praguaya de Antropología. Centro de Estúdios Antropológicos, Universidad Catolica, 1984. V. 4.

PELEGRIN, J. *Technologie lithique: Le Châtelperronien de Roc-de-Combe (Lot) et de la Côte (Dordogne).* Cahiers du Quaternaire, Paris, n. 20, 1995.

PEROTA, C. *Dados parciais sobre a arqueologia norte espírito-santense*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1971; 15: 149-162.

PEROTA, C. *Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1974; 26: 127-140.

PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). IN: CUNHA, M.C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/SMC, [1992] 2009.

PERUZZO, E. H. *A História Total e os Annales: história parcial de uma proposta historiográfica* Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, 2009

PHILIP, P.; WILLEY, G., Method and Theory in American Archaeology.: An *Operationa blasisf for Culture-Historical Integration. Amernan Anthropologist*.. Universityof Chicago Press: Chicago, vol. 55 december no. 5, part 1, 1953 mudar o ano na tese

POHL, J. E. *Viagem ao interior do Brasil (1817 a 1822).* São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, [1832] 1951.

PORTO-GONÇALVES, C. V. *Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico* / Organizadoras: Diana Aguiar (FASE) e Valéria Pereira Santos (CPT); (LEMTO-UFF) – Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernáculas e de conhecimento científico.* Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira, Brasília*. DF, Brasil, 1992.

RASTEIRO, R. P. *Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande: História Indígena no Norte de São Paulo e no Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RATZEL, F. *Geografia do Homem (Antropogeografia)*. São Paulo: Editora Ática, , 1990; pp. 32-107.

RAVAGNANI, O.M. *A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos*. Perspectivas São Paulo; Departamento de Antropologia, Política e Filosofia - Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação - UNESP -14.800 - Araraquara – SP, 1987

RAVAGNANI, O.M. *Os Primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororo e Cayapó na Estrada do Anhangüera.* Revista De Antropologia, São Paulo, v. 39, nº I., 1996.

REDE, M. *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material.* Anais do museu paulista, São Paulo, Vol. 4, 1996.

REIS, A. C. F. Prefécio. In: ADONIAS, Isa. *A cartografia da região Amazônica – catálogo descritivo (1500-1961).* v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

REIS, N.G. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, [1970] 1977.

RIBEIRO, N. B. *Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII*. Tese (Doutorado) -Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH / USP, São Paulo. 2008

RIBEIRO, N. *Catequese e Civilização dos Índios nos Sertões do Império Português no Século XVIII*. São Paulo: HISTÓRIA, 2009.

ROBRAHN- GONZÁLES, E. M. *Os grupos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste Brasileiro.* Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 6: 83-121, 1996.

ROBRAHN-GONZÁLEZ E. M. *Água Vermelha*: Pesquisa Arqueológica de Salvamento, 1998.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. *Arqueologia em Perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo do nosso passado*. Revista USP, v. 44, p. 10-31, 2000.

RODRIGUES, A. D.; DOURADO, L. G. *Panará: Identificação Linguística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul*. Recife: Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC, vol. 2,

p. 505. 1993. Disponível em <http://biblio.etnolinguistica.org/local--files/rodrigues-dourado.

ROGRIGUES, R. *Dando significado ás coisas: por uma Arqueologia antropológica nos estudos da tecnologia indígena numa perspectiva interdisciplinar e regional*. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v.7, n.1, 2017 2007

ROOSEVELT, A. C. *Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo island, Brazil*. San Diego: Academic Press, 1991.

ROOSEVELT, A. C. Moundbuilders of the Amazon: geophysical archaeology on Marajo island, Brazil. San Diego: Academic Press, 1991.

RYE, O. S., *Pottery Tecnology Principles na Reconstructuon*. Washington, D. C. Australian Nacional University, Manuals on Archeology, 4. 1981

SACK, R. D. *El lugar y su relacioc con los recientes debates interdisciplinarios*. Documents D'Analisi Geografica 12, 1988 pp 223-241

SACKETT, James. The meaning of style in archaeology: a general model. *American Antiquity*, v. 42, n. 3, 1977; p. 369-380.

SAHLINS, M. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1981].

SAHLINS, M. *Ilhas de história.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987 [1985] 2000,

SAINTE-HILAIRE, A. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1976.

SAINT-HILAIRE, *A. Viagem à província de Goiás.* Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/EDUSP, 1975.

SANTANA, M. C. C. e SILVA, D. M. de S. *Prefeitura de Córrego do Ouro* GOIÂNIA 2002 João Theodoro de Rezende, Prefeito

SANTOS, M. A. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado.* São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. S. *Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico científico-informacional.* São Paulo: Edusp, 2008

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. M. *O gê dos gerais: elementos de cartografia para a etno-história do planalto central: contribuição à antropogeografia do cerrado*. Dissertação (mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

SAWYER, D. *Perfil do Ecossistema/Hotspot de Biodiversidade do Cerrado*. ISPN, 2017.

SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. (Org.). *CERRADO: Ecologia, Biodiversidade e Conservação.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

SCHAAN, D. P. *Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2. N. 1, p 77-89.2007

SCHEINSOHN, V. Odisea del espacio. Paisajes y distribuciones artefactuales en arqueología. Resultados y propuestas. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, Buenos Aires, v. XXVI, 2001; p. 2185-301.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Theory and Experiment in the Study of Technical Change. IN: SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Technological Perspectives on Behavioral Change.* Tucson: university of Arizona Press, 1992; p. 40-76.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Understanding Artifact Variability and Change: a Behavioral Framework. IN: SCHIFFER, M. B. (Ed) *Anthropological Perspectives on Technology, An Amerind Foundation Publication*. Arizona: Dragoon2001; p. 139-149.

SCHLANGER, S. Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems. In: *Rossignol & Wandsnider. Space, Time, and Archaeological Landscapes,* (pp. 91-112). New York and London: Plenum Press, 1992.

SCHMITZ, P. *et. al*. *Arqueologia do Centro-Sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil*. São Leopoldo: Pesquisas, Série Antropologia, 1982.

SCHMITZ, P. I. *A evolução da cultura no Sudoeste de Goiás*. São Leopoldo: Série Antropologia, 1980.

SCHMITZ, P. I. *Arqueologia de Goiás: sequência cultural e datações de C14*. Goiânia: Anuário de Divulgação Científica, 1976-1977.

SCHMITZ, P. I. *Novos petroglifos em Goiás, Monte do Carmo, Caiapônia e Serranópolis.* Belo Horizonte: Arquivos do Museu de História Natural, 1981-1982

SCHMITZ, P. I. *O Paleoíndio em Goiás. Goiânia*: Anuário de Divulgação Científica, 1978-1980.

SCHWARTZMAN, S. *The Panara of the Xingu National Park: the transformation* of a society. Tese (Ph.D) - University of Chicago, Chicago. 1987.

SETTON, M. da G. J. *Marcel Mauss e Norbert Elias: notas para uma aproximação epistemológica* Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 122, 2013; p. 195-210.

SHEPARD, A. O*. Ceramics for the Archaeologist*. 6. ed. Washington: Carnegie Institution of Washington, 1968.

SILVA E SOUZA, L.A. *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goyaz.* Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro, Vol. XIII: 429-510. Rio de janeiro. [1812] 1977.

SILVA, D. E. G. da (organizadora) As Vicissitudes Do Povo Panará E A Sua Língua. *Atas do II encontro nacional do grupo de estudos de linguagem do Centro-Oeste: integração linguística, étnica e social Brasília*: Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004.

SILVA, E. M.; JUNIOR, W. V. *Guia de Cartografia Histórica*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018

SILVA, F. A. *Arqueologia pré-histórica da região de Rio Claro*. Pré-história Brasileira, IPH/ USP, 1968; 157-166.

SILVA, F. A. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní no Xingu e da cestaria dos Cayapó-Xikrin sob uma perspectiva Etnoarqueológica*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo-USP, São Pualo. 2000.

SILVA, F. A. *Informes preliminares sobre a arqueologia de Rio Claro.* Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do Primeiro Ano / 1965- 1966. Museu Paraense Emilio Goeldi, Publicações Avulsas, 6, 1967; 79-88.

SILVA, K. V. P. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras': Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife2003.

SINOPOLI, C. M. *Approaches to Archaeological Ceramics*. Springer Science & Business Media, 1990.

SIRICO, L. H. A. *Os aldeamentos de agricultores ceramistas. O Caso do GO-JÁ, sítio Jaguarundi, Sudoeste Goiano*. Dissertação (Mestrado). MAE, USP, São Paulo. 2010.

SOUZA, L. *Os Xavantes e a civilização. Rio de Janeiro*: IBGE, 1953.

STEWARD, J. H, T*heory of Culture Change: The Methodology ò Multilinear Evolution*, Source; 1955. http://www.as.ua.edu/ant/cultures/cultures.php

STEWARD, J. *Theory of Culture Change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

STIVAL CARDOSO, L.C.A.P. A *Sociedade Brasileira e a Política Externa da República (1889 – 1945).* Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia. 2015.

SYMANSKI, L. C. P. *Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico*. Tessituras, Pelotas, v. 2, n. 1, 2014; p. 10-39.

TAUNAY, A. D. E. *História Das Bandeiras Paulistas. Centro De Documentação Do Pensamento Brasileiro* (CDPB), 2012

TAYLOR, W. *A study of archaeology.* Menasha: American Anthropological Association, 1948.

TEIXEIRA NETO, A. *Dinâmicas territoriais antigas e modernas ruralidade e urbanização do território goiano*. palestra no IESA – 2017.

TIXIER, J. *Préhistorique de la Pierre taillé: terminologie et technologie*. Antibes: Cercle de Recherches et d'Estudes Préhistoriques, 1980.

TRIGGER, B G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VARGAS, F. A. *Formação das fronteiras latino-americanas.* Brasília: FUNAG, 2017.

VIANA, S. A. *et al*. *O Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás/Brasil: uma avaliação dos conjuntos líticos mais antigos em contextualização macrorregiona*l Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 29, n. 45, 2016; p. 188-211.

VIEIRA JÚNIOR, W. C. J. *Cartografada Capitania de Goyaz no século XVIII: intenção e representaçã*o. Tese (Pós-graduação) Arquitetura e Urbanismo. Doutorado Brasilia,2015.

VIEIRA JÚNIOR, W.C.J.; SILVA, E. M.; OLIVEIRA, J. *Projeto "Documentos Goyaz"*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2014.

WALTER, B. M. T. *Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas*. Tese submetida ao Departamento de Ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

WHITE, L. Energy and the evolution of culture. *American Anthropologist*, Arlington, v. 43, 1943; p. 335-356.

WHITE, L. *The science of culture*. New York: Farrar, Strauss, 1949.

WILLEY, G.; PHILIPS, P. *Method and Theory in American Archaeology.* Universityof Chicago Press: Chicago, 1958

WÜST, I. Aspectos da Ocupação Pré-colonial em uma Área do Mato Grosso de Goiás - Tentativa de Análise Espacial. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983

WÜST, I. *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás* [recurso eletrônico]: tentativa de análise espacial– Criciúma: UNESC, 2019.

WÜST, I. *Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo/ Goiânia. 1990.

WÜST, I. *Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso.* Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, Suplemento 3, 1999; 303-317.

ANEXOS



Anexo 1 - Mapa da Capitania de Goyazes.
Fonte: Guia de caminhantes carta 10ª. -Capitania de Goyazes, dividido pelo círculo de cor carmim mais vivo. Bahia e anno1816 IBN- fotografia Vicente de Mello. P 166.

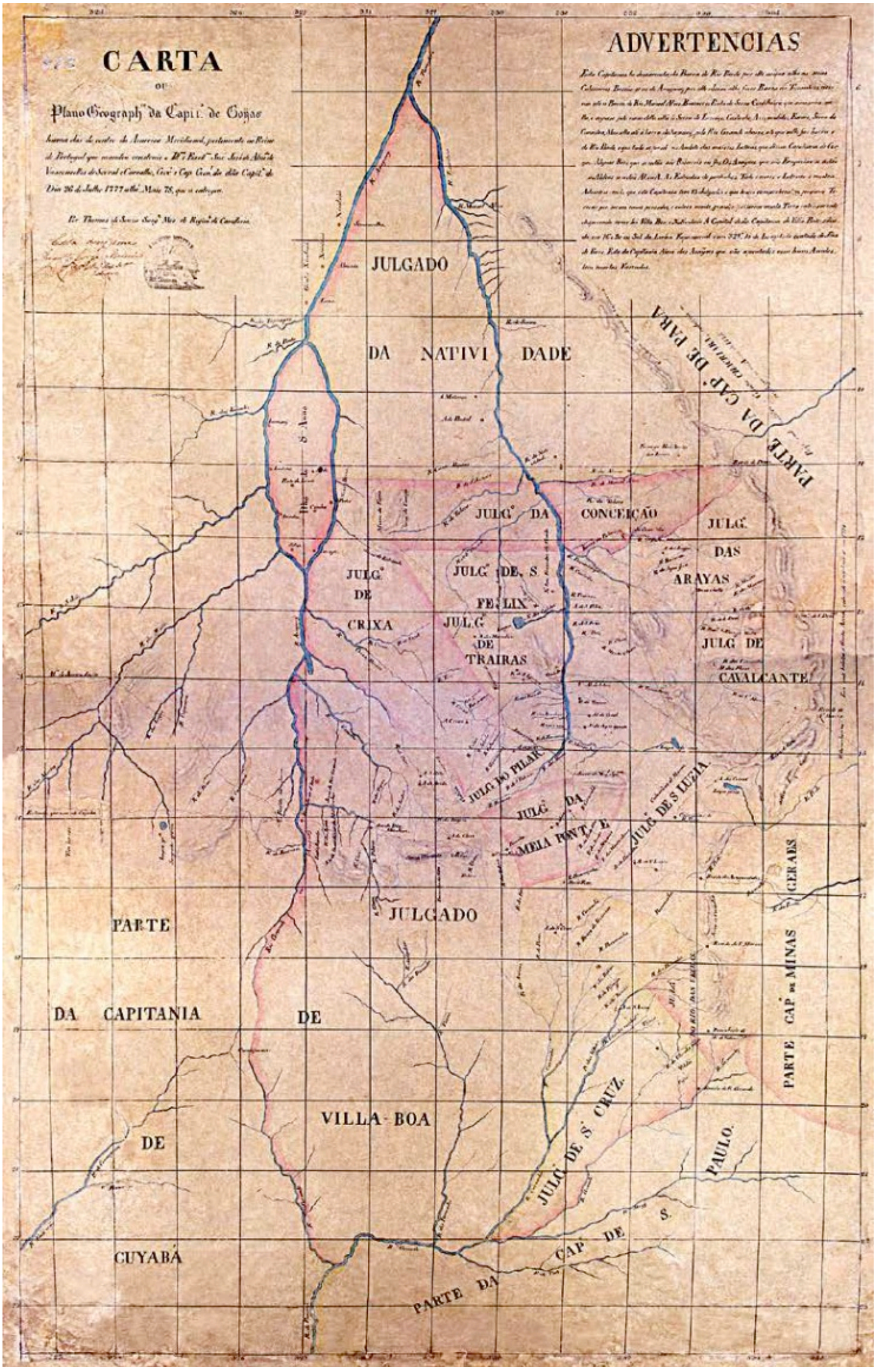




Ao lado uma reprodução fotográfica a partir do original e a versão mais utilizada na historiografia. Foi feito pelo Gabinete Fotográfico Estado Maior do Exército Brasileiro, entre 1909 ano de criação da unidade.

Fonte: VEIGA JÚNIOR, (2015:86/87).

Anexo 2 - Mapa de Goiás elaborado por Tosi Colombina.

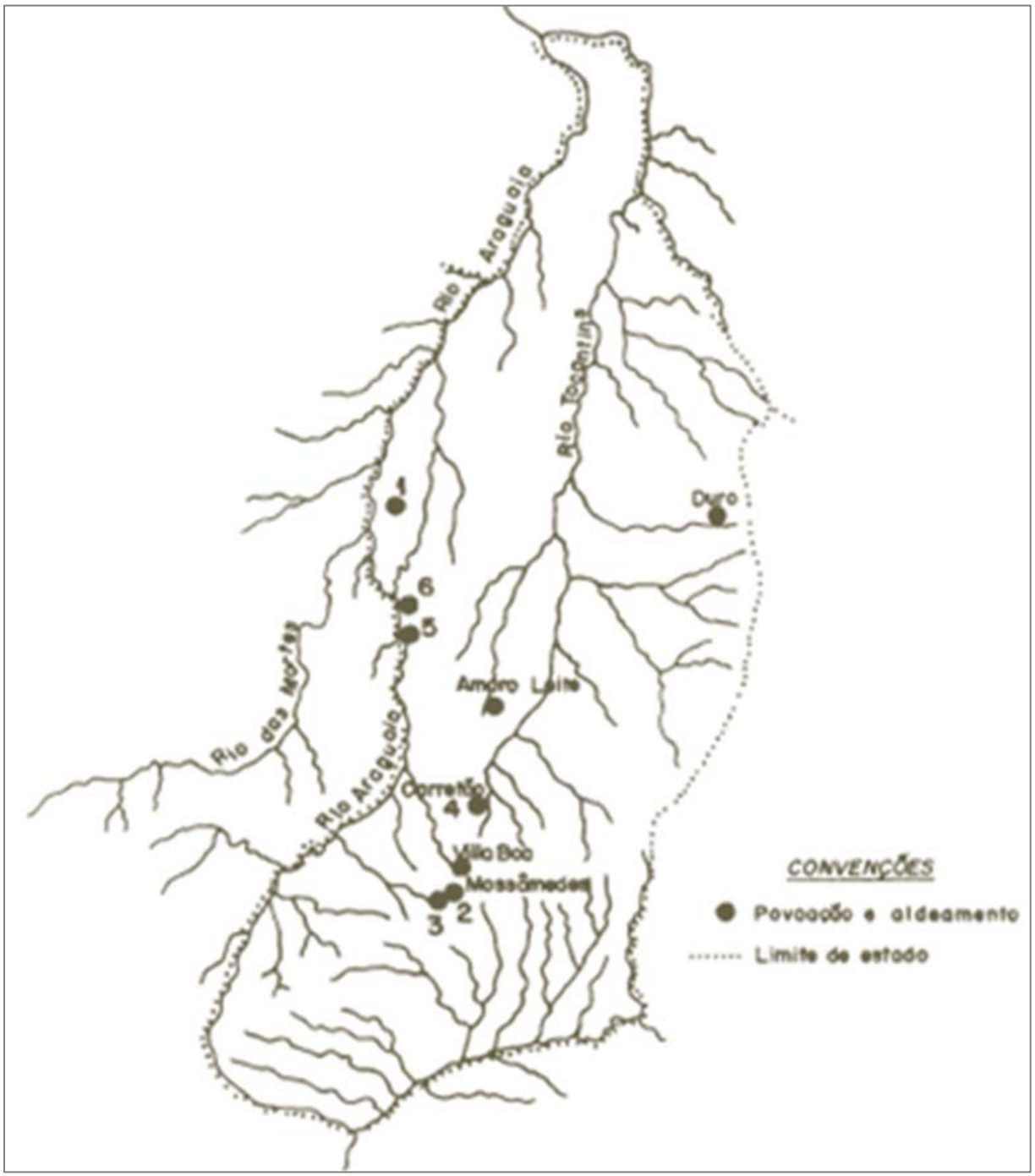


Anexo 3 - Mapa Dos Julgados. Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás.
SILVA & VEIGA JUNIOR (2015:48)


MAPPA
DO
ESTADO
DE
GOYAZ
Organisado em 1918
(1º CENTENARIO DA INDEPENDENCIA)
por FR. REGINALDO TOURINER
MISSIONARIO DOMINICANO
PLANTA DA CAPITAL
População da Capital
7000 hab
ESCALA - 1:15000
LEGENDA
CONVENÇÕES
CAPITAL
Cidades
Villas
Limites
Rios
Rios Navegaveis
Serras
Estradas de Ferro em trafego
Projectadas de Ferro Carril
Estrada Estadoal (Projectada)
Estrada de Automoveis em trafego
Limites Estaduaes
DADOS GEOGRAPHICOS
Superficie do Estado 777.511 Kilms.²
População 511.919 Hab.
Divisão Municipal 19 Municipios
Divisão Judiciaria 24 Comarcas
19 Termos
126 Districtos
ESCALA 1:2 000 000
PROPRIEDADE DO ESTADO DE GOYAZ
ESTADO DO MARANHÃO
ESTADO DA BAHIA
ESTADO DE MINAS GERAES
DISTRICTO FEDERAL
ESTADO DE GOYAZ
ESTADO DE SÃO PAULO
SERRA GERAL
Rio Tocantins
Rio Araguaya
Rio Paranahyba
Rio São Francisco
Rio Grande
Rio Paraná
Rio Paraguay
Rio Corrente
Rio Claro
Rio Verde
Rio Meia Ponte
Rio Maranhão
Rio Bonito
Rio Formoso
Rio Urucuia
Rio Preto
Rio Sapão
Rio Sapatinha
Rio Sapatinho
Rio Sapatinho
Rio Sapatinho

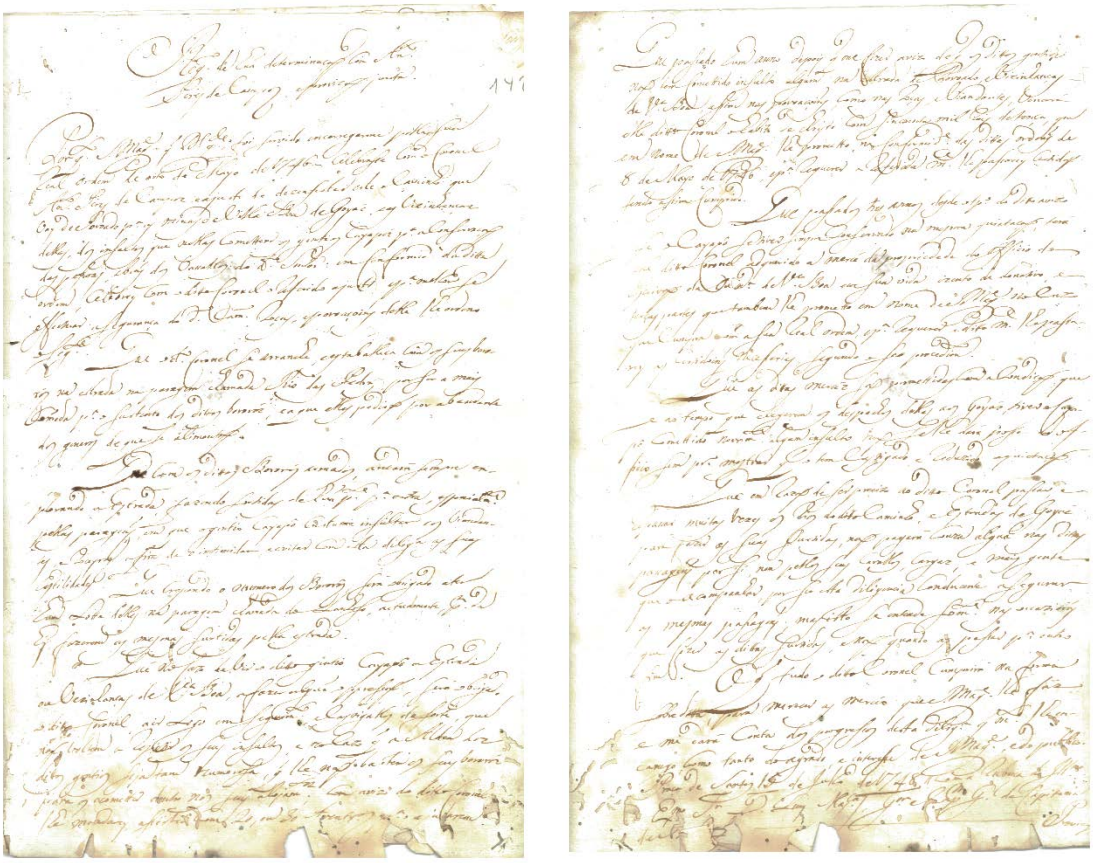


Anexo 5 - Carta Corográfica Plana de Mapa de Goiás.
Fonte: Cunha Matos ( ) Disponível em *http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/06_AHEx.png*



Anexo 6 - Mapa dos aldeamentos do século XVIII.
Fonte: CHAIM (1983).

ADENDOS

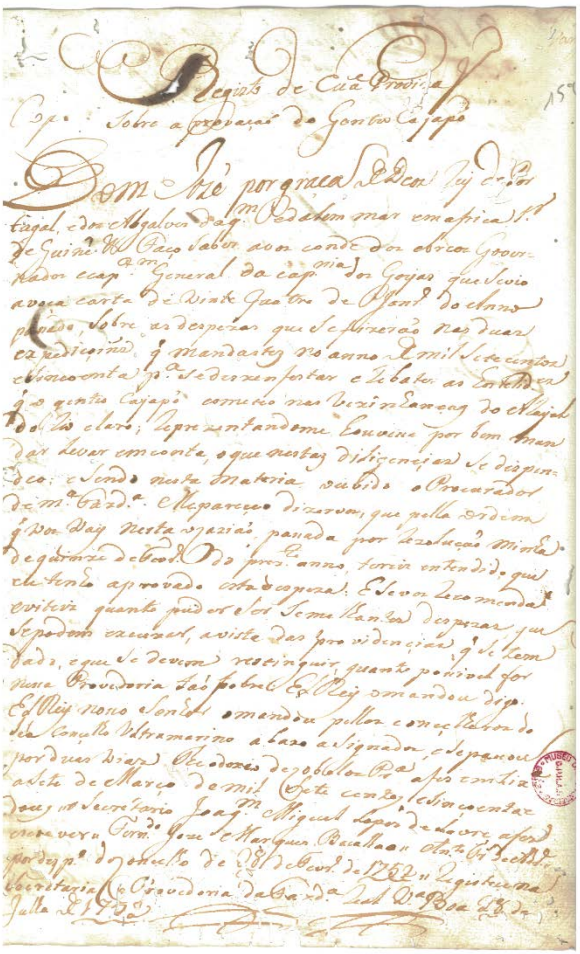


Adendo 1 - Registo de uma determinação com Antônio Pires de Campos, e provisão junta.

Registro Geral, vol. II, 1748, fl. 142-142vFundo Real Fazenda, Museu das Bandeiras.
Transcrição: Milena Bastos Tavares

Registo de húa determinação com Antonio Pires de Campos, e provizão junta.
Porque Sua Magestade que Deos guarde, foi Servido encarregarme pella Sua Real ordem de oito de Mayo de 1746 se celebrasse com o Coronel Antonio Pires de Campos o ajuste de desinfestar este Caminho quevay do Povoado para as Minas de Villa Boa de Goyáz, e as Vizinhanças dellas, dos insultos que nellas comettem os gentios Cayapó para a Conservação das pessoas, e vias dos vassallos da Praça de Santos: em Conformidade da ditta ordem, celebrasse com o ditto Coronel o referido ajuste e para melhor Se effectuar a Segurança do ditto Caminho, roças, e povoaçoins delle lhe ordeno o seguinte.
Que o ditto Coronel Se arranche, e estabelleça com os Seus boro-rós na estrada na paragem chamada Rio das Pedras, por ser a mais cómoda para o sustento dos dittos bororós, e a que elles pedirão por abundantedos generos de que se alimentão.
Que com os dittos Bororós armados, andará sempre ex-plorando a Estrada, fazendo sahidas de húa parte para outra, [espreitadamente?]pellas paragens, em que o gentio Cayapó Custuma insultar os Viandan-tes, [ilegível] a fim de o intimidar, e evitar com esta diligencia as suas hostilidades.
Que crescendo o numero dos Bororós, será obrigado a terhum lotte delles na paragem chamada do Lanhoso, actualmente, para da-hy fazerem as mesmas surtidas pella estrada.
Que no cazo de vir o ditto gentio Cayapó a Estrada ou Vezinhança de Villa Boa, a fazer algúa oppressão, será obrigado o ditto Coronel, a ir Logo em [seguidamente?], e castigallos de sorte, que não voltem a repetir os seus insultos, e no cazo que a Aldea dos dittos gentios seja tam numeroza, que lhe não bastem os seus bororós para os acometter dentro nos seus

alojamentos, com avizo do ditto Coronellhe mandarey assistir com 20, ou 30 Aventureiros para ajudarem.
Que passado hum anno depois que me fizer avizo de que os dittos gentiosnão tem Comettido insulto algum na estrada do Povoado, e Vizinhançasde Villa Boa, assim nas povoaçoins, como nas roças, e Viandantes, vencerá elle ditto Coronel o habito de christo com sincoenta mil reis de tença, que em nome de Sua Magestade lhe prometto na Conformidade das dittas ordens de8 de Mayo de 1746, e para requerer a referida mercê lhe passarey Certidãosendo assim cumprido.
Que passados tres annos desde o tempo do ditto avizose o Cayapó se tiver sempre conservado na mesma quietação, teráo ditto Coronel adquirido a mercê da propriedade do officio de Escrivão da [Provedoria?] de Villa Boa em sua vida, izento de donativo, eterças partes que tambem lhe prometto em nome de Sua Magestade no cazoque Cumpra em'a Sua Real ordem, e para requerer a ditta mercê lhe passa-rey as Certidoins necessarias, segundo o seu procedimento.
Que as dittas mercês são promettidas com a condição que e ao tempo que chegarem os despachos dellas dos Goyáz tiver o Cayapó comettido novamente algum insulto não se lhe dará posse do of-ficio sem [poder?] mostrar que o tem castigado e reduzido a quietação.
Que em razão de ser precizo ao ditto Coronel passar, erepassar muitas vezes os Rios dos ditto Caminho, e Estradas de Goyaz para fazer as Suas Surtidas, não pagará couza algúa nas ditas passagens por si, nem pellos seus cavallos, cargas, e mais gente que o acompanhar, por Ser esta diligencia Conducente a seguraras mesmas passagens; mas isto se entende somente nas occazioins que fizer as dittas surtidas, e não quando as passar por outro fim. O que tudo o ditto Coronel cumprirá na forma sobre ditta, para merecer as mercês que Sua Magestade lhe faze me dará Conta dos progressos desta diligencia que muito lhe en-carrego, como tanto do agrado, e interesse de Sua Magestade, e do publico.
Praça de Santos 15 de Julho de 1748 //
Com a rubrica do Illmo.e Exmo. Sr. Dom Luiz Mascarenhas, Governador e Cappitam General da Capitaniade [São Paulo?]
Provizão 04.02.011 –



Adendo 2 - Registo de Provisão sobre a provação do Gentio Cayapó

Registro Geral, vol. II, 1752, fl. 159-159v. Fundo Real Fazenda Museu das Bandeiras.
Transcrição: Milena Bastos Tavares.

Registo de húa Provizão sobre a provação do Gentio Cayapó

Dom Jozé por graça de Deos Rey de Por-tugal, e dos Algalves [Algarves] daquem e dalem mar em áfrica Sr.de Guiné. Faço saber a vos conde dos Arcos Gover-nador e Cappitam General da cappitania dos Goyaz que se vioa voça carta de vinte e quatro de Janeiro do Anno passado, sobre as despezas que se fizerão nas duas expediçoins que mandastes no anno de mil sete centos e sincoenta para se deszenfestar e rebater as hostilidades que o gentio Cayapó cometeo nas vezinhanças do Arrayaldo rio claro; reprezentand ome houvesse por bem man-dar levar em conta, o que nestas diligencias se dispen-deo; e sendo nesta materia ouvido o Procurador de minha Fazenda [Me?] pareçe dizervos, que pella ordem que vos vay nesta o Casião passada por rezolução minha de quinze de Fevereiro do prezente anno, tereis entendido que eu tenho aprovado esta despeza: e se vos recomenda eviteis quanto puder ser semelhantes despezas, quese podem excuzar, a vista das providençias que se temdado, e que se devem restinguir, quanto possivel fornessa Provedoria tão pobre. El Rey o mandou digo: El Rey nosso Senhor o mandou pellos conçelheros do Seo Conselho Ultramarino abaxo a Signados, e se passou por duas vias Theodozio de Coblelos Pereira a fes em Lisboa a sete de Março de mil Sete centos e sincoenta e dous //
O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever //

Fernando Joze Marques Bacalhao // Antonio [Gonçalves de Adorno?] por despacho do Conselho de 28 de Fevereiro de 1752 // Registeçe na Secretaria da Provedoria da Fazenda Real. Villa Boa 28 de Julho de 1752.de 1752.
[Rubrica?] de Sua Exª: e não se continha mais em a ditta Provizam, que aqui bem e fielmente fiz tras-Ladar da Propria a que me reporto.
Eu Fran-cisco Angelo Xavier de Aguirre Escrivão da Fazenda
Real que o sobscrevi e asignei.
[Dom?] Francisco Angelo Xavier de Aguirre

Adendo 3 - Ofício do General a respeito da reunião dos Índios da Aldeia Maria em Mossâmedes.

Sessões da Junta - Atas, vol. II, 1808-1820, 04.02.013, cx. 194, p. 73v-75. Fundo Real Fazenda, Museu das Bandeiras. Transcrição: Milena Bastos Tavares).

Offício do Illmo. e Exmo. Snr. General respeito a reunião dos Indios da Aldeia Maria Primeira na de S. Jozé de Mossamedes
Em Consequencia da representação, que Me dirigio o Regen-te Geral das Aldeias, e que deixa vir a Copia incluza, Eu ordenei areunião dos Indios d'Aldêa Maria Primeira n'aquella de S. Jozé de Mossamedes, pelas razóens expostas na dita representação, e por a mim convir aos interesses da Real Fazenda, e a civilização, e instrucção dos ditos Indios; fazendo vir tambem para a mesma 74 [rubrica] a mesma Aldêa de S. Jozé aquelles utensílios, e mantimen-tos que alli se fazem precizos; o que levo a Real Prezença do Principe Regente Nosso Senhor pela Secretaria d'Estado competente em Officio N. 7º, e o que partecipo a Junta da Real Fazenda para ficar entendida a este respeito.
Villa Bôa 9 de Abril de 1813
Fernando Delgado Freire de Castilho
Senhores Ministros Deputados da Junta da Real Fazenda desta Capitania
Copia = Illustrissimo, e Exmo. Senhor = Sendo

V. Exª Servido encarregarme da Regencia Geral das Aldeas dos Indios desta Capitania, passei a vizitar aquella de S. Jozé de Mossamedes a mais proxima a esta Capital; que achei em grande decadencia ja pela ruina dos seus Edificios; ja pela falta de plantaçoens, e por consequencia dos viveres necessarios; como pelo diminuto numero de Indios, que entre grandes, e pequenos apenas monta a 138: e tendo eu todas noticias precizas do estado actual da Aldêa Maria 1ª que dista da de S. Jozé de Mossamedes 7 legoas, aonde fui em outro tempo, tenho a honra de propor a V. Exª a reunião de ambas as Aldêas só naquella de S. Jozé de Mossamedes pelas razóens, que paço a expor, e que me parecem attendiveis.
1º porque reunindo ambas as Aldêas, que são de Indios da mesma Nação Cayapó, e parentes pelas continuas mudanças que fazião de huma para outra parte digo para outra Aldêa, monta o seu numero entre todos a 267 numero ainda pequeno para formar huma só Aldêa segundo o seu primeiro estabelecimento, e muito particularmente para a capacidade, conservação, e costeio d'Aldêa de S. Jozé de Mossamedes a mais grande, e principal de todas as Aldêas desta Capitania; podendo então empregar-se de menos cinco Praças de que occupão ambas as Guarnições das duas Aldêas, e ficar ainda huma boa Guarnição composta de hum Regente, hum Cabo de Pedestre, e dez Soldados, como mostra o Mappa incluzo, Guarnição muito bastante para manter em respeito a Aldêa, e e fazer todos o mais serviço necessario.
2º por que em consequencia da dita reunião, depois de bem ordenada a sua Administração pode a Real Fazenda lucrar em ter o milho necessario para o municiamento da Tropa, o que seria difficultozo obter-se de ambas as Aldêas no estado em que se achão prezentemente; tanto pelo diminuto numero de braços uteis de cada huma, como pela difficuldade da condução da Aldêa Maria que dista desta Capital 14 legoas, e que em tempo d'agõas se torna incommunicavel pelos Rios, e Ribeirõens que não dão passagem, ficando náquelle tempo cortada a comunicação da mesma rossa.
3º porque a pozição d'Aldêa de S. Jozé offerece huma grandissima vantagem de um rego d'agõa muito abundante ainda em tempo de seca, donde se pode tirar o proveito de haver moinho, roda de mandioca, roda de fiar, e o mais que com o tempo se pode estabelecer; o

que não he possivel fazer-se na Aldêa Maria pela falta de hum similhante rego, tanto assim, que o monjol fica muito para baixo da mesma Aldêa.
4º porque da dita reunião se segue haver huma só administração, ficando assim mais facil a sua Inspeção visto a vizinhança em que fica desta Capital a Aldêa de S. Jozé; o que d'antes nem sempre era possivel pelas razóens ponderadas.
5º porque havendo hum só Vigario rezidente n'a Aldêa de S. Jozé com obrigação de socorrer tambem a Aldêa Maria nos cazos precizos, ficão estes socorros (no estado actual) de alguma difficuldade na sua promptidão; o que acontesse tambem pelo que toca a remedios curativos, pois que os Pedestres, e mesmo algúns Indios vem curar-se na Aldêa de S. Jozé. Por todas estas razóens, e por não se seguir prejuizo algum a Real Fazenda na reunião das mencionadas Aldêas, visto não se augmentar dêspeza alguma, antes pelo contrario, pois trata-se de huma só Aldêa; menor Guarnição, e com os lucros, e vantagens que acabo de expor; devo lembrar, que sendo ella d'approvação de V. Exª faz-se já preciza a passagem dos Indios d'aquella para esta Aldêa
Aldea de S. Jozé, a fim de fazerem aqui as suas plantaçõens do corrente anno, e mais estabelecimentos por ser o tempo proprio; vindo deste modo a perder-se unicamente os esteios, e mais madeiras de dous Quarteis, e Payol, que são os Edificios que há na Aldêa Maria; por que tudo o mais, mantimentos, utensilios, Ferragens, Portas, e Portaes, inclusive as mesmas telhas se pode utilizar, e transportar para a Aldêa de S. Jozé, perda que fica sem comparação alguma, muito bem resarcida com as vantagens acima ditas. Deos Guarde a V. Exª. Villa Bõa 27 de Fevereiro de 1813
Illmo., e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho = O Regente Geral = Jozé Amado Grehon =
Despacho da Junta = Registe-se.
Villa Bõa 17 de Junho de 1813 = Com a Rubrica do Exmo. Prezidente, e tres dos Deputados

Adendo 4 - Datação por termoluminecência

Datação, Comércio e Prestação de Serviços LTDA.

RESULTADOS

Os resultados de dose acumulada, dose anual e da idade obtidos por TL são apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Código DAT, amostra, dose anual, paleodose média e idade média.

Código Datação	Amostra	Dose Anual (µGy/ano)	P (Gy)	Idade (anos)
5213	Fragmento Cerâmico	2.900 ± 110	2,2	750 ± 85

As concentrações medidas dos isótopos radioativos ^{232}Th, ^{238}U+^{235}U, ^{40}K utilizados para calcular a dose anual são apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Amostra, Th (Tório), U (Urânio), K (Potássio) e Umidade.

Cod. DAT	Th (ppm)	U (ppm)	K (%)	Umidade (%)
5213 cer	11,263 ± 0,542	3,222 ± 0,149	1,852 ± 0,108	0
5213 sed	6,885 ± 0,402	1,416 ± 0,132	0,749 ± 0,107	0

Importante: A idade média encontrada pela técnica de LOE é a data na qual a amostra foi exposta por um longo período à luz solar pela última vez (16 horas), amostras com exposições de curta duração ou em várias épocas diferentes podem nos levar a interpretações errôneas, Por isso o conhecimento do local e da coleta é importante,

São Paulo, 13 de Agosto de 2019.

Dr. Silvio Luiz Miranda Brito
Datação, Comércio & Prestação de Serviços LTDA

★ Datação: CNPJ: 05.403.307/0001-57 ★ Av. Macuco, 280 Apto 24 BL-B / CEP 04523-000 ★ São Paulo, SP, Brasil ★
★ Emails: silviomiranda@datacao.com.br; datacao@datacao.com.br ★
★ www.datacao.com.br ★

Relatório de Ensaio

CLIENTE: ELAINE ALENCASTRO
EMAIL: alencastro.ela@hotmail.com

MATERIAL: FRAGMENTO CERÂMICO.

NATUREZA DO TRABALHO: Preparação de Amostragem e Elaboração de Laudo de Datação de Fragmentos Cerâmicos pelo Método da Luminescência Oticamente Estimulada (LOE).

REFERÊNCIA:

AMOSTRAS

Foram fornecidas pelo cliente 02 (duas) amostras com as designações indicadas na Tabela 1, acondicionadas e devidamente embaladas de forma que não tomaram luz no envio. As amostras foram recebidas e identificadas no laboratório como 5536 e 5537.

RESULTADOS

Os resultados de dose acumulada, dose anual e da idade obtidos por LOE são apresentados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Código DAT, amostra, dose anual, paleodose média e idade média.

Código Datação	Amostra	Dose Anual (μGy/ano)	P (Gy)	Idade (anos)
5536	MIE5 1045	5.170 ± 130	4,2	810 ± 100
5536	MI59 200	5.835 ± 100	4,6	790 ± 90

As concentrações medidas dos isótopos radioativos ^{232}Th, ^{238}U+^{235}U, ^{40}K utilizados para calcular a dose anual são apresentados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Amostra, Th (Tório), U (Urânio) e K (Potássio).

Cod. DAT	Th (ppm)	U (ppm)	K (%)
5536	14,126 ± 0,435	3,824 ± 0,215	3,191 ± 0,146
5537	17,325 ± 0,385	4,537 ± 0,191	3,468 ± 0,108

São Paulo, 28 de Junho de 2021.

Dr. Silvio Luiz Miranda Brito
Datação, Comércio & Prestação de Serviços LTDA

Adendo 5 - Datação de C14 por AMS